O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1875
JULIO MESQUITA (1862—1927)

Quarta-feira 23 de MARÇO de 2022 • R$ 6,00 • Ano 143 • Nº 46908
estadão.com.br

Gabinete paralelo no MEC __A7

Pastor pediu propina em dinheiro e ouro, diz prefeito

__*Parlamentares querem criar CPMI para investigar ministro*

Um dos pastores que controlam um gabinete paralelo no Ministério da Educação pediu dinheiro e até ouro em troca da liberação de recursos para escolas e creches, disse ao **Estadão** o prefeito do município de Luís Domingues-MA, Gilberto Braga (PSDB). Ele acusa o pastor Arilton Moura de ter pedido R$ 15 mil antecipados para protocolar as demandas e um quilo de ouro (equivalente a R$ 304 mil) após a liberação, informam Breno Pires, André Shalders e Julia Affonso. A existência do gabinete, revelada pelo **Estadão**, desencadeou reações no Congresso e pedidos ao MP, ao TCU e ao Judiciário para investigar o ministro Milton Ribeiro. Parlamentares colhem assinaturas para uma CPMI.

Notas e informações __A3

Trinta moedas pela educação

O gabinete paralelo no MEC é grave ofensa à ordem jurídica. Educação é inegociável.

Homem de confiança __A8

Aliado de religiosos foi nomeado gerente de projetos

Pastores que montaram o gabinete paralelo do MEC nomearam Luciano de Freitas Musse para gerente de projetos na Secretaria Executiva.

R$ 9,7 mi foram pagos ou empenhados após reunião com pastores

Segurança __A14

Ordem do crime organizado faz Cracolândia se espalhar por São Paulo

Traficantes e usuários de drogas deixaram a região da Cracolândia, no bairro da Luz, e se espalharam pelo centro de São Paulo, relata Gonçalo Junior. A polícia atribui a saída à atuação de agentes infiltrados e operações que resultaram em 92 prisões em quase um ano. A "inflação do tráfico" – alta do preço do crack – também teria desmotivado ação do crime organizado na área.

FOTOS TIAGO QUEIROZ / ESTADÃO

❶ Entorno das Ruas Cleveland, Dino Bueno e Helvétia, na Cracolândia, esvaziado após ordem do crime organizado;
❷ Aglomeração na Praça Princesa Isabel, no centro, para onde usuários de drogas foram após deixar a Cracolândia

DIAMOND FILMS

C2

Candidato ao Oscar __C1 e C3

'A Pior Pessoa do Mundo'

Filme norueguês tem duas indicações, roteiro original e filme internacional

Ressaca virtual __C4
Bares se preparam para vender drinks em NFTs

Judiciário __A9
STJ condena Deltan a pagar a Lula por power point

Eleições 2022 __A9
Antipetismo é maior que petismo, aponta pesquisa

E&N Potássio __B4
Preço do mineral fertilizante de grãos triplica no mercado

E&N Combustíveis __B1

Alta no petróleo reforça caixa do governo em R$ 37,2 bilhões

Salto de arrecadação ocorrerá porque o governo tem receitas relacionadas ao preço do petróleo, entre elas tributos e royalties. Receitas vinculadas à exploração de minério de ferro também aumentarão em R$ 1,8 bilhão. A arrecadação com a exploração de recursos naturais deve somar R$ 134,5 bilhões em 2022.

Leste Europeu __A11

Na Europa, Biden tenta manter unida a aliança ocidental contra a Rússia

Parte dos países que apoiam a Ucrânia defende envio de mais armas, enquanto outra quer evitar escalada.

Artigo / *NYT* __A12

A teoria imperial da guerra de Putin

Jane Burbank

Objetivo da Rússia, com sua guerra brutal, é reconstruir seu império – e o limite não ficará restrito à Ucrânia.

Coluna do Estadão __A2
O pós-eleição já está na mira dos empresários

Fábio Alves __B4
Sem alívio para os juros nos EUA

Coluna do Broadcast __B14
Varejo pressiona contra importação da China por pessoa física

Tempo em SP
16° Mín. 29° Máx.

ISSN - 1516-293-1

CAMILA TURTELLI (INTERINA)
TWITTER: @COLUNADOESTADAO
COLUNADOESTADAO@ESTADAO.COM
POLITICA.ESTADAO.COM.BR/BLOGS/COLUNA-DO-ESTADAO/

Coluna do Estadão

Empresários pedem medidas para rever ‘discreto’ prestígio à iniciativa privada no País

Empresários arregaçaram as mangas e vão aproveitar o ano eleitoral para discutir com parlamentares e presidenciáveis um pacote de medidas ligadas ao desenvolvimento econômico do País e aos interesses da iniciativa privada. No “pacotão” sugerido por integrantes do Instituto Unidos Brasil (IUB), que reúne 360 nomes do setor produtivo, estão, por exemplo, PECs para dar tratamento de Estado, e não de governo, à política de desoneração da folha, e uma reformulação do Artigo 170 da Carta Magna, sobre os princípios da ordem econômica, para estabelecer valores de liberdade econômica no texto. Uma forma de reverter o que apontam como um apenas “discreto” prestígio à iniciativa privada no País.

• PERTO. As propostas serão apresentadas a parlamentares em um seminário no mês que vem num centro de eventos em Brasília. O encontro será usado também como oportunidade para que empresários possam estreitar laços com lideranças emergentes da política para o pós-eleições.

• CHEGA MAIS. “Por ser um ano de eleições, entendemos que temos que fortalecer e apressar tudo que puder ser feito, além de ampliar o relacionamento que temos levado entre o setor produtivo e o Congresso”, disse o empresário Nabil Sahyoun, presidente do Instituto Unidos Brasil.

• DEMANDAS. No foco das sugestões também estarão temas como geração de empregos, segurança jurídica e simplificação tributária. Uma rodada com pré-candidatos à Presidência da República também deve ocorrer a partir de maio.

• DECIDI ESPERAR. O comando das comissões permanentes da Câmara dos Deputados deve ser definido somente após o fim da janela partidária, que acaba no dia 2 de abril. O esperado é que haja muita briga interna na Casa. Um novo nome surgiu como uma possibilidade para comandar a principal comissão da Casa, a CCJ: Arthur Maia (União-BA).

• SURPRESA. O Ministério do Turismo distribuiu um convite de um “evento-surpresa” para o ministro Gilson Machado na semana que vem. Ele deve deixar o cargo para concorrer ao Senado por Pernambuco.

• SHOW. Bancos e grandes empresas patrocinam congresso da Associação dos Membros do Ministério Público (Conamp) com shows de Fagner e Bell Marques. O encontro dos promotores terá apresentação de teses e é o primeiro presencial desde 2020.

SINAIS PARTICULARES

por Kleber Sales

Hamilton Mourão,
vice-presidente da República

• PROVOCAÇÃO. Lideranças bolsonaristas têm feito questão de destacar em público que Walter Braga Netto é sobretudo “leal” e, por isso, na avaliação deles, um bom nome para ser vice de Bolsonaro na eleição. O recado é para Hamilton Mourão, apontado pela claque do presidente como desleal.

• BLABLABLÁ. O vice, no entanto, finge que nem é com ele. Filiou-se ao Republicanos e já está de olho em vaga no Senado, e promete apoio irrestrito à reeleição do presidente.

COM MATHEUS LARA.

PRONTO, FALEI!

Henrique Meirelles
Secretário da Fazenda de SP

“Medidas imediatistas como corte de tributos auxiliam no curto prazo, mas impõem alto custo para as contas públicas. A fatura do populismo sempre chega.”

CLICK

COLUNA DO ESTADÃO

Cor proibida
PL tira vermelho por Bolsonaro

O vermelho do logotipo do PL não aparece na arte do anúncio sobre o lançamento da pré-candidatura de Jair Bolsonaro, que tem pavor à cor.

O ESTADO DE S. PAULO
Publicado desde 1875

NOTAS E INFORMAÇÕES

Trinta moedas pela educação

O funcionamento do gabinete paralelo no MEC, com pastores influenciando na liberação de verbas da pasta, é grave ofensa à ordem jurídica. Educação é inegociável

Desde que o **Estadão** revelou, na semana passada, a existência de mais um gabinete paralelo no governo Bolsonaro, desta vez no Ministério da Educação (MEC), têm vindo à tona novos dados sobre o aparelhamento da estrutura estatal para atender a interesses de lideranças religiosas. Trata-se de uma situação rigorosamente inconstitucional, que desrespeita princípios básicos da administração pública, fere o caráter laico do Estado e, não menos importante, prejudica diretamente a qualidade da educação pública.

Revelado agora, o esquema não é novo. Foi apurado que, desde 2019, pastores evangélicos vêm exercendo influência no MEC. Esse marco temporal indica que o aparelhamento religioso da pasta da Educação não é algo meramente circunstancial, que teria nascido após a aproximação do governo Bolsonaro com o Centrão. O assunto é mais grave. Desde o início do seu mandato, o presidente Bolsonaro permitiu que a estrutura do Estado fosse usada para fins particulares, de determinados grupos religiosos.

A agravar o quadro, o aparelhamento não ocorreu em um setor secundário da administração federal. Entregou-se a lideranças religiosas uma das áreas mais importantes, se não a mais importante, para o futuro do País. E, consequentemente, uma pasta que possui um dos maiores orçamentos do governo federal.

Sabe-se que o MEC de Bolsonaro não funciona bem desde o início do governo. A pasta responsável por cuidar do futuro das novas gerações notabilizou-se por polêmicas, agressões, ineficiências e omissões, o que, entre outros danos, produziu significativa desarticulação com os outros entes federativos. Agora, com a revelação da existência de um gabinete paralelo liderado por pastores, conheceu-se uma nova faceta. Nem tudo era ineficiência. Para os amigos dos pastores, a verba chega rapidamente.

Segundo a reportagem do **Estadão** apurou, o gabinete paralelo é bastante ágil na liberação de verbas do MEC para determinados municípios, em uma velocidade que destoa dos padrões de repasses da União. Em um dos casos, a prefeitura conseguiu o empenho de parte do dinheiro pleiteado 16 dias depois do encontro mediado pelos religiosos. Durante o mês de dezembro de 2021, foram firmados, depois desses encontros com pastores, termos de compromisso, uma etapa anterior ao contrato, entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e nove prefeituras no valor de R$ 105 milhões.

Esses dados confirmam que a atuação do gabinete paralelo do MEC é muito mais ampla do que apenas controlar a agenda do ministro Milton Ribeiro, o que já seria extravagante e incompatível com o funcionamento republicano do poder público. Os pastores exercem influência na decisão sobre o destino das verbas e a velocidade de sua entrega.

Do início de 2021 para cá, sabe-se que ao menos 48 municípios foram contemplados com verbas após encontros com os pastores do gabinete paralelo. Desses repasses, 26 deles utilizaram recursos próprios do FNDE. O restante recebeu dinheiro por meio de emendas do orçamento secreto.

A operação do gabinete paralelo no MEC merece uma responsável, cuidadosa e diligente investigação. A subordinação do Estado a interesses religiosos é grave ofensa à Constituição, além de produzir distorções, ineficiências e privilégios no próprio sistema educativo. Não é aceitável, num Estado Democrático de Direito, que a proximidade de gestores públicos com pastores evangélicos signifique condições especiais no acesso a verbas públicas.

Por força de sua missão constitucional, o Ministério Público tem especial responsabilidade no desmantelamento dessa estrutura paralela no MEC, apurando, em conjunto com os órgãos policiais, os fatos e as respectivas responsabilidades. Também o Legislativo e o Judiciário, no que lhes couber, não podem ficar passivos. É inconcebível que a definição de políticas públicas educacionais, responsabilidade fundamental do Estado, seja entregue, sem controle e sem transparência, a lideranças religiosas, sem vínculo com a administração pública. É grave traição da República.●

Fome, a outra face da guerra

A invasão da Ucrânia pela Rússia afetou duramente o mercado mundial de alimentos e fez crescer a população mundial ameaçada pela insegurança alimentar

A guerra da Ucrânia tornou real o risco de escassez de alimentos em escala planetária e fez a população mundial que passa fome, já ampliada expressivamente durante a pandemia, aumentar em algumas dezenas de milhões de pessoas em poucas semanas. Além da destruição e das mortes que a invasão da Ucrânia pela Rússia vem provocando diretamente, e gerando protestos e reações em todo o mundo, há outras consequências nem tão evidentes da guerra decidida pelo autocrata Vladimir Putin, mas igualmente devastadoras do ponto vista humanitário. O número de ucranianos que abandonaram seu país para escapar dos horrores da guerra é uma delas. Outra, que vai ficando mais nítida, é a fome em várias partes do mundo.

A invasão da Ucrânia desatou uma pérfida combinação de fatores que geraram escassez de combustíveis, de bens variados e, especialmente, de alimentos essenciais e fertilizantes. Aceleração da inflação e as dificuldades de suprimentos de insumos para o setor produtivo afetam praticamente todos os países e vêm levando as instituições de pesquisa a rever suas projeções para o desempenho da economia mundial em 2022. A população mundial já está pagando, de alguma forma, algum preço pela ambição de Putin. E poderá pagar mais.

Ucrânia e Rússia respondiam por parcela expressiva do trigo, do milho e da cevada consumidos pelo resto do mundo. Parte de sua produção ou ficou presa nos armazéns ou está deixando de ser colhida ou plantada por causa da guerra. Uma parcela ainda maior de fertilizantes que o mundo consome não está sendo exportada pela Rússia e por Belarus, cujo governo decidiu apoiar Putin em sua aventura na Ucrânia.

Muitos grandes países produtores de alimentos, entre eles o Brasil, podem enfrentar ou já enfrentam problemas para o plantio. Volumes recordes de grãos que vinham sendo colhidos nos últimos anos estão sob risco. E isso ocorre num momento em que um dos maiores consumidores mundiais de trigo, a China, está tendo a pior safra em décadas, por causa dos problemas climáticos, o que fará crescer suas compras externas.

Problemas gerados pela pandemia, como dificuldades para o transporte por falta de contêineres ou de navios, cortes de suprimentos de bens essenciais em diferentes segmentos da indústria e altos custos de energia, já prejudicavam a recuperação da economia mundial, agora ainda mais afetada pelas dificuldades que a guerra no Leste da Europa criou.

Pedidos de instituições internacionais, como a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), são no sentido de que os países exportadores de produtos agrícolas mantenham seu fluxo de exportações. Alguns desses países tentam expandir a área cultivada com a utilização de terras que não vinham sendo aproveitadas. O impacto de medidas como essa, se houver, deve ser pequeno diante da crise que se desenha.

Outros países podem caminhar no sentido contrário ao sugerido pela FAO. Produtores de ração animal da França pedem que o governo aumente os estoques locais, pois temem quebra da oferta de grãos no mercado internacional. A Indonésia aumenta os impostos de exportação de seu principal produto, o óleo de palma. Outros governos impõem restrições administrativas ou custos tributários adicionais para as exportações do setor agropecuário. Outros ainda simplesmente proíbem determinadas exportações. E há os que, diante de um cenário de risco de abastecimento mundial, tomam medidas protecionistas.

Nada disso ajuda o fluxo mundial de alimentos. Para aqueles que já tinham dificuldades para obter comida por causa de seu preço em ascensão, o limite da sobrevivência ficou mais próximo. Depois de permanecer estável por cinco anos, o número de pessoas passando fome passou de 720 milhões para 811 milhões durante a pandemia. A ONU prevê que o impacto mundial da guerra da Ucrânia pode levar até mais 13,1 milhões de pessoas a passar fome.

O que poderão fazer governos de países que já enfrentam crônica escassez de recursos diante do agravamento desse problema, que os afeta diretamente? O mundo ainda não mostrou que tem solução para esse drama humanitário.●

ESPAÇO ABERTO

Quem é o maior inimigo do agro brasileiro?

Raoni Rajão e Eduardo Assad

É inegável que existem interesses comerciais de diferentes países contra o agronegócio brasileiro. Afinal, cada país precisa buscar objetivos próprios que nem incluem uma pauta de abertura para os produtos do Brasil. Mas, quando os interesses estrangeiros tendem para um maior fechamento dos mercados, automaticamente partes importantes do agronegócio colocam a culpa naqueles que denunciam os problemas ambientais do País. Portanto, a tendência do setor é repetir o mantra de que o agro do Brasil já é o mais sustentável do mundo, que nosso único problema é de comunicação e que, se matarmos o mensageiro, acusando-o de "inimigo do agro", o problema será resolvido.

A essa propensão se soma, também, uma certa arrogância de parcela do agro que se sente insubstituível, baseada na crença de que sem os produtos brasileiros o mundo irá morrer de fome. Essa visão simplista ignora um contexto internacional competitivo, em que discussões sobre soberania alimentar e geopolítica climática se encontram.

Existe um embate no coração da União Europeia, onde a Alemanha, com apoio dos Países Baixos e de Portugal, busca empurrar o bloco na direção de uma maior abertura comercial, de modo a se beneficiar das exportações de produtos industrializados e comprar alimentos mais baratos. Já a França e a Irlanda, tradicionalmente, defendem a pauta da soberania alimentar, buscando subsídios maiores para os produtores do bloco. Um dos poucos temas que unem todos esses países é a noção de que a Europa precisa ser um líder climático. Esse objetivo geopolítico implica não só a transição para uma economia de baixo carbono, mas também a construção de regras que proíbam a importação de produtos ligado ao desmatamento.

O Reino Unido, mesmo fora do bloco, segue a mesma tendência, já tendo aprovado uma lei que impede a importação de produtos vinculados ao desmatamento ilegal, enquanto a China e os Estados Unidos divulgaram uma declaração conjunta na mais recente Cúpula do Clima com o mesmo objetivo.

> *É difícil de falar em práticas agrícolas sustentáveis, se as ações do governo são generosas com quem desmata ilegalmente*

Com o desmonte das políticas ambientais, nossos maiores compradores já estão se preparando para um cenário em que o Brasil será, aos poucos, colocado em segundo plano por causa do desmatamento. Desde o fim dos anos 1990 a União Europeia discute formas de reduzir a dependência da importação de soja de outros países, e já identificou um potencial de expansão em áreas agrícolas abandonadas no leste europeu que somam 52 milhões de hectares, o que corresponde a boa parte da área dedicada aos grãos no Brasil. Mais recentemente, a China tem seguido por um caminho similar. Após sinalizar que está buscando reduzir sua dependência do Brasil com investimentos vultosos em países africanos, na Argentina, anunciou que irá aumentar a produção doméstica de soja em 40% como parte do seu novo Plano Quinquenal, com foco na soberania alimentar.

Por isso, enquanto o Ministério da Agricultura brasileiro projeta um aumento de mais de 32% na exportação de soja e milho até 2030, a contraparte chinesa indica que o país irá aumentar em menos de 10% a importação de soja e reduzir em 70% as compras internacionais de milho no mesmo período.

O atual conflito na Ucrânia também é peça fundamental na nova geopolítica do agronegócio global, visto que a Rússia é um dos maiores exportadores de fertilizantes do mundo e vê na Ucrânia um enorme potencial agrícola que gostaria de manter sob sua esfera de influência.

Ainda é tempo para o nosso agronegócio evitar este movimento, lento, porém sólido, de substituição dos produtos brasileiros. O País tem todos os elementos para conseguir abastecer o mundo com produtos agrícolas sustentáveis por meio de técnicas modernas como o plantio direto, a integração lavoura-pecuária-floresta e a captura de carbono pelos solos agrícolas desenvolvida pela Embrapa, universidade e empresas estaduais de pesquisas.

O desmatamento, no entanto, inviabiliza o esforço tecnológico de reduzir as emissões pela agropecuária. Por exemplo, um hectare desmatado cancela o esforço de mitigação de mais de 200 hectares de recuperação de pastagens. É difícil de falar em práticas agrícolas sustentáveis, se as atuais ações governamentais são generosas com os que praticam o desmatamento ilegal. Portanto, os verdadeiros inimigos do agro são aquela minoria que soma 2% dos imóveis rurais que desmataram ilegalmente 2/3 da área perdida desde 2008 no Cerrado e na Amazônia.

Enquanto parte do agro se deixar iludir por *gurus* e achar que nosso problema é só de comunicação, e não de falta de ação, teremos um futuro incerto pela frente. A nossa arrogância coletiva e falta de visão contribuíram para o fim do ciclo da cana-de-açúcar, do café, da borracha e da indústria como motores da economia. Por isso a aproximação entre a ciência e as lideranças do agronegócio é tão importante. Enquanto não aprendermos com os erros do passado, estaremos fadados a repeti-los. ●

RESPECTIVAMENTE, PROFESSOR E VICE-COORDENADOR DO CENTRO DE SENSORIAMENTO REMOTO DA UFMG; E PROFESSOR DA FGV, EX-CHEFE DA EMBRAPA INFORMÁTICA AGROPECUÁRIA

FÓRUM DOS LEITORES

Ministério da Educação

O gabinete dos pastores

Deus tem seus eleitos, aos quais está destinada a salvação. Aos demais, o inferno. Essa é a polêmica doutrina calvinista da predestinação, um dos pilares teológicos da Igreja Presbiteriana do Brasil, da qual é pastor o ministro da Educação, Milton Ribeiro. Pelo visto, Ribeiro adaptou a predestinação para aplicá-la à distribuição de verbas públicas, já que em conversa gravada admitiu favorecer os "eleitos" alinhados ao governo Bolsonaro, envergonhando a República e a cristandade.

Túllio Marco Soares Carvalho
tulliocarvalho.advocacia@gmail.com
Belo Horizonte

Eleições 2022

Da Lava Jato às urnas

Sobre a matéria *Com anulações em série, alvos da Lava Jato devem voltar às urnas* (**Estado**, 21/3, A6), pior do que a sensação de impunidade dos investigados pela infelizmente extinta Operação Lava Jato é que ainda pretendem continuar na vida pública. Uma vergonha!

Luiz Frid
fridluiz@gmail.com
São Paulo

Absolvição popular

Que a nossa (in)Justiça desconsidere as provas dos malfeitos dos condenados pela finada Lava Jato e anule as merecidas condenações, nada de anormal no Brasil, onde só os PPPs de sempre ficam a ver o sol nascer quadrado. O pior, mesmo, é constatar estarrecido que milhões de eleitores brasileiros também os absolvam, reelegendo-os.

Alfredo Franz Keppler Neto
alfredo.keppler@yahoo.com.br
Santos

Cracolândia

Comemorar o quê?

Tão ou até mais estranho do que o súbito desaparecimento dos traficantes e usuários de drogas da Cracolândia foi a exultação do secretário executivo de Projetos Estratégicos da Prefeitura de São Paulo, Alexis Vargas: "Tivemos um dia que podemos comemorar. Tivemos a saída dos traficantes da praça neste final de semana e no dia de hoje". Como assim? Comemorar o quê? Os usuários e traficantes não desapareceram, mas espalharam-se para regiões próximas. A questão das drogas é complicadíssima, exige abordagem multidisciplinar envolvendo aspectos médicos, sociais, psicológicos, legais, entre outros, e é de solução de longo prazo, não existe mágica. Em outros países, governos locais destinaram lugares específicos para os usuários, afastados da população geral e devidamente monitorados. Não houve espalhamento nem "sumiço". O que a Prefeitura está fazendo é literalmente jogar a sujeira para debaixo do tapete e fazer de conta que está tudo bem.

Luciano Harary
lharary@hotmail.com
São Paulo

Guerra na Ucrânia

Jogar a toalha?

Guerrear contra um dos maiores exércitos do mundo, sem domínio do espaço aéreo, sem acesso ao mar e com um bando de civis despreparados, armados de coquetéis molotov, não seria uma luta inglória? Se o presidente ucraniano, Volodmir Zelensky, jogasse a toalha, em que categoria de homem ele se enquadraria? Um herói abnegado, sensível, que se despojou do orgulho para evitar o massacre de seu povo e de seu país ou um covarde que abandonou seus compatriotas?

Artur Mendes
artmendes@gmail.com
Campinas

Agronegócio

O apoio da Embrapa

Sobre o artigo *O Brasil, o trigo e a guerra na Ucrânia* (21/3, A4), de autoria do presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), uma empresa estatal como a Embrapa, competente, não existe em nenhum outro país no mundo. Um orgulho para o Brasil. Meus cumprimentos ao presidente Celso L. Moretti e ao seu maravilhoso corpo diretivo pelo trabalho.

Werner Sönksen
wsonksen@hotmail.com
São Paulo

Sociedade

Velhice e informação

Excelente a reportagem do **Estadão** *Desafios do envelhecer – o que fazer quando a velhice de um familiar exige cuidados especiais* (19/3, D4). Planejar um futuro melhor para todos os idosos com saúde, interação com os familiares e a sociedade seria, antes de tudo, termos mais informações sobre esta parcela da população que cresce dia a dia e que, em 2060, será de 19 milhões de pessoas acima dos 80 anos.

Eduardo Teixeira Netto
orion_sp@hotmail.com
São Paulo

ESPAÇO ABERTO

As ideias fossilizadas do general

Ana Paula Prates, Ilan Zugman, Juliano Bueno de Araújo, Marcelo Laterman, Ricardo Fujii e Suely Araújo

Enquanto os últimos relatórios do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, IPCC) trazem evidências irrefutáveis de que as emissões de gases a partir da queima de combustíveis fósseis e do desmatamento estão sufocando o planeta e colocando bilhões de pessoas em risco, o presidente da Petrobras, general Joaquim Silva e Luna, construiu uma narrativa eleitoreira e falaciosa para desmontar a necessidade premente de abandonarmos os combustíveis fósseis e ganhar tempo para adiarmos a transição energética (*Pressa no pré-sal*, 14/3, A4). O pretexto utilizado foi o de garantir "benefícios econômicos e sociais da produção de petróleo". Uma mera avaliação do discurso de importantes atores deste setor mostra que não há mais lugar para sofismas sem conexão com a realidade imposta pelas mudanças climáticas.

Sugerir que ainda há tempo para explorar o petróleo tem por base uma premissa equivocada. O mundo tem menos de cem meses para cortar emissões de gases de efeito estufa pela metade, se quiser ter uma chance de estabilizar o aquecimento da Terra no patamar de 1,5°C preconizado pelo Acordo de Paris. Segundo a Agência Internacional de Energia (IEA, na sigla em inglês), nenhum novo projeto de exploração de combustíveis fósseis pode ser licenciado no mundo se quisermos cumprir esse objetivo. Quando sua casa está queimando, é de bom tom não entrar nela com um galão de gasolina.

Além da imprudência climática e da grave falha ética de deixar uma conta deste tamanho para os jovens e os que ainda nem nasceram, a corrida ao fundo do poço preconizada pelo general também traz um risco real de multiplicar ativos encalhados. Sabe-se que um campo petrolífero que comece a ser explorado hoje leva cerca de 15 anos para atingir um volume de produção razoável. Ou seja, isso ocorreria em 2037, quando o processo de transição energética terá de ser uma realidade no mundo todo.

> ***Presidente da Petrobras usa argumento falacioso para justificar foco no pré-sal e adiar transição para energia renovável***

Segundo análises da mesma Agência Internacional de Energia, as políticas de combate às mudanças climáticas causarão a queda na demanda por petróleo antes de 2030. Neste cenário, governos e empresas estarão investindo em tecnologias como eletrificação de veículos, hidrogênio verde e outros combustíveis sintéticos, enquanto aqueles que permanecerem produzindo petróleo terão de lidar com os preços crescentes das emissões de carbono e a maior concorrência entre os produtores remanescentes.

Este processo é especialmente perverso, pois, embora se saiba que o setor de energia precisará se tornar carbono neutro, o ritmo com que isso se dará é difícil de precisar. Ao vislumbrar o pré-sal como sua prioridade, a Petrobras ignora essas incertezas e arrisca perder bilhões de reais em infraestrutura que pode se tornar obsoleta antes do que se imagina. Grandes petroleiras mundiais, atentas a esse risco, planejam mudar o foco dos investimentos para a produção de energia renovável.

Argumentar que "a produção do pré-sal contribui para a transição" energética, com base na informação de que ele é produzido com menos emissões, ignora o fato de que o maior problema do petróleo está em ele ser um combustível fóssil, não renovável, que emite gases de efeito estufa independentemente da forma como é produzido. Segundo dados de 2020 da IEA, um barril de petróleo, depois de extraído, processado e consumido, acarretará na emissão de aproximadamente 370 kg de CO_2e, ao que 7 kg a menos do petróleo produzido no pré-sal – a crer nos números do presidente da Petrobras – fazem pouca diferença. Ao focar num detalhe, essa linha de raciocínio menospreza a importância de a Petrobras planejar seu futuro, migrando das fontes sujas para as limpas. Curiosamente, ela iniciou esse processo anos atrás, investindo em etanol e biodiesel, mas deixou as renováveis de lado para focar no petróleo.

Essa inversão de prioridades pode custar caro à Petrobras. Ela deveria ter pressa para expandir seus investimentos em fontes renováveis, tanto as tradicionais como as novas, e desenvolver as novíssimas. Com sua experiência na cadeia de combustíveis e a enorme disponibilidade de fontes renováveis no Brasil a preços inferiores aos encontrados na maioria dos países, a Petrobras pode atingir um novo patamar como uma companhia de energias renováveis, gerando maior valor para os seus acionistas, impostos para o governo e empregos para o Brasil.

Não há mais tempo, general: não podemos pensar o futuro como uma repetição do passado. A janela para investimentos de longo prazo em fontes fósseis, como é o caso do pré-sal, já se fechou. Em breve, o petróleo será visto não como um recurso a ser explorado, mas como um problema a ser evitado. A Petrobras não deve remar contra a tendência, mas, sim, pensar nas vantagens competitivas que terá quando transformar seu portfólio em alternativas neutras em carbono. O clima e as novas gerações agradecem. ●

RESPECTIVAMENTE, DIRETORA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DO INSTITUTO TALANOA; DIRETOR PARA A AMÉRICA LATINA DA 350.ORG; DIRETOR DO INSTITUTO ARAYARA; GEÓGRAFO DA CAMPANHA DE CLIMA E ENERGIA DO GREENPEACE; ENGENHEIRO RESPONSÁVEL PELA ESTRATÉGIA DE TRANSIÇÃO ENERGÉTICA NO WWF-BRASIL; E ESPECIALISTA SÊNIOR EM POLÍTICAS PÚBLICAS DO OBSERVATÓRIO DO CLIMA

TEMA DO DIA

DIDA SAMPAIO/ESTADÃO

Sem partido

Damares avisa Bolsonaro de desistência em disputar cadeira no Senado

Cotada como candidata ao Senado pelo Amapá, ministra tem enfrentado dificuldades para encontrar um partido. Ela enfrenta oposição do senador Davi Alcolumbre, que é candidato à reeleição e não quer vê-la como oponente. ●

5.156 Interações

Comentários de leitores no portal e nas redes sociais

● "Gente honesta não consegue se candidatar neste país. Nenhum partido aceita."
MARCELO BRANT

● "Já estamos nos libertando desse grupo. Em dezembro, a gente se livra do restante."
LISANDRO MATTOS

● "Viu que não tinha nenhuma chance nas pesquisas e resolveu não concorrer."
MARCELO CHELI

● "Que desista da política de vez, uma vez que ainda não aprendeu o conceito do radical polis: pluralidade."
ANDRÉ ALVES

NAS REDES SOCIAIS
Veja outros destaques e participe das discussões no Link da Bio do Instagram do Estadão.
www.estadao.com.br/e/instagram

Siga o @Estadao nas redes sociais

PRODUTOS DIGITAIS

GETTY IMAGES/ISTOCKPHOTO

Adolescentes na internet

Como falar com jovens sobre nudes e segurança. ●
www.estadao.com.br/e/seguranca

Imposto de Renda

Resgate de declaração exige conta nível prata ou ouro. ●
www.estadao.com.br/e/declaracao

Aplicativo

Está sem tempo? Salve notícias e leia quando quiser. ●
www.estadao.com.br/e/app

Av. Eng. Caetano Álvares, 55 – CEP: 02598-900 – São Paulo - SP ● (11) 3856-2122 ● **Fax:** (11) 3856-2940 ● **E-Mail:** forum@estadao.com ● **Central do assinante:** Capital e regiões metropolitanas: 4003-5323 ● Demais Localidades: 0800-014-77-20 ● https://meu.estadao.com.br/fale-conosco ● **Central ao leitor:** (11) 3856-2122 ● falecom.estado@estadao.com classificados por telefone: (11) 3855-2001 **Preços venda avulsa: SP:** R$ 6,00 (segunda a sábado) e R$ 9,00 (domingo). **RJ, MG, PR, SC E DF:** R$ 6,50 (segunda a sábado) e R$ 10,00 (domingo). **ES, RS, GO, MT E MS:** R$ 8,50 (segunda a sábado) e R$ 11,50 (domingo). **BA, SE, PE, TO E AL:** R$ 9,50 (segunda a sábado) e R$ 12,50 (domingo). **AM, RR, CE, MA, PI, RN, PA, PB, AC E RO:** R$ 10,00 (segunda a sábado) e R$13,00 (domingo). ● **Vendas de assinaturas:** 0800-014-9000 ● **Whatsapp:** (11) 99248-2333 ● **Vendas corporativas:** (11) 3856-2524 ● **Agências de publicidade:** (11) 3856-2531 ● cia@estadao.com

Entenda o caso envolvendo a atuação de religiosos no MEC

Gabinete paralelo

Pastor pediu 1 kg de ouro para liberar recursos do MEC, afirma prefeito

Gilberto Braga (PSDB), prefeito de Luís Domingues, diz ao 'Estadão' que Arilton Moura cobrou propina em abril de 2021, em Brasília, após reunião com o ministro Milton Ribeiro

BRENO PIRES
ANDRÉ SHALDERS
JULIA AFFONSO
BRASÍLIA

Um dos pastores que controlam um gabinete paralelo no Ministério da Educação pediu pagamentos em dinheiro e até em ouro em troca de conseguir a liberação de recursos para construção de escolas e creches, disse ao **Estadão** o prefeito do município de Luís Domingues (MA), Gilberto Braga (PSDB). Segundo o prefeito, o pastor Arilton Moura solicitou R$ 15 mil antecipados para protocolar demandas da prefeitura e mais um quilo de ouro após a liberação dos recursos. "Ele (*Arilton*) disse: 'Traz um quilo de ouro para mim'. Eu fiquei calado. Não disse nem que sim nem que não", afirmou Braga, que diz não ter aceitado a proposta.

O prefeito afirmou que a conversa ocorreu em abril de 2021 durante almoço no restaurante Tia Zélia, em Brasília, logo após uma reunião com o ministro Milton Ribeiro no Ministério da Educação. A reunião no MEC, fora da agenda oficial do ministro, foi uma das diversas solicitadas pelos pastores Arilton Moura e Gilmar Santos.

"Ele disse que tinha que ver a nossa demanda, de R$ 10 milhões ou mais, tinha que dar R$ 15 mil para ele só protocolar (*a demanda no MEC*). E, na hora que o dinheiro já estivesse empenhado, era para dar um tanto, X. Para mim, como a minha região era área de mineração, ele pediu 1 quilo de ouro", afirmou Braga ao **Estadão**. Na cotação de ontem, um quilo de ouro valia R$ 304 mil.

"Ele (*Arilton*) falou, era um papo muito aberto. O negócio estava tão normal lá que ele não pediu segredo, ele falou no meio de todo mundo. Inclusive, tinha outros prefeitos do Pará. Ele disse: 'Olha, para esse daqui eu já mandei tantos milhões, para outro, tantos milhões'", declarou, se referindo a verbas do MEC. "Assim mesmo eu permaneci calado, não aceitei a proposta", disse o prefeito. Braga afirmou que até hoje não recebeu os recursos que solicitou no MEC.

> *"Ele (Arilton) disse: 'traz um quilo de ouro'."*
> **Gilberto Braga**
> Prefeito de Luís Domingues (MA)

DEMANDAS. Também nesse encontro, segundo o **Estadão** apurou, o pastor repassou o número da sua conta-corrente para que prefeitos anotassem e pudessem fazer os repasses da taxa de R$ 15 mil, apenas para dar entrada nas demandas ao ministério. Um dos presentes relatou que, após deixar "as demandas na mão" de Arilton, recebeu a conta do pastor para que o dinheiro fosse transferido. Como não efetuou a transferência, o pedido "não foi protocolado".

No encontro que antecedeu o almoço, o ministro teria afirmado que havia muitos recursos no MEC e estimulou prefeitos a buscarem verbas para seus municípios.

PROVA. Um vídeo postado no perfil da prefeitura de Luís Domingues no Instagram comprova que Braga esteve em Brasília e se reuniu com Ribeiro em abril de 2021. "O prefeito Gilberto Braga está nesse (*sic*) momento em Brasília na reunião dos prefeitos maranhenses com ministro da Educação, Milton Ribeiro, senador Roberto Rocha e a equipe do MEC", diz trecho da legenda do vídeo.

O **Estadão** revelou com fotos, vídeos e documentos públicos que os pastores Gilmar Santos e Arilton Moura têm livre acesso ao gabinete do ministro Milton Ribeiro e participaram de 22 reuniões no MEC.

A reportagem procurou os pastores para questionar sobre o relato de pedido de pagamento. Arilton não quis se manifestar. "Não, não vou comentar", disse. Gilmar Santos não atendeu. O jornal não conseguiu contato com o MEC. Em conversas anteriores com o **Estadão**, os pastores confirmaram que usaram a relação com Ribeiro para abrir as portas do MEC aos prefeitos. E negaram ter pedido contrapartida. ●

PREFEITURADELUISDOMINGUES/INSTAGRAM

Post da prefeitura de Luís Domingues (MA); reunião com Ribeiro

Ministro nega benefício a municípios indicados pelos religiosos

O ministro da Educação, Milton Ribeiro, negou ontem o favorecimento de prefeituras indicadas pelos pastores Gilmar Santos e Arilton Moura e afirmou que o presidente Jair Bolsonaro nunca pediu atendimento preferencial a religiosos na liberação de recursos do MEC. "O presidente da República não pediu atendimento preferencial a ninguém, solicitou apenas que pudesse receber todos que nos procurassem, inclusive as pessoas citadas na reportagem", disse.

No entanto, em áudio revelado anteontem pelo jornal *Folha de S. Paulo*, Ribeiro fala em dar prioridade a pedidos dos pastores e diz que a liberação de recursos foi "pedido especial" de Bolsonaro.

"A alocação de recursos ocorre seguindo a legislação orçamentária, bem como critérios técnicos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE)", afirmou o ministro. ● L.P.

Congresso faz ofensiva para apurar atuação de religiosos no ministério

LAURIBERTO POMPEU
BRASÍLIA
RENATA CAFARDO
SÃO PAULO

A atuação de um grupo de pastores para liberar verbas públicas no Ministério da Educação provocou reações no Congresso, chegou ao Ministério Público, ao Judiciário, ao Tribunal de Contas da União (TCU) e culminou em uma série de pedidos para investigar o titular da pasta, Milton Ribeiro. Pelo menos uma das ações mira também o presidente Jair Bolsonaro (PL). No fim do dia, deputados e senadores começaram a colher assinaturas para a criação de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) com o objetivo de apurar o gabinete paralelo em funcionamento no MEC.

No Congresso, até aliados do governo cobraram uma investigação. "Não pode haver dúvidas com relação à seriedade tanto do trabalho do ministro, principalmente da Educação, quanto do ministério", afirmou o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). Parlamentares afirmaram que vão acionar a Procuradoria-Geral da República para que Ribeiro seja investigado por suspeita de improbidade. Os deputados Kim Kataguiri (União Brasil-SP) e Túlio Gadelha (PDT-PE) protocolaram pedidos para que a PGR apure as denúncias. O pedetista apresentou requerimento para que Ribeiro seja convocado a prestar esclarecimentos na Câmara.

O senador Alessandro Vieira (PSDB-SE), os deputados Felipe Rigoni (União-ES), Tabata Amaral (PSB-SP) e o secretário municipal de Educação do Rio, Renan Ferreirinha (PSD), também entraram com ação na PGR. Em conversa gravada, Ribeiro admitiu dar prioridade ao atendimento a prefeitos que chegam ali por meio dos pastores Gilmar Santos e Arilton Moura, como noticiou o jornal *Folha de S. Paulo*.

CPI. Presidente da Frente Parlamentar Mista da Educação, o deputado Professor Israel (PV-DF) disse estar confiante na criação da CPI Mista para investigar suspeitas de irregularidades no MEC. Para ser aberta, uma comissão precisa do apoio de 172 deputados e de 26 senadores. A liderança da Minoria na Câmara encaminhou, ainda, ao presidente do Supremo Tribunal Federal, Luiz Fux, uma representação contra Bolsonaro e Ribeiro pelos crimes de advocacia administrativa e prevaricação. Em outra frente, uma representação chegou ao TCU.

Ontem, segundo interlocutores, o próprio Ribeiro teria admitido que pode deixar a pasta e indicar o secretário executivo Victor Godoy Veiga para o seu lugar. ● COLABORARAM J.A., A.S., DAVI MEDEIROS E NATALIA SANTOS

Gabinete paralelo

Nomeado por Ribeiro, aliado de religiosos ganhou cargo na pasta

Advogado que acompanhava pastores durante agendas no MEC assumiu como gerente de projetos do Ministério

JULIA AFFONSO
ANDRÉ SHALDERS
BRENO PIRES
BRASÍLIA

A dupla de pastores que capturou o gabinete do ministro da Educação, Milton Ribeiro, como revelou o **Estadão**, conseguiu emplacar um homem de confiança com acesso a dados privilegiados da pasta na Secretaria Executiva, o órgão que gerencia e administra a estrutura do ministério. O advogado Luciano de Freitas Musse, nomeado gerente de projetos em abril do ano passado pelo próprio ministro, atua como apoio aos religiosos que oferecem a prefeitos o serviço de agilizar repasses de verbas destinadas à construção de escolas.

Antes de ocupar o cargo no MEC, Musse acompanhava os pastores Gilmar Santos e Arilton Moura em agendas no gabinete de Ribeiro. No dia 6 de janeiro de 2021, os registros oficiais mostram uma "visita de cortesia" de Arilton em que ele estava acompanhado pelo advogado. O solicitante do encontro foi o pastor. Em ao menos outras quatro agendas oficiais, a presença de Musse como integrante da comitiva dos pastores também é registrada.

A atuação de Musse é questionada por quem acompanha o setor. "Toda vez que a decisão sobre a alocação de recursos públicos cai nas mãos de pessoas inexperientes ou que não visam o bem comum, o mínimo que acontece é um risco ao dinheiro público. E, no limite, pode ser criminoso", disse o professor João Marcelo Borges, pesquisador da área de políticas educacionais na Fundação Getúlio Vargas (FGV).

O pesquisador vê um enfraquecimento do Plano de Ações Articuladas (PAR), o sistema de planejamento da área da educação. "Quanto mais o MEC se afasta das regras do PAR, mais risco ele corre de acabar distribuindo recursos apenas por razões políticas."

Em uma série de reportagens, o **Estadão** revelou que os pastores não têm vínculos com a administração pública nem com o setor de ensino, mas têm acesso privilegiado à estrutura do ministério. Áudios e imagens revelados pelas reportagens mostram Ribeiro creditando aos dois a "instrumentalidade" da pasta.

USURPAÇÃO. Por meio de um gabinete paralelo, os pastores levam prefeitos para reuniões com o ministro e, dias depois, os pleitos são contemplados. O **Estadão** mostrou que ao menos R$ 9,7 milhões foram pagos ou empenhados após agendas solicitadas pelos religiosos da igreja Cristo para Todos, um ramo da Assembleia de Deus, com sede em Goiânia. Somente em termos de compromisso foram firmados R$ 160 milhões em dezembro por interferência direta dos pastores. Para advogados, a atuação dos pastores pode configurar crime de tráfico de influência e de usurpação de função pública.

Os pastores também já tiveram acesso ao Palácio do Planalto, sendo recebidos pelo menos duas vezes pelo presidente Jair Bolsonaro. As portas do governo foram abertas aos dois religiosos pelo deputado João Campos (Republicanos-GO), que é pastor da Assembleia de Deus Ministério Vila Nova, ligado à convenção de Madureira.

Ministro exonera assessor que atuava em gabinete paralelo

Na sexta-feira passada, quando o Estadão revelou a influência de pastores sobre a agenda e a liberação de verbas do Ministério da Educação, o ministro Milton Ribeiro exonerou um de seus assessores especiais. Odimar Barreto dos Santos é apontado como representante de interesses do gabinete paralelo formado por religiosos na estrutura da pasta.

A exoneração de Odimar Santos foi publicada em uma edição extra do *Diário Oficial* da União. Além de major da reserva da Polícia Militar de São Paulo, ele atua como pastor da Igreja Presbiteriana Jardim de Oração, em Santos (SP), da qual faz parte o ministro Milton Ribeiro. Dentro do MEC, Odimar era apontado como um dos responsáveis por fazer a interlocução com os pastores Gilmar Santos e Arilton Moura.

Desde que a dupla de religiosos passou a intermediar o acesso de prefeitos à pasta e ao ministro da Educação, no começo do ano passado, Odimar era presença constante nas reuniões promovidas pelos pastores.

Nos registros oficiais do MEC, o então assessor aparece em boa parte das reuniões nas quais Gilmar Santos e Arilton Moura estiveram presentes, sendo várias delas com Milton Ribeiro. ● A.S.

ARQUIVO PESSOAL

Advogado Luciano de Freitas Musse é gerente no MEC

O prefeito de Jaupaci (GO), Laerte Dourado (Progressista), esteve no MEC em busca de um investimento de R$ 800 mil para a área da educação da cidade em duas oportunidades no ano passado. Ele disse à reportagem que chegou aos pastores por intermédio de "Luciano". "Acho que ele é de Goiânia, mas eles têm propriedade no meu município", disse Dourado.

'FACILIDADES'. O **Estadão** apurou que Musse repassa aos pastores informações sobre convênios travados sobre os quais eles possam se apresentar para resolver. Além de acesso a convênios, há informações sobre o andamento de liberação de recursos. Segundo um prefeito que pediu para não ser identificado, eles identificam "dificuldades" e os pastores apresentam "facilidades".

À reportagem, Musse negou que tenha sido indicado ao cargo por Gilmar e Arilton. O advogado admitiu que conhece os religiosos, mas desligou o telefone quando foi questionado sobre as agendas que teve no Ministério da Educação como integrante da comitiva da igreja Cristo para Todos. Não ligou mais de volta.

A Secretaria Executiva dos ministérios é a estrutura onde ficam a execução e o acompanhamento das políticas e as grandes iniciativas da pasta. O gerente de projetos, cargo em que os pastores emplacaram seu aliado, possui o portfólio dos principais trabalhos que o ministério toca e faz esse acompanhamento. "Ter um cargo assim é bom, é estratégico, importante", afirmou um técnico do ministério.

Uma das prefeituras que foram atendidas pelo MEC depois de agenda intermediada pelos pastores foi a de Guatapará (SP). O município, de 8 mil habitantes, recebeu, ano passado, R$ 214 mil do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para a compra de ônibus escolares. O pedido estava represado desde junho de 2019, mas foi liberado depois que representantes da cidade estiveram no MEC acompanhados dos pastores, em 23 de dezembro de 2020 e em 27 de maio de 2021.

Celeridade
Com a ajuda dos pastores, municípios conseguiram a liberação de recursos em tempo recorde

O secretário de Administração de Guatapará, Ailton Aparecido da Silva, é pastor e disse à reportagem que fundou uma filial da igreja Cristo para Todos, há três anos, na cidade. Afirmou que não é obrigado a fazer repasses financeiros para a matriz da entidade religiosa, cujo líder é Gilmar Santos. O nome do secretário consta de uma agenda na qual o Gilmar foi o solicitante. ●

MPF ajuíza ação contra Bolsonaro por servidora 'fantasma'

RAYSSA MOTTA

O Ministério Público Federal (MPF) entrou com uma ação de improbidade administrativa contra o presidente Jair Bolsonaro (PL) e sua ex-secretária parlamentar Walderice Santos da Conceição, a Wal do Açaí, que foi empregada por mais de 15 anos em seu gabinete na Câmara dos Deputados.

A ação foi enviada à Justiça Federal de Brasília e pede que o ressarcimento de recursos públicos que, segundo o MPF, foram "indevidamente desviados" por meio da nomeação de Walderice. A conclusão da investigação é que ela seria funcionária fantasma.

'DECORO'. "As condutas dos requeridos e, em especial, a do ex-deputado federal e atual presidente da República Jair Bolsonaro, desvirtuaram-se demasiadamente do que se espera de um agente público", diz um trecho da ação. "No exercício de mandato parlamentar, não só traiu a confiança de seus eleitores, como violou o decoro parlamentar, ao desviar verbas públicas destinadas a remunerar o pessoal de apoio ao seu gabinete e à atividade parlamentar."

Walderice foi indicada para o cargo de secretária parlamentar de Bolsonaro em fevereiro de 2003. Ela ficou lotada no gabinete em Brasília até agosto de 2018. A exoneração ocorreu em meio a suspeitas de irregularidades reveladas pela *Folha de S. Paulo*. A reportagem mostrou que Wal trabalhava vendendo açaí em Angra dos Reis, no litoral do Rio, quando deveria cumprir expediente na Câmara, em Brasília.

A investigação do MPF aponta que Wal do Açaí nunca esteve na capital federal e jamais exerceu qualquer função relacionada ao cargo de secretária parlamentar. De acordo com os procuradores, os serviços prestados por ela tinham "natureza particular". "Em especial nos cuidados com a casa e com os cachorros de Bolsonaro na Vila Histórica de Mambucaba. Além do mais, apesar de expressa vedação, Walderice cuidava de uma loja de açaí na região", afirma o MPF.

SAQUES. Ainda segundo a ação, Bolsonaro tinha "pleno conhecimento" de que ela não prestava os serviços correspondentes ao cargo e "atestou falsamente" a frequência ao trabalho. O processo também cita movimentação atípica nas contas bancárias da ex-secretária parlamentar.

Isso porque, segundo o MPF, 83,77% da remuneração recebida no período era sacada em espécie. A reportagem não conseguiu contato com a defesa de Bolsonaro até a conclusão esta edição. ●

Eleições 2022

Antipetismo é maior que petismo, aponta pesquisa

DAVI MEDEIROS
NATÁLIA SANTOS

Pesquisa FSB/BTG divulgada ontem apontou que 16% dos entrevistados afirmaram gostar mais do Partido dos Trabalhadores do que de outras legendas em atividade no Brasil. O índice é o maior entre os partidos. Por outro lado, o PT também ficou em primeiro lugar entre as siglas mais rejeitadas, segundo 28% dos entrevistados ouvidos pela pesquisa.

Recorte
A pesquisa ouviu 2 mil pessoas por telefone entre os dias 18 e 20 de março

Metade dos consultados pela pesquisa disseram não rejeitar nenhuma sigla, e a maioria (76%) afirmou não ter nenhum partido de preferência.

Depois do PT, os mais rejeitados foram o PSOL e o "partido do Bolsonaro" – que é o PL, mas parte dos entrevistados não sabia –, ambos com 7%. Em seguida aparece o PSDB, com 5%, e nomeadamente o PL, com 4%. O MDB foi rejeitado por 3% dos entrevistados; o PSL e o PCdoB, por 2% cada.

Entre os partidos pelos quais há preferência, o PT foi o mais lembrado (16%) pelo nome. Em segundo, com 2%, aparecem menções ao "partido de Lula". Foram 7% os que disseram preferir "outros", o que também inclui o "partido de Bolsonaro", o MDB e o PSOL.

A pesquisa FSB/BTG ouviu 2 mil pessoas por telefone entre os dias 18 e 20 de março. A margem de erro do levantamento é de dois pontos porcentuais para mais ou para menos. A pesquisa foi registrada na Justiça Eleitoral sob o código BR-09630/2022.

CENTRÃO. Pré-candidato do PT ao Palácio do Planalto, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse ontem que o próximo presidente da República deverá conversar com o Centrão para ter maioria no Legislativo. A afirmação foi feita dois dias após o petista dizer que a atual legislatura é "talvez o pior Congresso na história do Brasil" – o que gerou reação do presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

"Qualquer presidente da República eleito democraticamente tem que conversar com essas pessoas, independente de gostar ou não. Tem que conversar em função dos projetos que você manda para o Congresso Nacional, de interesse do povo brasileiro, da indústria nacional, do sindicalismo...", disse Lula em entrevista a uma rádio de Criciúma (SC). "Agora, o que não dá é para você ver o Congresso funcionando da forma como está hoje, com o orçamento secreto."

Embora o orçamento secreto tenha surgido no governo de Jair Bolsonaro, a gestão de Lula também foi marcada por escândalos envolvendo a relação entre o Executivo e o Legislativo, como o mensalão, que levou à prisão de nomes importantes do PT. ●

STJ condena Deltan a pagar R$ 75 mil a Lula

RODOLFO BUHRER / LA IMAGEM / FOTOARENA

Dallagnol exibe Power Point; ministros viram 'excesso' na denúncia

RAYSSA MOTTA

A Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) condenou ontem o ex-procurador da República Deltan Dallagnol, que foi coordenador da extinta Operação Lava Jato, a pagar indenização de R$ 75 mil ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) pelo PowerPoint em que acusou o petista de liderar uma organização criminosa. O placar foi de 4 votos a 1. Os ministros concluíram ter havido "excesso". A defesa de Lula pedia R$ 1 milhão por danos morais.

A apresentação foi feita durante entrevista da força-tarefa, em 2016, sobre a denúncia contra Lula no caso do triplex do Guarujá – o petista chegou a ser condenado por corrupção e lavagem, mas o processo foi anulado pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Em nota, Dallagnol falou em "represália". "Quem ainda neste país terá coragem de fazer seu trabalho de investigar e punir criminosos poderosos e informar à sociedade, depois dessa decisão do STJ de me condenar por ter apresentado o conteúdo da acusação à sociedade? Quem vai querer sofrer esse tipo de represália?"

Também por meio de nota, a defesa de Lula afirmou que a decisão é "uma vitória do estado de direito e um incentivo para que todo e qualquer cidadão combata o abuso de poder e o uso indevido das leis para atingir fins ilegítimos". ●

Polícia Federal

Lei de Defesa do Estado Democrático ainda não gerou inquéritos na PF

Nova legislação substiui a LSN, que considerava delito contra a segurança nacional caluniar o presidente da República

MARCELO GODOY

Seis meses depois da sanção e cem dias após a entrada em vigor da nova Lei de Defesa do Estado Democrático, a Polícia Federal não abriu nenhum inquérito, nem indiciou ou efetuou prisões em razão dos delitos descritos na norma que substituiu a antiga Lei de Segurança Nacional (LSN). A nova legislação prevê como crime, por exemplo, a tentativa de se abolir o estado de direito por meio de grave ameaça ou violência. Os dados foram obtidos por meio da Lei de Acesso à Informação (LAI).

Nos dois primeiros anos do governo de Jair Bolsonaro, o uso da LSN pela Polícia Federal havia crescido 285% em relação ao mesmo período das gestões de Dilma Rousseff (PT) e Michel Temer (MDB). A maioria dos casos era ligada a episódios de críticas a Bolsonaro. A antiga LSN considerava como um delito contra a segurança nacional caluniar o presidente da República.

O então ministro da Justiça André Mendonça, hoje ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), foi o responsável em 2020 por pedir a abertura de inquérito contra o sociólogo Tiago Costa Rodrigues, que fez publicar em Palmas (TO) um outdoor com a imagem de Bolsonaro e as seguintes frases: "Cabra à toa, não vale um pequi roído, Palmas quer impeachment já".

O Ministério Público Federal arquivou o inquérito e a 3.ª Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu por unanimidade conceder habeas corpus para trancar a investigação. Em seu voto, o ministro Ribeiro Dantas escreveu: "O Direito Penal é uma importante ferramenta conferida à sociedade. Não deve servir jamais de mordaça, nem tampouco instrumento de perseguições políticas aos que pensam diversamente do governo eleito."

MUDANÇAS. "A PF não abriu mais inquéritos porque eles eram baseados na lei antiga, que previa o dispositivo sobre eventual desrespeito à figura do presidente. Assim como dispositivos usados para abrir o inquérito dos atos antidemocráticos no Supremo. A nova lei não tem nada disso", disse a subprocuradora-geral da República Luiza Frischeisen.

Volume
No governo Bolsonaro, o uso da LSN pela PF havia crescido 285% em relação às gestões anteriores

Defensores do governo que foram alvo da LSN também alegavam ser vítimas de cerceamento de opinião, como foi o caso do deputado federal Daniel Silveira (União-RJ), preso com base no inquérito aberto por decisão do ministro do Supremo Alexandre de Moraes – que mira os atos antidemocráticos, divulgação de fake news, e ameaças a membros da Corte.

Para Floriano de Azevedo Marques, professor de Direito Público da Universidade de São Paulo (USP), a nova lei trouxe mecanismos para tipificar condutas que ameaçam o estado democrático ao mesmo tempo em que determinou não constituir crime a manifestação crítica aos poderes constitucionais nem a atividade jornalística ou a reivindicação de direitos e garantias constitucionais.

"São ótimos instrumentos se tivéssemos no Poder Executivo um governo comprometido com as instituições democráticas." Para ele, o problema começa quando o governo é um dos "principais fomentadores do discurso antidemocrático". "Não será a PF que vai abrir inquérito contra o governo por apoiar atos antidemocráticos." A última manifestação de Bolsonaro contra o STF ocorreu em 7 de setembro de 2021, pouco após a sanção da lei, em 1.º de setembro – ela entrou em vigor no dia 30 de novembro, 90 dias após a sanção.

Para Raísa Cetra, coordenadora de programa espaço cívico da ONG Artigo 19, a revogação da antiga LSN foi um ponto positivo. "Mas os problemas ligados à liberdade de expressão não acabaram." Ela cita os casos de atentado às manifestações culturais e artísticas. ●

Proposta que anistia siglas avança na Câmara

IZAEL PEREIRA
BRASÍLIA

A comissão especial da Câmara aprovou ontem o texto-base da Proposta de Emenda à Constituição (PEC 18/2021), que anistia os partidos que não utilizarem os recursos destinados às campanhas femininas. Foram 19 votos favoráveis contra 2 negativos. A PEC, de autoria do senador Carlos Fávaro (PSD-MT), estabelece que os partidos que não aplicarem no mínimo 30% dos recursos nessas candidaturas, e 5% dos recursos para programas de incentivo às mulheres não sofrerão sanções de qualquer natureza, inclusive de devolução de valores, multa ou suspensão do fundo partidário em eleições ocorridas antes da promulgação da emenda.

Segundo a relatora, Margarete Coelho (Progressistas-PI), a anistia é necessária, nesse caso, "porque a pandemia prejudicou a aplicação dos recursos em 2020". No entanto, ela manteve a punição para legendas que não cumprirem a cota de 30% de candidaturas femininas.

PROPORÇÃO. Em 2018, o STF decidiu que a distribuição de recursos do Fundo Partidário às campanhas eleitorais femininas deve ser feita na proporção de gênero das candidaturas, respeitado o patamar mínimo de 30% de candidatas mulheres. Já a obrigação do uso de 5% do fundo partidário para promover a participação política das mulheres está prevista na Lei dos Partidos Políticos.●

Eleições 1

TCU nega arquivar representação e aprofunda investigação contra Moro por 'práticas ilegítimas'

Os ministros do Tribunal de Contas da União juntaram uma representação sobre supostas 'práticas ilegítimas' do ex-juiz Sérgio Moro (Podemos), à época em que era titular da 13ª Vara Federal de Curitiba ao processo que apura conflito de interesse na atuação do pré-candidato à Presidência na consultoria americana Alvarez & Marsal, que administra a recuperação da Odebrecht, um dos principais alvos da Lava Jato. ●

Eleições 2

Ex-presidente da Câmara Rodrigo Maia anuncia filiação ao PSDB e vai presidir o partido no Rio

O ex-presidente da Câmara Rodrigo Maia (RJ) decidiu se filiar ao PSDB. O deputado federal licenciado e secretário de Projetos e Ações Estratégicas do Governo do Estado de São Paulo estava sem partido desde junho, quando saiu do DEM. De acordo com o presidente do PSDB, Bruno Araújo, Maia será o presidente estadual do partido no Rio, além de comandar a federação com o Cidadania. Maia é aliado do governador de São Paulo, João Doria, e coordena seu plano de governo. ●

Eleições 3

Federação entre Rede e PSOL libera filiados a declarar apoio aos presidenciáveis Lula e Ciro

Após decidirem formar uma federação partidária, a Rede e o PSOL chegaram a um acordo no qual os filiados dos dois partidos estarão liberados para apoiar candidatos diferentes na disputa pelo Palácio do Planalto. O acerto, porém, é informal: não vai constar no estatuto. Enquanto o PSOL de Guilherme Boulos pretende subir no palanque de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), algumas das principais lideranças da Rede estarão com Ciro Gomes (PDT).●

Eleições 4

Damares Alves informa a Bolsonaro que não vai mais concorrer ao Senado pelo Estado do Amapá

DIDA SAMPAIO/ESTADÃO

A ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damares Alves, avisou ao presidente Jair Bolsonaro que desistiu de ser candidata ao Senado pelo Amapá. O chefe do Executivo, porém, ainda tenta reverter a decisão. Damares tem enfrentado resistência do ex-presidente do Senado Davi Alcolumbre (MDB-AP) e dificuldades até mesmo para encontrar um partido, o que a desmotivou a seguir na disputa. Nem o PL de Bolsonaro abriu as portas para a ministra. ●

Violência

Vereador aponta arma para colega durante briga na Câmara Municipal de Querência (MT)

Durante uma briga na Câmara Municipal de Querência, em Mato Grosso, o vereador Professor Neriberto (PSC) sacou uma arma de fogo e apontou para o colega Edmar Batista (PDT). Antes, os dois trocaram socos e chutes e dois PMs tiveram de intervir. Em nota, a Casa disse que abriu "investigação para apurar o fato". Os vereadores não se manifestaram. ●

REPRODUÇÃO

Briga foi registrada por câmeras de segurança da Casa legislativa

Biden diz que Rússia planeja ciberataques contra os EUA

Biden vai à Europa tentar manter aliança ocidental contra Putin unida

Em meio a sinais de divisão entre aliados, presidente americano viaja para Bélgica e Polônia durante a maior crise de segurança e refugiados na Europa desde a 2.ª Guerra

WASHINGTON

O presidente dos EUA, Joe Biden, desembarca hoje na Bélgica para reuniões da Otan, do G-7 e com chefes de Estado e de governo da União Europeia. Na sexta-feira, ele vai à Polônia. O objetivo da Casa Branca é manter unida uma aliança contra a Rússia que começa a apresentar rachaduras.

A cúpula da Otan ocorre no dia em que a invasão russa da Ucrânia completa um mês. De acordo com assessores do presidente americano, a ideia de Biden é aumentar a pressão por mais sanções econômicas contra a Rússia e anunciar detalhes da próxima fase de assistência militar à Ucrânia.

"O presidente está viajando para a Europa para garantir que permaneçamos unidos, para consolidar nossa determinação coletiva, enviar uma mensagem poderosa de que estamos preparados e comprometidos com isso pelo tempo que for necessário", disse Jake Sullivan, conselheiro de Segurança Nacional da Casa Branca.

DIVISÕES. Biden, no entanto, não terá vida fácil em Bruxelas e Varsóvia. À medida que a guerra avança – e os líderes ucranianos pedem mais ajuda –, um racha vem surgindo entre um grupo de aliados que quer fornecer armas de ataque e outro que prefere evitar uma escalada do confronto.

SATELLITE IMAGE ©2022 MAXAR TECHNOLOGIES/AFP

Imagens de satélite mostram prédios residenciais atacados pelos russos em Mariupol, na Ucrânia

O maior desafio de Biden é encontrar novas ações para punir a Rússia. A Europa já ultrapassou os limites das sanções econômicas, uma vez que muitos países dependem da energia russa. E a Otan também esgotou grande parte de suas opções militares – exceto por um confronto direto com a Rússia, que Biden já disse que poderia resultar em uma terceira guerra mundial.

Nova fase da guerra
EUA estão perto do limite em termos de sanções econômicas e opções militares contra a Rússia

POLÔNIA. A viagem à Polônia também será cheia de obstáculos. Os dois países tiveram recentemente um desacordo depois que os EUA recusaram uma oferta polonesa para enviar caças MiG-29 aos ucranianos. A Casa Branca levantou preocupações de que a oferta pudesse ampliar a tensão com a Rússia, que ameaçou atacar qualquer país que abrigue aviões militares da Ucrânia.

A decisão de visitar a Polônia, porém, mostra a preocupação dos EUA com a crise de refugiados. Apenas a capital, Varsóvia, recebeu 300 mil ucranianos desde o começo da guerra. O presidente americano, que incluiu um campo de refugiados na agenda, promete enviar mais ajuda ao país.

Apesar de muitos pedidos, Biden não planeja visitar a Ucrânia. "Qualquer presidente dos EUA viajando para uma zona de guerra requer considerações de segurança e uma enorme quantidade de recursos no terreno", disse a secretária de imprensa da Casa Branca, Jen Psaki.

Alguns analistas dizem que a viagem é mais simbólica do que substantiva, já que não restam muitas sanções ou opções militares para os EUA. Outros dizem que a visita de Biden é crucial. "É importante ver um presidente dos EUA aparecer no momento da maior crise na segurança europeia desde a 2.ª Guerra", disse Ian Lesser, vice-presidente do German Marshall Fund. "É uma oportunidade para a liderança americana. Esse simbolismo é muito importante." ● WP e NYT

Navalni é condenado a mais 9 anos de prisão por fraude e desacato

Um tribunal russo considerou ontem o opositor russo Alexei Navalni culpado de fraude e desacato e o condenou a mais 9 anos de prisão. Ele já está cumprindo 2 anos e 6 meses em um campo de prisioneiros de Moscou por violações de liberdade condicional.

Navalni é o principal opositor de Putin. Ele liderou um movimento que sofreu forte repressão do governo. Em 2020, ele sobreviveu a uma tentativa de envenenamento e passou vários meses em recuperação na Alemanha. ● AFP e REUTERS

Ajuda humanitária

Garota refugiada em bunker canta e viraliza na Polônia

LODZ, POLÔNIA

Uma menina de 7 anos que cantou *Let It Go*, da trilha sonora do filme da Disney *Frozen*, em um abrigo antiaéreo em Kiev, agora canta para um tipo diferente de público. No domingo, Amelia Anisovich cantou o hino nacional ucraniano para milhares de pessoas em uma arena lotada em Lodz, na Polônia, durante um evento para arrecadar fundos para refugiados – como ela.

O vídeo da interpretação de *Frozen* foi visto por milhões de pessoas, chegando até mesmo ao elenco do filme. "Nós assistimos você", tuitou a atriz e cantora americana Idina Menzel, que fez a voz da personagem Elsa no filme. Idina compartilhou o clipe e dois emojis de coração, com as cores da bandeira ucraniana.

Com um vestido folclórico branco bordado com flores vermelhas, brancas e azuis, Amelia ocupou o centro do palco na Polônia e cantou o hino nacional. Mais tarde, voltou ao palco para cantar com a ucraniana Tina Karol em um cenário de girassóis, a flor nacional da Ucrânia.

ARENA LOTADA. Segundo o canal ITV, o concerto na Atlas Arena, em Lodz, "Juntos pela Ucrânia", foi organizado para arrecadar dinheiro para a Ação Humanitária Polonesa, ONG que ajuda refugiados ucranianos na fronteira. O evento arrecadou mais de US$ 380 mil, segundo a Associated Press. O canal ucraniano TCH informou que os ingressos para os 10 mil lugares da arena se esgotaram.

GRZEGORZ MICHALOWSKI / EPA / EFE

Amelia Anisovich, de 7 anos, canta em arena lotada em Lodz

Mais de 3,5 milhões de ucranianos se tornaram refugiados desde que a invasão russa começou, de acordo com números divulgados ontem. Mais de 2 milhões fugiram para a Polônia – em alguns casos, sobrecarregando cidades e instituições que não têm capacidade para abrigá-los.

Uma dessas refugiadas é Amelia, que disse à BBC, na semana passada, que estava na Polônia com a avó. Seu pai ficou na Ucrânia, já que homens em idade de combate não podem deixar o país. Sua mãe, Lilia, se juntou a ela e a avó recentemente. Sobre o desempenho da filha em Lodz, Lilia afirmou à agência britânica Press Association que estava "orgulhosa". ● WP

● A Guerra de Putin

A grande teoria imperial que leva Putin a travar uma guerra brutal

O objetivo da Rússia é reconstruir seu império e seu limite não ficará restrito à Ucrânia

ARTIGO

Jane Burbank
The New York Times
É professora de estudos russos e eslavos na Universidade de Nova York

O sangrento ataque de Vladimir Putin à Ucrânia, que amanhã completa um mês, ainda parece inexplicável. Foguetes caindo sobre edifícios residenciais e famílias em fuga tornaram-se a face da Rússia para o mundo. O que poderia ter induzido o governo russo a dar um passo tão fatídico, qualificando-se para se transformar em um Estado pária?

Esforços para compreender a invasão tendem a recair sobre duas escolas de pensamento. A primeira tem como foco o próprio Putin – seu estado mental, seu entendimento da história ou seu passado na KGB. A segunda evoca desenvolvimentos externos à Rússia, principalmente a expansão da Otan para o leste após o colapso da União Soviética, em 1991, como fontes subjacentes do conflito.

Mas, para entender a guerra na Ucrânia, devemos ir além de projetos políticos de líderes Ocidentais e da psique de Putin. O ardor e o conteúdo das declarações de Putin não são novidades para ele, nem singulares. Desde os anos 90, planos para reunir a Ucrânia e outros Estados pós-soviéticos numa potência transcontinental têm sido tramados na Rússia. Uma teoria revitalizada sobre um império eurasiático guia todas as manobras de Putin.

O fim da URSS deixou as elites russas desorientadas, despindo-as do status especial que mantinham num imenso império comunista. O que fazer? Para alguns, a resposta foi ganhar dinheiro, do modo capitalista. Nos anos selvagens que se seguiram a 1991, muitos russos foram capazes de reunir enormes fortunas em conluio com o indulgente regime. Mas, para outros, que haviam estabelecido objetivos sob as condições soviéticas, riqueza e uma economia de consumo vibrante não eram suficientes. Egos pós-imperiais sentiram a perda de status e significância da Rússia.

Com a perda de impulso do comunismo, intelectuais buscaram um princípio distinto sobre o qual o Estado russo poderia ser organizado. Suas explorações tomaram forma de partidos políticos – incluindo raivosos movimentos nacionalistas e antissemitas – e surtiram um efeito mais duradouro no reavivamento da religião enquanto fundação da vida coletiva.

EURÁSIA. Mas, enquanto o Estado atropelava a política democrática, na década de 90, novas interpretações sobre a essência da Rússia se estabeleceram, dando consolo e esperança para pessoas que aspiravam recuperar o prestígio do país no mundo.

Um dos conceitos mais cativantes foi o eurasianismo. Emergindo do colapso do Império Russo, em 1917, essa ideologia postula a Rússia como uma entidade política eurasiática formada por uma profunda história de intercâmbios culturais entre povos turcomanos, eslavos, mongóis e originados em outras partes da Ásia.

Em 1920, o linguista Nikolai Trubetzkoi – um dos vários intelectuais emigrados da Rússia que desenvolveram o conceito – publicou a obra *Europa e humanidade*, uma crítica incisiva ao colonialismo ocidental e ao eurocentrismo. Ele conclamava os intelectuais russos a libertarem a si mesmos de sua fixação na Europa e ter como base o "legado de Gengis Khan" para a criação de um imenso Estado russo eurasiático continental.

O eurasianismo de Trubetzkoi foi a receita para uma recuperação imperial sem o comunismo – que, em sua visão, era importado do Ocidente. Em vez disso, Trubetzkoi enfatizava a capacidade de uma ortodoxia cristã russa revigorada enquanto provedora de coesão por toda a Eurásia, com um respeito solícito aos adeptos das outras fés praticadas nessa enorme região.

Suprimido por décadas na URSS, o eurasianismo sobreviveu nas sombras e irrompeu publicamente durante o período da "perestroika", no fim dos anos 80. Lev Gumiliov, um geógrafo excêntrico que passou 13 anos em prisões e campos de trabalho forçado, emergiu como um aclamado guru do reavivamento eurasiático na década de 80.

Gumiliov enfatizava a diversidade étnica enquanto farol da história global. De acordo com seu conceito de "etnogênese", um determinado grupo étnico teria a capacidade, sob a influência de um líder carismático, de evoluir para uma "superetnose" – um poder que abrange uma ampla área geográfica que poderia se chocar com outras unidades étnicas em expansão.

INFLUÊNCIA. As teorias de Gumiliov ressoaram entre muitas pessoas que estavam tentando encontrar seu rumo em meio aos caos dos anos 90. Mas o eurasianismo foi injetado diretamente na corrente sanguínea do poder russo na forma de uma variante desenvolvida pelo pretenso filósofo Aleksander Dugin.

Após intervenções malsucedidas em partidos políticos pós-soviéticos, Dugin desenvolveu sua influência onde era relevante – entre militares e formuladores de políticas. Com a publicação, em 1997, de sua cartilha de 600 páginas, garbosamente intitulada *Os fundamentos da geopolítica: o futuro geopolítico da Rússia*, o eurasianismo avançou para o centro da imaginação política de estrategistas.

Segundo o ajuste do eurasianismo às condições atuais feito por Dugin, a Rússia tem um novo oponente – não apenas a Europa, mas todo o mundo "atlântico" liderado pelos EUA. E o eurasianismo de Dugin não é anti-imperialista, mas o oposto disso: a Rússia sempre foi um império, o povo russo sempre foi um "povo imperial" e, após a Rússia se vender nos anos 90 ao "eterno inimigo", ficando incapacitada, a nação seria capaz de ressuscitar, numa nova fase de combate global, e se tornar um "império mundial". No fronte civilizacional, Dugin ressaltou a ancestral conexão entre a Igreja Ortodoxa e o Império Russo. O combate cristão-ortodoxo contra o cristianismo ocidental e a decadência do Ocidente poderiam ser explorados na futura guerra geopolítica.

FADEL SENNA/AFP
Voluntária em Kiev; Ucrânia é ameaça para novo Império Russo

> *Os ucranianos deveriam se unir aos russos em torno da fé cristã-ortodoxa que compartilham*

UCRÂNIA. Geopolítica eurasiática, ortodoxia cristã russa e valores tradicionais, estes objetivos forjaram a autoimagem da Rússia sob Putin. Temas como glória imperial e vitimização ocidental foram propagados por todo o país. Em 2017, eles retumbaram domesticamente com a monumental exposição *Rússia, minha história*. As telas da mostra exibiam a filosofia eurasiática de Gumiliov, o martírio sacrificial da família Romanov e os males que o Ocidente havia infligido à Rússia.

E como a Ucrânia figura nesse reavivamento imperial? Como obstáculo, desde o início. Trubetzkoi argumentou em seu artigo *Sobre o problema ucraniano*, de 1927, que a cultura da Ucrânia era uma "individualização da cultura plenamente russa" e ucranianos e belarussos deveriam se unir aos russos em torno do princípio da fé cristã-ortodoxa que compartilham.

Dugin simplificou as coisas: a soberania ucraniana representa um "enorme perigo para toda a Eurásia". Total controle militar e político sobre toda a costa norte do Mar Negro é um "imperativo absoluto" para a geopolítica russa. A Ucrânia tem de se tornar um "setor puramente administrativo do Estado russo centralizado".

Putin levou a sério a mensagem. Em 2013, ele declarou que a Eurásia é uma importante zona geopolítica, onde o "código genético" da Rússia e de seus vários povos seria defendido contra "o liberalismo extremista de estilo ocidental". Em julho de 2021, ele afirmou que "russos e ucranianos são um só povo" e descreveu a Ucrânia como uma "colônia sob um regime fantoche", em que a Igreja Ortodoxa está sob assalto e onde a Otan prepara um ataque contra a Rússia.

Essas atitudes – queixas sobre a agressão do Ocidente, exaltações de valores tradicionais em detrimento de direitos individuais, asserções sobre o dever da Rússia de unir a Eurásia e subordinar a Ucrânia – foram produzidas no caldeirão dos ressentimentos pós-imperiais. Neste momento, elas infundem a visão de mundo de Putin e inspiram sua guerra brutal. O objetivo é o império. E seu limite não ficará restrito à Ucrânia. ● TRADUÇÃO DE GUILHERME RUSSO

● A Guerra de Putin

Ucrânia monta contraofensiva para retomar territórios da Rússia

Objetivo é recuperar a cidade de Kherson, no sul do país; ucranianos dizem ter expulsado os russos de Makariv, a 45 quilômetros de Kiev

KIEV

FELIPE DANA/AP

Equipes de resgate tentam encontrar corpos em shopping center de Kiev destruído pelos russos

Os ucranianos estão montando uma contraofensiva para recuperar território capturado pela Rússia no sul do país. A ideia é contar com ajuda da população para reforçar a pressão militar, segundo autoridades em Kiev e Washington. O esforço é mais evidente em vilas e cidades dominadas nos primeiros dias da guerra, como Kherson, onde soldados russos abriram fogo contra manifestantes na segunda-feira.

A Rússia está tendo dificuldade para reprimir a agitação popular – e recorrendo a meios cada vez mais violentos. O Exército ucraniano, ao mesmo tempo, está se aproveitando do tumulto para retomar terreno perdido. É difícil determinar se a estratégia está sendo bem sucedida, mas autoridades ucranianas dizem querer recuperar o aeroporto e a cidade de Kherson.

O porta-voz do Pentágono, John Kirby, confirmou a contraofensiva da Ucrânia. "Estamos identificando sinais de que os ucranianos estão sendo um pouco mais ofensivos. Eles têm defendido com muita inteligência, agilidade e criatividade em lugares que achamos que são os melhores para defender", disse. "Eles disseram que estavam planejando contra-ataques, e acho que estão indo nessa direção."

Ontem, os ucranianos continuaram com sucesso a conter o avanço russo em Kiev, empurrando as tropas invasoras na região noroeste da capital. Segundo o comando do Exército da Ucrânia, a cidade de Makariv, a 45 quilômetros de Kiev, foi retomada e os russos, expulsos.

Após 26 dias de combates, um alto funcionário do Departamento de Defesa dos EUA disse ontem que os russos não conseguiram avançar além de 15 quilômetros de Kiev, a noroeste, e 28 quilômetros, a leste da cidade – as mesmas posições que eles mantinham na semana passada.

Se os ucranianos vêm conseguindo conter os russos em Kiev, Mariupol parece cada vez mais próxima de cair. Ontem, o jornalista Jack Detsch, da *Foreign Policy*, disse ter recebido informações do Pentágono de que soldados da Rússia entraram na cidade. "Os russos estão agora dentro da cidade sitiada de Mariupol, na Ucrânia, incluindo forças separatistas que vieram da região de Donbas, segundo oficial de Defesa dos EUA", escreveu Detsch no Twitter.

Mais de 200 mil pessoas permanecem presas em Mariupol, uma situação descrita pela ONG Human Rights Watch (HRW) como um "inferno gelado cheio de cadáveres e edifícios destruídos". Autoridades locais relataram ontem duas "superexplosões" na cidade e disseram, em comunicado, que os russos querem reduzir a cidade a cinzas.

ESCASSEZ. O comando militar ucraniano disse ontem que as forças russas têm apenas mais três dias de combustível, comida e munição para conduzir a guerra, após um colapso em suas cadeias de suprimentos. "De acordo com informações disponíveis, as forças de ocupação russas que operam na Ucrânia têm estoques de munição e alimentos para não mais de três dias", afirmou um comunicado das Forças Armadas ucranianas. "A situação é semelhante com combustível, que é reabastecido por caminhões-tanque. Os russos não conseguiram um gasoduto para atender às necessidades das tropas."

Resistência
Comando militar da Ucrânia diz que russos têm só mais três dias de comida, combustível e munição

As suspeitas de escassez foram descritas como "plausíveis" por autoridades ocidentais, embora elas tenham dito que não é possível corroborar a informação. O relatório do comando ucraniano foi considerado consistente com evidências de que o avanço russo havia sido interrompido e, por isso, eles voltaram a recorrer a ataques de artilharia "indiscriminados" contra civis.

"Acreditamos que as forças russas usaram muito material e equipamento, incluindo tipos específicos de armas, e vimos relatos isolados de unidades específicas que não têm mais suprimentos de um tipo ou de outro", dizem os ucranianos. "É consistente com um avanço que parou. Falhas na cadeia logística têm sido uma das razões pelas quais eles não são tão eficazes quanto se esperava."

Um funcionário do Pentágono acrescentou ainda que há problemas de moral entre as tropas russas, não só causados pela escassez de alimentos e combustível, mas também em razão do congelamento de partes do corpo por causa da falta de equipamentos adequados para o inverno.

Para elevar o moral da tropa, de acordo com alguns analistas, os russos estariam ansiosos para declarar vitória em Mariupol. A cidade é vista como chave para garantir um corredor russo entre a região separatista de Donbas e a Crimeia, anexada em 2014. Segundo David Petraeus, general da reserva, ex-diretor da CIA e hoje comentarista da CNN, tomar a cidade portuária liberaria um grande contingente de soldados para desafogar a linha de frente russa em outras partes da Ucrânia.

BAIXAS. Na segunda-feira, um conhecido tabloide pró-Kremlin, o *Komsomolskaya Pravda*, informou que, de acordo com números do Ministério da Defesa da Rússia, 9.861 soldados russos foram mortos na Ucrânia e 16.153 ficaram feridos. A postagem foi rapidamente removida do site do jornal e do Twitter. Oficialmente, o governo russo reconhece apenas que 500 soldados morreram em combate. Autoridades ocidentais disseram acreditar que os números citados pelo jornal russo sejam uma "estimativa razoável". ● NYT, REUTERS, AP e WP

Justiça da Nicarágua condena filha da ex-presidente Chamorro

MANÁGUA

A jornalista Cristiana Chamorro, que foi pré-candidata à presidência da Nicarágua, foi condenada ontem a 8 anos de prisão, após ser declarada culpada por crimes atribuídos a ela pelo governo de Daniel Ortega.

Cristiana, de 68 anos, seguirá sob prisão domiciliar, regime no qual se encontra desde junho, informou o Centro Nicaraguense de Direitos Humanos, que acompanha os processos contra opositores detidos.

Ela foi condenada por crimes de lavagem de dinheiro e apropriação indébita. As autoridades não revelaram detalhes sobre a sentença. Segundo o Ministério Público, os crimes teriam sido cometidos por meio da Fundação Violeta Barrios de Chamorro (FVBCH), ONG que tem o nome da ex-presidente da Nicarágua (1990-1997) e mãe de Cristiana, dedicada a promover a liberdade de imprensa e de expressão.

Também foi condenado a 9 anos de prisão, pelo mesmo caso, Pedro Joaquín Chamorro, irmão de Cristiana. Ele permanecerá na penitenciária da Direção de Assistência Judicial da Polícia, conhecida como El Chipote. Dois funcionários da fundação, fechada desde o ano passado, pegaram 13 anos de prisão. ● AFP

Ataques de gangues matam 34 na Nigéria

ABUJA

Homens armados mataram no domingo pelo menos 34 pessoas, entre elas dois militares, em vários ataques realizados no noroeste da Nigéria, revelaram ontem autoridades locais. Segundo o comissário de segurança interior do Estado de Kaduna, Samuel Aruwan, os ataques ocorreram em quatro cidades: Tsonje, Agban, Katanga e Kadargo.

"As agências de segurança reportaram ao governo estadual de Kaduna que, após operações de buscas minuciosas, foram confirmadas as mortes de 34 pessoas", disse Aruwan. Uma pessoa é dada como desaparecida e outras sete ficaram feridas. Mais de 200 casas e 30 lojas foram incendiadas. Os atos de violência são os mais recentes atribuídos a gangues armadas no noroeste e centro do país, região cada vez mais dominada pelo crime organizado. ● AFP

Segurança

Ordem do tráfico esvazia Cracolândia e usuários se espalham por São Paulo

A polícia atribui a saída dos traficantes à atuação de agentes infiltrados e às operações que resultaram em 92 prisões em quase um ano; crise econômica pode ser outro fator

GONÇALO JUNIOR

Traficantes e usuários de drogas deixaram a região conhecida como Cracolândia, na Luz, ao longo do fim de semana passado, e se espalharam por outros pontos do centro de São Paulo. A saída foi ordenada por lideranças do crime organizado na noite de sexta-feira, de acordo com a Polícia Civil. A polícia atribui a saída dos traficantes à atuação de agentes infiltrados e às operações que resultaram em 92 prisões em quase um ano. O aumento do preço das pedras de crack, a "inflação do tráfico", também desmotivou a atuação do crime organizado na região.

Cerca de um terço dos usuários e traficantes, de acordo com estimativa da própria polícia, migrou para a Praça Princesa Isabel, também no centro. Com isso, parte do chamado fluxo no quadrilátero da Rua Helvetia, Alamedas Dino Bueno e Cleveland e a Praça Júlio Prestes mudou de endereço. A distância entre os dois pontos é de menos de 500 metros.

Além da Praça Princesa Isabel, os traficantes estão se instalando no túnel de interligação das Avenidas Paulista e Rebouças, na Praça Julio Mesquita, no bairro da Santa Ifigênia. A concentração é menor do que na região da Luz.

"Na sexta-feira, uma ordem das lideranças da facção criminosa que explora a Cracolândia determinou a saída dos traficantes da região. Os usuários, que são vítimas e dependentes, acompanharam os traficantes", afirma o delegado Roberto Monteiro, da 1.ª Delegacia Seccional Centro.

Na visão da polícia, a saída do tráfico ocorreu pelas prisões feitas desde junho do ano passado, no início da Operação Caronte, ação da Polícia Civil com o apoio da Polícia Militar e da Guarda Civil Metropolitana (GCM). Foram 92 presos até o momento. "O crime organizado acabou estrangulado. Mas não podemos falar no fim da Cracolândia. Foi uma vitória numa batalha", diz Monteiro.

TIAGO QUEIROZ / ESTADÃO

Parte dos usuários e traficantes de drogas que deixaram a Cracolândia foi para a Praça Princesa Isabel

Sem auxílio
Entidades alertam que o espalhamento dos usuários dificulta oferecimento de cuidados básicos de saúde

Desde janeiro de 2019 até o dia 28 de fevereiro deste ano, as forças de segurança estaduais informam a apreensão de mais 3,8 toneladas de drogas e 48,3 litros de drogas líquidas na região. No mesmo período, foram apreendidas 18 armas de fogo, 111 facas, 522 munições de diversos calibres, 446 balanças de precisão e mais de R$ 900 mil.

FLUXO. De acordo com o monitoramento da Prefeitura, a região da Cracolândia recebia um fluxo médio de 527 pessoas por dia. Em fevereiro, o número caiu para 397. O esvaziamento rápido, no entanto, surpreendeu até os moradores e comerciantes. Imagens das câmeras de segurança da Prefeitura mostraram moradores ocupando a chamada Praça do Cachimbo, nas proximidades da Estação Julio Prestes, pela primeira vez em vários meses. Muitos temem, no entanto, que o fluxo retorne à região nos próximos dias. "A gente não sente segurança de que eles não vão voltar", diz a comerciante Luciane Araújo, dona de uma mercearia na Alameda Glete.

A crise econômica, acentuada pela pandemia, também influenciou no enfraquecimento do tráfico de drogas. Policiais afirmam que o preço da pedra de crack subiu de R$ 10 a R$ 15 para cerca de R$ 30 e R$ 40 em pouco mais de três meses.

ASSISTÊNCIA. Entidades de assistência social alertam que o espalhamento dos usuários de substâncias psicoativas pode dificultar o oferecimento de cuidados básicos de saúde e ações de redução de danos por uso de drogas, como oferecimento de anticoncepcionais para as mulheres. O padre Julio Lancelotti vê com estranheza o esvaziamento. "É um vazio repentino e não se deve a nenhuma intervenção social do Estado ou da Prefeitura. O fluxo foi pulverizado, desde a Praça Princesa Isabel até outros locais do centro", afirmou o líder da Pastoral do Povo de Rua. ●

Para o PCC, teria se tornado um mau negócio

ANÁLISE

MARCELO GODOY

O que é a renda da venda de drogas na Cracolândia comparada com os problemas que a manutenção do maior mercado da droga ao céu aberto do País causava ao Primeiro Comando da Capital (PCC)? Para quatro integrantes da cúpula da Polícia Civil e um promotor do Grupo de Atuação Especial e Repressão ao Crime Organizado (Gaeco) a resposta a essa pergunta pode estar por trás da decisão da facção criminosa de encerrar – por enquanto – suas atividades na região. Desde sua criação no Anexo da Casa de Custodia de Taubaté, em 1993, o PCC cresceu continuamente, dominou presídios e depois a criminalidade no Estado. Hoje, está presente em 22 países de três continentes e lucra mais de R$ 1,5 bilhão por ano com o tráfico internacional de drogas, mantendo laços com a 'Ndragheta, a máfia da Calábria (Itália) e com o Cartel de Sinaloa (México).

"Hoje o PCC é uma organização de tipo mafioso", afirmou o promotor Lincoln Gakiya, do Gaeco. Isso porque ele exerce controle de território e social por meio do medo da violência. Busca o monopólio da atividade criminosa e domina mecanismos de lavagem de dinheiro. É a organização criminosa que mais cresce no mundo por meio de seu cartel, o Narcosul.

Símbolo dessa nova fase, em outubro de 2021, os promotores do Gaeco detectaram que o PCC determinou a suspensão da cebola, a cobrança de contribuição mensal dos integrantes da facção que existia desde a fundação do grupo. Abria assim mão de uma renda tradicional – bandidos em liberdade pagavam R$ 1 mil, dinheiro que financiava ações de populismo carcerário, como a distribuição de cestas básicas e o fretamento de ônibus na capital para levar parentes de detentos aos presídios do oeste do Estado.

Crescimento da facção
Hoje, o PCC está presente em 22 países de três continentes e lucra mais de R$ 1,5 bilhão por ano

Com toda essa estrutura, por que manter o tráfico de drogas na Cracolândia? Ainda mais depois que, desde maio de 2021, a polícia instalara câmeras de vídeo escondidas na região para identificar traficantes em meio aos usuários maltrapilhos. "Prendemos 64 deles. Cada vez que aparecia alguém melhor vestido em meio ao fluxo, passamos a identificá-lo e capturá-lo", afirmou o diretor do Departamento de Narcóticos (Denarc), Genésio Léo Júnior. As prisões se multiplicavam e o lucro diminuía. Para quem está ganhando com o tráfico internacional, a Cracolândia teria se tornado um mau negócio. A polícia só não sabe até quando. ●

REPÓRTER ESPECIAL

NOTAS E INFORMAÇÕES

Uma reforma que se arrasta

Mais de mil municípios deixaram de completar as mudanças no regime de aposentadoria dos servidores

Apesar de algum avanço após a aprovação da Emenda Constitucional 103, em novembro de 2019, a reforma da previdência dos municípios que criaram regimes próprios de aposentadoria para seus funcionários está parada em boa parte deles. Embora tenha superado muitas resistências, a reforma previdenciária ainda parece arrastar-se em algumas instâncias.

Por causa do atraso, muitos municípios correm o risco de, a partir de abril, perderem o direito de receber transferências voluntárias da União, estabelecer acordos e contratos com órgãos públicos federais e até de contratar empréstimos, como mostrou reportagem do **Estadão**. Estima-se que, só de transferências e avais da União, o valor chegue a R$ 30 bilhões por ano.

São 1.039 prefeituras, entre as 2.151 que aprovaram a criação de regime previdenciário próprio, que ainda não implementaram um sistema completo para seus funcionários, como exigem as normas aprovadas em 2019. A nova etapa inclui o estabelecimento do regime de capitalização, por meio do qual o servidor que ganha mais do que o teto dos benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), e quiser ter aposentadoria compatível com sua renda, contribua com o necessário no presente para assegurar benefício maior no futuro.

O pagamento de aposentadoria integral, sem que o beneficiário tivesse contribuído para isso, era fonte de grave desequilíbrio financeiro do setor público. Por isso, a reforma é essencial para evitar o déficit e assegurar recursos para a execução de programas em áreas como educação, saúde, segurança, serviços públicos e outras vitais para o bem-estar da população e para a atividade econômica.

O evidente custo político de reformas com essas características – que obviamente reduzem privilégios de que gozavam os servidores públicos e tendem a equiparar seus direitos aos dos trabalhadores do setor privado – é fator que tende a retardar o avanço da reforma. Mas, ainda que lentamente, ela tem avançado e prazos têm sido fixados para o setor público em todos os níveis cumprir suas etapas.

O novo prazo, que termina em 31 de março, foi estendido por causa da pandemia, que afetou duramente a atividade econômica e, consequentemente, as finanças públicas. Originalmente, terminaria em 30 de novembro. Nessa etapa, todos os municípios que dispõem de regime próprio de previdência devem estabelecer alíquota mínima de contribuição de 14% e suspender o pagamento de benefícios como auxílio-doença e salário-maternidade, que passam a ser de exclusividade do INSS.

Sem o cumprimento dessas exigências, o município perde o direito à obtenção do Certificado de Regularidade Previdenciária, documento essencial para diversas operações com a União. A eventual suspensão das transferências voluntárias da União e a impossibilidade de concretização de contratos financeiros são riscos imediatos que correm as prefeituras que não cumprirem o prazo. Outro, de médio e longo prazos, é sua insolvência financeira em algum momento no futuro, com prejuízos para toda a comunidade.●

Segurança

Moradores se surpreenderam com sumiço do fluxo na região

TIAGO QUEIROZ / ESTADÃO

Homem passeia com criança em rua vazia, antes ocupada por fluxo de usuários e traficantes de droga

Pessoas que residem na Cracolândia dizem que usuários de droga começaram a sair da área na noite de sexta, sem confronto

GONÇALO JUNIOR

As ruas próximas da Estação Julio Prestes, no centro de São Paulo, região conhecida como Cracolândia, estão praticamente vazias. O local normalmente ocupado por centenas de usuários de drogas virou cenário de obras de limpeza e conservação urbana da Prefeitura. Praticamente não há usuários. O esvaziamento contrasta com o aumento do movimento na Praça Princesa Isabel, distante cerca de 400 metros dali. Moradores temem que a chamada Cracolândia tenha só mudado de local.

O **Estadão** percorreu os dois endereços na manhã de ontem. Na Alameda Cleveland, um dos acessos à Estação Julio Prestes, máquinas e caminhões da Subprefeitura da Luz faziam consertos como fechamento de buracos nas calçadas, que, dizem funcionários, eram esconderijos de droga. Na praça, mais ações de zeladoria, com lavagem das calçadas.

A técnica em Enfermagem Fernanda, de 33 anos, que prefere só dizer o primeiro nome, fala em "sensação de liberdade". "A gente quase não podia sair de casa por medo de assalto", diz ela, que mora na Rua Dino Bueno.

> Saiba mais
>
> **527 pessoas**
> **em média compunham o chamado fluxo por dia. Em fevereiro, n.º caiu para 397.**

Moradores e trabalhadores relatam que a concentração de pessoas – o chamado fluxo – no quadrilátero da Rua Helvetia, Alamedas Dino Bueno e Cleveland e a Praça Júlio Prestes já vinha diminuindo. Segundo a Prefeitura, a região recebia uma média de 527 pessoas por dia. Em fevereiro, o número caiu para 397. O esvaziamento rápido surpreendeu a todos.

Fernanda conta que tomou um susto quando olhou pela janela do seu apartamento na manhã de sábado. Onde antes estavam os usuários e traficantes de drogas não havia quase ninguém. Segundo ela e outros moradores, não houve conflito com policiais. Traficantes e usuários começaram a abandonar o local na noite de sexta.

DESLOCAMENTO. "Para onde foram as pessoas que estavam aqui?", indaga Fernanda. Parte da resposta está na Praça Princesa Isabel. Ontem, era possível ver bancos com pedras de crack expostas, sob guarda-sóis. Traficantes e usuários se misturam a famílias em situação de rua que ocupam barracas chamadas de "condomínios". "Quem tá vendendo?", indaga uma mulher de bermuda cinza e top verde. Um rapaz de camisa preta e boné azul aponta para o centro da praça.

A Prefeitura, porém, nega a "mudança de endereço". Ao **Estadão**, Alexis Vargas, secretário executivo de Projetos Estratégicos de São Paulo, diz que a praça é só um dos pontos para onde os traficantes se deslocaram. "Nosso monitoramento mostra que ali estão cerca de cem pessoas que estão com os moradores em situação de rua", diz ele.

Moradores sugeriram uma relação entre a saída do fluxo da Luz e a proximidade da data de inauguração do Hospital Estadual Pérola Byington, na Alameda Glete. Alexis também nega. "Não há relação direta, pois o hospital nem começou a funcionar. Não houve acordo nenhum com o tráfico."●

AGENDA COVID

A SITUAÇÃO NO PAÍS, COM DADOS DO CONSÓRCIO DA IMPRENSA E DO MINISTÉRIO DA SAÚDE (RECUPERADOS)

657.773	410	303	175.139.013	29.683.686	41.838	28.214.095
TOTAL DE MORTES	NOVOS REGISTROS DE MORTES EM 24H*	MÉDIA MÓVEL DE ÓBITOS	TOTAL DE VACINADOS	TOTAL DE TESTES POSITIVOS	NOVOS CASOS DETECTADOS EM 24H*	NÚMERO DE RECUPERADOS**

NA WEB
Confira mais algumas cidades e o avanço da imunização
https://bityli.com/7JErsR

Cronograma da vacinação
SÃO PAULO
Crianças com 5 anos de idade e crianças entre 6 e 11 anos imunossuprimidas devem ser vacinadas exclusivamente com a vacina da Pfizer pediátrica. E segue a vacinação para todos os grupos elegíveis

RIO DE JANEIRO
Pessoas com imunossupressão grave com 12 anos ou mais devem tomar uma terceira dose (dose adicional) da vacina contra a covid-19 pelo menos 28 dias após a segunda dose. É necessário apresentar comprovação de imunização nos postos oficiais.●

PREVISÃO DO TEMPO

VOLUME DE CHUVA: 0 MM
UMIDADE RELATIVA: 47%

QUINTA	SEXTA	SÁBADO	DOMINGO
17°/31°	19°/32°	20°/31°	20°/28°

SOL — NASCENTE: 6H11 — POENTE: 18H14

LUA: CHEIA

CHEIA	18/03	4H20
MINGUANTE	25/03	2H38
NOVA	1/04	3H27
CRESCENTE	9/04	3H48

● Ar seco predomina. Dia de sol com poucas nuvens. Madrugada fria e tarde quente. Sem chuva.

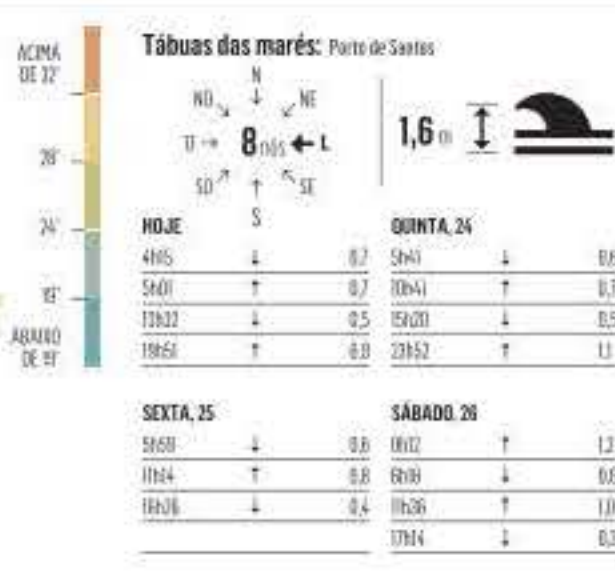
Tábuas das marés: Porto de Santos

8 nós L — 1,6 m

HOJE		
4h15	↓	0,2
9h01	↑	0,7
13h22	↓	0,5
19h54	↑	0,8

QUINTA, 24		
5h41	↓	0,0
10h41	↑	0,7
15h20	↓	0,5
23h52	↑	1,1

SEXTA, 25		
5h58	↓	0,6
11h34	↑	0,8
16h26	↓	0,4

SÁBADO, 26		
0h12	↑	1,2
6h18	↓	0,6
11h36	↑	1,0
17h14	↓	0,3

Capitais	MÍN./MÁX.		MÍN./MÁX.
ARACAJU	26°/29°	MACEIÓ	24°/29°
BELÉM	23°/32°	MANAUS	23°/30°
BELO HORIZONTE	13°/29°	NATAL	24°/30°
BOA VISTA	24°/36°	PALMAS	23°/33°
BRASÍLIA	17°/29°	PORTO ALEGRE	20°/24°
CAMPO GRANDE	22°/32°	PORTO VELHO	23°/32°
CUIABÁ	23°/34°	RECIFE	24°/29°
CURITIBA	13°/25°	RIO BRANCO	24°/32°
FLORIANÓPOLIS	20°/26°	RIO DE JANEIRO	18°/31°
FORTALEZA	24°/28°	SALVADOR	23°/29°
GOIÂNIA	18°/33°	SÃO LUÍS	24°/30°
JOÃO PESSOA	25°/28°	TERESINA	23°/30°
MACAPÁ	24°/31°	VITÓRIA	21°/27°

Confira a previsão para os próximos dias: **www.estadao.com.br/clima-e-tempo/sp-sao-paulo**

Mundo	FUSO	MÍN./MÁX.		FUSO	MÍN./MÁX.
ASSUNÇÃO	0	22°/35°	MÉXICO	-3	17°/26°
ATENAS	5	7°/10°	MIAMI	-1	23°/33°
BARCELONA	4	8°/13°	MONTEVIDÉU	0	18°/25°
BERLIM	4	6°/16°	MOSCOU	6	-2°/6°
BRUXELAS	4	7°/17°	NOVA YORK	-1	3°/9°
BUENOS AIRES	0	20°/24°	PARIS	4	5°/17°
CARACAS	-1	18°/27°	ROMA	4	5°/15°
CHICAGO	-2	6°/19°	SANTIAGO	0	8°/20°
ESTOCOLMO	4	2°/10°	SYDNEY	14	19°/24°
GENEBRA	4	-3°/10°	TEL-AVIV	5	7°/13°
JOHANNESBURGO	5	16°/26°	TÓQUIO	12	6°/10°
LIMA	-2	20°/20°	TORONTO	-1	1°/4°
LISBOA	3	10°/13°	WASHINGTON	-1	8°/13°
LONDRES	3	8°/18°			
LOS ANGELES	-4	20°/29°			
MADRID	4	8°/12°			

CLIMATEMPO
A StormGeo Company

Pandemia do coronavírus

Idoso acima de 70 anos poderá tomar 4ª dose em SP a partir do dia 29

Para receber o novo reforço da vacina, é necessário apenas ter recebido a terceira dose há pelo menos quatro meses

ISABELA MOYA
ESPECIAL PARA O ESTADÃO

Idosos a partir 70 anos da cidade de São Paulo poderão tomar a quarta da dose da vacina contra a covid-19 a partir da próxima terça-feira, desde que tenham recebido a terceira dose há pelo menos quatro meses. Serão aplicados os imunizantes disponíveis.

Segundo a Secretaria Municipal da Saúde (SMS), dos 556 mil idosos com mais de 70 anos que residem na capital, 450.347 já estão elegíveis para a segunda dose adicional.

A imunização ocorrerá em todas as Unidades Básicas de Saúde (UBSs) e Assistências Médicas Ambulatoriais (AMAs)/UBSs Integradas, que funcionam das 7h às 19h, além dos megapostos e drive thrus, das 8h às 17h. Fora a vacinação nos postos, a Atenção Básica, por meio da Estratégia Saúde da Família (ESF), vacinará idosos nas Instituições de Longa Permanência (ILPIs) e em domicílio para acamados e impossibilitados de se locomover.

Para se vacinar é preciso levar documento de identificação, de preferência Cadastro de Pessoa Física (CPF) ou cartão do Sistema Único de Saúde (SUS), além da carteirinha com o registro das doses já recebidas. Desde sexta, idosos a partir de 80 anos estão aptos a receber a quarta dose. Até o momento, 23.153 pessoas nessa faixa etária já receberam a segunda dose adicional.

Internações em queda
Desde 11 de março, São Paulo tem registrado menos de 300 internações por dia na média

"A logística de vacinação construída pela gestão municipal permanece para imunizar toda a população contra a covid-19 na cidade de São Paulo", diz o secretário municipal da Saúde, Edson Aparecido.

INTERNAÇÕES. O Estado de São Paulo registrou na segunda, dia 21, a menor média móvel de sete dias de internações por covid-19 desde o início da pandemia. Foram 233 novas internações, ante 3.399 no pico da pandemia em 26 de março de 2021, e 1.521 no maior índice durante a circulação da variante Ômicron, no dia 29 de janeiro deste ano.

EM QUEDA. Segundo a Secretaria de Estado da Saúde (SES), desde 11 de março, São Paulo tem registrado menos de 300 internações por dia na média, e, desde o dia 16, está abaixo do menor recorde anterior de 269 internações, em 10 de dezembro de 2021. O avanço da vacinação, diz a SES, tem reflexo direto na redução das internações. São Paulo atingiu a meta de 90% da população elegível vacinada com duas doses e mais de 103 milhões aplicações.

As mortes por covid também estão em queda. O Estado registrou na segunda-feira a menor média móvel de mortes, com 81, desde o pico da Ômicron. Desde 15 de março, o índice está abaixo de 100 mortes. ●

SÃO PAULO RECLAMA

Queixa sobre o corte de benefício federal

Reclamação de Jane Silva: "Mais uma vez, eu apelo por uma resposta e uma explicação do INSS que, após quatro meses de restabelecimento de pagamento do benefício de aposentadoria de José Liberato da Silva, voltou a bloquear o benefício pago corretamente durante 12 anos, sob alegação de duplicidade/homônimo. Após inúmeras tentativas de contato com o INSS (*Instituto Nacional do Seguro Social*), envio de documentação, provas de vida realizadas sempre com a frequência exigida pelo serviço, o erro foi reconhecido e restabelecido o pagamento a partir de setembro do ano passado. Os pagamentos referentes aos meses anteriores, no entanto, não foram depositados conforme promessa verbal recebida no posto de atendimento. Surpreendentemente, após quatro meses desse restabelecimento, o INSS cessou o benefício novamente. A ocorrência do óbito de seu irmão gêmeo em Pernambuco consta no atestado de óbito."

Resposta do INSS: "Informamos que o benefício do senhor José Liberato da Silva foi reativado." ●

Teve algum direito como cidadão ou consumidor desrespeitado? O blog Seus Direitos pode ajudar. Envie suas reclamações, com os devidos documentos, dados pessoais e contatos, além do nome dos envolvidos na questão, para o **spreclama@estadao.com**

HÁ UM SÉCULO

O perigo dos vehiculos

Na rua José Paulino um velho operario, Domingos Romano, de 78 annos, morador no predio n. 4 daquella rua, quando se dirigia a uma quitanda, foi atropelado por um carrinho (...) Atirado ao solo a e pisado pelo animal, a desventurada victima recebeu fortes contusões no thorax e no rosto. Sobre o facto foi instaurado do inquerito pelo delegado da Central.

Hontem, às 18 horas, na praça da Republica, o "chauffeur" Antonio Fernandes, ao passar com a machina que dirigia ao lado de um caminhão, foi attingido pela lança daquelle vehiculo no peito. A victima foi soccorrida no posto da Assistencia (...) O conductor do caminhão evadiu-se. ●

CORREÇÕES

Elisabeth Roudinesco. O nome correto do livro da psicanalista Elisabeth Roudinesco é *O Eu Soberano: Ensaio sobre derivas identitárias* (*Aliás*, páginas C6 e C7, edição de 20/3/22).

Este espaço se destina à correção de erros publicados na edição impressa do **ESTADÃO**. Você pode colaborar enviando e-mail para **correcoes@estadao.com**. As correções abrangem erros como: de informação, nome, cargo, dados numéricos, entre outros.

LOTERIA

Para ver os resultados, aponte a câmara do seu celular para o QR Code ou acesse: **https://loterias.estadao.com.br/mega-sena.**

FALECIMENTOS

Para publicar anúncio fúnebre: Balcão Limão ● (11) 3856-2139 / (11) 3815-3523 / WHATSAPP (11)98123-8351. ● Atendimento de 2ª a 6ª das 8h30 às 21h horas, Sábado das 10h às 20h, Domingo das 14h às 20h ● Só serão publicadas notícias de falecimento/missa encaminhadas pelo e-mail **falecimentos@estadao.com**, com nome do remetente, endereço, rg e telefone.

A filha Juliana, o genro Luiz Fernando, as irmãs Melania, Margarida, Maria Leticia (Lelê) e Ana Luiza, o cunhado Waclaw, sobrinhos e neta, comunicam com pesar o falecimento da querida

† **FRANCISCA ANTONIETA A. P. CARIANI**
(Kika)

ocorrido na última sexta-feira 18/03/2022 e convidam para a missa de 7º dia, que será realizada na próxima 5ª feira, 24 de Março, às 12:00hs, na Igreja São José à Rua Dinamarca, 32 Jardim Europa, São Paulo - SP

Pedro Camarinha – Dia 21, aos 72 anos. Era casado com Tomoe. Deixa os filhos Otávio, Pedro, parentes e amigos. A cerimônia de cremação foi realizada no Crematório Vila Alpina.

MISSAS

Marizilda Conceição Lourenço – Dia 26, às 16 horas, na Igreja São Luiz Gonzaga, na Av. Paulista, 2.378, Bela Vista (2 anos).

Maria do Carmo Brant de Carvalho Galizia – Dia 26, às 18 horas, na Paróquia São Pedro e São Paulo, na R. Circular do Bosque, 31, Cidade Jardim (7º dia).

José Cássio Pupo d'Utra Vaz – Hoje, às 11 horas, na Igreja São José, na R. Dinamarca, 32, Jardim Europa (7º dia).

Paulo Verna – Dia 27, às 9 horas, na Paróquia São Luís Gonzaga, na Av. Paulista, 2.378, Bela Vista (1 ano).

Bryan e Helena Maria Morgan, pais e Christina Marcondes Morgan, irmã de

† **FERNANDO MARCONDES MORGAN**

Agradecem as manifestações de carinho por ocasião de seu falecimento em 17/3/22 e convidam para a missa de 7º dia, na sexta feira 25 de março, às 11:00 horas na Igreja de São José, à Rua Dinamarca, 32, Jardim Europa.

Campeonato Paulista

Após drama, São Paulo vira e avança

Equipe sai atrás, mas Rogério Ceni usa bem os reservas e time consegue goleada sobre o São Bernardo por 4 a 1; Pablo Maia e Nestor são destaques do primeiro semifinalista

GLAUCO DE PIERRI

Foi um drama maior do que o era esperado para qualquer torcedor do São Paulo, mas o time soube sair das adversidades, conseguiu virar em cima do São Bernardo e venceu o duelo com o time do ABC, válido pelas quartas de final do Paulistão, por 4 a 1, com boa apresentação da dupla de volantes formada por Pablo Maia e Rodrigo Nestor. Agora, o São Paulo espera a definição do seu adversário para a semifinal, disputada em jogo único, já no final de semana.

Atual campeão paulista, o São Paulo sofreu com a ansiedade no primeiro tempo – o nervosismo podia ser sentido em todo o Morumbi. O time começou o jogo muito mal, com erros grosseiros que quase fizeram com que o São Bernardo saísse na frente.

O São Paulo só começou a tomar as rédeas da partida a partir dos 30 minutos. Aos 33, a melhor chance da primeira etapa foi desperdiçada por Rodrigo Nestor. Ele não aproveitou a bobeira da defesa do São Bernardo – a bola foi recuada para o goleiro Alex Silva, que foi tentar driblar Luciano e perdeu. O volante do time do técnico Rogério Ceni ficou com a bola e, sem goleiro, mandou por cima do travessão.

Os dois times voltaram do intervalo sem mudanças e o primeiro a chegar com perigo foi o São Bernardo. O que era nervosismo virou drama aos sete minutos. Reinaldo perdeu a bola no meio-campo e Cristovam acionou Davó no ataque. Ele tentou o chute, a bola rebateu em Diego Costa e voltou para o atacante do São Bernardo, que invadiu a área e tocou na saída de Jandrei para colocar o time do ABC na frente.

Rogério Ceni resolveu mexer e, logo após tomar o gol, mandou Wellington, Calleri e Rigoni para o campo. A pressão da equipe do Morumbi aumentou. Aos 19, finalmente o São Paulo chegou ao gol. Calleri tocou no fundo, pela direita, para Rigoni. Ele cruzou rasteiro para trás, nos pés de Rodrigo Nestor, que se redimiu do gol perdido no primeiro tempo e bateu firme, no canto direito, para empatar a partida.

Aos 21, Paulinho Mocellin fez falta dura em Rigoni, levou o segundo amarelo e foi expulso. Com um a mais em campo, o time subiu a pressão. Aos 31, mais uma vez Luciano perdeu boa chance. Ele recebeu na marca do pênalti, girou e bateu firme, mas mais uma vez ficou nas mãos do goleiro Alex Silva.

O gol da vitória saiu aos 37, para alívio da torcida do São Paulo. Pablo Maia recebeu livre fora da área e ameaçou cruzar. Contudo, o volante resolveu arriscar para o gol e mandou a bola no ângulo, sem chances para o goleiro do São Bernardo, um golaço, o seu primeiro gol como profissional.

O São Bernardo tentou sair para o jogo e acabou levando o terceiro no contra-ataque, com dois jogadores que saíram do banco. Aos 42, Marquinhos tabelou com Nikão, entrou na área e bateu forte para marcar o terceiro gol.

Desanimado em campo, o São Bernardo ainda levou o quarto gol. Pablo Maia acionou Calleri na área e o argentino só tocou na saída de Alex Silva para decretar a classificação do São Paulo para as semifinais do Paulistão. ●

Gols: Davó, aos 7, Nestor, aos 19, Pablo Maia, aos 33, Marquinhos, aos 42, e Calleri, aos 46 do 2º tempo.
SÃO PAULO: Jandrei; Rafinha, Diego, Leo e Reinaldo (Welington); Nestor, Pablo Maia, Igor Gomes (Calleri) e Alisson (Marquinhos); Luciano (Nikão) e Eder (Rigoni). **Técnico:** Rogério Ceni. **SÃO BERNARDO:** Alex Alves; Joilson (Ravanelli), Salustiano e Ligger; Cristovam, Rodrigo Souza, V. Mesquita (Léo Gomes) e Igor Fernandes (João Carlos); Paulinho Moccelin, Davó e Silvinho (Rafinha). **Técnico:** Márcio Zanardi.
Juiz: Douglas Marques das Flores.
Amarelos: Paulinho Mocellin, Eder, Vitinho Mesquita, Rodrigo Souza, Pablo Maia e Welington. **Vermelho:** Paulinho Mocellin. **Renda:** R$ 1.172.472,00 **Público:** 29.731 pagantes. **Local:** Morumbi, em São Paulo.

RODRIGO CORSI/AG. PAULISTÃO

Pablo Maia celebra o gol da virada do São Paulo no Morumbi

O MELHOR DA TV

TÊNIS
● **ATP E WTA de Miami**
Primeira rodada
12h / ESPN 3

FUTEBOL
● **Campeonato Mineiro**
Caldense x Atlético-MG
16h30 / SporTV e Premiere
● **Campeonato Paulista**
RB Bragantino x Santo André
19h / SporTV e Premiere
Palmeiras x Ituano
21h35 / Record e Premiere
● **Campeonato Gaúcho**
Ypiranga x Brasil de Pelotas
19h30 / Premiere
Grêmio x Internacional
22h15 / SporTV e Premiere

VÔLEI
● **Superliga Masculina**
Cruzeiro x São José
19h / SporTV 2
Guarulhos x Blumenau
21h30 / SporTV 2

BASQUETE
● **NBA**
B. Nets x M. Grizzlies
20h30 / ESPN 2
Phil. 76ers x L.A. Lakers
23h / ESPN 2

Com defesa esfacelada, Palmeiras testa sua força

RICARDO MAGATTI

O Palmeiras coloca hoje, às 21h35, a força de seu elenco à prova. Invicto no Campeonato Paulista e dono da melhor campanha da primeira fase, o time de Abel Ferreira joga com a defesa desfalcada contra o Ituano na partida das quartas de final no Allianz Parque.

São quatro baixas na retaguarda: o goleiro Weverton, o capitão Gustavo Gómez e Kuscevic, que defendem Brasil, Paraguai e Chile nas Eliminatórias da Copa, respectivamente. Além de Luan, ainda em recuperação de lesão muscular na coxa esquerda. No ataque, Deyverson não joga porque foi expulso no último domingo diante do Bragantino.

O cenário não é pior porque o lateral-direito Mayke se recuperou da entorse no tornozelo direito sofrida contra o Santos, há dez dias, e o lateral-esquerdo Piquerez não foi convocado pelo Uruguai.

Marcelo Lomba assume a vaga de Weverton no gol, Murilo continua no lugar de Luan e Gómez deve ser substituído por Jailson, que é volante, mas também atua na zaga.

"Em relação aos desfalques, sabemos da importância desses jogadores para o nosso grupo. Mas temos um elenco qualificado e os jogadores que o professor optar vão dar conta do recado", disse Jailson.

A defesa é justamente o setor mais virtuoso da equipe no Estadual. É a melhor da disputa, com apenas três gols sofridos em 12 partidas. O desafio nas quartas é manter o desempenho mesmo com várias modificações no setor.

O Palmeiras busca classificação para semifinal do Paulistão pela nona vez seguida. Campeão em 2020, contra o Corinthians, e vice em 2021 ao perder para o São Paulo, o time alviverde não se ausenta da semi desde 2014.

Time do interior há mais tempo na elite paulista – desde 2002 – o Ituano tem como única baixa seu artilheiro, Rafael Elias, que pertence ao Palmeiras e não pode jogar em virtude de uma cláusula em seu contrato de empréstimo. ●

CESAR GRECO

Raphael Veiga, em ótima fase, comanda o Palmeiras hoje

QUARTAS DE FINAL DO PAULISTÃO

PALMEIRAS — ITUANO

PALMEIRAS: Marcelo Lomba; Marcos Rocha, Jailson, Murilo e Piquerez; Danilo, Zé Rafael e Raphael Veiga; Scarpa, Dudu e Rony. **Técnico:** Abel Ferreira.
ITUANO: Pegorari; Léo Santos, Rafael Pereira e Cleberson; Pacheco, Kaio, Igor Henrique, Lucas Siqueira, Gerson Magrão e Roberto; Aylon.
Técnico: Mazola Júnior.
Árbitro: Thiago Luís Scarascati.
Horário: 21h35.
Local: Allianz Parque.
Transmissão: Paulistão Play, Premiere e TV Record.

PAULISTA - QUARTAS DE FINAL

ONTEM			
	São Paulo	4 x 1	São Bernardo
HOJE			
19h	RB Bragantino	x	Santo André
21h35	Palmeiras	x	Ituano
AMANHÃ			
19h	Corinthians	x	Guarani

— País viveu auge na acolhida a refugiados políticos em 2021; causa pode ter sido ideológica

Um recorde de refúgios no Brasil

Reconhecimento
Além de documentação, refugiado tem acesso a serviços públicos e ao mercado de trabalho, diz Luiz Fernando Godinho, do Acnur

DANIEL REIS
NATÁLIA SANTOS

Primeiro, eram "apenas" ameaças. Mensagens como "Você tem família". Em seguida, a jornalista venezuelana Yolis Lion foi sequestrada pela Guarda Nacional, que lhe tomou seu equipamento de trabalho. Três semanas depois, sofreu um segundo sequestro. Dessa vez, foi torturada. "Pensei que não resistiria", relatou.

Quando foi denunciar os abusos cometidos pelos guardas, Yolis escutou que a melhor forma de continuar viva era fugindo do país. Não deu tempo para pensar muito. Em setembro de 2012, seu marido foi assassinado. Em vez de enterrá-lo, a jornalista entrou em um carro e fugiu para o Brasil. "Quando tentei sepultá-lo, me avisaram: 'Você não pode ir. Precisa sair da Venezuela, porque a próxima será você'."

Ao lado de cubanos e congoleses, os venezuelanos estão, atualmente, entre as nacionalidades com mais refugiados por opinião política em território brasileiro. Esse tipo de acolhida alcançou, no ano passado, o ponto mais alto da série histórica. Foram 361 casos.

Yolis chegou ao Brasil em 2012, mas apenas em 2015 entrou com o pedido de reconhecimento como refugiada. Após relatar sua história à Defensoria Pública da União, em Manaus, e ao Comitê Nacional para os Refugiados (Conare), ela e seus filhos tiveram o pedido aprovado, em 2016.

"Parecia que eu tinha nascido naquele dia. Foi como uma certidão de nascimento", afirmou a venezuelana. Líder indígena da etnia warao, ela hoje faz parte do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial de Belo Horizonte, onde mora. E trabalha na acolhida de indígenas venezuelanos recém-chegados.

No mesmo ano em que Yolis "renasceu", o Conare concedeu status de refugiado por motivos políticos a 197 pessoas, de 24 nacionalidades diferentes. O porta-voz do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur), Luiz Fernando Godinho, disse que, ao reconhecer o status, o país de acolhida passa a proteger as pessoas forçadas a migrar. No caso do Brasil, isso significa conceder documentação, acesso a serviços públicos e ao mercado formal de trabalho. "O reconhecimento da condição de refugiado impede que a pessoa seja extraditada para o seu país de origem, o que é particularmente importante caso ela esteja sofrendo uma perseguição por agentes estatais", declarou o porta-voz.

PLATAFORMA. Os reconhecimentos de refúgio por opinião política vêm crescendo no Brasil desde 2018. O número de 2021 foi o mais alto desde 2016, início da série histórica da Plataforma Interativa de Decisões sobre Refúgio, uma iniciativa do Comitê Nacional para os Refugiados em parceria com o Acnur. O dado de 2021 representa um crescimento de 134% em relação a 2020, quando houve 154 deferimentos.

Um primeiro fator para esse aumento é a forma de análise. Segundo o professor de Relações Internacionais da Universidade Federal de Roraima (UFRR) João Jarochinski, no momento em que as solicitações são analisadas individualmente, o que ocorre nos pedidos por opinião política, um quadro de crescimento no número de reconhecimentos é esperado ano a ano.

Além disso, o professor afirmou que a diplomacia também pode influenciar. "É muito mais fácil você reconhecer um fundado temor de percepção de países que você, de certa forma, verifica em outro aspecto ideológico político", observou Jarochinski.

O Ministério da Justiça e Segurança Pública atribuiu o aumento do número de refúgios concedidos à adoção da plataforma Sisconare, a partir de 2019. De acordo com a pasta, a ferramenta melhorou a eficiência de todo o processo. O ministério não comentou o mérito dos pedidos de reconhecimento de refúgio nem os trâmites, uma vez que as informações são mantidas sob sigilo.

CUBANOS. A série histórica da Plataforma Interativa de Decisões sobre Refúgio mostrou que Cuba é o país de origem de 50% dos pedidos de refúgio por opinião política nos últimos seis anos. Em 2016, houve três reconhecimentos por ano. Em 2021, foram 299.

"Acredito que era dificultado receber o reconhecimento em 2016 porque geraria um problema diplomático com Cuba caso o Brasil começasse a aceitar pedidos de refúgio por opinião política. Os números aumentam quando muda para um governo contrário à política cubana."
Lourival Aguiar
Antropólogo

Apesar do aumento de aprovações, alguns requerentes ainda esperam obter seu reconhecimento. José Alberto, de 55 anos, é um deles. Ele chegou ao Brasil em 2018, acompanhado da mulher e da filha, após passar sete anos em Trinidad e Tobago, nação caribenha perto da Venezuela. "Ano passado, fizemos a entrevista com o Conare e agora estamos aguardando", disse ele, que preferiu não informar seu nome completo por razões de segurança.

Em Cuba, José Alberto chegou a ser preso. Na época, a ilha vivia uma onda de protestos contra o governo. Duramente reprimidos, os atos levaram à "Primavera Negra" – quando, em abril de 2003, 75 ativistas foram detidos. "O governo não gostava do que eu escrevia", disse ele. Liberado da prisão, José Alberto foi colocado em um avião e extraditado para Trinidad e Tobago.

Para o antropólogo Lourival Aguiar, pesquisador de relação racial em Cuba, o crescimento de requerimentos de cubanos pode estar ligado a três acontecimentos. Um, disse ele, é a morte de Fidel Castro, que reduziu a confiança da população no governo. O segundo é a tentativa de aproximação dos Estados Unidos, acompanhada da retirada de sanções pelo ex-presidente Barack Obama. O terceira é a chegada da internet 4.5 G, que permitiu que o acesso a informações não fosse mais mediado pelo governo. Esse último, segundo o antropólogo, foi fundamental para que a população cubana passasse a ver o refúgio como uma oportunidade de vida diferente.

"As relações internacionais sempre são motivadas por um ideal político. Acredito que era dificultado receber o reconhecimento em 2016 porque geraria um problema diplomático com Cuba caso o Brasil começasse a aceitar pedidos de refúgio por opinião política. Os números aumentam quando muda para um governo contrário à política cubana que utiliza isso como parte da propaganda", afirmou o pesquisador.

WASHINGTON ALVES / ESTADÃO

Yolis Lion, venezuelana, exibe documento com seu status de refugiada

COMITÊ. Esse embate de narrativas, presente nos governos brasileiros de 2016 a 2021, e a relação dos reconhecimentos de refugiados com a diplomacia brasileira também são citados por Jarochinski. Ele vê nesses fatores motivo para o crescimento de reconhecimentos de refugiados cubanos por razões de opinião política.

"Um cubano que solicita o reconhecimento da sua condição de pessoa refugiada é mais facilmente reconhecido dentro do governo de Jair Bolsonaro do que seria anteriormente, assim como dentro do PT", disse o professor da UFRR.

O viés político dos deferimentos, para Jarochinski, pode ser melhor compreendido pela forma como o Conare é composto. Mesmo sendo um órgão colegiado, o grupo tem sete representantes do Poder Executivo. Seis são de ministérios e um é da Polícia Federal. Há, ainda, um integrante de organização não governamental que se dedique à assistência e proteção aos refugiados no País. Assim, em votações, a maior parte do colegiado tende a votar alinhado ao pensamento do governo. Sem direito a voto, participa também um representante do Acnur.

"O ponto de vista diplomático entra nesse debate", afirmou Jarochinski, ao destacar o interesse do Executivo nos países de origem dos pedidos.

CONGOLESES. A segunda nacionalidade em número de refugiados reconhecidos por razão de opinião política é a congolesa, origem de Moïse Kabagambe, morto a pauladas aos 24 anos, em janeiro, no Rio. Ele chegou ao Brasil dez anos antes, com a família, fugindo de perseguições à sua etnia, na República Democrática do Congo, e se tornou refugiado.

Nos últimos seis anos, 220 congoleses obtiveram o mesmo status no Brasil, caso da jornalista Claudine Shindany. Ela chegou ao Brasil em 2014 e foi reconhecida como refugiada em 2016. Em sua terra natal, relatou perseguição do governo desde 2011, por trabalhar na cobertura de conflitos armados na região leste do país.

A decisão de emigrar veio após funcionários do governo queimarem a casa onde ela morava. O incêndio foi uma resposta a uma reportagem sobre o recrutamento de crianças pelo exército. "Eram crianças de 11, 12 anos, que precisam estudar, brincar. Como o exército dá armas para elas?", disse Claudine, de 45 anos. "As coisas pioraram, comecei a ter que dormir um dia em cada lugar, até fugir do país."

DIREITOS HUMANOS. Os venezuelanos completam a lista das três nacionalidades com mais refugiados por opinião política no Brasil. Jarochinski, no entanto, observou que pessoas forçadas a fugir da Venezuela têm obtido reconhecimento pela condição de "grave e generalizada violação de direitos humanos". Por isso, o número de refugiados venezuelanos que chegam ao Brasil vítimas de perseguição política pode ser ainda maior.

Nacionalidades
Possibilidade de refúgio no Brasil por opinião política tem atraído cubanos, congoleses e venezuelanos

Em 2019, 47 pessoas do país conseguiram o status de refugiado por opinião política. Em 2020 e 2021, foram apenas três em cada ano. "Entendemos que as pessoas que saem da Venezuela estão em necessidade de proteção internacional e, por isso, devem ser reconhecidas como refugiadas se assim solicitarem", disse Godinho, porta-voz do Acnur. Desde 2016, 49 mil venezuelanos foram reconhecidos refugiados pelo Conare. Para o professor da UFRR, no caso da Venezuela, assim como Cuba, o rompimento das relações entre os governos facilita a aprovação dos pedidos de refúgio.

PRESSÃO. O reconhecimento, pelo Comitê Nacional para os Refugiados, da condição de "grave e generalizada violação de direitos humanos" na Venezuela, em 2019, veio após pressão da sociedade civil. A decisão foi importante para acelerar o andamento dos requerimentos. Antes disso, porém, pedidos de refúgio como o de Oswaldo Ponce Pérez, de 56 anos, não avançaram.

Juiz federal na Venezuela, Pérez foi vítima de perseguição política durante quatro anos por suas decisões no tribunal. Teve o carro incendiado e o filho assassinado. "O que 'derramou o copo' foi o assassinato do meu filho. Isso acabou comigo", disse ele sobre a decisão de deixar a Venezuela. "Foi uma injustiça."

O filho mais novo do ex-juiz conseguiu o reconhecimento em 2020. Pérez, no entanto, deixou de renovar a solicitação de refúgio – feita em 2015 – e passou a tentar a cidadania brasileira. Atualmente, ele trabalha no Tribunal de Justiça de Roraima, como tradutor e mediador judicial para migrantes que chegam ao Estado. ●

Fenômeno nas redes

‘Luva de Pedreiro’ ganha o mundo com gols e carisma

Jovem do interior baiano viraliza com vídeos bem-humorados e chama a atenção de craques como Neymar

MARCOS ANTOMIL
ESPECIAL PARA O ESTADÃO

“Receba!” É assim que Iran Ferreira conclui cada uma de suas publicações nas redes sociais. O jovem de 20 anos tem alcançado milhões de pessoas, entre anônimos e famosos, com seus vídeos curtos, em que exibe suas habilidades no futebol e finalizações precisas em um campo de terra batida na localidade de Tabua, na cidade de Quijingue, no norte da Bahia. Bem-humorado, o “Luva de Pedreiro”, como é chamado, conquistou fãs e é reconhecido por importantes atletas e clubes de todo o mundo.

No dia 25 de março de 2021, Iran postou seu primeiro vídeo no TikTok. Ainda sem tanta familiaridade e interação com a câmera, revela va suas qualidades com a bola em um passe de letra gravado em câmera lenta. Neste início de 2022, seus vídeos começaram a ganhar espaço em outras redes sociais. Sem fronteiras, Iran transformou o bordão em seu slogan. “Receba!” está sempre presente em publicações de perfis relacionados a esporte, principalmente futebol.

Iran Ferreira costuma aparecer em frente à câmera com variadas camisas de clubes. Ele já foi presenteado por vários deles. Mas um é especial: o Vasco da Gama, time para o qual torce.

“Luva de Pedreiro” teve interações com jogadores do Bayern de Munique na última semana. O clube bávaro publicou em suas redes sociais uma cobrança de pênalti de Serge Gnabry, em que o alemão comemora com os dizeres do brasileiro: “Obrigado, Deus. Obrigado, família!”

Audiência

9,5 milhões
de seguidores tem Iran Ferreira no Instagram

6 milhões
acompanham Luva de Pedreiro no Instagram

631 mil
estão inscritos no canal de Iran no YouTube; no Twitter são mais de 455 mil

Não é o único exemplo da repercussão nacional e internacional. Neymar e Richarlison, jogadores da seleção brasileira, elogiaram a técnica do garoto. O filho de Cristiano Ronaldo já o imitou, e o baiano foi destacado pelo Barcelona e pela Fifa, entidade máxima do futebol.

Com tamanha popularidade, Iran Ferreira bateu marcas em todas as mídias sociais, construiu seu perfil influencer de maneira orgânica. No TikTok, tem 9,5 milhões de seguidores; no Twitter, são mais de 455 mil; no Instagram, o número chega próximo a 6 milhões de fãs. Sua mais recente criação foi um canal no YouTube, que conta atualmente com 631 mil inscritos. Nos últimos dias, o “cara da luva de pedreiro” viu o mar e andou de avião pela primeira vez. Pôde comer pizza e batata frita, algo que nunca tinha feito.

FAMA. Iran Ferreira hoje tem agenda lotada. Vê importantes personalidades e entidades buscando um mínimo de atenção. Interagir com o “Luva de Pedreiro” ou fazer referências a ele é garantia de sucesso e engajamento em posts nas mídias sociais. Os reflexos não param por aí. Nas ruas e escolas, crianças e jovens já comemoram seus tentos com “Receba”.

“Comecei a jogar bola com cinco anos. Sempre tive aquele sonho de ser jogador profissional, mas as coisas são difíceis”, conta Iran, fã de Cristiano Ronaldo. O filho de Dona Lenilza e Seu Arivaldo começou a vestir as luvas como inspiração pelo uso do acessório por alguns jogadores. Decidiu comprar as suas em um depósito de material de construção.

O apelido “Luva de Pedreiro” foi criado pelos colegas para zombar de Iran. Ele, porém, decidiu reverter a situação e tomou para si o apelido. “Fui muito criticado, mas, como sou brasileiro, não ligo para isso”, explica.

Em um vídeo de apresentação publicado em seu canal no YouTube, Iran faz questão de identificar todos os seus companheiros de futebol da Tabua. Eles também ajudam “Luva de Pedreiro” a produzir seus vídeos. “A luva de pedreiro foi um diamante bruto que eu soube lapidar. É assim que a mágica acontece.”

TIME DO CORAÇÃO. Nesta semana, Iran deixou a cidadezinha de pouco mais de 29 mil habitantes, a 322 km de Salvador, e embarcou em uma viagem para o Rio de Janeiro para participar de uma série de ações junto ao seu clube do coração.

O Vasco lançará hoje um podcast e contará com um de seus torcedores em maior evidência no momento como convidado dessa estreia. Ele ainda recebeu uma camisa autografada pelos atletas do clube cruz-maltino, além de outros materiais com a marca do time. Sucesso garantido! ●

TWITTER/VASCO

Iran cativa pelo jeito simples e alegre; Vasco é sua maior paixão

B12 Aviação
Viagem com carro voador 'vai ser acessível', diz co-CEO da Eve, startup da Embraer

ECONOMIA & NEGÓCIOS
QUARTA-FEIRA, 23 DE MARÇO DE 2022 O ESTADO DE S. PAULO

Combustíveis Disparada na cotação do barril

Alta no preço do petróleo reforça caixa da União em R$ 37,2 bilhões

Salto em tributos e royalties com a valorização do produto motiva parte do governo a defender criação de subsídio para amortecer custo ao consumidor final

ADRIANA FERNANDES
BRASÍLIA

Com frequência, o presidente Jair Bolsonaro critica o fato de os governadores tirarem proveito da alta do petróleo para arrecadar mais com o ICMS, mas a valorização do preço do barril no mercado internacional também reforçará o caixa do governo federal, especificamente com mais R$ 37,2 bilhões ao longo de 2022.

O salto de arrecadação ocorre porque o governo recebe receitas que estão diretamente relacionadas ao preço do petróleo, entre elas tributos e royalties (pagos pelas empresas como uma compensação financeira à União pela produção no País).

Com a invasão da Ucrânia pela Rússia, os preços internacionais dispararam, o que levou ao megarreajuste do preço de diesel, gasolina e GLP (gás de cozinha) pela Petrobras.

O governo terá também um aumento de R$ 1,8 bilhão de receitas vinculadas à exploração de minério de ferro, cujo preço também subiu no rastro do conflito na Europa. Com o cenário de guerra, as receitas com exploração de recursos naturais previstas para 2022 deram um pulo de R$ 95,8 bilhões para R$ 134,5 bilhões.

> **Em comparação**
>
> **R$ 37 bi** **é a estimativa de custo para a adoção de subsídio para amortecer os reajustes nos combustíveis, medida defendida por integrantes do governo**

Essa arrecadação vem reforçando os argumentos de integrantes do governo que defendem a adoção de um subsídio temporário aos combustíveis com custo de até R$ 37 bilhões. Esse mesmo valor vem sendo, inclusive, citado nos bastidores do governo por integrantes do Ministério de Minas e Energia e do Palácio do Planalto como um limite para uma política temporária de subsídio.

Para calcular a previsão de receita com a renda do petróleo, o governo usou um preço médio do petróleo de US$ 103,4 por barril, US$ 26 acima da estimativa anterior de US$ 77,4. As estimativas entraram no primeiro relatório de avaliação de receitas e despesas do Orçamento deste ano, que previu bloqueio de R$ 1,7 bilhão em despesas para recompor gastos de órgãos do governo que sofreram cortes na votação do Orçamento pelo Congresso, que preferiu aumentar as emendas parlamentares em ano eleitoral, como antecipou ontem o **Estadão**.

O relatório, que é uma fotografia do quadro do Orçamento no momento e serve de baliza para a gestão das verbas nos próximos meses, apontou um crescimento extraordinário de receitas, mesmo com a economia ainda em ritmo lento e a decisão do governo de abrir mão de R$ 49,8 bilhões, em cortes de tributos.

A previsão de receitas ficou R$ 87,5 milhões maior, puxada pela arrecadação com petróleo, pagamentos de dividendos pelas estatais e receitas de concessões. No caso de dividendos, o ingresso maior de receitas também é influenciado pelo lucro maior da Petrobras proporcionado pela alta de preços. O governo estimou uma receita de mais de R$ 12,9 bilhões de dividendos e R$ 11,2 bilhões de concessões. ●

Me dê motivo... para ser cativo

ARTIGO

Rodrigo Ferreira
Presidente da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia (Abraceel)

Nunca esteve tão presente no cenário político o tema da abertura do mercado de energia para todos os consumidores do Brasil. O fato é que, atualmente, apenas 0,029% dos 87 milhões de consumidores é livre no País. Os demais são consumidores cativos, sendo as distribuidoras de energia obrigadas por lei a comprar energia para eles. Os que são livres respondem por 35% do consumo de eletricidade e, com isso, fica evidente que esse mercado está acessível a apenas grandes empresas.

O presidente Jair Bolsonaro, durante a sessão solene de abertura do Congresso Nacional, elencou o Projeto de Lei (PL) 414/2021, já aprovado no Senado, chamado de portabilidade da conta de luz, como um dos três temas de maior interesse para o governo federal e para o Brasil em 2022. O setor espera que o projeto seja votado na Câmara nos próximos 15 dias.

Apesar de um pouco distante da sociedade, essa é, sem dúvida, uma das três reformas mais relevantes da pauta econômica nacional e todos precisam conhecê-la. O principal a saber é que, em um mercado livre, o consumidor continua a receber energia transportada pela distribuidora, que exerce em uma determinada região um monopólio natural, já que não há viabilidade física ou econômica de haver dezenas de postes e cabos diferentes distribuindo energia pelas mesmas ruas. Por esse serviço, a distribuidora é remunerada da mesma forma como já é hoje, por meio de uma fatia da conta de luz chamada "distribuição". Já a fatia da conta referente à geração de energia, chamada "energia", o consumidor passa a ter o direito de escolher de quem comprar. Inicia-se assim um processo revolucionário em qualquer mercado, que é a eficiência e redução de custos pela concorrência.

> *Apesar de distante da sociedade, a reforma do setor elétrico é uma das mais relevantes da pauta econômica*

Veremos anúncios na televisão de grandes comercializadores varejistas transformando energia em produto, como no mercado de telefonia. Por exemplo, energia renovável com reajuste anual indexado à inflação – e não os 21% de aumento em 2021 que tivemos nós, os consumidores cativos.

Para ser consumidor livre, poderia elencar muitos bons motivos, os mesmos considerados em toda a Europa, Austrália, Califórnia, Nova York, Japão e recentemente China, que já anunciou a abertura do mercado. Apesar da evidente vantagem do mercado livre de energia, sempre há a turma do contra, sobretudo aqueles que têm vantagem econômica com a falta de concorrência. Mas seria interessante inverter a lógica e, como o clássico do Tim Maia, pedir: me dê motivo... para ser cativo. ●

Cofres da União **Espaço abaixo do teto**

Governo tem R$ 45 bi de folga para 'bondades' em ano de eleições

Equipe econômica resiste a pressões por medidas como a criação de subsídio para compensar preço dos combustíveis

ADRIANA FERNANDES
BRASÍLIA

O governo Jair Bolsonaro já abriu mão de R$ 49,8 bilhões em arrecadação com corte de impostos em 2022, mas ainda tem um espaço de R$ 45 bilhões para adotar novas medidas de desoneração tributária e de subsídio sem furar a meta fiscal deste ano.

Apesar da folga, a equipe econômica trabalha para segurar a pressão política das últimas semanas para adoção de subsídio ou corte de impostos sobre combustíveis.

"Não há possibilidade de gastos infinitos. Tem de ser de forma parcimoniosa", disse o secretário especial de Tesouro e Orçamento do Ministério da Economia, Esteves Colnago. Ele descartou no momento a possibilidade de adoção do subsídio. A sinalização foi bem recebida pelo mercado financeiro. Os juros futuros recuaram. A leitura foi de que equipe econômica mostra resistência às pressões e compromisso com a disciplina fiscal em ano de eleições.

O raio X das contas públicas deste ano foi apresentado ontem pelo Ministério da Economia no anúncio do primeiro relatório fiscal de avaliação de receitas e despesas do governo.

A meta fiscal para 2022 é de déficit de R$ 170,4 bilhões. Isso significa que o resultado das receitas e despesas (sem contar os gastos com o pagamento dos juros da dívida) não pode ultrapassar esse valor a não ser que o governo peça ao Congresso a revisão da meta, por meio de um projeto.

A projeção do Ministério da Economia, divulgada no relatório, é de que as contas vão fechar o ano com um déficit de R$ 66,91 bilhões, o equivalente a 0,69% do Produto Interno Bruto (PIB).

Mesmo com o corte de tributos, a estimativa até melhorou desde a aprovação da lei orçamentária, que previa déficit maior, de R$ 76,16 bilhões (0,80% do PIB). Acontece que a previsão de déficit no ano vai subir, diminuindo a folga na meta fiscal, regra que tem de ser cumprida pelo presidente.

São dois motivos para a mudança, explicou o secretário do Tesouro, Paulo Valle: o impacto contábil do encontro de contas que será feito com precatórios (dívidas definidas pela Justiça) e o acordo de uma disputa judicial antiga travada entre o governo federal e a Prefeitura de São Paulo na área do Campo de Marte.

O encontro de contas foi previsto na emenda constitucional dos precatórios aprovada no ano passado e ainda não regulamentada. Segundo Valle, o potencial máximo do impacto desses acordos no resultado fiscal é de R$ 34,81 bilhões. Já o acordo do Campo de Marte aumentará o déficit em mais R$ 23,80 bilhões. Vale destacou que esses acordos não representam uma piora das contas públicas, e sim um registro contábil. ●

Raio X das contas

R$ 44,96 bi é o espaço fiscal do governo federal que resta para corte de tributos e medidas de subsídios sem furar a meta fiscal

R$ 170,4 bi é a meta fiscal de 2022

R$ 49,8 bi é o corte de tributos que encolheu o resultado fiscal

R$ 66,91 bi é a previsão de déficit no resultado fiscal no relatório bimestral

Tributos **Aumento dos combustíveis**

Estados vão prorrogar congelamento do ICMS por mais três meses

DANIEL WETERMAN
BRASÍLIA

Os governadores decidiram prorrogar o congelamento do ICMS sobre a gasolina por mais três meses (até junho) e adotar uma alíquota única do imposto para o diesel, conforme lei aprovada recentemente pelo Congresso e sancionada pelo presidente Jair Bolsonaro.

Os Estados, porém, devem ir ao Supremo Tribunal Federal (STF) para tentar derrubar um dos dispositivos da lei, que prevê uma regra de transição para congelar, até o fim de 2022, a cobrança do ICMS sobre o diesel com base na média de preços dos últimos cinco anos.

A avaliação é de que a regra de transição provocaria um rombo maior nos caixas estaduais. Os governadores argumentam que a lei é inconstitucional, por ferir a autonomia dos Estados, e contraria a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), além de esbarrar na lei eleitoral, que limita a concessão de benefícios em ano de eleição.

A decisão foi tomada em reunião entre governadores ontem em Brasília. De acordo com o governador do Piauí, Wellington Dias (PT), porta-voz do Fórum de Governadores, os Estados calculam que, com a decisão, será possível reduzir a queda de arrecadação de R$ 30 bilhões para R$ 14 bilhões neste ano.

EFEITO CONTRÁRIO. A adoção de uma alíquota uniforme pode aumentar a carga tributária cobrada sobre o diesel no Distrito Federal e em nove Estados, incluindo São Paulo, como revelou o **Estadão** – esses governos locais aplicam atualmente uma taxa menor do que outras regiões.

Para evitar essa alta, os governadores decidiram lançar mão de um incentivo fiscal, que faria o aumento não recair sobre o consumidor final. Os Estados devem optar pela maior alíquota cobrada atualmente e adotar essa taxa para todas as regiões.

> ***"É como se tivesse um plano para desequilibrar Estados e municípios. A toda hora se impõe uma perda de arrecadação não prevista."***
> **Wellington Dias (PT)**
> Governador do Piauí

O diretor institucional do Comitê Nacional dos Secretários de Estado da Fazenda (Comsefaz), André Horta, explica que, na hipótese de uma alíquota única de R$ 0,999, por litro, em todo o território nacional – o valor ainda não está definido –, um Estado como o Rio, que hoje aplica uma taxa menor, poderá criar um subsídio para neutralizar o impacto.

"É uma fórmula que permite um porcentual de ajuste de forma que se consiga manter a arrecadação sem aumentar a carga tributária", afirmou Horta após a reunião dos governadores. ●

Tributos Tarifa zero para etanol e alimentos importados

Efeito do corte de imposto é limitado, dizem especialistas

Economistas mantêm projeções de inflação para 2022 na faixa de 7% e relacionam medida do governo ao contexto eleitoral

MÁRCIA DE CHIARA

A decisão do governo de zerar o imposto de importação de etanol, café, margarina, queijo, macarrão e óleo de soja e de reduzir em 10% as alíquotas de importação sobre itens de informática e bens de capital terá impacto limitado para conter a alta de preços e segurar a inflação, segundo economistas ouvidos pelo **Estadão**.

Mesmo com essa medida, eles mantêm as previsões para o ano do Índice de Preços ao Consumidor (IPCA) na faixa de 7%. Na prática, a zeragem do imposto tem muito mais um caráter populista, no sentido de o governo demonstrar preocupação com a inflação em ano eleitoral, do que equacionar a forte pressão inflacionária, que mantém os índices em 12 meses em dois dígitos.

Nas contas de André Braz, coordenador de índices de preços do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV/Ibre), o etanol e os alimentos, cujas alíquotas estão zeradas até o final do ano, representam menos de 3% do orçamento familiar. "Eles pesam menos do que a conta de luz, que responde por 5% do IPCA", compara.

Além de o peso desse grupo de itens ser pequeno na inflação, como os preços são livres e o momento atual é de muita volatilidade, a isenção do imposto não necessariamente se traduz em preços menores ao consumidor, diz o economista. A decisão pode, no máximo, impedir um aumento maior no preço final, observa.

O motivo é que as cotações das commodities, como soja, trigo, milho, petróleo, seguem muito pressionadas no mercado internacional por causa da guerra entre Rússia e Ucrânia. "Parece que essa decisão está na conta de medidas em torno das eleições, do interesse do governo de se posicionar melhor na corrida eleitoral."

> ***"Eles (etanol e alimentos) pesam menos do que a conta de luz, que responde por 5% do IPCA."***
> **André Braz**
> **Coordenador de índices de preços do FGV/Ibre**

O economista Fábio Silveira, sócio da consultoria MacroSector, concorda com Braz. "O anúncio desse pacote tem um caráter populista e eleitoreiro." Ele diz que a desaceleração da inflação no segundo semestre já é prevista por causa de outros fatores e que o efeito da zeragem do imposto é muito pequeno. "Não é isso que vai conter preços."

Entre os fatores que devem levar a uma desaceleração da inflação no segundo semestre, apesar de a sua projeção do IPCA para o ano continuar na faixa de 7% por causa da disparada de preços do primeiro semestre, o economista aponta a alta dos juros no mundo, especialmente nos Estados Unidos. "A subida dos juros dos títulos do Tesouro americano reduz os movimentos especulativos de fundos que apostam em commodities e impulsionam os preços", explica.

Outro fator apontado por Silveira é a entrada, no segundo semestre, das safras de grãos no mercado internacional, o que amplia a oferta de produtos e segura os preços. Além disso, a valorização do dólar em relação ao real deve limitar a alta da inflação no Brasil.

CÂMBIO. "Se o câmbio continuar se valorizando, ele terá impacto muito mais importante para segurar a inflação do que essas reduções de impostos", afirma o economista Guilherme Moreira, coordenador do Índice de Preços ao Consumidor da Fipe.

Moreira pondera que toda a redução de imposto é bem-vinda, mas destaca que o problema da inflação neste momento é muito maior do que os itens nos quais o governo decidiu zerar ou reduzir o imposto de importação. "A inflação está muito espalhada."

No Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de fevereiro, o último dado disponível, 74,8% dos 377 itens que compõem o indicador registraram aumento de preços, um recorde histórico, aponta levantamento da LCA Consultores.

Fabio Romão, economista da LCA, diz que a decisão do governo pouco vai influir na inflação. No caso do etanol, ele observa que o produto importado respondeu por apenas 3,8% da oferta no mercado interno no ano passado. "É muito pouco, não tem oferta", argumenta. Além disso, o etanol importado é produzido a partir do milho, que está em alta no mercado internacional. "Não deve ter um efeito relevante para o preço da gasolina", afirma. O economista não alterou a previsão de alta de 10% para a gasolina neste ano e de um IPCA de 6,7%. ●

Câmbio

Dólar fecha com a menor cotação em quase 9 meses

O dólar caiu mais um pouco ontem emendando uma sequência de cinco pregões consecutivos de queda, período em que acumulou desvalorização de 4,73%. Depois de cair na segunda-feira para menos de R$ 5, a moeda chegou ontem a valer R$ 4,90. Na mínima da sessão, pela manhã, desceu até R$ 4,9051, em queda de 0,80%.

No final, o dólar à vista fechou em queda de 0,59%, a R$ 4,9152 – menor valor desde 24 de junho. O resultado veio com o recuo do petróleo e um interesse por ativos de risco no exterior – os desdobramentos da guerra na Ucrânia também influenciaram a cotação.

O ingresso de recursos ao Brasil foi sentido no Ibovespa, mesmo em dia ruim para ações de commodities. Grandes bancos e o segmento de varejo e consumo seguraram o índice acima dos 117 mil pontos, emendando o quinto ganho seguido, fechando em alta de 0,96%, a 117.272,44 pontos. ●

Fábio Alves *E-mail:* fabio.alves@estadao.com; *Twitter:* @colunafabioalve

Sem alívio nos EUA

São cada vez maiores os indícios de que o aperto monetário nos Estados Unidos, conduzido pelo Federal Reserve (Fed), o principal banco central do mundo, será bem mais duro do que a maioria do mercado imaginava, à medida que já não há mais quem refute que a inflação americana vai demorar a desacelerar.

Nesta semana, o presidente do Fed, Jerome Powell, voltou a falar grosso e disse que a alta de juros poderá ser a um ritmo mais forte do que 0,25 ponto porcentual por reunião, sinalizado na reunião de política monetária da instituição do último dia 16.

Na ocasião, quando a taxa básica foi elevada em 0,25 ponto, o Fed já havia surpreendido o mercado ao indicar que iria fazer um total de sete altas de juros em 2022, enquanto as apostas mais agressivas apontavam para seis elevações, no máximo.

Se seguir à risca a projeção de um total de sete altas de juros em 2022, a taxa básica nos EUA encerraria o ano a 1,9%. Ao fim de 2023, o Fed prevê que os juros americanos vão subir para 2,8%.

O sócio e diretor de investimentos da gestora Kairós Capital, Fabiano Godoi, é um dos que acreditam que o Fed vai elevar os juros além do que indicou na sua última reunião de política monetária. E ajustes de 0,50 ponto ficaram mais prováveis. Para Godoi, os juros americanos vão subir até 3,25% em meados de 2023, a menos que o Fed reduza o seu balanço patrimonial mais agressivamente, o que resultaria também em maior aperto.

> *Se seguir a projeção de sete altas em 2022, a taxa básica de juros nos EUA encerraria o ano a 1,9%*

"Diferentemente do que acontece no Brasil, a inflação nos EUA não está sendo pressionada apenas por choques de ofertas sequenciais, diante de problemas nas cadeias de produção mundial, causados pela pandemia, por situações climáticas adversas e pela guerra na Ucrânia", explica Godoi. "A inflação americana tem ficado mais elevada do que se previa – e por mais tempo – em razão também de um choque de demanda."

Os pacotes de gastos aprovados pelo Congresso dos EUA para lidar com o impacto da pandemia de covid incluíram, além de transferência em dinheiro aos cidadãos americanos, benefício emergencial de desemprego. Não à toa, as vendas do varejo do país cresceram quase 17% em 2021, impulsionando o PIB, que registrou alta de 5,7%.

Em fevereiro, a inflação americana subiu a uma taxa anual de 7,9%, recorde em 40 anos. Vários analistas projetam que o pico atinja 9% nos próximos meses. A meta nos EUA é de 2%. Com a pressão da demanda agravando os choques de oferta, o Fed terá de elevar os juros para muito além do que indicou, se quiser trazer a inflação de volta à meta. E isso vai reverberar no resto do mundo. ●

COLUNISTA DO BROADCAST

SEG. Luiz Carlos Trabuco Cappi (quinzenalmente) ● **TER.** Ana Carla Abrão, Pedro Fernando Nery e Deni Getschko **(quinzenalmente)** ● **QUA.** Fábio Alves ● **QUI.** Adriana Fernandes ● **SEX.** Elena Landau e Laura Karpuska **(revezam quinzenalmente)** e Pedro Doria ● **SAB.** Adriana Fernandes ● **DOM.** José Roberto Mendonça de Barros **(quinzenalmente)** e Affonso Celso Pastore **(quinzenalmente)**; Paulo Leme **(1º domingo do mês)**, Roberto Rodrigues **(2º domingo do mês)**, Albert Fishlow **(3º domingo do mês)** e Gustavo Franco **(último domingo do mês)**

Conflito na Europa **Efeitos na cadeia de alimentos**

Com guerra, preço do potássio triplica

Fertilizante para culturas como soja, trigo e arroz, que em 2021 custava US$ 300 por tonelada, chega a US$ 1,1 mil

ANDRÉ BORGES
BRASÍLIA

A alta no preço do potássio testa os limites do mercado. O principal insumo usado como fertilizante na agricultura viu seu preço mais do que triplicar neste mês em relação ao custo de um ano atrás. A tonelada do potássio, que o mundo negociava por cerca de US$ 300 no início de 2021, está cotada hoje em US$ 1,1 mil. E a tendência é de alta, dada a incerteza sobre o fim da guerra entre Rússia e Ucrânia.

O potássio é um dos três fertilizantes químicos essenciais na produção agrícola de larga escala. Ao lado do nitrogênio e do fósforo, o item retirado do subsolo de rochas compõe a trinca dos elementos – conhecida pela sigla "NPK" – mais utilizados no cultivo de soja, milho, café, trigo, arroz e cana-de-açúcar, além de frutas. Se considerada a oferta do composto NPK, o Brasil importa hoje 85% desses fertilizantes para abastecer o consumo nacional. A dependência específica de potássio, porém, sobe para 96%.

O maior pico no preço global do potássio registrado até hoje ocorreu entre 2008 e 2009, quando a crise das hipotecas dos bancos americanos contaminou a economia mundial. Naquela ocasião, apontam os dados históricos, o potássio chegou a custar US$ 700 a tonelada. O câmbio, porém, estava na casa dos R$ 2,20. Hoje, o preço chega ao mercado ao custo de R$ 1,1 mil, mas com dólar em torno de R$ 5.

O que preocupa governo, fornecedores e agricultores é não ter ideia de quando a situação será resolvida. Extrair potássio não é algo que se faz do dia para a noite. Trata-se de minas que, geralmente, estão localizadas em profundidades de 600 a 800 metros. Não basta apenas alcançar essas áreas. É preciso abrir túneis por onde circulam máquinas de grande porte. Por vezes, até mesmo caminhões. Isso significa investimento pesado e vários meses ou ano de obras.

Com cerca de três meses de estoque de fertilizantes, o Brasil tenta garantir que não haja falta do insumo. O **Estadão** ouviu dois dos principais fornecedores de potássio em todo o mundo e que possuem atuação direta no País, a norueguesa Yara Fertilizantes e a canadense Mosaic Fertilizantes.

Maicon Cossa, vice-presidente comercial da Yara no Brasil, disse que a companhia tem feito tudo o que é possível para garantir a entrega do insumo. O Brasil é o maior cliente individual da empresa no planeta e responde por cerca de 20% de toda a sua produção, hoje comercializada em mais de 150 países.

RECORDE HISTÓRICO

Preço médio do potássio no mercado internacional ultrapassa US$ 1 mil

Dependência

96% do potássio que é consumido pelo Brasil é importado; extração é cara e trabalhosa

"Temos investido para aumentar a produção, mas o que podemos garantir, no curto prazo, é rodar com a eficiência máxima possível a nossa estrutura", afirmou Cossa. "Há muitas incertezas sobre o desenrolar da guerra. O que a Yara está fazendo, sendo uma empresa global, é buscar o melhor possível para minimizar os impactos no Brasil."

Além de trazer ao País a manufatura de potássio que concentra em países como Noruega e Holanda, a Yara tem bases de exploração do produto em Rio Grande (RS) e em Cubatão (SP). Essa produção local responde por cerca de 20% de tudo que a empresa vende no mercado nacional.

A Mosaic Fertilizantes informou que "lamenta o que está ocorrendo no cenário geopolítico internacional" e que "está atenta aos impactos nos mercados nacional e internacional de fertilizantes, analisando cautelosamente para atender da melhor forma às demandas locais". O potássio tem um peso médio que oscila entre 30% e 40% no custo da produção agrícola, conforme a região e o plantio. ●

WESTWING

Westwing Comércio Varejista S.A.

CNPJ nº 14.776.142/0001-50

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Mensagem da Administração

2021 foi um marco na história da Westwing!

Além do ótimo crescimento durante o período, no início do ano fizemos nosso IPO no Novo Mercado da B3, que impulsionou ainda mais a aceleração dos nossos projetos, sempre tendo como foco inspirar a descoberta de mais beleza no viver de cada pessoa. Estamos, cada vez mais, atingindo esse objetivo de estar presente no viver das nossas clientes. Conseguimos notar isso pelo crescimento em top line, com Receita Líquida crescendo 28,0% a.a., em cima de um crescimento de 87,4% em 2020, e, especialmente, quando observamos alguns números da nossa operação:

1. Atingimos a marca de mais de 10 milhões de cadastros no site;
2. Oferecendo mais de 1,6 milhão de SKUs com cadastros ativos na plataforma; e
3. Mais de 3,4 mil fornecedores ativos.

O ano de 2021, no entanto, apresentou um cenário muito mais desafiador para as categorias de casa e decoração do que o previsto inicialmente, ocorrendo queda de 12,8% nas buscas do Google dessas categorias durante o período, segundo dados do Google Trends. Tal cenário decorreu de uma combinação de fatores, incluindo (i) antecipação de compra de itens de casa e decoração (dentre outras categorias de produtos) durante o auge da pandemia em 2020, (ii) avanço da vacinação em 2021 restabelecendo parte da oferta do varejo físico, (iii) aumento do share of wallet de serviços e entretenimento ao longo do ano, (iv) cadeias de suprimentos ainda não plenamente estabelecidas (com efeito sobre o offering) e (v) alta inflação comprimindo poder de consumo.

Apesar do cenário mais desafiador que o previsto, a Companhia manteve o ritmo na execução dos projetos de seus pilares de crescimento, o que suportou o crescimento de 28,0% a.a. em 2021 em Receita Líquida, e consequente ganho de mercado, uma vez que pudemos observar uma retração no nosso setor.

Assim, os avanços na implementação dos pilares estruturais de nosso plano de negócio têm sido significativos, com a finalidade de continuar sustentando um maior crescimento da Companhia no médio e longo prazo:

1. Acelerar o core business

a. Marketing:
- Investimento de marketing aumentou +5.3pp da receita líquida vs 2020;
- Lançamos nossa primeira campanha de marketing com foco em brand awareness durante o segundo semestre do ano, "Viva um mundo mais bonito", em parceria com Vanessa da Mata;
- Inauguramos a loja oficial da CasaCor;
- Fomos capa da revista Casa e Jardim por duas vezes, em parceira com Giovanna Antonelli e Thaila Ayala; e
- Tivemos importantes parcerias e collabs ao longo do ano, com Giovanna Antonelli, Facundo Guerra, Bela Gil, Thaila Ayala, as chefs Kátia Barbosa e Carla Pernambuco, entre outros.

b. Operações e Logística:
- Lançamos 2 novos hubs da Westlog, no RJ e no DF;
- Reduzimos o prazo de entrega em 6 dias vs 2020;
- Implementamos e evoluímos o Next Day Delivery para as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, atingindo 64% das entregas nessas cidades;
- Westlog representou 43,2% das entregas no Brasil no 4T21 vs 17,5% no 4T20; e
- Atingimos 98% dos pedidos entregues dentro do prazo no 4T21, fechando o ano com selos RA 1000 de 6 e 12 meses no Reclame Aqui, mesmo diante dos desafios de Black Friday e Natal.

c. Tecnologia:
- Contratamos 20 novos colaboradores, atingindo 90 colaboradores no time no final do ano;
- Implementamos importantes projetos para a operação do CD e Westlog, de melhorias em UX, novos meios de pagamento, entre outros;
- Revisamos e melhoramos nossos processos e sistemas visando aumentar a segurança digital de nossas operações.

2. Expandir o mercado endereçável

a. Lifestyle:
- Crescemos a participação de lifestyle no Club em 2,7 pp vs 2020, representando 15,8% do GMV do Club em 2021; e
- Prospectamos 132 novos fornecedores dessas categorias, sendo marcas como Lego, Milka, JBL e Curaprox.

b. WestwingNow:
- Crescemos 167,1% a.a. vs 2020;
- Lançamos novas categorias de produtos, como iluminação, cozinha e pet; e
- Aumentamos significativamente o número de SKUs disponíveis no canal, e continuamos observando sinergia significativa com o Club e as Westwing Stores.

c. Westwing Stores:
- Demos início a expansão do varejo físico, inaugurando 4 novas lojas no último trimestre do ano, com resultados iniciais acima do previsto.

3. Private Label

a. Lançamos o dobro de coleções de produtos exclusivos comparado a 2020 (89 coleções lançadas em 2021);
b. Crescemos em 34% a.a. o número de SKUs com venda; e
c. Aumentamos a participação no GMV Club+Now em 1,1pp vs 2020.

Foram grandes as evoluções em nossa operação alcançadas ao longo de 2021, mas entendemos que este é apenas o início de uma longa e bela jornada nesta nova fase da Westwing. Temos um modelo de negócios e relacionamento com nossos clientes verdadeiramente diferenciado no cenário de e-commerce brasileiro, uma equipe competente e motivada e os recursos financeiros necessários para viabilizar o alcance dos nossos objetivos de longo prazo.

Tivemos também grandes avanços em Governança Corporativa durante o ano. O Conselho de Administração agora possui 60% de membros independentes, assim como foram instalados o Comitê de Auditoria, a área de Compliance e a Secretaria de Governança, melhorando cada vez mais os processos de governança da Companhia.

Para 2022, entendemos que ainda teremos um cenário desafiador no consumo, em função de um contexto macro brasileiro incerto, principalmente pelo aumento da inflação e da taxa de juros, e consequente impacto na confiança do consumidor. Vale lembrar que a Companhia possui histórico que demonstra resiliência, dado seu modelo diferenciado de negócio, não só menos intensivo em capital (especialmente no Club) como também bastante sinérgico (entre os formatos de Club, Now e lojas físicas) e com alto nível de engajamento dos clientes (estendendo bastante a vida útil dos cohorts e clientes ativos). Isso resulta em retornos de curto, médio e longo prazos economicamente muito interessantes para a Companhia. Por isso, nossa visão atual é seguir investindo nos pilares de crescimento do nosso plano de negócio, de forma responsável e austera, monitorando e fazendo ajustes, quando necessários, para o crescimento saudável da Companhia.

Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	**263.766**	29.931
Aplicações financeiras	11	**2.657**	1.899
Instrumentos financeiros derivativos	24.3	–	369
Contas a receber	6	**31.836**	8.872
Estoques	7	**47.821**	20.147
Impostos a recuperar	8	**1.509**	91
Outros		**5.110**	1.510
Total do ativo circulante		**352.699**	62.819
Não circulante			
Depósitos judiciais	16.1	**15.783**	2.246
Impostos a recuperar	8	**11.682**	–
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15.1	**42.827**	19.998
Direito de uso - arrendamento mercantil	11	**31.083**	2.133
Imobilizado	9	**28.037**	6.114
Intangível	10	**8.859**	4.567
Total do ativo não circulante		**138.271**	35.058
Total do ativo		**490.970**	97.877

	Nota	2021	2020
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	12	**42.907**	39.583
Obrigações trabalhistas		**10.835**	6.497
Empréstimos	13	**2.998**	7.190
Passivo de arrendamento	11	**6.783**	1.416
Receita diferida	14	**6.552**	24.020
Plano de remuneração baseado em ações	23	**543**	–
Obrigações tributárias	15.2	**2.534**	3.143
Partes relacionadas		**8**	8
Total do passivo circulante		**73.160**	81.857
Não circulante			
Empréstimos	13	–	3.635
Passivo de arrendamento	11	**25.512**	918
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	16	**8.221**	5.010
Obrigações tributárias	15.2	**3.760**	2.109
Total do passivo não circulante		**37.493**	11.672
Patrimônio líquido	17		
Capital social		**470.891**	40.224
Custos de transação - emissão de ações		**(19.835)**	–
Reserva de capital		**8.075**	787
Prejuízos acumulados		**(78.814)**	(36.663)
Total do patrimônio líquido		**380.317**	4.348
Total do passivo e patrimônio líquido		**490.970**	97.877

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Capital social	(–) Custos de transação - oferta inicial de ações	Reserva de capital: Pagamento baseado em ações	Reserva de capital: Ágio na emissão de ações	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	39.819	–	–	–	(48.364)	(8.545)
Aumento de capital por incorporação	405	–	–	–	–	405
Pagamento baseado em ações	–	–	787	–	–	787
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	11.701	11.701
Saldos em 31 de dezembro de 2020	40.224	–	787	–	(36.663)	4.348
Exercício de opções de plano de remuneração baseado em ações	**372**	–	–	**5.184**	–	**6.079**
Plano de remuneração baseado em ações	–	–	**2.104**	–	–	**1.581**
Aumento de capital - oferta pública inicial de ações (IPO)	**430.295**	–	–	–	–	**430.295**
Custos de transação relacionados à oferta pública inicial de ações	–	**(19.835)**	–	–	–	**(19.835)**
Prejuízo do período	–	–	–	–	**(42.151)**	**(42.151)**
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**470.891**	**(19.835)**	**2.891**	**5.184**	**(42.151)**	**380.317**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Valores Adicionados Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

	2021	2020
Receitas	**396.396**	317.850
Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	**396.396**	317.850
Insumos adquiridos de terceiros	**(292.277)**	(192.046)
Custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	**(175.073)**	(131.975)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	**(116.139)**	(58.651)
Perda/recuperação de ativos	**(1.065)**	(1.420)
Valor Adicionado Bruto	**104.119**	125.804
Retenções	**(11.768)**	(4.062)
Depreciação e amortização	**(11.768)**	(4.062)
Valor adicionado líquido produzido	**92.351**	121.742
Valor adicionado recebido em transferência	**17.060**	4.091
Receitas financeiras	**17.060**	4.091
Valor adicionado total a distribuir	**109.411**	125.833
Distribuição do valor adicionado	**(109.411)**	(125.833)

	2021	2020
Pessoal	**(65.472)**	(37.198)
Remuneração direta	**(47.197)**	(27.451)
Benefícios	**(15.191)**	(7.925)
F.G.T.S.	**(3.156)**	(1.822)
Impostos, taxas e contribuições	**(75.461)**	(64.418)
Federais	**(31.257)**	(15.899)
Estaduais	**(42.717)**	(46.374)
Municipais	**(1.487)**	(2.145)
Remuneração de capitais de terceiros	**(10.628)**	(12.516)
Aluguéis	**(3.943)**	(2.315)
Despesas financeiras	**(6.384)**	(10.201)
Outros	**(302)**	–
Remuneração de capitais próprios	**42.151**	(11.701)
(Lucros retidos) Prejuízos	**42.151**	(11.701)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do Resultado - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020
Receita operacional líquida	18	**313.939**	245.254
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	19	**(177.106)**	(134.606)
Lucro bruto		**136.833**	110.648
Despesas operacionais			
Despesas com vendas	19	**(108.818)**	(66.152)
Despesas gerais e administrativas	19	**(101.076)**	(44.434)
Outras receitas operacionais, líquidas	8	**8.445**	–
Lucro antes do resultado financeiro e do imposto de renda e da contribuição social		**(63.916)**	62
Receita financeira		**17.060**	4.091
Despesas financeiras		**(7.688)**	(10.318)
Resultado financeiro	20	**9.372**	(6.227)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		**(54.544)**	(6.165)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15.3	**12.393**	17.866
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		**(42.151)**	11.701
Lucro líquido (prejuízo) por ação ordinária - básico	22	(0,3828)	0,1642
Lucro líquido (prejuízo) por ação ordinária - diluído	22	(0,3605)	0,1594

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do Resultado Abrangente Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	2021	2020
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**(42.151)**	11.701
Outros resultados abrangentes líquidos a serem reclassificados para o resultado do exercício em período subsequente	–	–
Total do resultado abrangente do exercício	**(42.151)**	11.701

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	**(54.544)**	(6.165)
Ajuste para conciliar o resultado ao caixa:		
Crédito de PIS e COFINS sobre exclusão do ICMS da base de cálculo	**(8.445)**	–
Depreciação e amortização	**11.768**	4.042
Provisão (reversão) para realização de estoques	**1.859**	2.029
Provisão para devoluções de vendas	**515**	2.431
Provisão para demandas judiciais	**3.586**	2.377
Juros sobre contratos de arrendamentos	**2.892**	278
Variação cambial sobre empréstimos	**37**	3.422
Juros sobre contrato de empréstimos	**545**	822
Valor justo de instrumentos financeiros derivativos	**(50)**	(3.179)
Atualização monetária PIS / COFINS	**(3.237)**	–
Plano de remuneração baseado em ações	**2.124**	509
Variação nos ativos e passivos:		
Contas a receber de clientes	**(23.479)**	(3.558)
Estoques	**(29.533)**	(13.354)
Impostos a recuperar	**(11.854)**	–
Outros ativos	**(3.600)**	(729)
Depósitos judiciais	**(13.537)**	(654)
Fornecedores	**3.324**	31.208
Obrigações trabalhistas	**4.338**	2.241
Obrigações tributárias	**1.042**	1.511
Receita diferida	**(17.468)**	12.192
Pagamentos de processos cíveis e trabalhistas	**(375)**	(154)
Partes Relacionadas	–	–
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	–	(2.131)
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	**(134.092)**	33.138
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Caixa proveniente de incorporação	–	648
Adições ao imobilizado	**(24.991)**	(4.102)
Adições ao intangível	**(5.851)**	(3.814)
Aplicações financeiras	**(758)**	(1.831)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	**(31.600)**	(9.099)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Liquidação de derivativos	**419**	2.842
Empréstimos contratados	–	14.422
Aumento de capital - exercício de opções	**6.079**	
Aumento de capital - oferta pública inicial de ações, líquido dos custos	**410.460**	
Amortização de empréstimos - principal	**(7.886)**	(12.294)
Amortização de empréstimos - juros	**(523)**	(747)
Pagamentos de passivo de arrendamento	**(9.022)**	(2.667)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento	**399.527**	1.556
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	**233.835**	25.595
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	**29.931**	4.336
No final do exercício	**263.766**	29.931
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	**233.835**	25.595

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

1 Contexto Operacional

A Westwing Comércio Varejista S.A. ("Companhia" ou "Westwing") é uma sociedade anônima com sede na Avenida Queiroz Filho, 1700 - Vila Hamburguesa, cidade de São Paulo – SP. A Westwing era uma empresa Eireli (Empresa Individual de Responsabilidade Limitada) até setembro de 2020, e teve sua denominação alterada para sociedade anônima em 29 de setembro de 2020, em conexão com a intenção da Companhia de registro na Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A Westwing foi fundada na Alemanha em abril de 2011 e chegou ao Brasil em novembro do mesmo ano. Em outubro de 2018, o fundo de Private Equity Axxon Group comprou a operação brasileira, tornando-se o controlador da Companhia. A Companhia tem como objeto social a comercialização de móveis, artigos para decoração, roupas e acessórios em geral majoritariamente através de seu website e de suas plataformas para aplicativos *mobile*. Seu modelo de vendas é baseado em curadorias, onde todos os dias são lançadas cerca de seis novas campanhas com temas diversos, com 50 a 400 produtos diferentes cada. A Companhia é reconhecida por seus clientes como inovadora e que apresenta com frequência produtos de qualidade e diversificados. A Companhia que é altamente inserida no setor de e-commerce, desenvolve a cada ano novas soluções tecnológicas para que a experiência de compra de seus clientes seja cada vez melhor. A Administração da Companhia já colocou em prática um plano estratégico de crescimento e desenvolvimento de novos negócios atrelados a *Home and Living*, cuja expectativa para os próximos 5 anos é de adicionar valor à Companhia contribuindo com os demais fatores. Situação econômico-financeira: Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentou capital circulante líquido positivo de R$279.539 (negativo de R$19.038 em 31 de dezembro de 2020). A evolução do capital circulante foi derivada principalmente da oferta pública inicial de ações comentada abaixo. A Companhia tem como estratégia continuar com o foco de investimentos nos três pilares estratégicos: (i) acelerar core business (continuando investimento em marketing para ampliação da base de clientes, expansão da Westlog e investimentos em tecnologia), (ii) expandir o mercado endereçável (com crescimento do Westwing Now, expansão do varejo físico e crescimento das categorias lifestyle) e (iii) ampliação da participação do Private Lable. Com isso a Administração da Companhia apresenta projeções de resultado e fluxo de caixa futuros, onde há a expectativa de auferir lucros operacionais e de gerar fluxos de caixa positivos, os quais serão suficientes para manter o capital circulante líquido positivo. Oferta pública inicial (*Initial Public Offering* - "IPO"): Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 9 de fevereiro de 2021 foi aprovado aumento de capital social no montante de R$430.295 em decorrência de oferta pública de ações, que resultou na emissão de 33.099.562 ações ordinárias com preço de emissão unitário de R$13,00 (treze reais). Considerando este aumento de capital e a venda de ações secundárias detidas pelo controlador, após o IPO, 98,8% das ações da Companhia ficaram disponíveis para negociação no mercado por meio da B3, bolsa de valores de São Paulo, sob o código de negociação "WEST3". Covid-19: Em março de 2020, a Organização Mundial de Saúde - OMS decretou que o surto do Coronavírus (Covid-19) configura uma pandemia em escala global. Desde então, a pandemia tem afetado os negócios e as atividades econômicas em escala global, podendo afetar a disponibilidade de determinadas mercadorias comercializadas pela Companhia. A Companhia, desde o início, instituiu comitês extraordinários, que vem acompanhando a evolução da pandemia e em 2021 manteve algumas medidas adotadas em 2020 para garantir a segurança de seus funcionários e para que o impacto da Covid-19 não afetasse suas operações. (i) home-office para trabalhadores nas áreas administrativas, em observância aos protocolos estabelecidos pelas autoridades públicas competentes; e (ii) para os funcionários que trabalham no centro de distribuição, a Companhia manteve os protocolos de segurança estabelecidos pelas autoridades públicas competentes. Nenhum ajuste foi efetuado nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 em decorrência dos efeitos da Covid-19. Entretanto, para fins de divulgação, seguindo as orientações dos Ofícios Circulares/CVM/SNC/SEP nº 02/20 e nº 03/200, e levando em consideração o cenário econômico e os riscos e incertezas advindos dos impactos da Covid-19, a Companhia revisou as estimativas contábeis relacionadas abaixo: (i) Perdas estimadas do contas a receber: A Companhia historicamente não constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa, devido os seus recebíveis estarem substancialmente em operadoras de cartões, minimizando o risco do não recebimento. O advento da COVID-19 não teve impacto na forma de venda de nossos produtos, que continua concentrada em operadoras de cartões. Dessa forma, a COVID-19 não teve impacto em relação a esse assunto. (ii) Valor de recuperação dos estoques: Em relação ao valor de recuperação dos estoques, a Companhia não apurou nenhuma oscilação relevante em relação aos custos de aquisição. A margem bruta manteve-se estável em relação a 2020. (iii) Realização de imposto de renda diferido ativo: O incremento de nossas atividades de e-commerce, motivadas inclusive pela pandemia da COVID-19, proporcionou o reconhecimento de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos durante o exercício, cuja recuperabilidade está baseada em estudos de lucros tributários futuros estimados pela Administração. (iv) Avaliação de não recuperação dos ativos imobilizados, intangíveis e direitos de uso imobiliários: Não foi observada nenhuma evidência que afete a recuperação desses ativos. (v) Identificação dos descontos obtidos em contratos de arrendamento que estão relacionados com a COVID 19: A Companhia não teve nenhum desconto recebido de nossos locadores nos contratos de arrendamento. Portanto, não houve impacto também desse item. Dada da natureza das vendas da Companhia, feitas substancialmente por meio de *e-commerce*, as operações têm se mostrado resilientes aos efeitos da pandemia, sendo observado um crescimento das vendas no exercício de 2021. Além disso, a Companhia vem adotando estratégias de preservação do caixa e, com a oferta pública de ações, captou um volume relevante de recursos financeiros para fortalecer a posição de caixa e permitir investimentos para expansão.

2 Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras

Declaração de conformidade e base de elaboração: As demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), que estão em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS")

continua →

WESTWING

Westwing Comércio Varejista S.A.

CNPJ nº 14.776.142/0001-50

→ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

emitidas pelo *International Accounting Standard Board* ("IASB"). As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por certos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.
As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor nas datas dos balanços. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 23 de março de 2022.

Diretoria

Carlos Andres Alfonso Mutschler Castillo
Diretor Presidente

Contadora

Alexandra Roberta Fernandes Gomes
CRC 1SP310179/O-1

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em cumprimento aos incisos V e VI do artigo 25, da Instrução CVM nº 480/09, os abaixo assinados, Diretores da Westwing Comércio Varejista S.A., sociedade anônima com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Queiroz Filho, 1700 - Torre A 5º andar - Vila Hamburguesa, inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) sob o nº 14.776.142/0001-50 ("Companhia"), declaram que: reviram, discutiram e concordam com a opinião expressa no parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

São Paulo, 22 de março de 2022

Carlos Andres Alfonso Mutschler Castillo
Diretor Presidente

Thiago Andrade Deiab
Diretor de Relação com Investidores

Declaração dos Diretores sobre Demonstrações Financeiras

Em cumprimento aos incisos V e VI do artigo 25, da Instrução CVM nº 480/09, os abaixo assinados, Diretores da Westwing Comércio Varejista S.A., sociedade anônima com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Queiroz Filho, 1700 - Torre A 5º andar - Vila Hamburguesa, inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) sob o nº 14.776.142/0001-50 ("Companhia"), declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

São Paulo, 22 de março de 2022

Carlos Andres Alfonso Mutschler Castillo
Diretor Presidente

Thiago Andrade Deiab
Diretor de Relação com Investidores

Parecer do Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria examinou as Demonstrações Financeiras, correspondentes Notas Explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes referentes ao ano de 2021. Na reunião do Comitê de Auditoria realizada em 21/03/2022 foram obtidos esclarecimentos dos principais temas contábeis e respectivas notas explicativas, junto aos responsáveis pela elaboração das referidas demonstrações financeiras bem como dos Auditores da EY. Com base no Relatório emitido pela EY Auditores Independentes, sem ressalvas ou ênfase, expedido nesta data, os membros do Comitê de Auditoria concordam com a conclusão dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras e correspondentes Notas Explicativas, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, e consideram que estão adequadamente apresentados e em condições de serem apreciados pelos acionistas da Companhia.

São Paulo, 21 de março de 2022

Meire Augusta Stuchi Cruz | **Daniel Perecim Funis** | **Jamil Saud Marques**

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Westwing Comércio Varejista S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Westwing Comércio Varejista S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Reconhecimento de receita

Conforme mencionado nas notas explicativas 3.12 e 18, as receitas da Companhia são derivadas da venda de mercadorias, reconhecidas em momento específico do tempo. As vendas são efetuadas por meio do *e-commerce* que devem ser avaliadas com o objetivo de assegurar que as respectivas receitas são reconhecidas dentro do período contábil adequado, no momento que os produtos tenham sido entregues aos compradores. O alto volume de vendas requer processos que garantam a integridade das operações.

Devido à relevância dos montantes envolvidos e às características inerentes ao processo de reconhecimento de receita, incluindo o volume e a segurança de captura de todas as vendas dentro do período de competência, consideramos esse tema como um assunto significativo em nossos trabalhos de auditoria.

Como a nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram: (i) entendimento dos processos internos da Companhia para reconhecimento e mensuração das vendas; (ii) avaliação dos sistemas informatizados utilizados no processo contando com especialistas em tecnologia; (iii) procedimentos de confirmação externa para uma amostra da base que compõe o saldo de contas a receber mediante o envio de cartas de confirmação; (iv) verificação, por amostragem, das documentações suporte das vendas realizadas no período; (v) teste de corte de competência das receitas, com verificação de documentação comprovando a entrega das mercadorias e dentro da competência correta; e (vi) análise das movimentações mensais das receitas utilizando dados agregados e desagregados de modo a avaliar a existência de variações contrárias às nossas expectativas estabelecidas com base em nosso conhecimento do setor e da Companhia.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos aceitável a prática de reconhecimento das receitas, bem como as respectivas divulgações efetuadas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Existência, valorização e realização dos estoques

Conforme descrito na nota explicativa 7, em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía saldo de estoques no montante de R$ 47.821 mil. Os estoques da Companhia são compostos de produtos acabados de peças de móveis, artigos para decoração, roupas e acessórios. Os produtos da Companhia são adquiridos de terceiros e seus estoques apresentam um elevado número de itens, de forma a atender as diversas curadorias lançadas ao longo do ano. O grande volume de itens e transações faz do monitoramento das quantidades de itens disponíveis e o custeio e valorização dos estoques uma atividade complexa.

Devido ao montante envolvido e elevado número de entradas e saídas, consideramos esse tema como um assunto significativo em nossos trabalhos de auditoria.

Como a nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram: (i) entendimento dos processos e controles internos da Companhia relacionados à contagem física e monitoramento dos estoques; (ii) acompanhamento, em bases amostrais, da contagem física dos estoques no centro de distribuição; (iii) verificação por amostragem das documentações de compras e vendas e recálculo do custo médio; (iv) avaliação e testes das premissas e critérios utilizados pela administração na determinação das provisões para desvalorização dos estoques com base nas vendas realizadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos aceitáveis as políticas de monitoramento e valorização dos estoques bem como as respectivas divulgações efetuadas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

A Companhia possuía registrado na rubrica de tributos diferidos ativos no montante de R$44.636 mil em 31 de dezembro de 2021, referentes à imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias e sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, conforme detalhado na nota explicativa 15. A Companhia reconhece estes tributos diferidos na extensão do lucro tributável futuro e, devido à subjetividade desta análise, que inclui entre outros, premissas de negócio da Companhia, desempenho externo do mercado e determinados indicadores financeiros, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

- Utilização de profissionais especializados em tributos para a análise das bases que deram origem aos créditos tributários sob a legislação tributária vigente;
- Utilização de especialistas em avaliação para auxílio na avaliação das premissas e metodologia usadas pela Companhia nas projeções dos lucros tributáveis futuros;
- Análise das projeções para a realização dos tributos diferidos preparadas pela Diretoria, que incluiu, principalmente: i) teste das informações financeiras projetadas utilizadas; ii) comparação das premissas e metodologias utilizadas com a respectiva indústria, competidores e cenário econômico financeiro do ambiente nacional; e iii) análise do uso de método de precificação e de informações externas. Tais informações são derivadas do plano de negócios da Companhia aprovado por aqueles responsáveis pela governança;
- Adicionalmente, analisamos a adequação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras pela Companhia.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste de recuperabilidade do saldo de tributos diferidos ativos, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de recuperabilidade do saldo de tributos diferidos ativos adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa 15, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 22 de março de 2022

EY Building a better working world

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6
Murilo Morgante
CRC-1SP280120/O-7

NOTAS E INFORMAÇÕES

Na conta otimista, juros de 12,75%

Projeções indicam fim de mandato de Bolsonaro com inflação alta, crédito arrochado e economia em ritmo lento

Ainda assolado pela inflação, o Brasil chegará a dezembro com juros básicos de 13%, segundo projeção do mercado. Apesar do arrocho do crédito, os preços ao consumidor ainda terão acumulado uma alta anual de 6,59%, bem superior ao teto da meta oficial, fixado em 5%. Embora reconheça o quadro complexo e cheio de riscos, o Copom, Comitê de Política Monetária do Banco Central (BC), avalia a taxa básica de 12,75% como suficiente para seus propósitos. A agenda inclui duas tarefas principais até o fim de 2023: fazer a inflação convergir para a meta de 3% e ancorar de novo as expectativas do mercado, segundo a ata da última reunião do Copom, formado por dirigentes do BC. A reunião ocorreu na semana passada.

Se tudo correr segundo as previsões, só haverá mais uma elevação dos juros básicos, de 11,75% para 12,75%, na sessão do Comitê prevista para o começo de maio. Com mais esse aumento de 1 ponto porcentual, igual ao anterior, o aperto será suficiente para corrigir a alta de preços até o fim de 2023, de acordo com o Copom. Não há, no entanto, compromisso de encerrar em 12,75% a alta de juros. Se os preços evoluírem de modo mais desfavorável, o ajuste monetário poderá ser mais severo, como é claramente indicado na ata.

Uma evolução pior que a prevista poderá ocorrer, por exemplo, se os efeitos da guerra na Ucrânia, como o aumento das cotações do petróleo e de outras matérias-primas, forem mais desafiantes do que foram até agora. O quadro também poderá ficar mais complicado, segundo avaliação do Copom, se as contas federais ficarem mais desajustadas e a dívida pública se tornar mais pesada.

Esses perigos estão claramente associados – embora a ata, diplomaticamente, omita esses detalhes – aos interesses eleitorais do presidente Jair Bolsonaro e às ambições de seus aliados, como os parlamentares do Centrão.

Polidamente, os autores da ata usam linguagem menos crua, mas bastante clara: "A incerteza em relação ao arcabouço fiscal mantém elevado o risco de desancoragem das expectativas de inflação". Mas esse risco, segundo se acrescenta, já está parcialmente incorporado nas expectativas consideradas pelo Comitê.

De toda forma, o cenário justifica, de acordo com o Copom, as medidas previstas. Com isso, o ciclo de aperto deverá ser "ainda mais contracionista" do que vinha sendo. Não se menciona uma estimativa de crescimento econômico, mas as projeções do mercado, antes da reunião do Comitê, já eram sombrias.

No último boletim *Focus*, a expansão do Produto Interno Bruto (PIB) estimada para este ano chegou a 0,50%. Quatro semanas antes ainda se calculava uma taxa de 0,30%, mas, apesar da melhora, as expectativas continuaram muito ruins. Elaborado pelo BC, esse boletim resume projeções do setor financeiro e de consultorias. Em sentido inverso, mas aproximando-se do mercado, o Ministério da Economia reduziu de 2,10% para 1,50% sua previsão de aumento do PIB. Oficiais ou de mercado, todos os números apontam um enorme desarranjo econômico neste fim de mandato presidencial. ●

Política monetária Risco de inflação

BC sinaliza que guerra pode acentuar alta no juro

BRASÍLIA

O Banco Central (BC) incluiu na ata do Comitê de Política Monetária (Copom), divulgada ontem, o temor de que a guerra na Ucrânia provoque mais inflação e, assim, exija juros mais altos. "O Comitê considerou que a boa prática recomenda que a política monetária reaja aos impactos secundários desse tipo de choque", destacaram os diretores do BC.

"O Comitê reconhece o cenário desafiador para a convergência da inflação para suas metas e reforça que estará pronto para ajustar o tamanho do ciclo de aperto monetário", disse o BC, na ata.

O documento se refere à mais recente reunião do comitê, que decidiu pela elevação da taxa Selic para 11,75%. Esse foi o nono aumento consecutivo. ● EDUARDO RODRIGUES e CÉLIA FROUFE

HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE MARÍLIA - HCFAMEMA

AVISO DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 84/2022, PROCESSO Nº 2022/00198, para aquisição eventual e futura de **MEDICAMENTO - AZACITIDINA**, com encerramento em 06/04/2022 às 09:00 hs.

Mais informações e aquisição do Edital completo, fone (14) 3434-2501 ou nos sites: www.hc.famema.br e www.bec.sp.gov.br.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE "08 DE ABRIL"

Rua José Alves, nº 403 - Centro - Mogi Mirim/SP - Telefone: 19.3818-4505 / 19.3891-4489

PROCESSO SELETIVO EDITAL Nº 002/2022

EDITAL DE DIVULGAÇÃO DA NOTA E CLASSIFICAÇÃO DA PROVA DE APTIDÃO FÍSICA

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE "08 DE ABRIL"**, através do seu Presidente Sr. Rodrigo Falsetti - Prefeito Municipal de Mogi Guaçu, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais, TORNA PÚBLICO aos candidatos do Processo Seletivo Edital Nº 002/2022 e resolve o que segue:

I – COMUNICAR que não houve recurso impetrado referente a revisão da nota da Prova Objetiva.

II – DECLARAR, após a aplicação da Prova de Aptidão Física, a lista de Aprovação/Classificação para os cargos de **Servente Geral - 12x36** e **Servente Geral - 40hs** em que foram considerados **APROVADOS** os candidatos que obtiveram **50% (cinquenta por cento) ou mais** na nota desta prova como previsto pelo Edital Nº 002/2022. Para calcular a nota da Prova de Aptidão Física, some a nota dos 3 testes aplicados e divida por 3.

III – INFORMAR que as listas dos aprovados em ordem decrescente de nota e as listas com o nº de inscrição dos reprovados e ausentes constam no **ANEXO I** deste Edital, foram afixadas no Quadro do Consórcio Intermunicipal de Saúde "08 de Abril", divulgadas pela internet nos sites **www.sigmarh.com.br** e **www.con8.org.br** e o seu resumo no jornal "Estadão".

IV – A CLASSIFICAÇÃO FINAL para todos os cargos será publicada dia **28/03/22** no jornal "Estadão" e divulgada pela internet nos sites **www.sigmarh.com.br** e **www.con8.org.br**

V – DETERMINAR o prazo de 2 (dois) dias úteis para eventuais Recursos ao presente Edital, conforme instruções contidas no **Capítulo XI** do Edital Completo.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Mogi Mirim, 23 de março de 2022

RODRIGO FALSETTI
Presidente do Consorcio Intermunicipal de Saúde "08 de Abril"

ANEXO I – NOTA DA PROVA DE APTIDÃO FÍSICA

CARGO: **SERVENTE GERAL - 12X36**

Ord.	Inscr.	Nome	RG	Nota P. Ap. Fis.
1	22000028	Ivan Aparecido Queiroz	57600862X	50,0

REPROVADOS E AUSENTES (Nº DE INSCRIÇÃO): **SERVENTE GERAL - 12X36**

22000005	22000011	22000042	22000083	22000086	22000120	22000127	22000165	22000171
22000010	22000029	22000059	22000085	22000111	22000123	22000164	22000170	

CARGO: **SERVENTE GERAL - 40HS**

Ord.	Inscr.	Nome	RG	Nota P. Ap. Fis.
1	22000145	Carlos Eduardo da Silva Vasconcelos	43844723	90,0
2	22000032	Mirian Ap. do Nascimento Veloso	26396310-x	53,3
3	22000124	Joyce de Souza Belchior	414889071	53,3

REPROVADOS E AUSENTES (Nº DE INSCRIÇÃO): **SERVENTE GERAL - 40HS**

22000006	22000024	22000039	22000081	22000099	22000128	22000161
22000018	22000025	22000051	22000095	22000105	22000134	22000168

Mogi Mirim, 23 de março de 2022
RODRIGO FALSETTI
Presidente do Consorcio Intermunicipal de Saúde "08 de Abril"

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA - ICESP
CNPJ nº 56.577.059/0006-06

COMPRA PRIVADA / ICESP 1806/2021 - ADJUDICAÇÃO

O Diretor Geral da Fundação Faculdade de Medicina, **ADJUDICA** à empresa **Mogami Importação E Exportação Ltda**, CNPJ nº 50.247.071/0001-61 ao fornecimento de **MATERIAIS MÉDICOS - ELETRODO DESCARTAVEL BIPOLAR PARA HISTEROSCOPIA + COMODATO DE BISTURI ELETRÔNICO PARA HISTEROSCOPIA**, com base no Regulamento de Compras da FFM. Para maiores informações, acessar sítio eletrônico do ICESP (www.icesp.org.br).

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA - ICESP
CNPJ nº 56.577.059/0006-06

COMPRA PRIVADA - ICESP 1866/2022

A FFM/ICESP, entidade filantrópica privada sem fins lucrativos, através do Departamento Contratos e Compras, situado na Avenida Dr. Arnaldo, 251 – Cerqueira César, São Paulo – SP, torna pública a abertura do processo de compra, do tipo **MENOR PREÇO**, para contratação e fornecimento de **ACESSORIOS PARA ESFIGMOMANOMETRO ANEROIDE**, cujos detalhes estão disponíveis no site do ICESP (www.icesp.org.br), e que será regido pelo **Regulamento de Compras da FFM**.

CS BRASIL PARTICIPAÇÕES E LOCAÇÕES S.A.
CNPJ/ME nº 35.502.310/0001-99 - NIRE 35231866177

ERRATA - BALANÇO - EXERCÍCIO 2021

No balanço publicado neste jornal *"O ESTADO DE SÃO PAULO"*, no dia 22 de março de 2022, Caderno de Economia na página 1, e portal *"ESTADÃO RI"*. **ONDE SE LÊ**: Lucro Líquido das operações continuadas de R$33,1 milhões em 2021. **LEIA-SE:** Lucro Líquido das operações continuadas de R$33,1 milhões no 4T21. **O LUCRO LÍQUIDO DE 2021 FOI DE R$130,4 MILHÕES.** Mogi das Cruzes (SP), 22 de março de 2022. A Diretoria

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE "08 DE ABRIL"

Rua José Alves, nº 403 - Centro - Mogi Mirim/SP - Telefone: 19.3818-4505 / 19.3891-4489

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2022

O **PRESIDENTE DO CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE "08 DE ABRIL"**, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e pelo que preceitua o Edital do Processo Seletivo nº 001/2022, com a supervisão da Comissão do Processo Seletivo, especialmente designada para acompanhamento e fiscalização dos trabalhos, **FAZ SABER** que:

I – TENDO em vista a conclusão dos trabalhos de realização do Processo Seletivo nº 001/2022, não havendo pendências quanto a recursos após decorridos os prazos legais, referentes aos cargos a saber:

Auxiliar Administrativo - 12x36, Auxiliar Administrativo - 40hs, Controlador de Acesso, Cozinheiro, Cuidador em Saúde - 12x36, Cuidador em Saúde - 40hs, Enfermeiro - 12x36, Enfermeiro - 40hs, Fonoaudiólogo, Técnico de Enfermagem, Técnico de Imobilização Ortopédica e Terapeuta Ocupacional.

RESOLVE:

HOMOLOGAR, o Processo Seletivo para o provimento dos cargos acima descritos, em conformidade com o Edital de Classificação Final publicado no Jornal "Estadão", através da internet nos endereços: www.con8.org.br e www.sigmarh.com.br e por afixação no Quadro de Avisos do Consórcio Intermunicipal de Saúde "08 de Abril".

Para que surtam os efeitos legais e que ninguém alegue ignorância, publica o presente termo.

Mogi Mirim, 23 de março de 2022.
RODRIGO FALSETTI
Presidente do Consorcio Intermunicipal de Saúde "08 de Abril"

DECLARAÇÃO DE PROPÓSITO

DAVID ROSSET, portador do CPF 407.320.668-08, DECLARA, nos termos do art. 6º do Regulamento Anexo II à Resolução nº 4.122, de 2 de agosto de 2012, sua intenção de exercer cargos de administração na **ID CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.** CNPJ nº 16.695.922/0001-09. ESCLARECE que eventuais objeções à presente declaração, acompanhadas da documentação comprobatória, devem ser apresentadas diretamente ao Banco Central do Brasil, por meio do Protocolo Digital, na forma especificada abaixo, no prazo de quinze dias contados da divulgação, por aquela Autarquia, de comunicado público acerca desta, observado que os declarantes podem, na forma da legislação em vigor, ter direito a vistas do processo respectivo. Protocolo Digital (disponível na página do Banco Central do Brasil na internet). Selecionar, no campo "Assunto": Autorizações e Licenciamentos para Instituições Supervisionadas e para Integrantes do SPB. Selecionar, no campo "Destino": o componente do Departamento de Organização do Sistema Financeiro – Deorf mencionado abaixo. BANCO CENTRAL DO BRASIL - Departamento de Organização do Sistema Financeiro. Gerência Técnica em São Paulo III – DEORF/GTSP3. Av. Paulista, nº 1804 - 5º andar - São Paulo-SP. CEP 01310-922. São Paulo, 21 de março de 2022.

SECMESP-SINDICATO DOS EMPREGADOS DE COOPERATIVAS MÉDICAS NO ESTADO DE SÃO PAULO - CNPJ 61.054.623/0001-31 - EDITAL DE RECOLHIMENTO DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL

Em atendimento ao disposto no artigo 605 da Consolidação das Leis do Trabalho (C.L.T.) e demais dispositivos legais em vigor, o SECMESP - Sindicato dos Empregados de Cooperativas Médicas no Estado de São Paulo, acima identificado, entidade sindical de primeiro grau, representante dos trabalhadores nas cooperativas médicas no Estado de São Paulo, excluindo somente os empregados de cooperativas médicas e/ou saúde que exerçam as suas funções nos setores de pronto atendimento, clínicas, laboratórios, ambulatórios e hospitais, notifica as referidas cooperativas médicas empregadoras, que deverão descontar a CONTRIBUIÇÃO SINDICAL de seus empregados no mês de março de 2022 (artigo 582/CLT), e efetuar o recolhimento até o dia 30/04/2022 (artigo 583/CLT) em favor desta entidade sindical, que possui código sindical nº 03949 perante a Caixa Econômica Federal. O recolhimento deverá ser efetuado mediante guia própria a ser obtida no site da Caixa Econômica Federal, a saber: www.caixa.gov.br. As cooperativas médicas que não conseguirem obter as referidas guias em tempo hábil deverão entrar em contato com este Sindicato através do telefone (19) 3232-1471 ou pelo e-mail info@secmesp.org.br. As cooperativas inadimplentes incorrerão em multa, juros e correção monetária (art.600 da CLT) além de outras sanções estabelecidas em Lei.

Campinas, 21 de março de 2022. **JOSÉ RENATO PAPPESSO - PRESIDENTE**

AVISO DE CONVOCAÇÃO

PROCESSO: RDC PRESENCIAL **Nº. 022/2022.**

ORIGEM: SECRETARIA MUNICIPAL DA INFRAESTRUTURA - **SEINF**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE CONCLUSÃO DA ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL – EEF CIDADE JARDIM 2A, NO BAIRRO PREFEITO JOSÉ WALTER, MUNICÍPIO DE FORTALEZA – CE, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MAIOR DESCONTO.

MODO DE DISPUTA: ABERTO.

REGIME DE EXECUÇÃO: EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO.

INFORMAÇÕES IMPORTANTES:

A presente licitação é proveniente do contrato de financiamento do Programa de Infraestrutura em Educação e Saneamento – PROINFRA, cujo o órgão financiador é o Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF).

- **RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** 09/05/2022 às 09h00min.
- **ABERTURA DAS PROPOSTAS:** 09/05/2022 às 09h15min.
- **INÍCIO DA DISPUTA:** 09/05/2022 às 09h30min.
- **FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS (informando o nº da licitação):** Até 05 (cinco) dias úteis anteriores à data fixada para abertura das propostas.

E-mail: cpl@clfor.fortaleza.ce.gov.br Telefone: (085) 3452-3483

- **REFERÊNCIA DE TEMPO:** Para todas as referências de tempo será observado o horário local (Fortaleza – CE).
- **ENDEREÇO PARA ENTREGA (PROTOCOLO) DE DOCUMENTOS:** Central de Licitações da Prefeitura de Fortaleza - CLFOR – Avenida Heráclito Graça, nº 750, Centro, Fortaleza - CE, CEP. 60.140-060.
- **HOME PAGE:** compras.sepog.fortaleza.ce.gov.br

A presente licitação reger-se-á pela Lei nº 12.462, de 04 de agosto de 2011, pelo Decreto nº 7.581, de 11 de outubro de 2011 e pelos Decretos Municipais nº 13.512, de 30 de dezembro de 2014 e nº 15.126, de 28 de setembro de 2021. O **edital** na íntegra encontra-se à disposição dos interessados para consulta na Central de Licitações | Avenida Heráclito Graça, 750, Centro, Fortaleza - CE – Fortaleza- CE, no e-compras:https://compras.sepog.fortaleza.ce.gov.br/publico/index.asp, assim como no Portal de Licitações do TCE-CE: https://licitacoes.tce.ce.gov.br/.

Fortaleza – CE, 22 de março de 2022.

OTÁVIO CÉSAR LIMA DE MELO

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

AVISO ESPECÍFICO DE AQUISIÇÃO

SOLICITAÇÃO DE PROPOSTAS
PEQUENAS OBRAS
(PROCESSO DE LICITAÇÃO COM UM ÚNICO ENVELOPE)

País: Brasil

Nome do Projeto: Fortaleza Cidade Sustentável – FCS

Título do Contrato: Obras de Urbanização do Parque Zoobotânico do Passaré – Etapa 2 (trechos 02 e 03) no Município de Fortaleza – CE.

Empréstimo Nº: 8747-BR

Edital nº: 8207 **SDO nº:** 003/2022

1. O Município de Fortaleza, através da Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente (SEUMA), recebeu financiamento do Banco Mundial para cobrir os custos do Projeto Fortaleza Cidade Sustentável, e pretende aplicar parte dos recursos para pagamentos no âmbito da Contratação de empresa para Execução das Obras de Urbanização do Parque Zoobotânico do Passaré – Etapa 2 (trechos 2 e 3), no Município de Fortaleza – CE.

2. O Município de Fortaleza, através da SEUMA, convida os Licitantes elegíveis a apresentar propostas lacradas para Obras de Urbanização do Parque Zoobotânico do Passaré (Trechos 02 e 03), no Município de Fortaleza – CE. A requalificação do espaço público objeto desse certame inclui a Urbanização do Horto Municipal e do Zoológico (Passeio Interno do Horto; Portões de Acesso ao Horto Municipal (02); Cercamento do Zoológico; Portões de Acesso ao Zoológico (03) e Passeio Interno do Zoológico); e Arquitetura dos Equipamentos e Edificações do Horto Municipal e Zoológico (Horto Municipal (Equipamentos): Praça de Alimentação e Parque Infantil (Playground); Horto Municipal (Edificações): Escola Ambiental, Vestuário dos Funcionários, Administração).

As obras deverão ser realizadas num período de 18 (dezoito) meses, contados a partir da data da emissão da Ordem de Serviço.

3. A licitação será organizada por meio de licitação pública com abordagem nacional, utilizando o método de SOLICITAÇÃO DE OFERTAS (SDO), conforme especificado no "Regulamento de Aquisições para Mutuários de Operações de Financiamento de Projetos de Investimento", Financiamento de Projeto de Investimento (IPF) do Banco Mundial ("Regulamento de Aquisições"), de julho de 2016, revisado em novembro de 2017 e agosto de 2018 e estará aberta a todos os Licitantes elegíveis.

4. Os Licitantes poderão consultar o Edital de Licitação e seus anexos junto à CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA – CLFOR, no endereço mencionado ao final deste documento (item 8), durante o horário de expediente: das 08h00 às 12h00 e de 13h00 às 17h00, ou no sítio eletrônico "compras.fortaleza.ce.gov.br". Poderão também obter mais informações no e-mail "cext@clfor.fortaleza.ce.gov.br".

5. As Propostas deverão ser entregues no endereço constante no item 8 dia 24 de MARÇO de 2022 até o dia 26 de ABRIL de 2022, às 10 h. O envio de Propostas por meio eletrônico não será permitido. As Propostas recebidas fora do prazo serão rejeitadas. As Propostas serão abertas em sessão pública na presença dos representantes designados dos Licitantes e de qualquer pessoa interessada, no endereço constante no item 8 em 26 de abril de 2022, às 10h.

6. Todas as Propostas deverão estar acompanhadas de uma Garantia da Proposta no valor de R$ 470.000,00 (quatrocentos e setenta mil reais).

7. Convém atentar para a cláusula do Regulamento de Aquisições que determina que o Mutuário divulgue informações sobre a propriedade beneficiária do Licitante vencedor, como parte do Aviso de Adjudicação do Contrato, usando o Formulário de Divulgação de Propriedade Beneficiária constante do Edital de Licitação.

8. O endereço referido acima é:

CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA – CLFOR

COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE LICITAÇÃO DO PROJETO FORTALEZA CIDADE SUSTENTÁVEL – CEXT/FCS

Aos cuidados de Otávio César Lima de Melo – Presidente
Av. Heráclito Graça, 750, Centro - CEP 60140-060 – Fortaleza, Ceará, Brasil
Telefone + 55 85 3452-3483
cext@clfor.fortaleza.ce.gov.br
http://compras.fortaleza.ce.gov.br

Fortaleza, 22 de março de 2022.

OTÁVIO CÉSAR LIMA DE MELO

Presidente da CEXT/Fortaleza Cidade Sustentável

Prefeitura Municipal de Assis
Paço Municipal Profª. "Judith de Oliveira Garcez"

COMUNICADO DE LICITAÇÃO ABERTA

Ref.: Processo 32/22 - Concorrência 04/22 - Alienação de Imóvel. Encerramento: 10:00 horas do dia 26/04/2022. Íntegra do Edital no Departamento de Licitações, na Avenida Rui Barbosa, 1066, Assis(SP), e na pagina http://www.assis.sp.gov.br; Informações: (18) 3322-2574.

Assis (SP), 22 de março de 2022. - José Aparecido Fernandes - Prefeito

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA 20 DE ABRIL DE 2022

Ficam os associados da Associação dos Empregados da Associação das Pioneiras Sociais – AEPS – convocados a comparecer e votar na Assembleia Geral Extraordinária, nos termos do artigo 10º, § 4º, "b" e "d", do Estatuto da AEPS, no dia 20 de abril de 2022 (quarta-feira), com início da assembleia as 08:00, nas unidades da Rede Sarah de Hospitais, com o objetivo de deliberar sobre: (i) eleição da diretoria executiva e demais cargos eletivos da AEPS. A votação dos temas propostos será feita por meio eletrônico disponível nas unidades da Rede Sarah de Hospitais, a assembleia eleitoral será encerrada as 17:00 horas.

A posse dos eleitos se dará após a apuração dos votos, às 14h do dia 2 de maio de 2022

Brasília 23 de março de 2022.

Luiz Guilherme Nadal Nunes

Presidente do Conselho Administrativo da AEPS

Edital de Convocação de Assembléias Gerais Extraordinárias

Pelo presente Edital, Sonia Teresa Santana, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Cinematográfica e do Audiovisual do Estado de São Paulo, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Tocantins e Distrito Federal, entidade sindical de 1º grau, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 56.083.389/0001-30, convoca todos os trabalhadores na Indústria Cinematográfica e do Audiovisual do Estado de São Paulo, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins e Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos estatutos, sócios ou não, para participarem das Assembleias Gerais Extraordinárias, conforme sua respectiva função, que em decorrência da pandemia do coronavírus e das necessárias medidas de afastamento serão feitas online, quais sejam: **1)** assembleia dos profissionais técnicos cinematográficos e trabalhadores nas produtoras cinematográficas e videográficas, de longa, média e curta metragem e de filmes e vídeos publicitários, produtoras independentes, produtoras de animação e em computação gráfica, laboratórios cinematográficos ou videográficos, pós produção, finalização de imagens e de som e empresas correlatas **do Estado de São Paulo, no dia 5 de abril de 2022**, com início às 19:00 horas, em primeira chamada e em segunda chamada, às 19:30hs, com qualquer número de presentes; **2)** assembleia com os profissionais técnicos e trabalhadores em casas de dublagem, com exceção dos atores em dublagem, bem como os trabalhadores e profissionais técnicos nas locadoras de equipamento cinematográfico e de infraestrutura do audiovisual do **Estado de São Paulo, no dia 06 de abril de 2022**, com início às 19:00 horas, em primeira chamada e em segunda chamada, às 19:30hs, com qualquer número de presentes; **3)** assembleia dos profissionais técnicos cinematográficos e trabalhadores nas produtoras cinematográficas e videográficas, de longa, média e curta metragem e de filmes e vídeos publicitários, produtoras independentes, produtoras de animação e em computação gráfica, laboratórios cinematográficos ou videográficos, pós produção, finalização de imagens e de som e empresas correlatas, profissionais técnicos e trabalhadores em casas de dublagem, com exceção dos atores em dublagem, bem como os trabalhadores e profissionais técnicos nas locadoras de equipamento cinematográfico e de infraestrutura do audiovisual **do Rio Grande do Sul, no dia 11 de abril de 2022**, com início às 19:00 horas, em primeira chamada e em segunda chamada, às 19:30hs, com qualquer número de presentes; **4)** assembleia dos profissionais técnicos cinematográficos e trabalhadores nas produtoras cinematográficas e videográficas, de longa, média e curta metragem e de filmes e vídeos publicitários, produtoras independentes, produtoras de animação e em computação gráfica, laboratórios cinematográficos ou videográficos, pós produção, finalização de imagens e de som e empresas correlatas, profissionais técnicos e trabalhadores em casas de dublagem, com exceção dos atores em dublagem, bem como os trabalhadores e profissionais técnicos nas locadoras de equipamento cinematográfico e de infraestrutura do audiovisual **dos Estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Tocantins e Distrito Federal, no dia 13 de abril de 2022,** com início às 19:00 horas, em primeira chamada e em segunda chamada, às 19:30hs, com qualquer número de presentes; o link para participação nas assembleias estará disponível no site da entidade, qual seja: http://www.sindcine.com.br e as assembleias serão amplamente divulgadas pela afixação de Editais na sede, subsedes e por meios eletrônicos, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **a)** Apresentação e votação da Pauta de Reivindicações a ser apresentada aos representantes do setor patronal por ocasião da data-base; **b)** outorgar poderes à Diretoria do sindicato para celebrar acordo/convenção coletiva de trabalho 2022/2023 ou instaurar Dissídio Coletivo da Categoria; **c)** aprovação da manutenção da assembleia geral da categoria, em caráter permanente, até a conclusão do processo de negociação coletiva ou de eventual dissídio da categoria. São Paulo, 23 de março de 2022. Sonia Teresa Santana- Presidente.

AVISO DE CONVOCAÇÃO

PROCESSO: CHAMADA PÚBLICA **Nº. 003/2022.**

ORIGEM: SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE - **SMS.**

OBJETO: CONSTITUI O OBJETO DESTE EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA O CREDENCIAMENTO DE ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE DE NATUREZA PRIVADA COM OU SEM FINS LUCRATIVOS, E/OU FILANTRÓPICAS INTERESSADOS EM PARTICIPAR DE FORMA COMPLEMENTAR DO SISTEMA ÚNICO DE SÁUDE EM CONFORMIDADE COM SEUS PRINCÍPIOS E CONCEITOS E DEMAIS DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS À ESPÉCIE, NA ÁREA DA OFTALMOLOGIA E PROCEDIMENTOS RELACIONADOS, NAS MODALIDADES AMBULATORIAL E HOSPITALAR, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES PREVISTAS NESTE EDITAL E ANEXOS QUE O COMPÕEM, PARA EVENTUAL CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS E/OU CONVÊNIOS.

O Presidente da **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA – CE | CPL,** torna público o presente Edital de Chamada Pública para fins de constituição de cadastro de credenciados, de Estabelecimentos de Saúde de natureza privada, com ou sem fins lucrativos e/ou filantrópicas, interessados em participar, de forma complementar do Sistema Único de Saúde na área da oftalmologia e procedimentos relacionados, em conformidade com os seus princípios, conceitos e os preceitos do direito público estabelecidos pela Constituição Federal, especialmente em seus artigos 196 e 199, Leis Federais nº 8.080/90 e nº 8.142/90, para eventual formalização de ajuste, através de contrato ou convênio, o qual será procedimentalizado, no que couber, conforme a Lei Federal nº 8.666/93, observado as demais disposições aplicáveis à espécie, especialmente a regulamentação dos Órgãos gestores do SUS e as especificações, termos e condições definidos no presente Edital e anexos que o compõe. Os interessados deverão entregar os envelopes no período de 24 de março de 2022 a 07 de abril de 2022, das 8h às 12h e das 13h às 17h e no dia 08 de abril de 2022, de 8h às 10h00min., no setor de Protocolo da Central de Licitações da Prefeitura de Fortaleza - CLFOR, situada na Avenida Heráclito Graça, nº 750, Centro, Fortaleza – CE, CEP. 60.140-060. Os envelopes serão abertos, impreterivelmente, em sessão pública, às 10h00min. do dia 08 de abril de 2022. O Edital está disponível gratuitamente no sítio compras.fortaleza.ce.gov.br e no Portal de Licitações do Tribunal de Contas do Estado do Ceará - http://municipios.tce.ce.gov.br/licitacoes/.

Fortaleza – CE, 22 de março de 2022.

OTÁVIO CÉSAR LIMA DE MELO

PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DE LIVRE ADMISSÃO DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SOROCABA - SICOOB COOPERASO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA – DIGITAL - EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente do Conselho de Administração da Cooperativa de Crédito Mútuo de Livre Admissão de Sorocaba – Sicoob Cooperaso, inscrita no CNPJ sob o nº 10.175.348/0001-73 e no NIRE 35400093897, no uso das atribuições que lhe confere o estatuto social, convoca seus associados, que nesta data são em número de 5.295 (cinco mil duzentos e noventa e cinco) em condições de votar, para se reunirem em **Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária – DIGITAL no dia 25 de abril de 2022**, obedecendo aos seguintes horários e "quorum" para sua instalação, cumprindo o que determina o estatuto social: **1) em primeira convocação** às **16h00**, com a presença de 2/3 (dois terços) do número total de associadas; **2) em segunda convocação** às **17h00**, com a presença de metade mais um do número total de associadas; **3] em terceira convocação às 18h00**, com a presença mínima de 10 (dez) associados, para deliberarem sobre os seguintes assuntos:

ORDEM DO DIA

ORDINÁRIA:

Itens Deliberativos:

1. Prestação de Contas dos 1º e 2º semestres do exercício de 2021, compreendendo o Relatório Anual, Balanços Gerais, Demonstração da Conta de Sobras ou Perdas e os Pareceres do Conselho Fiscal e da Auditoria Independente;
2. Liquidação do Fundo de Expansão - escritório de negócios e destinação de sobras;
3. Constituição do Fundo de Expansão e Aprovação do seu Regulamento;
4. Destinação das sobras líquidas e a sua fórmula de cálculo;
5. Aplicação do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES.
6. Fixação do valor global da remuneração dos membros da Diretoria Executiva;
7. Fixação do valor das cédulas de presença dos membros do Conselho de Administração;
8. Fixação do valor das cédulas de presença dos membros do Conselho Fiscal;
9. Eleição dos membros do Conselho Fiscal.

Item Informativo:

1. Pagamento dos juros ao capital.

EXTRAORDINÁRIA:

1. Reforma ampla do Estatuto Social, destacando a alteração do endereço da sede da Cooperativa, a inclusão do Capítulo referente a adesão do Sistema de Garantias Recíprocas e cumprimento ao Ofício 5253/2021-BCB/Deorf/GTBHO – Processo 0000184953– de 26 de fevereiro de 2021.
2. Outros assuntos (sem deliberação).

São Paulo, 23 de março de 2022.

Carlos Augusto de Macedo Chiaraba

Presidente do Conselho de Administração

NOTA I: A Assembleia Geral ocorrerá de forma **DIGITAL**, por meio do aplicativo Sicoob Moob, disponível gratuitamente nas lojas virtuais Apple Store e Google Play, acessível a todos associados, que poderão participar e votar, devendo inserir o número de sua conta corrente e sua senha cadastrada no SicoobNet (Internet Banking). Essa e outras informações podem ser obtidas detalhadamente no sítio. **NOTA II:** As Pessoas Jurídicas associadas deverão nomear um único representante com poder de voto para participar da Assembleia na forma do artigo 46 e parágrafos do Estatuto Social, com até **03** dias de antecedência, por meio do e-mail atendimento.4445@sicoob.com.br **NOTA III**: A Assembleia será transmitida digitalmente pela plataforma digital ZOOM, em tempo real a partir do horário estabelecido no Edital de Convocação publicado no dia 23 de março de 2022, com acesso pelo aplicativo SICOOB MOOB. Sendo que a votação será aberta aos associados após a apresentação de cada tópico da pauta. **Nota IV**: Cumprindo o disposto no artigo 46 da Resolução do C.M.N. n. 4.434/15, o Sicoob Cooperaso informa que as Demonstrações Contábeis acompanhadas do respectivo parecer da auditoria externa do exercício de 2021 encontrem-se disponíveis no site e na sede da Sicoob Cooperaso. **Nota V**: O prazo para inscrições individuais para o Conselho Fiscal será de quinze dias úteis, do dia 28/03/2022 à 15/04/2022, diretamente na sede da Cooperativa, dentro do horário de funcionamento, (10:00h até 16:00h) observada as condições de ocupação dos cargos estatutários previstas no Estatuto Social que está disponível no endereço eletrônico http://www.sicoobcooperaso.com.br/

SESI SENAI

AVISO DE LICITAÇÃO

Os Departamentos Regionais de São Paulo do Serviço Social da Indústria (SESI-SP) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI-SP) comunicam a abertura da licitação:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2022
Objeto: Aquisição de materiais de escritório através de Sistema de Registro de Preços (SRP).
Retirada do edital: a partir de 23 de março de 2022, através dos portais www.sesisp.org.br e www.sp.senai.br (opção LICITAÇÕES).
Sessão de disputa de preços (lances): 7 de abril de 2022 às 9h30, exclusivamente pela internet, no endereço www.licitacoes-e.com.br.

AVISO DE CONVOCAÇÃO

PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO **Nº. 126/2022**.
ORIGEM: SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - **SEPOG.**
OBJETO: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PESSOA JURÍDICA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA TERCEIRIZADA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS ÓRGÃOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - **SEPOG,** PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, PODENDO SER PRORROGADO NOS LIMITES DA LEI, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL.
DO TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL.
DO REGIME DE EXECUÇÃO INDIRETA: EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.
O(A) Pregoeiro(a) da **CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA - CLFOR,** torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados, que do dia 23 de março de 2022 a 05 de abril de 2022 até às 10h00min. **(Horário de Brasília)**, estará recebendo as **Propostas de Preços** e Documentos de Habilitação referentes a este Pregão, no Endereço Eletrônico www.comprasnet.gov.br. A **Abertura das Propostas** acontecerá no dia 05 de abril de 2022, às 10h00min. **(Horário de Brasília)** e o início da **Sessão de Disputa de Lances** ocorrerá a partir das 10h00min. do dia 05 de abril de 2022. O **edital** na íntegra encontra-se à disposição dos interessados para consulta na Central de Licitações | Avenida Heráclito Graça, 750, CEP: 60.140-060 - Centro – Fortaleza-CE, no e-compras: https://compras.sepog.fortaleza.ce.gov.br/publico/index.asp, no www.compras.gov.br, assim como no Portal de Licitações do TCE-CE: https://licitacoes.tce.ce.gov.br/. Maiores informações pelo telefone: (85) 3452.3477 |CLFOR.

Fortaleza – CE, 22 de março de 2022.
HAMER SOARES RIOS
Pregoeiro(a) da CLFOR

LUPA ADMINISTRAÇÃO DE BENS S/A

CNPJ nº 59.346.536/0001-06

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais estatutárias, apresentamos para apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras desta sociedade, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, com os dados comparativos de exercício anterior. Ficamos à disposição dos senhores acionistas para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários. Jundiaí, 21 de Março de 2022.

Balanço Patrimonial

ATIVO	31/12/2021	31/12/2020
Circulante	**1.109.737,15**	**977.852,87**
Disponibilidades	67.219,50	62.433,48
Outros Créditos	1.042.517,65	915.419,39
Não Circulante	**147.209.109,55**	**138.362.429,43**
Investimentos	146.346.952,04	137.500.271,92
Imobilizado	871.795,98	871.795,98
(-) Depreciação	(9.638,47)	(9.638,47)
Total do Ativo	**148.318.846,70**	**139.340.282,30**

PASSIVO	31/12/2021	31/12/2020
Circulante	**233.499,99**	**168.096,55**
Contas a Pagar	6,24	99.347,80
Obrigações Fiscais a Recolher	72.843,75	26.223,75
Impostos e Taxas a recolher	160.650,00	42.525,00
Não Circulante	**(13,30)**	**1.320.841,74**
Obrigações com participações societárias	(13,30)	1.320.841,74
Patrimônio Líquido	**148.085.360,02**	**137.851.344,01**
Capital Social	17.931.881,00	17.931.881,00
Reserva de Capital	3.874.976,00	3.874.976,00
Reserva de Lucros	126.278.503,02	116.044.487,01
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**148.318.846,70**	**139.340.282,30**

Demonstração do Resultado

	31/12/2021	31/12/2020
Receita Operacional	**14.949.463,70**	**20.716.250,34**
Equivalência Patrimonial	13.990.263,26	19.990.700,34
Juros Remuneratórios do Capital	787.500,00	703.500,00
Lucros e Dividendos	171.700,44	22.050,00
Outras Receitas Operacionais	-	-
(-) Despesas Operacionais	**(93.727,11)**	**(78.999,18)**
Despesas Administrativas	(19.188,07)	(12.875,88)
Despesas Tributárias	(74.539,04)	(66.123,30)
Resultado Financeiro	**(779.366,77)**	**(692.473,20)**
Despesas Financeiras	(405,12)	(466,93)
Juros Remuneratórios do Capital Social	(787.500,00)	(703.500,00)
Receitas Financeiras	8.538,35	11.493,73
Lucro Líquido do Exercício antes do IR/CS	**14.076.369,82**	**19.944.777,96**
Provisão p/ Imposto de Renda	(898,88)	(397,48)
Provisão p/ Contribuição Social	(539,33)	(238,49)
Lucro Líquido do Exercício	**14.074.931,61**	**19.944.141,99**
Lucro do Exercício por Ação do Capital Social Integralizado	**0,78**	**1,11**

Demonstração do Fluxo de Caixa

Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Resultado do Exercício	**14.074.931,61**
Ajuste para Recomposição do Lucro Líquido	
Equivalência Patrimonial	(13.990.263,26)
	84.668,35
Redução de Ativos	
Contas a Receber	(83.603,14)
Impostos a Recuperar	(43.495,12)
	(127.098,26)
Aumento (Redução) de Passivos	
Impostos e Contribuições Sociais	164.109,03
Demais contas a Pagar	(1.320.855,04)
Juros Remuneratórios do Capital a Pagar	(99.341,56)
	(1.256.087,57)
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	**(1.298.517,48)**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos	
Investimentos realizados em sociedades coligadas	(1.576.313,52)
Redução de Investimentos – Lucros recebidos	6.719.896,66
Aumento Imobilizado	-
Caixa Líquido nas Atividades de Investimentos	**5.143.583,14**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos	
Pagamento de Dividendos	(3.840.279,64)
Caixa Líquido nas Atividades de Financiamentos	**(3.840.279,64)**
Aumento Líquido no Caixa/Disponibilidades	**4.786,02**
Caixa e Disponibilidades no Fim do Período	67.219,50
Caixa e Disponibilidades no Início do Período	62.433,48
Variação do Caixa/Disponibilidades	**4.786,02**

Notas Explicativas

1) As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as disposições da Lei 6404/76 e as alterações introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11941/09, abrangendo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamento Contábil - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade; 2) Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis com prazo inferior a 360 dias estão classificados no circulante; 3) Os bens do ativo permanente estão registrados ao custo de aquisição; 4) Os investimentos em participações societárias, foram avaliados pelo método da equivalência patrimonial; 5) No uso de estimativas e julgamentos a sociedade julgou não haver evidências, internas ou externas, que justifiquem a adoção do *impairment (redução)* de seus ativos e dos ajustes a valores presentes de créditos e obrigações; 6) O Capital Social no valor de R$ 17.931.881,00, está representado por 17.931.881 de ações ordinárias nominativas sem valor nominal; 7) Dividendos - Deixou-se de fazer proposta de pagamento de dividendos por terem sido distribuídos R$ 3.840.279,64 durante o ano, valor superior ao mínimo estatutário.

A Diretoria
Denise Perez dos Reis Florin
Contador - CRC SP Nº 1SP269601/O-2

Borborema Transmissão de Energia S.A.

CNPJ nº 31.109.417/0001-10 - NIRE 35300519451

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 09 de Março de 2022

Ata lavrada em forma de sumário, nos termos do parágrafo 1º, do artigo 130, da Lei nº 6.404/76. **1. Data, Hora e Local:** Realizada no dia no dia 09 de março de 2022, às 10 (dez) horas, na sede social da Companhia, na Cidade e Estado de São Paulo, na Avenida Dr. Cardoso de Melo, nº 1.308, 8º andar, sala 02, Vila Olímpia, CEP 04548-004. **2. Presença:** Presentes as Acionistas representando a totalidade das ações de emissão da Companhia, como se verificou pelas assinaturas apostas no Livro de Presença de Acionistas. **3. Convocação:** Dispensada a convocação prévia, tendo em vista a presença das Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, na forma do disposto no parágrafo 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76 e alterações ("LSA"). **4. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pela Sra. Luciana Borges Araújo Amaral e secretariados pela Sra. Ana Carolina Freitas Costa de Souza. **5. Ordem do Dia:** Reuniram-se as Acionistas da Companhia para examinar, discutir e votar sobre: (a) a integralização, pela atual acionista GBS PARTICIPAÇÕES S.A., CNPJ nº 41.774.224/0001-38, de parcela do capital subscrito na Ata de Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, datada de 15 de novembro de 2019, no montante de R$ 570.000,00 (quinhentos e setenta mil reais), à vista, em moeda corrente nacional; (b) consolidação do Estatuto Social da Companhia; e (c) autorização para os administradores praticarem todos os atos necessários à efetivação das deliberações acima. **6. Deliberações:** 6.1. As Acionistas aprovaram, por unanimidade, a integralização de parcela do capital social da Companhia pela atual acionista, GBS PARTICIPAÇÕES S.A., CNPJ nº 41.774.224/0001-38 - subscrito inteiramente pela então acionista Sterlite Brazil Participações S.A., CNPJ nº 28.704.797/0001-27, conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária, datada de 15 de novembro de 2019 -, no montante de R$ 570.000,00 (quinhentos e setenta mil reais), correspondente a 570.000 (quinhentas e setenta mil) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, as quais são integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, mediante depósito em conta corrente da Companhia. 6.2. Tendo em vista a deliberação supra, o artigo 4º do Estatuto Social passa a viger com a seguinte redação: Artigo 4º. O capital social subscrito da Companhia é de R$ 139.019.259,00 (cento e trinta e nove milhões, dezenove mil e duzentos e cinquenta e nove reais), representado por 139.019.259 (cento e trinta e nove milhões, dezenove mil e duzentas e cinquenta e nove) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, parcialmente integralizado, em moeda corrente nacional, no montante de R$ 123.070.000,00 (cento e vinte e três milhões e setenta mil reais). 6.3. As Acionistas aprovaram, por unanimidade, a consolidação do Estatuto Social da Companhia, na forma do Anexo I. 6.4. Ficam os administradores da Companhia autorizados a praticar todos e quaisquer atos necessários ao registro e publicação da presente nos órgãos e livros próprios e os demais atos aqui previstos e na lei aplicável. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a presente Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, da qual se lavrou a presente Ata que, lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. Declara-se ser a presente ata cópia fiel da ata lavrada no livro próprio da Companhia. São Paulo, 09 de março de 2022. **Mesa: Luciana Borges Araújo Amaral** - Presidente; **Ana Carolina Freitas Costa de Souza** - Secretária. **Acionista: GBS Participações S.A. - Luciana Borges Araújo Amaral** - Diretora. **JUCESP** nº 145.095/22-8 em 17/03/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral. **Anexo I - Estatuto Social da Borborema Transmissão de Energia S.A.** CNPJ nº 31.109.417/0001-10 - NIRE 35300519451. **Denominação Social e Duração: Artigo 1º. Borborema Transmissão de Energia S.A.** é uma sociedade por ações de capital fechado, com prazo de duração indeterminado, regida pelo disposto no presente Estatuto Social e pelas disposições regulamentares e legais aplicáveis, em especial a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") (a "Companhia"). **Sede Social: Artigo 2º.** A Companhia tem sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Dr. Cardoso de Melo, 1308, 8º andar, sala 02, Bairro Vila Olímpia, CEP 04548-004, podendo abrir e encerrar agências, escritórios e filiais em qualquer localidade do país ou do exterior, mediante deliberação da Assembleia Geral de Acionistas. **Parágrafo Único.** A Companhia tem filial na Cidade de Pedras Fogos, Estado de Paraíba, na Rua Professor Janete Vicente da Silva, nº 103 e 104, Bairro Centro, CEP 58.328-000. **Objeto Social: Artigo 3º.** A Companhia tem como objeto social único e exclusivo a implantação e exploração do empreendimento referente ao Lote 04 do Leilão de Transmissão nº 02/2018 da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, composto por instalações de transmissão de energia localizadas no estado da Paraíba, tais como: Linha de Transmissão Campina Grande III - João Pessoa II, em 500 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 123 km, com origem na Subestação Campina Grande III e término na Subestação João Pessoa II; pela SE João Pessoa II 500/230-13,8 kV - (3+1R) x 150MVA e 230/69W - 2 150 MVA, **Conexões de Unidades de Transformação, Entradas de Linha, Interligações de Barramentos,** reatores de linha e respectiva conexão, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio; bem como a implementação de trechos de Linhas de Transmissão em 230 kV, circuitos duplos, com extensões aproximadas de 0,5 km, compreendidos entre a Subestação João Pessoa II e os pontos de seccionamentos das Linhas de Transmissão em 230 kV Goianinha - Mussuré II, Goianinha - Santa Rita II e Santa Rita II - Mussuré II, as Entradas de Linha correspondentes na Subestação João Pessoa II, e a aquisição dos equipamentos necessários às modificações, substituições e adequações nas ENTRADAS DAS LINHAS das subestações Goianinha, Mussuré II e Santa Rita II. **Capital Social e Ações: Artigo 4º.** O capital social subscrito da Companhia é de R$ 139.019.259,00 (cento e trinta e nove milhões, dezenove mil e duzentos e cinquenta e nove reais), representado por 139.019.259 (cento e trinta e nove milhões, dezenove mil e duzentas e cinquenta e nove) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, parcialmente integralizado, em moeda corrente nacional, no montante de R$ 123.070.000,00 (cento e vinte e três milhões e setenta mil reais). **Parágrafo Primeiro.** Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito a 1 (um) voto nas Assembleias Gerais de Acionistas, cujas deliberações serão tomadas na forma deste Estatuto Social e da legislação aplicável. **Parágrafo Segundo.** A propriedade das ações será comprovada pela inscrição do nome do Acionista no livro de "Registro de Ações Nominativas". Mediante solicitação de qualquer Acionista, a Sociedade emitirá certificados de ações. Os certificados de ações, que poderão ser agrupados em títulos múltiplos, quando emitidos, serão assinados por 2 (dois) Diretores da Sociedade em conjunto. **Parágrafo Terceiro.** Os Acionistas terão direito de preferência para subscrição de ações da Companhia nos termos da legislação aplicável. **Órgãos da Companhia e Administração: Artigo 5º.** São órgãos da Companhia: A administração da Companhia compete à Diretoria, que terá as atribuições conferidas por lei e pelo presente Estatuto Social. (i) A Diretoria; (ii) O Conselho Fiscal, de funcionamento não permanente; e (iii) A Assembleia Geral de Acionistas. **Parágrafo Primeiro.** A administração da Companhia compete à Diretoria, que terá as atribuições conferidas por lei e pelo presente Estatuto Social. **Parágrafo Segundo.** A Assembleia Geral de Acionistas deverá estabelecer a remuneração anual global dos membros da Diretoria, cabendo a esta deliberar sobre a sua distribuição entre seus membros. **Diretoria - Artigo 6º.** A Diretoria será composta por, no mínimo, 2 (dois) Diretores, pessoas físicas, Acionistas ou não, residentes e domiciliados no país, eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas, e por esta destituíveis a qualquer tempo, para mandatos unificados de até 2 (dois) anos, permitida a reeleição por um número ilimitado de mandatos consecutivos. Dentre os membros da Diretoria, um será designado o Diretor Presidente. **Parágrafo Único.** Os Diretores serão investidos em seus cargos, mediante assinatura do termo de posse em livro próprio, e deverão permanecer no exercício de seus cargos até a posse de seus sucessores. O prazo de gestão dos Diretores da Companhia se estenderá até a investidura dos novos administradores eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas. **Artigo 7.** Observados os termos deste Estatuto, os Diretores eleitos são investidos de poderes para administrar e gerir os negócios da Companhia, podendo realizar todos os atos necessários ou convenientes a este propósito, bem como praticar todas as operações que se relacionarem com o objeto social, com exceção daqueles que, por disposição legal ou do presente Estatuto Social, sejam atribuídos à Assembleia Geral de Acionistas. **Parágrafo Primeiro.** Além de exercer os poderes conferidos pelo presente Estatuto Social, compete a qualquer membro da Diretoria as atribuições que lhe forem conferidas pela Assembleia Geral de Acionistas. **Parágrafo Segundo.** Em caso de ausência ou impedimento temporário do Diretor Presidente, este indicará, dentre os demais membros da Diretoria, aquele que exercerá suas funções interinamente. Na ausência ou impedimento temporário de qualquer dos demais Diretores, suas funções serão exercidas temporária e cumulativamente pelo Diretor a ser designado pelo Diretor Presidente. **Parágrafo Terceiro.** No caso de vacância do Diretor Presidente, as Acionistas poderão indicar, dentre os demais membros da Diretoria, um que exercerá suas funções de forma interina - até a eleição de novo Diretor Presidente - ou definitiva. Para os fins da indicação de forma interina, a mesma poderá ser feita através de mera declaração, carta, telegrama, correio eletrônico (e-mail), ou qualquer outra forma escrita, conforme a conveniência das Acionistas. **Parágrafo Quarto.** Sem prejuízo do disposto no Parágrafo anterior, no caso de vacância de qualquer cargo da Diretoria, a respectiva substituição será deliberada pela Assembleia Geral de Acionistas o mais breve possível, conforme sua conveniência. Para os fins deste artigo, o cargo de qualquer Diretor será considerado vago se ocorrer a renúncia, morte, incapacidade comprovada, impedimento ou ausência injustificada por mais de 30 (trinta) dias consecutivos. **Artigo 8º.** Além das atribuições necessárias à realização dos fins sociais, a representação da Companhia, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, inclusive na assinatura de documentos que acarretem responsabilidade ou obrigações para esta, (ressalvado o especialmente mencionado nos parágrafos abaixo) respeitados, sempre, os atos cuja deliberação dependa da Assembleia Geral de Acionistas será feita na seguinte forma e ordem, preferencialmente: (i) Por dois Diretores; ou (ii) Por um Diretor e um Procurador especialmente constituído para tal fim, com poderes específicos, outorgados mediante instrumento particular ou público assinado na forma do item "(i)" acima; ou (iii) Por dois Procuradores especialmente constituídos para tal fim, com poderes específicos, outorgados mediante instrumento particular ou público assinado na forma do item "(i)" acima; (iv) Por um Diretor, na forma dos Parágrafos abaixo; e (v) Por um Procurador especialmente constituído para tal fim, com poderes específicos, outorgados mediante instrumento particular ou público assinado na forma do item "(i)" acima, na forma dos Parágrafos abaixo. **Parágrafo Primeiro.** A Companhia poderá ser representada individualmente por um Diretor perante repartições/autoridades públicas federais, estaduais e municipais; empresas privadas, empresas públicas ou sociedades de economia mista; especialmente na assinatura de cartas simples, protocolos, cadastros, obtenção e aplicação de certificados, pedidos e declarações. **Parágrafo Segundo.** A Companhia poderá também ser representada por procurador(es), agindo em conformidade com o(s) respectivo(s) mandato(s); investido(s) de expressos e especiais poderes, nos termos do Parágrafo Terceiro abaixo, perante terceiros, incluindo, exemplificativamente, instituições públicas, autoridades fiscais em nível federal, estadual e municipal, Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, de Notas e de Imóveis, Juntas Comerciais, Banco Central do Brasil, instituições financeiras em geral e empresas privadas, dentro dos limites estabelecidos e na prática dos atos específicos que serão mencionados na respectiva procuração. A possibilidade de atuação de um Procurador de forma individual, na representação da Companhia, quando autorizada, deverá vir expressa no instrumento de outorga que lhe conferir poderes. **Parágrafo Terceiro.** A outorga de poderes pela Companhia será realizada conjuntamente por dois Diretores, observado o item "(i)" do Artigo 8º, por meio de instrumentos de mandato, os quais vigorarão por prazo não superior a 12 (doze) meses; não se aplicando tal limitação temporal às procurações "*ad judicia*", as quais poderão vigorar por tempo indeterminado, bem como também não se aplica àquelas outorgadas em razão de contrato de financiamento da Companhia, que vigorarão pelo tempo de duração do respectivo contrato. Os poderes aqui mencionados estendem-se aos atos necessários ao funcionamento ordinário da Companhia, tais como: abrir, manter, fechar contas bancárias e fazer aplicações financeiras; assinar contratos de câmbio; receber, emitir, endossar, visar, descontar ou avalizar cheques, letras de câmbio, faturas, duplicatas e outros títulos de créditos ou instrumentos comerciais e contratos; reclamar, receber, negociar e estabelecer a forma de pagamento de todos os débitos para com a Companhia; requerer cópia de processos judiciais ou administrativos, apresentar documentos (tais como requerimentos, defesas, recursos), preencher cadastros e certificados, bem como dar e receber quitação. **Artigo 9º.** As reuniões da Diretoria serão convocadas por qualquer dos Diretores sempre que o interesse social assim exigir; sendo suas deliberações tomadas com base no voto afirmativo da maioria dos Diretores presentes. O Diretor Presidente ou o respectivo interino terá o voto de qualidade em caso de empate. **Artigo 10.** Os atos de qualquer acionista, Diretor, funcionário ou procuradores que envolvam a Companhia em qualquer obrigação relacionada a negócios ou operações estranhos ao seu objeto social, bem como concessão de garantias em favor de terceiros, tais como fianças, avais, endossos e qualquer outra garantia, são expressamente proibidos e serão considerados nulos em relação à Companhia, exceto se expressamente autorizados de acordo com os termos deste Estatuto Social. **Conselho Fiscal: Artigo 11.** O Conselho Fiscal não terá funcionamento permanente, sendo instalado mediante deliberação dos Acionistas, conforme previsto em lei. **Artigo 12.** O Conselho Fiscal, quando instalado, será composto por no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros e por igual número de suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas, sendo permitida a reeleição. Quando instalado, o Conselho Fiscal terá com as atribuições e prazos de mandato previstos em lei. **Parágrafo Único.** A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será estabelecida pela Assembleia Geral de Acionistas que os eleger. **Assembleias Gerais de Acionistas: Artigo 13.** As Assembleias Gerais de Acionistas serão ordinárias ou extraordinárias. As Assembleias Gerais Ordinárias realizar-se-ão nos 4 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social e as extraordinárias sempre que houver necessidade. **Artigo 14.** A Assembleia Geral Ordinária terá a seguinte competência: (i) Tomar as contas da Diretoria, discutir e deliberar sobre o balanço e as demonstrações financeiras do exercício findo; (ii) Definir a destinação dos resultados do exercício e a distribuição de dividendos aos Acionistas; e (iii) Eleger ou Reeleger membros da Diretoria, quando aplicável, definindo a remuneração cabível. **Artigo 15.** Além das hipóteses previstas em lei, a Assembleia Geral poderá ser convocada pelo Diretor Presidente, quando este entender conveniente ou necessário, e ainda a pedido de qualquer um dos Diretores, mediante notificação, enviada com, no mínimo 15 (quinze) dias de antecedência da data marcada para Assembleia Geral de Acionistas. Na notificação deverão constar a data e a hora de realização da Assembleia, as matérias a serem deliberadas, bem como as cópias de quaisquer relatórios, propostas ou qualquer outra informação relevante relacionada às matérias a serem deliberadas. **Artigo 16.** A Assembleia Geral será presidida pelo Diretor Presidente ou, na sua ausência, por qualquer outro membro da Diretoria, devidamente indicado em uma das formas do Artigo 7º e respectivos Parágrafos. O Presidente da Assembleia Geral convidará, dentre os presentes, o secretário dos trabalhos. **Parágrafo Primeiro.** Independentemente das formalidades previstas neste Artigo **16,** será considerada regular a Assembleia a que comparecerem todos os Acionistas. **Parágrafo Segundo.** Os Acionistas poderão ser representados nas Assembleias Gerais por procurador constituído nos termos da lei, com poderes específicos, devendo a procuração ficar arquivada na sede da Companhia. **Artigo 17.** Salvo nos casos previstos em lei ou neste Estatuto Social, as deliberações da Companhia serão tomadas por Acionistas, presentes ou representados na respectiva Assembleia Geral, representando a maioria do capital social da Companhia. **Exercício Social e Lucros: Artigo 18.** O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao final de cada exercício, o balanço patrimonial e as demonstrações financeiras serão preparadas de acordo com os requisitos e formalidades previstos em lei, além do disposto no presente Estatuto Social. **Parágrafo Único.** A Companhia poderá, a qualquer tempo, levantar balanços mensais, trimestrais ou semestrais, em cumprimento a requisitos legais, ou para atender a interesses societários, inclusive para a distribuição de dividendos intermediários ou intercalares, mediante deliberação da Diretoria e atendidos os requisitos legais. Estes dividendos, caso distribuídos, poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório. **Artigo 19.** Observado o disposto neste Estatuto Social, o lucro líquido apurado no exercício terá a seguinte destinação: (i) A parcela de 5% (cinco por cento) será deduzida para a constituição da reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social; (ii) Distribuição de dividendos, na forma do Parágrafo Único do Artigo 18 supra e/ou na forma do anual obrigatório de pelo menos 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício, nos termos do Artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações; e (iii) O saldo remanescente, após atendidas as disposições legais, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral de Acionistas, observada a legislação aplicável. **Artigo 20.** A Diretoria poderá deliberar o pagamento ou crédito de juros sobre o capital próprio, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária que apreciar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social em que tais juros forem pagos ou creditados, sendo que os valores correspondentes aos juros sobre capital próprio poderão ser imputados ao dividendo obrigatório. **Liquidação e Dissolução: Artigo 21.** A Companhia deverá ser dissolvida ou liquidada nos casos previstos em lei, ou mediante deliberação da Assembleia Geral de Acionistas. A Assembleia Geral de Acionistas deverá estabelecer a forma de liquidação e o nome do liquidante, fixando-lhe a remuneração. **Disposições Gerais: Artigo 22.** A Lei das Sociedades por Ações deverá ser aplicável a todas as matérias em relação às quais o presente Estatuto Social for omisso ou obscuro. **Artigo 23.** Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Estatuto Social, com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. São Paulo/SP, 09 de março de 2022.

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SEDUR

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA – CONDER

AVISO – LICITAÇÃO PRESENCIAL Nº 025/22 – CONDER

Abertura: 13/04/2022, às 09h:30m.

Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM DE VIA (RUA JOSÉ DE ANCHIETA – CENTRO), LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE ITAMARAJU – BAHIA.** O Edital e seus anexos estarão à disposição dos interessados no site da CONDER (http://www.conder.ba.gov.br) no campo licitações, a partir do dia **23/03/2022**.

Salvador - BA, 21 de março de 2022.
Maria Helena de Oliveira Weber
Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

CONDER
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Fortaleza PREFEITURA

AVISO DE ALTERAÇÃO NO HORÁRIO DA SESSÃO DE ABERTURA

PROCESSO: TOMADA DE PREÇOS **Nº. 006/2022.**
ORIGEM: SECRETARIA MUNICIPAL DA INFRAESTRUTURA - **SEINF.**
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMA E REESTRUTURAÇÃO DA COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL – IMPORTANTE BASE DE SEGURANÇA CIDADÃ, LOCALIZADA NO BAIRRO CENTRO, MUNICÍPIO DE FORTALEZA-CE, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.
DO **TIPO DE LICITAÇÃO:** MENOR PREÇO.
REGIME DE EXECUÇÃO: EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO.
O Presidente da **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÕES – CEL,** torna público, para conhecimento dos licitantes e demais interessados, que a Sessão de Abertura da TP nº 006/2022 – SEINF, prevista para ser realizada no dia 24 de março de 2022 às 10h00min, passará a ser realizada no mesmo dia 24 de março de 2022, às 13h00min, em sua sede na Avenida Heráclito Graça, nº 750, CEP: 60.140-060 - Centro - Fortaleza-CE. Maiores informações encontram-se à disposição na Avenida Heráclito Graça, nº 750, Centro, CEP: 60.140-060, Fortaleza, Ceará ou através do e-mail licita.cel@clfor.fortaleza.ce.gov.br | CEL.

Fortaleza – CE, 21 de março de 2022.
HAMER SOARES RIOS
Presidente da CEL

SEGEP Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão — Prefeitura de Belém — Governo da nossa gente

AVISO DE RETIFICAÇÃO E NOVA DATA

CONCORRÊNCIA Nº 01/2022 – SEURB - PROCESSO Nº 6721/2021

A Comissão de Licitação designada pelo Decreto Municipal nº 101.809/2021, torna pública a **RETIFICAÇÃO** do Edital e **NOVA DATA DE ABERTURA** da **CONCORRÊNCIA Nº 01/2022** conforme os dados abaixo:

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO, DRENAGEM E URBANIZAÇÃO DA NOVA AVENIDA AUGUSTO MONTENEGRO, ENTRE O TERMINAL MANGUEIRÃO E O TERMINAL MARACACUERA, conforme projeto executivo e demais anexos do Edital de Licitação.
Modo de Disputa: ABERTO
Critério de Julgamento: MENOR PREÇO GLOBAL
Regime de Execução: EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO
Disponibilidade do Edital: http://www.belem.pa.gov.br e presencialmente mediante apresentação de mídia (DVD-R) para gravação gratuita, na CGL/PMB prédio anexo da SEGEP, de 2ª a 6ª feira (dias úteis), das 9:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00 horas.
Entrega e abertura das propostas: As 09:00h (horário local) do dia 28/04/2022, Auditório da SEGEP, sito à Av. Governador José Malcher, nº 2.110, Bairro de São Braz – Belém/PA, CEP 66060-230, Térreo.

Belém/PA, 22 de março de 2022
SILVIO NAZARENO LEAL COSTA
Presidente da CPL/PMB
Decreto nº 101.809/2021

AVISO DE CONVOCAÇÃO

PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO **Nº. 128/2022.**
ORIGEM: INSTITUTO DOUTOR JOSÉ FROTA – **IJF - SERVIÇO DE ALMOXARIFADO.**
OBJETO: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO, A SELEÇÃO DE EMPRESA PARA O REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS E EVENTUAIS DE CAMPOS, FORRO E FRONHA DE MAYO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO INSTITUTO DR. JOSÉ FROTA – IJF, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.
DO TIPO: MENOR PREÇO.
DA FORMA DE FORNECIMENTO: PARCELADO.
O(A) Pregoeiro(a) da **CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA - CLFOR,** torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados, que do dia 23 de março de 2022 a 05 de abril de 2022 até às 10h00min. **(Horário de Brasília)**, estará recebendo as **Propostas de Preços** e Documentos de Habilitação referentes a este Pregão, no Endereço Eletrônico www.comprasnet.gov.br. A **Abertura das Propostas** acontecerá no dia 05 de abril de 2022, às 10h00min. **(Horário de Brasília)** e o início da **Sessão de Disputa de Lances** ocorrerá a partir das 10h00min. do dia 05 de abril de 2022. O **edital** na íntegra encontra-se à disposição dos interessados para consulta na Central de Licitações | Avenida Heráclito Graça, 750, CEP: 60.140-060 - Centro – Fortaleza-CE, no e-compras: https://compras.sepog.fortaleza.ce.gov.br/publico/index.asp, no www.compras.gov.br, assim como no Portal de Licitações do TCE-CE: https://licitacoes.tce.ce.gov.br/. Maiores informações pelo telefone: **(85) 3452.3477 |CLFOR.**

Fortaleza – CE, 22 de março de 2022.
JOÃO MATHEUS CARNEIRO BEZERRA
Pregoeiro(a) da CLFOR

AVISO DE CONVOCAÇÃO

PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO **Nº. 127/2022.**
ORIGEM: INSTITUTO DOUTOR JOSÉ FROTA – **IJF - SERVIÇO DE ALMOXARIFADO.**
OBJETO: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO A SELEÇÃO DE EMPRESA PARA O REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS E EVENTUAIS DE PULSEIRAS PARA IDENTIFICAÇÃO E **CLASSIFICAÇÃO** DE RISCOS, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DO INSTITUTO DR. JOSÉ FROTA – IJF, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.
DO TIPO: MENOR PREÇO.
DA FORMA DE FORNECIMENTO: PARCELADO.
O(A) Pregoeiro(a) da **CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA - CLFOR,** torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados, que do dia 23 de março de 2022 a 05 de abril de 2022 até às 10h00min. **(Horário de Brasília)**, estará recebendo as **Propostas de Preços** e Documentos de Habilitação referentes a este Pregão, no Endereço Eletrônico www.comprasnet.gov.br. A **Abertura das Propostas** acontecerá no dia 05 de abril de 2022, às 10h00min. **(Horário de Brasília)** e o início da **Sessão de Disputa de Lances** ocorrerá a partir das 10h00min. do dia 05 de abril de 2022. O **edital** na íntegra encontra-se à disposição dos interessados para consulta na Central de Licitações | Avenida Heráclito Graça, 750, CEP: 60.140-060 - Centro – Fortaleza-CE, no e-compras: https://compras.sepog.fortaleza.ce.gov.br/publico/index.asp, no www.compras.gov.br, assim como no Portal de Licitações do TCE-CE: https://licitacoes.tce.ce.gov.br/. Maiores informações pelo telefone: (85) 3452.3477 |CLFOR.

Fortaleza – CE, 22 de março de 2022.
JOSÉ JESUS LÉDIO DE ALENCAR
Pregoeiro(a) da CLFOR

Edital de Convocação de Assembléia Geral Ordinária

Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Cinematográfica e do Audiovisual dos Estados de São Paulo, Rio Grande Do Sul, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Tocantins e Distrito Federal, CNPJ nº 56.083.389/0001-30 - Assembleia Geral Ordinária - Edital de Convocação - Pelo presente edital, ficam convocados todos os associados, quites e em pleno gozo de seus direitos sindicais, a participarem da **assembleia geral ordinária,** que será realizada no dia 30 de março de 2022, às 17:00hs em primeira chamada e às 17:30 horas.com qualquer número de presentes, em sua sede social na rua Coronel Artur de Godoi, 218 – vila mariana, para deliberar e votar sobre a seguinte ordem do dia: a) prestação de contas do exercício 2021; b) apresentação e deliberação sobre previsão orçamentária para o ano de 2022, elaborada pela diretoria e instruída pelo conselho fiscal. São Paulo, 23 de março de 2021. Sonia Teresa Santana - Presidente

---

EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO
AVISO DE ADIAMENTO DE LICITAÇÃO
LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 045/2022 - CSL/EMSERH
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 227.443/2021 – EMSERH

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e disposição final de resíduos de serviços de saúde de Classificação A, B e E, com fornecimento de bombonas, em regime de comodato, para atender a demanda do **Hospital de Barra do Corda**, unidade administrada pela Emserh, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas neste Edital.
DATA DA SESSÃO: ADIADA ATÉ ULTERIOR DELIBERAÇÃO, tendo em vista que os autos estão no setor técnico para manifestação acerca da Impugnação apresentada.
Local de Realização: Sistema Licitações-e (www.licitacoes-e.com.br).
Edital e demais informações estão disponíveis em **www.emserh.ma.gov.br** e **www.licitacoes-e.com.br.** Informações adicionais serão prestadas na CSL/EMSERH, localizada na Av. Borborema, Qd-16, nº 25, Bairro do Calhau, São Luís/MA, no horário de 8h às 12h e das 14h às 18h, de segunda a sexta, pelos e-mails **csl@emserh.ma.gov.br** e/ou **vinicius.licitacao.emserh@gmail.com,** ou pelo **telefone (98) 3235-7333.**

São Luís (MA), 18 de março de 2022
Vinicius Boueres Diogo Fontes
Agente de Licitação da CSL/EMSERH

AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA PARA OS ITENS 13, 14, 18, 23, 24 E 25 (CANCELADOS NO JULGAMENTO)

PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO **Nº. 409/2021.**
ORIGEM: INSTITUTO DOUTOR JOSÉ FROTA – **IJF – GERÊNCIA DE ATIVIDADES AUXILIARES/ GEATA.**
OBJETO: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO, A SELEÇÃO DE EMPRESA PARA O REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS E EVENTUAIS DE MATERIAIS DE HIGIENIZAÇÃO E DESINFECÇÃO (MOP PÓ, PÁ COLETORA E OUTROS), DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.
DO TIPO: MENOR PREÇO.
DA FORMA DE FORNECIMENTO: PARCELADO.
O(A) Pregoeiro(a) da **CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA - CLFOR,** torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados, que o(a) PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 409/2021 - IJF, foi declarada FRACASSADA PARA OS ITENS 13, 14, 18, 23, 24 E 25 (CANCELADOS NO JULGAMENTO por ausência de licitantes classificados). Maiores informações através do email licitacao@clfor.fortaleza.ce.gov.br ou pelo telefone: **(85)3452-3477.**

Fortaleza – CE, 22 de março de 2022.
ROMERO RAMONY HOLANDA LIMA MARINHO
Pregoeiro(a) da CLFOR

CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2022

A Câmara Municipal de Belo Horizonte torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará, a partir das **10:00 horas do dia 05 de abril de 2022**, pelo site www.comprasnet.gov.br, licitação na modalidade Pregão Eletrônico, tendo por objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de implantação de sistema de captação, transmissão, armazenamento e publicação de sinais de áudio e vídeo pela internet de forma híbrida com participantes no ambiente da CMBH e remoto simultaneamente, em tempo real, incluindo a disponibilização de estrutura necessária, durante o prazo do contrato, em locais de instalação pré-determinados, no âmbito da Câmara Municipal de Belo Horizonte, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no edital. O texto integral do edital (contendo todas as informações sobre o certame) encontra-se à disposição dos interessados na Internet, nos sites www.comprasnet.gov.br, (utilizando-se para pesquisa o Código UASG nº 926306) e www.cmbh.mg.gov.br (link Transparencia>Licitacoes) onde poderão ser obtidos esclarecimentos adicionais. Frisa-se que, conforme consta na Folha de Rosto do Edital, ao presente pregão aplica-se a Lei Federal nº 10.520/2002, a Lei Federal nº 8.666/1993, a Lei Complementar Federal nº 123/2006 e a Portaria nº 15.477/2014.

Belo Horizonte, 22 de março de 2022.
FABIANA MIRANDA PRESTES
Pregoeira

AVISO DE SUSPENSÃO

PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO **Nº. 097/2022.**
ORIGEM: SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE - **SMS.**
OBJETO: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO A SELEÇÃO DE EMPRESA PARA O REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS E EVENTUAIS DE INSUMOS DIVERSOS E INSUMOS DE COLETA, PARA ATENDER À DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE DE FORTALEZA - SMS, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL.
DO TIPO: MENOR PREÇO.
DA FORMA DE FORNECIMENTO: POR DEMANDA.
O(A) Pregoeiro(a) da **CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA - CLFOR,** torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados que, por razões de ordem administrativa (ausência de tempo hábil para a resposta aos pedidos de esclarecimentos apresentada), o processo em epígrafe foi SUSPENSO. Maiores informações através do email licitacao@clfor.fortaleza.ce.gov.br.

Fortaleza – CE, 22 de março de 2022.
JOSÉ JESUS LÉDIO DE ALENCAR
Pregoeiro(a) da CLFOR

AVISO DE RETOMADA PARA O ITEM 12

PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO **Nº. 202/2021.**
ORIGEM: SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE - **SMS.**
OBJETO: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO, A SELEÇÃO DE EMPRESA PARA O REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS E EVENTUAIS DE MEDICAMENTOS INJETÁVEIS SUJEITOS À CONTROLE ESPECIAL I (ANALGÉSICOS, HIPNÓTICOS E BLOQUEADORES NEUROMUSCULARES), PARA GARANTIA DO TRATAMENTO DOS PACIENTES ATENDIDOS NOS HOSPITAIS DA REDE MUNICIPAL DE FORTALEZA E NO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU FORTALEZA, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL.
DO TIPO: MENOR PREÇO.
DA FORMA DE FORNECIMENTO: POR DEMANDA.
O(A) Pregoeiro(a) da **CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA - CLFOR,** torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados, que no dia 24 de março de 2022 às 11h00min. **(Horário de Brasília)** haverá a RETOMADA PARA O ITEM 12, no Endereço Eletrônico www.compras.gov.br. Maiores pelo email licitacao@clfor.fortaleza.ce.gov.br.

Fortaleza – CE, 22 de março de 2022.
JOSÉ JESUS LÉDIO DE ALENCAR
Pregoeiro(a) da CLFOR

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARTINÓPOLIS

EDITAL DA TOMADA DE PREÇOS Nº 009/2022

Torna-se público, o processo supra, destinado a contratação de empresa especializada para revitalização da Orla do Balneário Municipal Represa Laranja Doce – Etapa 1 no município de Martinópolis/SP, com o fornecimento de mão de obra e materiais necessários à completa e perfeita implantação de todos os elementos definidos no Projeto Executivo, de acordo com o Processo DADETUR nº 230/2018 - Convenio nº 134/2019 – Secretaria de Turismo – Departamento de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios Turísticos, conforme projeto básico, memorial descritivo e planilha orçamentária, cuja apresentação das propostas dar-se-á às 09:00 horas do dia 08/04/2022. Os interessados em participar, poderão retirar o respectivo Edital, na Prefeitura Municipal, no horário normal de expediente. 22/03/2022, Comissão de Licitação. MARCO ANTONIO JACOMELI DE FREITA - Prefeito.

GBS Participações S.A.

CNPJ/ME nº 41.774.224/0001-38 - NIRE 3530056770-6

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 16 de Março de 2022

1. Data, Hora e Local: Em 16 de março de 2022, às 9:00 horas, na sede social da GBS Participações S.A. ("Companhia"), localizada na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Doutor Cardoso de Melo, nº 1.308, 8º andar, Sala 12, Vila Olímpia, CEP 04548-004. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a publicação de editais de convocação, conforme faculdade prevista no artigo 124, Parágrafo 4º, da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações"), tendo em vista a presença de acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme se verifica no Livro de Presença de Acionistas. **3. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pela Sra. Luciana Borges Araujo Amaral e secretariados pela Sra. Leandra Ferreira Leite. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre **(i)** a retificação e ratificação das deliberações tomadas na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 17 de janeiro de 2022 e registrada na JUCESP sob o nº 034.409/22-1 em 24 de janeiro de 2022 ("AGE 17.01.2022"), a fim de retificar o item (ii) da Ordem do Dia e as alíneas (b) e (c) do item (i) das Deliberações; **(ii)** autorizar a Diretoria e demais representantes da Companhia a celebrar todos os documentos, declarações, notificações, aditamentos, anexos, e praticar todos os atos necessários e/ou desejáveis à celebração da Escritura de Emissão e do CPG e à outorga de procuração previstas no Estatuto Social da Companhia, podendo os membros da Diretoria e os demais representantes da Companhia negociarem livremente seus termos e condições; e **(iii)** a ratificação de todos os atos já praticados pela Diretoria e demais representantes da Companhia, relacionados às deliberações acima. **5. Deliberações:** Instalada a Assembleia Geral, após discutidas as matérias constantes da ordem do dia, os acionistas detentores de ações representativas da totalidade do capital social da Companhia tomaram as seguintes decisões, sem quaisquer restrições: **(i)** Em relação a AGE 17.01.2022, retificar o item (ii) da Ordem do Dia da AGE 17.01.2022, bem como as alíneas (b) e (c) do item (i) das Deliberações da AGE 17.01.2022, que passarão a vigorar com a seguinte redação: "(ii) a celebração do *"Contrato de Prestação de Fiança e Outras Avenças"*, celebrado entre a Companhia, na qualidade de afiançada, a Sterlite Brasil, na qualidade de garantidora, a Goyaz Transmissão de Energia S.A. ("Goyaz"), a Borborema Transmissão de Energia S.A. ("Borborema") e a Solaris Transmissão de Energia S.A. ("Solaris"), na qualidade de intervenientes, e, ainda, na qualidade de bancos fiadores, o Itaú Unibanco S.A. ("Itaú") e o Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. ("SMBC") e, quando em conjunto com o Itaú, os "Fiadores") em 14 março de 2022 ("CPG"), por meio do qual os Fiadores se comprometem, sempre de forma individual e não solidária, a, observados os termos e condições ali previstos, emitir cartas de fiança bancárias, observadas as respectivas Participações nas Cartas de Fiança (conforme definido no CPG), a fim de garantir o cumprimento das obrigações pecuniárias da Companhia no âmbito da Escritura de Emissão (conforme abaixo definido);" *(...)* "***(b) Valor Total da Emissão.*** *O valor total da Emissão será de até R$ 625.000.000,00 (seiscentos e vinte e cinco milhões de reais), na Data de Emissão ("Valor Total da Emissão");* "***(c) Quantidade de Debêntures.*** *Serão emitidas até 625.000 (seiscentas e vinte e cinco mil) Debêntures;"* **(ii)** autorizar a Diretoria e os demais representantes da Companhia a negociar os termos e condições, a celebrar todos os documentos e eventuais aditamentos, bem como a praticar todos os atos necessários à realização e formalização da Escritura de Emissão e do CPG, incluindo, mas não se limitando, a contratação dos prestadores de serviços, a assunção de todas as obrigações neles previstas e a celebração de quaisquer documentos a eles relacionados, bem como a outorgar procurações no âmbito de qualquer dos documentos necessários e/ou desejáveis à realização, constituição, celebração e cumprimento das obrigações no âmbito da Escritura de Emissão e do CPG, as quais poderão ser irrevogáveis e irretratáveis até o fiel, integral e pontual pagamento e/ou cumprimento da totalidade das obrigações principais, acessórias e/ou moratórias, presentes e/ou futuras, assumidas ou que venham a ser assumidas pela Companhia na Escritura de Emissão e no CPG, com prazo de validade equivalente à vigência dos respectivos instrumentos, independentemente das limitações temporais para outorga de procuração previstas no Estatuto Social da Companhia, podendo os membros da Diretoria e os demais representantes da Companhia negociarem livremente seus termos e condições; e **(iii)** ratificar todos os atos já praticados pela Diretoria da Companhia, relacionados às deliberações acima, até o arquivamento da presente ata no órgão competente. Fica autorizada a lavratura da presente ata na forma sumária, nos termos do artigo 130, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais se lavrou a presente ata que, lida aos presentes e por eles aprovada, foi devidamente assinada por todos os presentes. Mesa: Sra. Luciana Borges Araujo Amaral - Presidente; Sra. Leandra Ferreira Leite - Secretária. Acionista: Sterlite Brazil Participações S.A. *Confere com a original lavrada em livro próprio.* São Paulo, 16 de março de 2022. **Luciana BorgesAraujo Amaral** - Presidente da Mesa; **Leandra Ferreira Leite** - Secretária.

CIDADE DE SÃO PAULO **SUBPREFEITURAS**

SERVIÇO FUNERÁRIO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Edital de Notificação

O Diretor da Divisão de Registro e Controle de Concessões, nos moldes do Decreto nº 59.196/2020 e Resolução 16/2019, notifica os cessionários /interessados abaixo para que compareçam na Rua da Consolação, 247 - 5º andar, das 09:00h às 16:00h, de 2ª a 6ª feiras ou contato no e-mail: mbellaparte@prefeitura.sp.gov.br para tratar de assunto referente a regularização da cessão, sendo certo que o não comparecimento ou contato no prazo de 30 dias a partir desta publicação, implicará na disponibilização do terreno para nova cessão e remoção dos despojos do local.

Cemitério Araçá
2017-0.000.390-5 Terreno 22 Quadra 52 - Abelardo Goncalves de Araujo Junior
2009-0.040.942-4 Terreno 106-A Quadra 04-B - Maria Pinto Magalhaes

Cemitério Campo Grande
2011-0.145.421-7- Terreno 257 Quadra 6 Rua 09 - Cleide da Silva
2016-0.098.370-3- Terreno 68 Quadra 30 - Thayara Fonseca B Arabelli

Cemitério Dom Bosco
2011-0.255.351-0-Terreno 64 Quadra 3 Gleba 1 Rua 5 - Jose Souza da Silva
2009-0.334.273-8 Terreno 480 Quadra 02 Gleba 01 - Sara de Camargo Ferrari
2018-0.019.530-0 Terreno 231 Quadra 02 Gleba 01 - Adoracion Fernandes Gimenes Rocha
2016-0.165.574-2 Terreno 809 Quadra 02 Gleba 01 - Oswaldo Soares
2016-0.046.604-0 Terreno 683 Quadra 02 - Rosemeire Aparecida dos Santos

Cemitério Lapa
2010-0.008.108-3 Terreno 61 Quadra 58 - Antonio Carlos de Camargo
2012-0.325.665-1 Terreno 116 Quadra 64 - Ines Santos do Amparo Pocinho
2014-0.050.208-6 Terreno 238-A Quadra 48 - Flavio Roberto Moura Santos

Cemitério Quarta Parada
2014-0.218.675-0 Terreno 35 Quadra 09 LE - Avedis Deranian Neto

Cemitério São Pedro
2010-0.181.018-6 Terreno 34 Quadra A18 - Alberto Luiz Leite
2017-0.135.718-2 Terreno 56 Quadra A13 - Sofia Gomes Prata
2017-0.073.992-8 Terreno 900 Quadra C-15 - Ricardo de Carvalho
2015-0.215.260-2 Terreno 77 Quadra A-26 - Cleide Sequalini Garbelini
2015-0.177.964-4 Terreno 43 Quadra A-8 - Erneli Camilo das Neves
2016-0.094.134-2 Terreno 25 Quadra A-27 - Maria Mirtes Venancio
2017-0.127.298-5 Terreno 82 Quadra A-02 - Antonia Andrulevicius Caires
2016-0.276.858-3 Terreno 759 Quadra C-14 - Olga Candida Spinosa
2016-0.181.325-9 Terreno 361 Quadra C-15 - Amelia Caetano de Souza Humeniuk
2015-0.098.122-9 Terreno 21 Quadra A-27 - Olga Scarelli de Souza
2015-0.187.604-6 Terreno 103 Quadra A-5 - Ana Yoshimi Kubota
2017-0.159.723-0 Terreno 437 Quadra C-15 - Nilton de Almeida
2014-0.196.164-5 Terreno 27 Quadra A-23 - Maria da Graça Bueno Viana

Cemitério Saudade
2015-0.097.194-0- Terreno 127 Quadro 40 - Maria Nilza Lima de Jesus
2017-0.169.428-6- Terreno 15 Quadra 10 - Cleusa Neri Costa
2018-0.001.662-6- Terreno 86 Quadra 9 - Deusdete Pereira de Carvalho Junior
2015-0.137.796-1- Terreno 181 Quadra 37 - Helmes Neres Santiago

Cemitério Santana
2011-0.147.873-6 Terreno 12 Quadra 15 - José Antonio de Caires de Ascencão

Cemitério Vila Nova Cachoeirinha
2012-0.129.580-3- Terreno 258 Quadra 24 - Valdemar Geraldo de Meneses
2015-0.276.647-3- Terreno 202 Quadra 14 - Guiomar de Freitas Bertoloni
2017-0.097.871-0- Terreno 341 Quadra 6 - Romilda Ferreira Barbosa Grossi
2017-0.163.143-8 Terreno 113 Quadra 03 - Augusto Leopoldo Ferreira de Lima
2017-0.188.225-2 Terreno 71 Quadra 03 - Joao Luiz da Silva
2017-0.061.606-0 Terreno 158 Quadra 06 - Maria Pedroza Machado dos Santos
2017-0.093.719-3 Terreno 73 Quadra 03- Carina Prado
2017-0.171.784-7 Terreno 129 Quadra 04-B - Claudio da Rocha Mororo
2015-0.313.478-0 Terreno 459 Quadra 24 - Renato Barbosa Cezar
2016-0.270.576-0 Terreno 10-C Quadra 09 - Maria Emilia Marcondes Romeiro
2016-0.039.469-4 Terreno 239 Quadra 3 - Benedita Fernandes
2016-0.043.695-8 Terreno 708 Quadra 28 - Sergio Luiz Pereira
2012-0.141.003-3 Terreno 476 Quadra 3 - Milton Goncalves Oliveira
2015-0.117.710-5 Terreno 261 Quadra 04-A - Maria da Natividade da Silva Rocha
2014-0.164.922-6 Terreno 71-a Quadra 10 - Luana Gabriela Prates Divino
2012-0.213.358-0 Terreno 264 Quadra 09 - Sidney Rogerio de Morais
2018-0.040.316-6 Terreno 75 Quadra 28 - Osvaldo Aristides Ricucci

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULÍNIA

Pregão Eletrônico nº 41/2022

Objeto: Registro de preços para aquisição de uniformes escolares Data e hora limite para credenciamento no sítio da Caixa até: 08/04/2022 às 08h30 Data e hora limite para recebimento das propostas até: 08/04/2022 às 09h Início da disputa da etapa de lances: 08/04/2022 às 13h30 Obtenção do Edital: gratuito através do sítio www.paulinia.sp.gov.br/editais ou www.licitacoes.caixa.gov.br. Paulínia, 22 de março de 2022.

Ednilson Cazellato
Prefeito Municipal

Companhia de Engenharia de Tráfego - CET

CNPJ 47.902.648/0001-17 - NIRE 35300045076

EXPEDIENTE 0420/21 - AVISO DE RETIRRATIFICAÇÃO

Comunicamos aos interessados em participar do Pregão Eletrônico nº 49/21, que fica Retirratificado o Edital do mesmo, da seguinte forma:

Nº EDITAL - ITEM 2.2 E ANEXO III PROPOSTA, passa a constar:

LOTE 1 - FIAT

Itens	Descrição	Participação
01	Peças/acessórios, originais - Fiat Leves e médios	Ampla
02	Peças/acessórios, originais - Fiat Leves e médios	Exclusiva
03	Peças/acessórios, genuínos - Fiat Leves e médios	Ampla
04	Peças/acessórios, genuínos - Fiat Leves e médios	Exclusiva

LOTE 2 - FORD

Itens	Descrição	Participação
05	Peças/acessórios, originais - Ford Leves e médios	Ampla
06	Peças/acessórios, originais - Ford Leves e médios	Exclusiva
07	Peças/acessórios, genuínos - Ford Leves e médios	Ampla
08	Peças/acessórios, genuínos - Ford Leves e médios	Exclusiva

LOTE 3 - HONDA

Itens	Descrição	Participação
09	Peças/acessórios, originais - Honda Motos	Ampla
10	Peças/acessórios, originais - Honda Motos	Exclusiva
11	Peças/acessórios, genuínos - Honda Motos	Ampla
12	Peças/acessórios, genuínos - Honda Motos	Exclusiva

LOTE 4 - YAMAHA

Itens	Descrição	Participação
13	Peças/acessórios, originais - Yamaha Motos	Ampla
14	Peças/acessórios, originais - Yamaha Motos	Exclusiva
15	Peças/acessórios, genuínos - Yamaha Motos	Ampla
16	Peças/acessórios, genuínos - Yamaha Motos	Exclusiva

Ficam mantidos os demais itens do Edital e Anexos que não foram objeto desta alteração.

A abertura da Sessão Pública do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 49/21 - FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS, ORIGINAIS E GENUÍNOS, PARA VEÍCULOS LEVES, MÉDIOS E MOTOCICLETAS PERTENCENTES À FROTA DA CET,** no site **www.gov.br/compras/pt-br**, fica alterada para às 09h30min do dia **08/04/2022.** Os documentos referentes à proposta comercial e anexos das empresas interessadas deverão ser encaminhados a partir da disponibilização do sistema até as **09h30min do dia 08/04/2022, no site www.gov.br/compras/pt-br.**

Diretor Administrativo e Financeiro

XS3 Seguros S.A.

CNPJ/ME nº 38.155.802/0001-43 - NIRE 35 3 0057231-9

Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária Realizadas em 26 de Março de 2021

Em 26/03/2021, às 11:30hs, por videoconferência, na sede da Companhia. **Presença:** Presentes as acionistas Caixa Holding Securitária S.A. e Tokio Marine Seguradora S.A., que representam a totalidade do capital social. **Mesa:** Marco Antônio da Silva Barros, Diretor-Presidente da Companhia como Presidente da Mesa e Grazyelle Bessa Prego, secretária designada. **Deliberações:** As acionistas presentes apreciaram e decidiram, no uso de suas competências estatutárias, sem quaisquer ressalvas ou restrições, por unanimidade: **Em Assembleia Geral Ordinária: (i)** Aprovar as contas dos administradores, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2020, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, as quais foram publicados no "Diário Oficial da União" e no jornal "Correio Braziliense" e "Gazeta de SP" no dia 26/02/2021. **(ii)** Aprovar, sem restrições ou ressalvas, a proposta da administração para a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31/12/2020, da seguinte forma: (i) do **Lucro Líquido** do exercício social encerrado em 31/12/2020, no valor de R$ 199.830,00: (a) destinar o valor de R$ 9.991,00 para a constituição da **Reserva Legal,** conforme o disposto no Estatuto Social da Companhia e no artigo 193 da Lei nº 6.404/76; (b) distribuir à Acionista Caixa Holding Securitária, a título de **Dividendos,** a importância de R$ 189.839,00 (cento e oitenta e nove mil, oitocentos e trinta e nove reais), correspondendo a 100,00% do lucro líquido ajustado. A Companhia efetuará o pagamento do valor líquido total à Acionista em até 30 dias a contar desta data, ficando desde já autorizados os representantes legais da Companhia a tomarem as providências necessárias para a efetivação da operação. **(iii)** Aprovar, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada até 31/03/2022, a eleição dos membros do Conselho Fiscal, nos seguintes termos: (a) como membros efetivos, os Srs. **Luiz Pereira de Souza,** brasileiro, casado sob o regime de comunhão universal, Contador, RG nº 11.431.696-X, SSP/SP, e CPF/ME nº 006.845.328-08, **Jorge Andrade Costa,** Contador, RG nº 13.437.200-1, SSP/SP, e CPF/ME sob o nº 040.985.718-11, residente e; **Welles Melo Júnior,** RG nº 1215491 SSP/DF e CPF/ME nº 635.071.101-72, **Murilo Vaz Gonçalves,** RG nº 11481663 SSP/MG e CPF/ME nº 970.330.061-87; (b) como membros suplentes, as Sras. **Ieda Cristina Corrêa Bhering da Silva,** e CPF/ME nº 022.067.628-38, **Miriam Assis,** RG nº 10.557.494-6 SSP/SP e no CPF/ME n o 003.755.988-55, os Srs. **Matheus de Mendonça Marques,** RG nº 2509626 SSP/DF, no CPF/ME nº 023.929.371-17, e **Marcos Vinícius e Silva,** RG nº MG14324591 SSP/MG, CPF/ME sob o nº 083.180.486-60. As Acionistas tomaram conhecimento de que os membros do Conselho Fiscal ora eleitos, preenchem as condições previstas na Resolução CNSP nº 330/15 e na Lei nº 6.404/76 e suas atualizações, bem como nas demais disposições legais aplicáveis. Os mesmos declararam, sob as penas da lei, não estarem impedidos para o exercício da atividade mercantil ou terem sido condenados a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, conforme previsto no §1º do artigo 147 da Lei nº 6.404/76. Ainda, os Conselheiros ora eleitos serão empossados em seus respectivos cargos após o cumprimento das formalidades legais, sendo certo que aos mesmos foi dado amplo conhecimento dos preceitos estipulados na referida Resolução CNSP nº 330/15 e demais disposições legais aplicáveis. Dentre os membros do Conselho Fiscal acima eleitos, foi designado como Presidente do Conselho Fiscal o Sr. **Luiz Pereira de Souza,** acima qualificado. **Em Assembleia Geral Extraordinária: (iv)** Aprovar a remuneração global anual dos administradores e membro do Comitê de Auditoria da Companhia para o exercício social de 2021, no montante anual global de até R$ 7.170.000,00 e a dos membros do Conselho Fiscal para o exercício social de 2021, no montante de até R$ 230.000,00. O Conselho de Administração alocará e individualizará a remuneração de cada um dos membros da administração da Companhia. **(v)** Ratificar, em cumprimento ao disposto na Carta-Circular SUSEP/DECON/GAB nº 05/06, a atual composição da Diretoria Executiva, cujos membros foram eleitos na Reunião do Conselho de Administração realizada em 04/01/2021, sendo eles os Srs. Marco Antonio da Silva Barros, Diretor Presidente e Diretor Financeiro, Daniel da Conceição Silva Ramos, Diretor de Operações e Tecnologia, e, Alexandre de Souza Vieira, Diretor Técnico e de Produtos. **(vi)** Eleger, para compor o Conselho de Administração da Companhia para complementação do mandato unificado de 2 anos, até 04/01/2023, os Srs.: **(a) Célio Faria Júnior,** RG nº 1.266.658 SSP/DF, CPF/ME nº 524.194.281-53, para o cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia; **(b) Adilson Ignacio Lavrador,** RG nº 12.778.009-9, SSP/SP, e CPF/ME nº 075.501.808-73, para o cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia. Os demais cargos permanecerão vagos até posterior deliberação. Enquanto os demais cargos não forem preenchidos, o quórum de deliberação qualificado para o Conselho de Administração será temporariamente reduzido para a aprovação por 5 membros, no lugar de 6 membros, primeiro número inteiro próximo aos 75% por cento. Os membros do Conselho de Administração ora eleitos tomam posse em seus cargos mediante a assinatura dos respectivos termos de posse em livro próprio e declaram sob as penas da lei e nos termos do artigo 147 da Lei das S.A., não estarem impedidos por lei especial, nem estarem condenados ou sob os efeitos de condenação a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, o sistema financeiro nacional, a fé publica ou a propriedade; bem como cumprir todos os demais requisitos dispostos no artigo 147 da Lei das S.A.. **(vii)** Aprovar o aumento do capital social da Companhia dos atuais R$ 66.670.000,00 para R$ 156.670.000,00, representando um aumento de R$ 90.000.000,00, mediante a emissão de 100 novas ações ordinárias e 100 ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R$ 450.000,00, por ação, fixado de acordo com o artigo 170, §1º, inciso I, da Lei das S.A., passando o capital social da Companhia de R$ 66.670.000,00 para R$ 156.670.000,00, dividido em 13.534 ações, sendo 6.767 ações ordinárias e 6.767 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal. As ações ora emitidas são, neste ato, totalmente subscritas pelas acionistas Tokio Marine Seguradora S.A. e Caixa Holding Securitária, na seguinte forma: o valor de R$ 22.500.000,00, corresponde à emissão de 50 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, subscritas pela Tokio Marine Seguradora S.A., e o valor de R$ 67.500.000,00, correspondente à emissão de 50 novas ações ordinárias e 100 novas ações preferências, todas nominativas e sem valor nominal, subscritas pela Caixa Holding Securitária, e serão integralizadas em moeda corrente nacional, tudo conforme o Boletim de Subscrição que constitui o **Anexo I** da presente Ata. Fica consignado que as ações ora emitidas terão os mesmos direitos e vantagens assegurados às ações já existentes, previstos no estatuto social da Companhia e na legislação vigente, e participarão em igualdade de condições com tais ações em relação a todos os benefícios concedidos. Em razão deste aumento do Capital Social da Companhia, o Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia passará a vigorar com a seguinte nova redação: Artigo 5º. O capital social no valor total de R$ 156.670.000,00, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em 13.534 ações, sendo 6.767 ações ordinárias e 6.767 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus. **(viii)** Aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia, refletindo as alterações promovidas em virtude do disposto no (vii) acima, que passará a vigorar com a redação constante do **Anexo II** à presente ata. Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa considerou encerrados os trabalhos da presente Assembleia e determinou que fosse lavrada a presente ata, a qual foi lida, achada conforme, e assinada pelo Presidente e Secretária da Mesa. São Paulo/SP, 26 de março de 2021.

Aviação Transporte do futuro

Eve cria estrutura para 'carro voador'

Empresa da Embraer faz parcerias para montar ecossistema de um novo modelo de mobilidade aérea; a previsão é de que São Paulo tenha até 500 eVTOLs em 15 anos

JULIANA ESTIGARRÍBIA

Os veículos elétricos de decolagem e pouso vertical (eVTOLs, na sigla em inglês), também conhecidos como "carros voadores", são um conceito ainda distante da população. No entanto, para a Eve, subsidiária da Embraer criada exclusivamente para esse fim, o negócio já é tratado como uma realidade.

Além do desenvolvimento do veículo, a empresa já começou a fechar parcerias para criar um ecossistema de mobilidade aérea urbana e assim tornar o uso dos eVTOLs acessível, afirma o co-CEO da startup, André Stein, em entrevista ao *Estadão/Broadcast*.

Na semana passada, a Eve formalizou um consórcio para desenvolver essas soluções em Miami, na Flórida. A ideia, segundo Stein, é desenvolver um modelo que possa ser usado para além do universo da empresa. A startup vem utilizando uma ferramenta desenvolvida com o Massachusetts Institute of Technology (MIT) para modelar de forma detalhada qual seria a melhor malha para operação na cidade americana.

LEO SOUZA/ESTADÃO -3/12/2021

André Stein em simulador do eVTOL da Eve, na sede da startup

"Em Miami, chegamos a 88 rotas e 32 'vertiportos' *(locais destinados à operação dos eVtols)*. Estimamos que *(a cidade de)* São Paulo tenha quase o dobro desse potencial de mercado", calcula Stein. "Estamos mapeando diversas cidades para criar uma planta baixa de como seria a operação e podemos aplicar esse conceito para várias comunidades."

Segundo Stein, a cidade tem potencial para ter de 400 a 500 eVTOLs nos próximos 15 anos. "A ideia é trazer mais uma opção de mobilidade, mas não vamos ter uma mancha no céu."

HELIPONTOS. A Eve está desenhando o eVTOL para caber nos helipontos atuais, mas com especificidades como estrutura de carregamento.

Há uma preocupação estratégica de que os "vertiportos" específicos precisam estar distribuídos nos melhores pontos das cidades, o que não acontece com os helipontos tradicionais.

De acordo com Stein, existem várias razões para o helicóptero não ter um grande nível de penetração, como custos de combustível e manutenção, além do ruído, que limita a operação. "Nos últimos anos, a aviação comercial vem sendo democratizada, e a ideia é que o eVTOL chegue bem próximo *(do custo)* do transporte terrestre. A viagem vai ser acessível", prevê.

A intenção é que o modelo do negócio seja parecido com o da aviação comercial e executiva, no qual uma empresa opera os aviões. "Com isso, o eVTOL fica automaticamente mais acessível. Com o avanço do trabalho remoto, por exemplo, esse conceito se torna mais interessante", afirma o executivo.

Voando alto

400 a 500
eVTOLs é a estimativa de mercado feita pela Eve para o segmento de carros voadores em São Paulo nos próximos 15 anos

US$ 4,5 bi é a receita esperada pela empresa até 2030. A carteira de pedidos atinge 1,7 mil unidades. A Eve está em negociações para IPO em Nova York

IPO. Stein afirma que o cronograma para a abertura de capital (IPO, na sigla em inglês) da Eve está "dentro do planejado", com as tratativas com a SEC (a Comissão de Valores Mobiliários dos Estados Unidos) indo "muito bem".

A listagem da Eve em Nova York vai ocorrer por meio de uma combinação de negócios com a Zanite – empresa de propósito específico de aquisição (Spac, na sigla em inglês) –, com valor implícito de US$ 2,4 bilhões. Após o IPO, a Embraer permanecerá como acionista majoritária. A estimativa de receita da Eve é de US$ 4,5 bilhões (cerca de R$ 22 bilhões) em 2030. A carteira de pedidos atual é de 1.785 unidades.

Mas há desafios à frente. Concorrentes da Eve que abriram capital em Nova York no ano passado, como Archer e Joby, tiveram quedas acentuadas de suas ações em meio às incertezas do mercado global, com o investidor buscando opções mais tradicionais.

Em relatório publicado no início do mês, os analistas do Citi Stephen Trent, Brian Roberts e Filipe Nielsen demonstraram ceticismo em relação ao IPO planejado pela Eve e a sua estimativa de receita. ●

Motos elétricas Negócio de R$ 10,5 mi

Multilaser anuncia compra da Watts

TALITA NASCIMENTO

A Multilaser anunciou a aquisição da Watts Mobilidade Elétrica, startup fundada em 2018 que opera como uma montadora de veículos de duas rodas movidos a energia elétrica. O investimento será de R$ 10,5 milhões, e a intenção é não apenas adentrar num novo segmento de produtos, mas também ganhar novos modelos de pontos de venda.

Com a compra, a Multilaser deve se tornar a primeira montadora de veículos 100% elétricos na Zona Franca de Manaus. A empresa também deve ampliar a capilaridade comercial e de assistência técnica da Watts. Hoje, a startup adquirida tem uma rede de sete lojas próprias e 15 concessionárias em 10 Estados e no Distrito Federal.

Os modelos da startup têm Certificado de Adequação à Legislação de Trânsito (CAT), o que possibilita o registro e o licenciamento de veículos nos órgãos executivos de trânsito de todos os Estados.

INTEGRAÇÃO. Segundo André Poroger, vice-presidente de Produto da Multilaser, há potencial de adoção desse veículo por profissionais e empresas que atuam no setor logístico, de locação de veículos, bem como aplicativos de entrega de refeições.

A nova controlada Watts deve se integrar à Multilaser também com oferta de produtos no conceito de "loja dentro da loja" (*store in store*). ●

SESI

AVISO DE LICITAÇÃO

O Departamento Regional de São Paulo do Serviço Social da Indústria (SESI-SP) comunica a abertura da licitação:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2022
Objeto: Aquisição de uniformes profissionais.
Sessão de disputa de preços (lances): 5 de abril de 2022 às 9h30.
Retirada do edital: a partir de 23 de março de 2022, através do portal www.sesisp.org.br (opção LICITAÇÕES).
Participação no pregão eletrônico: exclusivamente pela internet, no endereço www.licitacoes-e.com.br.

SINDCOR

Sindicato das Corretoras de Valores e Câmbio do Estado de São Paulo
C.N.P.J. nº 53.082.509/0001-97
Assembleia Geral Ordinária

Nos termos do Estatuto Social do SINDCOR - Sindicato das Corretoras de Valores e Câmbio do Estado de São Paulo, convocamos as associadas desta entidade para Assembleia Geral Ordinária, que será realizada no dia 31/março/2022 (quinta-feira), às 14:00hs em 1ª (primeira) convocação, à Rua Gomes de Carvalho, 1629 - 13º andar – Sala 02 - São Paulo/SP, para discussão dos itens da Ordem do Dia: **I** - Análise e aprovação das demonstrações financeiras, correspondente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021; **II** - Outros assuntos de interesse geral. Caso não haja número legal para sua instalação, a mesma será realizada em 2ª (segunda) convocação às 14:30hs, com qualquer número de presentes. Informamos que as respectivas demonstrações financeiras devidamente auditadas pela BDO RCS Auditores Independentes, encontram-se à disposição das associadas na sede deste Sindicato. São Paulo, 23 de março de 2022. Atenciosamente, Carlos Arnaldo Borges de Souza – Presidente.

SINDIVAL

Sindicato das Empresas Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários, no Estado de São Paulo
C.N.P.J nº 47.835.368 / 0001-33
Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Nos termos dos Estatutos Sociais do SINDIVAL – Sindicato das Empresas Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários no Estado de São Paulo, convocamos as associadas desta entidade para Assembleia Geral Ordinária, que será realizada no dia 31 de março de 2022, (quinta-feira), às 14:00 hs em 1ª (primeira) convocação, à Rua Gomes de Carvalho, 1629 – 13º andar – Sala – 01 - São Paulo/SP, para discussão dos itens da Ordem do Dia: I – Análise e aprovação das demonstrações financeiras, correspondente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021; II – Parecer do Conselho Fiscal sobre o Balanço e Contas do Exercício de 2021; III – Outros assuntos de interesse geral. Caso não haja número legal para sua instalação, a mesma será realizada em 2ª (segunda) convocação às 14:30hs, com qualquer número de presentes. São Paulo, 23 de março de 2022. Atenciosamente, Carlos Arnaldo Borges de Souza – Presidente.

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA

ADJUDICAÇÃO – COMPRAS PRIVADAS

FFM 0063-2022-00 (RC 1124) NIHON KOHDEN BRASIL IMP., EXP. E COM. DE EQUIP. MED. LTDA, 14.365.637/0001-96. **FFM 0082-2022-00** (RC 35.036) THERMOTEMP REFRIG. MÉDICA LAB. E ASSIST. CIENTIFICA LTDA, 41.163.138/0001-99. **FFM 0091-2022-00** (RC 35.047) OXICHAMA IND. E COM. DE EQUIP. HOSP. LTDA, 55.562.367/0001-90. **FFM 0106-2022-00** (RC 35.069) BRENAR – AR CONDICIONADO EIRELI, 19.097.875/0001-81. **FFM 0107-2022-00** (RC 35.072) SANY CENTRAL SERVIÇOS LTDA, 01.329.571/0001-37. **FFM 0139-2022-00** (RC 35.136) SMOKE DETECTION SIST. DE SEG. CONTRA INCÊNDIO EIRELI, 28.910.622/0001-76. **FFM 0143-2022-00** (RC 35.138) CAROLAYNE CARBONI BERNARDO, 23.443.459/0001-65. **FFM 0149-2022-00** (RC 35.150) PLATANUS FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA, 05.207.715/0001-33. **FFM 0156-2022-00** (RC 35.154) OTTAMARK LTDA, 41.522.054/0001-02. **FFM 0162-2022-00** (RC 35.161) OXICHAMA IND. E COM. DE EQUIP. HOSP. LTDA, 55.562.367/0001-90. **FFM 0178-2022-00** (RC 35.190) DRAGER INDUSTRIA E COM. LTDA, 02.535.707/0001-28. **FFM 0187-2022-00** (RC 35.275) CAMPANA E ZAGO LTDA, 01.144.600/0001-96. **FFM 0197-2022-00** (RC 35.220) TARGETWARE INFORMATICA LTDA, 09.240.519/0001-11. **FFM 0206-2022-00** (RC 35.435) JANSSEN-CILAG FARMACEUTICA LTDA, 51.780.468/0002-68. **FFM 0273-2022-00** (RC 35.353) CLARO S.A, 40.432.544/0001-47

PREFEITURA DA ESTÂNCIA HIDROMINERAL DE POÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

EDITAL Nº 006/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2022 - PROCESSO Nº 11.170/2021

ÓRGÃO: Prefeitura do Município de Poá - **EDITAL Nº** 006/2022 - **PROCESSO Nº** 11.170/2021 – **OBJETO:** Contratação de empresa especializada para aquisição de eletrodomésticos, eletroportáteis e equipamentos de informática, destinados a utilização pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social - **MODALIDADE:** Pregão Eletrônico - **ENCERRAMENTO:** 04 de abril de 2022, às 10:00 horas - **DATA DE ABERTURA:** 04 de abril de 2022, às 10:00 horas. A Prefeitura Municipal da Estância Hidromineral de Poá, **FAZ SABER** que se acha aberta nesta Prefeitura, situada na Avenida Brasil, nº 198 - Centro - Poá/SP, o **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2022**. Os interessados poderão retirar o Edital e seus anexos, sem custo, no sítio da Prefeitura Municipal de Poá – www.poa.sp.gov.br, ou na Diretoria do Departamento de Licitações e Contratos, no horário compreendido entre 9 às 12 e das 13 às 16 horas, de segunda à sexta-feira, mediante a entrega de 01 (um) CD – ROM do tipo CDR-80, virgem e lacrado. Maiores informações pelo telefone (0xx11) 4634.8811/8812.

Poá, 22 de março de 2022.
Márcia Teixeira Bin de Sousa - Prefeita Municipal

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAUÁ

Aviso de Licitação

PE RP 030/2022; PA 2219/2022: Objeto: Fornecimento de bomba de insulina e insumos ROCHE®, destinados ao atendimento de demandas judiciais. Abertura: 05/04/2022 às 14:00hs.

PE RP 031/2022; PA 9160/2021: Objeto: Fornecimento de materiais e insumos diversos para atendimento de demandas judiciais. Abertura: 06/04/2022 às 09:00hs.

Os editais encontram-se no site www.maua.sp.gov.br e www.comprasbr.com.br. Inf: (11)4512-7824. Israel da Silva Júnior – Diretor de Divisão de Compras – Secretaria de Finanças.

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE SÃO PAULO

AVISO DE SUSPENSÃO

O Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo, a pedido do Conselho Regional de Medicina do Estado de Santa Catarina, em cumprimento à decisão proferida nos autos do Agravo de Instrumento, Processo nº 5011292-73.2022.4.04.0000/SC do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, TORNA PÚBLICA que a pena de **SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL POR 30 (TRINTA) DIAS** aplicada ao médico **DANNY CESAR GABRIEL DE OLIVEIRA JUMES**, inscrito no CRM/SC sob o número 11.773 e CRM/SP sob o número 152.767, encontra-se suspensa, podendo o mesmo exercer a medicina em sua plenitude até decisão judicial final.

São Paulo, 23 de março de 2022

Dr. Rodrigo Lancelote Alberto — Conselheiro Corregedor
Dra. Irene Abramovich — Presidente do Cremesp

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA, CUMULATIVAS

O Presidente da Cooperativa de Crédito Cogem, usando das atribuições conferidas pelo estatuto social, convoca os 24 (vinte e quatro) delegados para se reunirem em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, Cumulativas, as quais se realizarão de forma virtual por meio da ferramenta de reuniões on line denominada Ten Meetings que será disponibilizada aos delegados para acesso a Assembleia, com votação a distância pelo sistema também denominado Ten Meetings, no dia 14 de abril de 2022, em primeira convocação às 07:00 horas, com a presença de 2/3 (dois terços) do número total de delegados. Caso não haja número legal para a instalação, ficam desde já convocados para a segunda convocação às 08:00 horas, no mesmo dia e local, com a presença da metade mais um do número total de delegados. Persistindo a falta de "quorum" legal, as Assembleias realizar-se-ão em terceira e última convocação, às 09:00 horas, com a presença mínima de 10 (dez) delegados, a fim de deliberarem as seguintes ordens do dia: I) Assuntos da Assembleia Geral Extraordinária a) Reforma do estatuto social mediante a necessidade de alterações nos artigos 62, 67, 80 e 81, b) Assuntos de interesse geral. II) Assuntos da Assembleia Geral Ordinária a) Prestação de contas do exercício de 2021, compreendendo as apresentações do Relatório Anual da Administração, demonstrações financeiras, parecer do Conselho Fiscal e parecer da Auditoria Independente; b) Destinação das sobras líquidas; c) Aplicação do fundo de assistência técnica, educacional e social – FATES; d) Eleição de membros para o Conselho de Administração; e) Eleição de membros para o Conselho Fiscal; f) Aprovação dos honorários da Diretoria Executiva; g) Aprovação das alterações na política de sucessão de administradores; h) Assuntos de interesse geral. Nota: Destacamos que o Relatório Anual da Administração 2021 que compreende as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo, acompanhadas do respectivo relatório de auditoria independente e dos demais documentos de divulgação obrigatória estarão disponíveis no site www.cogem.com.br em até 10 (dez) dias antes da realização das Assembleias, bem como nos locais de atendimento da Cooperativa e de grande circulação de associados nas empresas. São Bernardo do Campo, 22 de março de 2022. Ricardo Alberti Presidente.
K-2303

Sindicato dos Empregados de Agentes Autônomos do Comércio e em Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas e de Serviços Contábeis de Osasco e Região -SEAAC - Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária. Conforme determinação judicial, convocamos os trabalhadores da categoria de empregados de agentes autônomos do comércio, de assessoramento, perícias, informações e pesquisas e serviços contábeis dos municípios de Barueri, Caieiras, Cajamar, Carapicuíba, Cotia, Embu das Artes, Embu-Guaçu, Franco da Rocha, Itapecerica da Serra, Itapevi, Jandira, Juquitiba, Osasco, Pirapora do Bom Jesus, Santana de Parnaíba, São Lourenço da Serra e Vargem Grande Paulista, conforme legislação vigente para participarem de AGE a realizar-se no dia 25 de abril de 2022, às 17h30min em primeira chamada e ou às 18h em segunda, com qualquer número de presentes, na Avenida João Batista, 342, 2º andar, sala 22, Centro/Osasco, para tratarem da seguinte ordem do dia: a) ratificar ou não a fundação do sindicato; b) ratificar o estatuto social; c) eleger a diretoria e o conselho fiscal; titulares e suplentes. Osasco, 23 de março de 2022. Leandro Arantes Ciocchetti - Presidente.

SEGUROS SURA S.A.

CNPJ/MF nº 33.065.699/0001-27 - NIRE 35.300.151.577
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados, na forma da lei, os Srs. Acionistas da **SEGUROS SURA S.A.**, para reunirem-se em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, a realizarem-se às 15 horas do dia 29 de março de 2022, na sede social, na Avenida das Nações Unidas, nº 12.995, 4º andar, São Paulo/SP, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **Em Assembleia Ordinária** - (a) Exame, discussão e votação do Relatório da Administração, Balanço Patrimonial, parecer dos Auditores Independentes e demais Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; e (b) Fixação da remuneração global da Administração da Companhia; e **Em Assembleia Extraordinária** - (a) Reforma do Estatuto Social, com alteração, acréscimo e/ou supressão dos seguintes artigos com a respectiva renumeração: Artigos alterados: 1º, 2º, 4º, 20º (alteração topográfica para o atual artigo 13º), 15º, 19º, 21º, 24º e 34º; Artigos acrescidos: 22º; e Artigos suprimidos: 35º; e (b) outros assuntos de interesse geral. Acham-se à disposição dos Srs. Acionistas, na sede da Companhia, cópias dos documentos a serem votados, conforme acima mencionados.

São Paulo, 18 de março de 2022
JORGE ANDRÉS MEJÍA DELGADO - Diretor Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARUJÁ

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2022 – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA SEGURADORA PARA COBERTURA DE SEGURO TOTAL CONTRA ROUBO, COLISÃO, INCÊNDIO, DANOS CORPORAIS, DANOS MATERIAIS, PELO PERIODO DE 12 MESES. Disputa: dia 05/04/2022 às 10:00 horas. Edital(is) através do site www.bbmnetlicitacoes.com.br e também através do site oficial do Município www.prefeituradearuja.sp.gov.br. Maiores informações pelo telefone (11) 4652-7609 Departamento de Compras.

Prefeitura Municipal de Arujá, 22 de março de 2022

XS3 Seguros S.A.

CNPJ/ME nº 38.155.802/0001-43 - NIRE 35 30057231-9
Ata da Reunião do Conselho de Administração - Realizada em 28 de Junho de 2021

Em 28/06/2021, às 18h, por na sede da Companhia. **Presença:** Manifestaram-se todos os membros do Conselho de Administração. **Mesa:** Pedro Duarte Guimarães, Presidente da Mesa, e Lucas Safont Pereira, secretário designado. **Deliberações:** Lidos, tratados e discutidos os assuntos constantes da ordem do dia, o Conselho de Administração decidiu: **(i)** Aprovar, por unanimidade e sem ressalvas, a contratação da empresa **BDO Auditores Independentes SS**, inscrita no CNPJ/ME nº 54.276.936/0001-79, com sede na Rua Major Quedinho, 90 - Consolação - São Paulo/SP, CEP 01050-030 para realização da auditoria contábil, e a contratação da empresa **Ernst & Young Serviços Atuariais S/S**, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 03.801.998/0001-11, com sede na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1909, SP Corp Tower Torre Norte, Andar 6, Conj. 61, Vila Nova Conceição, São Paulo/SP, CEP 04543-907 para a realização da auditoria atuarial, conforme propostas apresentadas pela Diretoria, Anexo I desta Ata, que rubricado pelo Secretário, fica arquivado na sede da Companhia. Os Conselheiros autorizam a Diretoria da Companhia a praticar os atos necessários à implementação e formalização da deliberação ora aprovada neste ato. **(ii)** Aprovar, por unanimidade e sem ressalvas, o Regimento Interno do Comitê de Auditoria, conforme Anexo II desta Ata, que rubricado pelo Secretário, fica arquivado na Sede da Companhia. Nada mais a tratar, o Presidente da Mesa considerou encerrados os trabalhos da presente reunião e determinou que fosse lavrada a presente ata, a qual foi achada conforme, e assinada pelo Presidente e Secretário da Mesa. São Paulo/SP, 28 de junho de 2021. **Lucas Safont Pereira** - Secretário designado. **JUCESP** nº 135.638/22-7 em 14/03/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Ferreira Gomes Energia S.A.

CNPJ/ME nº 12.489.315/0001-23 - NIRE 35.300.383.656
Companhia Aberta
Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser Realizada em 21 de Abril de 2022

Convocamos os senhores acionistas da **Ferreira Gomes Energia S.A.**, sociedade por ações aberta, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.996, 15º andar, conjunto 151, sala H, CEP 04547-006, inscrita no registro de empresas sob o NIRE 35.300.383.656 e no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia ("**CNPJ/ME**") sob o nº 12.489.315/0001-23, registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") como companhia aberta categoria "B" sob o código 2297-7 ("**Companhia**"), nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**"), a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada no dia 21 de abril de 2022, às 11h00, na sede social da Companhia ("**AGOE**"), a fim de discutir e deliberar sobre as seguintes matérias: **Em Assembleia Geral Ordinária:** (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, incluindo o relatório da administração e o parecer dos auditores independentes; (ii) deliberar sobre a proposta de destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, incluindo a distribuição de dividendos; (iii) definir o número de membros do Conselho de Administração da Companhia; (iv) eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia; e **Em Assembleia Geral Extraordinária:** (i) fixar a remuneração anual global dos administradores da Companhia para o exercício de 2022. São Paulo, 21 de março de 2022. **José Luiz de Godoy Pereira** - Presidente do Conselho de Administração.

XS3 Seguros S.A.

CNPJ/ME nº 38.155.802/0001-43 - NIRE 35 300572319
Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 29 de Abril de 2021

Em 29/04/2021, às 19h, na sede da Companhia. **Presença:** As acionistas, que representam a totalidade do capital social. **Mesa:** Marco Antônio da Silva Barros, Diretor Presidente da Companhia como Presidente da Mesa e Lucas Safont Pereira, secretário designado. **Deliberações:** **(i)** Eleger, para compor o Conselho de Administração da Companhia, em substituição e complementação do mandato em curso, até 04 de janeiro de 2023, do Sr. Kunihiko Higashi, o Sr. **Daniel Dibe da Silva**, RG nº 27170773 SSP/SP, e CPF/ME nº 260.894.588-05, para o cargo de membro do Conselho de Administração. O membro do Conselho de Administração ora eleito toma posse em seu cargo mediante a assinatura do respectivo termo de posse lavrado em livro próprio e declara sob as penas da lei e nos termos do artigo 147 da Lei das S.A., não estar impedido por lei especial, nem estar condenado ou sob os efeitos de condenação a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, o sistema financeiro nacional, a fé pública ou a propriedade; bem como cumprir todos os demais requisitos dispostos no artigo 147 da Lei das S.A.. **(ii)** Dessa forma, o Conselho de Administração da Companhia, com mandato até 04/01/2023, passa a ser composto pelos seguintes membros: **(a) Pedro Duarte Guimarães**, RG nº 8088253 IFP/RJ, CPF/ME nº 016.700.677-00, como Presidente; **(b) João Eduardo de Assis Pacheco Dacache**, RG nº 06948511-8 IFP/RJ, CPF/ME sob o nº 810.349.207-82; **(c) José Adalberto Ferrara**, RG nº 4.908.449 SSP/SP, e CPF/ME nº 914.674.898-91, como Vice-Presidente; **(d) Daniel Dibe da Silva**, RG nº 27170773 SSP/SP, e CPF/ME nº 260.894.588-05; **(e) Célio Faria Júnior**, RG nº 1.266.658 SSP/DF, e CPF/ME nº 524.194.281-53; e **(f) Adilson Ignacio Lavrador**, RG nº 12.778.009-9, SSP/SP, e CPF/ME nº 075.501.808-73. Nada mais a tratar, o Presidente da Mesa considerou encerrados os trabalhos da presente Assembleia e determinou que fosse lavrada a presente ata, a qual foi achada conforme, e assinada pelo Presidente e Secretário da Mesa. São Paulo/SP, 29 de abril de 2021. **Lucas Safont Pereira** - Secretário Adjunto. **JUCESP** nº 85.348/22-3 em 10/02/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

TIVIT Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A.

CNPJ/MF 07.073.027/0001-53 - NIRE 35.300.344.511
Edital de Convocação
Assembleia Geral Extraordinária a ser Realizada em 31 de março de 2022

TIVIT Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A., sociedade por ações sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade de São Paulo, Estado de Paulo, na Rua Bento Branco de Andrade, nº 621, Jardim Dom Bosco, CEP 04757-000, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 07.073.027/0001-53, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Companhia"), vem, pela presente, nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), convocar os senhores acionistas para reunirem-se em assembleia geral extraordinária ("Assembleia Geral"), no dia 31 de março de 2022, às 10h, em primeira convocação, na sede social da Companhia, para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: (i) aprovação da proposta de distribuição de juros sobre capital próprio relativo ao primeiro trimestre de 2022 ("Juros Sobre Capital Próprio"); e (ii) outros assuntos de interesse da Companhia. **Informações Gerais:** As pessoas presentes à Assembleia Geral deverão provar a sua qualidade de acionista nos termos do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações. Ainda, consoante o artigo 126, § 1º, da Lei das Sociedades por Ações, o acionista somente poderá ser representado na Assembleia Geral por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado. Com relação aos fundos de investimento, a representação dos cotistas na Assembleia Geral caberá à instituição administradora ou gestora, observado o disposto no regulamento do fundo a respeito de quem é titular de poderes para exercício do direito de voto das ações e ativos na carteira do fundo. Em cumprimento ao disposto no artigo 654, § 1º, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada, a procuração deverá conter a indicação do lugar onde foi outorgada, a qualificação completa do outorgante e do outorgado, a data e o objetivo da outorga com a designação e a extensão dos poderes conferidos. Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral encontram-se à disposição dos acionistas na sede social da Companhia. São Paulo, 23 de março de 2022. **Luiz Roberto Novaes Mattar** - Presidente do Conselho de Administração.

ITAÚSA S.A.

CNPJ 61.532.644/0001-15 — Companhia Aberta — NIRE 35300022220

ATA SUMÁRIA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 21 DE MARÇO DE 2022

DATA, HORA E LOCAL: em 21 de março de 2022, às 17h00, na sede social, localizada na Avenida Paulista, 1938, 5º andar, em São Paulo (SP). **PRESIDENTE DA MESA:** Henri Penchas. **PRESENÇA:** a totalidade dos membros efetivos, com manifestação de Conselheiros por e-mail. **DELIBERAÇÕES TOMADAS:** os Conselheiros deliberaram, por unanimidade e com fundamento no Artigo 12 do Estatuto Social: declarar antecipadamente, "ad referendum" da Assembleia Geral, **juros sobre o capital próprio** no valor de **R$ 0,11337 por ação**, que serão pagos **até 29.12.2023** com retenção de 15% de imposto de renda na fonte, resultando em juros líquidos de **R$ 0,0963645 por ação**, excetuados dessa retenção os acionistas pessoas jurídicas comprovadamente imunes ou isentos; e que esses juros, imputados ao valor do dividendo obrigatório do exercício de 2022, terão como base de cálculo a posição acionária final do **dia 24.03.2022** e serão creditados de forma individualizada a cada acionista nos registros da Companhia em 31.03.2022. **ENCERRAMENTO:** nada mais havendo a tratar, lavrou-se esta ata sob a forma de sumário, que foi lida e aprovada pelos Conselheiros com manifestação por e-mail. São Paulo (SP), 21 de março de 2022. (aa) Henri Penchas - Presidente; Ana Lúcia de Mattos Barretto Villela e Roberto Egydio Setubal - Vice-Presidentes; Alfredo Egydio Setubal, Edson Carlos De Marchi, Fernando Marques Oliveira, Patrícia de Moraes, Rodolfo Villela Marino e Vicente Furletti Assis - Conselheiros. Certifico ser a presente cópia fiel da original lavrada em livro próprio. São Paulo (SP), 21 de março de 2022. (a) Alfredo Egydio Setubal - Diretor Presidente.

TALITA NASCIMENTO, CYNTHIA DECLOEDT E LUÍSA LAVAL/CRISTIANE BARBIERI (edição)

TWITTER: @COLUNADOBROAD
COLUNABROADCAST@ESTADAO.COM

Coluna do Broadcast

Empresários pressionam governo contra importação da China por pessoa física

Uma comitiva composta por Luciano Hang, dono da varejista Havan, o CEO da Multilaser, Alexandre Ostrowiecki e outros representantes de empresas que importam produtos da China levou à Presidência da República, ao alto escalão do governo e a senadores denúncias contra plataformas estrangeiras que trazem produtos para pessoas físicas no Brasil, prática conhecida como "cross border". Em apresentação com o aviso de "material sigiloso" e de nome "Contrabando Digital", são citadas as empresas AliExpress, Wish, Shein, Shopee e Mercado Livre. Instituições da indústria, que dizem há anos sofrer com concorrência desleal de importados, juntaram forças e fizeram o assunto chegar também à Procuradoria Geral da República (PGR).

Ideia é tributar na hora da compra

O material, apresentado ao ministro da Economia, Paulo Guedes, e ao presidente Jair Bolsonaro, descreve um suposto modelo de operação ilegal nas plataformas de "cross border". O desejo é mudar normas tributárias, para que sejam pagos impostos na hora da compra e não quando o produto entra no País.

Movimento teria mais interessados

Articuladas pelo presidente da Abrinq (associação de fabricantes de brinquedos), Synésio da Costa, as entidades industriais viram a iniciativa como positiva para fortalecer a pauta. Há interesse ainda de associações como o Instituto para o Desenvolvimento do Varejo e de empresas que citam distorções tributárias.

● **DRIBLE.** Essas instituições enviaram ofício à PGR com as denúncias e anexaram a ele a própria apresentação levada pelos empresários ao governo. O material cita o que chamam de "construção de engenharia de como burlar a Receita" que seria adotada pelas plataformas.

● **AMOSTRA.** Um dos documentos sugere o subfaturamento de notas fiscais e a reetiquetagem na Suécia, como tentativa de burlar a fiscalização. O grupo afirma que apenas 2%, dos 500 mil pacotes que chegam à fiscalização alfandegária, são de fato checados.

● **REGISTRADO.** O material reproduz telas de anúncios dos e-commerces e supostas notas subfaturadas, além de comentários de clientes com dicas de como driblar a fiscalização. Segundo as denúncias, vendedores e compradores usam esses artifícios para se enquadrar em uma transação para a qual a Receita Federal não cobra impostos. No geral, são isentas as encomendas de até US$ 50. Mas o benefício só é concedido se a remessa ocorrer entre duas pessoas físicas, sem fins comerciais.

● **DENÚNCIA.** A queixa levada à PGR relata não só a importação para fins comerciais, como a venda posterior dos produtos em shoppings virtuais com operação local. Nessa segunda parte, as atenções se voltam ao Shopee e ao Mercado Livre, acusados de não se responsabilizarem sobre a origem dos produtos ali vendidos e de permitirem que pessoas físicas façam vendas, sem emitir nota fiscal.

● **PALAVRA 1.** Em nota, o Shopee diz que não foi notificado, afirma estar em conformidade com as leis locais e de cobrar que os vendedores também estejam. "Em nossa sede em São Paulo, e ao redor do País, nossas equipes locais atendem a mais de 1 milhão de vendedores brasileiros registrados", afirma a nota.

● **PALAVRA 2.** No Mercado Livre também é possível vender como pessoa física, mas o diretor jurídico, Ricardo Lagreca, diz que, quando esse vendedor atinge um determinado nível de vendas diárias, ele precisa abrir um CNPJ e emitir notas fiscais. Para ter certeza de que isso vai acontecer, a empresa exige que, a partir daí, suas entregas sejam feitas pelo serviço de logística da plataforma.

● **PALAVRA 3.** Em nota, a AliExpress diz que "respeita as leis locais de cada país em que atua." Informa ainda que monitora o cumprimento das regras impostas a vendedores e que a violação das normas implica a sua suspensão e exclusão definitiva da plataforma. "O ingresso em nossa plataforma exige que o vendedor possua CNPJ, emita nota fiscal em todas as vendas efetuadas". Procuradas, Wish e Shein não responderam à reportagem.

● **OPOSTO.** Com a segunda maior rede de agências do País, atrás só do Banco do Brasil, a cooperativa Sicoob fechou 2021 com carteira de crédito de R$ 120 bilhões, 35,5% mais que em 2020. O Sicoob ultrapassou o Bradesco em agências e ficou próximo do BB no primeiro trimestre de 2021. Parte do avanço é reflexo do movimento dos grandes bancos, de cortar agências e postos de atendimento.

'GIGAFACTORY'

CHRISTIAN MARQUARDT /EFE

Chanceler Olaf Scholz discursa ao lado de Elon Musk em inauguração, ontem, de fábrica da Tesla em Gruenheide, na Alemanha

SOBE

Setor de tecnologia sobe com juro e busca por risco

CYNTHIA DECLOEDT/ESTADAO -11/10/2019

O maior apetite por risco e a percepção pelo mercado – após divulgação da ata do Comitê de Política Monetária do Banco Central – de que o ciclo de alta de juros no Brasil está perto do fim sustentaram os papéis dos ativos ligados à tecnologia na B3. Banco Inter subiu 6,18% ontem e Méliuz ON teve alta de 6,05%. Positivo, que divulgou os resultados após o fechamento do mercado, avançou 5,10%

DESCE

Mineração recua por preço na China e mercado de aço

FABIO MOTTA/ESTADAO-22/5/2016

Após subirem na véspera, as ações do setor de mineração caíram ontem na B3 pressionadas pelo recuo do minério de ferro na China e pela redução de 8,7% nas compras dos distribuidores de aço em fevereiro, segundo dados do Inda, instituto do setor. Os papéis da Vale recuaram 2,24%, e os da Bradespar, seu acionista, 1,81%. CSN caiu 1,33%, Gerdau e Gerdau Metalúrgica recuaram 1,68% e 1,47%, respectivamente.

BROADCAST MERCADOS

Ibovespa: **117.272,44 PTS.** | Dia **0,96%** | Mês **3,65%** | Ano **11,88%**

MAIORES ALTAS DO IBOVESPA

	R$	Var. %	Neg.
AMERICANAS ON NM	28,32	6,67	26.557
ENEVA ON NM	14,28	6,65	40.871
BANCO INTER UNT	19,07	6,18	42.335

MAIORES BAIXAS DO IBOVESPA

	R$	Var. %	Neg.
VALE ON NM	96,60	-2,24	10.562
BRADESPAR PN N1	35,78	-1,81	19.284
JBS ON NM	36,95	-1,81	56.475

TR/TBF/POUPANÇA/POUPANÇA SELIC (%)

19/3 A 19/4	0,0758	0,8464	0,5762	0,5000
20/3 A 20/4	0,1090	0,8898	0,6095	0,5000
21/3 A 21/4	0,1322	0,9038	0,6329	0,5000

	Pontos	Dia%	Mês%	Ano%
NOVA YORK DJIA	34.807,46	0,74	2,70	-4,21
FRANKFURT - DAX	14.473,20	1,02	0,08	-8,89
LONDRES - FTSE	7.476,72	0,34	0,25	1,25
TÓQUIO - NIKKEI	27.224,11	1,48	2,63	-5,44

TESOURO DIRETO (*)	Vcto.	Ano %	R$
IPCA	15/8/2026	3,82	2.937,75
	15/5/2035	4,17	2.023,38
JUROS SEMESTRAIS	15/8/2030	4,04	4.157,94
PREFIXADO	1º/7/2024	8,21	780,21
	1º/1/2026	8,55	690,17
SELIC	1º/9/2024	0,23	10.811,45

(*) TÍTULOS À VENDA

INFLAÇÃO (%)

Índice	Janeiro	Fevereiro	No ano	12 Meses
INPC (IBGE)	0,67	1,00	1,68	10,80
IGPM (FGV)	1,82	1,83	3,68	16,12
IGP-DI (FGV)	2,01	1,50	3,55	15,35
IPC (FIPE)	0,74	0,90	1,65	10,33
IPCA (IBGE)	0,54	1,01	1,56	10,54
CUB (Sinduscon)	0,38	0,19	0,56	17,32
FIPEZAP-SP (FIPE)	0,47	0,38	0,85	4,12

Índices de reajuste do aluguel (Março)

IGP-M (FGV)	1,1612	IPCA (IBGE)	1,1054
IGP-DI (FGV)	1,1535	INPC (IBGE)	1,1080
IPC-FIPE	1,1033	ICV-DIEESE	-

FATORES VÁLIDOS PARA CONTRATOS CUJO ÚLTIMO REAJUSTE OCORREU HÁ UM ANO. MULTIPLIQUE O VALOR PELO FATOR

INSS - COMPETÊNCIA (MARÇO)
Trabalhador assalariado e doméstica*

Salário de contribuição	Alíquota
ATÉ R$ 1.212,00	7,5%
DE 1.212,01 ATÉ R$ 2.427,35	9%
DE R$ 2.427,36 ATÉ R$ 3.641,03	12%
DE R$ 3.641,04 ATÉ R$ 7.087,22	14%

Autônomo (BASE EM R$)	Alíquota	A pagar (R$)
DE 1.212,00 A 7.087,22	20%	DE 242,40 A 1.417,44

VENCIMENTO (*) 14. O PORCENTUAL DE MULTA A SER APLICADO FICA LIMITADO A 20%, MAIS TAXA SELIC

CDB - CDI

Data	Taxa ano	Taxa dia	Mês%	Ano%
CDB (22/30)	11,65	0,00	4,67	27,32
CDI	11,65	0,00	9,39	27,32

AGRÍCOLAS - MERCADO FUTURO

	Venc.	Aju.	C. Abe.	Mín.	Máx.	Var.%
AÇÚCAR NY*	MAI/22	19,15	296.640	19,12	19,33	0,07
CAFÉ NY*	DEZ/18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SOJA CBOT**	MAI/22	16,57	280.274	16,660	17,208	0,33
MILHO CBOT**	JUL/22	7,30	300.773	7,200	7,340	0,21

(*) EM CENTS POR LIBRA-PESO (**) EM US$ POR BUSHEL

AGRÍCOLAS - MERCADO FÍSICO

	Ult.	Var. (%)	Var. 1 ano(%)
SOJA			
Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	197,11	-0,16	0,00
BOI			
Cepea/esalq, R$/@	349,10	0,09	10,76
MILHO			
Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	101,29	-4,30	8,60
CAFÉ			
Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	1.276,07	-0,97	75,00

MOEDAS E COMMODITIES

	Venda	Dia %	Mês %	Ano %
DÓLAR COMERCIAL	4,9152	-0,59	-4,66	-11,85
DÓLAR TURISMO	5,0870	-0,51	-4,25	-11,33
EURO	5,4210	-0,46	-6,66	-14,14
OURO	301,3000	-3,70	-3,86	-8,70
WTI US$/BARRIL	108,7500	-3,52	13,47	42,27
BRENT US$/BARRIL	114,8000	-3,51	17,03	47,41

	US$ 1/NY	1 Euro/ Europa	1 Libra/ Londres	R$ 1/ Brasil
DÓLAR AMER	1,000	1,1031	1,3258	0,2035
EURO	0,907	1,0000	1,2019	0,1845
FRANCO SUÍÇO	0,933	1,0294	1,2373	0,1898
LIBRA ESTERLINA	0,754	0,8323	1,0000	0,1535
IENE	120,811	133,2630	160,1750	24,582

AS MOEDAS NA VERTICAL VALOR DE COMPRA SOBRE AS DEMAIS | FONTE: IDC

Leilão Privatizações

Consórcio leva concessão de Parque do Iguaçu com oferta de R$ 375 mi

VINICIUS NEDER
RIO

O Grupo Cataratas seguirá à frente da operação dos serviços turísticos do Parque Nacional do Iguaçu, que abriga a famosa queda d'água na fronteira do Brasil com a Argentina, depois de levar a concessão por mais 30 anos, desta vez em sociedade com a construtora Construcap.

O consórcio formado entre as duas empresas venceu ontem o leilão de concessão ao oferecer R$ 375 milhões em taxas ao governo federal, ágio de 350% em relação ao lance mínimo, de R$ 83,4 milhões. O leilão marcou a primeira de uma série de privatizações de unidades de conservação ambiental desenhadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O Parque Nacional do Iguaçu é o maior deles. Além das taxas para a União, o projeto prevê R$ 540 milhões de investimentos em novas estruturas e nas atuais áreas de visitação.

Os aportes incluem a construção de um teleférico de 1,3 quilômetro, para conectar as áreas de visitação por cima da copa das árvores, a criação de um sistema de aluguel de bicicletas e a construção de ciclovias. Outros R$ 3 bilhões estão estimados no custeio do parque ao longo da concessão.

JF DIORIO/ESTADÃO-6/6/2017

Parque do Iguaçu; expectativa é de dobrar número de visitantes

O novo projeto de concessão prevê um salto no número de visitantes, dos atuais 2 milhões ao ano para 4 milhões. O ingresso, que hoje custa R$ 63 para brasileiros, terá um valor máximo de R$ 80, que sobe gradualmente ao longo dos anos até chegar a R$ 120, mas a nova concessionária poderá definir valores abaixo disso.

ÁREA PROMISSORA. Segundo o presidente do BNDES, Gustavo Montezano, a nova concessão do Parque Nacional do Iguaçu representa a "gênese" de um "promissor setor". Após o leilão, virão "dezenas de outros" projetos de parques e florestas, disse o executivo. Na carteira do BNDES, são cerca de 50 projetos na área.

Estudo da consultoria BCG e do Instituto Semeia, que oferece cooperação técnica para os projetos pelo banco de fomento, estima que apenas as atividades turísticas associadas à visitação dos parques poderiam gerar 978 mil empregos.

Presente ao leilão, o ministro do Meio Ambiente, Joaquim Leite, reforçou a importância do "desafio" de levar desenvolvimento econômico local para garantir a proteção dos parques nacionais.

Especialistas em meio ambiente temem que as concessões acabem por enfraquecer ainda mais a fiscalização da preservação de parques nacionais, o que foi refutado pelas autoridades após o leilão do projeto do Iguaçu.

Segundo o ministro, concessões do tipo permitem que o ICMBio, órgão do ministério responsável pela gestão das unidades de conservação, direcione mais recursos públicos para a fiscalização. ●

Maurício Benvenutti *mauricio@startse.com*

A metáfora da ponte Choluteca

Vou lhe contar uma história: você conhece a ponte Choluteca? Com 484 metros de comprimento sobre o rio Choluteca, ela é localizada em uma área de Honduras conhecida por enfrentar tempestades e furacões. Em 1996, sua construção foi aprovada desde que fosse capaz de resistir às severas condições da região. Uma empresa japonesa foi contratada, e a estrutura ganhou forma, repleta de força para suportar as adversidades da natureza. Em 1998, ao ser aberta ao público, ela se tornou um motivo de alegria e orgulho ao país.

Pouco depois, em outubro do mesmo ano, o furacão Mitch atingiu Honduras. Choveu em 4 dias o volume esperado para 6 meses. Foi uma devastação total. O rio Choluteca encheu tanto que alagou a região inteira. Cerca de 7 mil pessoas morreram. O então presidente do país estimou que a catástrofe retrocedeu a economia nacional em 50 anos.

Diversas pontes de Honduras foram destruídas, mas a nova Ponte Choluteca permaneceu lá, imponente, sem ser afetada. Porém, havia um problema. Enquanto a estrutura estava intacta, a estrada que levava até a ponte desapareceu nos dois lados.

Não havia sinal de que antes passava uma rodovia ali. Além disso, a enchente foi tão violenta que acabou forçando o rio Choluteca a mudar de curso e criar um novo canal.

> ***Cada ser humano precisa ser um eterno aprendiz e se qualificar para não ficar para trás***

Após a cheia, ele passou a correr ao lado da ponte, sem passar mais embaixo dela.

Enquanto a obra foi resistente o suficiente para sobreviver ao furacão, ela virou uma construção sobre o nada, sem levar ninguém a lugar algum.

Já faz tempo que li um texto do escritor Prakash Iyer sobre isso, mas a história continua atual. A ponte Choluteca é uma metáfora do que pode acontecer com sua carreira ou negócio se você não se adaptar ao longo dos anos. Afinal, as coisas mudam. Assim como um rio foi capaz de mudar de curso e inutilizar uma ponte, o tempo também pode mudar de rota e dispensar as competências que você possui.

No dia a dia, há situações difíceis de prever. Desastres naturais, crises globais, fenômenos inesperados... Eventos assim acontecem e exigem mudanças rápidas. Nos negócios, novos concorrentes nascem, cópias das suas soluções aparecem, profissionais invadindo o seu espaço surgem o tempo todo. Não faltam motivos para você atualizar seus conhecimentos e aperfeiçoar constantemente o que já sabe.

É por isso que cada ser humano precisa ser um eterno aprendiz. Não existe mais ex-aluno no mundo. Ou você estuda e se requalifica durante a vida toda, ou ficará para trás. ●

É SÓCIO DA PLATAFORMA PARA STARTUPS STARTSE

SEG. Luiz Carlos Trabuco Cappi (quinzenalmente) ● **TER.** Ana Carla Abrão, Pedro Fernando Nery e Demi Getschko **(quinzenalmente)** ● **QUA.** Fábio Alves ● **QUI.** Adriana Fernandes ● **SEX.** Elena Landau e Laura Karpuska **(revezam quinzenalmente)** e Pedro Doria ● **SAB.** Adriana Fernandes ● **DOM.** José Roberto Mendonça de Barros **(quinzenalmente)** e Affonso Celso Pastore **(quinzenalmente)**; Paulo Leme **(1º domingo do mês)**, Roberto Rodrigues **(2º domingo do mês)**, Albert Fishlow **(3º domingo do mês)** e Gustavo Franco **(último domingo do mês)**

'Unicórnios' Próximos passos

Cofundador do Rappi tem nova startup de pagamentos

Juan Pablo Ortega agora comanda a Yuno, fintech que levantou US$ 10 mi e quer integrar métodos de pagamentos no 'e-commerce'

BRUNO ROMANI

Fundado em 2015, o Rappi é uma das principais histórias de sucesso entre as startups da América Latina. Presente em nove países da região, a companhia atingiu o status de "unicórnio" (ou seja, foi avaliada acima de US$ 1 bilhão) em 2018 – hoje, já vale US$ 5,25 bilhões (R$ 25,8 bilhões). Para um dos fundadores da companhia colombiana, porém, chegou a hora de virar a página.

Juan Pablo Ortega trocou o dia a dia em uma gigante da região pela empolgação de criar uma nova startup. Há dois meses, ele fundou a Yuno, que visa oferecer um sistema de integração e gerenciamento de métodos de pagamentos. Na empreitada, Ortega juntou forças com Julián Núñez, um dos primeiros funcionários do Rappi.

"A história da Yuno começou há seis anos, quando estávamos trabalhando para integrar métodos de pagamentos na região e descobrimos o problema: esse é um mercado fragmentado, com um alto grau de complexidade. Em dezembro, decidimos fundar a companhia", diz Núñez ao **Estadão**.

YUNO

Com a Yuno, Ortega (E) e Núñez decidiram desenvolver sistema de pagamentos fora do Rappi

A história de ambos no Rappi indica uma decisão bastante lógica. Ortega esteve à frente da construção do sistema de pagamentos da companhia, além de ajudar a estruturar o RappiBank, braço financeiro da startup. Já Núñez comandou a divisão de comércio eletrônico da empresa e trabalhou na solução de check-out em um clique do aplicativo.

Do ponto de vista do mercado, o caminho seguido pelos executivos também parece fazer sentido. "O mercado de pagamentos é muito ineficiente, além de ter muitas especificidades regulatórias. Há muitas possibilidades para novos entrantes", afirma Gilberto Sarfati, professor da FGV.

Os investidores também indicam que acreditam na proposta. Com apenas dois meses, a Yuno levantou US$ 10 milhões em sua primeira rodada de aportes – o valor é superior ao que muitas startups conseguem mais adiante no ciclo de desenvolvimento. Entre os investidores estão nomes de peso: Kaszek, Monashees, Nazca, Latitud, OneVC e Opera Ventures. Simón Borrero, cofundador do Rappi, também fez parte do aporte.

CLIENTES. Além do aporte importante, a Yuno também começa com um cliente de peso: a própria Rappi. "Parte da nossa solução foi desenvolvida quando ainda estávamos na Rappi. Mas eles não a terminaram e, provavelmente, nunca a terminarão. Faz mais sentido que uma outra companhia desenvolva a solução", explica Núñez. Entre os recursos que a Yuno poderá oferecer ao Rappi está a capacidade de aceitar pagamentos por Pix.

'PÔNEI'. O movimento de Ortega indica uma tendência nova na América Latina: fundadores dos primeiros unicórnios da região partirem para a próxima startup. Além dele, Ariel Lambrecht, fundador da 99, anunciou a criação de uma nova companhia, a Mara.

"Essa é uma tendência que ocorreu nos EUA no começo dos anos 2000, quando os primeiros funcionários do PayPal saíram para fundar suas companhias. Isso começou a acontecer somente agora na nossa região. A ideia de empreendedorismo ainda é muito nova aqui", conta Ortega.

É uma indicação do atual estágio do ecossistema latino-americano. "Para muitos empreendedores, existe uma busca pessoal por novos desafios. Além disso, é necessário que exista uma receptividade do ambiente por novas startups. O atual movimento mostra maturidade do ecossistema. Isso não é algo trivial", afirma Guilherme Fowler, professor de inovação do Insper.

Agora Ortega espera repetir a história de sucesso com a Yuno. "Quando você tem os investidores, o apoio e o contexto, tudo é possível. Essa é a principal coisa que aprendi no Rappi, mais do que sobre marketing ou sobre como crescer uma empresa", diz. ●

TRISUL

TRISUL S.A.

Companhia Aberta
CNPJ nº 08.811.643/0001-27

www.trisul-sa.com.br

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2021

Senhores Acionistas:
Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Trisul S.A. ("Trisul" ou "Companhia") apresenta o relatório da administração e as demonstrações financeiras completas com o respectivo relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. Este relatório deve ser lido em conjunto com as Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas. Para informações adicionais sobre a Companhia, favor acessar www.trisul-sa.com.br/ri.

Mensagem da Administração
Em 2021, a Trisul lançou um total de 9 empreendimentos, totalizando R$ 1,7 bilhões de VGV % Trisul, um aumento de 71% em comparação ao ano anterior.
No ano, o Lucro Bruto atingiu R$ 283,8 milhões, enquanto a Margem Bruta do período foi de 36,7%. Em 2021, o Lucro Líquido atingiu R$ 120,5 milhões, enquanto a Margem Líquida do período foi de 15,6%.
Em 2021, as Vendas Brutas % Trisul totalizaram R$ 828,1 milhões, já as Vendas Líquidas % Trisul totalizaram R$ 752,3 milhões.
Em 2021, a Trisul entregou 10 empreendimentos, totalizando R$ 946 milhões, em 2.823 unidades.
Com relação ao banco de terrenos da Companhia, até a presente data, o landbank totalizava R$ 5,0 bilhões, compreendendo 23 terrenos (on balance e off balance).

Desempenho Operacional - 2021

Informações Operacionais *(R$ mil)*	2021	2020	Var. %
Empreendimentos Lançados			
VGV % Trisul	1.727.732	1.009.022	71%
Número de Empreendimentos	9	8	13%
Unidades Lançadas	2.207	1.053	110%
Vendas Contratadas			
Vendas Brutas % Trisul	828.194	867.107	-4%
Vendas Líquidas % Trisul [1]	752.331	783.909	-4%
Unidades Vendidas	1.513	1.904	-21%

[1] Valor total de vendas contratadas dos empreendimentos geridos pela Trisul S.A. e parceiros. As Vendas Contratadas são reportadas já líquidas de comissões e distratos.

Desempenho Financeiro - 2021

Informações Financeiras *(R$ mil)*	2021	2020	Var. %
Receita Operacional Bruta	784.500	908.141	-14%
Receita Operacional Líquida	774.161	878.960	12%
Lucro Bruto	283.864	309.943	-8%
% Margem Bruta	*36,7%*	*35,3%*	*1,4 p.p.*
Lucro Bruto Ajustado [2]	294.810	322.587	-9%
% Margem Bruta Ajustada	*38,1%*	*36,7%*	*1,4 p.p.*
Lucro Líquido	120.552	170.092	-29%
% Margem Líquida	*15,6%*	*19,4%*	*-3,8 p.p.*
EBITDA [3]	161.277	201.545	-20%
EBITDA Ajustado [4]	172.223	214.189	-20%
% Margem EBITDA Ajustado	*22,2%*	*24,4%*	*-2,1 p.p.*
Disponibilidade	387.514	478.720	-19%
Disponibilidade, líquida de endividamento	(250.035)	(62.529)	308%

[2] Ajustado para os juros capitalizados alocados no custo (juros SFH).
[3] Lucro antes de Impostos, Resultado Financeiro Líquido, Depreciação e Amortização.
[4] Ajustado para os juros capitalizados alocados no custo (juros SFH).

No setor de construção civil, a receita referente às vendas contratadas de cada empreendimento em construção é apropriada ao resultado da Companhia ao longo do período de construção, através do percentual de evolução financeira de cada obra. Portanto, as receitas a serem apropriadas, decorrentes das unidades vendidas de empreendimentos ainda em construção e seus respectivos custos a serem incorridos, não estão refletidos nas demonstrações financeiras.
Sendo assim, ao final de 2021, o montante de Receita Bruta (antes dos impostos incidentes) a ser reconhecida monta R$ 478,0 milhões com custo de R$ 305,8 milhões (sem considerar encargos financeiros das linhas de financiamento e provisão para garantias de obras), e gerando resultado a apropriar de R$ 172,2 milhões, com margem bruta a apropriar de 36%.
A Companhia encerrou 2021 com uma posição de caixa e equivalentes de R$ 387,5 milhões e endividamento bruto de R$ 642,5 milhões, resultando em endividamento líquido de R$ 255,0 milhões. Do montante do endividamento bruto, R$ 172,7 milhões dizem respeito aos financiamentos à construção e R$ 469,8 milhões ao capital de giro e debêntures. O saldo de contas a receber financeiro (realizado e a realizar) em 31 de dezembro 2021 totalizou R$ 881,5 milhões. Deste total a Companhia apresentou R$ 130,2 milhões de recebíveis já performados.

Recursos Humanos
Ao final de 2021, a Companhia possuía 365 colaboradores, dos quais 246 trabalham na administração e 119 em canteiros de obra. Já ao final do ano de 2020, esse quadro era composto por 332 colaboradores, dos quais 203 na administração e 129 em canteiros de obra.
A Companhia conta, ainda, com várias empresas prestadoras de serviço voltadas para a captação de mão de obra terceirizada. Tais parceiros são escolhidos de forma criteriosa pela diretoria técnica.

Governança Corporativa e Mercado de Capitais
A Companhia adota e continuará a adotar os mais elevados padrões de governança corporativa. A Companhia está listada no segmento de listagem do Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo, o nível que incluiu as empresas com as melhores práticas de governança corporativa.
As ações da Trisul, negociadas sob o código TRIS3, encerraram o ano de 2021 com a cotação de R$ 5,95. O valor de mercado da Trisul em 31 de dezembro de 2021 era de R$ 1.110 milhões.

Capital Social
O Capital Social da Trisul é composto por 186.617.538 ações ordinárias sendo que, em 31 de dezembro de 2021, 72.528.391 ações estavam em circulação.

Relacionamento com Auditores Independentes
Em conformidade com a Instrução CVM nº 381/03 informamos que os nossos auditores independentes - Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes - não prestaram durante o ano de 2021 serviços que não os relacionados à auditoria externa. A política da Companhia na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade.

Declaração da Diretoria
Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com a opinião expressa no relatório dos Auditores Independentes e com as demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

Cláusula Compromissória
A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social.

Agradecimentos
Gostaríamos de encerrar mais um ano agradecendo a todos os nossos colaboradores pelo trabalho e dedicação e aos nossos clientes e acionistas pela confiança na Trisul.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Em milhares de Reais)

	Notas	Controladora 12/2021	Controladora 12/2020	Consolidado 12/2021	Consolidado 12/2020
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	190.126	245.890	387.514	478.720
Contas a receber	6	33	337	370.851	518.171
Imóveis a comercializar	8	2.540	2.052	801.686	673.219
Créditos diversos	7	3.325	2.250	8.139	8.035
Impostos e contribuições a recuperar	–	2.874	2.356	2.947	2.685
Total do ativo circulante		198.898	252.885	1.571.137	1.680.830
Não circulante					
Contas a receber	6	–	–	105.189	89.617
Imóveis a comercializar	8	–	–	528.832	286.280
Partes relacionadas	9.1	108.979	97.492	38.273	28.874
Impostos e contribuições a recuperar	–	1.349	719	1.474	719
Créditos diversos	7	–	386	1.314	5.340
		110.328	98.597	675.082	410.830
Investimentos	10.2.1	1.529.808	1.516.313	64.342	65.003
Imobilizado	11	7.566	3.931	26.903	18.770
Intangível	12	2.601	1.468	2.601	1.468
		1.539.975	1.521.712	93.846	85.241
Total do ativo não circulante		1.650.303	1.620.309	768.928	496.071
Total do ativo		1.849.201	1.873.194	2.340.065	2.176.901

	Notas	Controladora 12/2021	Controladora 12/2020	Consolidado 12/2021	Consolidado 12/2020
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	–	1.752	1.445	45.693	51.292
Empréstimos e financiamentos	13.1	67.531	72.923	93.066	135.051
Debêntures	13.2	53.026	11.317	53.026	11.317
Obrigações trabalhistas e tributárias	14	7.639	9.849	15.546	16.609
Impostos e contribuições diferidos	15.2	–	–	13.623	19.601
Credores por imóveis compromissados	16	–	–	96.161	106.837
Adiantamento de clientes	19	–	–	84.530	55.655
Contas a pagar	–	1.175	3.326	12.138	16.550
Dividendos a pagar	21.4	28.631	40.397	28.631	40.397
Partes relacionadas	9.1	143.196	342.218	4.944	3.418
Total do passivo circulante		302.950	481.475	447.358	456.727
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	13.1	55.596	62.786	230.530	228.698
Debêntures	13.2	265.927	166.183	265.927	166.183
Credores por imóveis compromissados	16	–	–	72.816	78.194
Impostos e contribuições diferidos	15.2	–	–	3.322	3.040
Adiantamento de clientes	19	–	–	23.843	12.263
Provisão para demandas judiciais e administrativas	20.1	–	–	11.557	10.303
Contas a pagar	–	3.623	1.704	13.535	8.593
Total do passivo não circulante		325.146	230.673	621.530	507.274
Patrimônio líquido					
Capital social	21.1	866.080	866.080	866.080	866.080
(–) Gastos com emissão de ações	21.2	(24.585)	(24.585)	(24.585)	(24.585)
Reservas de capital	21.3	12.629	12.629	12.629	12.629
Reservas de lucro	21.4	401.238	313.914	401.238	313.914
(–) Ações em tesouraria	21.5	(34.257)	(6.992)	(34.257)	(6.992)
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas		1.221.105	1.161.046	1.221.105	1.161.046
Participação de não controladores		–	–	50.072	51.854
Total do patrimônio líquido		1.221.105	1.161.046	1.271.177	1.212.900
Total do passivo e patrimônio líquido		1.849.201	1.873.194	2.340.065	2.176.901

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Em milhares de Reais)

	Controladora 12/2021	Controladora 12/2020	Consolidado 12/2021	Consolidado 12/2020
Das atividades operacionais				
Resultado operacional antes do imposto de renda e contribuição social	120.552	170.092	149.420	201.519
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do período com o caixa e equivalentes de caixas gerado pelas atividades operacionais:				
Provisão para risco de crédito e distratos - contas a receber	–	–	(6.013)	6.625
Provisão para distratos - estoque			(5.853)	–
Provisão para demandas judiciais e administrativas	–	–	3.311	5.292
Ajuste a valor presente	–	–	1.172	3.273
Depreciação/amortização	1.211	609	1.233	813
Depreciação de direito de uso	1.429	1.636	1.429	1.636
Depreciação de estandes de venda	–	–	15.252	13.273
Juros sobre empréstimos e debêntures	24.763	7.050	27.495	9.799
Tributos diferidos	–	–	(3.318)	627
Equivalência patrimonial	(190.498)	(225.240)	(8.444)	(26.244)
Provisão para garantia	–	–	9.034	7.283
(Aumento)/redução nos ativos operacionais:				
Contas a receber	304	(32)	136.589	(106.769)
Imóveis a comercializar	(488)	(888)	14.827	86.760
Impostos e contribuições a recuperar	(1.148)	(1.086)	(1.017)	(1.118)
Partes relacionadas	(210.509)	77.799	(7.873)	(7.373)
Créditos diversos	(689)	(866)	3.922	8.257
Aumento/(redução) nos passivos operacionais:				
Fornecedores	307	394	(5.599)	14.939
Obrigações trabalhistas e tributárias	(2.210)	1.281	(1.714)	1.782
Credores por imóveis compromissados	–	–	(340.521)	(350.912)
Adiantamento de clientes	–	–	(15.071)	(21.941)
Provisão para demandas judiciais e administrativas			(2.057)	–
Contas a pagar	(232)	(5.590)	(8.504)	(5.127)
Caixa líquido proveniente das/(aplicado nas) atividades operacionais	(257.208)	25.159	(42.300)	(157.606)
Imposto de renda e contribuição social pagos	–	–	(19.182)	(17.199)
Juros sobre empréstimos e debêntures pagos	(18.838)	(8.435)	(21.524)	(11.740)
Caixa líquido gerado pelas/(aplicado nas) atividades operacionais	(276.046)	16.724	(83.006)	(186.545)
Das atividades de investimentos				
(Aumento) de imobilizado	(5.627)	(462)	(25.399)	(17.629)
(Aumento)/redução de investimento	177.003	(279.277)	9.105	14.662
(Aumento) de intangível	(1.781)	(980)	(1.781)	(980)
Caixa líquido gerado pelas/(aplicado nas) atividades de investimento	169.595	(280.719)	(18.075)	(3.947)
Das atividades de financiamentos				
Dividendos pagos	(44.994)	(40.000)	(44.994)	(40.000)
Aquisição de ações de emissão própria	(27.265)	(6.992)	(27.265)	(6.992)
Variação líquida dos empréstimos, financiamentos e debêntures	122.946	211.974	95.329	237.883
Participação de não controladores	–	–	(13.195)	(9.737)
Caixa líquido gerado pelas/(aplicado nas) atividades de investimento	50.687	164.982	9.875	181.154
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(55.764)	(99.013)	(91.206)	(9.338)
Saldo de caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	245.890	344.903	478.720	488.058
No final do exercício	190.126	245.890	387.514	478.720
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(55.764)	(99.013)	(91.206)	(9.338)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Em milhares de Reais, exceto quando expressamente indicado)

	Notas	Controladora 12/2021	Controladora 12/2020	Consolidado 12/2021	Consolidado 12/2020
Receita operacional líquida	22	1.057	427	774.161	878.960
Custos dos imóveis vendidos	–	(264)	(25)	(490.297)	(569.017)
Lucro bruto	–	793	402	283.864	309.943
Receitas/(despesas) operacionais:					
Despesas administrativas	23	(45.507)	(43.534)	(67.971)	(67.008)
Despesas comerciais	24	(6.853)	(8.210)	(59.779)	(59.918)
Despesas tributárias	–	(462)	(583)	(700)	(889)
Resultado com equivalência patrimonial	10.2.1	190.498	225.240	8.444	26.244
Provisão para demandas judiciais e administrativas	20.1	–	–	(3.311)	(5.292)
Despesas com depreciação/amortização	–	(1.211)	(609)	(1.233)	(813)
Outras receitas/(despesas) operacionais	–	206	(56)	(699)	(3.171)
		136.671	172.248	(125.249)	(110.847)
Resultado antes do resultado financeiro e dos impostos sobre o lucro		137.464	172.650	158.615	199.096
Resultado financeiro, líquido					
Despesas financeiras	25	(24.788)	(8.766)	(28.816)	(14.083)
Receitas financeiras	25	7.876	6.208	19.621	16.506
		(16.912)	(2.558)	(9.195)	2.423
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		120.552	170.092	149.420	201.519
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro					
Corrente	15.3	–	–	(19.833)	(17.263)
Diferido	15.3	–	–	2.376	(630)
Resultado líquido antes da participação de não controladores		120.552	170.092	131.965	183.626
Participação de não controladores	–	–	–	(11.413)	(13.534)
Lucro líquido do exercício		120.552	170.092	120.552	170.092
Lucro por ação					
Lucro básico por ação - R$	31	0,65233	0,91242		
Lucro diluído por ação - R$	31	0,65233	0,91242		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Em milhares de Reais)

	Controladora 12/2021	Controladora 12/2020	Consolidado 12/2021	Consolidado 12/2020
Receitas				
Incorporação, revenda de imóveis, serviços e aluguéis	1.397	640	784.500	908.142
Outras receitas	206	–	–	–
(Provisão)/reversão para risco de crédito e distratos - contas a receber	–	–	6.013	(11.136)
Provisão para distratos - estoque	–	–	5.853	–
	1.603	640	796.366	897.006
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos	(264)	(25)	(490.297)	(569.017)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros operacionais	(30.506)	(25.732)	(102.918)	(98.470)
	(30.770)	(25.757)	(593.215)	(667.487)
Valor adicionado bruto	(29.167)	(25.117)	203.151	229.519
Retenções				
Depreciação e amortização	(1.211)	(609)	(1.233)	(813)
	(1.211)	(609)	(1.233)	(813)
Valor adicionado líquido produzido	(30.378)	(25.726)	201.918	228.706
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	190.498	225.240	8.444	26.244
Receitas financeiras	7.876	6.208	19.621	16.506
	198.374	231.448	28.065	42.750
Valor adicionado a distribuir	167.996	205.722	229.983	271.456
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	12.088	17.425	20.046	23.640
Benefícios	4.575	4.074	4.867	4.267
FGTS	391	627	444	643
	17.054	22.126	25.357	28.550
Impostos, taxas e contribuições				
Federal	1.816	1.681	35.391	37.647
Estadual	70	258	795	1.244
Municipal	495	421	1.719	954
	2.381	2.360	37.905	39.845
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	24.788	8.766	28.816	14.083
Aluguéis	3.221	2.378	5.940	5.352
	28.009	11.144	34.756	19.435
Remuneração de capitais próprios				
Participação de não controladores	–	–	11.413	13.534
Dividendos	28.631	40.397	28.631	40.397
Lucros retidos	91.921	129.695	91.921	129.695
	120.552	170.092	131.965	183.626
	167.996	205.722	229.983	271.456

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Em milhares de Reais)

	Controladora 12/2021	Controladora 12/2020	Consolidado 12/2021	Consolidado 12/2020
Resultado líquido do exercício	120.552	170.092	131.965	183.626
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–
Resultado abrangente do exercício	120.552	170.092	131.965	183.626
Atribuível a:				
Acionistas da Companhia			120.552	170.092
Participação de não controladores			11.413	13.534
			131.965	183.626

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

continua

continuação

TRISUL S.A. - CNPJ nº 08.811.643/0001-27

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 (Em milhares de Reais)

					Reservas de lucro				Controladora		Consolidado
	Notas	Capital social	Gastos com emissão de ações	Reservas de capital	Reserva legal	Reserva de retenção de lucro	Lucros a cumulados	Ações em tesouraria	Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldos em 01 janeiro de 2020		866.080	(24.585)	12.629	16.818	174.133	–	–	1.045.075	48.057	1.093.132
Distribuição complementar de dividendos	21.4	–	–	–	–	(6.732)	–	–	(6.732)	–	(6.732)
Aquisição de ações de emissão própria	21.5							(6.992)	(6.992)	–	(6.992)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	170.092	–	170.092	13.534	183.626
Reserva legal	21.4			–	8.504	–	(8.504)		–	–	–
Dividendos propostos	21.4			–		–	(40.397)		(40.397)	–	(40.397)
Reserva de retenção de lucros	21.4	–	–	–		121.191	(121.191)	–	–	–	–
Participação de não controladores	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(9.737)	(9.737)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		866.080	(24.585)	12.629	25.322	288.592	–	(6.992)	1.161.046	51.854	1.212.900
Saldos em 01 janeiro de 2021		866.080	(24.585)	12.629	25.322	288.592	–	(6.992)	1.161.046	51.854	1.212.900
Distribuição complementar de dividendos	21.4	–	–	–	–	(4.597)	–	–	(4.597)	–	(4.597)
Aquisição de ações de emissão própria	21.5	–	–	–	–	–	–	(27.265)	(27.265)	–	(27.265)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	120.552	–	120.552	11.413	131.965
Reserva legal	21.4			–	6.028	–	(6.028)		–	–	–
Dividendos propostos	21.4			–		–	(28.631)		(28.631)	–	(28.631)
Reserva de retenção de lucros	21.4	–	–	–		85.893	(85.893)	–	–	–	–
Participação de não controladores	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(13.195)	(13.195)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		866.080	(24.585)	12.629	31.350	369.888	–	(34.257)	1.221.105	50.072	1.271.177

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Trisul S.A. ("Companhia"), com sede na Cidade de São Paulo, Brasil, e listada na B3 sob a sigla TRIS3, é resultante da fusão, no ano de 2007, das operações de "Incosul Incorporação e Construção Ltda." e "Tricury Construções e Participações Ltda.", empresas com mais de 35 anos de atuação no mercado imobiliário. A Companhia possui por atividades preponderantes a incorporação imobiliária, a construção de imóveis destinados à venda, o desmembramento ou loteamento de terrenos, a compra e venda de imóveis e a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia, quotista ou acionista. O desenvolvimento dos empreendimentos de incorporação imobiliária, inclusive quando da participação de terceiros, é realizado por intermédio de Sociedades Simples, Sociedades de Propósito Específico (SPEs) e Sociedades em Conta de Participação (SCPs), de forma que as sociedades controladas compartilham, de forma significativa, as estruturas e os custos corporativos, gerenciais e operacionais da Companhia. **2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras: 2.1. Base de elaboração e declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP") e com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS"), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM. As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com o pronunciamento técnico NBC TG 21 - Demonstrações financeiras e de acordo com a norma internacional IAS34 - Interim financial reporting, e apresentadas de forma condizente com as normas e orientações expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") por meio do Ofício Circular nº 003/2011, contemplando os aspectos relacionados à transferência de controle na venda de unidades imobiliárias que seguem o entendimento da administração da Companhia, alinhado àquele manifestado pela CVM no Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 02/18 sobre a aplicação do Pronunciamento Técnico NBC TG 47 (IFRS 15), direcionado às entidades do setor imobiliário. O Ofício Circular CVM/SNC/SEP/nº 02/2018, dentre outros assuntos, esclarece em quais situações as entidades do setor imobiliário devem manter o reconhecimento de receita ao longo do tempo, denominado Percentage of Completion - POC (método da percentagem completada). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos Pronunciamentos, Orientações e nas Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pela CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Adicionalmente, a Companhia considerou a Orientação "OCPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil - Financeiros de Propósito Geral" na preparação de suas demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas de maneira consistente com as práticas contábeis descritas na nota 3. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também o período de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das práticas contábeis. As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros considerados razoáveis para as circunstâncias. Tais estimativas e premissas podem diferir dos resultados efetivos. A Administração da Companhia declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. **2.2. Base de apresentação e consolidação:** As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, são apresentadas na moeda Real, que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações financeiras, consolidadas da Companhia incluem as demonstrações financeiras da Trisul S.A. e de suas controladas diretas e indiretas demonstradas na nota 10. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. A existência e os efeitos de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla outra entidade. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa. As práticas contábeis são consistentemente aplicadas em todas as empresas consolidadas, sendo que as consolidações tomaram como parâmetro a data-base de 31 de dezembro de 2021 e, quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas práticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia. Nas demonstrações financeiras consolidadas foram eliminadas as contas correntes, as receitas e despesas entre as sociedades consolidadas e os resultados não realizados, bem como os investimentos, sendo destacada a participação de não controladores, conforme CPC 36 (R3). **2.3. Impactos do COVID-19:** Em razão da pandemia mundial declarada pela Organização Mundial de Saúde ("OMS"), relacionada ao COVID-19 ("Coronavírus") que vem afetando o Brasil e diversos países no mundo, trazendo riscos à saúde pública e impactos na economia mundial, a Companhia e suas controladas informa que vem tomando as medidas preventivas e de mitigação dos riscos em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais, visando minimizar ao máximo eventuais impactos no que se refere à saúde e segurança dos colaboradores, familiares, parceiros e comunidades, e à continuidade das suas operações e negócios. Em 10 de março de 2020 a CVM emitiu o Ofício Circular/CVM/SNC/SEP/nº 02/2020 destacando a importância de as Companhias Abertas considerarem cuidadosamente os impactos do Coronavírus em seus negócios e reportarem nas demonstrações financeiras os principais riscos e incertezas advindos dessa análise, observadas as normas contábeis aplicáveis. Nesse sentido, dentre os diversos riscos e incertezas aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas, especial atenção foi dada àqueles eventos econômicos que tenham relação com a continuidade dos nossos negócios e/ou às estimativas contábeis levadas à efeito, em especial quanto ao ajuste ao valor realizável líquido de imóveis a comercializar, recuperabilidade de ativos, o reconhecimento de receita, as provisões para perdas esperadas de contas a receber e a provisão para distratos. Com base nas últimas informações sobre a evolução do Coronavírus e observando o período em que operou neste cenário, a Companhia e suas controladas não identificaram até a presente data, impactos significativos nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021. **2.4. Continuidade operacional:** As normas contábeis requerem que ao elaborar as demonstrações financeiras, a administração deve fazer a avaliação da capacidade de a entidade continuar em operação no futuro previsível. A administração, considerando o nível atual de do seu capital circulante líquido, o cumprimento de cláusulas restritivas em seus contratos de empréstimos e financiamentos, além da expectativa de geração de caixa suficiente para liquidar os seus passivos para os próximos 12 meses, concluiu que não há nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando e, portanto, concluiu que é adequado a utilização do pressuposto de continuidade operacional para a elaboração de suas demonstrações financeiras. **2.5. Aprovação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 15 de março de 2022. **3. Principais práticas contábeis adotadas: 3.1. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base dessas demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data-base das demonstrações financeiras, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos são descritas a seguir: **Custos orçados dos empreendimentos imobiliários:** Os custos orçados totais, compostos pelos custos incorridos e custos previstos a incorrer para o encerramento das obras, são periodicamente revisados, conforme a evolução das obras, e os impactos de tais revisões são reconhecidos nos resultados da Companhia, nos períodos em que são efetuados, de acordo com o método contábil utilizado, descrito na nota 3.2. **Contingências:** A Companhia e suas controladas estão sujeitas no curso normal dos negócios a investigações, auditorias, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias cível, tributária, trabalhista, ambiental, societária e direito do consumidor, entre outras. Dependendo do objeto das investigações, processos judiciais ou procedimentos administrativos que sejam movidos contra a Companhia e suas controladas, poderão afetar adversamente as demonstrações financeiras da Companhia, independentemente do respectivo resultado final. A Companhia e suas controladas são periodicamente fiscalizadas por diferentes autoridades, principalmente, fiscais, trabalhistas e previdenciárias. Não é possível garantir que essas autoridades não autuarão a Companhia e suas controladas, nem que essas infrações não se converterão em processos administrativos e, posteriormente, em processos judiciais, tampouco o resultado final tanto dos eventuais processos administrativos ou judiciais. **Valor justo de instrumentos financeiros:** Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, são utilizadas técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. **3.2. Apuração do resultado de incorporação e venda de imóveis e outras: (i) Resultado de incorporação imobiliária e venda de imóveis:** Na apropriação do resultado com incorporação imobiliária e venda de imóveis, a Companhia e suas controladas adotam os procedimentos estabelecidos pelo CPC 47 - "Receitas de Contratos com Clientes", contemplando também as orientações contidas no Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 02/2018, de 12 de dezembro de 2018, o qual estabelece procedimentos contábeis referentes ao reconhecimento, mensuração e divulgação de certos tipos de transações oriundas de contratos de compra e venda de unidade imobiliária não concluída, e demais normativos emitidos pelo CPC. De acordo com o CPC 47, o reconhecimento de receita de contratos com clientes passou a ter uma nova disciplina normativa, baseada na transferência do controle do bem ou serviço prometido, podendo ser em um momento específico do tempo ou ao longo do tempo, conforme a satisfação ou não das obrigações de performance contratuais. A receita deve ser mensurada pelo valor que reflita a contraprestação à qual se espera ter direito e está baseada em um modelo de cinco etapas detalhadas a seguir: 1) identificação do contrato; 2) identificação das obrigações de desempenho; 3) determinação do preço da transação; 4) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho, e; 5) reconhecimento da receita. Nas vendas de unidades não concluídas de empreendimentos imobiliários são adotadas as seguintes premissas, observando-se o acima disposto: • A partir do momento em que o empreendimento lançado não mais estiver sob os efeitos da correspondente cláusula suspensiva constante em seu memorial de incorporação, é apurado o percentual do custo incorrido das unidades vendidas (incluindo o terreno), em relação ao seu custo total orçado, sendo esse percentual aplicado sobre a receita das unidades vendidas, ajustada segundo as condições dos contratos de venda, incluindo a sua atualização monetária, sendo assim determinado o montante das receitas a serem reconhecidas; • Os montantes das receitas de vendas apuradas, incluindo a atualização monetária, líquido das parcelas já recebidas, são contabilizados como contas a receber, ou como adiantamentos de clientes, quando aplicável; • O custo incorrido (incluindo o custo do terreno) correspondente às unidades vendidas é apropriado integralmente ao resultado; • Os encargos financeiros diretamente relacionados aos empreendimentos imobiliários, correspondentes ao contas a pagar por aquisição de terrenos e às operações de crédito imobiliário, incorridos durante o período de construção, são apropriados ao custo incorrido dos empreendimentos imobiliários e refletidos no resultado por ocasião da venda das unidades do empreendimento imobiliário a que foram apropriados. Os encargos financeiros das operações de financiamentos cujos recursos não foram aplicados nos empreendimentos imobiliários são apropriados ao resultado financeiro quando incorridos, assim como das contas a pagar de terrenos e das operações de crédito imobiliário incorridos após a conclusão da construção dos empreendimentos imobiliários; • Os custos orçados a incorrer dos empreendimentos imobiliários são sujeitos a revisões periódicas, e como resultado destas revisões podem ocorrer alterações em suas estimativas iniciais. Os efeitos de tais revisões afetam o resultado prospectivamente, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativas e retificação de erros. Nas vendas de unidades concluídas de empreendimentos imobiliários, o resultado é apropriado no momento em que a venda é efetivada, independentemente do prazo de recebimento do valor contratual, observando-se o retro disposto. Os montantes recebidos com relação à venda de unidades imobiliárias quando superiores aos valores reconhecidos de receitas são contabilizados como adiantamentos de clientes, no passivo circulante ou no passivo não circulante. Os juros prefixados e a variação monetária, incidentes sobre o saldo de contas a receber a partir da data de entrega das chaves, são apropriados ao resultado financeiro, quando incorridos, obedecendo ao regime de competência do período. A Companhia efetua provisão para distratos, quando em sua análise são identificadas incertezas quanto à entrada dos fluxos de caixa futuros para a Companhia. Estes ajustamentos vinculam-se ao fato de que o reconhecimento de receita está condicionado ao grau de confiabilidade quanto à entrada, para a entidade, dos fluxos de caixa gerados a partir da receita reconhecida. Os valores a serem devolvidos decorrentes dos distratos das vendas de empreendimentos ainda não entregues são deduzidos diretamente na receita de incorporação imobiliária. Para as unidades entregues, as receitas e custos são revertidos, as unidades voltam para o estoque ao custo e são colocadas para venda ao valor de mercado. **(ii) Despesas comerciais:** As despesas com propaganda, marketing, promoção de vendas e outras atividades correlatas são reconhecidas ao resultado, na rubrica de "Despesas comerciais" (com vendas) quando efetivamente incorridas, respeitando-se o regime de competência contábil do período, de acordo com o respectivo período de veiculação. Os gastos incorridos e diretamente relacionados à construção dos estandes de vendas e dos apartamentos-modelo, bem como aqueles relativos à aquisição das mobílias e decoração dos estandes de vendas e dos apartamentos-modelo dos empreendimentos imobiliários, são registrados em rubrica de ativo imobilizado, desde que o prazo esperado para a sua utilização e geração de benefícios ultrapasse o período de 12 meses, e são depreciados de acordo com o respectivo prazo de vida útil estimado desses itens. A despesa de depreciação desses ativos é reconhecida na rubrica de "Despesas comerciais" (com vendas) e não causa impacto na determinação do percentual de evolução financeira dos empreendimentos imobiliários. Normalmente, as comissões sobre vendas das unidades imobiliárias são encargos pertencentes aos adquirentes dos imóveis, e não constituem receita ou despesa da entidade de incorporação imobiliária. Entretanto, quando estes encargos são arcados pela entidade de incorporação imobiliária, as despesas incorridas são registradas como pagamentos antecipados, os quais são apropriados ao resultado na rubrica de "Despesas comerciais" (com vendas), observando-se os mesmos critérios de apropriação do resultado de incorporação e venda de imóveis, descritos na Nota 3.2.(i). **(iii) Prestação de serviços e demais atividades:** As receitas, os custos e as despesas são registrados em conformidade com o regime de competência dos períodos. **3.3. Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado, mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo da Companhia, e não para investimentos com outros propósitos. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria "Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado". Aplicações financeiras restritivas ou com vencimento superior a 90 dias são classificadas como títulos e valores mobiliários. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a Companhia não possuía aplicações financeiras restritivas ou com vencimentos superiores a 90 dias. **3.4. Contas a receber:** As contas a receber são apresentadas aos valores presentes e de realização, reconhecidas de acordo com os critérios descritos na Nota 3.2. São constituídas provisões para perdas esperadas com créditos e para distratos por valores considerados suficientes pela Administração quando existem evidências objetivas de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber ou quando existem evidências de que a venda poderá ser objeto de distrato. A classificação entre o ativo circulante e o ativo não circulante é realizada com base na expectativa de fluxo financeiro para recebimento das contas a receber. **3.5. Imóveis a comercializar:** Incluem os terrenos a comercializar, os imóveis em construção e os imóveis concluídos. O custo dos imóveis é formado pelos gastos com aquisição de terrenos (numerário ou permuta física avaliadas ao valor justo), materiais, mão de obra aplicada (própria ou contratada de terceiros), despesas com a incorporação imobiliária e os encargos financeiros decorrentes dos empréstimos e financiamentos durante o período de desenvolvimento e construção, vinculados aos empreendimentos imobiliários. Os imóveis a comercializar são demonstrados ao custo de construção, que não excede ao seu valor líquido realizável. No caso de imóveis em construção, a parcela em estoque corresponde ao custo incorrido das unidades imobiliárias ainda não comercializadas. A Companhia capitaliza encargos financeiros aos empreendimentos imobiliários durante a fase de construção, captados por meio do sistema financeiro habitacional e de outras linhas de captações que sejam utilizadas para financiamento da construção (limitado ao montante da respectiva despesa financeira), os quais são reconhecidos ao resultado na proporção das unidades imobiliárias vendidas, mesmo critério dos demais custos. A classificação entre o ativo circulante e o ativo não circulante é realizada com base na expectativa de prazo dos lançamentos dos futuros empreendimentos imobiliários, sendo revisada periodicamente por meio das estimativas da Administração. **3.6. Investimentos:** Os investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas são registrados pelo método de equivalência patrimonial, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 18 (R2) - IAS 28 - Investimento em coligada e controlada e empreendimento controlado em conjunto. De acordo com esse método, a participação da Companhia no aumento ou na diminuição do patrimônio líquido dessas sociedades, após a aquisição, em decorrência da apuração de lucro líquido ou prejuízo no período ou em decorrência de ganhos ou perdas em reservas de capital é reconhecida como receita (ou despesa) operacional. Os efeitos dessas movimentações após as aquisições são ajustados contra o custo do investimento. **3.7. Imobilizado:** É registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, incluindo os estandes de vendas e apartamentos-modelo decorados dos empreendimentos imobiliários. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear às taxas médias mencionadas na Nota 11, sendo que as depreciações dos estandes de vendas são registradas na rubrica de "Despesas comerciais". **3.8. Intangível:** Os gastos relacionados com a aquisição e implantação de sistemas de informação e licenças para utilização de software são registrados ao custo de aquisição, sendo amortizados de acordo com o seu prazo de vida útil estimado. **3.9. Arrendamentos:** A Administração avalia se um contrato é ou contém arrendamento, se ele transmite o direito de controlar o uso do ativo identificado por um período de tempo, em troca de contraprestações. Tal avaliação é realizada no momento inicial. No início de um contrato de arrendamento, as empresas arrendatárias reconhecem um passivo de arrendamento referente às contraprestações a serem transferidas, assim como é reconhecido um ativo de direito de uso, que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo do arrendamento. Não são reconhecidos ativos e passivos para os contratos com prazos que não ultrapassam 12 meses, e para os casos de arrendamento de ativos de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. A Companhia possui arrendamento de determinados equipamentos de escritório que são considerados de baixo valor. **3.10. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa, no mínimo, anualmente, o valor contábil líquido de seus principais ativos, em especial, contas a receber os imóveis a comercializar, o imobilizado, os investimentos e o intangível, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. As premissas normalmente utilizadas para o cálculo do valor recuperável dos ativos são baseadas nos fluxos de caixa esperados, em estudos de viabilidade econômica dos empreendimentos imobiliários que demonstrem a recuperabilidade dos ativos ou o seu valor de mercado, todos descontados a valor presente. Não foram registradas perdas decorrentes de redução de valor recuperável dos ativos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020. **3.11. Empréstimos, financiamentos e debêntures:** Após o reconhecimento inicial, os empréstimos, financiamentos e debêntures sujeitos a encargos e juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. **3.12. Provisão para garantias:** São fornecidas garantias limitadas pelo período de até cinco anos, cobrindo defeitos estruturais nos empreendimentos imobiliários comercializados. Determinadas garantias pela execução dos serviços (responsabilidades e custos) são normalmente conduzidas pelas empresas subcontratadas, portanto, reduzindo a exposição de fluxo de caixa da Companhia. Estima-se que os montantes a serem desembolsados não serão significativos, sendo que a Companhia registra a melhor estimativa para fazer face às futuras ocorrências desta natureza, levando em consideração o prazo de evolução do custo financeiro dos empreendimentos imobiliários. **3.13. Credores por imóveis compromissados e adiantamentos de clientes:** As obrigações pela aquisição de imóveis assumidos com pagamento em espécie (credores por imóveis compromissados) são reconhecidas inicialmente pelos valores correspondentes às obrigações contratuais e são apresentadas acrescidas dos encargos financeiros incorridos e das respectivas baixas pela liquidação das obrigações. As obrigações pela aquisição de imóveis mediante as operações de permutas de terrenos por unidades imobiliárias a construir são registradas ao seu valor justo e apresentadas como adiantamento de clientes-permuta. A mensuração do valor justo das permutas é definida em conexão com os compromissos contratuais assumidos, cuja apuração do valor pode variar até o momento da definição do projeto a ser desenvolvido, o que se confirma usualmente com o registro da incorporação. A baixa da obrigação é realizada conforme a execução financeira da obra (apropriação das receitas e custos). Os recebimentos por vendas de imóveis, superiores ao reconhecimento das receitas, conforme a prática contábil descrita na Nota 3.2, são registrados no passivo - adiantamento de clientes. **3.14. Ativos e passivos contingentes e provisão para demandas judiciais e administrativas:** As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: • **Ativos contingentes:** são reconhecidos somente quando existem garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa, quando aplicável; • **Passivos contingentes:** são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Também são adicionados às provisões os montantes estimados de possíveis acordos nos casos de intenção de liquidar o processo antes da conclusão de todas as instâncias. As estimativas de perdas avaliadas como possíveis são divulgadas nas demonstrações financeiras. A provisão para demandas judiciais e administrativas, especificamente, está relacionada às questões trabalhistas, fiscais e cíveis, e registrada de acordo com a avaliação de risco (perdas prováveis) efetuada pelos consultores jurídicos e administração da Companhia, inclusive, quanto à sua

continua

☆ continuação

TRISUL S.A. - CNPJ nº 08.811.643/0001-27

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

classificação no passivo não circulante. **3.15. Demais ativos e passivos (circulantes e não circulantes):** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros incorridos. As provisões são registradas, tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **3.16. Ajuste a valor presente:** Os elementos integrantes do ativo e do passivo, quando decorrentes de operações de curto prazo (se relevantes) e longo prazo, sem a previsão de remuneração ou sujeitas a: (i) Juros prefixados; (ii) Juros notoriamente abaixo do mercado para transações semelhantes; e (iii) Reajuste somente por inflação, sem juros, são ajustados a seu valor presente com base na taxa média praticada pela Companhia para concessão de desconto sobre o preço da tabela de vendas ou a sua taxa média de captação, dos dois o maior. O ajuste a valor presente e a respectiva reversão sobre as contas a receber decorrentes das vendas de imóveis são registrados no próprio grupo de "receitas com venda de imóveis". **3.17. Instrumentos financeiros: Ativos financeiros: a) Reconhecimento inicial e mensuração:** A classificação desses instrumentos é efetuada no momento de seu reconhecimento, quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos, que são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos dos custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado. Incluem caixa e equivalentes de caixa, (valor justo no resultado), contas a receber, créditos diversos e créditos com partes relacionadas (custo amortizado). **b) Mensuração subsequente:** Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Incluem os ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado e são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo sendo apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários: Incluem numerários em espécie, saldos em contas correntes bancárias e aplicações financeiras junto a instituições financeiras. Consideram-se equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Caso as aplicações financeiras não se enquadrem nesses critérios, são classificadas como títulos e valores mobiliários ("TVM"), não aplicável para a Companhia. Empréstimos e recebíveis: São ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. A amortização do método de juros efetivos e as perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado financeiro do período. Contas a receber e perdas estimadas com riscos de créditos: Consistem, substancialmente, nos valores a receber decorrentes das atividades de venda de unidades imobiliárias, os quais são auferidos no decurso normal das atividades da Companhia, reconhecidas através dos valores presentes conforme os critérios da Nota 3.2. **c) Desreconhecimento (baixa):** Um ativo financeiro é baixado quando a) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e b) a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (i) transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, esse ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo com o respectivo ativo. Nesse caso, também se reconhece um passivo associado. O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida da Companhia, dos dois, o menor. **d) Análise de recuperabilidade:** Um ativo financeiro, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado, que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que elas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, *default* ou atraso de pagamento de juros ou principal pode ser indicada por uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado. **Passivos financeiros - não derivativos:** A classificação desses passivos financeiros é determinada em seu reconhecimento inicial. São inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos, financiamentos e debêntures, são deduzidos dos custos de transação diretamente relacionados. Os custos de transação são apropriados ao resultado do período de acordo com o prazo do instrumento contratado. Incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos, financiamentos, debêntures, credores por imóveis compromissados e débitos com partes relacionadas. Após o reconhecimento inicial, empréstimos, financiamentos e debêntures são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. As despesas com juros desses empréstimos e debêntures, são reconhecidas no resultado, em despesas financeiras ou quando utilizados na aquisição ou construção de bens dos imóveis destinados à venda são alocados no custo dos referidos ativos. **Instrumentos financeiros - apresentação líquida:** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **Valor justo de instrumentos financeiros:** O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação. **3.18. Tributação: Impostos e contribuições correntes:** A legislação fiscal brasileira permite que as receitas de vendas de unidades imobiliárias sejam tributadas com base em regime de caixa. O imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) são calculados observando-se os critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente, pelas alíquotas regulares de 15%, acrescida de adicional de 10% para o imposto de renda, e de 9% para a contribuição social. O PIS e a COFINS são calculados às alíquotas de 1,65% e 7,60%, respectivamente, com direito a créditos específicos calculados às mesmas alíquotas. As controladas e coligadas da Companhia, substancialmente, estão sob o regime tributário de lucro presumido, sendo que para essas sociedades, a base de cálculo do imposto de renda é apurada à razão de 8% (incorporação imobiliária, inclusive atualização monetária) e 32% (prestação de serviços e locações), a da contribuição social sobre o lucro à razão de 12% (incorporação imobiliária) e 32% (prestação de serviços e locações) e 100% sobre as receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição. As alíquotas regulares de PIS e COFINS, nestes casos, são de 0,65% e 3,00%, respectivamente. Essas controladas e coligadas da Companhia, apesar de estarem submetidas ao regime tributário de lucro presumido, optaram pela sistemática do patrimônio afetado. Sendo assim, a tributação é realizada em conformidade com o Regime Especial de Tributação (RET), onde as receitas operacionais com venda de imóveis são tributadas, de forma definitiva, à alíquota de 4%, sendo 1,92% para imposto de renda e contribuição social e 2,08% para PIS e COFINS, conforme define a Lei nº 12.844/13. **Impostos e contribuições diferidos:** Para as sociedades e atividades em que a prática contábil difere da prática fiscal, é calculado um passivo ou ativo de impostos e contribuições federais diferidos para refletir quaisquer diferenças temporárias (Nota 15). O imposto de renda, a contribuição social sobre o lucro, o PIS e a COFINS diferidos passivos são reconhecidos no passivo circulante e no passivo não circulante, conforme a classificação e projeção de realização das receitas, os quais são decorrentes da diferença entre o reconhecimento pelo critério societário, descrito na Nota 3.2, e o critério fiscal em que a receita é tributada no momento do recebimento. **3.19. Benefícios a funcionários e dirigentes:** A Companhia não mantém planos de previdência privada ou qualquer plano de aposentadoria ou benefícios pós-saída da Companhia. A Companhia possui programa de benefício para Participação dos Lucros e Resultados (PLR), apurado em conexão com o plano vigente e é reconhecido como despesa durante o período de vigência e em contrapartida do passivo, quando do atingimento das metas estabelecidas. **3.20. Resultado básico e resultado diluído por ação:** O resultado por ação básico e diluído é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas da Companhia e pela média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período (ex-tesouraria). Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o lucro básico é igual ao lucro diluído, conforme mencionado na Nota 31. **3.21. Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC):** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - IAS 7 - Demonstração dos fluxos de caixa. **3.22. Demonstrações do Valor Adicionado (DVA):** As demonstrações do valor adicionado foram preparadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Essas demonstrações possuem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia, bem como a sua distribuição durante determinado período, sendo apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte das demonstrações financeiras da controladora, e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas. As normas IFRS não requerem a apresentação dessas demonstrações. **4. Novas normas, interpretações e alterações de normas:** As seguintes principais alterações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não entraram em vigor para o exercício de 2021. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). • **Alteração ao IFRS 3 "Combinação de Negócios":** Emitida em maio de 2020, com o objetivo de substituir as referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente. A alteração ao IFRS 3 tem vigência de aplicação a partir de 1º de janeiro de 2022. A Companhia não espera impacto relevante em suas demonstrações financeiras. • **Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis":** Emitida em maio de 2020, com o objetivo de esclarecer que os passivos são classificados como circulantes ou não circulantes, dependendo dos direitos que existem no final do período. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade ou eventos após a data do relatório (por exemplo, o recebimento de um *waiver* ou quebra de *covenant*). As alterações também esclarecem o que se refere "liquidação" de um passivo à luz do IAS 1. As alterações do IAS 1 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. A Companhia não espera impacto relevante em suas demonstrações financeiras. • **Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement:** Em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. A Companhia não espera impacto relevante em suas demonstrações financeiras. • **Alteração ao IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro**: A alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente à transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. A Companhia não espera impacto relevante em suas demonstrações financeiras. Não há outras normas IFRS, interpretações IFRIC ou alterações de normas que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

5. Caixa e equivalentes de caixa: É a seguir demonstrado:

Descrição	Controladora 12/2021	Controladora 12/2020	Consolidado 12/2021	Consolidado 12/2020
Caixa	14	7	32	33
Bancos contas movimento	82	23	7.905	48.027
Aplicações financeiras	190.030	245.860	379.577	430.660
	190.126	**245.890**	**387.514**	**478.720**

As aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalentes de caixa são de liquidez imediata e estão representadas substancialmente por Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e por quotas de fundos de investimentos, e são remuneradas à taxa aproximada do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

6. Contas a receber: É composto por:

Descrição	Controladora 12/2021	Controladora 12/2020	Consolidado 12/2021	Consolidado 12/2020
Promitentes compradores de imóveis **(a)**	2	337	511.866	648.392
Serviços a receber	31	–	106	169
(–) Ajuste a valor presente **(b)**	–	–	(12.441)	(11.269)
(–) Provisão para riscos de crédito e para distratos	–	–	(23.491)	(29.504)
Total	**33**	**337**	**476.040**	**607.788**
Circulante	33	337	370.851	518.171
Não circulante	–	–	105.189	89.617

(a) A Companhia e suas controladas adotam os procedimentos descritos na Nota 3.2 para o reconhecimento contábil dos resultados auferidos nas operações com incorporação imobiliária e venda de imóveis. Em decorrência do disposto, o saldo de contas a receber das unidades imobiliárias vendidas e ainda não concluídas (Nota 17) não está refletido integralmente nas demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que o seu registro é limitado à parcela da receita reconhecida contabilmente, líquida das parcelas já recebidas; **(b)** O cálculo a valor presente aplica-se, normalmente, às contas a receber com vencimento antes da entrega das chaves, decorrente das vendas de unidades de empreendimentos imobiliários não concluídos. A taxa média utilizada para o cálculo do desconto a valor presente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de 5,36% a.a. (3,50% a.a. em 31 de dezembro de 2020). Para o saldo devedor decorrente das vendas a prazo de unidades de empreendimentos imobiliários concluídos e para o saldo devedor, com vencimento após a entrega das chaves, decorrente das vendas de unidades de empreendimentos imobiliários não concluídos, as taxas de juros previstas nos contratos são compatíveis com as taxas de mercado aplicáveis às negociações similares. As contas a receber de clientes no decorrer da fase de construção dos empreendimentos imobiliários são atualizadas com base no Índice Nacional da Construção Civil (INCC). Após a entrega das chaves (empreendimentos imobiliários concluídos), as parcelas em aberto remanescentes do preço de venda normalmente são atualizadas pelo Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M) e acrescidas de juros de mercado. As contas a receber de clientes sujeitas a juros notoriamente abaixo do mercado para transações semelhantes e/ou atualizadas somente por inflação, sem juros, são ajustadas a valor presente com base na taxa média praticada pela Companhia para concessão de desconto sobre o preço da tabela de vendas ou à sua taxa média de captação, dos dois o maior. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de contas a receber consolidado, da parcela circulante e não circulante, era assim distribuído:

	12/2021
Vencidos:	85.306
de 0 a 90 dias **(a)**	
de 91 a 180 dias	4.724
de 181 a 360 dias	1.130
acima de 360 dias	16.044
	107.204
A vencer:	
de 0 a 90 dias	94.535
de 91 a 180 dias	156.456
de 181 a 360 dias	40.954
Acima de 360 dias	112.823
	404.768
	511.972
Provisão para riscos de crédito e distratos	(23.491)
Ajuste a valor presente	(12.441)
	(35.932)
	476.040

(a) Em 31 de dezembro de 2021, do total de títulos vencidos de 0 a 90 dias, aproximadamente 82% se referem a clientes que estão em fase de análise para a obtenção de financiamento bancário visando o posterior repasse. Os empreendimentos em repasse bancário em 31 de dezembro de 2021 eram Viva Mar - Condomínio Sabiá, Domy Vila Mariana, Omni Ibirapuera, Altez Ipiranga, Elev Vila Prudente e Elev Barra Funda. Como informação suplementar, o saldo de contas a receber financeiro de promitentes compradores de imóveis, considerando aquele ainda não realizado e não refletido nas demonstrações financeiras (Nota 17), adicionado ao saldo contábil em 31 de dezembro de 2021, já deduzido das parcelas recebidas, pode ser assim demonstrado:

Descrição	12/2021	12/2020
Circulante	399.043	554.799
Não circulante	112.823	93.593
Contas a receber contábil	**511.866**	**648.392**
Receita de vendas a apropriar (Nota 17)	478.088	468.568
Adiantamento de clientes (Nota 19)	(108.373)	(67.918)
	881.581	**1.049.042**

7. Créditos diversos: É composto por:

Descrição	Controladora 12/2021	Controladora 12/2020	Consolidado 12/2021	Consolidado 12/2020
Adiantamento a fornecedores	143	272	1.430	631
Comissões de vendas a apropriar	–	–	3.189	2.972
Depósitos judiciais (Nota 20.1)	–	386	1.314	4.124
Outros créditos diversos	3.182	1.978	3.520	5.648
Total	**3.325**	**2.636**	**9.453**	**13.375**
Circulante	3.325	2.250	8.139	8.035
Não circulante	–	386	1.314	5.340

8. Imóveis a comercializar

Representados pelos custos de aquisição de terrenos para futuras incorporações imobiliárias (mediante permutas ou pagamento em espécie), custos incorridos com unidades imobiliárias em construção e custo das unidades imobiliárias concluídas, conforme seguem:

Descrição	Controladora 12/2021	Controladora 12/2020	Consolidado 12/2021	Consolidado 12/2020
Terrenos para futuras incorporações	2.540	1.879	714.392	603.984
Imóveis em construção	–	–	511.657	285.723
Imóveis concluídos	–	173	104.469	69.792
Total	**2.540**	**2.052**	**1.330.518**	**959.499**
Circulante	2.540	2.052	801.686	673.219
Não circulante	–	–	528.832	286.280

9. Partes relacionadas: 9.1. Saldos de transações com partes relacionadas

A Companhia participa do desenvolvimento de empreendimentos de incorporação imobiliária em conjunto com outros parceiros de forma direta ou por meio de partes relacionadas, mediante participação societária, bem como em estruturas societárias segregadas. A estrutura de administração destes empreendimentos e o gerenciamento de caixa são centralizados na empresa líder do empreendimento, que fiscaliza o desenvolvimento das obras e os orçamentos. Assim, o líder do empreendimento assegura que as aplicações de recursos necessários sejam alocadas de acordo com o planejado. As origens e aplicações de recursos dos empreendimentos estão refletidas nestes saldos, com observação do respectivo percentual de participação, os quais não estão sujeitos à atualização ou encargos financeiros e não possuem vencimento predeterminado. O prazo médio de desenvolvimento e finalização dos empreendimentos em que se encontra aplicado os recursos é de três anos, sempre com base nos projetos e cronogramas físico-financeiros de cada obra. Esta forma de alocação dos recursos permite que as condições negociais acertadas com cada parceiro e, em cada empreendimento, fiquem concentradas em estruturas específicas e mais adequadas às suas características. Os saldos com partes relacionadas decorrentes dos empreendimentos imobiliários com parceiros e em estruturas societárias segregadas estão assim apresentados:

Ativo não circulante

Descrição	Controladora 12/2021	Controladora 12/2020	Consolidado 12/2021	Consolidado 12/2020
Jardim Amaralina Empreend. Imob.	2.110	–	2.110	–
Ribeirão III Empreend. Imob.	–	–	333	373
Ribeirão VIII Empreend. Imob.	–	–	11	11
Ribeirão Golf Empreend. Imob.	–	54	105	–
Imovele Alpha Empreend. Imob.	–	–	2.818	2.839
Imoleve Osasco Empr. Imob. Ltda.	–	–	305	368
Imoleve Vila Mascote Empr. Imob.	–	131	256	–
Vivant São Caetano Empreend. Imob.	–	–	623	629
Imoleve Santana Empreend. Imob.	–	10	246	–
Calamuchita Empreend. Imob.	477	884	–	–
AGEO Empreend. Imob.	210	–	210	–
Astana Empreend. Imob.	1.684	–	–	–
Soc. Incorp. Residencial Sandri	1.722	1.922	–	–
Soc. Incorp. Residencial Ceilandia	–	157	–	–
Marosa Empreend.Imob.	27.321	18.738	–	–
Morioka Empreend. Imob.	–	4.012	–	
Ag-Plan Empreend. Imob.	–	–	–	176
Taquari Empreend. Imob.	–	–	180	180
Cancale Empreend. Imob.	878	2.593	–	–
Ascendino Reis Empreend. Imob.	–	429	–	–
Residenz Empreend. Imob.	–	361	–	–
Boulevard do Parque Empreend. Imob.	–	56	–	–
Retiro Empreend. Imob.	289	301	315	315
Yamagata Empreend. Imob.	6.977	433	–	–
Nicolau Empreend. Imob S.A.	–	3.907	13.181	7.861
Omaguas empreend. Imob.	147	–	–	–
Trisul Lotus Empreend. Imob.	–	–	1.277	–
Trisul Paulistânia Empreend. Imob.	4.215	7.815	–	–
Trisul Quisqualis Empreend. Imob.	–	5.106	–	–
Trisul Spigelia Empreend. Imob.	245	–	–	–
Trisul 1 Empreend. Imob.	17.973	5.864	–	–
Trisul 3 Empreend. Imob	11.078	9.929	–	–
Trisul 4 Empreend. Imob.	–	8.511	–	–
Trisul 5 Empreend. Imob.	–	158	–	–
Trisul 8 empreend. Imob.	1.926	–	–	–
Trisul 9 Empreend. Imob.	2.469	2.469	–	–
Trisul 10 Empreend. Imob.	–	7.287	–	–
Trisul 20 Empreend. Imob.	11.711	8.730	–	–
Trisul 22 Empreend. Imob.	1.602	–	–	–
Trisul 23 Empreend. Imob.	2.612	596	–	–
Trisul 27 Empreend. Imob.	6.506	–	–	–
Trisul 28 Empreend. Imob.	698	–	–	–
Cuxiponés Empreend. Imob.	6.129	7.039	6.129	7.039
J. Tavora Empreendimentos	–	–	10.174	9.083
Total	**108.979**	**97.492**	**38.273**	**28.874**

Passivo circulante

Descrição	Controladora 12/2021	Controladora 12/2020	Consolidado 12/2021	Consolidado 12/2020
Incosul Incorporação e Construção	2.703	38.304	–	–
Tricury Construções e Participações	6.555	40.349	–	–
Boulevard do Parque Empreend. Imob.	167	–	–	–
Molise Empreend. Imob.	38	74	–	–
Ribeirão III Empreend. Imob.	1.342	1.492	–	–
Ribeirão VIII Emprend. Imob.	32	33	–	–
Ribeirão Golf Emprend. Imob.	446	–	–	28
Astana Empreend. Imob.	–	6.536	–	–
Roermond Empreend. Imob.	266	1.922	–	–
Barinas Empreend. Imob.	178	9.856	–	–
Imoleve Alpha Empreend. Imob.	1.887	1.898	–	–
Imoleve Osasco Empreend. Imob.	773	530	–	–
Imoleve Santana Empreend. Imob.	492	–	–	5
Imoleve Vila Mascote Empreend. Imob.	769	–	–	44
Vespaziano Empreend. Imob.	–	–	874	874
Masb 40 Empreend. Imob.	5.621	5.550	–	–
MMCC Empreend. Imob.	–	–	145	145
Nicolau Empreend. Imob.	4.073	–	–	–
Residenz Empreend. Imob.	100	–	–	–
Vera Incorporadora	272	292	272	292
Dijon Empreend. Imob.	–	–	–	132
Hank Empreend. Imob.	–	–	–	214
Hank II Empreend. Imob.	–	–	554	578
Helmond Empreend. Imob.	50	3.075	–	–
Donegal Empreend. Imob.	486	2.307	–	–
Ascendino Reis Empreend. Imob.	–	–	–	184
Trisul Trimezia Empr. Imob.	981	12.918	–	–
Trisul Acorus Empreend. Imob.	796	12.113	–	–
Trisul Amaranthus Empr. Imob.	798	12.335	–	–
Trisul Anthriscus Empreend Imob.	564	10.918	–	–
Trisul Artemisia Empr. Imob.		14.857	–	–
Trisul Mutisia Empreend. Imob.	716	31.754	–	–
Trisul Spigelia Empr. Imob.	–	18.817	–	–
Trisul Licania Empreend. Imob.	67	8.789	–	–
Trisul Myristica Empreend. Imob.	525	7.381	–	–
Trisul Callistemon Empreend. Imob.	541	11.918	–	–
Trisul Celastrus Empreend. Imob.	456	17.821	–	–
Trisul Yacon Empreend. Imob.	332	13.135	–	–
Trisul Pradosia Empreend. Imob.	645	10.992	–	–
Trisul Quisqualis Empreend. Imob.	27.145	–	–	–
Trisul Vendas Consultoria em Imóveis	499	499	–	–
Easypay Soluções de Pagamentos	100	–	–	–
Vivant São Caetano Empreend. Imob.	623	629	–	–
Sociedade Incorp. Ceilândia	450	–	–	–
Sociedade Incorp. Sandri	–	–	314	585
Najua Empreend. Imob. Ltda	642	9.919	–	–
SCP Naples Empreend. Imob.	24.910	18.864	–	–
Yamagata Empreend. Imob.	–	–	2.785	288
J. Tavora Empreend. Imob.	10.174	9.083	–	–
Itacorp Empreend. Imob. Ltda	–	–	–	49
Trisul 4 Empreend. Imob.	17.001	–	–	–
Trisul 5 Empreend. Imob.	17.778	1.393	–	–
Trisul 10 Empreend. Imob.	7.868	–	–	–
Trisul 11 Empreend. Imob.	3.335	5.865	–	–
Total	**143.196**	**342.218**	**4.944**	**3.418**

9.2. Banco Tricury S.A.: Aplicações financeiras: A Companhia, por intermédio de suas controladas, direciona parte de seus recursos em aplicações financeiras de renda fixa junto ao "Banco Tricury S.A.", o qual é parte relacionada. Na data-base de 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas controladas mantinham um montante de R$ 98.122 (R$ 96.045 em 31 de dezembro de 2020), representado substancialmente por Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), junto à referida instituição financeira. Os rendimentos proporcionados por estas aplicações financeiras são compatíveis às condições normais de mercado, com taxas médias equivalentes ao CDI.

continua ☆

continuação

TRISUL S.A. - CNPJ nº 08.811.643/0001-27

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Investimentos: 10.1. Composição e informações financeiras sumarizadas das controladas em 31 de dezembro de 2021: 10.1.1. Controladas e coligadas diretamente

	% - Participação									
	Total	Direta		12/2021			12/2020	12/2021		12/2020
Sociedade	12/2021	12/2021	12/2020	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Patrimônio líquido	Receita líquida	Resultado líquido do exercício	Resultado líquido do exercício
Incosul Incorporação e Construção Ltda.	100,00	100,00	100,00	125.552	49.563	75.989	126.386	406	209	8.859
Tricury Construções e Participações Ltda.	100,00	100,00	100,00	109.301	59.290	50.011	95.645	5.358	4.366	415
Jardim Amaralina Empreend. Imob. Ltda.	50,00	50,00	50,00	16.075	4.531	11.544	64.715	39.932	599	37.368
Retiro Empreend. Imob. Ltda.	55,00	55,00	55,00	316	307	9	5	(6)	(156)	(312)
Ribeirão VIII Empreend. Imob. Ltda.	80,00	80,00	80,00	174	111	63	148	(61)	(85)	18
Ribeirão III Empreend. Imob. Ltda.	80,00	80,00	80,00	1.722	12	1.710	1.870	–	(160)	(18)
J. J. Rodrigues Empreend. Imob. Ltda.	50,00	50,00	50,00	3.212	314	2.898	3.087	12	591	681
Ribeirão Golf Empreend. Imob. Ltda.	80,00	80,00	80,00	1.279	1.214	65	145	(1.574)	(3.221)	(3.037)
Imoleve Alpha Empreend. Imob. Ltda.	40,00	40,00	40,00	5.005	74	4.931	5.152	–	(221)	(273)
Trisul Vendas Consultoria em Imóveis Ltda.	100,00	100,00	100,00	500	462	38	39	–	(1)	(463)
Barinas Empreend. Imob. Ltda.	100,00	100,00	100,00	217	15	202	9.887	112	152	(241)
Residenz Empreend. Imob. Ltda.	100,00	100,00	100,00	102	73	29	40	–	(531)	(422)
Vivant São Caetano Empr. Imob. Ltda.	50,00	50,00	50,00	1.269	680	589	592	–	(3)	(30)
Boulevard Parque Empreend. Imob. Ltda.	100,00	100,00	100,00	263	82	181	864	–	(683)	(274)
Vera Incorporadora Ltda.	70,00	70,00	70,00	393	4	389	429	–	(40)	(82)
Molise Empreend. Imob. Ltda.	100,00	100,00	100,00	42	–	42	246	–	(203)	(70)
Calamuchita Empreend. Imobil. Ltda.	100,00	100,00	100,00	659	612	47	845	–	(1.199)	(2.031)
Imoleve Vila Mascote Empreend. Imobil.	75,00	75,00	75,00	1.064	9	1.055	1.059	–	(4)	(26)
Donegal Empreendimentos Imob. Ltda.	100,00	100,00	100,00	486	14	472	2.860	–	12	(254)
J. Távora Empreendimentos Imob. Ltda.	50,00	50,00	50,00	20.431	207	20.224	20.537	88	(292)	4.815
Helmond Empreendimentos Imob. Ltda.	100,00	100,00	100,00	50	19	31	3.057	–	(3)	(10)
Roermond Empreendimentos Imob. Ltda.	100,00	100,00	100,00	18.299	258	18.041	20.619	3.218	1.497	(2.086)
Trentino Empreendimentos Imob. Ltda.	50,00	50,00	50,00	129	48	81	101	–	(20)	(24)
Sociedade Incorpor. Ceilândia Sul S.A.	75,00	75,00	75,00	456	400	56	540	137	(1.181)	(351)
Sociedade Incorporadora Sandri S.A.	75,00	75,00	75,00	2.478	2.139	339	431	–	(1.175)	(759)
Morioka Empreend. Imob. Ltda	100,00	100,00	100,00	188.001	48.872	139.129	102.955	100.299	51.728	31.280
Imoleve Osasco Empreend. Imob. Ltda.	71,43	71,43	50,00	1.086	141	945	961	–	(16)	(129)
Cancale Empreend. Imob. Ltda.	100,00	100,00	100,00	17.233	1.117	16.116	16.989	1.509	(873)	1.188
Imoleve Santana Empreend. Imob. Ltda.	66,67	66,67	45,00	799	7	792	611	–	181	4
Astana Empreend. Imob. Ltda.	100,00	100,00	100,00	16.815	9.919	6.896	7.540	3.584	(644)	(1.727)
Trisul Artemisia Empreend. Imob. Ltda.	100,00	100,00	100,00	890	98	792	15.785	–	236	324
Trisul Yacon Empreend. Imob. Ltda.	100,00	100,00	100,00	967	65	902	13.799	–	103	273
Trisul Trimezia Empreend. Imob. Ltda.	100,00	100,00	100,00	981	55	926	12.871	–	(17)	40
Trisul Amaranthus Empreend. Imob. Ltda.	100,00	100,00	100,00	799	23	776	12.154	–	122	(245)
Trisul Pradosia Empreend. Imob. Ltda.	100,00	100,00	100,00	654	100	554	11.475	28	(21)	1.379
Trisul Acorus Empreend. Imob. Ltda.	100,00	100,00	100,00	796	68	728	12.717	668	261	778
Trisul Quisqualis Empreend. Imob. Ltda.	100,00	100,00	100,00	31.125	601	30.524	64.517	9.643	5.480	27.649
Trisul Callistemon Empreend. Imob. Ltda.	100,00	100,00	100,00	683	32	651	12.148	–	3	78
Trisul Myristica Empreend. Imob. Ltda.	100,00	100,00	100,00	1.227	133	1.094	7.942	–	193	50
Trisul Antrhiscus Empreend. Imob. Ltda.	100,00	100,00	100,00	579	21	558	11.220	–	(162)	1.082
Trisul Licania Empreend. Imob. Ltda.	100,00	100,00	100,00	243	38	205	8.743	–	(38)	(315)
Trisul Celastrus Empreend. Imob. Ltda.	100,00	100,00	100,00	458	219	239	17.366	–	(27)	2.161
Masb40 Empreend. Imob. Ltda.	100,00	100,00	100,00	7.402	67	7.335	6.796	(33)	539	283
Trisul Spigelia Empreend. Imob. Ltda.	100,00	100,00	100,00	3.192	460	2.732	21.463	(5)	869	558
Marosa Empreend. Imob. Ltda.	100,00	100,00	100,00	64.158	48.900	15.258	9.120	21.718	6.138	826
Najua Empreend. Imob. Ltda.	100,00	100,00	100,00	682	96	586	10.772	1.380	464	1.754
Trisul Mutisia Empreend. Imob. Ltda.	100,00	100,00	100,00	728	110	618	32.720	1.260	248	10.601
Yamagata Empreend. Imob. Ltda.	60,00	60,00	60,00	21.891	19.441	2.450	2.680	8.361	(230)	84
SCP Naples Empreend. Imob.	90,10	90,10	90,10	53.578	24.911	28.667	46.215	–	752	7.687
Nicolau Empreendimentos	60,00	60,00	60,00	51.700	3.530	48.170	55.460	46.047	22.709	25.079
Beirute Empreend. Imob.	100,00	100,00	100,00	34.478	3.600	30.878	39.660	33.140	12.685	10.812
Omaguas Empr. Imob.	55,00	55,00	100,00	25.523	16.425	9.098	–	–	–	4.350
Trisul 1 Empreend. Imob.	100,00	100,00	100,00	24.879	24.474	405	4.355	6.689	(3.950)	–
Trisul 3 Empreend. Imob.	100,00	100,00	100,00	70.635	35.771	34.864	16.389	57.523	18.476	1.391
Trisul 4 Empreend. Imob.	100,00	100,00	100,00	54.313	15.878	38.435	66.524	50.633	23.650	30.787
Trisul 5 Empreend. Imob.	100,00	100,00	100,00	26.854	2.519	24.335	32.186	25.247	6.149	12.906
Trisul 6 Empreend. Imob.	100,00	100,00	100,00	36.481	7.732	28.749	19.427	8.146	706	(1)
Trisul 7 Empreend. Imob.	100,00	100,00	100,00	148	–	148	150	–	(1)	(1)
Trisul 8 Empreend. Imob.	100,00	100,00	100,00	39.726	12.730	26.996	6.651	–	(2)	(1)
Trisul 9 Empreend. Imob.	100,00	100,00	100,00	65.812	20.926	44.886	35.668	23.714	9.218	7.704
Trisul 10 Empreend. Imob.	100,00	100,00	100,00	12.094	3.124	8.970	19.231	15.343	(711)	10.036
Trisul 11 Empreend. Imob.	100,00	100,00	100,00	5.467	380	5.087	18.831	(1.580)	(2.645)	11.979
Trisul 12 Empreend. Imob.	100,00	100,00	100,00	1	–	1	1	–	(1)	(1)
Trisul 15 Empreend. Imob.	100,00	100,00	100,00	1	–	1	1	–	(1)	(1)
Trisul 16 Empreend. Imob.	100,00	100,00	100,00	103.928	21.775	82.153	64.400	2.930	2.618	594
Trisul 19 Empreend. Imob.	100,00	100,00	100,00	35.858	12.396	23.462	17.487	11.718	1.626	976
Trisul 20 Empreend. Imob.	100,00	100,00	100,00	55.973	22.210	33.763	29.827	17.331	3.937	(157)
Trisul 21 Empreend. Imob.	100,00	100,00	100,00	67.003	28.323	38.680	22.750	–	(1)	(36)
Trisul 22 Empreend. Imob.	100,00	100,00	100,00	64.932	4.767	60.165	52.188	8.439	168	(2)
Trisul 23 Empreend. Imob.	100,00	100,00	100,00	44.246	10.470	33.776	18.127	11.967	(1.178)	(45)
Trisul 25 Empreend. Imob.	100,00	100,00	100,00	59.500	22.666	36.834	31.548	24.142	5.287	3.488
Trisul 26 Empreend. Imob.	100,00	100,00	100,00	34.747	8.749	25.998	13.001	7.738	(785)	(1)
Trisul 27 Empreend. Imob.	100,00	100,00	100,00	53.890	17.923	35.967	29.126	30.413	3.491	(24)
Trisul 28 Empreend. Imob.	100,00	100,00	100,00	41.514	11.435	30.079	26.474	14.835	2.364	(285)
Trisul 31 Empreend. Imob.	100,00	100,00	100,00	28.864	12.580	16.284	11.172	15.587	1.126	(2)
Trisul 33 Empreend. Imob.	100,00	100,00	100,00	17.999	1.183	16.816	15.974	605	556	105
Trisul 34 Empreend. Imob.	100,00	100,00	–	36.520	9.286	27.234	–	–	(1)	–
Trisul 35 Empreend. Imob.	100,00	100,00	–	33.480	4.653	28.827	–	–	(6)	–
Ascendino Reis Empreend. E Participações	70,00	70,00	70,00	53.111	27.054	26.057	27.540	38.912	13.305	5.766
Cuxiponés Empreend. Imob.	50,00	50,00	50,00	53.218	30.991	22.227	19.174	15.828	3.053	227
Trisul Paulistânia Empreend. Imob.	100,00	100,00	100,00	84.597	33.724	50.873	34.181	47.500	16.691	10.209
AGEO Empreend. Imob.	70,00	70,00	100,00	44.379	20.042	24.337	9.516	25.875	4.341	(4)
Osaka Empreend. Imob.	100,00	100,00	100,00	30.838	5.485	25.353	19.454	–	85	(2)
Trisul João Moura Empreend. Imob.	100,00	100,00	100,00	69.544	11.483	58.061	36.161	–	(4)	–
Trisul Fresia Empreend. Imob.	100,00	100,00	–	34.362	7.821	26.541	–	–	(1)	–
Trisul Mamona Empreend. Imob.	100,00	100,00	–	41.782	5.907	35.875	–	3	2	–
Trisul Mangaba Empreend. Imob.	100,00	100,00	–	2	–	2	–	–	–	–
Trisul Reseda Empreend. Imob.	100,00	100,00	–	49.352	80	49.272	–	–	(1)	–
Trisul Dalia Empreend. Imob.	100,00	100,00	–	57.427	21.131	36.296	–	–	–	–
Trisul Mioporo Empreend. Imob.	100,00	100,00	–	1	–	1	–	–	–	–
Easypay Soluções de Pagamentos	100,00	100,00	–	107	54	53	–	–	(157)	–
Trisul Tungue Empreend. Imob.	100,00	100,00	–	40.570	29.860	10.710	–	–	–	–

10.1.2. Controladas e coligadas indiretamente

	% - Participação									
	Total		Direta	12/2021			12/2020	12/2021		12/2020
Sociedade	12/2021	12/2021	12/2020	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Patrimônio líquido	Receita líquida	Resultado líquido do exercício	Resultado líquido do exercício
Itajuí Empreend. Imob. Ltda.	100,00	100,00	100,00	844	283	561	582	–	(21)	(203)
Ipiranga II Empreend. Imob. Ltda.	100,00	100,00	100,00	137	–	137	137	–	–	–
Gravataí Empreend. Imob. Ltda.	100,00	100,00	100,00	95	38	57	139	(157)	(279)	(353)
J. Bereta Empreend. Imob. Ltda.	100,00	100,00	100,00	447	41	406	2.678	–	12	73
Benjamin Empreend. Imob. Ltda.	100,00	100,00	100,00	281	249	32	123	(96)	(348)	(338)
H. Soler Empreend. Imob. Ltda.	100,00	100,00	100,00	951	672	279	119	(1.572)	(896)	(778)
J. Vermin Empreend. Imob. Ltda.	100,00	100,00	100,00	1	–	1	8	–	(13)	(96)
Machado de Assis Empreend. Imob. Ltda.	100,00	100,00	100,00	103	–	103	103	–	–	–
Rua do Parque Empreend. Imob. Ltda.	100,00	100,00	100,00	528	4	524	539	–	(16)	–
J. Cabral Empreend. Imob. Ltda.	100,00	100,00	100,00	101	–	101	6.261	–	(12)	(73)
Castelblanco Empreend. Imob. Ltda.	100,00	100,00	73,24	700	683	17	773	(376)	(1.256)	398
Ribeirão Niterói Empreend. Imob. Ltda.	100,00	100,00	100,00	119	52	67	4.559	–	(143)	(735)
Sugaya Empreend. Imob. Ltda.	100,00	100,00	100,00	190	54	136	180	(19)	(44)	(172)
Vossoroca Empreend. Imob. Ltda.	100,00	100,00	100,00	8.246	173	8.073	8.377	(2)	(304)	(1.715)
Taquari Empreend. Imob. Ltda.	50,00	50,00	50,00	359	28	331	336	–	(4)	(31)
Empreend. Imob. Canário 130 Ltda.	100,00	100,00	100,00	5.219	4.052	1.167	85	–	43	(1.684)
Vespaziano Empreend. Imob. Ltda.	30,00	30,00	30,00	2.914	–	2.914	2.917	–	(4)	(3)
MMCC Empreend. Imob. Ltda.	50,00	50,00	50,00	293	291	2	4	–	(2)	(145)
Rua M. Klabin Empreend. Imob. Ltda.	50,00	50,00	50,00	601	53	548	3	–	(123)	(125)
Claudino B. Empreend. Imob. Ltda.	100,00	100,00	100,00	2.543	335	2.208	2.501	–	(293)	(1.403)
Abruzo Empreend. Imob. Ltda.	100,00	100,00	100,00	14.009	289	13.720	21.060	2.106	(7.340)	(7.905)
Mikasa Empreend. Imob. Ltda.	100,00	100,00	100,00	–	–	–	244	–	(244)	–
Daisen Empreend. Imob. Ltda.	100,00	100,00	100,00	47.153	43.507	3.646	352	19.010	3.293	(678)
Limat Empreend. Imob. Ltda.	100,00	100,00	100,00	798	98	700	6.269	444	(69)	(586)
Puglia Empreend. Imob. Ltda.	100,00	100,00	100,00	14.451	14.428	23	613	9.169	(590)	(3.371)
Rosendal Empreend. Imob. Ltda	100,00	100,00	100,00	172	6	166	175	–	(9)	(39)
Magere Empreend. Imob. Ltda.	100,00	100,00	100,00	2.755	1.295	1.460	9.146	3.380	914	4.232
Kainan Empreend. Imob. SPE Ltda.	100,00	100,00	100,00	105	5	100	7	–	(57)	(8)
Alkmar Empreend. Imobil. Ltda.	100,00	100,00	100,00	30	2	28	1.278	(93)	(121)	(244)
Alta Gracia Empreend. Imobil. Ltda.	100,00	100,00	100,00	571	143	428	23.144	–	(306)	(496)
Corrientes Empreend. Imobil. Ltda	100,00	100,00	100,00	34.014	20.654	13.360	11.821	13.033	1.539	(174)
Larnaka Empreend. Imobil. Ltda	100,00	100,00	–	35.716	764	34.952	38	–	(31)	–

continua

continuação

TRISUL S.A. - CNPJ nº 08.811.643/0001-27

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

10.1.2. Controladas e coligadas indiretamente

Sociedade	% - Participação Total 12/2021	Direta 12/2021	Direta 12/2020	12/2021 Ativo	12/2021 Passivo	12/2021 Patrimônio líquido	12/2020 Patrimônio líquido	Receita líquida	12/2021 Resultado líquido do exercício	12/2020 Resultado líquido do exercício
Drentina Empreend. Imobil. Ltda.	100,00	100,00	100,00	100	3	97	3.596	–	(4)	–
Temuco Empreend. Imobil. Ltda.	100,00	100,00	100,00	28.547	717	27.830	27.931	31.197	10.094	8.926
Calama Locações para Constr. Civil Ltda.	100,00	100,00	100,00	1.658	1.527	131	52	–	(1.751)	(133)
Orense Empreend. Imobil. Ltda.	100,00	100,00	100,00	1.318	119	1.199	15.549	–	143	148
Trisul House Consultoria em Imóveis Ltda.	100,00	100,00	100,00	1.176	807	369	211	578	158	(308)
Sligo Empreend. Imobil. Ltda.	100,00	100,00	100,00	180	159	21	8.419	(14)	(162)	(38)
Sneek Empreend. Imobil. Ltda.	100,00	100,00	100,00	9.107	4.078	5.029	5.217	1.267	(188)	880
Viedma Empreendimentos Imobil. Ltda.	100,00	100,00	100,00	372	78	294	3.446	–	(6)	(198)
Anjar Empreendimentos Imobil. Ltda.	100,00	100,00	100,00	1.446	137	1.309	19.730	–	(29)	(45)
Balbek Empreendimentos Imob. Ltda.	100,00	100,00	100,00	575	15	560	4.619	–	(2)	(5)
Bordeaux Empreendimentos Imob. Ltda.	100,00	100,00	100,00	38	9	29	8.462	–	67	(213)
Ibaraki Empreendimentos Imob. Ltda.	100,00	100,00	100,00	1.494	100	1.394	19.776	–	306	122
Jazzin Empreendimentos Imob. Ltda.	100,00	100,00	100,00	3.094	42	3.052	3.139	–	(87)	(278)
Zara Empreendimentos Imob. Ltda.	100,00	100,00	100,00	42.252	20.825	21.427	25.140	33.641	8.777	11.226
Dubbo Empreend. Imob. Ltda.	100,00	100,00	100,00	1.255	14	1.241	8.891	–	(206)	135
Incosul Horto do Ipê Ltda.	60,00	60,00	60,00	19	7	12	25	(23)	(53)	7
Hank Empreend. e Constr. Ltda.	50,00	50,00	50,00	–	–	–	417	–	11	–
AG-Plan Empreend. Imob. Ltda.	50,00	50,00	50,00	–	–	–	350	–	(5)	(11)
Dijon Incorporação Ltda.	50,00	50,00	50,00	–	–	–	59	–	73	–
Hank II Empreend. e Constr. Ltda.	50,00	50,00	50,00	1.120	31	1.089	1.104	–	(15)	(90)
Itacorp Empreend. Imob. Ltda.	50,00	50,00	50,00	42.683	3.293	39.390	38.999	9.634	6.171	14.484
Algarve Incorporadora Ltda.	100,00	100,00	100,00	1.142	77	1.065	3.377	(1)	88	(171)
Salaverry Empreend. Imob. Ltda.	100,00	100,00	50,00	1.446	605	841	583	–	258	(102)
Trisul Lotus Empreendimentos Imobil. Ltda.	64,10	64,10	100,00	14.073	2.304	11.769	7.501	76	68	–

10.2. Movimentação dos investimentos:

10.2.1. Controladas e coligadas diretamente: Em 31 de dezembro de 2021:

Sociedade	Saldos em 12/2020	Adiantamentos/ subscrição de capital/baixas	Dividendos	Equivalência patrimonial	Saldos em 12/2021
Sociedades consolidadas					
Incosul Incorp.Constr.	126.385	(50.605)	–	209	75.989
Tricury Constrs. Partic.	95.645	(50.000)	–	4.366	50.011
Retiro Empreend. Imob.	3	160	–	(158)	5
Ribeirão VIII Empreend. Imob.	118	–	–	(67)	51
Ribeirão III Empreend. Imob.	1.496	–	–	(128)	1.368
Ribeirão Golf Empreend. Imob.	116	2.513	–	(2.577)	52
Imoleve Alpha Empreend. Imob.	2.061	–	–	(88)	1.973
Trisul Vendas Consultoria Imobiliária	39	–	–	(1)	38
Barinas Empreend. Imob.	9.887	(9.838)	–	153	202
Residenz Empreend. Imob.	40	520	–	(531)	29
Vivant S.Caetano Empreend. Imob.	296	–	–	(1)	295
Boulevard do Parque Empreend. Imob.	864	–	–	(683)	181
Molise Empreend. Imob.	246	–	–	(204)	42
Calamuchita Empreend. Imob.	845	400	–	(1.198)	47
Imoleve Vila Mascote Empreend. Imob.	794	–	–	(3)	791
Donegal Empreend. Imob.	2.860	(2.400)	–	12	472
J.Távora Empreend. Imob.	10.268	–	–	(156)	10.112
Helmond Empreend. Imob.	3.057	(3.022)	–	(4)	31
Roermond Empreend. Imob.	20.619	–	(4.074)	1.496	18.041
Sociedade Incorp. Ceilandia Sul	405	697	–	(1.060)	42
Sociedade Incorporadora Sandri	322	813	–	(881)	254
Morioka Empreend. Imob.	102.954	–	(15.553)	51.728	139.129
Imoleve Osasco Empreend. Imob.	481	206	–	(12)	675
Cancale Empreendimentos	16.989	–	–	(873)	16.116
Imoleve Santana Empreend. Imob.	275	132	–	121	528
Astana Empreend. Imob.	7.540	–	–	(644)	6.896
Trisul Artemesia Empreend. Imob.	15.785	(15.229)	–	236	792
Trisul Yacon Empreend. Imob.	13.799	(13.000)	–	103	902
Trisul Trimezia Empreend. Imob.	12.871	(11.927)	–	(18)	926
Trisul Aramanthus Empreend. Imob.	12.154	(11.500)	–	122	776
Trisul Pradosia Empreend. Imob.	11.475	(10.900)	–	(21)	554
Trisul Acorus Empreend. Imob.	12.717	(12.250)	–	261	728
Trisul Quisqualis Empreend. Imob.	64.517	(39.474)	–	5.481	30.524
Trisul Callistemon Empreend. Imob.	12.148	(11.500)	–	3	651
Trisul Myristica Empreend. Imob.	7.942	(7.041)	–	193	1.094
Trisul Antrhiscus Empreend. Imob.	11.220	(10.500)	–	(162)	558
Trisul Licania Empreend. Imob.	8.743	(8.500)	–	(38)	205
Trisul Celastrus Empreend. Imob.	17.366	(17.100)	–	(27)	239
Masb 40 Empreend. Imob.	6.796	–	–	539	7.335
Trisul Spigelia Empreend. Imob.	21.463	(19.600)	–	869	2.732
Marosa Empreend. Imob.	9.120	–	–	6.138	15.258
Najua Empreend. Imob.	10.772	(10.650)	–	464	586
Trisul Mutisia Empreend. Imob.	32.720	(32.350)	–	248	618
-Yamagata Empreend. Imob.	1.608	–	–	(138)	1.470
SCP Naples Empreend. Imob.	41.640	(18.300)	–	2.489	25.829
Nicolau Empreend. Imob.	33.276	–	(18.000)	13.626	28.902
Beirute Empreend. Imob.	39.660	–	(21.467)	12.685	30.878
Trisul 1 Empreend. Imob.	4.354	–	–	(3.949)	405
Trisul 2 Empreend. Imob.	–	5.004	–	–	5.004
Trisul 3 Empreend. Imob.	16.389	–	–	18.475	34.864
Trisul 4 Empreend. Imob.	66.524	–	(49.230)	21.141	38.435
Trisul 5 Empreend. Imob.	32.186	–	(14.000)	6.149	24.335
Trisul 6 Empreend. Imob.	19.427	8.616	–	706	28.749
Trisul 7 Empreend. Imob.	150	–	–	(2)	148
Trisul 8 Empreend. Imob.	6.651	20.347	–	(2)	26.996
Trisul 9 Empreend. Imob.	35.668	–	–	9.218	44.886
Trisul 10 Empreend. Imob.	19.231	–	(9.550)	(711)	8.970
Trisul 11 Empreend. Imob.	18.831	–	(11.100)	(2.644)	5.087
Trisul 12 Empreend. Imob.	1	1	–	(1)	1
Trisul 14 Empreend. Imob.	–	1	–	–	1
Trisul 15 Empreend. Imob.	1	1	–	(1)	1
Trisul 16 Empreend. Imob.	64.400	15.136	–	2.617	82.153
Trisul 17 Empreend. Imob.	–	1	–	–	1
Trisul 18 Empreend. Imob.	–	1	–	–	1
Trisul 19 Empreend. Imob.	17.487	4.349	–	1.626	23.462
Trisul 20 Empreend. Imob.	29.827	–	–	3.936	33.763
Trisul 21 Empreend. Imob.	22.750	15.931	–	(1)	38.680
Trisul 22 Empreend. Imob.	52.188	7.810	–	167	60.165
Trisul 23 Empreend. Imob.	18.127	16.828	–	(1.179)	33.776
Trisul 25 Empreend. Imob.	31.548	–	–	5.286	36.834
Trisul 26 Empreend. Imob.	13.001	13.782	–	(785)	25.998
Trisul 27 Empreend. Imob.	29.126	3.350	–	3.491	35.967
Trisul 28 Empreend. Imob.	26.474	1.241	–	2.364	30.079
Trisul 31 Empreend. Imob.	11.172	3.985	–	1.126	16.283
Trisul 33 Empreend. Imob.	15.974	286	–	556	16.816
Trisul 34 Empreend. Imob.	–	27.235	–	(1)	27.234
Trisul 35 Empreend. Imob.	–	28.833	–	(6)	28.827
Ascendino Reis Empreend. Imob.	19.278	–	(10.351)	9.313	18.240
Trisul Paulistânia Empreend. Imob.	34.181	–	–	16.691	50.872
AGEO Empreend. Imob.	9.516	(9.516)	–	–	–
Osaka Empreend. Imob.	19.454	5.814	–	85	25.353
Trisul João Moura Empreend. Imob.	36.161	21.904	–	(4)	58.061
Trisul Fresia Empreend. Imob.	–	26.542	–	(1)	26.541
Trisul Mamona Empreend. Imob.	–	35.873	–	2	35.875
Trisul Mangaba Empreend. Imob.	–	2	–	–	2
Trisul Reseda Empreend. Imob.	–	49.272	–	–	49.272
Trisul Dalia Empreend. Imob	–	36.296	–	–	36.296
Trisul Mioporo Empreend. Imob.	–	1	–	–	1
Easypa Soluções de Pagamentos	–	210	–	(157)	53
Trisul Tungue Empreend. Imob.	–	10.710	–	–	10.710
	1.472.474	(10.399)	(153.325)	185.374	1.494.124

Sociedade	Saldos em 12/2020	Adiantamentos/ subscrição de capital/baixas	Dividendos	Equivalência patrimonial	Saldos em 12/2021
Não consolidadas					
Jardim Amaralina Empreend. Imob.	32.357	–	(26.884)	299	5.772
J.J. Rodrigues Empreend. Imob.	1.544	–	(391)	296	1.449
Vera Incorporadora	301	–	–	(28)	273
Trentino Empreend. Imob.	50	–	–	(10)	40
Cuxiponés Empreend. Imob.	9.587	–	–	1.527	11.114
AGEO Empreend. Imob.	–	13.996	–	3.040	17.036
Nota 10.2.2	43.839	13.996	(27.275)	5.124	35.684
	1.516.313	3.597	(180.600)	190.498	1.529.808

10.2.2. Controladas e coligadas indiretamente: Em 31 de dezembro de 2021:

Sociedade	Saldos em 12/2020	Adiantamentos/ subscrição de capital/baixas	Dividendos	Equivalência patrimonial	Saldos em 12/2021
Sociedades Consolidadas					
Itajui Empreend. Imob.	582	–	–	(21)	561
Ipiranga II Empreend. Imob.	137	–	–	–	137
Gravatai Empreend. Imob.	139	197	–	(279)	57
J. Bereta Empreend. Imob.	2.678	(2.284)	–	12	406
Benjamin Empreend. Imob.	123	257	–	(348)	32
H. Soler Empreend. Imob.	119	1.056	–	(896)	279
J. Vermin Empreend. Imob.	8	5	–	(12)	1
Machado de Assis Empreend. Imob.	104	–	–	–	104
Rua do Parque Empreend. Imob.	538	–	–	(14)	524
J. Cabral Empreend. Imob.	6.261	(6.148)	–	(12)	101
Castelblanco Empreend. Imob.	773	500	–	(1.256)	17
Ribeirão Niteroi Empreend. Imob.	4.559	(4.349)	–	(143)	67
Sugaya Empreend. Imob.	180	–	–	(44)	136
Vossoroca Empreend. Imob.	8.377	–	–	(304)	8.073
Taquari Empreend. Imob.	168	–	–	(2)	166
Empreend. Imob. Canário 130	85	1.039	–	43	1.167
MMCC Empreend. Imob.	2	–	–	(1)	1
Rua M. Klabin Empreend. Imob.	2	668	–	(396)	274
Claudino B. Empreend. Imob.	2.501	–	–	(293)	2.208
Abruzo Empreend. Imob.	21.060	–	–	(7.340)	13.720
Mikasa Empreend. Imob.	244	–	–	(244)	–
Daisen Empreend. Imob.	352	–	–	3.294	3.646
Limat Empreend. Imob.	6.269	(5.500)	–	(69)	700
Puglia Empreend. Imob.	613	–	–	(590)	23
Rosendal Empreend. Imob.	175	–	–	(9)	166
Magere Empreend. Imob.	9.146	(8.600)	–	914	1.460
Kainan Empreend. Imob.	7	150	–	(57)	100
Alkmar Empreend. Imob.	1.278	(1.129)	–	(121)	28
Alta Gracia Empreend. Imob.	23.144	(22.410)	–	(306)	428
Corrientes Empreend. Imob.	11.821	–	–	1.539	13.360
Larnaka Empreend. Imob.	38	34.946	–	(32)	34.952
Drentina Empreend. Imob.	3.596	(3.496)	–	(3)	97
Temuco Empreend. Imob.	27.931	–	(10.194)	10.093	27.830
Calama Locações Ltda.	52	1.830	–	(1.751)	131
Orense Empreend. Imob.	15.549	(14.493)	–	143	1.199
Trisul House Consultoria em Imóveis	211	–	–	158	369
Sligo Empreend. Imob.	8.419	(8.235)	–	(163)	21
Sneek Empreend. Imob.	5.217	–	–	(188)	5.029
Viedma Empreend. Imob.	3.446	(3.146)	–	(6)	294
Anjar Empreend. Imob.	19.730	(18.392)	–	(29)	1.309
Balbek Empreend. Imob.	4.619	(4.057)	–	(2)	560
Bordeaux Empreend. Imob.	8.462	(8.500)	–	67	29
Ibaraki Empreend. Imob.	19.776	(18.688)	–	306	1.394
Jazzin Empreend. Imob.	3.139	–	–	(87)	3.052
Zara Empreend. Imob.	25.140	(12.490)	–	8.777	21.427
Dubbo Empreend. Imob.	8.891	(7.444)	–	(206)	1.241
Incosul Horto do Ipe	25	40	–	(53)	12
AG-Plan Empreend. Imob.	175	(172)	–	(3)	–
Algarve Incorporadora Ltda.	3.377	(2.400)	–	88	1.065
Salaverry Empreend. Imob.	583	–	–	258	841
Trisul Lotus Empreend. Imob.	7.501	(7.501)	–	–	–

Sociedade	Saldos em 12/2020	Adiantamentos/ subscrição de capital/baixas	Dividendos	Equivalência patrimonial	Saldos em 12/2021
Não Consolidadas					
Vespaziano Empreend. Imob.	875	–	–	(1)	874
Hank Empreend e Construções Ltda.	208	–	(214)	6	–
Dijon Incorporadora Ltda.	29	–	(132)	103	–
Hank II Empreend e Construções Ltda.	552	–	–	(8)	544
Trisul Lotus Empreend. Imob.	–	7.501	–	43	7.544
Itacorp Empreend. Imob.	19.500	–	(2.981)	3.177	19.696
Total	21.164	7.501	(3.327)	3.320	28.658
Total diretas não consolidadas (Nota 10.2.1)	43.839	13.996	(27.275)	5.124	35.684
Total não consolidadas	65.003	21.497	(30.602)	8.444	64.342

11. Imobilizado

É composto por:

Descrição	Taxa média de depreciação	Controladora 12/2021	Controladora 12/2020	Consolidado 12/2021	Consolidado 12/2020
Estandes de vendas e apartamentos-modelo decorados	48 a 66	–	–	33.159	27.994
Móveis e utensílios	10	–	139	–	187
Máquinas e equipamentos	10	113	113	113	2.579
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20	2.231	856	2.231	856
Instalações	10	10	10	10	10
Computadores e periféricos	20	4.761	3.512	4.761	3.512
Direitos de uso de imóvel	25 a 50	8.196	6.354	8.196	6.354
Outros	10	40	40	40	94
Subtotal		15.351	11.024	48.510	41.586
(–) Depreciação acumulada		(7.785)	(7.093)	(21.607)	(22.816)
Total do imobilizado líquido		7.566	3.931	26.903	18.770

O ativo imobilizado (consolidado) modificou-se no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, conforme segue:

Descrição	Saldos em 12/2020	Adições	Baixas	Saldos em 12/2021
Estandes de vendas e apartamentos-modelo decorados	27.994	19.772	(14.607)	33.159
Móveis e utensílios	187	–	(187)	–
Máquinas e equipamentos	2.579	–	(2.466)	113
Benfeitorias em imóveis de terceiros	856	1.375	–	2.231
Instalações	10	–	–	10
Computadores e periféricos	3.512	1.249	–	4.761
Direitos de uso	6.354	3.003	(1.161)	8.196
Outros	94	–	(54)	40
Subtotal	41.586	25.399	(18.475)	48.510
(-) Depreciação acumulada	(22.816)	(17.266)	18.475	(21.607)
Imobilizado líquido	18.770	8.133	–	26.903

12. Intangível: É composto por:

Descrição	Controladora 12/2021	Controladora 12/2020	Consolidado 12/2021	Consolidado 12/2020
Direitos de uso de softwares/website **(a)**	7.070	5.289	7.070	5.289
(–) Amortização acumulada	(4.469)	(3.821)	(4.469)	(3.821)
Total do intangível líquido	2.601	1.468	2.601	1.468

(a) Direitos de uso de softwares e de website, que são amortizados no prazo de cinco anos. O ativo intangível (consolidado) modificou-se no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, conforme segue:

Descrição	Saldos em 12/2020	Adições	Baixas	Saldos em 12/2021
Direito de uso de software/website	5.289	1.781	–	7.070
(–) Amortização	(3.821)	(648)	–	(4.469)
Intangível líquido	1.468	1.133	–	2.601

continua

continuação

TRISUL S.A. - CNPJ nº 08.811.643/0001-27

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Empréstimos, financiamentos e debêntures:
13.1. Empréstimos e financiamentos

Descrição	Controladora 12/2021	Controladora 12/2020	Consolidado 12/2021	Consolidado 12/2020
Financiamentos para construção **(a)**	–	–	172.739	179.942
Empréstimos para capital de giro **(b)**	123.127	135.709	150.857	183.807
Total	**123.127**	**135.709**	**323.596**	**363.749**
Circulante	67.531	72.923	93.066	135.051
Não circulante	55.596	62.786	230.530	228.698

(a) Financiamentos para construção em moeda nacional com taxas que variam entre 2,76% a.a. e 8,63% a.a., acrescidos de variação da Taxa Referencial (TR); **(b)** Empréstimos em moeda nacional com taxas que variam entre 1,35% a.a. e 4,25% a.a., acrescidos da variação do CDI. A composição da parcela não circulante em 31 de dezembro de 2021, por ano de vencimento, pode ser assim demonstrada:

Ano de vencimento	Controladora	Consolidado
2023	31.756	170.485
2024	23.840	60.045
Total	**55.596**	**230.530**

Garantias: Os financiamentos para construção possuem como garantia a hipoteca de cada obra, instrumentos de fiança dos acionistas e o penhor de recebíveis imobiliários, conforme cada caso em específico. Os empréstimos para capital de giro são garantidos por quotas de sociedades controladas, garantia real de bens, fianças e alienação fiduciária de imóveis. Determinadas operações de capital de giro estão subordinadas a condições restritivas de natureza operacional e de gestão, bem como relacionadas a índices de performance financeira, a fim de que não ocorra o seu vencimento antecipado. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia está adimplente com os respectivos compromissos. **13.2. Debêntures:**

Descrição	Controladora/Consolidado 12/2021	Controladora/Consolidado 12/2020
Circulante	53.026	11.317
Não circulante	265.927	166.183
Total	**318.953**	**177.500**

A composição da parcela não circulante em 31 de dezembro de 2021, por ano de vencimento, pode ser assim demonstrada:

Ano de vencimento	Controladora/Consolidado
2023	42.540
2024	86.824
2025	86.839
2026	49.724
Total	**265.927**

Em março de 2019, a Companhia fez a 6ª emissão de debêntures simples com o registro da escritura particular, com a emissão de 80 (oitenta) debêntures simples para distribuição pública com esforços restritos, não conversíveis em ações, com espécie de garantia real, do tipo escritural, da forma nominativa e sem emissão de cautela ou certificados, em série única com valor unitário de R$500 (quinhentos mil Reais). O valor nominal das debêntures deverá ser pago em sete parcelas semestrais, iguais e sucessivas, tendo ocorrido o primeiro pagamento em março de 2020 e o último pagamento possui previsão para liquidação em março de 2023. A taxa de remuneração das debêntures é de 3,20% a.a. acrescida da variação do CDI. O pagamento dos juros é feito mensalmente. A 6ª emissão de debêntures simples é garantida pela alienação fiduciária das ações ordinárias dos acionistas controladores. As debêntures, referentes a 6ª emissão, não possuem cláusulas restritivas vinculadas a índices econômicos e financeiros. Em dezembro de 2020, a Companhia fez a 7ª emissão de debêntures simples com o registro da escritura particular, com a emissão de 150.000 (cento e cinquenta mil) debêntures simples para distribuição pública com esforços restritos, não conversíveis em ações, com espécie de garantia real, do tipo escritural, da forma nominativa e sem emissão de cautela ou certificados, em série única com valor unitário de R$1 (hum mil Reais). O valor nominal das debêntures deverá ser pago em oito parcelas semestrais, iguais e sucessivas, sendo que o primeiro pagamento possui previsão para liquidação em junho de 2022 e o último pagamento possui previsão para liquidação em dezembro de 2025. A taxa de remuneração das debêntures é de 2,45% a.a. acrescida da variação do CDI. O pagamento dos juros é feito semestralmente. As debêntures, referentes a 7ª emissão, possuem cláusulas restritivas vinculadas a índices econômicos e financeiros. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia está adimplente com todas as cláusulas de vencimentos antecipado. Em setembro de 2021, a Companhia fez a 8ª emissão de debêntures simples com o registro da escritura particular, com a emissão de 150.000 (cento e cinquenta mil) debêntures simples para distribuição pública com esforços restritos, não conversíveis em ações, com espécie de garantia real, do tipo escritural, da forma nominativa e sem emissão de cautela ou certificados, em série única com valor unitário de R$1 (um mil Reais). O valor nominal das debêntures deverá ser pago em seis parcelas semestrais, iguais e sucessivas, sendo que o primeiro pagamento possui previsão para liquidação em março de 2024 e o último pagamento possui previsão para liquidação em setembro de 2026. A taxa de remuneração das debêntures é de 1,90% a.a. acrescida da variação do CDI. O pagamento dos juros é feito semestralmente. As debêntures, referentes a 8ª emissão, possuem cláusulas restritivas vinculadas a índices econômicos e financeiros. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia está adimplente com todas as cláusulas de vencimentos antecipado. **14. Obrigações trabalhistas e tributárias:** Representam as obrigações trabalhistas e tributárias correntes, conforme seguem:

Descrição	Controladora 12/2021	Controladora 12/2020	Consolidado 12/2021	Consolidado 12/2020
Contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS)	70	–	1.836	1.512
Programa de integração social e do programa de formação do patrimônio do servidor público (PIS/PASEP)	11	–	406	331
Imposto de renda sobre o lucro (IRPJ)	–	–	1.550	1.213
Contr. social s/ o lucro líquido (CSLL)	–	–	984	669
Imposto de renda retido na fonte (IRRF)	58	63	292	141
Imposto sobre serviço de qualquer natureza (ISS)	3	5	308	351
Retenção - PIS/COFINS/CSLL	22	26	193	201
Participação nos lucros e resultados - PLR (nota 27)	6.345	8.952	6.345	8.952
Salários e benefícios a pagar	78	73	78	73
Encargos sociais	307	161	1.316	1.102
Provisões trabalhistas	745	569	2.238	2.064
Total	**7.639**	**9.849**	**15.546**	**16.609**

15. Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido): O imposto de renda, a contribuição social, o PIS e a COFINS diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais decorrentes de diferenças temporárias entre a base fiscal, que determina a tributação conforme o recebimento das vendas de imóveis - Instrução Normativa nº 84/79 da Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB), e a apropriação do lucro imobiliário conforme descrito na Nota 3.2. **15.1. Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social:** A reconciliação dos montantes de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro pode ser assim demonstrada:

	Controladora 12/2021	Controladora 12/2020	Consolidado 12/2021	Consolidado 12/2020
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	120.552	170.092	149.420	201.519
Ajustes para refletir a alíquota efetiva				
Resultado de participações societárias	(190.498)	(225.240)	(8.444)	(26.244)
Base de cálculo	**(69.946)**	**(55.148)**	**140.976**	**175.275**
Alíquota aplicável	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculada	–	–	(47.932)	(59.594)
Efeito líquido de controladas tributadas pelo lucro presumido e Regime Especial de Tributação (RET)	–	–	30.477	41.701
Imposto de renda e contribuição social no resultado	–	–	**(17.455)**	**(17.893)**
Corrente	–	–	(19.833)	(17.263)
Diferido	–	–	2.378	(630)

A Trisul S.A. (controladora), submetida ao regime tributário de lucro real, não reconheceu o imposto de renda diferido ativo sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social por não possuir perspectiva de geração de resultados tributáveis futuros, devido à atividade operacional de holding, desta forma, a Administração não provisionou o imposto de renda diferido, em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 32 - Tributos sobre o Lucro. **15.2. Composição dos impostos e contribuições diferidos:**

Passivo

Descrição	Consolidado 12/2021	Consolidado 12/2020
PIS/COFINS	8.193	11.481
IRPJ	5.828	7.351
CSLL	2.924	3.809
Total	**16.945**	**22.641**
Circulante	13.623	19.601
Não circulante	3.322	3.040

15.3. Composição do IRPJ e da CSLL, correntes e diferidos (no resultado)

Corrente

Descrição	Consolidado 12/2021	Consolidado 12/2020
CSLL	(6.760)	(5.922)
IRPJ	(13.073)	(11.341)
Total	**(19.833)**	**(17.263)**

Diferido

Descrição	Consolidado 12/2021	Consolidado 12/2020
CSLL	889	(211)
IRPJ	1.489	(419)
Total	**2.378**	**(630)**

16. Credores por imóveis compromissados

Representam as obrigações a pagar decorrentes da aquisição de terrenos para incorporação imobiliária, conforme seguem:

Descrição	Consolidado 12/2021	Consolidado 12/2020
Circulante	96.161	106.837
Não Circulante	72.816	78.194
Total	**168.977**	**185.031**

Ano de vencimento	Consolidado
2023	72.816

Os credores por imóveis compromissados são substancialmente atualizados pela variação do Índice Nacional da Construção Civil (INCC), Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPC-A) ou pelo Índice Geral de Preço do Mercado (IGP-M), acrescido de juros, quando aplicável. **17. Operações com venda de imóveis a incorrer:** Conforme mencionado na Nota 3.2, o resultado das operações imobiliárias é apropriado com base no custo incorrido, assim sendo, o saldo de contas a receber das unidades comercializadas e ainda não concluídas está refletido parcialmente nas demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que o seu registro contábil reflete a receita reconhecida, líquida das parcelas já recebidas. As receitas brutas a serem apropriadas decorrentes de unidades imobiliárias vendidas de empreendimentos em construção (não concluídos) e os respectivos compromissos de custos a serem incorridos com relação às unidades vendidas e as unidades em estoques, não estão refletidos nas demonstrações financeiras. Os principais saldos a serem apropriados, relacionados aos empreendimentos imobiliários lançados e em construção, são demonstrados a seguir:

	12/2021	12/2020
Receita de vendas a apropriar de unidades vendidas (a)		
Receita de vendas contratadas	2.017.176	1.824.599
Receita de vendas apropriadas, líquidas de distratos	(1.539.088)	(1.356.031)
	478.088	**468.568**
Custo orçado a apropriar de unidades vendidas (b)		
Custo orçado das unidades vendidas	(1.196.957)	(1.080.608)
Custo incorrido, líquido de distratos	891.148	803.209
	(305.809)	**(277.399)**
Resultado a apropriar sobre unidades imobiliárias vendidas	**172.279**	**191.169**
Custo orçado para as unidades imobiliárias em estoque		
Custo orçado total	2.381.801	1.673.162
Custo incorrido	(1.434.899)	(1.116.080)
Custo a incorrer unidades vendidas	(305.809)	(277.399)
Custo orçado a realizar unidades em estoque	**641.093**	**279.683**

(a) A receita bruta com venda de imóveis a apropriar não contempla ajuste a valor presente; **(b)** O custo com venda de imóveis a apropriar não contempla encargos financeiros e provisão para garantia, os quais são apropriados ao resultado (custo dos imóveis vendidos), proporcionalmente às unidades imobiliárias vendidas, quando incorridos. Deste montante, o valor de R$ 172.217 corresponde ao custo estimado a ser realizado nos próximos 12 meses (curto prazo). **18. Regime Especial de Tributação (RET):** A Companhia apresenta a seguir quadro demonstrativo do percentual dos ativos relativos aos empreendimentos de suas controladas que estão inseridos em estruturas de segregação patrimonial da incorporação imobiliária conforme a Lei nº 10.931/04, em 31 de dezembro de 2021.

Total dos ativos inseridos em estruturas de segregação patrimonial da incorporação	1.519.538
Total do ativo consolidado	2.340.065
Percentual	**64,94%**

19. Adiantamento de clientes: Os recebimentos de clientes com valores superiores aos saldos dos créditos a receber decorrentes da venda de imóveis, conforme descrito na Nota 3.2, encontram-se registrados como adiantamento de clientes no passivo circulante. Em determinadas operações de aquisição de terrenos, a Companhia realizou permuta física com unidades a construir. Estas permutas físicas foram registradas a valor justo como estoque de terrenos para incorporação em contrapartida a adiantamento de clientes, considerando o valor de venda à vista das unidades imobiliárias dadas em dação de pagamento, sendo que estas operações de permuta são apropriadas ao resultado considerando as mesmas premissas utilizadas para o reconhecimento das vendas de unidades imobiliárias, descritas na Nota 3.2:

Descrição	Consolidado 12/2021	Consolidado 12/2020
Adiantamento de clientes (valores recebidos de clientes que superam a receita reconhecida)	59.250	40.255
Adiantamento de clientes (permutas físicas)	49.123	27.663
Total	**108.373**	**67.918**
Circulante	84.530	55.655
Não circulante	23.843	12.263

20. Provisões: 20.1. Provisão para demandas judiciais e administrativas: Durante o curso normal de seus negócios, a Companhia e suas controladas ficam expostas a certas contingências e riscos, que incluem processos tributários, trabalhistas e cíveis, em discussão. As provisões para riscos tributários são consideradas suficientes para a cobertura de eventuais questionamentos acerca de critérios utilizados para cálculo dos impostos federais. A Companhia e suas controladas possuem registradas as seguintes provisões para fazer face às eventuais demandas judiciais:

Descrição	Consolidado 12/2021	Consolidado 12/2020
Cíveis **(a)**	10.095	8.841
Trabalhistas **(b)**	1.462	1.462
Total	**11.557**	**10.303**

(a) Provisão para riscos relacionados a processos cíveis movidos por clientes relacionados a valores contratuais cobrados e atrasos; **(b)** Provisão para riscos relacionados a processos movidos por ex-funcionários e terceiros (subcontratação). No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a movimentação na provisão para contingências está sumarizada a seguir:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	10.303
Complemento/(reversão) de provisão	3.311
(–) Baixas por pagamento	(2.057)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**11.557**

A Companhia e suas controladas possuem processos cíveis, trabalhistas e tributários em discussão, classificados por seus assessores jurídicos como sendo de risco de perda possível, os quais montam em 31 de dezembro de 2021, aproximadamente, R$ 100.208 (R$ 78.657 em 31 de dezembro de 2020). Adicionalmente, a Companhia e suas controladas possuem depósitos judiciais para fazer face às demandas prováveis e possíveis discutidas no montante consolidado de R$ 1.314 (R$ 4.124 em 31 de dezembro de 2020) - (nota 7). **20.2. Provisão para garantia:** A Companhia presta garantias para eventuais problemas técnicos de construção que possam surgir nos empreendimentos imobiliários vendidos, limitadas ao período contratual a partir da conclusão das obras (normalmente cinco anos). A provisão para garantia sobre os imóveis vendidos é constituída em contrapartida do custo dos imóveis vendidos (resultado) à medida que os custos de unidades vendidas incorrem, sendo calculada considerando a melhor estimativa para fazer frente a desembolsos futuros dessa natureza, levando em consideração a base histórica de gastos incorridos dessa natureza, provisão esta que está registrada na rubrica "Contas a pagar", conforme abaixo demonstrado:

Descrição	Consolidado 12/2021	Consolidado 12/2020
Circulante	7.566	6.560
Não circulante	9.912	6.889
Total	**17.478**	**13.449**

21. Patrimônio líquido: 21.1. Capital social: Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, o capital social totalmente subscrito e integralizado é de R$ 866.080, representado por 186.617.538 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. **21.2. Gastos com emissão de ações:** O montante de (R$ 24.585) refere-se aos custos de transação incorridos na captação de recursos em decorrência da distribuição pública primária de ações ordinárias da Companhia cujo processo foi concluído no decorrer do mês de setembro de 2019. **21.3. Reservas de capital:** Representadas pela reserva de ágio quando da integralização inicial de capital na Companhia, no montante de R$ 2.420, pelo registro contábil do plano de opções de ações no montante de R$ 3.266 obedecendo ao que determina o pronunciamento técnico CPC 10 - Pagamentos baseados em ações, aprovado pela Deliberação CVM nº 562/08 e pelo ágio/ganho na alienação de ações que anteriormente eram mantidas em tesouraria no montante de R$ 6.943, que totalizam R$ 12.629. **21.4. Reservas de lucro e política de dividendos:** A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada período social, após a compensação de prejuízos acumulados, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Por ocasião do encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 haviam sido propostos para serem pagos no decorrer do exercício de 2021 os dividendos mínimos de R$ 40.397. Na AGOE realizada em 23/04/2021 os dividendos mínimos foram ratificados e proposto adicionalmente o pagamento de dividendos adicionais de R$ 4.603, totalizando R$ 45.000 a título de dividendos relativos ao resultado do exercício de 2020. Aos detentores das ações ordinárias é assegurado um dividendo não inferior a 25%, calculado com base no lucro líquido do exercício ajustado na forma da Lei, que em 31 de dezembro de 2020 está representado a seguir:

Lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2021	120.552
Reserva legal - 5%	(6.028)
Base de cálculo dos dividendos	114.524
Dividendos propostos - 25%	**28.631**

A reserva de retenção de lucros representa os lucros remanescentes, após a destinação para reserva legal e da proposta de distribuição de dividendos, que são retidos para fazer face aos compromissos assumidos e para investimentos e expansão da Companhia. **21.5. Ações em tesouraria:** Em reunião do Conselho de Administração realizada em 10 de março de 2021, foi aprovado um novo programa de recompra de ações da Companhia, até o limite de 5.000.000 (cinco milhões) de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, com duração de até 12 (doze) meses a contar da data de sua aprovação. O "Programa de Recompra" tem como objetivo a maximização de valor para os acionistas da Companhia, tendo em vista o valor de cotação das ações da Companhia na B3, as quais poderão ser mantidas em tesouraria ou canceladas. As ações em tesouraria são reconhecidas ao custo e deduzidas do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de ações em tesouraria totaliza R$ 34.257 (31 de dezembro de 2020 - R$ 6.992), representado por 4.505.000 ações, das quais 600.000 ações se referem ao programa de recompra do ano de 2020 e ainda sem destinação e, 3.905.000 ações se referem ao programa de recompra de 2021 em andamento. **22. Receita operacional líquida:** A composição da receita operacional líquida nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 é abaixo demonstrada:

Receita operacional bruta	Controladora 12/2021	Controladora 12/2020	Consolidado 12/2021	Consolidado 12/2020
Com venda de imóveis	528	26	780.498	908.814
Com prestação de serviços	868	614	1.501	1.761
Com aluguéis	–	–	3.673	839
Ajuste a valor presente	–	–	(1.172)	(3.273)
(–) Provisão para riscos de crédito e para distratos	–	–	6.013	(11.136)
(–) Impostos incidentes	(339)	(213)	(16.352)	(18.045)
Receita operacional líquida	**1.057**	**427**	**774.161**	**878.960**

23. Despesas administrativas: A composição das despesas administrativas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 é abaixo demonstrada:

	Controladora 12/2021	Controladora 12/2020	Consolidado 12/2021	Consolidado 12/2020
Pessoal	(18.439)	(21.073)	(19.828)	(22.527)
Honorários da administração (Nota 26)	(134)	(125)	(2.064)	(3.252)
Ocupação/outros	(1.813)	(849)	(1.843)	(887)
Depreciação de direito de uso	(1.429)	(1.636)	(1.429)	(1.636)
Assessorias e consultorias	(20.230)	(14.404)	(26.478)	(21.056)
Despesas gerais	(3.462)	(5.447)	(16.329)	(17.650)
Total das despesas administrativas	**(45.507)**	**(43.534)**	**(67.971)**	**(67.008)**

24. Despesas comerciais: A composição das despesas comerciais nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 é abaixo demonstrada:

	Controladora 12/2021	Controladora 12/2020	Consolidado 12/2021	Consolidado 12/2020
Propaganda e publicidade	(4.275)	(3.515)	(13.230)	(12.151)
Promoção de vendas	(2.536)	(4.528)	(21.020)	(25.254)
Unidades em estoque (IPTU/Condomínio)	(9)	(15)	(3.796)	(3.427)
Estandes de vendas - depreciação	–	–	(15.252)	(13.273)
Estandes de vendas - despesas gerais	–	(28)	(5.538)	(4.907)
Outras	(33)	(124)	(943)	(906)
Total das despesas comerciais	**(6.853)**	**(8.210)**	**(59.779)**	**(59.918)**

25. Despesas e receitas financeiras: A composição das despesas e das receitas financeiras nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 é abaixo demonstrada:

Despesas financeiras	Controladora 12/2021	Controladora 12/2020	Consolidado 12/2021	Consolidado 12/2020
Juros e atualização monetária	(24.724)	(8.630)	(27.995)	(12.519)
Despesas bancárias	(64)	(136)	(821)	(1.564)
Total das despesas financeiras	**(24.788)**	**(8.766)**	**(28.816)**	**(14.083)**

Receitas financeiras	Controladora 12/2021	Controladora 12/2020	Consolidado 12/2021	Consolidado 12/2020
Rendimentos com aplicações financeiras	7.806	6.111	16.005	10.438
Juros e atualização monetária de clientes	–	33	3.453	6.004
Outras receitas	70	64	163	64
Total das receitas financeiras	**7.876**	**6.208**	**19.621**	**16.506**

26. Remuneração dos administradores e conselheiros

Os montantes registrados a título de remuneração da administração (nota 23) e remuneração dos conselheiros da Companhia estão demonstrados a seguir:

Em 31 de dezembro de 2021	Diretoria estatutária	Conselho de Administração	Total
Número de membros	2	5	–
Remuneração fixa anual			
Salário/pró-labore	(3.070)	(2.178)	(5.248)

Em 31 de dezembro de 2020	Diretoria estatutária	Conselho de Administração	Total
Número de membros	2	5	–
Remuneração fixa anual			
Salário/pró-labore	(2.782)	(1.646)	(4.428)

O limite anual de remuneração global aos administradores da Companhia para o exercício de suas funções, em relação ao ano-calendário de 2021, foi fixado em até R$5.650, conforme proposta do conselho de administração, ratificada na Assembleia Geral Ordinária realizada em 23 de abril de 2021. **27. Participação nos Lucros e Resultados (PLR):** A Companhia mantém um plano para participação nos lucros e resultados que proporciona aos seus colaboradores e aos de suas controladas, o direito de participar nos lucros da Companhia (PLR), o qual está vinculado ao alcance de objetivos específicos, os quais são estabelecidos e acordados no início de cada ano. Em 31 de dezembro de 2021 encontra-se provisionado o montante de R$ 6.345 (nota 14), classificado no grupo de despesas administrativas com pessoal (R$ 8.952 em 31 de dezembro de 2020). **28. Instrumentos financeiros e gestão de riscos:** A Companhia e suas controladas estão expostas aos seguintes riscos: **• Risco de juros - oscilação das taxas de juros e indexadores dos empréstimos e financiamentos; • Risco de crédito - possibilidade de perda de fluxo de caixa dos contratos de clientes (contas a receber); • Risco de liquidez - possibilidade de não ter capacidade de honrar com suas obrigações; • Risco de gestão de capital - capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios a outras partes interessadas.** A administração da Companhia e suas controladas analisa que as atividades em que se assumem riscos financeiros são regidas por políticas e procedimentos apropriados e que os riscos financeiros são identificados, avaliados e gerenciados de acordo com as políticas e disposição para riscos da Companhia e suas controladas. É política da Companhia e suas controladas não participar de quaisquer negociações de derivativos ou outros ativos de risco para fins especulativos. **a) Risco de juros:** Relacionado com a possibilidade de perda por oscilação de taxas ou descasamento de índices nas carteiras ativas e passivas. O indexador condicionado às aplicações financeiras é o CDI. Para as contas a receber de venda de unidades imobiliárias, o indexador utilizado até a entrega das chaves é a variação do INCC, sendo que após isso o IGP-M é considerado para atualização do saldo até o final do contrato acrescido de juros de mercado. As posições passivas da Companhia e suas controladas estão basicamente representadas pelos empréstimos e financiamentos imobiliários e para capital de giro, os quais possuem taxas de juros prefixadas acrescidos da variação do CDI ou da Taxa Referencial (TR), e por debentures, que possuem taxas de juros pré-fixadas acrescido da variação do CDI. A Companhia realiza estudos de mercado e posiciona-se de forma a assumir os eventuais descasamentos entre estes indicadores. **b) Risco de crédito:** A Companhia e suas controladas mantêm contas correntes bancárias e a aplicações de seus recursos junto a instituições financeiras aprovadas pela Administração de acordo com os critérios objetivos (solidez e análise de taxas cobradas) para diversificação dos riscos de crédito. Para gerenciamento das perdas com contas a receber, a Companhia e suas controladas tem por política efetuar análise de crédito, liquidez e de exposições financeiras que possam comprometer a capacidade financeira dos potenciais promitentes honrarem seus compromissos de aquisição dos imóveis. Essas análises baseiam-se em suporte documental e modelo de análise interno. **c) Risco de liquidez:** Na Companhia e em suas controladas, esse risco é minimizado pela compatibilidade de prazos e fluxos de amortização entre títulos emitidos e lastros adquiridos. A previsão de fluxo de caixa é realizada por empreendimento imobiliário pelo departamento financeiro e tesouraria. Assim são monitoradas e controladas as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia e suas controladas para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. **d) Análise de sensibilidade:** A Companhia e suas controladas realizaram análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, basicamente representados por variações de índices de inflação (INCC e IGPM) e variação de taxa de juros (CDI e TR). Com base na projeção de CDI (fonte B3 - Taxas referenciais BM&FBOVESPA) e as projeções para INCC (fonte Itaú BBA), IGPM (Fonte Focus -Banco Central do Brasil), a Companhia considerou estas informações para o cenário provável. Foram calculados cenários crescentes e decrescentes de 25% e 50% sobre os Ativos e Passivos Líquidos. O cenário provável adotado pela Companhia e suas controladas corresponde às projeções apontadas acima, sendo que segue abaixo o demonstrativo da análise de sensibilidade: A Companhia e suas controladas realizaram análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros

continua

continuação

TRISUL S.A. - CNPJ nº 08.811.643/0001-27

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

estão expostos, basicamente representados por variações de índices de inflação (INCC e IGPM) e variação de taxa de juros (CDI e TR). Com base na projeção de CDI (fonte B3 - Taxas referenciais BM&FBOVESPA) e as projeções para INCC (fonte Itaú BBA), IGPM (Fonte Focus - Banco Central do Brasil), a Companhia considerou estas informações para o cenário provável. Foram calculados cenários crescentes e decrescentes de 25% e 50% sobre os Ativos e Passivos Líquidos. O cenário provável adotado pela Companhia e suas controladas corresponde às projeções apontadas acima, sendo que segue abaixo o demonstrativo da análise de sensibilidade:

Indexador	Queda de 50%	Queda de 25%	Cenário Provável	Aumento de 25%	Aumento de 50%
CDI	5,33%	7,99%	10,65%	13,31%	15,98%
INCC	6,53%	9,80%	13,06%	16,33%	19,59%
IGPM	2,75%	4,12%	5,49%	6,86%	8,24%
TR	0,37%	0,55%	0,73%	0,91%	1,10%

Ativos e passivos líquidos	12/2021	Queda de 50%	Queda de 25%	Cenário Provável	Aumento de 25%	Aumento de 50%
CDI (aplicações financeiras)	379.577	20.231	30.328	40.425	50.522	60.656
INCC (Contas a receber)	381.588	24.918	37.396	49.835	62.313	74.753
IGPM (Contas a receber)	130.278	3.583	5.367	7.152	8.937	10.735
CDI (Empréstimos e debêntures)	(469.810)	(25.041)	(37.538)	(50.035)	(62.532)	(75.076)
TR (Financiamentos)	(172.739)	(639)	(950)	(1.261)	(1.572)	(1.900)
Total	**248.894**	**23.052**	**34.603**	**46.116**	**57.668**	**69.168**

Saldos nas demonstrações financeiras consolidadas	Saldos em 2021	CDI	INCC	IGPM	TR	Sem indexador
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	387.514	379.577	–	–	–	7.937
Contas a receber (Nota 6)	511.972	–	381.588	130.278	–	106
Partes relacionadas (Nota 9.1)	38.273	–	–	–	–	38.273
Créditos diversos (Nota 7)	9.453	–	–	–	–	9.453
Total dos ativos com riscos financeiros	**947.212**	**379.577**	**381.588**	**130.278**	–	**55.769**
Fornecedores	(45.693)	–	–	–	–	(45.693)
Empréstimos e financiamentos (Nota 13.1)	(323.596)	(150.857)	–	–	(172.739)	–
Debêntures (Nota 13.2)	(318.953)	(318.953)	–	–	–	–
Credores por imóveis compromissados (Nota 16)	(168.977)	–	–	–	–	(168.977)
Partes relacionadas (Nota 9.1)	(4.944)	–	–	–	–	(4.944)
Contas a pagar (exceto provisão para garantia)	(8.195)	–	–	–	–	(8.195)
Total dos passivos com riscos financeiros	**(870.358)**	**(469.810)**	–	–	**(172.739)**	**(227.809)**
Total dos ativos e passivos com riscos financeiros	**76.854**	**(90.233)**	**381.588**	**130.278**	**(172.739)**	**(172.040)**

Os valores de mercado, informados em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Especificamente quanto à divulgação, a Companhia aplica os requerimentos de hierarquização, que envolve os seguintes aspectos: • Definição do valor justo é a quantia pela qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso em transação sem favorecimento; • Hierarquização em três níveis para a mensuração do valor justo, de acordo com *inputs* observáveis para a valorização de um ativo ou passivo na data de sua mensuração. A valorização em três níveis de hierarquia para a mensuração do valor justo é baseada nos *inputs* observáveis e não observáveis. *Inputs* observáveis refletem dados de mercado obtidos de fontes independentes, enquanto *inputs* não observáveis refletem as premissas de mercado da Companhia. Esses dois tipos de *inputs* criam a hierarquia de valor justo apresentada a seguir: • Nível 1 - preços cotados para instrumentos idênticos em mercados ativos; • Nível 2 - preços cotados em mercados ativos para instrumentos similares, preços cotados para instrumentos idênticos ou similares em mercados não ativos e modelos de avaliação para os quais *inputs* são observáveis; e • Nível 3 - instrumentos cujos *inputs* significantes não são observáveis. A composição abaixo demonstra ativos financeiros da Companhia à classificação geral desses instrumentos em conformidade com a hierarquia:

	Nível da hierarquia	12/2021	12/2020
Ativos			
Ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado -			
Caixa e equivalentes de caixa	2 (a)	387.514	478.720

(a) Valor justo através da cotação de preços de instrumentos financeiros semelhantes em mercados não ativos. **e) Gestão de capital:** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios a outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de lucros e dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condizente com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base no endividamento, que corresponde à dívida líquida dividida pelo patrimônio líquido. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e debêntures de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O endividamento em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, de acordo com as demonstrações financeiras consolidadas, podem ser assim sumariados:

	12/2021	12/2020
Empréstimos e financiamentos - circulante e não circulante (Nota 13.1)	323.596	363.749
Debêntures - circulante e não circulante (Nota 13.2)	318.953	177.500
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	(387.514)	(478.720)
Dívida líquida	**255.035**	**62.529**
Total do patrimônio líquido	1.271.177	1.212.900
Endividamento - %	20,06%	5,16%

f) Classificação dos instrumentos financeiros: Os instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas estão assim classificados:

	Controladora 12/2021	Controladora 12/2020	Consolidado 12/2021	Consolidado 12/2020	Classificação
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	190.126	245.890	387.514	478.720	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber (Nota 6)	33	337	476.040	607.788	Custo amortizado
Partes relacionadas (Nota 9.1)	108.979	97.492	38.273	28.874	Custo amortizado
Créditos diversos (Nota 7)	3.325	2.636	9.453	13.375	Custo amortizado
Passivos financeiros					
Fornecedores	1.752	1.445	45.693	51.292	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos (Nota 13.1)	123.127	135.709	323.596	363.749	Custo amortizado
Debêntures (Nota 13.2)	318.953	177.500	318.953	177.500	Custo amortizado
Partes relacionadas (Nota 9.1)	143.196	342.218	4.944	3.418	Custo amortizado
Credores por imóveis compromissados (nota 16)	–	–	168.977	185.031	Custo amortizado
Contas a pagar (exceto provisão para garantia)	4.798	5.030	8.195	11.694	Custo amortizado

A Companhia e suas controladas gerenciam o risco de liquidez mantendo reservas e linhas de crédito bancárias julgadas adequadas, através de acompanhamento contínuo das previsões e do fluxo de caixa real e da combinação dos prazos de vencimento dos ativos e passivos financeiros. **29. Seguros:** A Companhia e as suas controladas mantêm, em 31 de dezembro de 2021, os seguintes contratos de seguros a valores considerados compatíveis, pela administração, com os riscos envolvidos: **Engenharia (valor aproximado de cobertura - R$ 1.283.823):** • **Responsabilidade civil:** cobertura por danos materiais e corporais causados involuntariamente a terceiros decorrentes da execução da obra, instalações e montagens no local objeto do seguro; • **Danos físicos ao imóvel (obras financiadas):** cobertura para avarias, perdas e danos materiais decorrentes de acidentes de origem súbita e imprevista ao imóvel; • **Seguro término de obras:** garante a entrega da obra aos promitentes compradores; • **Estandes de venda:** incêndio, roubo, raio e explosão. **Administrativo (valor aproximado de cobertura - R$ 8.929):** • **Sede administrativa**: incêndio, raio, explosão, roubo, furto qualificado, responsabilidade civil e outros. As premissas de riscos adotadas e suas respectivas coberturas, dadas a sua natureza e peculiaridade, não fazem parte do escopo de revisão das demonstrações financeiras, desta forma, não foram revisadas por nossos auditores independentes. **30. Informações por segmento:** A administração da Companhia baseia os seus relatórios internos gerenciais para tomada de decisões nas próprias demonstrações financeiras consolidadas, na mesma base que estas declarações são divulgadas, ou seja, apenas um segmento considerado internamente como "Incorporação Imobiliária". Devido ao compartilhamento das estruturas e dos custos corporativos, gerenciais e operacionais da Companhia e suas controladas, as mesmas não são gerenciadas como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada. **31. Resultado por ação:** Em atendimento ao pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33) - Resultado por ação, aprovado pela Deliberação CVM nº 636, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020: **Básico**: o cálculo básico do resultado por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante os períodos; **Diluído:** o resultado diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, considerando todas as ações ordinárias potenciais diluídas. As ações potenciais diluídas estão relacionadas às opções de compra de ações. A Companhia atualmente não possui programa de opção de compra de ações. O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo do lucro básico e diluído por ação, os quais são idênticos:

	12/2021	12/2020
Lucro líquido do exercício	**120.552**	**170.092**
Quantidade média ponderada de ações (mil) em circulação (ex-tesouraria)	184.801	186.418
Lucro básico e lucro diluído por lote de mil ações (em Reais)	**0,65233**	**0,91242**

A DIRETORIA

CONTADOR: EDIVALDO APARECIDO CARDOSO - CRC 1SP 166496/O-9

DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da Trisul S.A. ("Companhia"), sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Paulista, 37 – 18º andar, Bela Vista, CEP 01311-902, inscrita no CNPJ sob o nº 08.811.643/0001-27, nos termos do inciso VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, que revimos, discutimos e concordamos com o conjunto das Demonstrações Financeiras, assim como com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes referente às Demonstrações Financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

São Paulo, 15 de março de 2022

Jorge Cury Neto - Diretor Presidente

Fernando Salomão - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Trisul S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Trisul S.A. ("Trisul" ou "Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e outras informações significativas.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM)

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual da Trisul S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM)

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Trisul S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), aplicáveis a entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 2.1, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil registradas na CVM, e as demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM. Dessa forma, a determinação da política contábil adotada pela Companhia, para o reconhecimento de receita nos contratos de compra e venda de unidade imobiliária não concluída, sobre os aspectos relacionados à transferência de controle, segue o entendimento manifestado pela CVM no Ofício Circular/CVM/SNC/SEP nº 02/2018 sobre a aplicação da NBC TG 47 (IFRS 15). Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receitas - estimativa dos custos de construção, Percentual de Conclusão da Obra ("POC") e satisfação da obrigação de desempenho (Notas Explicativas nos 3.2, 17 e 22 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas)

A Companhia e suas controladas utilizam o método de Porcentagem de Conclusão ("POC" - "Percentage of completion") para mensurar e contabilizar as receitas relacionadas às vendas de imóveis em construção, levando em consideração a satisfação de suas obrigações de desempenho, alinhado ao disposto no CPC 47 - Receita de contrato com cliente (IFRS 15) e entendimento manifestado pela CVM no Ofício Circular/CVM/SNC/SEP/nº 02/2018 sobre a aplicação da NBC TG 47 (IFRS 15). Devido à relevância dos custos de construção orçado a incorrer, que são a base para o reconhecimento de receitas, e ao alto grau de julgamento envolvido na determinação do cálculo do percentual de conclusão da obra e satisfação da obrigação de desempenho, que pode impactar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o valor dos investimentos registrados pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Efetuamos o entendimento dos principais controles internos estabelecidos pela Administração para o reconhecimento do custo e da receita operacional líquida de venda das unidades imobiliárias em construção e realizamos os seguintes principais procedimentos de auditoria: a comparação dos orçamentos de obra entre os exercícios e obtenção de esclarecimentos para variações não usuais; a avaliação das documentações suporte relacionados à formação e/ou adições nos orçamentos, assim como o recalculo das atualizações dos orçamentos de custos de construção por empreendimento; em base de testes, inspecionamos os documentos suporte para os custos incorridos durante o exercício financeiro; em bases de testes, visitamos fisicamente determinadas obras em andamento a fim de nos auxiliar na verificação da razoabilidade entre o andamento físico e o percentual dos custos incorridos em relação ao custo total orçado; em base de testes, inspecionamos contratos de venda, comprovantes de recebimentos financeiros e recalculamos o saldo a receber de acordo com o índice contratual vigente; realizamos testes de recálculo da receita reconhecida no exercício com base nos percentuais de conclusão apurados e comparamos com aqueles apurados pela administração; e avaliamos a adequação das divulgações em notas explicativas da Companhia.

Tomando por base as evidências que foram obtidas, por intermédio dos principais procedimentos de auditoria aplicados e acima descritos, consideramos que os saldos e valores originados do processo de reconhecimento de receitas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia estão representados de forma aceitável.

Recuperabilidade dos ativos ("impairment") - imóveis a comercializar, contas a receber e partes relacionadas (Notas Explicativas nºs 3.4, 3.5, 3.10, 6, 8 e 9 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas)

A Companhia e suas controladas possuem um volume significativo de imóveis a comercializar em diversas fases de desenvolvimento (terrenos, imóveis em construção e imóveis concluídos), contas a receber decorrentes das vendas de unidades imobiliárias e saldos de transações com partes relacionadas, que são controlados diretamente pela Companhia ou por meio de sociedades controladas e controladas em conjunto. Qualquer mudança nas condições de mercado pode impactar o valor dos estoques imobiliários, o valor dos saldos das transações com partes relacionadas, o valor das contas a receber e os investimentos registrados pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras e, como consequência, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Para os imóveis a comercializar, com base em amostragem, analisamos a documentação e as premissas que suportam a decisão da Companhia quanto ao valor realizável desses ativos, incluindo a comparação do valor de realização de ativos semelhantes para os imóveis a comercializar concluídos e em construção, e para os futuros lançamentos imobiliários as análises de viabilidade e/ou valor de mercado comparativo. Para as contas a receber, avaliamos a razoabilidade dos critérios e premissas utilizadas pela Companhia para o seu registro e para o cálculo de sua recuperabilidade, comparamos com o histórico de perdas e distratos, bem como avaliamos a suficiência das provisões reconhecidas. Para os saldos de transações com partes relacionadas, por meio de amostragem, efetuamos procedimentos de confirmação com terceiros e analisamos as respostas obtidas, bem como avaliamos os documentos suporte dos valores desembolsados e eventuais garantias. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia.

Tomando por base as evidências obtidas, por intermédio dos principais procedimentos de auditoria acima descritos, consideramos que, no tocante à sua recuperabilidade, os saldos de imóveis a comercializar, contas a receber e saldos de transações com partes relacionadas, registrados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, bem como as suas respectivas divulgações, estão representados de forma aceitável.

Provisões e passivos contingentes - fiscais, trabalhistas e cíveis (Notas Explicativas nºs 3.1. e 20.1 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas)

A mensuração, reconhecimento e divulgação das provisões e passivos contingentes requer julgamento profissional da administração da Companhia. A classificação de riscos de tais processos envolve julgamentos significativos que podem resultar em impactos relevantes sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, incluindo as suas divulgações, bem como o valor dos investimentos registrados pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora. Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na avaliação e mensuração das Provisões e Passivos Contingentes consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho, a implementação e, com base em amostragem, a efetividade operacional dos principais controles internos relacionados à identificação, avaliação, mensuração e divulgação das Provisões e Passivos Contingentes. Adicionalmente, solicitamos e analisamos as cartas-respostas de confirmação dos consultores internos e externos da Companhia e avaliamos a suficiência das provisões reconhecidas e dos valores de contingências divulgados, a razoabilidade dos critérios e premissas utilizados na metodologia de mensuração dos valores provisionados e/ou divulgados, considerando ainda a avaliação dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia, bem como determinados dados e informações históricas. Avaliamos também a adequação das divulgações em notas explicativas efetuadas pela Companhia.

Tomando por base as evidências que foram obtidas, por intermédio dos principais procedimentos de auditoria acima descritos, consideramos que os saldos das Provisões e Passivos Contingentes registrados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, bem como suas respectivas divulgações, estão representados de forma aceitável.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e, portanto, não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

continua

continuação

TRISUL S.A. - CNPJ nº 08.811.643/0001-27

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

• Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria a fim de planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional;

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;

• Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

bakertilly

São Paulo, 15 de março de 2022

Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP-031.269/O-1

Nelson Varandas dos Santos — Contador CRC 1SP-197.110/O-3

Fábio Torres Rodrigues — Contador CRC 1SP-251.343/O-6

TRISUL PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 08.844.167/0001-40

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em cumprimento aos preceitos legais e às normas estatutárias, vimos com satisfação submeter à consideração de V.Sas., as Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020. Agradecemos a colaboração recebida e continuamos ao inteiro dispor de V.Sas., em nossa sede social, para quaisquer esclarecimentos relativos às contas prestadas.

São Paulo, 15 de março de 2022.

A Administração

Balanços Patrimoniais - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de Reais)

Ativo	2021	2020
Ativo circulante		
Disponibilidades	13	5
Aplicações financeiras	10.234	10.234
Contas a receber	14.182	20.011
Impostos a compensar	–	1
Total do ativo circulante	**24.429**	**30.251**
Ativo não circulante		
Investimentos	621.859	578.601
Total do ativo não circulante	**621.859**	**578.601**
Total do ativo	**646.288**	**608.852**

Passivo e Patrimônio Líquido	2021	2020
Passivo circulante		
Impostos e contribuições a recolher	1	–
Contas a pagar	10.234	10.242
Dividendos a pagar	13.399	19.997
Débitos com sócios	12.636	9.045
Total do passivo circulante	**36.270**	**39.284**
Patrimônio líquido		
Capital social	118.013	86.471
Reserva de capital	2.130	2.130
Reservas de lucros	489.875	480.967
Total do patrimônio líquido	**610.018**	**569.568**
Total do passivo e patrimônio líquido	**646.288**	**608.852**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de Reais)

	2021	2020
Das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	56.418	84.198
Equivalência patrimonial	(59.994)	(84.257)
Outras receitas	–	–
Variação no ativo e passivo		
Aplicações financeiras	–	(10.234)
Contas a pagar	(8)	10.242
Débitos com sócios	3.592	50
Caixa líquido das atividades operacionais	**8**	**(1)**
Das atividades de investimentos		
Dividendos recebidos	22.566	12.653
Caixa líquido das atividades de investimentos	**22.566**	**12.653**
Das atividades de financiamentos		
Dividendos pagos	(22.566)	(12.653)
Caixa líquido das atividades de financiamentos	**(22.566)**	**(12.653)**
Redução de caixa e equivalentes de caixa	**8**	**(1)**
Saldo de caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	5	6
No final do exercício	13	5
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	**8**	**(1)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de Reais)

	2021	2020
Receitas e (despesas) operacionais:		
Despesas administrativas	(34)	(17)
Despesas financeiras	(3.542)	(42)
Resultado de equivalência patrimonial	59.994	84.257
Outras receitas	–	–
	56.418	84.198
Resultado operacional	**56.418**	**84.198**
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	**56.418**	**84.198**
Lucro líquido do exercício	**56.418**	**84.198**
Lucro líquido por ação - R$	**0,70248**	**1,04838**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de Reais)

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	**56.418**	**84.198**
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultados abrangentes	**56.418**	**84.198**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucro: Reserva legal	Reservas de lucro: Reserva de retenção de lucro	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**86.471**	**2.130**	**27.331**	**366.209**	**–**	**482.141**
Reversão parcial de provisão de dividendos	–	–	–	23.226	–	23.226
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	84.198	84.198
Proposta para\ destinação do lucro líquido:	–	–	–	–	–	
Dividendos propostos	–	–	–	–	(19.997)	(19.997)
Reserva legal	–	–	4.210	–	(4.210)	–
Reserva de retenção de lucros				59.991	(59.991)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**86.471**	**2.130**	**31.541**	**449.426**	**–**	**569.568**
Distribuição complementar de dividendos	–	–	–	(2.569)	–	(2.569)
Aumento de capital com reservas	31.542	–	(31.542)	–	–	–
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	56.418	56.418
Proposta para destinação do lucro líquido:	–	–	–	–	–	–
Dividendos propostos	–	–	–	–	(13.399)	(13.399)
Reserva legal	–	–	2.821	–	(2.821)	–
Reserva de retenção de lucros				40.198	(40.198)	–
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	**118.013**	**2.130**	**2.820**	**487.055**	**–**	**610.018**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1 - **Contexto Operacional** - A Companhia possui por atividade preponderante a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia, quotista ou acionista. 2 - **Demonstrações Financeiras** - As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas Orientações e nas Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC. 3 - **Capital Social** - O capital social totalmente subscrito e integralizado em 31/12/2021 e em 31/12/2020 é representado por 80.312.525 ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal.

A DIRETORIA

EDIVALDO APARECIDO CARDOSO - Contador - CRC 1SP 166496/O-9

EVEN Construtora e Incorporadora S.A. e Controladas

CNPJ nº 43.470.988/0001-65 · NIRE 35.300.329.520

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO[1]

É com grande satisfação que a Administração da Even apresenta os resultados consolidados de 2021 e do 4º trimestre (4T21).

Em 2021 a Even lançou 18 empreendimentos, sendo 9 empreendimentos em São Paulo e 9 no Rio Grande do Sul, totalizando um VGV de R$ 2,9 bilhões (R$ 2,4 bilhões % Even) e representou um **crescimento de 84% em relação ao ano de 2020**. No trimestre foram lançados 5 projetos, sendo 3 em SP e 2 no RS que juntos somam R$ 925 milhões (R$ 809 milhões % Even). As vendas líquidas do ano totalizaram R$ 1,6 bilhão no % Even e no trimestre R$ 404 milhões, representando VSO média de 13% no 4T21. Nos últimos 12 meses, a VSO média da Even foi de 39%.

Encerramos o trimestre com R$ 2,7 bilhões de VGV em estoque (% Even), o que representa uma média de 20 meses de vendas líquidas LTM. O volume de estoque concluído representa 12% do total.

Ao longo de 2021 compramos 18 terrenos com VGV potencial de R$ 1,9 bilhão. Nosso Banco de Terrenos está composto em 58 projetos ou fases, totalizando um VGV de R$ 9,7 bilhões (R$ 5,9 bilhões % Even), localizados essencialmente nos bairros nobres das cidades de São Paulo e Porto Alegre. Vale destacar que as tipologias médio, médio alto e alto padrão representam 80% do *land bank*.

Em 2021 entregamos 6 empreendimentos, sendo dois no 4T21, totalizando 874 unidades e um VGV de R$ 691 milhões (R$ 542 milhões % Even).

Nossa Receita Líquida no ano totalizou R$ 2,3 bilhões e representou em crescimento de 36% em relação ao ano de 2020. O Lucro Bruto cresceu 31% no período, totalizando R$ 632 milhões, com margem bruta de 29%. O Lucro Líquido acumulado do ano foi de R$ 231 milhões**, representando um Retorno sobre o Patrimônio (ROE) de 13%**, e no trimestre R$ 42 milhões. No ano geramos R$ 36 milhões de Caixa Operacional[3] e no 4T21 consumimos R$ 120 milhões, decorrentes, principalmente, da aquisição de terrenos em caixa. E encerramos o trimestre com uma posição de caixa[2] de R$ 942 milhões e um **Caixa Líquido sobre o Patrimônio de 24%**, tendo distribuído em 2021 **R$ 196[4] milhões em dividendos e recompra de ações**.

Estamos focados em São Paulo, nas regiões nobres da cidade, nos segmentos de médio e alto-padrão e no Rio Grande do Sul através do investimento na Melnick (MELK3), onde detemos a participação acionária de 45%. Estamos otimistas com o crescimento consistente dos nossos resultados e melhora dos índices de rentabilidade aos nossos acionistas.

[1] Este documento contém certas declarações de expectativas futuras e informações relacionadas à Even que refletem as visões atuais e/ou expectativas da Companhia e de sua administração com respeito à sua *performance*, seus negócios e eventos futuros. Qualquer declaração que possua previsão, indicação ou estimativas sobre resultados futuros, performance ou objetivos, bem como, palavras como "acreditamos", "esperamos", "estimamos", entre outras palavras com significado semelhante não devem ser interpretadas como *guidance*. Referidas declarações estão sujeitas a riscos, incertezas e eventos futuros.

[2] Soma de caixa e equivalentes de caixa, caixa restrito e aplicações financeiras de curto e longo prazo.

[3] Variação da dívida líquida, desconsiderando pagamentos de dividendos e recompra de ações, conforme demonstrado no item específico "Geração de caixa/*Cash Burn*".

[4] Pagamentos de dividendos e Recompra de ações líquidas de desbloqueio de tranche (EVEN3).

PRINCIPAIS INDICADORES

Dados Financeiros Consolidados	3T21	4T21	4T20	Var. vs 3T21 (%)	Var. vs 4T20 (%)	2021
Receita Líquida de Vendas e Serviços	526.430	543.549	455.033	3,3%	19,5%	2.275.744
Lucro Bruto	151.330	148.887	157.367	-1,6%	-5,4%	632.042
Margem Bruta Ajustada[1]	30,1%	28,4%	36,0%	-1,6 p.p.	-7,5 p.p.	29,0%
EBITDA[1]	64.974	57.744	140.222	-11,1%	-58,8%	299.818
Margem EBITDA[1]	12,3%	10,6%	30,8%	-1,7 p.p.	-20,2 p.p.	13,2%
Lucro Líquido	51.595	41.760	(89.273)	-19,1%	n/d	231.212
Margem Líq. antes Part. Minoritários	12,1%	12,0%	-18,1%	-0,1 p.p.	n/d	12,6%
Lucro por Ação (ex-tesouraria)	0,2515	0,2045	(0,4310)	-18,7%	n/d	1,1325
ROE Anualizado	11,5%	9,4%	-20,9%	-2,2 p.p.	30,3 p.p.	12,8%
ROE (últimos 12 meses)[5]	16,6%	12,9%	12,6%	-3,7 p.p.	0,3 p.p.	12,9%
Receitas a Apropriar (após PIS-COFINS)	1.912.435	1.948.032	1.683.888	1,9%	15,7%	1.948.032
Resultado a Apropriar (após PIS-COFINS)	593.345	600.479	549.040	1,2%	9,4%	600.479
Margem dos Resultados a Apropriar	31,0%	30,8%	32,6%	-0,2 p.p.	-1,8 p.p.	30,8%
Dívida Líquida	(762.500)	(628.046)	(835.664)	-17,6%	-24,8%	(628.046)
Dívida Líquida (ex-SFH)	(1.015.859)	(861.985)	(1.157.283)	-15,1%	-25,5%	(861.985)
Patrimônio Líquido	2.575.635	2.592.338	2.481.417	0,6%	4,5%	2.592.338
Dívida Líquida/Patrimônio Líquido	-29,6%	-24,2%	-33,7%	5,4 p.p.	9,4 p.p.	-24,2%
Ativos Totais	5.867.100	5.929.910	5.176.777	1,1%	14,5%	5.929.910
Cash Burn (do período) (ex-dividendo e recompra)	82.156	119.454	(446.955)	45,4%	n/d	(35.653)

Lançamentos	3T21	4T21	4T20	Var. vs 2T21 (%)	Var. vs 3T20 (%)	2021
Empreendimentos Lançados	4	5	3	25,0%	66,7%	18
VGV Potencial dos Lançamentos (100%)	766.764	925.116	532.055	20,7%	73,9%	2.892.774
VGV Potencial dos Lançamentos (% Even)	658.289	808.932	481.772	22,9%	67,9%	2.398.395
Número de Unidades Lançadas	477	1.149	374	140,9%	207,2%	3.651
Área Útil das Unidades Lançadas (m²)	54.833	85.672	46.199	56,2%	85,4%	346.415
Preço Médio de Lançamento[2] (R$/m²)	13.984	10.798	11.517	-22,8%	-6,2%	11.728
Preço Médio Unidade Lançada[2] (R$ mil/unidade)	1.607	805	1.423	-49,9%	-43,4%	850

Vendas Líquidas	3T21	4T21	4T20	Var. vs 2T21 (%)	Var. vs 3T20 (%)	2021
Vendas Contratadas[3] (100%)	328.819	513.318	658.784	56,1%	-22,1%	1.943.088
Vendas Contratadas[3] (% Even)	276.881	404.080	639.199	45,9%	-36,8%	1.621.122
Número de Unidades Vendidas	334	590	988	76,6%	-40,3%	2.410
Área Útil das Unidades Vendidas (m²)	43.897	52.921	113.368	20,6%	-53,3%	302.575
Preço Médio de Venda[2] (R$/m²)	13.393	11.577	8.945	-13,6%	29,4%	11.744
Preço Médio Unidade Vendida (R$ mil/unidade)	984	870	667	-11,6%	30,5%	806
VSO Consolidada (% Even)	10,8%	13,2%	26,6%	2,4 p.p.	-13,4 p.p.	39,4%
VSO de Lançamento (% Even)	17,7%	25,2%	35,6%	7,5 p.p.	-10,4 p.p.	44,3%

Entregas	3T21	4T21	4T20	Var. vs 2T21 (%)	Var. vs 3T20 (%)	2021
VGV Entregue[4] (100%)	183.166	282.023	28.274	54,0%	897,5%	691.318
VGV Entregue[4] (% Even)	83.170	282.023	12.180	239,1%	2215,4%	541.814
Número de Empreendimentos Entregues	2	2	1	-	100,0%	6
Número de Unidades Entregues	492	140	77	-71,5%	81,8%	874

Terrenos	3T21	4T21	4T20	Var. vs 2T21 (%)	Var. vs 3T20 (%)	2021
Land Bank (100%)	9.849.294	9.701.032	8.165.897	-1,5%	18,8%	9.701.032
Land Bank (% Even)	6.188.141	5.895.670	5.996.050	-4,7%	-1,7%	5.895.670

[1] Expurgando-se apenas os efeitos dos encargos financeiros apropriados ao custo (dívida corporativa e financiamento à terrenos e produção), conforme detalhado no item específico "Ebitda".

[2] Valor desconsiderando os loteamentos.

[3] Valor dos contratos firmados com os clientes, referentes às vendas das unidades prontas ou para entrega futura de determinado empreendimento (este valor é líquido da comissão de vendas).

[4] Valor considerando o preço de venda na época do lançamento.

[5] Desconsiderando operações descontinuadas.

LANÇAMENTOS

No 4º trimestre de 2021, foram lançados cinco empreendimentos, sendo três em São Paulo, com VGV de R$ 712 milhões e dois no Rio Grande do Sul, com VGV de R$ 213 milhões (97 milhões % Even). Somando as duas companhias o VGV total de lançamento foi de R$ 925 milhões (R$ 809 milhões % Even).

A tabela abaixo consolida as informações para o ano de 2021:

Empreendimento	Região	VGV Total (R$ mil)	VGV Even (R$ mil)	Área Útil (m²)	Unidade	Valor Médio da Unidade (R$ mil)	Tipologia
1T21		**931.701**	**715.572**	**181.094**	**1.548**	**602**	
Fasano Itaim - Hotel	SP	280.000	280.000	14.890	109	2.569	Hotel
Modo Ipiranga	SP	197.440	197.440	24.954	598	330	Econômico
Arcos Itaim	SP	90.285	90.285	5.039	33	2.736	Alto
Go Rio Branco	RS	71.394	31.516	6.634	183	390	Econômico
Grand Park Lindóia - F3	RS	89.599	39.552	12.628	190	472	Econômico
Casa Viva	URB	72.637	19.239	105.957	332	219	Loteamento
Botanique	RS	130.346	57.540	10.992	103	1.265	Alto
2T21		**269.194**	**215.603**	**24.816**	**477**	**564**	
Modo Pompéia	SP	171.430	171.430	16.356	428	401	Econômico
Seen Boa Vista	RS	97.764	44.173	8.460	49	1.995	Alto
3T21		**766.764**	**658.289**	**54.833**	**477**	**1.607**	
Arbo Alto de Pinheiros	SP	384.287	384.287	27.813	117	3.285	Alto
YBY Ibirapuera Urban Home	SP	200.207	200.207	14.046	298	672	Médio Alto
HillSide	RS	45.119	20.487	4.439	34	1.327	Alto
Arte Country Club	RS	137.151	53.308	8.535	28	4.898	Alto
4T21		**925.116**	**808.932**	**85.672**	**1.149**	**805**	
Go Balkon	SP	55.848	55.848	3.983	180	310	*Studio*
Portugal 587	SP	334.285	334.285	21.142	95	3.519	Alto
Monumento SP - F2	SP	322.164	322.164	42.921	454	710	Médio
Go Carlos Gomes	RS	64.061	29.088	4.098	121	529	*Studio*/Médio
Go Cidade Baixa	RS	148.758	67.546	13.529	299	498	*Studio*/Médio
Total 2021		**2.892.774**	**2.398.395**	**346.415**	**3.651**	**792**	

Lançamentos (VGV R$ Milhões)

	4T20	1T21	2T21	3T21	4T21	12M20	12M21
Total	532	932	269	767	925	1.569	2.893
Lançamento (parceiros)	50	216	54	108	116	199	494
Lançamento (% Even)	482	716	216	658	809	1.370	2.398

+84%

VENDAS LÍQUIDAS

No 4º trimestre de 2021, as vendas líquidas totalizaram R$ 513 milhões (R$ 404 milhões % Even). A VSO consolidada do trimestre foi de 13%, sendo 25% a VSO de lançamentos.

A abertura das vendas líquidas por empresa pode ser verificada na tabela abaixo:

Empresa	Vendas Total (R$ mil) 4T21	Vendas Total (R$ mil) 2021	Vendas Even (R$ mil) 4T21	Vendas Even (R$ mil) 2021	Área Útil (m²) 4T21	Área Útil (m²) 2021	Unidade 4T21	Unidade 2021
Even	320.272	1.401.779	319.869	1.399.710	26.994	110.199	286	1.376
Melnick	193.045	541.309	84.211	221.412	25.927	192.376	304	1.034
Total	**513.318**	**1.943.088**	**404.080**	**1.621.122**	**52.921**	**302.575**	**590**	**2.410**

Abaixo, segue a abertura das vendas líquidas por ano de lançamento do produto:

Ano de Lançamento	Vendas Total (R$ mil) 4T21	Vendas Total (R$ mil) 2021	Vendas Even (R$ mil) 4T21	Vendas Even (R$ mil) 2021	Área Útil (m²) 4T21	Área Útil (m²) 2021	Unidade 4T21	Unidade 2021
2021	391.889	1.312.171	316.394	1.062.749	33.264	205.513	408	1.725
2020	45.469	272.059	28.224	212.016	4.350	40.222	52	316
2019	36.040	194.866	30.153	173.475	3.282	11.156	18	94
2018	12.525	54.162	9.299	57.637	5.942	27.194	33	86
2017	3.998	46.394	1.703	52.640	1.207	16.368	24	97
Até 2016	23.397	63.436	18.307	82.605	4.876	2.122	55	92
Total	**513.318**	**1.943.088**	**404.080**	**1.621.122**	**52.921**	**302.575**	**590**	**2.410**

Por fim, segue a abertura das vendas líquidas por tipologia de produto (% Even):

* Loteamento e *Studio*.

DISTRATOS

No 4º trimestre de 2021, os distratos totalizaram R$ 67 milhões, sendo R$ 49 milhões % Even, representando 11% das vendas brutas, conforme demonstrado abaixo:

(% Even) (R$ milhões)	2020 4T20	2021 1T21	2021 2T21	2021 3T21	2021 4T21	2021 12M21
Vendas Brutas	693	643	410	330	453	1.835
Distrato Total	54	56	56	54	49	214
Vendas Líquidas	639	586	354	277	404	1.621
Distratos/Vendas Brutas	**7,7%**	**8,8%**	**13,6%**	**16,2%**	**10,8%**	**11,7%**

VENDAS DE ESTOQUE PRONTO

Conforme gráfico a seguir, vendemos R$ 38 milhões (% Even) de estoque pronto no 4T21. Importante destacar que o volume de estoque concluído representa apenas 12% do total.

continua...

...continuação

even

EVEN Construtora e Incorporadora S.A. e Controladas

CNPJ nº 43.470.988/0001-65 · NIRE 35.300.329.520

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

* Considerando apenas distratos de unidades prontas.

ESTOQUE

O estoque encerrou o 4T21 em R$ 3,3 bilhões em valor potencial de vendas e R$ 2,7 bilhões % Even, o que representa 20 meses de vendas, considerando o ritmo de vendas líquidas observado nos últimos 12 meses.

Ano de Conclusão Previsto	Estoque Total (R$ mil)	Estoque Even (R$ mil)	% Valor	Unidade	% Unidade
Unidades já concluídas	489.934	307.432	12%	1.426	29%
2022	720.680	585.823	22%	1.041	21%
2023	512.655	466.398	18%	918	19%
Após 2023	1.550.506	1.293.418	49%	1.574	32%
Total	**3.273.776**	**2.653.071**	**100%**	**4.959**	**100%**

Abaixo segue o percentual vendido dos empreendimentos separados pelo ano de previsão de conclusão.

A tabela abaixo apresenta a abertura do VGV do estoque por ano de lançamento:

Lançamento	VGV Total (R$ mil)	VGV Even (R$ mil)	Projetos	Unidades	% Unidades
2021	1.537.545	1.286.999	15	1.803	36%
2020	667.061	589.087	12	854	17%
2019	496.036	413.306	17	645	13%
2018	132.072	91.854	9	295	6%
2017	111.128	64.955	8	341	7%
2016	83.476	35.836	8	379	8%
2015	82.470	39.115	4	155	3%
Até 2014	163.987	131.920	42	487	10%
Total	**3.273.776**	**2.653.071**	**113**	**4.959**	**100%**

E abaixo, o nosso estoque por empresa:

Empresa	VGV Total (R$ mil)	VGV Even (R$ mil)	VGV Even Pronto (R$ mil)	Estoque Pronto		Estoque em Construção	
				Projetos	Unidades	Projetos	Unidades
Even	2.187.081	2.175.350	174.412	42	481	25	2.327
Melnick	1.086.695	477.721	133.020	23	945	23	1.206
Total	**3.273.776**	**2.653.071**	**307.432**	**65**	**1.426**	**48**	**3.533**

Vale mencionar que, a Even trimestralmente reavalia o valor do estoque, de modo a reproduzir a melhor expectativa de preço de venda considerando o mercado atual.

Evolução Trimestral do Estoque (VGV % Even – R$ Milhões)

+17%
2.261
809
398
-18
2.653
Estoque 3T21
Lançamentos 4T21
Vendas Líquidas 4T21*
Reavaliação
Estoque 4T21

* Vendas líquidas não considera vendas de serviços.

TERRENOS (*LAND BANK*)

No 4º trimestre de 2021 foi adquirido 1 terreno localizado em São Paulo com VGV potencial de R$ 191 milhões (R$ 121 milhões % Even) e houve a ampliação de 1 terreno, com incremento no VGV de R$ 54 milhões. No Rio Grande do Sul foram adquiridos 3 terrenos, com VGV potencial de R$ 414 milhões (R$ 174 milhões % Even). O VGV potencial do banco de terrenos totalizou R$ 9,7 bilhões, sendo R$ 5,9 bilhões % Even. O gráfico abaixo apresenta a evolução da compra de terrenos dos últimos trimestres:

Com isso, o potencial de VGV do *land bank* em 31 de dezembro de 2021 ficou dividido em 58 diferentes projetos ou fases. Vale enfatizar que as tipologias médio, médio alto e alto representam 80% do *land bank*.

A tabela abaixo fornece a abertura do nosso *land bank* por tipologia de produto:

Tipologia	Nº de Lançamentos	Área (m²) Terreno	Área (m²) Útil	Unidades	VGV Esperado (R$ mil) Total	VGV Esperado (R$ mil) Even	% do Total
Alto	12	125.241	343.164	2.482	4.419.896	2.601.804	46%
Médio	17	229.071	348.337	4.690	2.471.500	1.756.535	25%
Loteamento	10	4.455.218	1.704.294	5.910	1.093.170	248.187	11%
Médio Alto	5	14.489	65.782	574	839.962	679.114	9%
Econômico	7	65.005	79.539	1.403	463.622	197.170	5%
Studio	7	6.768	38.048	1.196	412.861	412.861	4%
Total	**58**	**4.895.791**	**2.579.164**	**16.255**	**9.701.032**	**5.895.670**	**100%**

Já a tabela abaixo fornece a abertura do nosso *land bank* por empresa:

Empresa	Nº de Lançamentos	Áreas (m²) Terreno	Áreas (m²) Útil	Unidades	VGV Esperado (R$ mil) Total	VGV Esperado (R$ mil) Even	% do Total
Even	24	161.796	477.082	5.170	4.979.020	4.178.474	51%
Melnick	34	4.733.996	2.102.082	11.086	4.722.012	1.717.196	49%
Total	**58**	**4.895.791**	**2.579.164**	**16.255**	**9.701.032**	**5.895.670**	**100%**

COMPROMISSO POR AQUISIÇÃO DE TERRENOS

Conforme normas contábeis, os terrenos são refletidos contabilmente apenas por ocasião da transferência de controle, quando da obtenção da escritura definitiva, independente do grau de negociação.

A posição do estoque de terrenos (% Even) e da dívida líquida de terrenos (lançados e não lançados) considerando os terrenos já adquiridos bem como os adiantamentos efetuados e os compromissos assumidos pela companhia em 31 de dezembro de 2021 encontra-se a seguir:

	Terrenos Não Lançados *On Balance*	Terrenos Não Lançados *Off Balance*
Adiantamento para Aquisição de Terrenos[1]	7.689	-
Estoque de Terrenos[2]	1.294.717	-
Terrenos Destinados à Venda[3]	181.034	-
Terrenos sem Escritura (*off balance*)[4]		1.286.385
Total de Terrenos (a custo)	**2.769.825**	

[1] Nota 8 - terrenos não lançados e sem escritura (parcela paga encontra-se refletida contabilmente).
[2] Nota 8 - terrenos não lançados com escritura (refletidos contabilmente), líquido de provisão para ajuste de valor de mercado.
[3] Nota 9 - terrenos RJ destinados à venda.
[4] Nota 26 (b) - terrenos não lançados (não refletidos contabilmente).

	Terrenos Não Lançados *On Balance*	Terrenos Não Lançados *Off Balance*	Terrenos Lançados *On Balance*	Dívida de Terrenos
Dívida de Terrenos	**(304.415)**	**(1.286.385)**	**(1.530.475)**	**(3.121.275)**
Caixa	(17.024)	(206.166)	(138.852)	(362.043)
Permuta Financeira	(164.914)	(291.892)	(1.069.751)	(1.526.557)
Permuta Física[1]	(122.477)	(788.327)	(321.872)	(1.232.676)
Total de Dívida de Terrenos	**(1.590.800)**		**(1.530.475)**	**(3.121.275)**

[1] Nota 26 (b) - terrenos não lançados (não refletidos contabilmente).

No gráfico abaixo, é possível verificar nosso compromisso de pagamento de terrenos:

ENTREGA E EXECUÇÃO DE EMPREENDIMENTOS

Abaixo seguem algumas informações sobre a capacidade operacional da Even:

	2017	2018	2019	2020	1T21	2T21	3T21	4T21
Canteiro de Obras Ativos	35	28	37	28	31	32	38	37
Empreendimentos Entregues	23	14	14	7	-	2	2	2
Unidades Entregues	4.924	2.853	2.765	1.739	-	242	492	140
VGV Total Uidades Entregues (R$ milhões)[1]	3.063	867	1.560	747	-	226	183	282
VGV Parte Even Unidades Entregues (R$ milhões)[1]	2.619	737	1.422	654	-	177	83	282

[1] Valor considerando o preço de venda na época do lançamento.

Entrega de empreendimentos

No 4º trimestre de 2021, foram entregues dois projetos em São Paulo, com VGV total de R$ 282 milhões, somando 140 unidades.

REPASSES E RECEBIMENTO

O processo de repasse (financiamento bancário para os clientes) continua sendo o foco da Companhia, dado a sua relevância para o fluxo de caixa.

Conforme a próxima tabela, o recebimento total de clientes (unidades em obra e concluídas) no 4º trimestre foi de R$ 318 milhões.

	4T20	1T21	2T21	3T21	4T21
Unidades em Obra	326.685	596.319	284.831	319.433	274.598
Unidades Performadas (concluídas)	171.825	84.541	70.842	40.781	43.264
Total	**498.510**	**680.861**	**355.672**	**360.214**	**317.862**

continua...

...continuação

EVEN Construtora e Incorporadora S.A. e Controladas
CNPJ nº 43.470.988/0001-65 · NIRE 35.300.329.520

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

RECEITA

No 4T21, obtivemos Receita líquida de R$ 544 milhões, 19% de crescimento versus 4T20. Em 2021, totalizou R$ 2,3 bilhões, crescimento de 36% em relação ao período anterior.

Abertura da Receita Bruta por Tipo de Receita (%)

Abertura da Receita Bruta de Venda de Imóveis por Ano de Lançamento (%)

LUCRO BRUTO E MARGEM BRUTA

O Lucro bruto foi de R$ 149 milhões no 4T21, cuja margem bruta ex-financiamentos foi de 28,4%, expurgando os efeitos dos encargos financeiros apropriados ao custo (CRIs emitidos com lastro de estoque e financiamento à produção).

Segue quadro demonstrando as margens brutas: (i) contábil, (ii) a apropriar (REF) e (iii) do estoque (com os efeitos dos encargos financeiros apropriados ao custo).

Referente ao 4T21 (R$ milhões)	Margem Bruta	Margem REF[1]	Margem Bruta do Estoque[1]
Receita Líquida	**543,5**	**1.948,0**	**2.944,3**
CPV	**(394,7)**	**(1.347,6)**	**(2.032,9)**
Construção e Terreno	(389,0)	(1.347,6)	(1.995,3)
Financiamento à Produção	(5,7)	-	(37,6)
Lucro Bruto	**148,9**	**600,5**	**911,4**
Margem Bruta (%)	*27,4%*	*30,8%*	*31,0%*
Margem Bruta (%) ex-financiamentos (produção e corporativo)[ii]	**28,4%**	**30,8%**	**32,2%**

[1] Margem REF e de estoque quando forem realizadas se beneficiarão das receitas de serviços e indexação da carteira pelo INCC.

[ii] Encargos financeiros apropriados ao custo.

É importante destacar que a Even atualiza o custo orçado dos empreendimentos mensalmente, não apenas considerando a variação do INCC no período, mas sim o custo efetivamente orçado atualizado pela área técnica.

Na tabela abaixo podemos observar o custo a incorrer anual de todos os empreendimentos em fase de obra, incluindo as unidades vendidas e não vendidas (estoque).

Ano	Custo a Incorrer 4T21 Unidades Vendidas (R$ milhões)	Unidades em Estoque (R$ milhões)	Total[1] (R$ milhões)
2022	784,9	328,1	1.113,0
2023	445,1	319,4	764,5
2024	116,5	82,1	198,6
2025	1,1	1,4	2,4
Total	**1.347,6**	**730,9**	**2.078,5**

[1] Expurgando custo das unidades não lançadas de empreendimentos faseados de R$ 182,6 milhões.

DESPESAS COMERCIAIS, GERAIS E ADMINISTRATIVAS

No 4T21 as Despesas operacionais totalizaram R$ 97 milhões, conforme tabela abaixo:

	4T20	1T21	2T21	3T21	4T21	2021
Comerciais	(21.924)	(36.804)	(30.888)	(37.611)	(37.128)	(142.431)
Gerais e Administrativas	(31.108)	(34.537)	(38.029)	(41.140)	(42.283)	(155.991)
Outras Despesas Operacionais	26.711	(16.900)	(17.887)	(15.899)	(18.020)	(68.708)
Despesas Operacionais	**(26.321)**	**(88.242)**	**(86.805)**	**(94.650)**	**(97.431)**	**(367.130)**
% da Receita Líquida	-5,8%	-12,9%	-16,6%	-18,0%	-17,9%	-16,1%

Despesas comerciais:

As Despesas comerciais totalizaram R$ 37 milhões no 4T21, representando 6,8% da Receita líquida.

Despesas gerais e administrativas:

As Despesas gerais e administrativas totalizaram R$ 42 milhões no 4T21. As despesas gerais e administrativas representaram 6,9% da Receita Líquida nos 12M21.

Outras receitas/despesas operacionais:

As outras receitas/despesas operacionais apresentaram resultado negativo de R$ 18 milhões no 4T21.

	4T20	1T21	2T21	3T21	4T21	2021
Acordos Judiciais	29.479	(5.590)	(10.712)	(15.110)	(16.314)	(47.726)
Provisão para Contingências	16.300	(4.414)	(4.059)	2.348	3.284	(2.840)
Outras Receitas (Despesas)	(17.380)	(6.402)	2.744	(2.387)	(2.661)	(8.706)
Provisão de Distrato IFRS 9	(1.668)	(495)	(5.861)	(749)	(2.330)	(9.435)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	**26.711**	**(16.900)**	**(17.887)**	**(15.899)**	**(18.020)**	**(68.708)**

A provisão para distratos apresentada como outras despesas operacionais refere-se à provisão constituída com base nos conceitos do IFRS 9, com característica de provisão para realização de ativos financeiros.

RESULTADO FINANCEIRO

O Resultado financeiro do 4T21 foi positivo em R$ 26 milhões. O detalhamento encontra-se a seguir:

	4T20	1T21	2T21	3T21	4T21	2021
Despesas Financeiras	**(17.383)**	**(15.675)**	**(16.342)**	**(18.556)**	**(14.299)**	**(64.872)**
Juros[1]	(12.972)	(11.430)	(10.764)	(10.906)	(10.161)	(43.261)
Outras Despesas Financeiras	(4.411)	(4.245)	(5.578)	(7.650)	(4.138)	(21.612)
Receitas Financeiras	**6.577**	**17.979**	**20.452**	**29.399**	**34.903**	**102.731**
Juros com Aplicações Financeiras	3.540	5.778	9.995	14.850	18.109	48.731
Juros de Clientes	(2.424)	6.412	6.521	11.514	13.592	38.039
Outras Receitas Financeiras	5.461	5.789	3.935	3.036	3.201	15.960
Despesas Financeiras Líquidas	**(10.806)**	**2.303**	**4.110**	**10.843**	**20.602**	**37.860**
Reclassificação das Despesas Apropriadas ao Custo	6.392	7.175	6.918	7.047	5.698	26.839
Resultado Financeiro	**(4.414)**	**9.478**	**11.028**	**17.890**	**26.301**	**64.698**

[1] Contém despesas financeiras de juros apropriadas ao custo.

EBITDA

A seguir pode ser observado o histórico do EBITDA ajustado[1]:

Conciliação EBITDA	4T20	1T21	2T21	3T21	4T21
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	**127.941**	**112.250**	**67.881**	**73.931**	**75.786**
(-) Resultado Financeiro	4.414	(9.478)	(11.028)	(17.890)	(26.301)
(+) Depreciação e Amortização	1.476	1.507	1.874	1.886	2.562
EBITDA	**133.830**	**104.279**	**58.727**	**57.926**	**52.046**
Margem EBITDA (%)	**29,4%**	**15,3%**	**11,2%**	**11,0%**	**9,6%**
EBITDA LTM	**278.934**	**339.370**	**354.919**	**354.764**	**272.979**
Margem EBITDA LTM (%)	**16,7%**	**17,4%**	**16,9%**	**16,2%**	**12,0%**
EBITDA	**133.830**	**104.279**	**58.727**	**57.926**	**52.046**
(+) Despesas Apropriadas ao Custo	6.392	7.175	6.918	7.047	5.698
EBITDA Ajustado	**140.222**	**111.455**	**65.645**	**64.974**	**57.744**
Margem EBITDA Ajustado (%)	**30,8%**	**16,3%**	**12,6%**	**12,3%**	**10,6%**
EBITDA LTM Ajustado	**329.027**	**381.044**	**390.716**	**382.296**	**299.818**
Margem EBITDA LTM Ajustado (%)	**19,7%**	**19,6%**	**18,6%**	**17,5%**	**13,2%**

[1] EBITDA ajustado: resultado antes dos impostos, resultado financeiro, encargos financeiros apropriados ao custo, depreciações e amortizações.

A Companhia entende que o EBITDA Ajustado oferece uma melhor percepção dos resultados operacionais.

De acordo com as normas contábeis aplicáveis para entidades de incorporação imobiliária, os custos financeiros referentes aos financiamentos à produção são capitalizados nos custos de imóveis vendidos. Dessa forma, o EBITDA que não deveria incluir juros em seu cálculo, acaba por incluir a parcela relativa aos financiamentos à produção. O saldo é apresentado na nota explicativa nº 7 das demonstrações financeiras da Companhia.

LUCRO LÍQUIDO E MARGEM LÍQUIDA

No 4º trimestre o Lucro líquido foi de R$ 42 milhões, com margem líquida de 12,0%*.

* Dado que a receita líquida considera a participação dos minoritários, a margem líquida também é relativa ao lucro líquido antes da participação de minoritários.

[1] Excluindo resultado de operações descontinuadas no 4T20.

ESTRUTURA FINANCEIRA

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de disponibilidades era de R$ 942 milhões.

Os empréstimos e financiamentos à produção totalizaram R$ 314 milhões, sendo R$ 234 milhões de dívida de financiamento à produção (SFH e CRI), que são integralmente garantidas pelos recebíveis ou estoque, e R$ 80 milhões correspondente a dívidas corporativas.

A tabela a seguir mostra a estrutura de capital e a alavancagem em 31 de dezembro de 2021:

	31/12/2021 (R$ milhões)	
Produção SFH	(175,9)	56%
Produção CRI	(58,0)	19%
CRI Corporativo	(57,7)	18%
CCB Imobiliária	(21,9)	7%
Dívida Bruta	**(313,5)**	**100%**
Caixa	941,6	
Caixa Líquido	**628,0**	
Patrimônio Líquido	**2.592,3**	
Caixa Líquido/PL	**24,2%**	

continua...

...continuação

EVEN Construtora e Incorporadora S.A. e Controladas
CNPJ nº 43.470.988/0001-65 - NIRE 35.300.329.520

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Abaixo é possível observar o fluxo de amortização de nossas dívidas corporativas (ex-financiamentos à produção):

Cronograma de Amortização Dívida Corporativa (R$ Milhões)

	até 12M	12M - 24M
CCB	11	10
CRI	58	
Total	69	10

GERAÇÃO DE CAIXA/*CASH BURN*

A queima operacional de caixa do 4T21 foi de R$ 120 milhões. No acumulado de 2021 a geração operacional de caixa foi de R$ 36 milhões.

Geração de Caixa	4T20	1T21	2T21	3T21	4T21	2021
Dívida Líquida Inicial	(388,7)	(835,7)	(1.032,6)	(875,5)	(762,5)	(835,7)
Dívida Líquida Final	(835,7)	(1.032,6)	(875,5)	(762,5)	(628,0)	(628,0)
Geração de Caixa	**447,0**	**196,9**	**(157,1)**	**(113,0)**	**(134,5)**	**(207,6)**
Dividendos	-	-	156,9	-	15,0	171,9
Recompra de Ações[1]	-	29,4	11,1	30,9	-	71,4
Geração de Caixa (ex-dividendos e recompra)	**447,0**	**226,3**	**10,9**	**(82,2)**	**(119,5)**	**35,7**

[1] No 3T21, recompra líquida de ações (EVEN3) de R$ 24,4 MM.

CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Encerramos o 4T21 com R$ 272 milhões de recebíveis de unidades concluídas. Estes valores, em sua maior parte, estão em processo de repasse para os bancos (financiamento para o cliente).

O contas a receber pela venda de imóveis até o 4T21 é de R$ 1,5 bilhão. O saldo de contas a receber das unidades vendidas e ainda não concluídas não está totalmente refletido como ativo nas demonstrações financeiras, uma vez que o saldo é reconhecido na medida da evolução da construção.

De acordo com o cronograma abaixo, do total de recebíveis de R$ 2,8 bilhões (contas a receber apropriado mais o contas a receber a apropriar no balanço), possuem o seguinte cronograma de recebimento:

Ano	Durante o Período de Obras (R$ milhões)	Após o Período de Obras (R$ milhões)	Contas a Receber Total (R$ milhões)
2022	485,8	1.138,6	1.624,3
2023	182,6	153,8	336,4
2024	165,5	492,6	658,1
2025	7,1	219,2	226,3
Total	**841,0**	**2.004,1**	**2.845,1**

O saldo de contas a receber é atualizado pela variação do INCC até a entrega das chaves e, posteriormente, pela variação do índice de preços (IPCA), acrescido de juros de até 12% ao ano, apropriados de forma *pro rata temporis*.

Vale lembrar que estes valores poderão ser quitados pelo cliente, repassados para os bancos (financiamento para o cliente) ou securitizados.

ANEXOS

ANEXO 1 - Demonstração de Resultado

Demonstração do Resultado Consolidado (em milhares de reais)

Demonstração de Resultado	1T21	2T21	3T21	4T21	2021
Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	**683.377**	**522.387**	**526.430**	**543.549**	**2.275.744**
Custo Incorrido das Vendas Realizadas	**(493.022)**	**(380.917)**	**(375.100)**	**(394.662)**	**(1.643.701)**
Lucro Bruto	**190.356**	**141.470**	**151.330**	**148.887**	**632.043**
Margem Bruta	*27,9%*	*27,1%*	*28,7%*	*27,4%*	*27,8%*
Margem Bruta (ex-financiamento)	*28,9%*	*28,4%*	*30,1%*	*28,4%*	*29,0%*
Receitas (Despesas) Operacionais	**(88.242)**	**(86.805)**	**(94.649)**	**(97.431)**	**(367.130)**
Comerciais	(36.804)	(30.888)	(37.611)	(37.128)	(142.431)
Gerais e Administrativas	(28.763)	(32.126)	(34.830)	(25.885)	(121.575)
Remuneração da Administração	(5.774)	(5.904)	(6.310)	(16.428)	(34.416)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais, Líquidas	(16.900)	(17.887)	(15.899)	(18.020)	(68.708)
Lucro (Prejuízo) Operacional antes das Participações Societárias, do Resultado Financeiro	**102.114**	**54.666**	**56.681**	**51.456**	**264.913**
Resultado das Participações Societárias	**658**	**2.187**	**(640)**	**(1.971)**	**236**
Resultado Financeiro	**9.478**	**11.028**	**17.890**	**26.301**	**64.698**
Despesas Financeiras	(8.500)	(9.424)	(11.509)	(8.601)	(38.033)
Receitas Financeiras	17.979	20.452	29.399	34.902	102.731
Lucro antes do IRPJ e CSLL	**112.250**	**67.881**	**73.931**	**75.786**	**329.847**
IRPJ e CSLL	**(12.252)**	**(9.825)**	**(10.186)**	**(9.667)**	**(41.931)**
Corrente	(14.096)	(8.869)	(10.045)	(9.631)	(42.640)
Diferido	1.844	(957)	(141)	(37)	709
Lucro Líquido Antes das Operações Descontinuadas	**99.998**	**58.055**	**63.745**	**66.119**	**287.916**
Prejuízo Líquido do Exercício das Operações Descontinuadas	**(2.539)**	**1.967**	**(57)**	**(1.067)**	**(1.695)**
Lucro Líquido Antes da Participação dos Minoritários	**97.460**	**60.022**	**63.688**	**65.052**	**286.221**
Participação de Minoritários	(13.832)	(5.794)	(12.093)	(23.291)	(55.009)
Lucro Líquido do Exercício	**83.628**	**54.228**	**51.595**	**41.761**	**231.212**

Demonstração do Resultado Consolidado e Ex-Melnick (em milhares de reais)

	Total		Ex-Melnick	
Demonstração de Resultado	**2021**	**4T21**	**2021**	**4T21**
Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	**2.275.744**	**543.549**	**1.503.925**	**306.912**
Custo Incorrido das Vendas Realizadas	**(1.643.701)**	**(394.662)**	**(1.056.906)**	**(211.802)**
Lucro Bruto	**632.043**	**148.887**	**447.019**	**95.110**
Margem Bruta	27,8%	27,4%	29,7%	31,0%
Receitas (Despesas) Operacionais	**(367.130)**	**(97.431)**	**(243.034)**	**(63.778)**
Comerciais	(142.431)	(37.128)	(84.438)	(17.990)
Gerais e Administrativas	(155.991)	(42.283)	(108.170)	(28.298)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais, Líquidas	(68.708)	(18.020)	(50.426)	(17.490)
Lucro (Prejuízo) Operacional antes das Participações Societárias, do Resultado Financeiro	**264.913**	**51.456**	**203.985**	**31.332**
Resultado das Participações Societárias	**236**	**(1.971)**	**236**	**(1.971)**
Resultado Financeiro	**64.698**	**26.301**	**25.687**	**10.719**
Despesas Financeiras	(38.033)	(8.601)	(34.054)	(6.118)
Receitas Financeiras	102.731	34.902	59.741	16.837
Lucro antes do IRPJ e CSLL	**329.847**	**75.786**	**229.908**	**40.080**
IRPJ e CSLL	**(41.931)**	**(9.667)**	**(28.351)**	**(5.683)**
Lucro Líquido Antes das Operações Descontinuadas	**287.916**	**66.119**	**201.557**	**34.397**
Prejuízo Líquido do Exercício das Operações Descontinuadas	**(1.695)**	**(1.067)**	**(1.695)**	**(1.067)**
Lucro Líquido Antes da Participação dos Minoritários	**286.221**	**65.052**	**199.862**	**33.330**
Participação de Minoritários	**(55.009)**	**(23.291)**	**(6.311)**	**(8.043)**
Lucro Líquido do Exercício	**231.212**	**41.761**	**193.551**	**25.287**
Margem Líquida	10,2%	7,7%	12,9%	8,2%
Margem Líquida (sem minoritários)	12,6%	12,0%	13,3%	10,9%

ANEXO 2 - Balanço Patrimonial

Balanço Patrimonial Consolidado (em milhares de reais)

	4T20	1T21	2T21	3T21	4T21
Ativo	**31/12/2020**	**31/03/2021**	**30/06/2021**	**30/09/2021**	**31/12/2021**
Disponibilidades	1.280.204	1.449.159	1.291.404	1.110.845	939.134
Caixa Vinculado	8.700	5.293	3.994	3.024	2.444
Contas a Receber	664.616	732.277	757.301	785.065	1.105.214
Imóveis a Comercializar	1.724.136	2.122.359	2.199.132	2.507.974	2.154.127
Demais Contas a Receber	120.717	145.018	127.981	146.356	142.973
Ativo Circulante	**3.798.373**	**4.454.106**	**4.379.812**	**4.553.264**	**4.343.892**
Ativos Destinados a Venda	181.034	181.034	181.034	181.034	181.034
Ativo Não Circulante Destinado a Venda	**181.034**	**181.034**	**181.034**	**181.034**	**181.034**
Contas a Receber	636.414	584.506	583.470	673.909	476.475
Imóveis a Comercializar	381.357	262.747	265.745	267.181	742.471
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	12.279	11.454	15.128	7.847	6.784
Transações com Partes Relacionadas	99.281	106.979	111.713	104.740	99.599
Demais Contas a Receber	29.102	30.410	30.716	29.780	28.341
Investimentos	26.750	24.594	27.817	32.151	29.731
Imobilizado	11.918	13.567	13.962	16.807	21.288
Intangível	269	196	132	387	295
Ativo Não Circulante	**1.197.370**	**1.034.453**	**1.048.683**	**1.132.802**	**1.404.984**
Total do Ativo	**5.176.777**	**5.669.593**	**5.609.529**	**5.867.100**	**5.929.910**
Passivo e Patrimônio Líquido	**31/12/2020**	**31/03/2021**	**30/06/2021**	**30/09/2021**	**31/12/2021**
Fornecedores	40.947	78.365	57.353	66.369	60.333
Contas a Pagar por Aquisição de Imóveis	363.045	319.289	373.324	624.072	629.068
Contas a Pagar por Aquisição Sociedade Controladas	-	65.506	146.295	115.777	101.724
Empréstimos e Financiamentos	142.878	123.940	131.832	102.631	106.019
Impostos e Contribuições a Recolher	45.294	40.160	33.859	33.961	-
Adiantamentos de Clientes	810.190	896.077	939.441	1.014.960	1.086.245
Dividendos Propostos	4.224	4.224	-	-	-
Provisões	129.371	133.906	113.183	117.359	106.388
Demais Contas a Pagar	114.720	169.893	170.481	196.605	225.666
Passivo Circulante	**1.650.669**	**1.831.360**	**1.965.768**	**2.271.734**	**2.315.443**
Contas a Pagar por Aquisições de Imóveis	575.679	604.302	592.848	555.864	609.749
Contas a pagar por Aquisição Sociedade Controladas	-	172.931	71.207	71.207	50.000
Provisões	136.402	137.610	131.872	122.651	124.700
Empréstimos e Financiamentos	310.362	298.058	288.039	248.738	207.514
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	22.248	20.388	21.337	21.271	21.865
Demais Contas a Pagar	-	-	-	-	8.301
Passivo Exigível a Longo Prazo	**1.044.691**	**1.233.289**	**1.105.303**	**1.019.731**	**1.022.129**
Capital Social Atribuído aos Acionistas da Controladora	1.657.409	1.657.409	1.657.409	1.657.409	1.657.409
Ações em Tesouraria	(31.522)	(31.522)	(30.162)	(55.889)	(55.889)
Plano de Opção de Ações	-	-	28.822	33.810	38.798
Reserva de Lucros	120.071	202.403	103.359	155.232	180.488
	1.745.958	**1.828.290**	**1.759.428**	**1.790.562**	**1.820.806**
Participação dos Não Controladores	735.459	776.654	779.030	785.073	771.532
Patrimônio Líquido	**2.481.417**	**2.604.944**	**2.538.458**	**2.575.635**	**2.592.338**
Passivo e Patrimônio Total	**5.176.777**	**5.669.593**	**5.609.529**	**5.867.100**	**5.929.910**

Balanço Patrimonial Consolidado e Ex-Melnick (em milhares de reais)

	31/12/2021	
Ativo	**Consolidado**	**Ex-Melnick**
Disponibilidades	939.134	538.441
Caixa Vinculado	2.444	2.444
Contas a Receber	1.105.214	653.709
Imóveis a Comercializar	2.154.127	1.347.474
Demais Contas a Receber	142.973	112.215
Ativo Circulante	**4.343.892**	**2.654.283**
Ativos Destinados a Venda	181.034	181.034
Ativo Não Circulante Destinado a Venda	**181.034**	**181.034**
Contas a Receber	476.475	302.662
Imóveis a Comercializar	742.471	682.395
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	6.784	4.631
Transações com Partes Relacionadas	99.599	99.402
Demais Contas a Receber	28.341	21.292
Investimentos	29.731	25.147
Imobilizado	21.288	7.517
Intangível	295	137
Ativo Não Circulante	**1.404.984**	**1.143.183**
Total do Ativo	**5.929.910**	**3.978.500**

	31/12/2021	
Passivo e Patrimônio Líquido	**Consolidado**	**Ex-Melnick**
Fornecedores	60.333	34.957
Contas a Pagar por Aquisições de Imóveis	629.068	578.377
Contas a Pagar por Aquisição Sociedade Controladas	101.724	101.724
Empréstimos e Financiamentos	106.019	99.195
Impostos e Contribuições a Recolher	-	-
Adiantamentos de Clientes	1.086.245	671.364
Dividendos Propostos	-	-
Provisões CP	106.388	40.602
Demais Contas a Pagar	225.666	128.194
Passivo Circulante	**2.315.443**	**1.654.413**
Contas a Pagar por Aquisições de Imóveis	609.749	568.721
Contas a Pagar por Aquisição Sociedade Controladas	50.000	50.000
Provisões	124.700	99.313
Empréstimos e Financiamentos	207.514	201.904
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	21.865	10.833
Demais Contas a Pagar	8.301	-
Passivo Exigível a Longo Prazo	**1.022.129**	**930.771**
Capital Social Atribuído aos Acionistas da Controladora	1.657.409	1.178.895
Ações em Tesouraria	(55.889)	(24.197)
Plano de Opção de Ações	38.798	38.798
Reserva de Lucros	180.488	102.825
	1.820.806	**1.296.321**
Participação dos Não Controladores	771.532	96.995
Patrimônio Líquido	**2.592.338**	**1.393.316**
Passivo e Patrimônio Total	**5.929.910**	**3.978.500**

ANEXO 3 - Demonstração de Fluxo de Caixa

Demonstração de Fluxo de Caixa (em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais				
Prejuízo antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	231.641	142.206	329.847	285.970
Ajustes para Reconciliar o Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social com o Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais:				
Equivalência Patrimonial	(354.438)	(246.556)	(236)	(4.331)
Depreciações e Amortizações	3.635	7.386	8.345	8.360
Provisões	(40.178)	(70.724)	(36.811)	(54.473)
Juros Provisionados	12.648	40.841	21.465	118.696
Juros Apropriados em Aplicações Financeiras	(15.977)	(9.550)	(51.549)	(23.259)
Valor de Mercado *swap*	-	(661)	-	(661)
Variações nos Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes:				
Contas a Receber	11.305	7.775	(280.659)	(57.214)
Imóveis a Comercializar	(1.878)	(2.339)	(791.105)	207.790
Contas a Pagar por Aquisição Sociedade Controladas	-	-	151.724	-
Demais Contas a Receber	(31.070)	(8.640)	(21.495)	(9.524)
Fornecedores	(1.382)	(6.894)	19.386	(45.710)
Contas a Pagar por Aquisição de Imóveis	-	-	300.093	179.248
Adiantamentos de Clientes	(47.333)	49.833	276.055	515.070
Demais Passivos	2.521	1.343	64.524	(38.665)

continua...

...continuação

EVEN Construtora e Incorporadora S.A. e Controladas

CNPJ nº 43.470.988/0001-65 · NIRE 35.300.329.520

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Variações no Patrimônio não afetam Caixa				
Aquisições de Ações em Tesouraria	-	-	-	-
Concessões de Ações - ILP	38.798	4.533	38.798	4.533
Variações na Participação dos Não Controladores:				
Ganho na Perda de Participação Societária em Controlada (OPA)	-	123.535	-	123.535
Perda na Variação de Participação em Operações com Parte Relacionada	-	-	-	-
Custo na Baixa de Participação Alienada a Parte Relacionada	-	(34.676)	-	(34.676)
Caixa Gerado pelas (Aplicado nas) Operações	**(191.708)**	**(2.588)**	**28.382**	**1.174.689**
Juros Pagos	(12.337)	(72.247)	(18.359)	(99.985)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-	-	(49.698)	(34.303)
Caixa Liquido (Aplicado nas) Gerado pelas Atividades Operacionais	**(204.045)**	**(74.835)**	**(39.675)**	**1.040.401**
Fluxo de Caixa Operacional das Atividades Não Operacionais				
Resultado de Investimentos Descontinuados	(429)	(127.522)	(1.695)	(199.782)
Caixa Liquido Gerado pelas Atividades Operacionais	**(429)**	**(127.522)**	**(1.695)**	**(199.782)**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento				
Aplicações Financeiras	(214.877)	138.531	74.870	(455.602)
Aquisição (Baixas) de Bens do Ativo Imobilizado e Intangível	(243)	(5.412)	(9.396)	(3.823)
Aumento dos Investimentos	150.498	344.200	(7.026)	(2.562)
Lucros Recebidos	368.634	296.562	4.281	2.288
Aumento (Redução) de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital em Sociedades Investidas	63.230	299.227	5.495	(8.011)
Caixa Liquido Gerado pelas (Aplicado nas) Atividades de Investimento	**387.242**	**1.073.108**	**68.224**	**(467.710)**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento				
De Terceiros:				
Ingresso de Novos Empréstimos e Financiamentos	-	-	235.824	256.926
Pagamento de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	(217.593)	(711.466)	(378.637)	(1.177.512)
Caixa Restrito	2.381	232.373	6.256	234.082
	(215.212)	**(479.093)**	**(136.557)**	**(686.504)**
De Acionistas/Partes Relacionadas:				
Ingresso (Pagamento) de Partes Relacionadas, Líquido	(5.535)	(105.699)	7.034	(14.056)
Dividendos Pagos	(171.777)	(30.000)	(171.777)	(29.263)
Aquisições de Ações em Tesouraria	(24.367)	(27.246)	(24.367)	(27.246)
Concessões de Ações - ILP	-	-	-	-
Movimentos de Acionistas Não Controladores	-	-	(18.936)	487.967
Caixa Liquido (Aplicado nas) Gerado pelas Atividades de Financiamento	**(416.891)**	**(642.038)**	**(344.603)**	**(269.102)**
(Redução) Aumento Liquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	**(234.123)**	**228.713**	**(317.749)**	**103.807**
Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa				
No início do Exercício	247.710	18.997	357.622	253.815
No final do Exercício	13.587	247.710	39.873	357.622
(Redução) Aumento Liquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	**(234.123)**	**228.713**	**(317.749)**	**103.807**

ANEXO 4 - NAV

ANEXO 5 - *Land Bank*

A tabela mostra os terrenos adquiridos pela Companhia, por empreendimento, em 31 de dezembro de 2021, excluindo Melnick.

Terreno	Localização	Data da Compra	Áreas (m²) Terreno	Áreas (m²) Útil	Unidades	VGV Esperado Total	VGV Esperado Even
Terreno I	Minas Gerais	mai-07	9.511	20.094	178	16.731	16.731
Terreno II	Rio de Janeiro	mai-10	8.410	15.711	186	72.360	72.360
Terreno III	Rio de Janeiro	jun-11	8.410	15.711	186	72.360	72.360
Terreno IV	Rio de Janeiro	jul-12	7.062	18.027	202	108.162	108.162
Terreno V	São Paulo	jun-13	4.861	10.461	56	146.556	146.556
Terreno VI	São Paulo	jan-13	6.229	7.660	84	66.190	66.190
Terreno VII	São Paulo	jan-13	26.531	32.628	276	281.937	281.937
Terreno VIII	Rio de Janeiro	mar-14	14.375	18.413	420	72.715	36.358
Terreno IX	São Paulo	set-16	10.000	27.008	446	172.608	172.608
Terreno X	São Paulo	mar-17	5.193	23.052	381	152.802	152.802
Terreno XI	São Paulo	jan-19	1.990	12.180	194	135.432	135.432
Terreno XII	São Paulo	dez-19	4.897	25.656	272	328.044	328.044
Terreno XIII	São Paulo	dez-19	1.217	6.377	225	69.554	69.554
Terreno XIV	São Paulo	jun-20	1.404	8.146	312	101.464	101.464
Terreno XV	São Paulo	jul-20	791	4.380	62	55.306	55.306
Terreno XVI	São Paulo	jul-20	14.121	79.853	506	737.759	737.759
Terreno XVII	São Paulo	ago-20	3.373	16.157	134	195.121	195.121
Terreno XVIII	São Paulo	ago-20	513	2.458	241	17.125	17.125
Terreno XIX	São Paulo	jan-21	17.677	66.091	165	1.388.903	694.451
Terreno XX	São Paulo	mai-21	5.313	30.241	293	257.511	257.511
Terreno XXI	São Paulo	mai-21	455	2.587	88	18.306	18.306
Terreno XXII	São Paulo	ago-21	6.724	20.954	101	320.596	320.596
Terreno XXIII	São Paulo	dez-21	2.340	11.317	68	175.804	106.067
Terreno XXIV	São Paulo	dez-21	397	1.920	74	15.675	15.675
24 Terrenos ou Fases			**161.796**	**477.082**	**5.170**	**4.979.020**	**4.178.474**

ANEXO 6 - Evolução da Comercialização e Evolução Financeira do Custo*

O quadro abaixo apresenta a posição da comercialização e a evolução financeira do custo de nossos empreendimentos em 31/12/2021:

Grupo	Div	Empreendimento	Estado	Lançamento	Ano	% Vendido	POC
Even	2410	Portugal 587	São Paulo	4T21	2021	34,90%	37%
Even	3810	Yby Ibirapuera	São Paulo	3T21	2021	29,46%	42%
Even	4260	Arbo Alto de Pinheiros	São Paulo	3T21	2021	38,92%	48%
Even	4180	Modo Pompeia	São Paulo	2T21	2021	79,64%	36%
Even	4350	Modo Ipiranga	São Paulo	1T21	2021	50,75%	38%
Even	3520	Arcos Itaim	São Paulo	1T21	2021	61,11%	68%
Even	3920	Platô Perdizes	São Paulo	4T20	2020	42,49%	48%
Even	2370	Balkon Campo Belo	São Paulo	4T20	2020	67,14%	43%
Even	3350	Clári Pinheiros	São Paulo	3T20	2020	49,05%	61%
Even	4320	Open Marajoara	São Paulo	3T20	2020	38,32%	68%
Even	4470	Modo Saúde	São Paulo	3T20	2020	47,47%	64%
Even	4270	VM 303	São Paulo	4T19	2019	65,55%	84%
Even	3140	Stella Campo Belo	São Paulo	4T19	2019	69,82%	85%
Even	3950	Lume Alto da Boa Vista	São Paulo	3T19	2019	68,29%	83%
Even	4460	Misce Vila Madalena	São Paulo	2T19	2019	72,11%	90%
Even	3630	Fasano Itaim	São Paulo	1T19/1T21	2019/2021	96,51%	81%
Even	4170	Facto Paulista	São Paulo	4T18	2018	84,02%	99%
Even	3540	Vistta Alto da Lapa	São Paulo	4T18	2018	86,32%	100%
Even	4090	Rios Miguel Yunes	São Paulo	4T17	2017	92,91%	100%
Even	1630	Monumento SP	São Paulo	1T17	2017	45,74%	56%
Even	2120	Mirada Tatuapé	São Paulo	4T16	2016	97,32%	100%
Even	3060	Clube Jaçanã	São Paulo	2T15	2015	97,80%	100%
Even	1910	Hotel Ibis	São Paulo	4T14	2014	34,50%	100%
Even	2960	Haddock Offices	São Paulo	4T12	2012	94,85%	100%
Even	1270	Spot Office Moema	São Paulo	4T11	2011	97,55%	100%
Even	2590	Airport Offices	São Paulo	1T11	2011	93,15%	100%

* Retiramos do quadro os empreendimentos com POC à 100% e % vendas maiores que 98%.

SOBRE A EMPRESA

A Even atua há mais de 40 anos no setor imobiliário e é uma das maiores incorporadoras e construtoras da região metropolitana de São Paulo. Está presente, prioritária e estrategicamente, nas cidades de São Paulo e Porto Alegre. A companhia atua de forma verticalizada, executando todas as etapas do desenvolvimento de seus empreendimentos, desde a prospecção do terreno, incorporação imobiliária e vendas, até a construção do empreendimento. A Even possui 2 empresas de vendas: a Even Vendas e a Even More, ambas atuam em 100% dos empreendimentos da companhia para a venda das unidades e prestam serviços exclusivamente para a Even. A Companhia objetiva ainda seguir os preceitos de sustentabilidade em seus ramos de negócio. A Even acredita que o emprego destas práticas possibilita a redução de resíduos nas construções, amplia a eficiência energética dos produtos, melhora sua imagem frente aos clientes e às comunidades vizinhas aos seus empreendimentos. Suas ações são negociadas no Novo Mercado, nível máximo de governança corporativa da B3 - Brasil, Bolsa, Balcão, sob o código EVEN3.

AVISO LEGAL

As declarações contidas neste release referentes às perspectivas do negócio, estimativas de resultados operacionais e financeiros, e às perspectivas de crescimento que afetam as atividades da EVEN, bem como quaisquer outras declarações relativas ao futuro dos negócios da Companhia, constituem estimativas e declarações futuras que envolvem riscos e incertezas e, portanto, não são garantias de resultados futuros. Tais considerações dependem, substancialmente, de mudanças nas condições de mercado, regras governamentais, pressões da concorrência, do desempenho do setor e da economia brasileira, entre outros fatores e estão, portanto, sujeitas a mudança sem aviso prévio.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381/03 informamos que os auditores independentes da PricewarterhouseCoopers Auditores Independentes não prestaram durante o trimestre findo em 31 de dezembro de 2020 outros serviços que não os relacionados com auditoria externa. A política da empresa na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DEZEMBRO DE 2020 (Em milhares de reais - R$)

Ativos	Nota	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Circulantes					
Caixa e equivalentes de caixa	4	13.587	247.710	39.873	357.622
Títulos e valores mobiliários	5	296.951	66.097	899.261	922.582
Caixa restrito	6	2.442	4.823	2.444	8.700
Contas a receber	7.a	1.303	6.900	1.105.214	664.616
Imóveis a comercializar	8	15.286	13.408	2.154.127	1.724.136
Demais contas a receber		47.156	12.960	142.973	120.717
		376.725	**351.898**	**4.343.892**	**3.798.373**
Ativos não circulantes destinados à venda					
Ativos destinados à venda	9	-	-	181.034	181.034
		-	**-**	**181.034**	**181.034**
Não circulantes					
Contas a receber	7.a	18.141	23.849	476.475	636.414
Imóveis a comercializar	8	-	-	742.471	381.357
Adiantamentos para futuros investimentos	10.d	42.365	105.595	6.784	12.279
Partes relacionadas	26.a	173.673	170.009	99.599	99.281
Demais contas a receber		8.512	9.219	28.341	29.102
Investimentos	10	1.472.144	1.656.849	29.731	26.750
Imobilizado		3.252	2.944	21.288	11.918
Intangível		25	90	295	269
		1.718.112	**1.968.555**	**1.404.984**	**1.197.370**
Total dos ativos		**2.094.837**	**2.320.453**	**5.929.910**	**5.176.777**

Passivos e patrimônio líquido	Nota	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Circulantes					
Fornecedores		3.794	5.176	60.333	40.947
Contas a pagar por aquisição de imóveis	12	-	-	629.068	363.045
Contas a pagar por aquisição sociedade controladas	11	-	-	101.724	-
Empréstimos e financiamentos	13.a	70.131	84.299	106.019	142.878
Adiantamentos de clientes	14	2.500	49.833	1.086.245	810.190
Provisão para perdas em sociedades controladas	10	61.085	58.677	-	-
Dividendos propostos		-	3.487	-	4.224
Provisões	15	23.464	51.657	106.388	129.371
Partes relacionadas	26.a	12.525	14.396	46.372	39.020
Demais contas a pagar		34.104	25.443	179.294	120.668
		207.603	**292.968**	**2.315.443**	**1.650.343**
Não circulantes					
Contas a pagar por aquisição de imóveis	12	-	-	609.749	575.679
Contas a pagar por aquisição sociedade controladas	11	-	-	50.000	-
Provisões	15	23.420	35.405	124.700	136.402
Empréstimos e financiamentos	13.a	43.008	246.122	207.514	310.362
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	-	-	21.865	22.574
Demais contas a pagar		-	-	8.301	-
		66.428	**281.527**	**1.022.129**	**1.045.017**
Total do passivo		**274.031**	**574.495**	**3.337.572**	**2.695.360**
Patrimônio líquido					
Capital social atribuído aos acionistas da controladora	17	1.657.409	1.657.409	1.657.409	1.657.409
Ações restritas e em tesouraria	17.a	(55.889)	(31.522)	(55.889)	(31.522)
Plano de opção de ações	17.b	38.798	-	38.798	-
Reservas de lucros	17.c	180.488	6.693	180.488	6.693
Dividendos adicionais propostos		-	113.378	-	113.378
		1.820.806	**1.745.958**	**1.820.806**	**1.745.958**
Participação dos não controladores		-	-	771.532	735.459
Total do patrimônio líquido		**1.820.806**	**1.745.958**	**2.592.338**	**2.481.417**
Total dos passivos e patrimônio líquido		**2.094.837**	**2.320.453**	**5.929.910**	**5.176.777**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

continua...

...continuação

EVEN Construtora e Incorporadora S.A. e Controladas

CNPJ nº 43.470.988/0001-65 · NIRE 35.300.329.520

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DEZEMBRO DE 2020 (Em milhares de reais - R$, exceto o lucro por ação)

	Nota	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Operações					
Receita	19	23.844	26.025	2.275.744	1.671.020
Custo incorrido das vendas realizadas	20.a	(26.230)	(21.107)	(1.643.701)	(1.188.582)
Lucro (Prejuízo) bruto		**(2.386)**	**4.918**	**632.043**	**482.438**
Despesas operacionais					
Comerciais	20.b	(3.033)	(3.390)	(142.431)	(118.807)
Gerais e administrativas	20.b	(79.153)	(76.856)	(121.575)	(103.804)
Remuneração da administração	20.b	(24.871)	(16.267)	(34.416)	(16.267)
Provisões	15.e	(16.952)	9.976	(60.001)	12.205
Outras despesas operacionais, líquidas		(4.795)	2.910	(8.707)	11.965
		(128.804)	**(83.627)**	**(367.130)**	**(214.708)**
Lucro (Prejuízo) operacional		**(131.190)**	**(78.709)**	**264.913**	**267.730**
Resultado das participações societárias					
Equivalência patrimonial	10.a	354.438	246.556	236	4.331
		354.438	246.556	236	4.331
Resultado financeiro					
Despesas financeiras	22	(19.714)	(45.106)	(38.033)	(52.297)
Receitas financeiras	22	28.107	19.465	102.731	66.206
		8.393	**(25.641)**	**64.698**	**13.909**
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		**231.641**	**142.206**	**329.847**	**285.970**
Imposto de renda e contribuição social					
Imposto de renda e contribuição social - correntes	24	-	-	(42.640)	(36.264)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	16	-	-	709	3.425
Lucro líquido das operações continuadas		**231.641**	**142.206**	**287.916**	**253.131**
Operações descontinuadas					
Resultado descontinuado	23	(429)	(127.522)	(1.695)	(199.782)
Prejuízo líquido do exercício das operações descontinuadas		(429)	(127.522)	(1.695)	(199.782)
Lucro dos exercícios		**231.212**	**14.684**	**286.221**	**53.349**
Lucro dos exercícios atribuível a					
Acionistas				231.212	14.684
Participação dos não controladores				55.009	38.665
				286.221	**53.349**
Lucro por ação atribuível aos acionistas da companhia durante os exercícios - R$					
Lucro básico por ação	18.a	1,123	0,071	1,123	0,071
Lucro diluído por ação	18.b	1,123	0,071	1,123	0,071

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DEZEMBRO DE 2020 (Em milhares de reais - R$)

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Lucro líquido dos exercícios	231.212	14.684	286.221	53.349
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente dos exercícios	**231.212**	**14.684**	**286.221**	**53.349**
Resultado abrangente dos exercícios atribuível a				
Acionistas			231.212	14.684
Participação dos não controladores			55.009	38.665
			286.221	**53.349**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DEZEMBRO DE 2020 (Em milhares de reais - R$)

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Receita				
Incorporação, revenda de imóveis e serviços	27.533	29.943	2.350.295	1.763.195
Insumos adquiridos de terceiros				
Custo	(26.230)	(21.107)	(1.645.396)	(1.388.364)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros operacionais	(51.659)	(139.077)	(259.108)	(108.138)
	(77.889)	**(160.184)**	**(1.904.504)**	**(1.496.502)**
Valor (Consumido) adicionado bruto	**(50.356)**	**(130.241)**	**445.791**	**266.693**
Retenções				
Depreciações e amortizações	(3.635)	(7.386)	(8.345)	(8.360)
	(3.635)	**(7.386)**	**(8.345)**	**(8.360)**
Valor (Consumido) adicionado produzido pela companhia	**(53.991)**	**(137.627)**	**437.446**	**258.333**
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	354.438	246.556	236	4.331
Receitas financeiras - inclui variações monetárias	28.107	19.465	102.731	66.206
	382.545	**266.021**	**102.967**	**70.537**
Valor adicionado total a distribuir	**328.554**	**128.394**	**540.413**	**328.870**
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Salários	(61.111)	(54.177)	(82.992)	(78.083)
Benefícios	(6.243)	(5.620)	(8.688)	(14.146)
FGTS	(3.198)	(2.334)	(4.228)	(3.156)
Impostos, taxas e contribuições	(6.310)	(5.809)	(119.100)	(126.907)
Juros	(12.438)	(31.598)	(16.422)	(32.944)
Aluguéis	(766)	(665)	(1.150)	(931)
Outras	(7.276)	(13.508)	(21.611)	(19.353)
Dividendos	(54.913)	(3.487)	(54.913)	(3.487)
Lucros retidos dos exercícios	(176.299)	(11.197)	(176.299)	(11.197)
Participação dos não controladores	-	-	(55.009)	(38.665)
	(328.554)	**(128.394)**	**(540.413)**	**(328.870)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DEZEMBRO DE 2020 (Em milhares de reais)

		Atribuível aos acionistas da controladora											
			Ações restritas e em tesouraria				Reservas de lucros						
	Nota	Capital social	Ações restritas concedidas	Ações em tesouraria	Custos de transação	Plano de opção de ações	Legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Dividendos adicionais propostos	Total	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2019		**1.641.467**	**(287)**	**(35.768)**	**(15.775)**	**31.717**	**5.960**	**41.302**	**-**	**-**	**1.668.614**	**208.827**	**1.877.442**
Ações em tesouraria:													
Concessão de ações - desbloqueio ILP	17.a	-	-	2.035	-	-	-	-	-	-	2.035	-	2.035
Aquisições de ações em tesouraria	17.a	-	-	(24.748)	-	-	-	-	-	-	(24.748)	-	(24.748)
Cancelamento de ações restritas	17.a	-	-	27.246	-	-	-	(27.246)	-	-	-	-	-
Capital social													
Absorção de custos de transação		(15.775)	-	-	15.775	-	-	-	-	-	-	-	-
Absorção de plano de opções de ações		31.717	-	-	-	(31.717)	-	-	-	-	-	-	-
Oferta pública de ações de sociedade controlada													
Custo de transação	17.a	-	-	-	-	-	-	-	(19.222)	-	(19.222)	(21.507)	(40.729)
Ajuste de avaliação patrimonial	17.a	-	-	-	-	-	-	-	142.757	-	142.757	477.743	620.500
Operações com não controladores:													
Reorganização societária	17.a	-	-	-	-	-	-	-	(34.676)	-	(34.676)	74.063	39.387
Redução de capital	17	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(42.332)	(42.332)
Destinação de lucros:													
Lucro líquido do exercício	17.c	-	-	-	-	-	-	-	14.684	-	14.684	38.665	53.349
Constituição da reserva legal	17.c	-	-	-	-	-	734	-	(734)	-	-	-	-
Dividendos mínimo estatutário	17.d	-	-	-	-	-	-	-	(3.487)	-	(3.487)	-	(3.487)
Dividendos adicionais propostos	17.d	-	-	-	-	-	-	-	(113.378)	113.378	-	-	-
Reversão da reserva de lucros	17.c	-	-	-	-	-	-	(14.056)	14.056	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**1.657.409**	**(287)**	**(31.235)**	**-**	**-**	**6.694**	**-**	**-**	**113.378**	**1.745.958**	**735.459**	**2.481.417**
Ações em tesouraria:													
Concessão de ações - desbloqueio ILP	17.b	-	(268)	268	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Apropriação do plano ILP	20.b	-	-	-	-	18.372	-	-	-	-	18.372	-	18.372
Reclassificação plano ILP	17.b	-	-	-	-	20.426	-	-	-	-	20.426	-	20.426
Aquisições de ações próprias em tesouraria	17.a	-	-	(24.367)	-	-	-	-	-	-	(24.367)	-	(24.367)
Operações com não controladores:													
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-	-	-	-	-	(2.419)	-	(2.419)	-	(2.419)
Aumento de capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(18.936)	(18.936)
Destinação de lucros:													
Lucro líquido do exercício	17.d	-	-	-	-	-	-	-	231.212	-	231.212	55.009	286.221
Constituição da reserva legal	17.c	-	-	-	-	-	11.561	-	(11.561)	-	-	-	-
Dividendos distribuídos do exercício de 2021	17.d	-	-	-	-	-	-	-	(54.999)	-	(54.999)	-	(54.999)
Dividendos adicionais distribuídos de 2020	17.d	-	-	-	-	-	-	-	-	(113.377)	(113.377)	-	(113.377)
Constituição da reserva de lucros		-	-	-	-	-	-	162.233	(162.233)	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**1.657.409**	**(555)**	**(55.334)**	**-**	**38.798**	**18.255**	**162.233**	**-**	**-**	**1.820.806**	**771.532**	**2.592.338**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DEZEMBRO DE 2020 (Em milhares de reais - R$)

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais:				
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	231.641	142.206	329.847	285.970
Ajustes para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:				
Equivalência patrimonial	(354.438)	(246.556)	(236)	(4.331)
Depreciações e amortizações	3.635	7.386	8.345	8.360
Provisões	(40.178)	(70.724)	(36.811)	(54.473)
Juros provisionados	12.648	40.841	21.465	118.696
Juros apropriados em aplicações financeiras	(15.977)	(9.550)	(51.549)	(23.259)
Valor de mercado *SWAP*	-	(661)	-	(661)
Variações nos ativos e passivos circulantes e não circulantes:				
Contas a receber	11.305	7.775	(280.659)	(57.214)
Imóveis a comercializar	(1.878)	(2.339)	(791.105)	207.790
Demais contas a receber	(31.070)	(8.640)	(21.495)	(9.524)
Fornecedores	(1.382)	(6.894)	19.388	(45.710)
Contas a pagar por aquisição de imóveis	-	-	300.093	179.248
Contas a pagar por aquisição sociedade controladas	-	-	151.724	-
Adiantamentos de clientes	(47.333)	49.833	276.055	515.070
Demais passivos	2.521	1.343	64.524	(38.665)
Concessões de ações - ILP	38.798	4.533	38.798	4.533
Variações na participação dos não controladores:				
Ganho na perda de participação societária em controlada (OPA)	-	123.535	-	123.535
Custo na baixa de participação alienada a parte relacionada	-	(34.676)	-	(34.676)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) operações	**(191.708)**	**(2.588)**	**28.382**	**1.174.689**
Juros pagos	(12.337)	(72.247)	(18.359)	(99.985)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(49.698)	(34.303)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	**(204.045)**	**(74.835)**	**(39.675)**	**1.040.401**
Fluxo de caixa das atividades operacionais das operações descontinuadas				
Alienação de investimentos descontinuados	(429)	(127.522)	(1.695)	(199.782)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais das operações descontinuadas	**(429)**	**(127.522)**	**(1.695)**	**(199.782)**

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Fluxo de caixa das atividades de investimento:				
Aplicações em títulos e valores mobiliários	(214.877)	138.531	74.870	(455.602)
Aquisição (Baixas) de bens do ativo imobilizado e intangível	(243)	(5.412)	(9.396)	(3.823)
Aumento dos investimentos	150.498	344.200	(7.026)	(2.562)
Lucros recebidos	388.634	296.562	4.281	2.288
Aumento (Redução) de adiantamento para futuro aumento de capital	63.230	299.227	5.495	(8.011)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	**387.242**	**1.073.108**	**68.224**	**(467.710)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:				
De terceiros:				
Ingresso de novos empréstimos e financiamentos	-	-	235.824	256.926
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	(217.593)	(711.466)	(378.637)	(1.177.512)
Caixa restrito	2.381	232.373	6.256	234.082
	(215.212)	**(479.093)**	**(136.557)**	**(686.504)**
De acionistas/partes relacionadas:				
Ingresso (Pagamento) de partes relacionadas, líquido	(5.535)	(105.699)	7.034	(14.056)
Dividendos pagos	(171.777)	(30.000)	(171.777)	(29.263)
Aquisições de ações em tesouraria	(24.367)	(27.246)	(24.367)	(27.246)
Movimentos de acionistas não controladores	-	-	(18.936)	487.967
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(416.891)**	**(642.038)**	**(344.603)**	**(269.102)**
(Redução) Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(234.123)**	**228.713**	**(317.749)**	**103.807**
Saldo de caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	247.710	18.997	357.622	253.815
No final do exercício	13.587	247.710	39.873	357.622
(Redução) Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(234.123)**	**228.713**	**(317.749)**	**103.807**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

continua...

...continuação

EVEN Construtora e Incorporadora S.A. e Controladas
CNPJ nº 43.470.988/0001-65 - NIRE 35.300.329.520

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DEZEMBRO DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R$)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A EVEN Construtora e Incorporadora S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital aberto com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sendo suas ações comercializadas na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo - Brasil Bolsa Balcão - B3 - sob a sigla EVEN3.
A Companhia e suas controladas ("Grupo") têm por atividade preponderante a incorporação de imóveis residenciais e comerciais e loteamento urbano.
O desenvolvimento dos empreendimentos de incorporação imobiliária e de loteamento urbano é efetuado por sociedades controladas e coligadas da Companhia, criadas com o propósito específico de desenvolver o empreendimento, de forma isolada (controlada integral) ou em conjunto com outros parceiros. As sociedades controladas pertencentes ao segmento São Paulo compartilham a estrutura e os custos corporativos, gerenciais e operacionais da Companhia e as atividades do segmento sul estão centralizadas na sociedade controlada Melnick Desenvolvimento Imobiliário S.A., a qual também possui suas ações comercializadas na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo - Brasil Bolsa Balcão - B3 - sob a sigla MELK3 e possui estrutura administrativa e de governança independente, que compartilha sua estrutura e os custos corporativos, gerenciais e operacionais com suas controladas.
A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão, tendo sido aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião ocorrida em 22 de março de 2022.

1.1. Impactos da COVID 19 nas operações

Em 4 de fevereiro de 2020 o Governo Federal decretou emergência sanitária com medidas contra a epidemia do COVID19. O Grupo possui empreendimentos em construção em São Paulo e Rio Grande do Sul. O Governo do Estado de São Paulo instituiu uma escala de níveis de abertura econômica, não tendo nenhuma delas afetado as atividades de construção civil no município de São Paulo. Todavia, a Prefeitura de Porto Alegre decretou a paralização também da construção civil, a qual ficou proibida de operar nos períodos de 23 de março a 23 de abril de 2020 e de 29 de junho a 10 de agosto de 2020.
O Grupo implementou um comitê de gestão de crises, reunindo os principais executivos e gestores da organização, o qual se reúne periodicamente, tendo adotado algumas flexibilizações nas Leis Trabalhistas anunciadas pelo Governo em função do COVID-19, como redução da jornada de trabalho com redução de salário, aviso de férias, postergação no pagamento de FGTS e trabalho dos funcionários administrativos em *home office*.

1.2. Descontinuidade das operações no segmento Rio de Janeiro

No último trimestre de 2020 a administração da Companhia decidiu descontinuar as operações do segmento Rio de Janeiro, alienando parcela substancial de seus ativos nesse segmento e efetuou a revisão do valor recuperável dos ativos remanescentes desse segmento, representados, substancialmente, por fases ainda não lançadas e construídas de 2 empreendimentos imobiliários, tendo efetuado avaliação do seu valor recuperável em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 e constituído provisão para ajuste ao valor recuperável, conforme demonstrado na Nota 8.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas a seguir. Essas práticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo se mencionado em contrário.

2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto determinados ativos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) que foram mensurados ao valor justo por meio do resultado.
A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas na nota explicativa nº 3.

a) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.
Os aspectos relacionados ao reconhecimento da receita desse setor, bem como de determinados assuntos relacionados ao significado e à aplicação do conceito de transferência contínua de riscos, benefícios e controle na venda de unidades imobiliárias pelas empresas de incorporação imobiliária no Brasil, base para o reconhecimento de receitas, seguem o entendimento da CVM no Ofício Circular/CVM/SNC/SEP nº 02/18 sobre a aplicação do Pronunciamento Técnico NBC TG 47 (IFRS 15), conforme descrito em detalhes na nota explicativa nº 2.16.a). As sociedades controladas incluídas no processo de consolidação estão detalhadas na nota explicativa nº 10 e o fundo exclusivo de aplicações financeiras para a Companhia, também consolidado, na nota explicativa nº 5.

b) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da Companhia, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), conforme e especificamente o Pronunciamento Técnico - CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações financeiras, identificadas como controladora e consideram, igualmente, a aplicação do Ofício Circular/CVM/SNC/SEP nº 02/18 sobre a aplicação do Pronunciamento Técnico NBC TG 47 (IFRS 15), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.
No caso da Companhia, essas práticas diferem das IFRS - *International Financial Reporting Standards*, como emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), em relação às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à capitalização de juros incorridos pela controladora, em relação aos recursos aplicados em investimentos em sociedades controladas, para que estas possam efetuar a construção dos empreendimentos. Para fins de IFRS - IASB aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, a capitalização de juros somente é permitida para ativos qualificáveis, não sendo caracterizado como ativo qualificável os investimentos mantidos nas sociedades controladas, apresentados nas demonstrações financeiras separadas. Para fins das práticas contábeis adotadas no Brasil, o patrimônio líquido das demonstrações financeiras individuais não pode apresentar divergência em relação ao patrimônio líquido dos controladores constante nas demonstrações financeiras consolidadas, motivo pelo qual a capitalização dos juros incorridos pela controladora cujos recursos foram aplicados nos empreendimentos de suas controladas é também refletida nas demonstrações financeiras individuais.

c) Continuidade operacional

As normas contábeis requerem que ao elaborar as demonstrações financeiras, a administração deve fazer a avaliação da capacidade de a entidade continuar em operação no futuro previsível. A administração, considerando o equilíbrio observado do seu capital circulante líquido, o cumprimento de cláusulas restritivas ("*covenant*") em seus contratos de empréstimos e financiamentos, além da expectativa de geração de caixa suficiente para liquidar os seus passivos para os próximos 12 meses, concluiu que não há nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando e, portanto, concluiu que é adequado a utilização do pressuposto de continuidade operacional para a elaboração de suas demonstrações financeiras.

2.2. Consolidação

2.2.1. Demonstrações financeiras consolidadas

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas:

a) Controladas

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida (Nota 10). Adicionalmente, mantém Fundo exclusivo para aplicações financeiras do Grupo (Nota 5), o qual também é consolidado. Transações entre a Companhia e as controladas e entre estas, bem como os saldos e ganhos não realizados nessas transações, são eliminados. As práticas contábeis das controladas são alteradas e suas demonstrações financeiras individuais são ajustadas, quando necessário, para assegurar a consistência dos dados financeiros a serem consolidados, com as práticas adotadas pela Companhia.

b) Empresas não controladas

A Companhia mantém participação em coligadas e em sociedades nas quais a Companhia não exerce a atividade preponderante para definição de controle.
A Companhia apresenta suas participações em não controladas, nas suas demonstrações financeiras consolidadas, usando o método de equivalência patrimonial.

c) Transações e participações não controladoras

A Companhia trata as transações com participações não controladoras como transações com proprietários de ativos da Companhia. Para as compras de participações não controladoras, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada na conta transitória de "Lucros (prejuízos) acumulados", no patrimônio líquido. Os ganhos ou as perdas sobre alienações para participações não controladoras também são registrados nessa rubrica do patrimônio líquido.

2.2.2. Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas e as coligadas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora. Por esse motivo, nas demonstrações financeiras individuais é feita a capitalização de juros incorridos pela controladora sobre os recursos aportados nas controladas para fazer face ao financiamento de seus empreendimentos imobiliários, gerando diferença em relação às demonstrações financeiras separadas previstas nas normas internacionais de contabilidade (IFRS) (Nota 2.1.b))

2.3. Apresentação de informações por segmento

A Companhia elabora relatórios em que suas atividades de negócio são apresentadas de vários modos, os quais são utilizados pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração para avaliação do desempenho da Companhia e tomada de decisões.
A Companhia reporta a informação por segmento operacional levando em consideração a área geográfica de atuação, as quais possuem gestor responsável por reportar diretamente ao principal gestor das operações e com este mantém contato regular para discutir sobre as atividades operacionais, os resultados financeiros, as previsões e os planos para o segmento.

2.4. Moeda funcional

As empresas do Grupo atuam em um mesmo ambiente econômico, usando o real (R$) como moeda funcional, que também é a moeda de apresentação das demonstrações financeiras.

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações com liquidez em até 90 dias da data de aplicação, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

2.6. Ativos financeiros

2.6.1. Classificação

O Grupo classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:
- Mensurados ao custo amortizado
- Mensurados ao valor justo por meio do resultado

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.
Para ativos financeiros mensurados ao valor justo, os ganhos e perdas são registrados no resultado.

2.6.2. Reconhecimento e mensuração

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.
No reconhecimento inicial, o Grupo mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro mensurado ao custo amortizado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

2.6.3. "Impairment" de ativos financeiros

O Grupo avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.
Para as contas a receber de clientes, o Grupo aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo IFRS 9/CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil, a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.
O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se, em um período subsequente, o valor da perda por "impairment" diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente a um evento que ocorreu após o "impairment" ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por "impairment" reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.7. Contas a receber

A comercialização das unidades é efetuada, substancialmente, durante as fases de lançamento e construção dos empreendimentos. As contas a receber de clientes, nesses casos, são constituídas ao longo do período de construção, aplicando-se a porcentagem de conclusão ("POC") sobre a receita das unidades vendidas, ajustada segundo as condições dos contratos de venda (acrescido da variação do Índice Nacional da Construção Civil - INCC); sendo assim, o valor das contas a receber é determinado pelo montante das receitas acumuladas reconhecidas, deduzidas das parcelas recebidas. Caso o montante das parcelas recebidas de cada contrato seja superior ao da receita acumulada reconhecida, o saldo desse contrato é classificado como "Adiantamento de clientes", no passivo.
As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, com o uso do método da taxa efetiva de juros, menos a provisão para "Impairment" de ativos financeiros (Nota 2.6.3).
Após a obtenção do habite-se, emitido pelos órgãos públicos municipais, a atualização monetária das contas a receber passa a ser calculada pela variação de Índices Contratuais e passam a incidir juros de 12% ao ano, apropriados de forma "pro rata temporis". Após essa fase, para as vendas com financiamento direto, a atualização monetária e os juros passam a ser registrados como receita financeira pelo método da taxa efetiva de juros e não mais integram a base para determinação da receita de vendas.
Com base na carteira total das contas a receber de cada empreendimento, é estabelecido o montante previsto para ser recebido em período de até um ano, sendo o saldo contábil das contas a receber, no limite desse valor, classificado no ativo circulante.
A parcela das contas a receber que exceda os recebimentos previstos no período de até um ano, é apresentada no ativo não circulante.

2.8. Imóveis a comercializar

Os imóveis prontos para comercializar estão demonstrados ao custo de construção, que não excede o seu valor líquido realizável. No caso de imóveis em construção, a parcela em estoque corresponde ao custo incorrido das unidades ainda não comercializadas.
O custo compreende o custo de aquisição/permuta do terreno, gastos com projeto e legalização do empreendimento, materiais, mão de obra (própria ou contratada de terceiros) e outros custos de construção relacionados, incluindo o custo financeiro do capital aplicado (encargos financeiros de contas a pagar por aquisição de terrenos e das operações de financiamento), incorridos durante o período de construção.
O valor líquido de realização é o preço de venda estimado, no curso normal dos negócios, deduzidos os custos estimados de conclusão e as despesas estimadas para efetuar a venda.
Os terrenos estão demonstrados ao custo de aquisição, acrescido dos eventuais encargos financeiros gerados pelo seu correspondente contas a pagar. No caso de aquisição de terrenos por meio de permuta por unidades a serem construídas, seu custo corresponde ao preço de venda à vista previsto para as unidades a serem construídas e entregues em permuta. O registro do terreno é efetuado apenas por ocasião da lavratura da escritura do imóvel, não sendo reconhecido nas demonstrações financeiras enquanto em fase de negociação, independentemente da probabilidade de sucesso ou do estágio de andamento desta.
Os ativos destinados à venda, substancialmente representados por imóveis em construção, são classificados como mantidos para venda se seus valores contábeis forem recuperados por meio de uma transação de venda da propriedade. Essa condição é considerada cumprida apenas quando a venda for altamente provável e o ativo estiver disponível para venda imediata na sua condição atual e a possibilidade da venda esteja dentro de um ano a partir da data de classificação. Os terrenos destinados à venda são mensurados com base no menor valor entre o valor contábil e o valor de venda menos custos para vender. Os terrenos com previsão de lançamentos dos respectivos empreendimentos em até um ano são classificados no ativo circulante e os demais no não circulante.

2.9. Contas a pagar a fornecedores e por aquisição de imóveis

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios. As contas a pagar por aquisição de imóveis são relacionadas à aquisição de terrenos para o desenvolvimento de projetos de incorporação imobiliária. Contas a pagar a fornecedores e por aquisição de imóveis são classificadas como passivos circulantes, se o pagamento for devido no período de até um ano; caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante.
Elas são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado, com o uso do método da taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura/contrato correspondente, acrescido dos encargos contratuais incorridos.

2.10. Empréstimos e financiamentos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação, e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida durante o período em que os empréstimos estão em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros, como parcela complementar do custo do empreendimento (ativo em construção) ou na demonstração do resultado.
Os encargos financeiros incorridos na controladora em financiamentos obtidos para aporte em controladas, objetivando o desenvolvimento de seus empreendimentos, são classificados como parcela complementar do custo do investimento nas demonstrações financeiras da controladora (Nota 2.2.2).
São classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.11. Provisões

Reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.
Quando há uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo.
A Companhia e suas sociedades controladas e coligadas concedem o exercício de garantia sobre os imóveis com base na legislação vigente por um período de cinco anos. Uma provisão é reconhecida a valor presente da estimativa dos custos a serem incorridos no atendimento de eventuais reivindicações.
A Companhia monitora mensalmente a evolução das margens de seus respectivos projetos e constitui provisão para perdas quando a margem acumulada apresenta-se negativa ao final de cada exercício.

2.12. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

O encargo de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos, ambos reconhecidos na demonstração do resultado.
Os encargos de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas nas datas dos balanços. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos pelo método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Uma das principais diferenças corresponde ao critério de apuração das receitas pelo regime fiscal (regime de caixa) e societário (POC).
A Companhia e suas controladas optam pelo regime de tributação do Lucro Real, lucro presumido ou tributação pelo Regime Especial de Tributação - RET.
Conforme facultado pela legislação tributária (Lei nº 10.931/04), parcela substancial das sociedades controladas efetuaram a opção irrevogável pelo Regime Especial de Tributação - RET, adotando o patrimônio de afetação, segundo o qual o imposto de renda e a contribuição social são calculados à razão de 1,92% sobre as receitas brutas (4% também considerando a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e o Programa de Integração Social - PIS).

2.13. Benefícios a empregados

a) Remuneração com base em ações

A Companhia oferece plano de remuneração com base em ações, o qual será liquidado com suas ações, segundo o qual a Companhia recebe os serviços como contraprestações das opções. O valor justo das opções concedidas é reconhecido como despesa, durante o período no qual o direito é adquirido (período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas), em contrapartida ao patrimônio líquido, prospectivamente.

b) Participação nos resultados

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma fórmula que leva em conta um plano de atendimento de metas financeiras e operacionais. A Companhia reconhece provisão ao longo do exercício, à medida que os indicadores das metas a serem atendidas mostrem que é provável que será efetuado pagamento a esse título e o valor possa ser estimado com segurança.

2.14. Capital social

Representado exclusivamente por ações ordinárias, classificadas como patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido, como uma dedução do valor captado.

2.15. Ações em tesouraria

São instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos, reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, na venda, na emissão ou no cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia.

2.16. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos distratos, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo.
Em 12 de dezembro de 2018, as Superintendências de Normas Contábeis e de Auditoria (SNC) e de Relações com Empresas (SEP) emitiram o Ofício Circular/CVM/SNC/SEP/nº 02/2018, o qual descreve manifestação da CVM a respeito da aplicação do CPC 47 para entidades brasileiras do setor de incorporação imobiliária, registradas na CVM, asseverando que um nível elevado de distratos observados no setor não coloca em questionamento o reconhecimento da receita pelo POC, em contratos nos quais se enquadram os principais contratos de venda da Companhia. Em 18 de fevereiro de 2019, o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil - IBRACON emitiu o Comunicado Técnico 1/2019, objetivando orientar os auditores independentes na emissão de relatórios de auditoria das Demonstrações Financeiras elaboradas por entidades de incorporação imobiliária registradas na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, em atendimento ao Ofício Circular/CVM/SNC/SEP nº 02/2018:

continua...

...continuação

EVEN Construtora e Incorporadora S.A. e Controladas
CNPJ nº 43.470.988/0001-65 - NIRE 35.300.329.520

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DEZEMBRO DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R$)

Referidas orientações sobre o reconhecimento da receita vêm sendo aplicadas, de forma consistente, na elaboração das demonstrações financeiras da Companhia nos exercícios subsequentes.

A Companhia reconhece a receita pelo valor justo dos contratos de venda firmados quando critérios específicos tiverem sido atendidos, conforme a descrição a seguir:

a) Receita de venda de incorporação imobiliária

Na venda de unidades dos empreendimentos lançados que não mais estejam sob os efeitos da correspondente cláusula resolutiva constante em seu memorial de incorporação, os seguintes procedimentos são adotados para o reconhecimento da receita de vendas de unidades em construção:

- O custo incorrido (incluindo o custo do terreno) correspondente às unidades vendidas é apropriado integralmente ao resultado.
- É apurado o percentual do custo incorrido das unidades vendidas (incluindo o terreno), em relação a seu custo total orçado (POC), o qual é aplicado sobre o valor justo da receita das unidades vendidas (incluindo o valor justo das permutas efetuadas por terrenos), ajustada segundo as condições dos contratos de venda, sendo assim determinado o montante da receita de venda reconhecida. Os montantes das receitas de vendas reconhecidas, incluindo a atualização monetária das contas a receber com base na variação do Índice Nacional da Construção Civil - INCC, líquido das parcelas já recebidas (incluindo o valor justo das permutas efetuadas por terrenos), são contabilizados como contas a receber ou como adiantamentos de clientes, quando aplicável.
- O valor justo da receita das unidades vendidas é calculado a valor presente com base na taxa de juros para remuneração de títulos públicos indexados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, entre o momento da assinatura do contrato e a data prevista para a entrega das chaves do imóvel pronto ao promitente comprador (a partir da entrega das chaves, sobre as contas a receber passam a incidir juros de 12% ao ano, acrescidos de atualização monetária, segundo os índices contratuais). Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados ao novo valor justo para determinação da receita a ser apropriada, sobre o qual será aplicado a POC.

O encargo relacionado com a comissão de venda é de responsabilidade do adquirente do imóvel, não incorporando o preço da venda.

Se surgirem circunstâncias que possam alterar as estimativas originais de receitas, custos ou extensão do prazo para conclusão, as estimativas iniciais são revisadas. Essas revisões podem resultar em aumentos ou reduções das receitas ou dos custos estimados, os quais são refletidos no resultado no período em que a Administração tomou conhecimento das circunstâncias que originaram a revisão.

Os valores recebidos por vendas de unidades não concluídas dos empreendimentos lançados que ainda estejam sob os efeitos da correspondente cláusula resolutiva, constante em seu memorial de incorporação, são classificados como adiantamento de clientes.

Após a obtenção do habite-se, emitido pelos órgãos públicos municipais, a atualização monetária das contas a receber passa a ser calculada pela variação do Índice de Preços ao Consumidor - Amplo - IPCA ou do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M, conforme aplicável a cada contrato, e passam a incidir juros de 12% ao ano, apropriados de forma "pro rata temporis". Após essa fase, para as vendas com financiamento feito pelo Grupo diretamente aos seus clientes, a atualização monetária e os juros passam a ser registrados como receita financeira pelo método da taxa efetiva de juros e não mais integram a base para determinação da receita de vendas.

b) Receita de venda de loteamento imobiliário

As vendas de lotes urbanizados também obedecem ao critério do POC, como descrito no item 2.16.a).

c) Receita de serviços

A controladora presta serviços de administração de obra para determinadas controladas, controladas em conjunto e/ou coligadas. A receita remanescente na demonstração do resultado consolidada corresponde a serviços prestados a controladas em conjunto e/ou a coligadas.

A receita de prestação de serviços é reconhecida no período em que os serviços são prestados, consoante os termos contratuais.

d) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

Sobre as contas a receber de financiamento feito pelo Grupo diretamente aos seus clientes, após a conclusão da unidade, passa a incidir atualização monetária acrescida de juros, os quais são apropriados à medida que o tempo passa, em contrapartida de receita financeira.

2.17. Distribuição de dividendos

A obrigação de distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia, quando aplicável, é reconhecida como um passivo em suas demonstrações financeiras no final do exercício social, com base no previsto em seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório só é provisionado, caso aplicável, na data em que é aprovado pelos acionistas, em Assembleia Geral.

2.18. Reservas de lucros

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido do exercício, conforme determinação da Lei nº 6.404/76.

O saldo da reserva de retenção de lucros objetiva atender ao plano de investimentos, conforme orçamento de capital proposto pelos administradores da Companhia para fazer face aos compromissos assumidos (nota explicativa nº 17), o qual será submetido à aprovação da Assembleia Geral Ordinária.

2.19. Resultado básico e diluído por ação

O resultado por ação básico e diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia, e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício, considerando, quando aplicável, ajustes de desdobramento.

2.20. Demonstração do valor adicionado ("DVA")

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pelo Grupo e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pelo Grupo, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRS.

A DVA foi preparada de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado e com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras.

2.21. Instrumentos financeiros

Abaixo demonstramos a classificação dos ativos e passivos financeiros:

Ativo/Passivo financeiro	Classificação pelo CPC 48
Títulos e valores mobiliários	Custo amortizado
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber (venda de imóveis)	Custo amortizado
Contas a receber (partes relacionadas)	Custo amortizado
Demais contas a receber	Custo amortizado
Fornecedores	Custo amortizado
Contas a pagar por aquisição de terrenos	Custo amortizado
Contas a pagar (partes relacionadas)	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado
Derivativos	Valor justo por meio do resultado

2.22. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

Alterações ao IAS 1 Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente.

Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de "estimativas contábeis". As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e *inputs* para desenvolver as estimativas contábeis.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada.

Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

Alteração ao IAS 16 "Ativo Imobilizado"

Em maio de 2020, o IASB emitiu uma alteração que proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º de janeiro de 2022.

Alteração ao IAS 37 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes"

Em maio de 2020, o IASB emitiu essa alteração para esclarecer que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º de janeiro de 2022.

Alteração ao IFRS 3 "Combinação de Negócios"

Emitida em maio de 2020, com o objetivo de substituir as referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente. A alteração ao IFRS 3 tem vigência de aplicação a partir de 1º de janeiro de 2022.

Aprimoramentos anuais - ciclo 2018-2020

Em maio de 2020, o IASB emitiu as seguintes alterações como parte do processo de melhoria anual, aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2022:

(i) IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para a baixa de passivos financeiros.

(ii) IFRS 16 - "Arrendamentos" - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado.

(iii) IFRS 1 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" - simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais.

(iv) IAS 41 - "Ativos Biológicos" - remoção da exigência de excluir os fluxos de caixa da tributação ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo no IAS 41 com as de outras normas IFRS.

Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o Lucro

A alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida.

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS RELEVANTES

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes podem não ser iguais aos respectivos resultados reais.

As principais estimativas e premissas que apresentam risco significativo com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para os próximos trimestres deste e dos próximos exercícios sociais, estão relacionadas com os temas a seguir:

Reconhecimento de receita e "impairment" de contas a receber

O Grupo usa o método de POC para apropriar a receita de seus contratos de venda de unidades nos empreendimentos de incorporação imobiliária e na prestação de serviços. O uso desse método requer que se estimem os custos a serem incorridos até o término da construção e a entrega das chaves das unidades imobiliárias pertencentes a cada empreendimento de incorporação imobiliária, para estabelecer uma proporção em relação aos custos já incorridos, definido assim a proporção de receita contratual a ser reconhecida.

"Impairment" de contas a receber - Provisão para distratos

As vendas de unidades são realizadas durante o período de construção, ao final da qual ocorre a liquidação do saldo pelo cliente através da obtenção de financiamento junto às instituições financeiras ou efetuada a alienação fiduciária do bem como garantia do saldo a receber, não havendo expectativa de perda que requeira a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa. Entretanto, em virtude de deterioração do crédito por parte dos compradores entre a data da venda e a data de obtenção do financiamento, determinados contratos vêm sendo objeto de cancelamento ("distratos"), motivo pelo qual as seguintes provisões vêm sendo constituídas para fazer face à margem de lucro apropriada de contratos firmados:

(i) por ocasião do reconhecimento da receita, são provisados aqueles contratos que apresentam evidências objetivas de que possam ser objeto de distrato, afetando as rubricas de resultado "Receita" e "Custo incorrido das vendas realizadas"; e

(ii) após o reconhecimento da receita, uma provisão é constituída para distratos que, muito embora não apresentem evidências objetivas de *impairment*, são esperados para os próximos 12 meses, levando em consideração, entre outros, as experiências passadas, afetando a rubrica de resultado de "Despesas Operacionais".

Ambas provisões são constituídas tendo contrapartida as rubricas: (i) como redutora das contas a receber de clientes; e (ii) reingresso do custo do imóvel na rubrica de imóveis a comercializar. Eventual passivo financeiro devido pelo potencial devolução de valores recebidos, está apresentado na rubrica "provisões", no balanço patrimonial.

Provisões

A Companhia e suas controladas estão sujeitas no curso normal dos negócios a investigações, auditorias, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias cível, tributária, trabalhista, ambiental, societária e direito do consumidor, dentre outras. O Grupo reconhece provisões e a avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos e externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Redução ao valor recuperável do saldo de imóveis a comercializar

No mínimo, ao final de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus imóveis a comercializar para verificar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável.

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda. O cálculo do valor justo menos custos de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado.

No último trimestre de 2020, a Companhia decidiu pela descontinuidade do segmento de negócios no Rio de Janeiro (Nota 23), tendo efetuado cálculo do valor líquido realizável e contabilizou provisão para ajuste dos ativos ao valor recuperável.

Julgamentos críticos na interpretação de legislação tributária

As sociedades controladas estão sujeitas à determinação do imposto de renda e das contribuições (i) social sobre o lucro; (ii) ao Programa de Integração Social (PIS) e ao Financiamento da Seguridade Social (COFINS), tendo como base de cálculo as receitas, como definido na Legislação Tributária correspondente. Em alguns casos, é necessário um julgamento significativo para determinar a receita tributável, já que a mesma não coincide com a mesma reconhecida de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a qual considera o método de percentual de conclusão da Obra (POC) para seu reconhecimento, bem como são determinadas com base em legislação específica, uma vez que não adotam o Lucro Real. A administração da Companhia efetua os julgamentos, quando aplicável, apoiado em opiniões de seus consultores jurídicos.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Caixa e contas correntes	9.238	-	35.462	5.683
Aplicações financeiras (*)	4.349	247.710	4.411	351.939
	13.587	**247.710**	**39.873**	**357.622**

(*) As aplicações financeiras referem-se a aplicações em CDB e são remuneradas à taxa média de 99,7% (2020 - 85,99%) da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. As referidas aplicações financeiras estão disponíveis para resgate a qualquer momento, sem prejuízo aos rendimentos auferidos.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

As aplicações financeiras estão substancialmente representadas pelos ativos dos fundos exclusivos para aplicações dos recursos financeiros e são compostas da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Fundo exclusivo	14.732	62.303	-	-
Certificados de depósito bancário - CDBs (i)	282.219	3.794	428.117	405.023
Letras Financeiras do Tesouro (LFTs) (ii)	-	-	471.144	517.559
	296.951	**66.097**	**899.261**	**922.582**
Circulante	**296.951**	**66.097**	**899.261**	**922.582**
Não circulante	-	-	-	-

(i) Aplicações financeiras em CDBs, remuneradas à taxa média de 114,88% (2020 - 96,23%) do CDI. Não há intenção de resgate destes montantes em períodos inferior a 90 dias no momento em que são efetuadas.

(ii) Aplicação em Títulos do Tesouro Nacional, indexados à SELIC.

A controladora e determinadas sociedades controladas do segmento São Paulo aplicam parcela de seus recursos em Fundo exclusivo administrado pela controladora (Fundo High Grade), assim como as sociedades controladas do Segmento Sul, utilizam Fundo exclusivo administrado pela sociedade controlada Melnick Desenvolvimento Imobiliário S.A., os quais também são apresentados de forma consolidada. A gestão dos Fundos leva em consideração o fluxo de caixa das atividades da Companhia e dessas sociedades controladas para efetuar a seleção de suas aplicações, não havendo intenção de resgate em períodos inferior a 90 dias no momento em que são efetuadas, motivo pelo qual não foram classificadas na rubrica de caixa e equivalentes de caixa, adicionalmente às considerações feitas para cada tipo de título. Consequentemente, na demonstração dos fluxos de caixa estão apresentados na rubrica "Atividades de investimento" como parte das variações do capital circulante.

As aplicações financeiras em CDBs estão classificadas como ativos financeiros ao custo amortizado e o Fundo exclusivo a valor de mercado, sendo as variações dos valores justos registradas no resultado do exercício na rubrica "Receitas financeiras" (nota explicativa nº 22), na demonstração do resultado.

6. CAIXA RESTRITO

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Operações de dívidas - CRI	2.442	4.823	2.442	4.822
Securitização de recebíveis (i)	-	-	2	3.878
	2.442	**4.823**	**2.444**	**8.700**

(i) Refere-se à securitização de recebimentos de clientes, com a cessão dos créditos correspondentes, os quais são liberados para utilização pela Companhia conforme evolução da obra.

7. CONTAS A RECEBER E CESSÃO DE RECEBÍVEIS

a) Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Em repasse bancário	-	-	168.923	253.497
Financiamento próprio	-	-	141.257	163.902
Provisão para distratos	-	-	(38.054)	(72.020)
Empreendimentos concluídos	**-**	**-**	**272.125**	**345.379**
Receita apropriada	-	-	4.698.201	2.639.713
Parcelas recebidas	-	-	(3.957.890)	(1.833.180)
Reclassificação para adiantamentos de clientes (Nota 14)	-	-	619.282	187.256
Contas a receber pela venda de imóveis	-	-	1.359.593	993.789
Provisão para distratos	-	-	(24.437)	(44.264)
Ajuste a valor presente	-	-	(21.891)	(23.523)
Empreendimentos em construção:	**-**	**-**	**1.313.265**	**926.002**
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (IFRS 9)	-	-	(47.257)	(29.247)
Contas a receber pela venda de imóveis	**-**	**-**	**1.538.134**	**1.242.134**
Venda de terrenos	19.444	30.749	25.256	39.242
Outras contas a receber	-	-	18.299	19.654
Total das contas a receber	**19.444**	**30.749**	**1.581.689**	**1.301.030**
Circulante	**1.303**	**6.900**	**1.105.214**	**664.616**
Não circulante	**18.141**	**23.849**	**476.475**	**636.414**

Estima-se que as contas a receber dos empreendimentos concluídos e as contas a receber apropriadas dos empreendimentos em construção, deduzido o ajuste a valor presente, estão próximas ao valor justo.

O saldo de contas a receber das unidades vendidas e ainda não concluídas não está totalmente refletido nas demonstrações financeiras, uma vez que o seu registro é limitado à parcela da receita reconhecida contabilmente (conforme critérios descritos na nota explicativa nº 2.16.a), líquida das parcelas já recebidas.

continua...

...continuação

EVEN Construtora e Incorporadora S.A. e Controladas
CNPJ nº 43.470.988/0001-65 - NIRE 35.300.329.520

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

A análise de vencimentos do total das parcelas a receber dos contratos de venda das unidades concluídas e não concluídas, sem considerar os efeitos da provisão para distratos e de ajuste a valor presente (nota explicativa nº 2.16.a), pode ser demonstrada conforme segue, por ano de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Vencidas	-	-	172.814	270.556
A vencer:				
2020	-	-	-	-
2021	-	6.900	-	816.792
2022	1.303	15.937	1.451.512	1.174.325
2023	18.141	7.912	336.463	430.531
2024	-	-	658.059	-
2025	-	-	226.342	-
	19.444	**30.749**	**2.845.190**	**2.692.204**
Contas a receber apropriado	19.444	30.749	1.050.491	1.538.250
Contas a receber a apropriar	-	-	1.794.699	1.153.954

O saldo de contas a receber apresentado no ativo circulante corresponde às parcelas cuja expectativa de recebimento irá ocorrer nos próximos 12 meses, sendo a parcela remanescente da receita apropriada classificada no ativo não circulante.
A análise do saldo contábil vencido de contas a receber de clientes está apresentada a seguir:

	Consolidado	
	2021	2020
Vencidas:		
Até três meses	60.365	52.440
De três a seis meses	4.529	22.260
Acima de seis meses	54.232	117.823
Imóveis concluídos	**119.126**	**192.523**
Vencidas:		
Até três meses	29.565	61.245
De três a seis meses	13.829	6.973
Acima de seis meses	10.294	9.815
Imóveis em construção	**53.688**	**78.033**
	172.814	**270.556**

b) Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros pode ser avaliada mediante referência às garantias correspondentes. As unidades são entregues aos clientes apenas após a quitação do saldo devedor, normalmente por meio de repasse de financiamento bancário. As contas a receber de financiamento próprio são garantidas por alienação fiduciária dos próprios imóveis vendidos.

8. IMÓVEIS A COMERCIALIZAR

Representados pelos terrenos para futuras incorporações e pelos custos incorridos das unidades imobiliárias a comercializar (imóveis prontos e em construção), como demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Adiantamento para aquisição de terrenos	2.057	2.293	7.689	97.083
Adiantamento para fornecedores	-	-	16.950	14.655
Terrenos	13.229	11.115	1.339.896	969.524
Imóveis em construção	-	-	1.192.719	675.150
Imóveis concluídos	-	-	384.523	396.191
	15.286	**13.408**	**2.941.777**	**2.152.603**
Provisão para ajuste de valor de mercado	-	-	(45.179)	(47.110)
	15.286	**13.408**	**2.896.598**	**2.105.493**
Circulante	**15.286**	**13.408**	**2.154.127**	**1.724.136**
Não circulante	**-**	**-**	**742.471**	**381.357**

Os saldos de imóveis em construção e concluídos incluem o valor estimado das unidades a serem distratadas (nota explicativa nº 3), no total de R$ 112.558 (R$ 145.129 em 31 de dezembro de 2020). Estes valores somente estarão disponíveis para venda após a efetiva realização do cancelamento da venda (efetivação do distrato).
Imóveis a comercializar dados em garantia estão mencionados na nota explicativa nº 13.

A movimentação dos encargos financeiros incorridos, originários de operações de compra a prazo de terrenos e financiamento bancário, apropriados ao custo durante o período de construção (referidos nas notas explicativas nº 2.9 e nº 2.10), pode ser demonstrada como segue:

	Consolidado	
	2021	2020
Saldo nos estoques no início do exercício	**113.561**	**170.347**
Encargos financeiros incorridos no período	23.387	57.833
Apropriação dos encargos financeiros ao custo das vendas	(26.839)	(49.979)
Transferência dos encargos financeiros dos estoques remanescentes de operação descontinuada	-	(64.640)
Saldo nos estoques no fim do exercício	**110.109**	**113.561**

9. ATIVOS NÃO CIRCULANTES DESTINADOS A VENDA

Conforme mencionado na Nota nº 1.2, e impactos mencionados na Nota nº 23, a Companhia descontinuou as operações do segmento Rio de Janeiro. Os ativos remanescentes correspondem a custo incorrido em terrenos e gastos com a incorporação e construção da segunda Fase de 2 empreendimentos imobiliários, cujas obras estão paralisadas e a Companhia está avaliando as alternativas existentes para a sua realização. Os saldos foram ajustados por provisão para ajuste à expectativa do valor líquido realizável, como demonstrado a seguir:

	Consolidado	
	2021	2020
Custo classificado nos estoques	230.874	230.874
Provisão para valor líquido realizável (Nota 24)	(49.840)	(49.840)
Total	**181.034**	**181.034**

10. INVESTIMENTOS E PROVISÃO PARA PERDAS EM SOCIEDADES CONTROLADAS

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Em sociedades controladas				
- Segmento São Paulo	840.249	1.036.691	-	-
- Segmento Sul	524.977	501.415	-	-
Em sociedades controladas de segmento descontinuado	81.909	93.480	-	-
Em sociedades não controladas	25.009	25.263	29.731	26.750
	1.472.144	**1.656.849**	**29.731**	**26.750**
Provisão para perdas em sociedades controladas dos segmentos São Paulo e Sul	(56.371)	(56.128)	-	-
Provisão para perdas em sociedades controladas de segmento descontinuado	(4.714)	(2.549)	-	-
	(61.085)	**(58.677)**	**-**	**-**
Total investimentos	**1.411.059**	**1.598.172**	**29.731**	**26.750**

a) Movimentação dos investimentos e provisão para perdas em sociedades controladas no exercício:

	Sociedades controladas	Sociedades não controladas	Provisão para em perdas sociedades controladas
Saldo em 31/12/19	**1.998.916**	**22.145**	**(28.683)**
Subscrição (Redução de capital)	(16.283)	2.562	-
Lucros distribuídos	(294.274)	(2.288)	-
Equivalência patrimonial	250.867	4.331	(8.642)
Perda na alienação participação societária	(330.479)	-	-
Reclassificação	21.352	-	(21.352)
Saldo em 31/12/20	**1.630.099**	**26.750**	**(58.677)**
Subscrição (Redução) de capital	(98.524)	7.027	-
Lucros distribuídos	(384.353)	(4.281)	-
Equivalência patrimonial	354.203	235	-
Aquisição (Baixa) de participação societária	(48.849)	-	-
Recompra e resultado das ações da Melnick	12.858	-	-
Recebimento de dividendos da Melnick	(25.429)	-	-
Reclassificação	2.408	-	(2.408)
Saldo em 31/12/21	**1.442.413**	**29.731**	**(61.085)**

b) Principais informações das participações societárias em sociedades controladas

	Participação - %		Patrimônio líquido		Lucro líquido		Investimento	
Empresa	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Luiz Migliano Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100,00	100,00	80.179	156.850	(2.485)	(2.937)	80.179	156.850
Tapereba Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100,00	100,00	3.015	95.895	107.313	30.512	3.015	95.895
Bavete Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100,00	100,00	82.698	86.515	(1.593)	1.336	82.698	86.515
Raimundo IV Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100,00	100,00	6.606	52.553	(1.523)	29.193	6.606	52.553
Abeille Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100,00	100,00	68.286	42.522	27.942	17.247	68.266	42.522
Mofarrej 1215 Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100,00	100,00	31.189	36.180	(4.991)	(67)	31.189	36.180
Corbeau Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100,00	100,00	22.363	33.890	7.185	10.224	22.363	33.890
ESP 88/12 Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100,00	100,00	29.922	30.017	(155)	(3)	29.922	30.017
Carricero Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100,00	100,00	14.897	27.792	18.106	27.755	14.897	27.792
Moineau Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100,00	100,00	6.402	27.497	1.654	4.346	6.402	27.497
Even SP 15/10 Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100,00	100,00	96.154	565	12.398	(4)	54.721	565
Even 105/13 Empreendimento Imobiliário Ltda.	100,00	100,00	42.240	44	2.720	43	23.937	44
Baskerville Empreendimento Imobiliário Ltda.	100,00	100,00	22.084	481	9.753	24	22.084	481
Euterpe Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100,00	100,00	21.812	981	16.084	(3.407)	21.812	981
Arabica Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100,00	100,00	5.926	(3.720)	9.233	(3.720)	5.926	(3.720)
Even Brisa Epsilon Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100,00	100,00	5.863	5.750	(160)	(913)	5.863	5.750
Medyz Empreendimentos Imobiliários	100,00	100,00	37.189	27.158	24.373	38.293	37.189	27.158
Valarta Even Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100,00	100,00	-	25.681	-	-	-	25.681
Valdespino Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100,00	100,00	19.769	24.973	25.724	19.186	19.769	24.973
Catuai Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100,00	100,00	-	21.591	-	(1)	-	21.591
Hevea Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100,00	100,00	946	20.090	4.845	8.612	946	20.090
RT 025 Empreendimentos e Participações Ltda.	100,00	100,00	31.696	18.743	12.948	(1.862)	31.696	18.743
Extraordinaire Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100,00	100,00	9.082	17.975	3.515	2.977	9.082	17.975
Esperer Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100,00	100,00	31.278	17.230	14.047	6.367	31.278	17.230
Even Brisa Omicron Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100,00	100,00	16.707	16.660	10	(38)	16.707	16.660
Prestigie Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100,00	100,00	9.997	16.332	6.427	11.950	9.997	16.332
Remigio Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100,00	100,00	18.669	15.423	15.691	16.965	18.669	15.423
Cygne Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100,00	100,00	26.113	14.538	12.905	14.291	26.113	14.538
Privilege Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100,00	100,00	13.704	14.150	(1.493)	(1.176)	13.704	14.150
Icatu Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100,00	100,00	1.783	13.135	(102)	60	1.783	13.135
ESP 91/13 Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100,00	100,00	364	12.023	(55)	115	364	12.023
Aigle Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100,00	100,00	(13)	11.312	38	29.563	(13)	11.312
Even Brisa Zeta Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100,00	100,00	5.445	10.894	215	1.659	5.445	10.894
KE 01 Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100,00	100,00	19.560	9.704	6.358	3.275	19.560	9.704
Jaracatiá Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100,00	100,00	4.646	9.192	4.350	6.065	4.646	9.192
Canjerana Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100,00	100,00	8.994	8.962	30	1.542	8.994	8.962
Neibenfluss Empreendimentos Ltda.	50,00	50,00	17.275	17.326	(54)	1.800	8.637	8.663
Villosa Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100,00	100,00	1.016	7.122	783	4.027	1.016	7.122
Ambra Vidal Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100,00	100,00	14.837	6.824	4.834	1.452	14.837	6.824
Agarpone Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100,00	100,00	1.894	6.473	1.906	2.257	1.894	6.473
Correia Dias 136 Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100,00	100,00	1.166	6.416	751	1.721	1.166	6.416
Tricity Empreendimentos Imobiliários Ltda.	50,00	50,00	11.093	11.379	(303)	(1.803)	5.546	5.690
Ophiuchus Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100,00	100,00	(1.088)	5.624	(6.951)	752	(1.088)	5.624
Even-SP 59/11 Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100,00	100,00	4.165	4.818	(151)	789	4.165	4.818
ESP 95/13 Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100,00	100,00	641	3.844	6	(113)	641	3.844
ESP 93/13 Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100,00	100,00	(320)	3.542	(347)	848	(320)	3.542
Even-SP 05/10 Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100,00	100,00	3.135	3.232	(98)	131	3.135	3.232
Macauva Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100,00	100,00	3.298	2.521	742	733	3.298	2.521
Claraiba Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100,00	100,00	1.276	2.463	626	361	1.276	2.463
Gallesia Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100,00	100,00	1.809	1.846	(30)	388	1.809	1.846
Adello Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100,00	100,00	1.472	1.471	(1)	(1)	1.472	1.471
Barbel Even Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100,00	100,00	902	1.201	57	3	902	1.201
Tortue Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100,00	100,00	879	520	591	15	879	520
Outras investidas	-	-	76.488	69.710	17.630	(845)	55.153	44.843
Em sociedades controladas - Segmento São Paulo			**935.504**	**1.075.911**	**351.302**	**279.988**	**840.249**	**1.036.691**
Melnick Even Desenvolvimento Imobiliário S.A. (Melnick) (*)	45,41	43,08	1.155.001	1.162.779	82.936	42.513	524.487	500.925
Melnick Even Incorporações e Construções S.A.	50,00	50,00	981	981	-	-	490	490
Em sociedades controladas - Segmento Sul			**1.155.982**	**1.163.760**	**82.936**	**42.513**	**524.977**	**501.415**
Em sociedades controladas de segmento descontinuado			**87.299**	**98.730**	**37**	**(63.619)**	**81.909**	**93.479**
Provisão para perdas em sociedades controladas			(56.425)	(56.129)	(25.351)	(6.761)	(56.372)	(56.128)
Provisão para perdas em sociedades controladas de segmento descontinuado			(4.713)	(2.548)	(3.145)	(1.892)	(4.713)	(2.549)
Provisão para perdas controladas segmentos São Paulo e Sul			**(61.138)**	**(58.677)**	**(28.496)**	**(8.653)**	**(61.085)**	**(58.677)**
Total			**2.117.647**	**2.279.724**	**405.779**	**250.229**	**1.386.050**	**1.572.909**

(*) A sociedade controlada Melnick possui investimentos em sociedades não controladas, em 31 de dezembro de 2021, no montante de R$ 4.584 (2020 - R$ 1.467), representando parcela substancial dos investimentos em sociedades não controladas pelo Grupo e apresentadas na rubrica de "Investimentos" das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

continua...

...continuação

EVEN Construtora e Incorporadora S.A. e Controladas
CNPJ nº 43.470.988/0001-65 - NIRE 35.300.329.520

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DEZEMBRO DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R$)

c) Principais informações das participações societárias em sociedades não controladas

	Participação - %		Patrimônio líquido		Lucro líquido		Investimento	
Empresa	**2021**	**2020**	**2021**	**2020**	**2021**	**2020**	**2021**	**2020**
Aliko Investimento Imobiliário Ltda.	50	50	819	558	245	(40)	410	279
Dog Even Empreendimentos Imobiliários Ltda.	15	15	603	530	74	339	90	80
Veiga Filho empreendimentos Imobiliários	50	50	61	249	(91)	(914)	30	125
Vicente de Paula Empreendimentos Imobiliários	50	50	23.413	21.282	2.129	42	11.707	10.641
Ponta da Figueira Empreendimentos	5	5	7.414	13.881	333	1.811	370	694
Jardim Goiás Empreendimentos Imobiliários Ltda.	50	50	(868)	1.066	484	(57)	(434)	533
Nova Suíça Empreendimentos Imobiliários Ltda.	50	50	1.570	1.620	(46)	(40)	785	810
Residencial Ernesto Igel SPE Ltda.	35	35	(308)	160	(668)	(918)	(80)	56
Residencial Guarulhos SPE Ltda.	50	50	(205)	198	(372)	(131)	(102)	99
Sociedade Albatroz Vargem Pequena	45	45	(790)	(533)	(1)	489	(356)	(240)
Piedade Empreendimento Imobiliário Ltda.	50	50	21.567	14.018	(1.231)	5.727	10.784	7.009
Joaquina Ramalho Empreendimento Imobiliário Ltda.	20	20	9.028	24.522	(1.242)	9.980	1.805	4.904
Melnick Even Volans Empreendimentos Imobiliários Ltda.	40	40	-	684	-	-	-	273
Sociedades não controladas			**62.304**	**78.235**	**(386)**	**16.288**	**25.009**	**25.263**
Total investimento							**1.411.059**	**1.598.172**

d) Adiantamentos para futuro aumento de capital

Em 31 de dezembro de 2021, os adiantamentos para futuro aumento de capital, em sociedades controladas, totalizam R$ 42.365 (R$ 105.595 em 31 de dezembro de 2020). Não existem termos fixados de conversão dos adiantamentos para futuro aumento de capital em cotas que considerem um valor fixo de adiantamento por uma quantidade fixa de cotas, motivo pelo qual os saldos estão classificados como ativo financeiro no realizável a longo prazo.

11. CONTAS A PAGAR POR AQUISIÇÃO DE SOCIEDADE CONTROLADA

Em 05 de abril de 2021, a Companhia adquiriu a totalidade das cotas da Sociedade de Propósito Específico Diogo Moreira, para a continuidade do desenvolvimento de empreendimento imobiliário localizado na Rua Diogo Moreira, entre as Avenidas Faria Lima e Eusébio Matoso, em Pinheiros, cidade de São Paulo.
A movimentação dos saldos pode ser resumida, como segue:

	Consolidado	
	2021	**2020**
Saldo inicial	-	-
Aquisição	295.000	-
Pagamentos	(153.399)	-
Correção	10.123	-
Saldo final	**151.724**	-
Circulante	**101.724**	-
Não circulante	**50.000**	-

O empreendimento será executado de forma faseada e o saldo a pagar, corrigido pelo INCC, será liquidado via aportes enviados pela controladora, o saldo do curto prazo será liquidado em 10 parcelas e o saldo do longo prazo será pago com futuras unidades a serem construídas do empreendimento, como indicado a seguir:

	Consolidado	
	2021	**2020**
2022	101.724	-
2023	50.000	-
	151.724	-

12. CONTAS A PAGAR POR AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS

	Consolidado	
	2021	**2020**
Contas a pagar, sujeitas a:		
Variação do INCC - permuta financeira (*)	1.099.965	852.676
Variação do INCC	137.126	71.318
Variação do IGPM	1.726	14.730
	1.238.817	**938.724**
Circulante	**629.068**	**363.045**
Não circulante	**609.749**	**575.679**

(*) As transações de permuta financeira possuem o objetivo de aquisição de imóveis para fins de estruturação, desenvolvimento, incorporação, exploração e comercialização de empreendimento imobiliário, normalmente efetivadas pela Companhia com Sociedades em Conta de Participação (SCPs). Os acordos de sócios dessas SCPs e Fundo investimento preveem a remuneração de uma parcela determinável do resultado da Sociedade aos demais sócios participantes, correspondente a um percentual da receita bruta auferida com a comercialização das Unidades Autônomas dos Empreendimentos, à medida que as receitas sejam recebidas, sob regime de caixa, pela sociedade, a ser paga aos sócios participantes mediante distribuição de dividendos das SCPs e Fundo investimento.

Consequentemente, adicionalmente a variação do INCC, os saldos são também afetados pelo efetivo valor de comercialização das unidades imobiliárias.
Em caso de não cumprimento das obrigações assumidas, as transações possuem instrumento particular de fiança, que prevê como garantia fidejussória a eventual alienação das quotas sociais de participação da Companhia nas SCPs.
Os saldos de operações realizadas com Partes Relacionadas estão detalhados na Nota 25.c).
A movimentação dos saldos pode ser resumida, como segue:

	Consolidado	
	2021	**2020**
No início do exercício	**938.724**	**759.476**
Aquisições ocorridas	305.208	310.097
Atualização do principal	170.828	119.956
Pagamento do principal	(175.943)	(250.805)
No final do exercício	**1.238.817**	**938.724**

As parcelas têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	Consolidado	
	2021	**2020**
2021	-	99.282
2022	629.068	218.633
2023	258.003	251.818
2024	251.819	180.817
2025 em diante	99.927	188.174
	1.238.817	**938.724**

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a) Empréstimos e financiamentos

	Controladora		Consolidado	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
Em moeda nacional:				
Crédito imobiliário (i)	-	-	175.917	122.819
Cédula de Crédito Bancário - CCB (ii)	-	11.433	21.914	11.433
Crédito de Recebíveis Imobiliários - CRI (iii)	113.139	318.988	115.702	318.988
	113.139	**330.421**	**313.533**	**453.240**
Circulante	**70.131**	**84.299**	**106.019**	**142.878**
Não circulante	**43.008**	**246.122**	**207.514**	**310.362**

Todos os empréstimos e financiamentos são em moeda nacional e com as seguintes características:

(i) Das operações de crédito imobiliário: (i) R$ 168.083 (2020: R$ 122.819) estão sujeitas à variação da Taxa Referencial - TR de juros, acrescida de 4% a 9,0% a.a.; (ii) R$ 7.834 estão sujeitas à variação da Poupança, acrescida de 3.1% a 3.2% a.a.
(ii) As operações de CCB estão sujeitas à variação de 100% da taxa do CDI, acrescidos de 1,75% a.a.
(iii) As operações de CRI estão sujeitas à variação de: (i) R$ 113.116 (2020: R$ 312.468) estão sujeitas a 100% da taxa do CDI acrescido de 1,5% a 3% a.a.; e (ii) R$ 2.586 (2020: R$ 6.520) estão sujeitas à variação do IPCA, acrescido de 9% a.a.

Em garantia dos créditos imobiliários foram oferecidos os seguintes ativos:

	Consolidado	
	2021	**2020**
Estoques (custo incorrido das unidades não vendidas dos empreendimentos)	715.507	591.999

Para as operações de Crédito de Recebíveis Imobiliários - CRI, as garantias são a participação societária nas sociedades controladas detentoras dos créditos (SPEs) e/ou imóveis concluídos.
Os saldos têm a seguinte composição por vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
2020	-	-	-	-
2021	-	84.299	-	142.878
2022	70.131	112.513	106.019	165.108
2023	12.956	56.096	159.450	67.741
2024	13.666	56.080	27.208	56.080
2025 em diante	16.386	21.433	20.856	21.433
	113.139	**330.421**	**313.533**	**453.240**

Cláusulas restritivas contratuais ("covenants")

Os contratos de operações de crédito imobiliário a longo prazo possuem cláusulas de vencimento antecipado no caso do não cumprimento dos compromissos neles assumidos, verificáveis trimestralmente, como aplicação dos recursos no objeto do contrato, registro de hipoteca do empreendimento, cumprimento de cronograma das obras e outros.
Os compromissos assumidos vêm sendo cumpridos pela Companhia, nos termos contratados.

b) Movimentação

Os empréstimos e financiamentos apresentaram a seguinte movimentação:

	Controladora		Consolidado	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
Saldo inicial	**330.421**	**1.073.954**	**453.240**	**1.405.755**
Captações	-	-	235.824	256.926
Encargos financeiros incorridos	12.648	40.841	21.465	68.717
Marcação a mercado do *swap*	-	(661)	-	(661)
Pagamento do principal	(217.593)	(711.466)	(378.637)	(1.177.512)
Pagamento de juros	(12.337)	(72.247)	(18.359)	(99.985)
Saldo final	**113.139**	**330.421**	**313.533**	**453.240**

14. ADIANTAMENTO DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
Parcelas recebidas (*) (Nota 7)	-	-	619.282	365.958
Permutas a apropriar	-	-	444.724	300.074
Valores recebidos por venda de empreendimento cuja receita ainda não vem sendo apropriada	-	-	11.873	94.325
Valores recebidos de adiantamentos de contratos	2.500	49.833	10.366	49.833
Saldo final	**2.500**	**49.833**	**1.086.245**	**810.190**

(*) Quando as parcelas recebidas excedem a receita apropriada, a diferença é classificada como adiantamento de clientes.

15. PROVISÕES

Controladora	Garantias	Participação nos resultados e bônus	Riscos trabalhistas cíveis e tributários	Provisão para distratos	Total
	(a)	(b)	(c)	(d)	
Em 31 de dezembro de 2019	**23.308**	**14.840**	**116.362**	**-**	**154.510**
Provisão (Reversão) constituída, líquida (*)	10.041	17.861	(85.565)	15.491	(42.172)
Pagamento de provisão para garantia	(8.671)	-	-	-	(8.671)
Pagamento de acordos e condenações judiciais	-	-	(11.235)	-	(11.235)
Pagamento de bônus e PLR	-	(4.956)	-	-	(4.956)
Atualização monetária e juros	-	-	(414)	-	(414)
Em 31 de dezembro de 2020	**24.678**	**27.744**	**19.148**	**15.491**	**87.062**
Provisão (Reversão) constituída, líquida (*)	(16.512)	4.094	16.952	(1.398)	3.136
Pagamentos realizados	(5.346)	(7.658)	(16.621)	-	(29.625)
Atualização monetária e juros	-	-	1.120	-	1.120
Reclassificações	-	(14.809)	-	-	(14.809)
Em 31 de dezembro 2021	**2.820**	**9.371**	**20.599**	**14.093**	**46.884**
Circulante					**23.464**
Não circulante					**23.420**

(*) A controladora assumiu a provisão de garantia e de distrato das sociedades controladas vendidas para o Fundo (Nota 10).

Consolidado	Garantias	Participação nos resultados e bônus	Riscos trabalhistas cíveis e tributários	Provisão para distratos	Total
	(a)	(b)	(c)	(d)	
Em 31 de dezembro de 2019	**69.509**	**27.762**	**132.574**	**85.259**	**315.104**
Provisão (Reversão) constituída, líquida	5.072	22.965	(403)	(3.525)	24.109
Pagamento de provisão para garantias	(8.672)	-	-	-	(8.672)
Pagamento de acordos e condenações judiciais	-	-	(36.972)	-	(36.972)
Pagamento de bônus e PLR	-	(12.470)	-	-	(12.470)
Atualização monetária e juros	-	-	(414)	-	(414)
Reversão do contas a pagar, líquida	-	-	-	(14.912)	(14.912)
Em 31 de dezembro 2020	**65.909**	**38.257**	**94.785**	**66.822**	**265.773**
Provisão (Reversão) constituída, líquida	21.179	12.482	53.273	(4.163)	82.771
Pagamentos realizados	(38.886)	(13.128)	(51.753)	-	(103.767)
Atualização monetária e juros	-	-	1.120	-	1.120
Reclassificações	-	(14.809)	-	-	(14.809)
Em 31 de dezembro 2021	**48.202**	**22.802**	**97.425**	**62.659**	**231.088**
Circulante					**106.388**
Não circulante					**124.700**

(a) Garantias

A Companhia e suas sociedades controladas concedem o exercício de garantia sobre os imóveis com base na legislação vigente por um período de cinco anos. Uma provisão é reconhecida a valor presente da estimativa dos custos a serem incorridos no atendimento de eventuais reivindicações.
A constituição da provisão de garantia é registrada nas sociedades controladas e coligadas e ao longo da construção do empreendimento, compondo o custo total da obra, e após a sua entrega inicia-se o processo de realização da provisão de acordo com a curva de gastos históricos definidos pela área de Engenharia. A prestação de serviços de assistência técnica dos empreendimentos do segmento São Paulo é realizada pela controladora e, na data da prestação, reconhecida no resultado da controladora, na rubrica "Outras despesas operacionais, líquidas", e reclassificado para o custo dos imóveis vendidos, na demonstração do resultado consolidado.

(b) Participação nos resultados e bônus

O programa de participação nos resultados foi aprovado em maio de 2021 e está fundamentado em metas individuais e da Companhia.

(c) Riscos trabalhistas, cíveis e tributários

A Companhia e determinadas controladas figuram como polo passivo, de forma direta ou indireta, em reclamações trabalhistas, as quais a Administração da Companhia, conforme corroborado pelos assessores legais, classifica como perda provável o montante de R$ 3.877 na controladora e R$ 10.613 no consolidado (R$ 15.935 em 31 de dezembro de 2020), possível de R$ 10.816 na controladora e R$ 21.040 no consolidado (R$ 23.706 em 31 de dezembro de 2020) e remota de R$ 4.104 na controladora e R$ 6.413 no consolidado (R$ 22.572 em 31 de dezembro de 2020).
Processos cíveis em que a Companhia e determinadas controladas figuram como polos passivos são relacionados principalmente a: (i) revisão de cláusula contratual de reajustamento e juros sobre parcelas em cobrança; e (ii) atrasos na entrega de unidades imobiliárias. A expectativa da ocorrência de decisões desfavoráveis em parte desses processos corresponde ao montante de R$ 13.877 na controladora e R$ 65.281 no consolidado (R$ 59.411 em 31 de dezembro de 2020), a probabilidade de perdas possíveis é de R$ 23.196 na controladora e de R$ 64.669 no consolidado (R$ 79.245 em 31 de dezembro de 2020) e remotas é de R$ 4.654 na controladora e de R$ 63.389 no consolidado (R$ 96.654 em 31 de dezembro de 2020).
A rubrica de Provisão em 31 de dezembro de 2021 inclui, ainda, outras questões de desembolso provável, no montante de R$ 21.531 no consolidado (R$ 19.439 em 31 de dezembro de 2020).
Ao final de cada exercício, a Companhia e suas controladas, assessoradas por seus assessores legais, revisam as premissas e parâmetros da estimativa de perda das causas à luz das mais recentes experiências nos termos envolvidos com perda possível no montante de R$ 6.884.

(d) Provisão para distratos

A Companhia constitui provisão para distratos, tanto para os contratos de venda cujas obras estão concluídas quanto para aquelas em andamento. A parcela correspondente a expectativa de recursos a serem devolvidos aos clientes, em decorrência dos distratos em 31 de dezembro de 2021 totaliza R$ 66.822. R$ 14.093 na controladora e R$ 52.573 no consolidado (R$ 66.822 em 2020).
O resumo dos impactos da provisão de distrato são como segue:

	Consolidado	
	2021	**2020**
Provisão para distrato nas contas a receber	(109.748)	(145.145)
Adição a imóveis a comercializar	112.558	145.136
Constituição de contas a pagar/provisão para distratos	(62.659)	(65.694)
Efeito líquido da provisão	**(59.849)**	**(67.218)**

continua...

...continuação

EVEN Construtora e Incorporadora S.A. e Controladas

CNPJ nº 43.470.988/0001-65 - NIRE 35.300.329.520

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

(e) Efeitos no resultado

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Provisão de distrato:				
- Na receita	-	-	60.352	(3.248)
- No custo	-	-	(46.253)	19.507
	-	**-**	**14.099**	**16.259**
Provisão de distrato:				
- Na despesa (*)	-	-	(6.728)	(10.684)
Contingência trabalhista e cíveis	(16.952)	9.976	(53.273)	(1.521)
	(16.952)	**9.976**	**(60.001)**	**(12.205)**
	(16.952)	**9.976**	**(45.902)**	**4.054**

(*) A provisão para distratos constituída no momento do reconhecimento da receita está refletida no Lucro bruto, sendo reconhecida nas despesas operacionais apenas a parcela correspondente ao IFRS 9.

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

A Companhia possui as seguintes obrigações a tributar:

2.1.1. Lucro real

Considerando o atual contexto das operações da controladora, que se constitui, substancialmente, na participação em outras sociedades, não foi constituído crédito tributário sobre: (i) a totalidade do saldo acumulado de prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas da contribuição social; e (ii) o saldo de despesas não dedutíveis temporariamente na determinação do lucro tributável. O imposto de renda diferido sobre tais créditos foi constituído no limite do passivo relacionado com as parcelas a tributar sobre a diferença entre o lucro nas atividades imobiliárias tributado pelo regime de caixa e o valor registrado pelo regime de competência; sendo assim, anulado seus efeitos nas contas patrimoniais.

2.1.2. Lucro presumido e RET

Estão representados pelo imposto de renda e pela contribuição social sobre a diferença entre a receita de incorporação imobiliária apropriada pelo regime de competência e aquela submetida à tributação, obedecendo ao regime de caixa das sociedades tributadas com base no lucro presumido ou no RET, cuja movimentação é como segue:

	Consolidado	
	2021	2020
Em 1º de janeiro	22.574	25.999
Despesa (Receita) no resultado	(709)	(3.425)
No fim do exercício	**21.865**	**22.574**

A tributação da diferença entre o lucro auferido pelo regime de caixa e aquele apurado de acordo com o regime de competência ocorre em sintonia com a expectativa de realização das contas a receber, como apresentado a seguir:

	Consolidado	
	2021	2020
No exercício seguinte	5.586	13.219
Em exercícios subsequentes	16.279	9.355
	21.865	**22.574**

17. CAPITAL SOCIAL E RESERVAS

O capital social está representado por 212.000.000 (duzentas e doze milhões) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente integralizadas, totalizando R$ 1.657.409.994,31 (um bilhão seiscentos e cinquenta e sete milhões, quatrocentos e nove mil, novecentos e noventa e quatro reais e trinta e um centavos).

De acordo com o estatuto social, o Conselho de Administração está autorizado a deliberar o aumento do capital social até o limite de R$ 2.500.000.000, (dois bilhões e quinhentos milhões de reais) mediante a emissão de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Movimentação do capital social

Em Assembleia Geral Extraordinária em 13 de maio de 2020, foi aprovada a alteração do capital social através da absorção das rubricas contábeis relativas aos custos de transação incorridos na emissão de títulos e valores imobiliários emitidos no exercício de 2010 no valor de R$ 15.775 e da absorção das rubricas do Patrimônio Líquido relativas à apropriação de planos de opções de compra de ações nos exercícios de 2007 a 2012, não exercidos pelos respectivos titulares, no valor de R$ 31.717.

a) Ações restritas e em tesouraria

O "Programa de Recompra" tem como objetivo a maximização de valor para os acionistas da Companhia, tendo em vista o valor de cotação das ações da Companhia na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, bem como utilização no âmbito de planos de opção de compra de ações da Companhia.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de agosto de 2013, foi aprovada a compra de ações da Companhia a serem entregues para seus colaboradores no âmbito do Plano de Remuneração Variável.

Movimentação do saldo de ações em tesouraria:

	Ações em tesouraria	Concessão de ações restritas (R$)	Saldo em ações (R$)
Em 31 de dezembro de 2019	**7.090.059**	**287**	**35.770**
Desbloqueio de tranche ILP	(1.357.053)	-	(2.039)
Recompra de ações	4.139.300	-	24.748
Cancelamento de ações em tesouraria	(5.000.000)	-	(27.246)
Em 31 de dezembro de 2020	**4.872.306**	**287**	**31.233**
Desbloqueio de tranche ILP	(38.039)	269	(1.626)
Recompra de ações	3.000.000	-	25.727
Em 31 de dezembro de 2021	**7.834.267**	**555**	**55.334**

b) Plano de opção de ações

Para o plano de opções concedido em 2019, aprovado em 30 de abril de 2020 junto ao Conselho da Administração, assim como no plano anterior, os beneficiários são diretores estatutários e não estatutários, definidos como elegíveis pelo Conselho de Administração da Companhia. Assim como no plano anterior, não há previsão de pagamento em dinheiro e a conquista está condicionada ao atingimento de metas corporativas, de área e individuais, bem como à permanência do beneficiário na Companhia quando da liberação de cada um dos lotes de ações.

O beneficiário apenas fará jus aos lotes de ações após o transcurso do prazo necessário para apuração do atingimento das metas que, conforme termos do programa do Incentivo de Longo Prazo - ILP, será calculado e apurado três anos após o exercício de competência das metas corporativas, da seguinte forma:

i. 1/3 (um terço) das ações é relativo à remuneração de longo prazo com base nas metas corporativas para o exercício de 2019, e somente poderão ser transferidas aos beneficiários após a apuração dos resultados do exercício social findo em 31/12/2021.

ii. 1/3 (um terço) das ações é relativo à remuneração de longo prazo com base nas metas corporativas para o exercício de 2020, e somente poderão ser transferidas aos beneficiários após a apuração dos resultados do exercício social findo em 31/12/2022.

iii. 1/3 (um terço) restante das ações é relativo à remuneração de longo prazo com base nas metas corporativas para o exercício de 2021, e somente poderão ser transferidas aos beneficiários após a apuração dos resultados do exercício social findo em 31/12/2023.

O preço de exercício para cada ação é equivalente ao valor da cotação média das ações da Companhia no período de sessenta dias compreendido entre 01 de dezembro (inclusive) do exercício anterior ao exercício de aprovação do plano, e 31 de janeiro (inclusive) do exercício de aprovação do plano.

Em qualquer caso de desligamento do beneficiário poderá ser mantido o direito ao exercício das opções, devendo-se observar o quanto estabelecido no respectivo programa de opções e nos contratos celebrados com os beneficiários que, em linhas gerais, estão condicionados às metas apuradas desde o início do plano até o desligamento do beneficiário e a verificação da postura de boa-fé do beneficiário perante a Companhia, seus acionistas, seus negócios e colaboradores, a ser apurado pelo Conselho de Administração da Companhia.

O montante total do ILP está contabilizado, a valor justo, como "Plano de opção de ações" sendo que a apropriação dos valores ocorre mensalmente até a data de vencimento do plano e são reconhecidos no resultado na rubrica "Despesas Administrativas" (Nota 20.b)), totalizando R$ 17.004 (em 31 de dezembro de 2020, totalizava R$ 9.253), sendo o saldo constituído totalizado em R$ 38.798 (R$ 20.426, saldo em 31 de dezembro de 2020). Em 2021 a administração revisou os termos e condições do ILP e efetuou a reclassificação do saldo em apresentado em 31 de dezembro de 2020 para o "Patrimônio Líquido".

A quantidade total de ações outorgadas prevista no plano de opções é de 5.824.866 opções, as quais estão sob período de carência e não são exercíveis em 31 de dezembro de 2021.

c) Reservas de lucros

Reserva legal

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido do exercício, após a compensação dos prejuízos acumulados, conforme determinação da Lei nº 6.404/76.

Retenção de lucros

A administração da Companhia propõe que parcela do lucro líquido da Companhia, no montante de R$ 55.334, seja destinado, a reserva de retenção de lucros para cobertura das ações em tesouraria, conforme previsto no artigo 30 da Lei nº 6.404/76.

Objetivando preservar a liquidez da Companhia, a administração propõe que o a totalidade do lucro líquido remanescente, totalizando R$ 106.899, seja destinado à reserva de retenção de lucros, para fazer face aos compromissos assumidos indicados na nota explicativa nº 26. Em 31 de dezembro de 2021 os compromissos relacionados com custo orçado a incorrer das unidades vendidas e em estoque totalizam R$ 2.261.050, relacionados com empreendimentos já lançados, e os compromissos com a aquisição de terrenos para lançamento de futuros empreendimento totaliza R$ 1.337.413.

d) Dividendos

De acordo com o estatuto da Companhia, do lucro líquido do exercício, após a compensação de prejuízos e constituição de reserva legal, 25% são destinados para a distribuição do dividendo anual obrigatório.

O dividendo mínimo obrigatório do exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 foi calculado como indicado abaixo:

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	231.212	14.684
Reserva legal	(11.561)	(734)
Base de cálculo para dividendos	**219.651**	**13.950**
Dividendos mínimos obrigatórios 25%	54.913	3.487
Dividendos pagos	**54.999**	**13.950**

Em 15 de junho e em 15 de dezembro de 2021, o Conselho de Administração aprovou a distribuição de dividendos intermediários, no valor de R$ 39.999 e R$ 15.000, respectivamente, totalizando R$ 54.999. Se comparado em 31 de dezembro de 2020 foi aprovado a distribuição de dividendos R$ 13.950.

Em virtude dos valores de dividendos pagos em 2021 e em 2020, apurados com base em balanços intermediários, terem sido superiores ao dividendo mínimo obrigatório, não há saldo a pagar de dividendos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

Em Assembleia Geral realizada em 28 de abril de 2021, foi aprovada a proposta da administração de distribuição de dividendo adicional de R$ 113.378, o qual foi pago em 17 de maio de 2021.

18. LUCRO POR AÇÃO

a) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício.

	2021	2020
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas, deduzida das ações em tesouraria (milhares):	205.877	208.233
Resultado do exercício:		
Das operações continuadas	231.641	142.206
Das operações descontinuadas	(429)	(127.522)
Resultado atribuível aos acionistas da Companhia	231.212	14.684
Resultado básico por ação		
Das operações continuadas	1,125	0,683
Das operações descontinuadas	(0,002)	(0,612)
Resultado atribuível aos acionistas da Companhia	**1,123**	**0,071**

b) Diluído

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A quantidade de ações calculadas, conforme descrito anteriormente, é comparada com a quantidade de ações emitidas, pressupondo-se o exercício das opções de compra das ações.

	2021	2020
Lucro (Prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia	231.212	14.684
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas em poder dos acionistas (milhares)	205.877	207.389
Preço médio de mercado da ação ordinária no ano	8,94	11,65
Lucro básico diluído por ação	**1,123**	**0,071**

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, não havia opções em aberto.

19. RECEITA

A reconciliação das vendas e dos serviços prestados brutos para a receita líquida é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receita bruta operacional:				
Incorporação e revenda de imóveis	87	-	2.212.409	1.685.483
Prestação de serviços	27.385	29.943	53.541	50.678
Provisão para distratos	-	-	60.352	(3.248)
Deduções da receita bruta	(3.628)	(3.918)	(50.558)	(61.893)
Receita líquida operacional	**23.844**	**26.025**	**2.275.744**	**1.671.020**

Segmento São Paulo: Em 12 de janeiro de 2021, a sociedade controlada Taperebá Empreendimentos Imobiliários Ltda., com garantia da Companhia e de sua controlada Evenpar Participações Societárias Ltda., efetuou a venda de determinados imóveis do Empreendimento Imobiliário denominado Condomínio Pedroso Alvarenga, representados pelo Hotel, Restaurante e 32 *Studios*, totalizando R$ 310.000, os quais foram integralmente recebidos no dia 12 de janeiro de 2021. A receita dessa operação refletida no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2021 totalizou R$ 252.278.

Segmento Sul: A Companhia durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 reconheceu 33% a mais de receita líquida operacional se comparado ao mesmo período de 2020. Além disso, em 2020 durante o agravamento da pandemia do COVID-19, nossos canteiros de obra na cidade de Porto Alegre ficaram 92 dias paralisados devido aos decretos municipais, o que levou a um menor andamento de POC durante este período.

20. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

a) Custo incorrido das vendas realizadas

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Terrenos	-	-	(870.829)	(623.416)
Obra	-	-	(588.417)	(450.853)
Incorporação	-	-	(73.667)	(55.461)
Manutenção em garantia	-	-	(11.637)	(8.762)
Gerenciamento	(26.230)	(21.107)	(26.059)	(19.618)
Despesa financeira incorrida (Nota 8)	-	-	(26.839)	(49.979)
	(26.230)	**(21.107)**	**(1.597.448)**	**(1.208.089)**
Provisão para distratos	-	-	(46.253)	19.507
	(26.230)	**(21.107)**	**(1.643.701)**	**(1.188.582)**

Em 2021, tivemos 17 lançamentos em SP e RS. No segmento São Paulo: Em 12 de janeiro de 2021, a sociedade controlada Taperebá Empreendimentos Imobiliários Ltda., efetuou a venda de determinados imóveis do Empreendimento Imobiliário denominado Condomínio Pedroso Alvarenga, representados pelo Hotel, Restaurante e 32 *Studios*. O custo dessa operação refletida no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2021 totalizou R$ 185.574.

b) Despesas operacionais por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Benefícios a empregados (Nota 21)	(48.341)	(48.132)	(69.532)	(63.053)
Benefícios a administradores (Nota 26.b)	(7.866)	(6.666)	(17.411)	(6.666)
Plano de Incentivo de Longo prazo a administradores (Nota 17.b))	(17.004)	(9.253)	(17.004)	(9.253)
Consultoria	(19.113)	(17.974)	(33.135)	(25.473)
Viagens e deslocamentos	(801)	(567)	(1.321)	(745)
Consumos diversos	(10.899)	(10.531)	(17.588)	(14.881)
Despesas com vendas	(3.033)	(3.390)	(90.065)	(73.476)
Despesas com estandes de venda	-	-	(38.450)	(32.965)
Outras despesas comerciais	-	-	(13.916)	(12.366)
	(107.057)	**(96.513)**	**(298.422)**	**(238.878)**
Despesas comerciais	(3.033)	(3.390)	(142.431)	(118.807)
Despesas gerais e administrativas	(79.153)	(76.856)	(121.575)	(103.804)
Remuneração da administração	(24.871)	(16.267)	(34.416)	(16.267)
	(107.057)	**(96.513)**	**(298.422)**	**(238.878)**

21. DESPESAS DE BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Salários	(25.939)	(22.224)	(35.818)	(28.936)
Remuneração variável	(4.648)	(11.285)	(8.537)	(15.301)
Encargos	(11.789)	(9.295)	(15.764)	(10.755)
Treinamentos	(39)	(29)	(39)	(29)
Outros benefícios	(5.926)	(5.299)	(9.374)	(8.032)
	(48.341)	**(48.132)**	**(69.532)**	**(63.053)**

22. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Despesas financeiras				
Juros	(12.438)	(31.598)	(16.821)	(32.944)
Juros sobre as provisões para riscos	(1.120)	414	(1.120)	414
Ganho/Perdas - *swap* - taxa de Juros	-	718	-	718
Despesas bancárias, comissão e fiança	(6.156)	(14.640)	(18.148)	(16.640)
Outras despesas financeiras	-	-	(1.944)	(3.845)
	(19.714)	**(45.106)**	**(38.033)**	**(52.297)**
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	15.977	9.550	48.732	23.259
Atualização monetária de contas a receber	2.569	248	38.039	31.483
Outras receitas e despesas financeiras	355	5.126	3.526	6.924
Juros recebido	-	-	3.228	-
Receitas de mútuo	9.206	4.541	9.206	4.540
	28.107	**19.465**	**102.731**	**66.206**
Resulta do financeiro	**8.393**	**(25.641)**	**64.698**	**13.909**

23. OPERAÇÃO DESCONTINUADAS

Em linha com o planejamento estratégico decidido para a Even, de descontinuidade das nossas operações no Estado do Rio de Janeiro, em 2020 a Companhia alienou ao Fundo FII ERCR11 a totalidade das ações da Viedma RJ Empreendimentos Imobiliários S.A., sociedade titular da totalidade das quotas das sociedades de propósito específico desenvolvedoras de 8 (oito) empreendimentos imobiliários da Companhia na Cidade do Rio de Janeiro, cujos ativos estão representado por imóveis concluídos e à venda.

O preço de venda pago pelo FII à Companhia no âmbito da Operação foi composto por (a) uma parcela fixa de R$ 237.600 e (b) parcela condicional e contingente, devida pelo FII caso as vendas dos imóveis e correspondentes distribuições e pagamentos realizados pela Viedma RJ ao FII gerem um retorno aos cotistas do FII equivalente ao preço de emissão das cotas do FII acrescido da variação acumulada do IPCA e de uma taxa de rentabilidade prevista no Regulamento do FII (disponível pública e gratuitamente no *site* da CVM).

continua...

...continuação

EVEN Construtora e Incorporadora S.A. e Controladas

CNPJ nº 43.470.988/0001-65 - NIRE 35.300.329.520

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DEZEMBRO DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R$)

Em função da Operação de venda da Viedma ao FII, a Companhia reconheceu uma perda em suas demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 no valor de R$ 116.418. Esta perda deve-se, principalmente a três fatores: (a) a contabilização da parcela condicional e contingente se dará a partir do cumprimento de obrigação de performance e desde que atingidas as condições estabelecidas em contrato; (b) desconto em relação ao preço de vendas praticado, em função do pagamento à vista e sem direito de regresso (true-sale); e (c) despesas futuras como *marketing*, impostos, despesas de condomínio e IPTU, que a Companhia incorreria caso estivesse com as unidades para venda, e que serão de responsabilidade do FII.

Ademais, em linha com a estratégia de desmobilização das suas atividades operacionais na Cidade do Rio de Janeiro, a Companhia busca potenciais compradores para 2 (dois) terrenos na região do Recreio dos Bandeirantes, ainda não concluídos. A mudança de estratégia e, portanto, não intenção do desenvolvimento imobiliário destes terrenos e, de uma potencial oferta pela alienação destes, motivou, em 31 de dezembro de 2020, a constituição de provisão para ajuste ao valor realizável líquido de R$ 49.840.

Efetuamos novo cálculo do valor realizável líquido utilizando dados e premissas atualizadas para 31 de dezembro de 2021 e identificamos que as provisões estão satisfatórias.

Abaixo o resultado gerado destas operações descontinuadas:

	Consolidado	
	2021	2020
Receita	3.848	14.188
Custo incorrido das vendas realizadas	(952)	(18.536)
Lucro bruto	**2.896**	**(4.348)**
Despesas operacionais		
Comerciais	(1.347)	(4.350)
Gerais e administrativas	(584)	(6.940)
Provisões (*)	(6.569)	(6.463)
Outras despesas operacionais, líquidas	155	(15.418)
Perda na alienação do controle de Sociedades controladas	-	(116.418)
Provisão para perda de ativos remanescentes do segmento Rio de Janeiro (Nota 9)	-	(49.840)
	(8.345)	**(199.429)**
Lucro/Prejuízo operacional	**(5.449)**	**(203.777)**
Despesas financeiras	(206)	(614)
Receitas financeiras	4.213	3.277
Resultado financeiro	**4.007**	**2.663**
Efeitos de imposto de renda e contribuição social	(253)	1.332
Prejuízo do exercício das operações descontinuadas	**(1.695)**	**(199.782)**

(*) Provisões correspondem à provisão contingência cíveis, provisão para contingência trabalhista, acordos trabalhistas, acordos judiciais e depósitos judiciais societários.

Na demonstração do resultado da controladora, a perda apurada foi de R$ 429 em 2021 (R$ 127.522 em 31 de dezembro de 2020).

24. DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas nominal e efetiva está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Lucro antes do IRPJ e da CSLL das operações continuadas	231.641	142.206	329.847	285.970
Prejuízo das operações descontinuadas	(429)	(127.522)	(1.695)	(199.782)
Base tributária	**231.212**	**14.684**	**328.152**	**86.188**

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Alíquota - 34%	(78.612)	(4.993)	(111.572)	(29.304)
Efeito sobre exclusões (equivalência patrimonial)	120.509	83.829	120.589	85.302
Adições e exclusões temporárias (Provisões)	(5.764)	3.392	(20.400)	4.150
Efeito no resultado de controladas - RET	-	-	77.463	(2.254)
Crédito fiscal não constituído sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias (a)	(36.133)	(82.228)	(51.114)	(94.862)
Efeito no resultado de controladas - Lucro presumido	-	-	(56.897)	4.130
Total dos impostos	-	-	**(41.931)**	**(32.839)**
Imposto de renda e contribuição social correntes			**(42.640)**	**(36.264)**
Imposto de renda e contribuição social com recolhimentos diferidos			**709**	**3.425**

(a) A controladora e as imobiliárias controladas adotam o sistema de apuração pelo lucro real e não registram os créditos tributários, em virtude de não ser provável, neste momento, a geração de lucros tributáveis futuros.

25. COMPROMISSOS

a) Compromissos de incorporação imobiliária

De acordo com a Lei de Incorporação Imobiliária, a Companhia tem o compromisso legal de finalizar os projetos de incorporação imobiliária que foram aprovados e que não mais estejam sob cláusula resolutiva, segundo a qual a Companhia poderia desistir da incorporação e devolver os montantes recebidos aos clientes.

As principais informações relacionadas com os empreendimentos em construção, decorrentes das unidades vendidas, podem ser assim demonstradas:

	Consolidado	
	2021	2020
Vendas a apropriar	1.660.702	1.480.251
Permuta por terrenos a apropriar	321.872	229.495
Contratos de vendas a apropriar (a)	1.982.574	1.709.746
Impostos	(34.542)	(30.789)
Receita de vendas a apropriar	1.948.032	1.678.957
Custo orçado a incorrer das unidades vendidas	(1.347.553)	(1.134.848)
Projetos descontinuados - RJ	-	4.931
Resultado a apropriar	**600.479**	**549.040**

(a) Sujeita aos efeitos de ajuste a valor presente por ocasião de sua apropriação.

Os custos incorridos e a incorrer das unidades em estoque de empreendimentos em construção podem ser assim demonstrados:

	Consolidado	
	2021	2020
Custo incorrido das unidades em estoque	1.368.399	1.102.335
Custo orçado total a incorrer das unidades em estoque (a)	913.497	708.428
Projetos descontinuados - RJ	-	310.048
Custo incorrido e a incorrer das unidades em estoque	**2.281.896**	**2.120.811**

(a) O custo total a incorrer das unidades vendidas e em estoque totaliza R$ 2.261.050 (R$ 1.843.276 em 31 de dezembro de 2020).

b) Compromissos com a aquisição de terrenos

Compromissos foram assumidos pela Companhia para a compra de terrenos, cujo registro contábil ainda não foi efetuado em virtude de estar aguardando aprovação do projeto e a escritura definitiva que evidencia a transferência da propriedade para a Companhia, suas controladas ou seus parceiros sejam efetivadas.

Referidos compromissos totalizam R$ 1.286.385 (R$ 2.186.302 em 31 de dezembro de 2020), dos quais R$ 788.327 (R$ 1.061.959 em 31 de dezembro de 2020) se referem a permutas por unidades imobiliárias a serem construídas e R$ 498.058 (R$ 1.124.343 em 31 de dezembro de 2020) se referem à participação no recebimento da comercialização dos respectivos empreendimentos.

26. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Saldos

	Controladora				Consolidado			
	Ativo		Passivo		Ativo		Passivo	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Fazenda Roseira Delta Emp. Imob. CPE S.A. (ii)	-	-	2.689	2.689	3.534	3.295	1.133	849
Fazenda Roseira Gamma Emp. Imob. CPE S.A. (ii)	-	-	-	-	-	-	89	66
Fazenda Roseira Kappa Emp. Imob. CPE S.A. (ii)	-	-	974	974	1.627	1.193	-	-
Fazenda Roseira Zeta Emp. Imob. CPE S.A. (ii)	-	-	2.247	2.247	2.753	2.753	376	211
Fazenda Roseira Beta Emp. Imob. CPE S.A. (ii)	-	-	1.216	1.216	1.514	1.490	10	10
Fazenda Roseira Alpha Emp. Imob. CPE S.A. (ii)	-	-	692	692	1.270	848	51	18
Fazenda Roseira Eta Emp. Imob. CPE S.A. (ii)	-	-	-	-	-	-	97	71
Fazenda Roseira Epsilon Emp. Imob. CPE S.A. (ii)	-	-	3.517	3.517	4.309	4.309	1.387	822
Neibenfluss Empreendimentos Ltda. (i)	-	-	-	-	-	-	934	-
W3 Engenharia (i)	-	-	359	-	-	-	359	-
Ophiuchus Even (i)	-	-	-	-	-	-	684	685
Colinas do Morumbi (i)	-	-	-	-	-	-	2.438	1.921
Quadcity Zacarias de Góes (i)	-	-	-	-	-	-	1.331	-
Catuaí Empreendimentos (i)	-	-	-	-	731	-	-	-
Hub de Inovação (i)	-	-	-	-	-	-	505	2.400
Mútuo Even x Rossi (Consórcios) (ii)	592	591	-	-	592	591	-	-
ESP 108/13 Empreendimentos Imobiliários Ltda. (i)	-	-	-	2.200	-	-	-	2.200
Demais contas (i)	-	-	-	-	1.041	1.051	994	1.600
Entidades controladas com participação de terceiros	**592**	**591**	**11.694**	**13.535**	**17.371**	**15.530**	**10.388**	**10.853**
Sociedades controladas de forma integral (i)	91.050	90.590	831	861	-	-	-	-
	91.642	**91.181**	**12.525**	**14.396**	**17.371**	**15.530**	**10.388**	**10.853**
Demais partes relacionadas:								
Melnick Participações Ltda. (iii)	82.031	78.828	-	-	82.031	78.828	-	-
Melnick Even Limoeiro Empreendimentos Imobiliários (iv)	-	-	-	-	-	-	32.304	28.167
Arcádia Inv. Part. Neg. Imobiliária Ltda.	-	-	-	-	-	4.742	-	-
Melnick Desenv. Imob. S.A. (Aluguéis a pagar - Direito de Uso)	-	-	-	-	-	-	2.104	-
Mútuo parceiros de empreendimentos	-	-	-	-	197	181	1.576	-
	82.031	78.828	-	-	82.228	83.751	35.984	28.167
	173.673	**170.009**	**12.525**	**14.396**	**99.599**	**99.281**	**46.372**	**39.020**
Circulante como partes relacionadas	-	-	**12.525**	**14.396**	-	-	**46.372**	**39.020**
Não circulante de partes relacionadas	**173.673**	**170.009**	-	-	**99.599**	**99.281**	-	-

(i) Saldos na controladora: Referem-se às transações de antecipação de dividendos aos acionistas não controladores via mútuo para as SPEs, cuja regularização dos saldos se dará mediante redução do capital social, ainda sem previsão para sua efetivação, sobre os quais não incidem encargos financeiros.

Saldos no consolidado: Referem-se às transações de adiantamento para futuro aumento de capital e dividendos a serem distribuídos de empreendimentos parceiros e não controladores.

(ii) O saldo de mútuo mantido com as sociedades controladas com vistas ao financiamento da construção de seus empreendimentos, sobre os quais não incidem encargos financeiros e não possuem vencimento predeterminado. Os saldos passivos se referem a retorno de excedentes de caixa das subsidiárias integrais e há transações de antecipação de dividendos aos acionistas não controladores via mútuo para as SPEs.

(iii) O Acordo de Investimento firmado em 04 de março de 2008 ("Acordo de Investimento") entre a Even Construtora e Incorporadora S.A. ("Even") e a parte relacionada Melnick Participações LTDA ("MPAR"), estabelecia uma parceria de negócios entre a Even e a MPAR, com interveniência da Melnick Even Incorporações e Construções S.A. ("Melnick Even") e posteriormente a Melnick Even Desenvolvimento Imobiliário S.A. ("MED"), incorporadora residencial com foco no segmento de alto padrão no Rio Grande do Sul. Neste Acordo de Investimento, a Even financiava a MPAR para a aplicação nos projetos ("SPEs") desenvolvidos em sociedade ("Mútuos").

Com a Oferta Pública de Ações da MED (MELK3), um Acordo de Acionistas foi firmado em 03/09/2020 entre a Even e a MPAR ("Acordo de Acionistas"), extinguindo o Acordo de Investimento, e, consequentemente, deixou de existir o compromisso, pela Even, de efetuar empréstimos para a MPAR financiar sua participação nos projetos. O saldo destes Mútuos será liquidado com parte das distribuições de dividendos pagos pela Melnick (MELK3) para à MPAR como sua acionista, ou seja, a MPAR deverá repassar parte do valor que receber a título de dividendos à Even, até a liquidação integral dos Mútuos. No decorrer de 2021 a Even recebeu da MPAR R$ 6.370. O saldo dos Mútuos está sujeito à variação de 100% da taxa do CDI, com acréscimo de juros que variam entre 2,35% a 4% ao ano. Como garantia dos Mútuos, a MPAR alienará fiduciariamente em favor da Even parte das ações que detém na MED.

(iv) A sociedade controlada indiretamente Melnick Even Limoeiro Empreendimento Imobiliário SPE Ltda. firmou contrato com parte relacionada, tendo recebido terreno para desenvolvimento de empreendimento residencial e comercial, sendo a construção deste último destinada ao pagamento do terreno. Face ao descasamento de caixa entre os pagamentos requeridos para a construção do empreendimento comercial a ser entregue como forma de pagamento da aquisição do terreno, e a velocidade de recebimento dos clientes do empreendimento residencial detido pela Companhia, a parte relacionada efetuou empréstimos para a SPE efetivar a construção, cujo saldo será liquidado em 30 de setembro de 2022 ou até doze meses da obtenção do habite-se do empreendimento comercial e sua entrega a parte relacionada, previsto para ocorrer no primeiro trimestre de 2022.

Sobre o saldo incide encargos financeiros correspondentes a variação do Índice Nacional de Construção Civil - INCC.

A movimentação do saldo de partes relacionadas nas demonstrações financeiras consolidadas pode ser assim apresentada:

	Ativo	Passivo
Em 31 de dezembro de 2020	**99.281**	**39.020**
Empréstimos	-	2.025
Amortizações	(8.888)	-
Encargos financeiros	9.206	5.327
Em 31 de dezembro de 2021	**99.599**	**46.372**

b) Remuneração dos Administradores

O pessoal-chave da Administração inclui os Conselheiros e Diretores. Na Assembleia Geral Ordinária, realizada em 28 de abril de 2021, foi aprovada a verba anual global dos administradores da Companhia de até R$ 26.446 (R$ 19.880 em 2020) incluindo bônus, para o exercício a findar em 31 de dezembro de 2021.

Os valores pagos, incluindo bônus, estão demonstrados a seguir:

	Controladora	
	2021	2020
Conselho de Administração	1.014	648
Diretoria:		
Salários e encargos	5.723	4.888
Remuneração variável	812	-
Demais benefícios	317	321
	7.866	**5.857**
Bônus dos administradores provisionado (nota explicativa nº 15 parcelas dos administradores) (*)	-	809
ILP apropriado (nota explicativa nº 20.b)	17.004	9.253
	24.871	**16.267**

continua...

...continuação

EVEN Construtora e Incorporadora S.A. e Controladas
CNPJ nº 43.470.988/0001-65 - NIRE 35.300.329.520

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

c) Transações com partes relacionadas

Permutas financeiras

Os valores divulgados abaixo estão registrados no Consolidado na rubrica de Contas a pagar por aquisição de imóveis e a operação detalhada na Nota 11.

(i) Transações com saldos em aberto em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020

Data da transação	Duração	Taxa de juros ou correção	Empresa	Valor da transação	2021	2020
Desenvolvimento de empreendimento imobiliário - participação no VGV						
19/12/2016	Até 1 ano após a habite-se	INCC	SCP Miguel Yunes (a)	11.817	-	8.184
13/02/2017	Até 1 ano após a habite-se	INCC	SCP Pedroso Alvarenga	58.257	51.970	90.389
28/07/2017	Até 1 ano após a habite-se	INCC	SCP Harmonia	46.295	7.919	42.781
20/12/2017	Até 1 ano após a habite-se	INCC	SCP Jorge Americano	10.167	402	12.010
01/09/2019	Até 1 ano após a habite-se	INCC	SCP Arbo Casas Verticais	16.500	11.893	17.577
18/11/2019	Até 1 ano após a habite-se	INCC	SCP Neto Araújo	18.035	8.945	20.354
04/12/2019	Até 1 ano após a habite-se	INCC	SCP Jesuíno Maciel	6.854	5.078	6.854
30/04/2020	Até 1 ano após a habite-se	INCC	SCP Saloá	7.300	4.363	7.300
30/04/2020	Até 1 ano após a habite-se	INCC	SCP Stella Marina	50.385	33.506	70.172
28/09/2018	Até 1 ano após a habite-se	INCC	SCP Arthur de Azevedo	46.813	24.520	56.979
28/06/2019	Até 1 ano após a habite-se	INCC	SCP Plató	53.000	91.806	53.000
01/04/2020	Até 1 ano após a habite-se	INCC	SCP Venâncio	5.300	7.382	5.300
11/12/2020	Até 1 ano após a habite-se	INCC	SCP Mairinque	18.440	18.440	18.440
23/10/2020	Até 1 ano após a habite-se	INCC	SCP Coelho de Carvalho	2.750	1.119	2.750
23/12/2020	Até 1 ano após a habite-se	INCC	SCP Portugal	700	249	700
06/03/2018	Até 1 ano após a habite-se	INCC	Melnick Even Aurora	33.867	15.964	15.310
11/09/2020	Até 1 ano após a habite-se	INCC	SCP Gouda	10.000	10.000	10.000
11/09/2020	Até 1 ano após a habite-se	INCC	SCP SCP Diogo Moreira (b)	48.000	37.186	-
Contas a pagar por aquisição de imóveis - Nota 11 - Permuta Financeira					**330.742**	**438.100**

(a) SCP, saldo quitado e encerrado no período.
(b) Sociedade de Propósito Específico Diogo Moreira, uma empresa constituída para desenvolvimento do empreendimento imobiliário localizado na Rua Diogo Moreira, projeto será executado de forma faseada. O desenvolvimento deste empreendimento conta com a participação da parte relacionada Veneza Participações.

(ii) Transações efetivadas no período

Transação	Empresa	2021	2020
Aquisição de produtos (a)	Taperebá	14.000	-
Contratação de materiais e prestações de serviços de mobiliários	SPE´s	1.021	342
Distribuição de dividendos	SPE´s	-	3.680
Compras de participação	SPE´s	-	1.468
Prestações de serviços	SPE´s	5.298	4.143
Aluguel da sede	Melnick Even e Prion	1.034	1.029
Compra de apartamento	Melnick Even Andiroba	-	627
Compra de apartamento	Melnick Even lynx	1.728	-

(a) Aquisição de produtos em marcenaria (incluindo a entrega e montagem) que serão instalados nas suítes, localizadas entre o 9º e 18º andar do empreendimento Hotel Fasano, no valor de R$ 14.000.

A Taperebá Empreendimentos Imobiliários Ltda., subsidiária integral da Even, tem obrigação de entregar o Hotel Fasano com todos os móveis e equipamentos instalados.
A Unicasa Indústria de Móveis S.A. uma sociedade que tem o controle em comum com a Nova Milano.

(iii) Transações sob cláusulas resolutivas, não refletidas contabilmente

Data	Taxa de juros ou correção	Empresa	Valor da transação
Compra de terreno			
12/05/2016	INCC	Menick Even Angelim	74.810
07/11/2017	INCC	Melnick Even Urbanizadora	5.608
17/12/2017	INCC	Melnick Even Coqueiro	26.944

(a) Referem-se a transações de compra de terrenos com partes relacionadas que ainda possuem clausulas resolutivas para efetivação do registro contábil e integram o valor divulgado na Nota 25 (b) Compromissos com a aquisição de terrenos.

27. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

a) Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia o expõem a diversos riscos financeiros: de mercado (incluindo taxa de juros dos financiamentos de crédito imobiliário, riscos de taxa de juros de fluxo de caixa e de preço de determinados ativos avaliados ao valor justo), de crédito e de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia está concentrado na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A Companhia não tem como prática utilizar instrumentos financeiros derivativos para proteger exposições a risco, bem como não adota a política contábil de *Hedge Accounting*.

A gestão de riscos é realizada pela Tesouraria Central da Companhia, para asa qual identifica e avalia os riscos e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as sociedades controladas.

(a) Risco de mercado

(i) Risco cambial

Considerado praticamente nulo em virtude de a Companhia não possuir ativos ou passivos sujeitos a variação de moeda estrangeira nem depender significativamente de materiais importados em sua cadeia produtiva. Adicionalmente, a Companhia não efetua vendas indexadas em moeda estrangeira.

(ii) Risco do fluxo de caixa

A Companhia analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários, levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes, financiamento e "hedge" alternativos. Com base nesses cenários, a Companhia define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado.

Os passivos sujeitos a taxas variáveis de juros são: (i) crédito imobiliário, o qual está sujeito à variação da Taxa Referencial de juros, cujo risco de volatilidade é considerado baixo pela Administração; (ii) empréstimos e financiamentos, os quais estão significativamente sujeitos à variação das taxas de CDI e para as quais existe um "hedge" natural nas aplicações financeiras, minimizando impactos relacionados com os riscos de volatilidade; e (iii) contas a pagar na aquisição de imóveis, as quais estão sujeitas à variação do INCC e para as quais existe um "hedge" natural nas contas a receber de clientes de unidades em construção.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de contas a receber de clientes, depósitos em bancos e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. A qualidade do crédito das contas a receber de clientes está detalhada na nota explicativa nº 7.b).

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa do segmento São Paulo é realizada nas entidades operacionais da Companhia e agregada pela Diretoria Financeira, o qual monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis, a qualquer momento, a fim de que a Companhia não quebre os limites ou as cláusulas do empréstimo, quando aplicável, em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia e o cumprimento de cláusulas contratuais. O segmento Sul, representado pela sociedade controlada Melnick Desenvolvimento Imobiliário S.A. (MELK3) possui gestão própria de tesouraria.

O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais do segmento São Paulo e Sul, além do saldo exigido para administração do capital circulante da Companhia e por sua controlada MELK3, os quais investem em títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões anteriormente mencionadas.

b) Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 descreve os riscos que podem gerar as variações materiais no resultado da Companhia, nos termos determinados pela CVM por meio da Instrução nº 475/08, a fim de apresentar 10%, 25% e 50% de apreciação/depreciação na variável de risco considerada.

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia possui os seguintes instrumentos financeiros:

- Aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos, contratos de mútuos firmados com partes relacionadas, indexados ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI).
- Empréstimos e financiamentos indexados à Taxa Referencial (TR) e CDI.
- Contas a receber e obrigações por compra de imóveis, indexados ao Índice Nacional de Construção Civil (INCC), Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) e Índice de Preços ao Consumidor - IPCA.

Para análise de sensibilidade do período findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia considerou a taxa de juros de aplicações, empréstimos e contas a receber, CDI a 4,42%, TR a 0%, INCC a 13,85%, IPCA 10,06% e IGP-M a 17,78%. Os cenários considerados foram:

- Cenário I - Provável: apreciação/depreciação de 10% das variáveis de risco utilizadas para precificação.
- Cenário II - Possível: apreciação/depreciação de 25% das variáveis de risco utilizadas para precificação.
- Cenário III - Remoto: apreciação/depreciação de 50% das variáveis de risco utilizadas para precificação.

A Companhia apresenta a seguir o quadro de sensibilidade para os riscos considerando que os eventuais efeitos impactariam os resultados futuros tomando como base as exposições apresentadas em 31 de dezembro de 2021 e seus efeitos no patrimônio líquido são basicamente os mesmos do resultado.

		Cenários					
		I	II	III	III	II	I
Operações consolidadas	Risco	Alta 10%	Alta 25%	Alta 50%	Queda 50%	Queda 25%	Queda 10%
Aplicações financeiras	Alta/queda do CDI	4.005	10.013	60.075	(20.025)	(10.013)	(4.005)
Empréstimo e financiamentos	Alta/queda do CDI	(97)	(242)	(485)	485	242	97
Parte relacionada ativa	Alta/queda do CDI	221	553	3.317	(1.106)	(553)	(221)
Parte relacionada passiva	Alta/queda do CDI	(103)	(257)	(515)	514	257	103
Efeitos líquidos da variação do CDI		4.026	10.067	62.392	(20.132)	(10.067)	(4.026)
Contas a receber	Alta/queda do INCC	17.534	43.836	87.671	(87.671)	(43.836)	(17.534)
Obrigação por compra de imóveis	Alta/queda do INCC	(17.134)	(42.834)	(85.669)	85.669	42.834	17.134
Efeitos líquidos da variação do INCC		400	1.002	2.002	(2.002)	(1.002)	(400)
Contas a receber	Alta/queda do IPCA	3.119	7.798	15.596	(15.596)	(7.798)	(3.119)
Contas a receber	Alta/queda do IGP-M	100	250	500	(500)	(250)	(100)
Obrigação por compra de imóveis	Alta/queda do IGP-M	(30)	(77)	(154)	154	77	30
Empréstimo e financiamentos	Alta/queda do IGP-M/IPCA	(2.058)	(5.144)	(10.288)	10.288	5.144	2.058
Efeitos líquidos da variação do IGP-M/IPCA		1.130	2.827	5.654	(5.654)	(2.827)	(1.130)

c) Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios a outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, comprar ou emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira, que corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos e financiamentos, ambos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa, dos ativos financeiros valorizados ao valor justo por meio do resultado e das contas vinculadas. O capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, de acordo com as demonstrações financeiras consolidadas, a Companhia apresenta caixa líquido positivo, não havendo alavancagem financeira, como assim sumariados:

	Consolidado	
	2021	2020
Total de empréstimos e financiamentos (notas explicativas nº 12.a) e nº 12.b)	313.533	453.240
Caixa e equivalentes de caixa	(39.873)	(768.180)
Títulos e valores mobiliários	(899.261)	(512.025)
Caixa restrito	(2.444)	(8.700)
Caixa líquido	**(628.045)**	**(835.665)**
Total do patrimônio líquido	2.592.338	2.384.904
Total do capital próprio e de terceiros	1.964.293	1.549.239
Índice de alavancagem financeira - %	**0,00**	**0,00**

d) Estimativa do valor justo

Estima-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores e por aquisição de imóveis pelo valor contábil, menos a perda ("impairment"), esteja próxima de seus valores justos. O mesmo pressuposto é válido para os passivos financeiros.

A Companhia aplica o pronunciamento técnico para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da hierarquia de mensuração pelo valor justo a seguir:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, direta (como preços) ou indiretamente (ou derivados dos preços) (nível 2).
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado em que estão disponíveis e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 2.

Outro ativo financeiro da Companhia mensurado a valor justo é o swap, mensurado pelo nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiverem baseada em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares.
- O valor justo de "swaps" de taxa de juros calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado.

continua...

...continuação

EVEN Construtora e Incorporadora S.A. e Controladas
CNPJ nº 43.470.988/0001-65 - NIRE 35.300.329.520

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

A Companhia não possui ativos financeiros mensurados pelo nível 1.

Se uma ou mais informações relevantes não estiverem baseada em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares.
- Qualidade do crédito dos ativos financeiros.

Os saldos consolidados em 31 de dezembro de 2021 dos ativos financeiros lastreados por títulos privados são assim classificados por "rating":

	"Rating" Fitch	Consolidado
CDBs	AA+	417.796
Letras Financeiras	AA+	485.876
		903.672

Os recursos da Companhia e de suas controladas são aplicados de maneira que atenda aos limites de aplicação por escala de "rating" de risco estabelecida na política financeira aprovada pelo Conselho de Administração.

28. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

Dentre os relatórios utilizados para análise do negócio, a Diretoria Executiva segmenta-o pela perspectiva regional. Geograficamente, a atuação da Companhia ocorre majoritariamente nos Estados de São Paulo e Rio Grande do Sul.

A receita gerada pelos segmentos operacionais reportados é oriunda, principalmente, da venda de imóveis.

O desempenho dos segmentos operacionais da atividade de incorporação imobiliária, com base em uma mensuração do lucro bruto ajustado pelas despesas comerciais e administrativas, encontra-se resumida a seguir:

	SP	RS	Consolidado
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021			
Contratos de clientes	1.550.564	837.739	2.388.303
Deduções dos contratos de clientes	(46.638)	(65.921)	(112.559)
Receita	**1.503.926**	**771.818**	**2.275.744**
Custo incorrido das vendas realizadas	(1.056.906)	(586.795)	(1.643.701)
Lucro bruto	**447.020**	**185.023**	**632.043**
Despesas comerciais	(84.438)	(57.993)	(142.431)
Despesas administrativas	(108.170)	(47.821)	(155.991)
Provisões e outras despesas operacionais	(50.190)	(18.282)	(68.472)
Lucro antes do resultado financeiro	**204.222**	**60.927**	**265.149**

	SP	RS	Consolidado
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020			
Contratos de clientes	1.137.891	595.021	1.732.912
Deduções dos contratos de clientes	(48.320)	(13.572)	(61.892)
Receita	**1.089.571**	**581.449**	**1.671.020**
Custo incorrido das vendas realizadas	(737.200)	(446.586)	(1.183.786)
Lucro bruto	**352.370**	**134.863**	**487.234**
Despesas comerciais	(76.587)	(42.220)	(118.807)
Despesas administrativas	(91.852)	(28.220)	(120.071)
Provisões e outras despesas operacionais	29.474	(5.768)	23.706
Lucro antes do resultado financeiro	**213.405**	**58.655**	**272.062**

A seguir, a conciliação do lucro (prejuízo) bruto da atividade de incorporação imobiliária ajustado pelas despesas comerciais com o lucro líquido (prejuízo) dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020:

	Consolidado	
	2021	2020
Lucro antes do resultado financeiro	333.621	248.355
Resultado financeiros, líquidos	64.698	13.910
Imposto de renda e contribuição social	(41.932)	(32.839)
Lucro (prejuízo) líquido do trimestre	**356.387**	**229.426**

Os ativos correspondentes aos segmentos reportados apresentam-se conciliados com o total do ativo e do passivo conforme segue:

	Consolidado	
	2021	2020
Segmento SP	3.741.459	3.109.306
Segmento RS	1.951.410	1.790.486
Outros	237.041	277.005
Ativo total, conforme balanço patrimonial	**5.929.910**	**5.176.777**

	Consolidado	
	2021	2020
Segmento SP	2.432.996	2.036.449
Segmento RS	752.388	591.792
Outros	152.188	67.119
Passivo total, conforme balanço patrimonial	**3.337.572**	**2.695.360**

A DIRETORIA

Contador - Diogo Sandoval Fernandes - CRC - MG 108410

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Estatuto Social da Companhia prevê um Conselho Fiscal de caráter não permanente, eleito unicamente a pedido dos acionistas da Companhia em Assembleia Geral Ordinária. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 o Conselho Fiscal não foi instalado.

São Paulo, 22 de março de 2022

Jose Carlos Wollenweber Filho - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, revisamos, discutimos e concordamos que as Demonstrações Financeiras findo em 31 de dezembro de 2021, da Even Construtora e Incorporadora S.A. refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira correspondentes ao período apresentado.

São Paulo, 22 de março de 2022

José Carlos Wollenweber Filho
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O PARECER DOS AUDITORES

Para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, revisamos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório de revisão da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes relativas as Demonstrações Financeiras da Even Construtora e Incorporadora S.A., para o período findo em 31 de dezembro de 2021.

São Paulo, 22 de março de 2022

José Carlos Wollenweber Filho
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas
Even Construtora e Incorporadora S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Even Construtora e Incorporadora S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Examinamos também as demonstrações financeiras consolidadas da Even Construtora e Incorporadora S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Even Construtora e Incorporadora S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Even Construtora e Incorporadora S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2021, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas".

Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa nº 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM e as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM. Dessa forma, a determinação da política contábil adotada pela Companhia, para o reconhecimento de receita nos contratos de compra e venda de unidade imobiliária não concluída, sobre os aspectos relacionados à transferência de controle, seguem o entendimento manifestado pela CVM no Ofício Circular /CVM/SNC/SEP nº 02/2018 sobre a aplicação da NBC TG 47 (IFRS 15). Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Reconhecimento de receita (notas 2.16 e 7)	
A Companhia e suas controladas utilizam o método de Porcentagem de Conclusão ("POC") para contabilizar a receita com contratos de venda de unidades nos empreendimentos de incorporação imobiliária, observando os procedimentos estabelecidos pelo Ofício Circular/CVM/SNC/SEP/nº 02/2018, emitido pela CVM. O método de reconhecimento de receita por meio do POC requer que a administração da Companhia considere, entre outros aspectos, a estimativa dos custos a incorrer até o término da construção e entrega das chaves das unidades imobiliárias, a fim de estabelecer uma proporção em relação aos custos já incorridos e ao orçamento de custo da obra. Essa proporção é aplicada sobre o valor de venda das unidades já comercializadas e, subsequentemente, o valor é reajustado segundo as condições dos contratos de venda, determinando o montante da receita a ser reconhecida em cada período. Essa área foi considerada foco em nossa auditoria, pois o processo de reconhecimento da receita envolve estimativas críticas da administração na determinação dos orçamentos de custos, sua revisão periódica e o estágio da execução da obra. Assim, quaisquer mudanças nessas estimativas podem impactar de forma relevante a posição patrimonial e o resultado do exercício.	Destacamos, a seguir, os principais procedimentos de auditoria executados para dar resposta de auditoria a esse assunto. Efetuamos entendimento dos principais controles internos estabelecidos pela administração para reconhecimento da receita de venda das unidades imobiliárias em construção, bem como para a preparação e aprovação das estimativas de custos a incorrer e para o monitoramento dos custos incorridos. Testamos os custos incorridos, em base amostral, inspecionando contratos, documentos fiscais e pagamentos feitos, assim como efetuamos visitas de inspeções de selecionadas obras. Com base em uma amostra de empreendimentos, inspecionamos os orçamentos de obra e suas respectivas aprovações no Comitê de Lançamentos e confrontamos os principais itens do orçamento com contratos firmados junto a terceiros. Adicionalmente, confrontamos os índices utilizados pela Companhia no cálculo da atualização das estimativas de custos a incorrer, com os respectivos índices de mercado. Efetuamos comparação de selecionados orçamentos entre exercícios e obtivemos esclarecimentos para variações não usuais. Para selecionados empreendimentos concluídos, confrontamos o custo total efetivo com os orçamentos previamente efetuados. Para transações de receita com vendas de unidades imobiliárias, efetuamos testes inspecionando contratos de venda, comprovantes de liquidação financeira e recalculamos o saldo a receber de acordo com o índice contratual vigente. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que as estimativas utilizadas pela administração em relação a esse tema são razoáveis e estão devidamente suportadas. Para as informações dos empreendimentos concluídos, nossos testes indicaram que o custo orçado se aproxima do custo efetivo total, e as informações divulgadas estão consistentes com as informações e documentos obtidos.
Provisão para distratos (notas 3 e 15)	
Em razão de aspectos econômicos ou de alterações nas condições do mercado imobiliário, determinados compradores optam por desistir da compra do imóvel entre a data de venda e a data de obtenção do financiamento, levando ao cancelamento de contratos ("distratos"). A Companhia constitui provisão para distratos com base em estimativas da administração em relação a futuras rescisões contratuais, tanto para as obras entregues quanto para aquelas em andamento. Essa avaliação realizada pela administração envolve julgamentos importantes e subjetivos, especialmente relacionados com as expectativas de rescisões contratuais, os quais podem ocasionar impacto relevante nas demonstrações financeiras. Dessa forma, consideramos essa como uma das áreas de foco de auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos controles internos relevantes associados à análise de crédito e ao monitoramento da carteira de contas a receber em aberto por período de vencimento. Realizamos o entendimento e testes das premissas utilizadas na estimativa adotada pela administração para determinação da provisão para distratos. Adicionalmente, analisamos se a provisão constituída em exercício anterior foi suficiente para fazer frente aos cancelamentos de contratos realizados posteriormente. Além disso, avaliamos a adequação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras da Companhia. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e as premissas utilizados pela administração em relação a esse tema são razoáveis.
Provisão para riscos trabalhistas cíveis e tributários (notas 3 e 15(c))	
A Companhia está exposta a questões trabalhistas e cíveis, além de questões tributárias, no curso normal de seus negócios de incorporação imobiliária. Essas discussões envolvem, entre outros, temas como revisão de cláusulas contratuais, atrasos na entrega de unidades imobiliárias, pagamento de comissão a corretores de imóveis autônomos e eventuais questionamentos por órgãos competentes. A avaliação de riscos e o registro da provisão envolvem julgamentos significativos efetuados pela administração, apoiados em pareceres de assessores legais externos e/ou internos, cujos prognósticos de desfechos podem resultar em impactos relevantes nas demonstrações financeiras. Devido à complexidade das matérias, às evoluções da jurisprudência ou tendência nos tribunais e a relevância do tema para o negócio da Companhia, bem como os julgamentos envolvidos para a avaliação do desfecho e da mensuração da provisão, consideramos que essa foi uma das principais áreas de foco.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos principais controles internos estabelecidos pela administração para o acompanhamento dos processos, a avaliação das probabilidades de desfecho e o cálculo dos valores envolvidos. Efetuamos testes de recálculo dos valores provisionados com base nos suportes apresentados pela administração e, com o apoio de especialistas, discutimos as principais matérias tributárias. Adicionalmente, efetuamos confronto de informações com confirmações obtidas diretamente dos assessores legais e discutimos as principais matérias e as posições da administração com o Comitê de Auditoria. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os critérios e os julgamentos da administração para tratar dessas contingências são consistentes com as informações obtidas de assessores legais e com as informações divulgadas.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

continua...

...continuação

even

EVEN Construtora e Incorporadora S.A. e Controladas

CNPJ nº 43.470.988/0001-65 - NIRE 35.300.329.520

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 22 de março de 2022

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Mairkon Stranguetti Nogueira
Contador CRC 1SP255830/O-3

www.ctgbr.com.br

Demonstrações Financeiras 2021

Rio Paranapanema Energia S.A. | CNPJ/ME nº 02.998.301/0001-81

Relatório Anual da Administração 2021

Senhores Acionistas e Debenturistas,

A Administração da Rio Paranapanema Energia S.A. ("Companhia" ou "Rio Paranapanema"), subsidiária indireta da CTG Brasil, submete à apreciação dos senhores o relatório das principais atividades no exercício de 2021, em conjunto com as Demonstrações Financeiras elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira. Este relatório cumpre a exigência da Lei nº 6.404/76 e segue as recomendações do Parecer de Orientação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 15/87 e do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) da Aneel. As Demonstrações Financeiras foram submetidas à auditoria independente prestada pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC), atendendo à Instrução CVM nº 381/03. Também em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que a empresa contratada para auditoria das Demonstrações Financeiras, assim como pessoas a ela ligadas, não prestaram quaisquer outros serviços que não sejam os de auditoria externa. O desempenho econômico, social e ambiental da Rio Paranapanema é divulgado de forma consolidada no Relatório de Sustentabilidade da CTG Brasil, documento elaborado de acordo com as Normas GRI, da Global Reporting Initiative, e que abrange indicadores socioambientais estabelecidos pela Aneel.

Mensagem da Administração

O ano de 2021 se mostrou um ano totalmente atípico e muito desafiador. O Brasil enfrentou uma crise hídrica sem precedentes, registrando o pior cenário hidrológico dos últimos 91 anos (desde o início das medições dos níveis de chuvas no país). Além disso, verificou-se uma alta volatilidade dos indicadores macroeconômicos, com alta dos índices de inflação e também das taxas de juros.

A Rio Paranapanema comercializa 100% da garantia física das suas usinas no Ambiente de Contratação Livre (ACL). Consequentemente, sofre os efeitos do fator do risco hidrológico (GSF) e da alta dos preços da energia no curto prazo (PLD) em virtude do acionamento pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) do parque de geração térmica. Dentro desse contexto, a Companhia sentiu os impactos dessa condição hidrológica totalmente atípica.

Visando o enfrentamento de um cenário tão adverso, a Administração da Companhia implementou diversas ações mitigatórias e que foram essenciais para reduzir uma porção relevante dos impactos negativos no resultado. São exemplos dessas ações a atuação da área comercial visando efetuar compras bilaterais de energia em condições de preços melhores que o PLD e, também, a implementação de ações internas de controle e eficiência dos custos e despesas, obtendo ótimos resultados mesmo com a alta da inflação no ano.

Em termos de geração de energia, houve redução de 17,7% no volume gerado pelas usinas da Rio Paranapanema. A Companhia participou ativamente em conjunto com os órgãos competentes para gerenciar a redução de vazão, com destaque para as usinas de Jurumirim e Rosana sem causar impactos ao meio ambiente.

Acerca dos indicadores financeiros, na comparação com o ano de 2020 em bases normalizadas, isto é, desconsiderando os efeitos não recorrentes relativos à solução da discussão judicial em torno das questões envolvendo o GSF no setor elétrico, houve redução de 38,0% no Ebitda normalizado. E, conforme mencionado, mesmo com todas as ações mitigatórias implementadas, a Companhia registrou no ano de 2021 um prejuízo de R$ 8,8 milhões.

Um destaque positivo do ano de 2021 foi a conclusão do Acordo GSF aprovado pela Lei nº 14.052/2020 e conforme Resolução Homologatória Aneel nº 2.919/2021 em agosto de 2021. A partir da homologação, foi possível registrar como recuperação de custos com compra de energia um complemento de R$ 10,4 milhões e confirmar a provisão efetuada em dezembro de 2020. Ainda como efeito da solução desse caso, a Rio Paranapanema negociou e optou pela antecipação do pagamento em fevereiro de 2021 do passivo relevante que mantinha em razão de liminar e, com isso, teve um menor impacto nas despesas financeiras do IGP-M incidente sobre essa contingência. Outro fator relacionado ao mesmo tema foi o aumento nas despesas de amortização do Ativo Intangível referente à extensão, em média, de 35 meses no prazo de concessão das usinas da Companhia.

Mantivemos nosso compromisso com uma operação em patamares de excelência e a promoção do desenvolvimento sustentável. Internamente, mereceram destaque o desenvolvimento do Plano Corporativo de Evolução da Cultura de Segurança e a certificação das usinas da Companhia na ISO 55001 (gestão de ativos). Além disso, pelo segundo ano consecutivo, as operações da Paranapanema foram carbono neutro, com 100% de suas emissões diretas de gases de efeito estufa neutralizadas.

A Rio Paranapanema reafirma seu compromisso de gerar energia limpa para o país e continuar investindo na eficiência das suas operações, bem como na sustentabilidade de seu negócio, contribuindo para o desenvolvimento nacional.

Carlos Alberto Rodrigues de Carvalho
Presidente da Rio Paranapanema

Perfil da Companhia

A Rio Paranapanema controla e opera oito usinas hidrelétricas (UHEs) no Rio Paranapanema, na divisa entre os estados de São Paulo e do Paraná, e duas pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) no Rio Sapucaí, no Estado de São Paulo. Das usinas hidrelétricas gerenciadas pela Rio Paranapanema, duas possuem participação de 50,3% da Companhia Brasileira de Alumínio (CBA) – as UHEs Canoas I e II. As PCHs, por sua vez, compõem a Rio Sapucaí Mirim Energia Ltda., subsidiária integral da Rio Paranapanema. No encerramento de 2021, a capacidade instalada da Rio Paranapanema totalizava 2.297,76 MW (incluindo a parcela da CBA no Consórcio Canoas), o que equivale a 1,3% da potência total instalada no Brasil.

A Rio Paranapanema é uma subsidiária indireta da CTG Brasil, segunda maior geradora privada de energia do país. Constituída conforme a Lei de Sociedades Anônimas, a Companhia possui ações listadas na B3 e estrutura de governança independente (saiba mais na seção Governança corporativa). As atividades de suporte são realizadas pela CTG Brasil, em conformidade com o Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Adicionalmente, a CTG Brasil Serviços Administrativos Ltda., que possui sua sede e Centro de Serviços Compartilhados em Curitiba, prestou serviços à Companhia por meio de um Contrato de Prestação de Serviços, também aprovado pela Aneel, até novembro de 2021.

A estratégia da Companhia é norteada por quatro direcionadores, que foram definidos corporativamente pela CTG Brasil. O primeiro é a excelência operacional, que significa operar as usinas com os mais altos padrões de qualidade e segurança e conduzir todos os processos de acordo com as melhores práticas de mercado, buscando soluções simples e ágeis. O segundo é a disciplina financeira, no qual a Companhia deve estabelecer uma cultura de eficiência e austeridade, garantindo que todos os processos e iniciativas visem a criação de valor. O terceiro direcionador é a eficiência comercial, em que a Rio Paranapanema usará soluções inovadoras para otimizar a relação entre risco e retorno nas vendas de energia. E, por último, o crescimento sustentável, que sugere o desenvolvimento de competências e o uso das vantagens competitivas para o crescimento e fortalecimento do negócio.

Mapa de operações da Rio Paranapanema

Parque gerador da Rio Paranapanema				
Nome	**Entrada em operação***	**Capacidade instalada (MW)**	**Garantia física (MWmed)**	**Vencimento da concessão**
UHE Jurumirim	1962	100,9	44,7	2032
UHE Taquaruçu	1992	525,0	195,6	2032
UHE Salto Grande	1958	73,8	52,3	2032
UHE Rosana	1987	354,0	173,9	2032
UHE Capivara	1977	643,0	329,1	2032
UHE Chavantes	1970	414,0	169,1	2032
UHE Canoas I	1999	82,5	54,2	2037
UHE Canoas II	1999	72,0	45,6	2037
PCH Palmeiras	2012	16,5	8,1	2036
PCH Retiro	2014	16,0	8,1	2034

*Considera a entrada em operação da primeira Unidade Geradora.

Diretrizes de atuação

Definidos pela CTG Brasil em 2019 e aplicáveis à Rio Paranapanema, o Propósito ("Desenvolver o mundo com energia limpa em larga escala") e os Valores (Priorizamos a vida; Pessoas são a nossa energia; Integridade, sempre; Excelência em tudo; e Inovamos para transformar) são ponto de partida para os instrumentos normativos da Companhia.

O Programa Corporativo de Compliance, aplicável à Rio Paranapanema, assegura o cumprimento dessas diretrizes e do Código de Ética e Conduta nos Negócios, por meio de um conjunto de iniciativas em capacitação e comunicação, investigação de denúncias e *due diligence* em fornecedores, parceiros de negócios e operações de fusões e aquisições. Com essa configuração, o Programa de Compliance torna-se aliado para a tomada de decisão informada, agregando valor ao negócio e preservando a agilidade na condução das atividades das diversas áreas.

Os treinamentos de *compliance* abrangem 100% dos colaboradores. O Canal de Ética, aberto a todos os públicos da Companhia para o recebimento de denúncias, é gerenciado por empresa especializada e possui fluxo determinado para a adequada e imparcial investigação de todas as manifestações. Em relação às avaliações de fornecedores e parceiros, cabe destacar que essas análises envolvem não apenas a pessoa jurídica, mas também informações de base de dados públicas sobre os sócios que formam o capital da entidade.

Governança corporativa

A Rio Paranapanema é uma companhia aberta e possui 3,81% de seu capital social negociado na B3, sob os códigos GEPA3 e GEPA4. Os 96,19% restantes são detidos pela Rio Paranapanema Participações S.A., cujo capital social é formado por 66,67% de participação da CTG Brasil e 33,33% detidos pela Huikai Clean Energy. O Conselho de Administração da Rio Paranapanema é formado por até cinco membros, sendo um deles eleito pelos colaboradores. Os integrantes da Diretoria Executiva são indicados pelo Conselho de Administração, com mandato de dois anos, sendo permitida a reeleição. O Conselho Fiscal é um órgão não permanente, cuja instalação ocorre a pedido dos acionistas durante a Assembleia Geral Ordinária, o que ocorre desde 2006 ininterruptamente.

Composição do Conselho de Administração da Rio Paranapanema	
Nome	**Cargo**
Jianqiang Zhao	Presidente
Evandro Leite Vasconcelos	Membro efetivo
José Renato Domingues	Membro efetivo
Monica Luling	Membro efetivo
Yujun Liu	Membro efetivo
Autair Carrer	Membro suplente

Composição do Conselho Fiscal da Rio Paranapanema	
Nome	**Cargo**
Jarbas Tadeu Barsanti Ribeiro	Presidente
François Moreau	Membro efetivo
Marcelo Curti	Membro efetivo
Ary Waddington	Membro suplente
Luis Antonio Esteves Noel	Membro suplente
Edgar Massao Rafaelli	Membro suplente

Composição da Diretoria Estatutária da Rio Paranapanema	
Nome	**Cargo**
Carlos Alberto Rodrigues de Carvalho	Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores
João Luis Campos da Rocha Calisto	Diretor
Márcio José Peres	Diretor
Rodrigo Teixeira Egreja	Diretor
Vitor Hugo Lazzareschi	Diretor

Gestão de riscos e controles corporativos

O monitoramento dos riscos que podem interferir na capacidade da Rio Paranapanema de desenvolver e gerar valor com seus negócios é realizado de forma transversal, com o apoio de uma área de Gestão de Riscos Corporativos (Enterprise Risk Management) que se baseia em metodologias reconhecidas internacionalmente para essa gestão (ISO 31.000 e COSO). A matriz de riscos da Companhia, definida em 2020, reúne 19 riscos, distribuídos em: Financeiros, Operacionais; de Mercado; de Compliance/Regulatórios; de Reputação; e Estratégicos.

A Rio Paranapanema está envolvida na implementação de um novo sistema integrado de gestão empresarial (Enterprise Resource Planning – ERP) da CTG Brasil, cuja primeira fase foi concluída em 2021. Até 2022, será concluída a segunda fase, com a entrada de módulos adicionais, sobretudo no âmbito de gestão de pessoas. Entre os principais ganhos obtidos com a iniciativa está a adoção de tecnologia de ponta, em linha com as melhores práticas de mercado.

Inovação

Na Rio Paranapanema, as iniciativas de inovação e pesquisa e desenvolvimento (P&D) estão direcionadas às alavancas de valor do negócio e os objetivos da estratégia corporativa. Em 2021, a Companhia revisou seus processos de seleção e priorização de projetos para investimentos, tendo como foco a estruturação de chamadas públicas, o alinhamento dos temas de pesquisa com a estratégia da Companhia e a interação contínua com o ecossistema de inovação.

Em 2021, os recursos da Companhia aplicados em P&D somaram R$ 8,2 milhões. Mais da metade desse total foi direcionado em projetos de planejamento e operação de sistemas elétricos. Para saber mais sobre os projetos no ano, clique aqui e acesse o site institucional da CTG Brasil.

Contexto regulatório

A crise hídrica sem precedentes vivenciada pelo Brasil em 2021, com os menores níveis de hidrologia desde o início das medições há 91 anos, afetou tanto as companhias do setor elétrico quanto as entidades reguladoras. Com o agravamento dos níveis dos reservatórios, o governo acionou o parque das termelétricas e atuou por meio dos ministérios, da Aneel, da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) e do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) a fim de mitigar os impactos da crise. A Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (CREG) foi instituída pela Medida Provisória nº 1.055/2021 em junho de 2021 e vigorou até novembro de 2021, estabelecendo resoluções excepcionais para gestão da crise.

A Rio Paranapanema adotou desde o início uma postura de colaboração e responsabilidade para gerenciar os impactos da crise hídrica em seus negócios e contribuir com medidas que aliviassem o Sistema Interligado Nacional (SIN) como um todo. Em alinhamento com as entidades reguladoras, a Companhia reduziu as vazões nas usinas Jurumirim e Rosana, tomando todos os cuidados para evitar impactos significativos ao meio ambiente. A Rio Paranapanema também manteve o diálogo amplo com as comunidades locais sobre os impactos nos reservatórios.

Outro marco que merece destaque em 2021 foi a homologação do Acordo GSF. Essa sanção deu solução definitiva às perdas financeiras das geradoras decorrentes de efeitos não hidrológicos incorporados ao Fator de Ajuste da Garantia Física (Generation Scaling Factor – GSF) ao longo dos anos. As empresas que aderiram ao Acordo quitaram seus débitos em aberto no mercado de curto prazo e obtiveram, como contrapartida, extensão do prazo de concessão das usinas hidrelétricas (UHEs) elegíveis.

A Rio Paranapanema tomou a decisão de adesão ainda em 2020, tendo reconhecido esses impactos como estimativa nas Demonstrações Financeiras daquele ano. Em 2021, para concluir a assinatura do Acordo, a Companhia renunciou à ação judicial promovida pela Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (Apine) relacionada ao tema e efetuou a quitação do passivo relevante que mantinha por força de liminar durante a discussão judicial sobre o tema. Além disso, houve a confirmação dos valores provisionados em 2020 e o lançamento de um complemento dos valores após a homologação definitiva. Considerando os dois anos, os efeitos do Acordo envolveram a contabilização de um ativo intangível de R$ 859,7 milhões e a extensão da concessão por um prazo de 35 meses na média de todas as usinas da Rio Paranapanema, inclusive de sua controlada.

Conjuntura econômica e setorial

A pandemia de Covid-19 continuou a impactar a atividade econômica do Brasil em 2021, especialmente no primeiro semestre. Além dos seus efeitos, o país enfrentou um cenário de volatilidade dos indicadores macroeconômicos, com destaque para a elevação da inflação e o consequente aumento da taxa de juros. Conforme dados do IBGE, o Produto Interno Bruto (PIB) apresentou expansão de 4,1% no período, considerando a prévia do Banco Central divulgada em 11 de fevereiro de 2022. A taxa básica de juros (Selic) encerrou o ano em 9,25%, e a inflação do período, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), foi de 10,06% – maior acumulado em um ano desde 2015 –, enquanto a inflação medida pelo Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M) foi de 17,78%.

Indicadores macroeconômicos		
%	**2021**	**2020**
IGP-M	17,78%	23,14%
IPCA	10,06%	4,52%
Taxa Selic	9,25%	2,00%

Segundo dados da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), o consumo de energia elétrica no Brasil totalizou 500,2 mil GWh em 2021, um aumento de 5,2% em relação ao ano anterior. Todas as classes registraram crescimento no período, merecendo destaque o setor industrial, com alta de 9,2%. Na avaliação por ambiente de comercialização, o mercado livre continuou a receber novas organizações que compram sua energia diretamente de geradores e comercializadores. De acordo com boletim da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia (Abraceel), o mercado livre reunia mais de 9,8 mil consumidores, um aumento de 26% em relação a 2020.

As usinas hidrelétricas, responsáveis por 58,1% da capacidade instalada de geração de energia elétrica no Brasil, operam de forma centralizada e comandada pelo ONS. A entidade, responsável pela coordenação e operação do SIN, avalia diversos parâmetros climáticos e operacionais (como a segurança hídrica) para ordenar a geração de energia.

As hidrelétricas sujeitas ao despacho centralizado do ONS compõem o Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), uma espécie de condomínio em que a maior produção de uma usina compensa a geração inferior das outras. Em 2021, essas usinas foram responsáveis pela geração de 70% da energia elétrica do SIN. O acionamento mais intenso das térmicas, devido à crise hídrica sem precedentes no país, levou a um crescimento de 32% na geração dessa fonte.

Desempenho operacional

A geração bruta de energia elétrica das usinas no portfólio da Rio Paranapanema totalizou 5.381,4 GWh em 2021, uma redução de 17,7% na comparação anual devido à severa crise hídrica vivenciada pelo Brasil no ano. A disponibilidade do parque gerador foi de 97,66%, sendo que todas as usinas estão acima dos índices de referência previstos na regulação do setor.

Produção de energia			
GWh	**2021**	**2020**	**Variação (%)**
UHE Canoas I	254,1	326,3	- 22,1
UHE Canoas II	199,0	273,7	- 27,3
UHE Capivara	1.740,5	1.909,4	- 8,8
UHE Chavantes	498,9	853,7	- 41,6
UHE Jurumirim	209,0	286,8	- 27,1
UHE Rosana	1.159,2	1.301,5	- 10,9
UHE Salto Grande	213,7	271,9	- 21,4
UHE Taquaruçu	1.072,7	1.232,3	-13,0
PCH Palmeiras	15,1	40,6	-62,8
PCH Retiro	19,2	44,3	-56,7
Total	**5.381,4**	**6.540,4**	**- 17,7**

Índice de disponibilidade*			
%	**2021**	**2020**	**Limite regulatório**
UHE Canoas I	97,22%	97,03%	93,37%
UHE Canoas II	97,40%	97,87%	93,37%
UHE Capivara	98,30%	98,34%	92,32%
UHE Chavantes	98,35%	98,30%	92,32%
UHE Jurumirim	98,90%	99,22%	92,83%
UHE Rosana	97,08%	97,57%	92,32%
UHE Salto Grande	97,27%	96,58%	93,37%
UHE Taquaruçu	96,83%	96,76%	92,32%
Consolidado	**97,66%**	**97,76%**	**92,45%**

O Índice de Disponibilidade é calculado através da TEIP e da TEIFa (taxas equivalentes de indisponibilidade programada e forçada, respectivamente, considerando 60 valores mensais apurados, relativos aos meses imediatamente anteriores ao mês vigente). Sua fórmula de cálculo é: ID = (1-TEIP)(1-TEIFa). Os valores apresentados referem-se ao mês de dezembro em cada ano.

As estratégias de comercialização e sazonalização mais uma vez se mostraram assertivas e mitigaram parte dos efeitos negativos da crise hídrica. A abordagem combinada de manter parte do portfólio descontratado e adquirir antecipadamente contratos para a compra de energia reduziram o impacto dos preços mais elevados no mercado de curto prazo, sobretudo no período seco do ano.

continua ...

Rio Paranapanema Energia S.A. | CNPJ/ME nº 02.998.301/0001-81

... continuação do Relatório Anual da Administração 2021

A comercialização da energia gerada pela Companhia é realizada por uma área específica e cujos processos são certificados na ISO 9001. A Rio Paranapanema vendeu 8.118 GWh de energia no ano, sendo 100% direcionados ao mercado livre.

Desempenho econômico-financeiro

Principais indicadores

R$ mil (exceto quando indicado)	2021	2020	Variação (%)
Receita operacional bruta	1.533.100	1.639.167	-6,5
Outras receitas	448	399	12,3
(-) Deduções à receita operacional	(186.737)	(188.392)	-0,9
Receita operacional líquida	**1.346.811**	**1.451.174**	**-7,2**
(-) Custos e despesas operacionais	(1.140.673)	(58.183)	1.860,5
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	**206.138**	**1.392.991**	**-85,2**
Ebitda	489.168	1.611.801	-69,7
Margem Ebitda (%)	36,3%	111,1%	-74,8 p.p.
Resultado financeiro	(236.637)	(388.455)	-39,1
Resultado antes dos impostos	**(30.499)**	**1.004.536**	**-103,0**
(Prejuízo)/lucro líquido do exercício	**(8.800)**	**701.868**	**-101,3**
Margem líquida (%)	-0,7%	48,4%	-49 p.p.
Quantidade de ações			
Ações em circulação	94.433	94.433	–
Lucro líquido básico e diluído por ação (R$)	(0,09319)	7,43244	-101,3

O ano de 2021 mostrou-se totalmente atípico em virtude das condições do cenário hidrológico. O Brasil enfrentou uma crise hídrica sem precedentes e, apesar de todos os esforços implementados pela Administração para a mitigação de parte dos impactos, o resultado foi prejudicado principalmente na linha da Margem Bruta (Receita Líquida reduzida dos custos de Compra de Energia), uma vez que 100% das operações da Companhia são realizadas no ambiente de contratação livre e, consequentemente, 100% expostas aos efeitos do risco hidrológico (GSF) em um ambiente de preços elevados de energia no curto prazo.

A Companhia também concluiu as discussões em torno da liminar do Fator de Ajuste da Garantia Física (Generation Scaling Factor – GSF), que resultou na homologação dos valores apurados segundo a Lei nº 14.052 e a Resolução Homologatória Aneel nº 895/2020. A partir disso, houve o reconhecimento de um complemento do Ativo Intangível registrado como estimativa no final de 2020 relativo à extensão dos contratos de concessão das usinas que, como previsto em lei, corresponde à compensação dos impactos "não hidrológicos" que afetaram o GSF no passado. A contrapartida desse Ativo Intangível foi o lançamento de um complemento de R$ 10,4 milhões como recuperação de custos pela extensão da concessão do GSF. Outros fatores de destaque relacionados à solução da questão do GSF foram: o pagamento no 1º trimestre de 2021 do montante relevante do passivo que era mantido pela Companhia durante a discussão judicial; e a elevação nas despesas de amortização do novo Ativo Intangível registrado no final de 2020.

Além disso, em 2021, a Rio Paranapanema realizou a reversão parcial da provisão pela não recuperabilidade de ativos lançada no passado na controlada Sapucaí Mirim. Essa reversão ocorreu em virtude, principalmente, da extensão da concessão em razão da conclusão das discussões do GSF.

Receita

A Companhia e sua controlada apresentaram redução de 7,2%, ou R$ 104,4 milhões na receita operacional líquida, principalmente em razão da crise hídrica e seu efeito no GSF. Na comparação com o ano anterior, esses efeitos reduziram a energia disponível para comercialização no mercado livre para operações bilaterais de curto prazo na comparação com os montantes que foram comercializados nessa modalidade em 2020.

Custos e despesas operacionais

R$ mil (exceto quando indicado)	2021	2020	Variação (%)
Pessoal	(85.736)	(76.668)	11,8
Materiais	(8.144)	(9.601)	-15,2
Serviços de terceiros	(55.211)	(66.220)	-16,6
Energia comprada	(542.073)	(368.395)	47,1
Depreciação e amortização	(283.030)	(218.810)	29,3
Encargos de uso da rede elétrica	(153.843)	(141.854)	8,5
Compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos (CFURH)	(26.189)	(33.396)	-21,6
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica (TFSEE)	(7.363)	(6.718)	9,6
Seguros	(9.354)	(9.441)	-0,9
Aluguéis	(2.464)	(1.684)	46,3
Provisões para riscos	1.854	(2.315)	180,1
Compartilhamento de despesas	(9.188)	(11.872)	-22,6
Reversão parcial da perda estimada pela não recuperabilidade de ativos	33.366	43.483	-23,3
Recuperação de custos de compra de energia pela extensão da concessão (acordo GSF)	10.430	849.245	-98,8
Outros	(3.728)	(3.937)	-5,3
	(1.140.673)	**(58.183)**	**1.860,5**

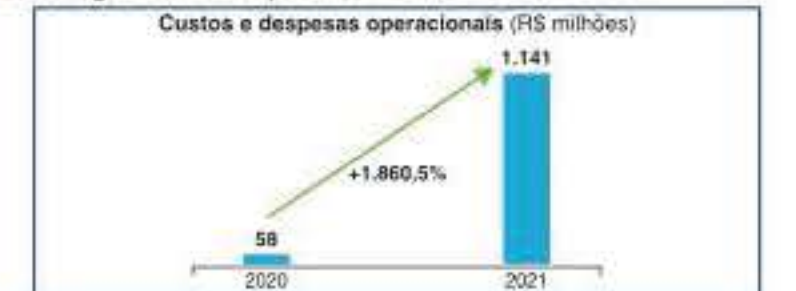
Os custos e despesas operacionais apresentaram, em 2021, um aumento de R$ 1.082,5 milhões em relação a 2020. Essa variação relevante e atípica deu-se principalmente por fatores não recorrentes ocorridos no ano de 2020, conforme abaixo:

• Em 2020, foram reconhecidos R$ 849,2 milhões relativos à estimativa de recuperação de custos de compra de energia pela evolução nas tratativas para solução das questões judiciais envolvendo o GSF. Com a homologação dos valores finais pela Aneel e CCEE, foi reconhecido um complemento de R$ 10,4 milhões no ano de 2021;

• Aumento de R$ 173,7 milhões no custo com energia comprada: esse aumento se dá, principalmente, pela crise hídrica sem precedentes e consequente piora no cenário hidrológico (GSF) e, também, pelo aumento no preço da energia no mercado de curto prazo (PLD) na comparação entre os dois anos;

• Elevação de R$ 64,5 milhões nas despesas com depreciação e amortização, basicamente devido ao início da amortização do ativo intangível, reconhecido em dezembro de 2020, proveniente da extensão da concessão prevista no Acordo GSF (contrapartida da provisão para recuperação de custos de compra de energia);

• Redução de R$ 10,1 milhões relativos à reversão parcial da provisão pela não recuperabilidade de ativos da controlada Rio Sapucaí-Mirim reconhecida no passado. Em 2020 houve reversão de R$ 43,5 milhões, e em 2021 a reversão foi de R$ 33,4 milhões;

• Redução de R$ 4,6 milhões nas demais despesas, mesmo considerando um cenário de alta da inflação na comparação entre os dois exercícios. Esse resultado foi alcançado em virtude de diversas ações de controle e eficiência de custos implementadas pela Administração da Companhia no sentido de mitigar parte dos efeitos negativos causados pela crise hídrica.

Ebitda e margem Ebitda

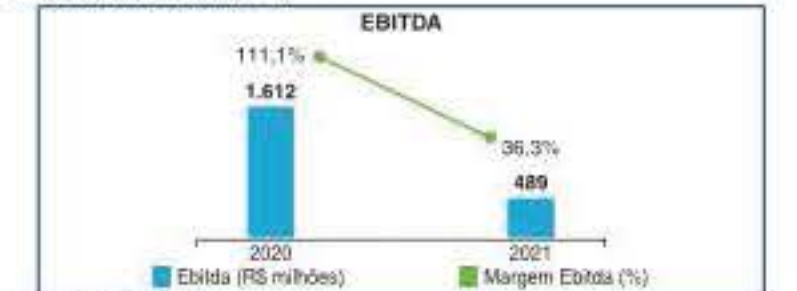
R$ mil (exceto quando indicado)	2021	2020	Variação (%)
(Prejuízo)/Lucro líquido do exercício	(8.800)	701.868	-101,3
Imposto de renda e contribuição social	(21.699)	302.668	-107,2
Resultado financeiro (líquido)	236.637	388.455	-39,1
Depreciação e amortização	283.030	218.810	29,3
Ebitda	**489.168**	**1.611.801**	**-69,7**
Margem Ebitda (%)	36,3%	111,1%	-74,8 p.p.

Em 2020, houve recuperação de custos no valor de R$ 849 milhões, referente ao GSF conforme descrito na sessão Custos e Despesas desse relatório

O Ebitda é uma medição não contábil calculada tomando como base as disposições da Instrução CVM nº 527/2012. Ele é calculado com o lucro líquido acrescido do resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização.

A Administração da Companhia acredita que o Ebitda fornece uma medida útil de seu desempenho, tratando-se de um indicador que é amplamente utilizado por investidores e analistas para avaliar o desempenho e comparar empresas, não devendo ser considerado como uma alternativa ao fluxo de caixa como indicador de liquidez.

O Ebitda apresentou redução de R$ 1.122,4 milhões, ou 69,7%, em comparação ao exercício anterior, principalmente em razão dos impactos positivos não recorrentes do ano de 2020 mencionados anteriormente, com grande destaque para os efeitos de recuperação de compra de energia em virtude do acordo para solução das questões envolvendo o GSF.

Em bases normalizadas, isto é, excluindo-se os efeitos não recorrentes de recuperação de compra de energia pela extensão de concessão (Acordo GSF) e os efeitos das reversões parciais da perda estimada pela não recuperabilidade de ativos da controlada Rio Sapucaí-Mirim, o Ebitda normalizado apresentou redução de R$ 273,4 milhões, ou 38,0%, basicamente impactado pelos efeitos da crise hídrica sem precedentes e seus efeitos no risco hidrológico (GSF) e no preço da energia no curto prazo (PLD).

Resultado financeiro

R$ mil (exceto quando indicado)	2021	2020	Variação (%)
Receitas	62.398	166.708	-62,6
Despesas	(299.035)	(555.163)	-46,1
Resultado financeiro líquido	**(236.637)**	**(388.455)**	**-39,1**

O resultado financeiro líquido apresentado em 2021 foi negativo em R$ 236,6 milhões, representando uma melhora de R$ 151,8 milhões, ou 39,1%, em relação ao ano de 2020.

Acerca dessa variação é importante destacar:

• R$ 311,5 milhões de redução nas despesas com variação monetária (IGP-M) referentes aos passivos ligados às liminares mantidas pela Companhia, visto que o passivo da principal liminar que discutia a questão do GSF foi liquidado ainda no 1º. trimestre de 2021 com a evolução das tratativas para solução do assunto. Com isso, houve redução expressiva nas despesas com a atualização desses passivos na comparação entre os dois anos;

• R$ 123,5 de redução na receita financeira remuneração da inadimplência da CCEE em razão da conclusão das discussões a respeito do GSF;

• R$ 50,7 milhões de elevação nas despesas financeiras de juros e atualização monetária relativas às debêntures mantidas pela Companhia em razão de elevação do CDI e do IPCA na comparação entre os dois exercícios;

• R$ 37,8 milhões, líquido de PIS e Cofins, referentes à receita não recorrente em virtude de recebimento de indenização devido à renegociação de preços e prazos de compra de energia conduzida com uma comercializadora que não honrou com os compromissos contratuais anteriormente firmados. Ainda como efeito dessa renegociação, foi necessária a recomposição dos volumes de compra de energia com outros fornecedores, principalmente no 3º trimestre de 2021;

• R$ 18,1 milhões de redução nas receitas de aplicações financeiras, principalmente em virtude da redução do caixa da Companhia com a liquidação, no 1º trimestre de 2021, do passivo relevante que discutia as questões do GSF.

Endividamento

R$ mil (exceto quando indicado)	2021	2020	Variação (%)
Debêntures	1.293.195	1.074.801	20,3
Curto prazo	381.240	376.967	1,1
Longo prazo	911.955	697.834	30,7
(-) Caixa e equivalentes de caixa	**(185.014)**	**(1.110.250)**	**-83,3**
(-) Aplicações financeiras vinculadas	**(1.039)**	**(807)**	**28,7**
Dívida líquida	**1.107.142**	**(36.256)**	**3.153,7**

A dívida líquida é composta pelo endividamento deduzindo-se os recursos de caixa e equivalentes de caixa e de aplicações financeiras vinculadas.

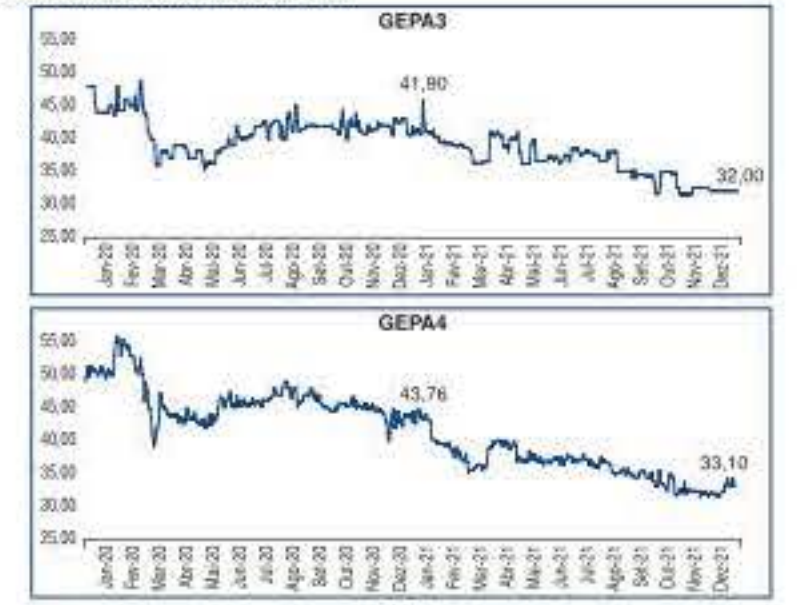
Na comparação com a posição final do ano de 2020, houve um aumento expressivo da dívida líquida, basicamente em virtude da redução do caixa mantido pela Companhia e que foi utilizado na liquidação do passivo referente à liminar que discutia os efeitos do GSF no 1º trimestre de 2021.

R$ mil (exceto quando indicado)	2021	2020	Variação (%)
Debêntures 4ª emissão série 2	279.689	380.681	-26,5
Debêntures 5ª emissão série 2	–	116.899	–
Debêntures 7ª emissão série 2	128.344	231.503	-44,6
Debêntures 8ª emissão série 1	164.786	160.385	2,7
Debêntures 8ª emissão série 2	204.950	185.333	10,6
Debêntures 9ª emissão série 1	185.521	–	–
Debêntures 9ª emissão série 2	329.905	–	–
	1.293.195	**1.074.801**	**20,3**

Prejuízo

Em virtude de todos os fatores comentados anteriormente, com destaque para os eventos não recorrentes envolvendo a conclusão das questões judiciais sobre o GSF, os impactos de uma crise hídrica sem precedentes e, também, para as medidas mitigatórias implementadas pela Administração, a Companhia apresentou prejuízo no exercício de R$ 8,8 milhões.

Mercado de capitais

As ações da Rio Paranapanema são negociadas na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão sob os códigos GEPA3 e GEPA4 (ações ordinárias e preferenciais, respectivamente). Conforme gráfico abaixo, as ações ordinárias eram cotadas R$ 41,90 ao final de 2020 e encerraram o ano de 2021 com o valor de cotação equivalente a R$ 32,00, enquanto as ações preferenciais encerraram 2021 no valor de cotação de R$ 33,10 (R$ 43,76 ao final de 2020). Vale destacar que, ao longo de 2021, o índice Ibovespa oscilou entre quedas e valorizações e encerrou 2021 totalizando 104 mil pontos (queda de 14% frente ao fechamento de 2020), devido à piora do cenário macroeconômico brasileiro.

Em 2021, a Companhia distribuiu dividendos e Juros sobre o Capital Próprio (JSCP) no total de R$ 322,4 milhões, o que representou um índice de *dividend yield* de 32,0% para GEPA3 e 15,5% para GEPA4.

Sustentabilidade

Em 2021, foi conduzido um estudo de maturidade da gestão da companhia sobre aspectos de sustentabilidade empresarial que culminou na definição de objetivos e metas de curto, médio e longo prazos. Desde 2017, a atuação da Companhia é norteada pela Política Corporativa de Sustentabilidade da CTG Brasil, que define três Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) como prioritários para a Companhia: 7 – Energia acessível e limpa; 8 – Trabalho decente e crescimento econômico; e 15 – Vida terrestre.

Ainda no último ano, a Rio Paranapanema certificou suas usinas na norma ISO 55001 (gestão de ativos). A Companhia já havia conquistado a tríplice certificação nas normas ISO 9001 (qualidade), 14001 (meio ambiente) e 45001 (saúde e segurança). A conquista coloca a Rio Paranapanema em um patamar seleto de excelência do seu Sistema de Gestão Integrado (SGI), atestado pela certificação nessas normas.

Até 2030, alcançar o papel de protagonista em mudanças climáticas em transição energética.
Elevar ao nível estratégico os temas: ambiente de trabalho seguro, saudável e diverso, impacto e desenvolvimento local e governança corporativa.

Principais indicadores de sustentabilidade	2021	2020	Variação (%)
Ambiental			
Investimentos ambientais (R$ mil)	4.798	6.731	- 28,7
Emissões diretas de GEE (escopos 1 e 2) (tCO_2e)	330,0	1.043,5	- 68,37
Área reflorestada (hectares)	30	25	+ 20,0
Social			
Número de profissionais no quadro funcional	308	313	- 1,6
Taxa de frequência de acidentes registráveis entre profissionais da Companhia	0,00	0,00	–
Taxa de frequência de acidentes registráveis entre contratados	4,13	0,00	–
Investimento social (R$ mil)	–	3.499	- 100,0%
Governança			
Número de membros do Conselho de Administração	6	6	–

Pessoas

No encerramento de 2021, a Rio Paranapanema contava com 308 colaboradores (90% homens e 10% mulheres), além de 77 terceiros e 6 estagiários. Esse quadro funcional é 1,6% menor do que o do ano anterior, e a taxa de rotatividade da Companhia para o período foi de 7,5%.

O cuidado com as pessoas foi reforçado ao longo do ano, com um amplo trabalho de evolução da cultura de segurança, primeiro valor corporativo da CTG Brasil e aplicável à Rio Paranapanema. No início de 2021, um grupo de trabalho interno multidisciplinar definiu 50 iniciativas para a melhoria de gestão, merecendo destaque a revisão do procedimento de avaliação da criticidade das tarefas e a reformulação do modelo de contratação e gestão de empresas terceirizadas. Na sequência, um mapeamento mais abrangente sobre a maturidade de segurança foi conduzido com o apoio de consultoria especializada, resultando na priorização de 32 ações no Plano Corporativo de Evolução da Cultura de Segurança da CTG Brasil. A implementação dessas iniciativas ocorrerá até 2023. Em 2021, a Companhia também lançou o Programa Mais Energia, voltado ao conceito de saúde integrada com o olhar para quatro pilares: físico, mental/emocional, financeiro e social. Outro avanço foi o aprimoramento do processo de avaliação dos colaboradores para o Ciclo de Gestão de Pessoas, trazendo uma visão expandida de gestão de pessoas que engloba desempenho, avaliação de competências, sucessão e recompensa, além do viés de desenvolvimento e protagonismo de carreira. A Academia CTG Brasil, que beneficia todos os profissionais da Rio Paranapanema, ampliou o número de Trilhas de Conhecimento disponíveis ao público interno, de 86 para 103 de um ano para o outro. Os protocolos de saúde e segurança para evitar a disseminação da Covid-19 nas operações foram mantidos, e o retorno ao trabalho presencial nos escritórios foi iniciado no fim do ano, em modelo híbrido. Em 2021, a Companhia registrou somente um acidente envolvendo contratados, porém com afastamento inferior a 15 dias. Não houve acidente envolvendo colaboradores.

Comunidades

A estratégia de atuação da Rio Paranapanema para contribuir com o desenvolvimento das comunidades onde estão instalados seus ativos é direcionada para o fomento à geração de renda, por meio do emprego e do empreendedorismo. Esse viés de atuação social complementa a visão da Companhia de ser agente de transformação social, atuando em parceria com entidades locais em prol do desenvolvimento regional. Em 2021, o programa Usina de Negócios materializou essa estratégia, com um projeto-piloto em 10 municípios no entorno da UHE Jurumirim. O programa beneficiou diretamente cerca de 140 micro e pequenos empreendedores em gestão, finanças, marketing e comunicação, chegando a atingir mais de 400 beneficiários indiretos. Como principais resultados houve o aumento de 42% da renda dos empreendedores, 100% de satisfação com o curso e aumento de 65% dos hábitos de gestão dos participantes. Outro destaque de 2021 foi o início da instalação, na região das usinas da Rio Paranapanema, da sinalização de emergência de rotas de evacuação nas Zonas de Autossalvamento (ZAS), como uma das etapas de implantação do Plano de Ação de Emergência (PAE) das barragens.

Meio ambiente

A gestão ambiental da Rio Paranapanema atua de maneira sistêmica sobre todos os potenciais impactos de suas operações, tanto dentro das usinas quanto em seu entorno. Em 2021, a Companhia investiu R$ 4,8 milhões em iniciativas ambientais.

Pelo oitavo ano consecutivo, a Rio Paranapanema publicou o inventário de gases de efeito estufa (GEE), sendo o segundo ano consolidado com as demais empresas da CTG Brasil, no Registro Público de Emissões do Programa Brasileiro GHG Protocol com Selo Ouro (auditado). As 330,0 toneladas de CO2 equivalente geradas diretamente pela Companhia e contabilizadas nos escopos 1 e 2 do inventário – que tem ano-base 2020 – foram neutralizadas com a adesão da Companhia ao projeto REDD+ Jari-Amapá.

Inventário de emissões de GEE da Rio Paranapanema		
tCO_2e	2021 (ano-base 2020)	2020 (ano-base 2019)
Escopo 1	327,8	1.041,0
Escopo 2	2,2	2,5
Escopo 3	470,3	2.129,4

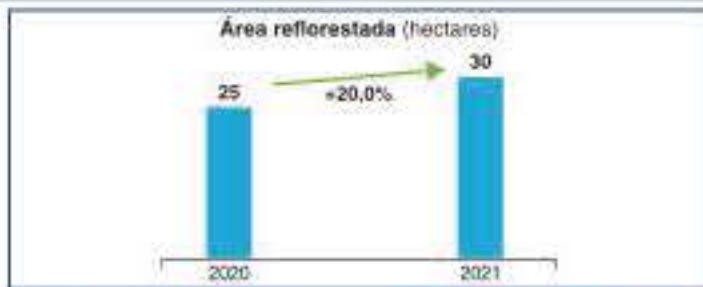
No entorno das usinas, merecem destaque as iniciativas voltadas à conservação da biodiversidade, como a reposição de peixes nos rios e o plantio de reflorestamento. Anualmente, é realizada a soltura de 1,5 milhão de alevinos, além de serem mantidos programas de monitoramento de ictiofauna e fauna silvestre que ocorrem nos entornos dos reservatórios. Em 2022, será iniciada a reforma da piscicultura mantida pela Companhia na UHE Salto Grande, modernizando os tanques e laboratórios e permitindo ampliar a diversidade de peixes criados no local.

Em 2021, a Companhia promoveu o plantio de 50 mil mudas em uma área de 30 hectares. O Programa Promoção Florestal, que estimula a conservação em propriedades de terras vizinhas por meio da doação de mudas florestais nativas, distribuiu 75 mil mudas no período.

continua ...

CTG Brasil

Rio Paranapanema Energia S.A. | CNPJ/ME nº 02.998.301/0001-81

... continuação do Relatório Anual da Administração 2021

Prêmios e reconhecimentos

Troféu Transparência Anefac | A Rio Paranapanema foi reconhecida entre as empresas com as melhores demonstrações financeiras do país em termos de qualidade e transparência. É a quarta vez que a Companhia conquista esse prêmio.

Auditores independentes

A Rio Paranapanema conta com procedimento específico para a contratação de empresas de auditoria independente, que define requisitos alinhados à legislação aplicável e recomendações da CVM. O documento prevê o sistema de rodízio dos auditores independentes a cada cinco anos e as instâncias de aprovação para contratação e troca de auditoria (que cabe aos órgãos de governança da Companhia) e renovação dos contratos dentro do prazo de cinco anos (que pode ser autorizada pelos executivos).

O procedimento prevê ainda o estabelecimento de requisitos técnicos, escopo e forma de realização das atividades considerando os seguintes aspectos: adequação dos processos de controles internos de qualidade, incluindo aqueles que asseguram a sua independência e a de seus membros (sócio e demais profissionais); capacitação e dedicação da equipe designada para os trabalhos; experiência no setor; e honorários compatíveis com o porte e a complexidade da empresa. O documento proíbe a contratação de serviços extra que possam comprometer a independência dos auditores.

A Diretoria

Balanços Patrimoniais – Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Nota	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	162.152	1.062.848	185.014	1.110.250
Clientes	6	184.743	840.277	188.296	842.470
Tributos a recuperar	7	8.674	2.577	8.674	2.658
Serviços em curso		24.134	15.980	24.134	15.980
Despesas antecipadas		5.939	5.808	6.019	5.885
Outros créditos		1.721	1.169	1.749	1.198
Total do ativo circulante		**387.363**	**1.928.659**	**413.886**	**1.978.441**
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Aplicações financeiras vinculadas	5.3	1.039	807	1.039	807
Clientes	6	2.679	–	2.679	–
Tributos a recuperar	7	819	819	2.272	2.246
Tributos diferidos	7	148.014	127.362	148.014	127.362
Depósitos judiciais	8	59.183	60.359	59.183	60.359
Despesas antecipadas		1.907	2.028	1.909	2.028
		213.641	**191.375**	**215.096**	**192.802**
Investimentos	9	250.968	220.186	–	–
Imobilizado	10	2.298.651	2.477.163	2.521.516	2.674.688
Intangível	11	804.297	863.822	814.457	874.654
Total do ativo não circulante		**3.567.557**	**3.752.546**	**3.551.069**	**3.742.144**
Total do ativo		**3.954.920**	**5.681.205**	**3.964.955**	**5.720.585**

Passivo	Nota	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Circulante					
Fornecedores	12	541.873	2.037.128	543.880	2.069.227
Salários, provisões e contribuições sociais		17.394	17.682	17.798	18.117
Tributos a recolher	7	9.221	142.249	9.753	142.427
Encargos setoriais	15	31.509	25.430	31.518	25.438
Debêntures	13	381.240	376.967	381.240	376.967
Dividendos	16	1.287	278.866	1.287	278.866
Juros sobre capital próprio (JSCP)	17	228	45.288	228	45.288
Partes relacionadas	18	1.936	1.884	2.022	1.954
Receitas diferidas		4.045	4.224	4.045	4.373
Outras obrigações		1.598	1.286	1.598	1.291
Total do passivo circulante		**990.331**	**2.931.004**	**993.369**	**2.963.948**
Não circulante					
Fornecedores	12	28.129	25.005	28.129	25.005
Encargos setoriais	13	6.585	9.399	6.585	9.399
Indenização socioambiental		17.680	15.088	17.680	15.088
Debêntures	14	911.955	697.834	911.955	697.834
Plano de aposentadoria	19	42.188	44.091	42.188	44.091
Provisões para riscos	15	37.765	36.741	44.762	43.177
Receitas diferidas		5.367	2.342	5.367	2.342
Outras obrigações		7.256	7.957	7.256	7.957
Total do passivo não circulante		**1.056.925**	**838.457**	**1.063.922**	**844.893**
Total do passivo		**2.047.256**	**3.769.461**	**2.057.291**	**3.808.841**
Patrimônio líquido	20				
Capital social		839.138	839.138	839.138	839.138
Reserva de capital		115.084	115.084	115.084	115.084
Reserva de lucros		638.784	585.546	638.784	585.546
Ajuste de avaliação patrimonial		314.658	371.976	314.658	371.976
Total do patrimônio líquido		**1.907.664**	**1.911.744**	**1.907.664**	**1.911.744**
Total do passivo e patrimônio líquido		**3.954.920**	**5.681.205**	**3.964.955**	**5.720.585**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado – Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Receita operacional líquida	21	**1.316.729**	**1.420.193**	**1.346.811**	**1.451.174**
Custos operacionais					
Pessoal		(69.681)	(61.478)	(72.316)	(64.045)
Material		(7.222)	(7.985)	(7.840)	(9.298)
Serviços de terceiros		(30.921)	(36.302)	(34.138)	(40.711)
Energia comprada	22.1	(529.781)	(358.871)	(542.073)	(368.395)
Depreciação e amortização		(268.768)	(205.076)	(279.082)	(214.835)
Encargos de uso da rede elétrica	22.2	(153.224)	(141.291)	(153.843)	(141.854)
Compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos (CFURH)		(26.189)	(33.396)	(26.189)	(33.396)
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica (TFSEE)		(7.255)	(6.618)	(7.363)	(6.718)
Seguros		(9.224)	(9.311)	(9.354)	(9.441)
Aluguéis		(12)	–	(109)	(46)
Provisões para riscos		1.716	(2.534)	1.777	(2.347)
Recuperação de custos de compra de energia pela extensão da concessão (acordo GSF)	11	10.354	838.918	10.430	849.245
Outros		(525)	(1.225)	(560)	(1.285)
		(1.090.732)	**(25.169)**	**(1.120.660)**	**(43.126)**
Resultado bruto		**225.997**	**1.395.024**	**226.151**	**1.408.048**
Outros resultados operacionais					
Pessoal		(13.364)	(12.624)	(13.420)	(12.623)
Material		(292)	(303)	(304)	(303)
Serviços de terceiros		(19.625)	(23.988)	(21.073)	(25.509)
Depreciação e amortização		(3.930)	(3.931)	(3.948)	(3.975)
Aluguéis		(2.238)	(1.488)	(2.355)	(1.638)
Provisões para riscos		66	(69)	77	32
Compartilhamento de despesas		(9.102)	(11.872)	(9.188)	(11.872)
Reversão parcial da perda estimada pela não recuperabilidade de ativos		–	–	33.366	43.483
Outros		(3.106)	(2.467)	(3.168)	(2.652)
		(51.591)	**(56.742)**	**(20.013)**	**(15.057)**
Resultado de participações societárias					
Equivalência patrimonial	9	30.784	49.539	–	–
		30.784	**49.539**	**–**	**–**
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		**205.190**	**1.387.821**	**206.138**	**1.392.991**
Resultado financeiro	23				
Receitas		61.334	165.509	62.398	166.708
Despesas		(298.317)	(550.167)	(299.035)	(555.163)
		(236.983)	**(384.658)**	**(236.637)**	**(388.455)**
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		**(31.793)**	**1.003.163**	**(30.499)**	**1.004.536**
Imposto de renda e contribuição social	24				
Corrente		–	(189.399)	(1.294)	(190.772)
Diferido		22.993	(111.896)	22.993	(111.896)
		22.993	**(301.295)**	**21.699**	**(302.668)**
(Prejuízo) Lucro líquido do período		**(8.800)**	**701.868**	**(8.800)**	**701.868**
(Prejuízo) Lucro líquido básico e diluído por ação	25	(0,09319)	7,43244	(0,09319)	7,43244

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Reservas: Capital	Reservas: Lucros	Lucros acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial (*): Custo atribuído	Ajuste de avaliação patrimonial (*): Outros resultados abrangentes	Patrimônio líquido da controladora	Total do patrimônio líquido Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**839.138**	**115.084**	**585.546**	**–**	**391.017**	**(19.041)**	**1.911.744**	**1.911.744**
Resultado abrangente do exercício								
Prejuízo do exercício	–	–	–	(8.800)	–	–	(8.800)	(8.800)
Projeção a partir da revisão das premissas econômicas do plano de pensão	–	–	–	–	–	1.903	1.903	1.903
Imposto de renda e contribuição social sobre projeção a partir da revisão das premissas econômicas do plano de pensão	–	–	–	–	–	(647)	(647)	(647)
Resultado atuarial com plano de pensão de benefício definido	–	–	–	–	–	4.982	4.982	4.982
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre resultado atuarial	–	–	–	–	–	(1.694)	(1.694)	(1.694)
	–	**–**	**–**	**(8.800)**	**–**	**4.544**	**(4.256)**	**(4.256)**
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	–	–	–	93.728	(93.728)	–	–	–
Imposto diferido sobre a realização do ajuste de avaliação patrimonial	–	–	–	(31.866)	31.866	–	–	–
Contribuições e distribuições aos acionistas								
Transferência entre reservas	–	–	53.060	(53.060)	–	–	–	–
Ajuste de investimento	–	–	–	(2)	–	–	(2)	(2)
Dividendos prescritos	–	–	178	–	–	–	178	178
	–	**–**	**53.238**	**(53.062)**	**–**	**–**	**176**	**176**
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**839.138**	**115.084**	**638.784**	**–**	**329.155**	**(14.497)**	**1.907.664**	**1.907.664**

	Capital social	Reservas: Capital	Reservas: Lucros	Lucros acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial (*): Custo atribuído	Ajuste de avaliação patrimonial (*): Outros resultados abrangentes	Patrimônio líquido da controladora	Total do patrimônio líquido Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**839.138**	**116.804**	**158.378**	**–**	**452.788**	**(16.311)**	**1.550.797**	**1.550.797**
Resultado abrangente do exercício								
Lucro líquido do exercício	–	–	–	701.868	–	–	701.868	701.868
Projeção a partir da revisão das premissas econômicas do plano de pensão	–	–	–	–	–	(25.626)	(25.626)	(25.626)
Imposto de renda e contribuição social sobre projeção a partir da revisão das premissas econômicas do plano de pensão	–	–	–	–	–	14.988	14.988	14.988
Resultado atuarial com plano de pensão de benefício definido	–	–	–	(95)	–	3.267	3.172	3.172
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre resultado atuarial	–	–	–	–	–	(1.111)	(1.111)	(1.111)
Reclassificação reserva de lucros	–	–	(7.908)	–	–	7.908	–	–
Reclassificação dos ganhos atuariais líquidos – CPC 33 (R1)	–	–	–	–	2.156	(2.156)	–	–
	–	**–**	**(7.908)**	**701.773**	**2.156**	**(2.730)**	**693.291**	**693.291**
Ajuste entre reservas	–	(1.720)	–	–	–	–	(1.720)	(1.720)
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	–	–	–	96.859	(96.859)	–	–	–
Imposto diferido sobre a realização do ajuste de avaliação patrimonial	–	–	–	(32.932)	32.932	–	–	–
Contribuições e distribuições aos acionistas								
Transferência entre reservas	–	–	435.076	(435.076)	–	–	–	–
Dividendos propostos	–	–	–	(277.624)	–	–	(277.624)	(277.624)
Juros sobre capital próprio	–	–	–	(53.000)	–	–	(53.000)	(53.000)
	–	**–**	**435.076**	**(765.700)**	**–**	**–**	**(330.624)**	**(330.624)**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**839.138**	**115.084**	**585.546**	**–**	**391.017**	**(19.041)**	**1.911.744**	**1.911.744**

(*) Vide nota explicativa nº 20.5

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado Abrangente Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2021	2020
(Prejuízo)/lucro líquido do exercício	**(8.800)**	**701.868**
Outros resultados abrangentes do exercício		
Projeção a partir da revisão das premissas econômicas do plano de pensão	1.903	(25.626)
Imposto de renda e contribuição social sobre projeção a partir da revisão das premissas econômicas do plano de pensão	(647)	14.988
Resultado atuarial com plano de pensão de benefício definido	4.982	3.172
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre resultado atuarial	(1.694)	(1.111)
	4.544	**(8.577)**
Resultado abrangente do exercício	**(4.256)**	**693.291**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Valor Adicionado – Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Receitas					
Venda de energia e outros serviços	20	1.316.729	1.420.193	1.346.811	1.451.174
		1.316.729	**1.420.193**	**1.346.811**	**1.451.174**
Insumos adquiridos de terceiros					
Energia comprada e encargos de uso da rede		(740.121)	(500.162)	(753.033)	(510.248)
Recuperação de custos de compra de energia pela extensão da concessão (acordo GSF)		10.354	838.918	10.430	849.246
Materiais e serviços de terceiros		(67.165)	(76.547)	(72.546)	(83.459)
Outros custos operacionais		(10.539)	(14.916)	(10.424)	(14.956)
		(807.471)	**247.293**	**(825.573)**	**240.583**
Valor adicionado bruto		**509.258**	**1.667.486**	**521.238**	**1.691.757**
Depreciação e amortização		(178.969)	(112.148)	(189.556)	(121.951)
Valor adicionado líquido produzido		**330.289**	**1.555.338**	**331.682**	**1.569.806**
Equivalência patrimonial	9	30.784	49.539	–	–
Outras receitas financeiras		66.005	167.141	67.068	168.341
Outras		–	–	33.366	43.486
Valor adicionado recebido em transferência		**96.789**	**216.680**	**100.434**	**211.827**
Valor adicionado total a distribuir		**427.078**	**1.772.018**	**432.116**	**1.781.633**
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal					
Remuneração direta		46.313	38.197	47.743	39.462
Benefícios		13.582	18.845	14.198	19.796
FGTS		4.005	3.543	4.115	3.659
Provisão para gratificação (bônus)		397	(645)	418	(596)
Participação nos resultados		7.485	6.332	7.632	6.458
Encargos sociais (exceto INSS)		626	2.972	647	3.072
		72.408	**69.244**	**74.753**	**71.851**
Impostos, taxas e contribuições					
Federais		(25.912)	351.645	(24.166)	353.449
Estaduais		230	175	246	189
Municipais		26.452	33.559	26.452	33.559
		770	**385.379**	**2.532**	**387.197**
Remuneração de capitais de terceiros					
Aluguéis		2.521	1.488	2.734	1.684
Outras despesas financeiras		298.317	550.207	299.035	555.201
		300.838	**551.695**	**301.769**	**556.885**
Remuneração de capitais próprios					
Juros sobre capital próprio		–	53.000	–	53.000
Dividendos		–	276.867	–	276.867
Lucros retidos		53.062	435.833	53.062	435.833
		53.062	**765.700**	**53.062**	**765.700**
Valor adicionado distribuído		**427.078**	**1.772.018**	**432.116**	**1.781.633**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

continua ...

Rio Paranapanema Energia S.A. | CNPJ/ME nº 02.998.301/0001-81

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(31.793)	1.003.163	(30.499)	1.004.536
Ajustes em:					
Depreciação e amortização		272.698	209.007	283.030	218.810
Resultado na baixa do ativo imobilizado/intangível e obrigações especiais		1.799	2.301	1.800	2.310
Reversão parcial da perda estimada pela não recuperabilidade de ativos	10	–	–	(33.366)	(43.483)
Apropriação de juros sobre debêntures	14	82.010	65.418	82.010	65.418
Amortização de custos de transação sobre debêntures	14	1.587	1.581	1.587	1.581
Variação monetária sobre debêntures	14	73.602	39.462	73.602	39.462
Variação monetária sobre provisão para riscos	23	2.706	1.649	2.718	1.694
Variação monetária sobre depósitos judiciais		(2.593)	(2.565)	(2.593)	(2.570)
Variação monetária referente a inadimplência CCEE	23	8.275	–	8.275	–
Variação monetária referente a liminar CCEE	23	123.750	299.215	124.447	304.150
Variação monetária referente a indenização socioambiental	23	2.592	2.736	2.592	2.736
Variação monetária Tusd-g	23	4.438	2.693	4.438	2.693
Variação monetária P&D		(267)	335	(267)	335
(Reversão)/constituição da provisão para riscos	15	(190)	2.603	(244)	2.315
Recuperação de custos de compra de energia pela extensão da concessão (acordo GSF)	1.3	(10.354)	(838.918)	(10.430)	(849.245)
Equivalência patrimonial	9	(30.784)	(49.539)	–	–
		529.269	**(264.022)**	**537.599**	**(253.794)**
Variações nos ativos					
Clientes		644.580	(694.753)	643.220	(694.074)
Partes relacionadas		–	474	–	474
Depósitos judiciais		1.364	(3.735)	1.364	(3.735)
Serviços em curso		(8.154)	(9.635)	(8.154)	(9.635)
Despesas antecipadas		(10)	366	(15)	369
Outras variações ativas		196	(4.072)	195	(4.070)
		637.976	**(711.355)**	**636.610**	**(710.671)**
Variações nos passivos					
Fornecedores		102.024	705.319	96.203	708.651
Salários, provisões e contribuições sociais		(288)	1.357	(319)	1.377
Impostos, taxas e contribuições		(4.569)	(8.072)	(4.322)	(7.378)
Receitas diferidas		2.846	(12.378)	2.697	(12.410)
Partes relacionadas		52	120	68	123
Reversão/(constituição) da provisão para riscos		–	(5.410)	(5)	(5.647)
Outras variações passivas		7.676	4.427	7.672	4.407
		107.741	**685.363**	**101.994**	**689.323**
Caixa gerado nas operações		**1.243.193**	**713.149**	**1.245.704**	**729.394**
Pagamento de juros sobre debêntures	14	(70.706)	(75.523)	(70.706)	(75.523)
Pagamento de variação monetária sobre debêntures	14	(102.170)	(28.691)	(102.170)	(28.691)
Pagamento imposto de renda e contribuição social		(134.556)	(118.177)	(135.688)	(119.075)
Pagamento liminar GSF	1.3	(1.721.028)	–	(1.745.996)	–
Caixa líquido (aplicado)/gerado nas atividades operacionais		**(785.267)**	**490.758**	**(808.856)**	**506.105**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Recebimento na venda de imobilizado		(869)	4.296	(869)	4.296
Adições no ativo imobilizado e intangível		(26.217)	(36.587)	(27.168)	(39.246)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		**(27.086)**	**(32.291)**	**(28.037)**	**(34.950)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Valor recebido pela emissão de debêntures	14	500.000	–	500.000	–
Custo de transação pela emissão de debêntures	14	(2.588)	–	(2.588)	–
Pagamento de debêntures	14	(263.341)	(299.992)	(263.341)	(299.992)
Pagamento de dividendos	16	(277.401)	(125.130)	(277.401)	(125.130)
Pagamento de juros sobre capital próprio	17	(45.013)	(57.690)	(45.013)	(57.690)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		**(88.343)**	**(482.812)**	**(88.343)**	**(482.812)**
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa		**(900.696)**	**(24.345)**	**(925.236)**	**(11.657)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		1.062.848	1.087.193	1.110.250	1.121.907
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		162.152	1.062.848	185.014	1.110.250

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas da Administração para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Informações gerais

1.1. Contexto operacional

A Rio Paranapanema Energia S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, concessionária de uso de bem público, na condição de produtora independente, com sede em São Paulo, tem como atividades principais a geração e a comercialização de energia elétrica, as quais são concedidas, regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

A capacidade instalada da Companhia é de 2.265,3 MW, composta pelo seguinte parque gerador em operação no Estado de São Paulo: Usina Hidrelétrica (UHE) Capivara, UHE Chavantes, UHE Jurumirim, UHE Salto Grande, UHE Taquaruçu, UHE Rosana e 49,7% do Complexo Canoas, formado pelas UHEs Canoas I e II.

Conforme nota explicativa 9, a Companhia detém 99,99% de participação societária na empresa Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda. ("Controlada" ou "Sapucaí Mirim"), composta por parque gerador em operação no Estado de São Paulo, na modalidade de Pequena Central Hidrelétrica (PCH), Palmeiras e Retiro. Localizadas no Rio Sapucaí, nos Municípios de Guará e São Joaquim da Barra, com capacidade instalada de 32,5 MW.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo no montante de R$ 602.968 na Controladora e R$ 579.483 no Consolidado, o que representa uma melhora de 39,8% na Controladora e 41,2% no Consolidado em comparação a 31 de dezembro de 2020. O saldo do capital circulante líquido está negativo em 2021, em virtude de:

- Pagamento referente ao acordo GSF, ocorrida no 1º trimestre de 2021;
- Transferência do não circulante para o circulante referente à parcela do principal da 8ª emissão série 1, 4ª e 7ª emissão série 2 de debêntures.

Sobre o CCL negativo, é muito importante destacar que a Companhia, dentro do seu saldo de Fornecedores, possui um passivo relativo à liminar que discute a redução da Garantia Física (vide nota explicativa nº 12) que possui um saldo de R$ 476.482 em 31 de dezembro de 2021. Essa obrigação possui uma característica de passivo contingente e somente está classificado no curto prazo pela indefinição acerca do prazo para solução desse caso. Pela avaliação dos consultores jurídicos, apesar da classificação como "possível", a Companhia conta com uma expectativa positiva acerca dos resultados dessa ação.

Se normalizado os efeitos do passivo de liminar mencionado acima, o CCL fica negativo em R$ 126.000 na Controladora e R$ 103.000 no Consolidado.

A Administração analisou toda informação disponível em seus fluxos de caixa projetados e concluiu que contará com recursos suficientes para honrar com suas obrigações, decorrentes da geração de caixa resultante de suas atividades operacionais. Além disso, em caso de qualquer eventualidade, a Companhia poderá estruturar novos financiamentos e, também, contará com suporte financeiro da sua Controladora Indireta CTG Brasil.

1.2. Concessão e Autorização

1.2.1. Contrato de concessão

Em 22 de setembro de 1999, a Companhia e a Aneel assinaram o contrato de Concessão de Geração nº 76/1999, que regula as concessões de Uso de Bem Público (UBP) para geração de energia elétrica das usinas Jurumirim, Chavantes, Salto Grande, Capivara, Taquaruçu e Rosana, outorgadas pelo Decreto s/nº de 20 de setembro de 1999, sendo que em 5 de agosto de 2011 foi firmado o Primeiro Termo Aditivo. O contrato concede à Companhia o direito de produção e comercialização de energia elétrica na condição de produtor independente, deixando, a partir daquela data, de recolher a Reserva Global de Reversão (RGR) (exceto recursos retidos originalmente pela CESP e parcialmente transferidos à Companhia em decorrência do processo de cisão daquela empresa), para contribuir com uma taxa de UBP, por um período de 5 anos. O prazo de duração da concessão e do contrato é de 30 anos a partir da data de assinatura do mesmo, podendo ser prorrogado por até 20 anos a critério do Poder Concedente.

Em 30 de julho de 1998 foi assinado o Contrato de Concessão nº 183/1998 e em 18 de agosto de 2000 foi firmado o Primeiro Termo Aditivo a este contrato, que regulam as concessões para geração de energia elétrica das usinas Canoas I e Canoas II, tendo como partes a Aneel e as empresas do Consórcio Canoas, formado pela Companhia, como produtora independente de energia elétrica, e a Companhia Brasileira de Alumínio (CBA) na condição de autoprodutor; tal contrato prevê que 53,8 MWm sejam disponibilizados à CBA. Eventuais sobras de energia não utilizadas pela CBA devem ser absorvidas, sem ônus, pela Companhia. Reciprocamente, em regime normal de operação, quando a geração for inferior ao estabelecido contratualmente, a diferença será complementada, sem ônus, pela Companhia. O contrato de concessão tem prazo de vigência de 35 anos a partir da data de assinatura do mesmo, podendo ser prorrogado por até 20 anos a critério do Poder Concedente.

De acordo com a REH 2.919/2021 que homologa o prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) houve uma prorrogação do prazo de concessão na média de aproximadamente 35 meses.

Controladora

Contrato de concessão Aneel	Usina	Tipo	UF	Rio	Capacidade instalada (MW)	Garantia física (MW médio)	Início de concessão	Vencimento concessão	Vencimento concessão (*)
Nº 76/1999	Jurumirim	UHE	SP	Paranapanema	101,0	44,7	22/09/1999	21/09/2029	17/04/2032
Nº 76/1999	Chavantes	UHE	SP/PR	Paranapanema	414,0	169,1	22/09/1999	21/09/2029	30/03/2032
Nº 76/1999	Salto Grande	UHE	SP/PR	Paranapanema	73,8	52,3	22/09/1999	21/09/2029	11/05/2032
Nº 76/1999	Capivara	UHE	SP/PR	Paranapanema	643,0	329,1	22/09/1999	21/09/2029	21/04/2032
Nº 76/1999	Taquaruçu	UHE	SP/PR	Paranapanema	525,0	195,6	22/09/1999	21/09/2029	19/04/2032
Nº 76/1999	Rosana	UHE	SP/PR	Paranapanema	354,0	173,9	22/09/1999	21/09/2029	15/04/2032
Nº 183/1998	Canoas I	UHE	SP/PR	Paranapanema	82,5	54,2	30/07/1998	29/07/2033	29/07/2037
Nº 183/1998	Canoas II	UHE	SP/PR	Paranapanema	72,0	45,6	30/07/1998	29/07/2033	26/07/2037
					2.265,3	**1.064,5**			

(*) Prazo ajustado de acordo com a REH 2.919/2021.

1.2.2. Resoluções autorizativas

a) Controlada

A Aneel autorizou a exploração do potencial hidrelétrico das PCHs Retiro e Palmeiras respectivamente, através das Resoluções nº 549 de 08 de outubro de 2002 e nº 706 de 17 de dezembro de 2002, em nome da Sociedade de Energia Bandeirantes – SEBAND – Ltda. (Seband).

Em fevereiro de 2007, a Rio Paranapanema Participações S.A. e a Seband assinaram Contrato de Cessão e Transferência de Quotas e Outras Avenças, objetivando a transferência dos bens e direitos relativos à exploração do aproveitamento hidrelétrico das PCH Retiro e PCH Palmeiras para a Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda., concomitantemente à transferência integral das quotas da Controlada para a Rio Paranapanema Participações S.A.

Através da Resolução nº 944 de 05 de junho de 2007, a Aneel anuiu a transferência das autorizações para implantar e explorar as PCH Retiro e PCH Palmeiras da Seband para a Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda.

Em 2015, a Rio Paranapanema Participações S.A. transferiu o controle societário da Sapucaí-Mirim para a Companhia por meio de constituição de reserva de capital.

De acordo com a REH 2.919/2021 que homologa o prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do MRE houve uma prorrogação do prazo de concessão na média de 34 meses.

Controlada

Resolução Aneel	Usina	Tipo	UF	Rio	Capacidade instalada (MW)	Garantia física (MW médio)	Início da concessão	Vencimento concessão	Vencimento concessão (*)
Nº 549/2002	Retiro	PCH	SP	Sapucaí	16,0	8,1	10/10/2002	09/10/2032	21/11/2034
Nº 706/2002	Palmeiras	PCH	SP	Sapucaí	16,5	8,1	18/12/2002	17/12/2032	05/06/2036
					32,5	**16,2**			

(*) Prazo ajustado de acordo com a REH 2.919/2021.

1.3. Liminar sobre o fator de ajuste de energia – Generation Scaling Factor – Fator de Ajuste da Garantia Física – (GSF)

A severa crise hidrológica ocorrida entre 2012 e 2018 causou a redução dos níveis dos reservatórios das usinas hidrelétricas e elevou o despacho das usinas termelétricas ao máximo. Com isso, o Preço de Liquidação de Diferenças (PLD) atingiu seu teto nos anos de 2014, 2015, 2017 e 2018, elevando a exposição das geradoras de energia no Mercado de Curto Prazo (MCP), em decorrência do GSF.

Após longo período de discussões, inclusive judiciais, a Lei nº 14.052/2020, que apresentou as diretrizes sobre a compensação, mediante a prorrogação dos prazos dos contratos de concessão aos titulares de usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) pela parte não correspondente ao risco hidrológico, decorrentes de:

i. restrições ao escoamento de energia das usinas hidrelétricas estruturantes em função do atraso na entrada em operação de instalações de transmissão;

ii. da diferença entre a garantia física outorgada na fase de motorização das usinas hidrelétricas estruturantes e os valores da agregação efetiva de cada unidade geradora motorizada ao Sistema Interligado Nacional (SIN);

iii. Geração termelétrica despachada fora da ordem de mérito.

Diante das diretrizes de governança da Companhia e das informações disponíveis, o Conselho de Administração, em reunião ocorrida em 29 de dezembro de 2020, aprovou que fossem tomadas as medidas necessárias para adesão ao acordo pelo valor referente a extensão pela repactuação do risco hidrológico que trata a lei 14.052, regulamentada pela REN 895/2020.

Para ter o direito à compensação, mediante a prorrogação dos prazos dos contratos de concessão, os agentes deveriam renunciar à disputa judicial cujo objeto fosse a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE e a qualquer alegação de direito sobre o qual se funda a referida ação. Segundo a normatização, além da desistência da ação judicial, automaticamente, os agentes também deveriam quitar eventuais débitos dessas liminares junto à CCEE. O pagamento foi feito pela Companhia e sua controlada no 1º trimestre de 2021, no montante de R$ 1.745.996.

Ainda de acordo com a Lei nº 14.052/2020 e REN 895/2020, foram confirmados, em agosto, pela Resolução Homologatória Aneel 2.919/2021, os valores divulgados em março, ressarcindo as usinas sob administração da Companhia e sua controlada em função do acordo referentes a riscos "não hidrológicos" no mercado livre: Como efeito, foram registrados complementos em seu ativo intangível R$10.354 e R$ 76.

Em atendimento ao cronograma da Lei nº 14.052 /2020, em 29 de setembro a Companhia protocolou na Aneel a documentação para a adesão ao acordo do GSF relativa às UHEs Capivara, Chavantes, Taquaruçu, Salto Grande, Rosana e Jurumirim e também às PCHs Palmeiras e Retiro. E em 08 de outubro, a documentação relativa às UHEs Canoas I e II, cuja titularidade é compartilhada pela Companhia com a CBA. A documentação consistia em pedido de homologação, comprovação de desistência da ação judicial e renúncia de alegação de direito sobre o qual se funda a ação e Termo de compromisso elaborado pela Aneel.

Em 03 de dezembro de 2021, A Companhia e sua Controlada protocolaram recurso administrativo perante a Aneel em que se pleiteia a restituição de parte da correção do IGP-M incidente sobre os valores pagos por ocasião da quitação do passivo ligado à discussão do GSF a partir da decisão pela adesão ao "Acordo GSF" nos termos da Lei 14.120/2020. A parcela pleiteada corresponde à metodologia aplicada pela Aneel e CCEE onde foram desconsiderados no cálculo da atualização monetária os meses onde o IGP-M apresentou variação negativa (deflação). Os valores envolvidos são da ordem de R$ 61 milhões no Consolidado.

1.4. Revisão das garantias físicas das usinas hidrelétricas

Em 4 de maio de 2017 foi publicada a Portaria nº 178/2017 que definiu os novos valores de garantia física de energia das usinas hidrelétricas despachadas centralizadamente, válidos a partir de 1º de janeiro de 2018. Assim, a partir desta data, houve uma redução de aproximadamente 5% da garantia física da Companhia em relação à garantia física vigente em dezembro de 2017.

Em 2 de fevereiro de 2018, a Companhia ajuizou duas ações perante a Justiça Federal do Distrito Federal em face da União Federal, com pedido de liminar para suspender a aplicação desta Portaria e questionar os parâmetros de garantia física. Em ambas as ações, as liminares não foram concedidas em primeira instância.

Entre os anos de 2018 e 2020, a Companhia obteve liminares para afastar a aplicabilidade da Portaria em relação às UHEs, no entanto as sentenças proferidas em 2019 foram desfavoráveis, das quais houve apelação.

Em 16 de dezembro de 2020 foi proferida decisão judicial em sede de apelação que confirmou e estabilizou o efeito da liminar da Companhia no sentido de não se aplicar os efeitos da Portaria nº 178/2017. Para mais informações, vide nota explicativa nº 12.

1.5. Marco legal do setor elétrico

Em 2017 o MME lançou as Consultas Públicas (CP) nº 032, nº 033, que visam à reorganização do setor elétrico brasileiro colocando em discussão as propostas para temas como abertura do mercado livre, separação de lastro e energia, administração da sobra de contratação involuntária, racionalização de subsídios, descotização e privatização de concessionárias de geração. O Projeto de Lei (PL) 232/2016, que em uma de suas versões acatou os principais pontos das CPs discutidas no âmbito do MME para mudanças estruturais no SEB, foi remetido à Câmara dos Deputados em 10 de fevereiro de 2021 sob o nº PL 414/2021 para iniciar uma nova fase de tramitação. Tendo em vista a regulamentação de algumas matérias contidas no texto original do PL 232 por meio de outros instrumentos, solar, eólica e biomassa, o projeto deverá ser revisto e readaptado ao momento atual do setor elétrico.

Em 14 de dezembro de 2021, a Comissão Especial do PL 1917/2015, que também trata de temas relacionados à modernização do setor, aprovou o relatório do projeto. Os principais temas aprovados no texto são: abertura total do mercado em até 72 meses, separação de lastro e energia, formação de preço, garantias financeiras, novas regras para prorrogação das concessões.

Em 01 março de 2021 foi publicada a Lei 14.120 que, dentre outros temas, aprovou o fim dos subsídios na tarifa para novos empreendimentos de energia solar, eólica e de biomassa após 12 meses, contados a partir da publicação da lei. Os descontos para novos empreendimentos hidráulicos até 30 MW serão concedidos por 5 anos adicionais. A partir desta data, os descontos serão reduzidos para 25% nos 5 anos seguintes.

1.6. COVID-19

1.6.1. Impactos causados pela pandemia e medidas adotadas pela Companhia

Diante do cenário desafiador e incerto imposto pela pandemia do Covid-19, o Grupo, do qual a Companhia faz parte, implantou um Comitê Executivo Multidisciplinar que estabeleceu e acompanhou o andamento de programas e ações, com os objetivos de garantir a segurança e proteção dos seus profissionais e prestadores de serviço, minimizar os impactos nas suas atividades e garantir a continuidade das suas operações em seu mais alto nível.

A partir disso, foi desenvolvido um protocolo de atendimento médico e disponibilizado um canal através da telemedicina, para acompanhamento diário da evolução do quadro de saúde, esclarecimento de dúvidas e encaminhamento, quando necessário, à unidade de atendimento hospitalar visando garantir a correto tratamento ao profissional. Em complemento à estas ações, foi implementado o processo de testagem PCR para todos os profissionais que regularmente acessam as suas unidades.

Adicionalmente, campanhas de comunicação e conscientização foram estabelecidas com o objetivo de apresentar as mais recentes informações científicas, assim como a realização de palestras virtuais com alguns dos mais renomados e reconhecidos profissionais nas áreas científicas no Brasil.

Entre outras ações práticas, intensificou as medidas de higienização e limpeza nos locais de comum acesso para reduzir o risco de contágio.

Com a evolução da vacinação no Brasil, as atividades presenciais nos escritórios do Grupo foram retomadas de forma gradual a partir de setembro, priorizando os profissionais com vacinação completa, que deverão seguir rígido protocolo sanitário definido pelo Comitê Executivo Multidisciplinar e que acessarão a estas localidades em dias alternados, para maior segurança e saúde de todos.

Esforços também foram direcionados na gestão feita pelas áreas Comercial e Financeira junto à carteira de clientes, revisitando seus níveis de contratação, de forma a evitar perdas financeiras, cujo resultado foi alcançado com sucesso até o momento. Da mesma forma, a Administração acompanhou a evolução dos contratos com seus principais fornecedores, assegurando que as obrigações contratuais seguissem sendo cumpridas.

Principalmente pela atividade da Companhia ser essencial para o funcionamento da economia e assistência à pandemia, não houve impactos relevantes no desempenho de suas operações e nem em seu fluxo de caixa. Como contribuição à sociedade, foram investidos recursos em termos de tempo de suas equipes e financeiros, na viabilização das ações de prevenção e controle da proliferação do vírus.

A retração das atividades econômicas no mercado nacional foi amenizada pela estratégia de sazonalização e gestão do balanço energético do Grupo. Já a trajetória de fortes oscilações em diversos índices no mercado financeiro demandou grande esforço da Administração para minimizar seus impactos.

Embora não tenha ocorrido nenhum grande impacto financeiro, os riscos em decorrência da pandemia permanecem incertos e, com isso, sem mensuração segura. Inclusive, existe a exposição a eventuais restrições legais e de mercado que podem ser impostas pelo Governo e demais reguladores. Assim, não é possível assegurar que não haverá impactos futuros nas operações enquanto a pandemia perdurar.

1.6.2. Determinações regulatórias

Em decorrência da pandemia e seus impactos sobre o setor elétrico, foi publicada a MPV nº 950/2020, regulamentada pelo Decreto 10.350/2020, autorizando a criação da Conta-Covid, administrada pela CCEE, com o objetivo de receber recursos para cobrir déficits ou antecipar receitas às concessionárias e permissionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica – é do Setor extremamente prejudicado pelos rebatimentos econômicos que o estado de calamidade pública imprimiu ao país. Os critérios e procedimentos para gestão da Conta-Covid foram discutidos sob a forma de Consulta Pública no âmbito da Aneel e regulamentados pela REN nº 885/2020.

A medida autoriza a CCEE a realizar empréstimos bancários para cobrir déficits ou antecipar receitas das distribuidoras de energia referentes às competências de abril a dezembro de 2020, no limite de R$ 16,1 bilhões, diluindo o impacto financeiro causado pela pandemia em 60 meses, prazo ajustado para o pagamento do empréstimo pelas distribuidoras às instituições financeiras.

Em paralelo, a Aneel homologou as regras de repasse dos recursos dos programas de P&D e EE destinados à modicidade tarifária à CDE. De acordo com a Lei nº 14.120/2021, serão destinados à CDE os recursos não comprometidos com projetos

continua ...

Rio Paranapanema Energia S.A. | CNPJ/ME nº 02.998.301/0001-81

... continuação das Notas explicativas da Administração para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

contratados ou iniciados entre 1º de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2025 no limite de 70% dos valores investidos em pesquisa e desenvolvimento.

Embora a Companhia esteja sujeita a obrigação de investimento em P&D os montantes já comprometidos com projetos são superiores a obrigação de recursos a serem investidos, portanto, até o momento não há efeitos financeiros para a Companhia.

1.7. Crise hídrica

O Brasil enfrenta a pior crise hídrica dos últimos 91 anos e, diante desse cenário, diversos reservatórios de hidrelétricas no país estão próximos do seu nível mínimo para a geração de energia elétrica.

Os sistemas do Sudeste (onde se localizam a maioria das usinas hidrelétricas da Companhia) e Centro-Oeste, responsáveis por cerca de 70% da geração hidrelétrica do país, têm sofrido uma deterioração rápida da situação hidrológica, e atualmente operam com volume bem reduzido.

A verificação dos baixos níveis de afluência no último período, em comparação aos níveis históricos, preocupou os órgãos reguladores quanto à capacidade de atendimento da matriz energética brasileira e, por consequência, direcionou no terceiro trimestre o despacho de todo parque de usinas térmicas disponíveis.

Dentro desse contexto, os preços de energia (PLD) atingiram o teto estabelecido pela Aneel (R$ 583,88/MWh) ao longo do período seco, além do GSF apurado em patamares muito aquém do estimado, que gerou um aumento muito além do previsto na linha de custo de compra de energia.

Em razão da crise hídrica, em 01 de junho de 2021 foi publicada a Resolução nº 77 da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), que declara situação crítica de escassez quantitativa dos recursos hídricos na Região Hidrográfica do Paraná. Em 28 de junho, foi instituída a Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (CREG), com vistas a estabelecer medidas emergenciais para otimizar o uso dos recursos hidroenergéticos.

A partir da instituição da CREG, foram aprofundados os estudos pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), em conjunto com a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e agentes concessionários, sobre a evolução das condições de operação dos reservatórios e encaminhamento para avaliação do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) em caso de necessidade de ajuste da programação da geração.

A situação hidrológica apresentou melhoras significativas a partir de outubro, mas os níveis de reservatório seguem críticos e a operação do sistema e as consequências desta operação sobre os resultados da Companhia seguem sendo monitorados de perto pela CTG.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 23 de fevereiro de 2022.

2.2. Base de preparação e mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade *International Financial Reporting Standards – (IFRS)*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), os quais foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), incluindo também as normas complementares emitidas pela CVM.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pelas obrigações com entidade de previdência privada, intangível recuperação de custos pela extensão do GSF e pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, bem como pela avaliação de ativos imobilizados ao seu custo atribuído ("*deemed cost*"), na data de transição para as práticas contábeis adotadas no Brasil alinhadas às IFRS em janeiro de 2009 e pelos ativos adquiridos na combinação de negócios, que foram mensurados inicialmente a valor justo na data de aquisição.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais, estão divulgadas na nota explicativa nº 2.5.

2.3. Moeda funcional e moeda de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão apresentadas em reais, moeda funcional utilizada pela Companhia.

2.4. Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e concluiu que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro, nos termos descritos na nota explicativa nº 1.1. Assim, conforme CPC 26/IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2.5. Uso de estimativas e julgamentos contábeis críticos

A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações financeiras. As premissas utilizadas são baseadas em informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. Essas estimativas são revisadas periodicamente e seus resultados podem diferir dos valores inicialmente estimados. As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

i. Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota explicativa nº 24)

ii. Vida útil de ativos de longa duração e *impairment* (nota explicativa nº 10)

iii. Valor do ativo relacionado à prorrogação dos prazos dos contratos de concessão decorrente do acordo relacionado ao GSF (nota explicativa nº 11)

iv. Provisões e passivos contingentes (nota explicativa nº 15)

3 Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis e estimativas, aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras, estão apresentadas nas respectivas notas explicativas. Estas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

3.1. Despesas pagas antecipadamente

Os valores registrados no ativo representam as despesas pagas antecipadamente de seguros e fianças bancárias para apropriação conforme o regime de competência, isto é, amortizadas linearmente pelo prazo de vigência da apólice e carta fiança, bem como gastos incorridos com o sistema de banco de dados de cadastramento das propriedades nas bordas dos reservatórios, amortizados linearmente pelo prazo de concessão.

3.2. Serviços em curso

Os valores registrados nesta rubrica referem-se aos recursos aplicados em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), em consonância com a Resolução Normativa nº 605/2014 da Aneel. Quando concluído, os projetos são baixados em contrapartida da conta do passivo, relacionada à provisão de P&D e submetidos à aprovação da Superintendência da Aneel (nota explicativa nº 13.2).

3.3. Impairment

A Companhia testa a recuperação de seus ativos quando há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização, segregados por unidade geradora de caixa, utilizando o critério do fluxo de caixa descontado que dependem de diversas estimativas, que são influenciadas pelas condições de mercados vigentes no momento em que essa recuperabilidade é testada.

3.3.1. *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente Unidade Geradora de Caixa (UGC). No caso da Companhia, foi definido que existe uma UGC. Os ativos não financeiros que tenham sofrido *impairment* são revisados para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório conforme nota explicativa nº 10.5. Durante o exercício de 2021, a análise dos indicativos de *impairment* dos ativos, indicou recuperação parcial da provisão para perdas nesses ativos.

3.3.2. *Impairment* de ativos financeiros

A Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos seus ativos financeiros. A Companhia aplica julgamento para estabelecer premissas e para selecionar os dados para o cálculo do *impairment*, com base no histórico, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício.

Assim, a Companhia avalia no fim de cada exercício se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos "evento de perda" e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

3.4. Participação nos lucros

O Programa de Participações no Resultado – PPR é um programa de engajamento com os resultados da Companhia, regulamentado pela Lei 10.101/00. É uma ferramenta de remuneração por desempenho, composto por regras de atingimento dos resultados com base em indicadores corporativos e individuais, cuja participação abrange todos os empregados ativos, sendo firmado mediante acordos coletivos com sindicatos para uma vigência anual.

A Companhia e sua Controlada reconhecem um passivo e uma despesa de PPR ao longo do exercício.

3.5. Adoção as normas de contabilidade novas e revisadas

Os pronunciamentos que entraram em vigência a partir de 01 de janeiro de 2021 não geraram impactos em suas demonstrações financeiras.

Estes novos pronunciamentos estão demonstrados abaixo:

- Benefícios relacionados à Covid-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento (CPC 06/ IFRS 16).
- Contrato de seguro, modelo mais abrangente dos contratos de seguros para a contabilidade (CPC 50/ IFRS 17)

4 Gestão de riscos do negócio

4.1. Riscos financeiros

As atividades da Companhia e sua Controlada as expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A gestão desses riscos se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro.

A gestão de risco é realizada pela Companhia e sua Controlada, seguindo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração que identifica, avalia e protege contra eventuais riscos financeiros.

4.1.1. Risco de mercado

4.1.1.1. Risco hidrológico

O risco hidrológico decorre dos impactos da hidrologia na operação das usinas pelo ONS.

Tais impactos incluem a flutuação do PLD, que aumenta em casos de hidrologia desfavorável e é utilizado para a valorização da exposição dos agentes do setor (sobras e déficits de energia).

Outro índice importante é o GSF, fator que pode reduzir ou aumentar a energia disponível para a venda de usinas hidráulicas a depender da situação hidrológica e do despacho realizado pelo ONS, afetando diretamente a exposição destas usinas ao PLD. Estes fatores podem ser mitigados através de uma estratégia de proteção contra o risco hidrológico e, por consequência, a manutenção do equilíbrio econômico e financeiro da operação. Essa proteção pode ser obtida através do mecanismo de deixar parte da garantia física das Usinas descontratada e, também, pela compra de energia no mercado quando se tem evidência no curto prazo um GSF pior do que o planejado inicialmente.

4.1.1.2. Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de debêntures de longo prazo e caixa e equivalentes de caixa para a Companhia e sua Controlada.

As debêntures emitidas às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa.

O impacto causado pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro (DI) e pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) sobre as debêntures é minimizado pela remuneração das aplicações financeiras pelo DI e pelos preços nos contratos de venda de energia elétrica que também estão indexados à variação dos índices IPCA ou IGP-M.

4.1.2. Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto.

No caso de clientes, a área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada, exposição no mercado das empresas do setor energético e outros fatores.

O preço da energia elétrica vendida para distribuidoras e clientes livres determinados nos contratos de leilão e bilaterais está no nível dos preços fechados no mercado e eventuais sobras ou faltas de energia são liquidadas no âmbito da CCEE (vide nota explicativa nº 22.2).

4.1.3. Risco de liquidez

A Companhia e sua controlada monitoram as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Fazem a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas restritivas ("*covenants*"), cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências legais ou regulatórias externas.

A Companhia e sua Controlada investem o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez adequada para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões anteriormente mencionadas.

Conforme mencionado na nota explicativa 1.1 sobre o CCL negativo e também sobre a normalização desse indicador, a Companhia monitora constantemente seus fluxos de caixa projetados e concluiu que contará com recursos suficientes para honrar com suas obrigações, decorrentes da geração de caixa resultante de suas atividades operacionais. Além disso, em caso de qualquer eventualidade, a Companhia poderá estruturar novos financiamentos e, também, contará com suporte financeiro da sua Controladora Indireta CTG Brasil.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos (debêntures) da Companhia e os respectivos prazos de amortização com base nos índices projetados. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros, com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal.

			Controladora e Consolidado				
Emissão	Série	Remuneração	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a dois anos	Mais de dois anos	Total
4ª	2	Variação IPCA + 6,07 % ao ano	–	157.708	155.247	–	312.955
7ª	2	Variação IPCA + 5,90 % ao ano	3.716	133.401	–	–	137.117
8ª	1	Variação 106,75% do DI ao ano	86.951	4.926	84.280	–	176.157
8ª	2	Variação IPCA + 5,50 % ao ano	10.991	–	11.476	236.492	258.959
9ª	1	Variação DI + 1,40% ao ano	7.564	11.143	20.210	188.993	227.910
9ª	2	Variação DI + 1,65% ao ano	13.864	20.370	36.755	378.468	449.457
			123.086	327.548	307.968	803.953	1.562.555

4.2. Risco de aceleração de dívidas

A Companhia possui debêntures, com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas a atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas foram atendidas neste exercício e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações (vide nota explicativa nº 14.4 e 14.5).

4.3. Risco de regulação

As atividades da Companhia e da Controlada, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela Aneel. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia e de sua Controlada.

4.4. Risco ambiental

As atividades e instalações da Companhia e sua Controlada estão sujeitas a diversas leis e regulamentos federais, estaduais e municipais, bem como a diversas exigências de funcionamento relacionadas à proteção do meio ambiente. Adicionalmente, eventual impossibilidade de a Companhia e sua Controlada operarem suas usinas em virtude de autuações ou processos de cunho ambiental poderá comprometer a geração de receita operacional e afetar negativamente o resultado da operação.

A Companhia e sua Controlada utilizam-se da política de gestão de Meio Ambiente, Saúde e Segurança (MASS) para assegurar o equilíbrio entre a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades, com o objetivo de minimizar os riscos para a Companhia e sua Controlada.

Os processos ambientais em que estão envolvidas estão descritos na nota explicativa nº 15.

4.5. Análise da sensibilidade

A Companhia e sua Controlada, em atendimento ao disposto no item 40 do CPC 40/IFRS 7 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação, divulgam quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, compostos por debêntures e aplicações financeiras, ao qual a Companhia e sua Controlada estão expostas na data de encerramento do exercício.

O cálculo da sensibilidade para o cenário provável foi realizado considerando a variação entre as taxas e índices vigentes em 31 de dezembro de 2021 e as premissas disponíveis no mercado para os próximos 12 meses (fonte: Banco Central do Brasil) sobre as taxas de juros e índices flutuantes em relação ao cenário provável.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2021 podem ser assim sumariados:

Instrumentos financeiros			Controladora	
	Indexador	Variação Provável do Indexador	2021	Cenário Provável
Ativos financeiros				
Aplicação financeira em fundos de renda fixa	DI	11,36%	157.849	17.925
Aplicações financeiras vinculadas	DI	11,36%	1.039	118
			158.888	**18.043**
Passivos financeiros				
Debêntures 4ª emissão série 2	IPCA + 6,07% ao ano	5,47%	(279.689)	(33.212)
Debêntures 7ª emissão série 2	IPCA + 5,90% ao ano	5,47%	(128.344)	(15.010)
Debêntures 8ª emissão série 1	106,75% do DI ao ano	11,36%	(164.786)	(19.976)
Debêntures 8ª emissão série 2	IPCA + 5,50% ao ano	5,47%	(204.950)	(23.105)
Debêntures 9ª emissão série 1	DI + 1,40% ao ano	11,36%	(185.521)	(23.237)
Debêntures 9ª emissão série 2	DI + 1,65% ao ano	11,36%	(329.905)	(20.289)
			(1.293.195)	**(134.829)**
Total da exposição líquida			**(1.134.307)**	**(116.786)**

Instrumentos financeiros			Consolidado	
	Indexador	Variação Provável do Indexador	2021	Cenário Provável
Ativos financeiros				
Aplicação financeira em fundos de renda fixa	DI	11,36%	180.673	20.517
Aplicações financeiras vinculadas	DI	11,36%	1.039	118
			181.712	**20.635**
Passivos financeiros				
Debêntures 4ª emissão série 2	IPCA + 6,07% ao ano	5,47%	(279.689)	(33.212)
Debêntures 7ª emissão série 2	IPCA + 5,90% ao ano	5,47%	(128.344)	(15.010)
Debêntures 8ª emissão série 1	106,75% do DI ao ano	11,36%	(164.786)	(19.976)
Debêntures 8ª emissão série 2	IPCA + 5,50% ao ano	5,47%	(204.950)	(23.105)
Debêntures 9ª emissão série 1	DI + 1,40% ao ano	11,36%	(185.521)	(23.237)
Debêntures 9ª emissão série 2	DI + 1,65% ao ano	11,36%	(329.905)	(20.289)
			(1.293.195)	**(134.829)**
Total da exposição líquida			**(1.111.483)**	**(114.194)**

4.6. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia e da sua Controlada ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a Administração efetua ajustes adequando às condições econômicas atuais, revendo assim as políticas de pagamentos de dividendos, captação de empréstimos, debêntures e financiamentos, ou ainda, emitindo novas ações.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de financiamentos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, com a dívida líquida.

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Debêntures	14	1.293.195	1.074.801	1.293.195	1.074.801
(-) Caixa e equivalentes de caixa	5.1	(162.152)	(1.062.848)	(185.014)	(1.110.250)
(-) Aplicações financeiras vinculadas	5.2	(1.039)	(807)	(1.039)	(807)
Dívida líquida		**1.130.004**	**11.146**	**1.107.142**	**(36.256)**
Patrimônio líquido		1.907.664	1.911.744	1.907.664	1.911.744
Total do capital		**3.037.668**	**1.922.890**	**3.014.806**	**1.875.488**
Índice de alavancagem financeira – (%)*		**37,2**	**0,6**	**36,7**	**-1,9**

* Dívida líquida/Total do capital

As principais variações no índice de alavancagem financeira decorrem basicamente em função do pagamento do acordo referente à liminar do GSF e captação da 9ª emissão de debêntures, gerando uma redução de caixa e um acréscimo no endividamento.

5 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas

5.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, e contas garantidas liquidadas em período igual ou menor a três meses. As aplicações financeiras correspondem às operações de fundos de investimentos de renda fixa e certificados de depósitos bancários, as quais são realizadas com instituições que operam o mercado financeiro nacional e são contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração próxima a do DI. Os ganhos e perdas decorrentes de variações nos saldos das aplicações financeiras são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" (vide nota explicativa nº 23).

continua ...

Rio Paranapanema Energia S.A. | CNPJ/ME nº 02.998.301/0001-81

... continuação das Notas explicativas da Administração para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5.2. Composição

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Caixas e bancos	4.303	78	4.341	107
Aplicações financeiras	157.849	1.062.770	180.673	1.110.143
Certificado de depósito bancário (CDB)	157.849	1.062.770	180.673	1.110.143
	162.152	1.062.848	185.014	1.110.250

As principais variações no saldo de caixa e equivalentes de caixa são referentes ao pagamento do acordo GSF e liquidação da 5ª emissão e pagamento de principal da 4ª e 7ª emissão série 2, compensados pela captação da 9ª emissão de debêntures.

5.3. Aplicações financeiras vinculadas

As aplicações financeiras vinculadas, referem-se aos montantes referente aos aluguéis dos terrenos nas bordas dos rios e que tem aplicação restrita em gastos ambientais, possuem prazos determinados e são remunerados com base em percentuais da variação do DI.

	Gastos Ambientais
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**807**
Aplicações	868
Rendimentos	32
Resgates	(668)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**1.039**

5.4. Qualidade de créditos do caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes.

Standard & Poor's	Moody's	Fitch	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
AAA	AAA	AAA	57.441	–	80.302	–
–	AAA	AA	4	–	4	–
AAA	–	AAA	4	212.892	4	240.539
AAA	–	–	10.607	819.043	10.607	838.797
–	–	AA	–	11	–	12
AA	–	AA	–	31.709	–	31.709
AAA	AAA	AA	95.135	–	95.136	–
			163.191	1.063.655	186.053	1.111.057

6 Clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes no decurso normal das atividades da Companhia e sua Controlada. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. Incluem os valores relativos ao suprimento de energia elétrica faturada e não faturada, inclusive a comercialização de energia elétrica efetuada no âmbito da CCEE.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para crédito de liquidação duvidosa. Na prática, dado o prazo de cobrança, são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária.

A Companhia e sua controlada não mantêm contas a receber como garantia de nenhum título de dívida.

6.1. Composição

	Controladora			
	À vencer			
	Até 90 dias	Acima de 365 dias	2021	2020
Contratos ACL	122.192	–	122.192	131.366
Energia de curto prazo (MRE/MCP)	62.551	2.679	65.230	708.911
	184.743	2.679	187.422	840.277

	Consolidado			
	À vencer			
	Até 90 dias	Acima de 365 dias	2021	2020
Contratos ACL	125.586	–	125.586	133.559
Energia de curto prazo (MRE/MCP)	62.710	2.679	65.389	708.911
	188.296	2.679	190.975	842.470

A principal variação no saldo de contas a receber se deve às arrecadações da CCEE no 1º trimestre de 2021 de valores que estavam represados em razão das discussões em torno do GSF, conforme nota explicativa nº 1.3.

6.2. Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

Constituída com base na estimativa das possíveis perdas que possam ocorrer na cobrança destes créditos, de acordo com CPC 48/IFRS 9 – Instrumentos Financeiros.

As perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa são estabelecidas quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia e sua Controlada não serão capazes de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber.

A Administração da Companhia não registra PECLD para eventos referentes ao MRE e MCP, pois entende que não há risco de não recebimento.

As faturas emitidas pela Companhia e sua Controlada referentes aos contratos bilaterais são emitidas com vencimento único no mês seguinte ao do suprimento.

Para o exercício de 2021, não foi necessária a constituição de perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa.

6.3. Qualidade de créditos dos clientes

As transações relevantes para os negócios da Companhia e sua controlada, em que há exposição de crédito, são as vendas de energia realizadas no ACL, através dos contratos bilaterais.

O histórico de perdas em decorrência de dificuldades apresentada por clientes em honrar os seus compromissos é irrelevante diante das políticas e procedimentos vigentes.

O risco de crédito dos contratos de venda de energia com os clientes no ACL é minimizado pela análise prévia da área de crédito de todos seus potenciais clientes. Esta análise é baseada em informações qualitativas e quantitativas de cada potencial cliente e, a partir dessa análise, é feita a classificação seguindo as premissas do rating interno. O rating interno possui classificação de 1 a 5, onde os clientes são classificados como: 1 – Excelente; 2 – Bom; 3 – Satisfatório; 4 – Regular; 5 – Crítico. Baseado na Política de crédito e nas classificações de rating acima mencionado, todos os contratos bilaterais possuem obrigação de entrega de uma modalidade de garantia (entre as quais se destacam: CDB, Fiança Bancária e Corporativa), além de contratos que preveem o pagamento contra registro, onde a energia só é alocada ao cliente após a realização do pagamento previsto. Em conjunto com a área de crédito, a área de risco/portfólio, se baseia no rating interno e realiza a diversificação da carteira de clientes da Companhia com o objetivo de diminuir os riscos específicos setoriais e otimizar a liquidez da carteira.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, segundo o rating interno, a Companhia e sua Controlada possuem, em relação aos saldos a receber de seus clientes bilaterais, as seguintes proporções de risco de liquidação:

	Controladora				Consolidado			
Rating interno	2021		2020		2021		2020	
	%	R$	%	R$	%	R$	%	R$
1 – Excelente	–	–	0,5	621	–	–	0,5	621
2 – Bom	55,8	68.144	35,4	46.531	55,5	69.695	35,2	47.050
3 – Satisfatório	24,3	29.748	55,4	72.823	25,0	31.347	55,7	74.292
4 – Regular	19,9	24.300	7,5	9.863	19,5	24.544	7,5	10.068
5 – Crítico	–	–	1,2	1.528	–	–	1,1	1.528
	100,0	122.192	100,0	131.366	100,0	125.586	100,0	133.559

Especificamente para a energia comercializada nos ambientes MRE e MCP, onde a Administração não tem autonomia para avaliar e deliberar sobre os agentes liquidantes, a CCEE controla e monitora as inadimplências de modo que o não recebimento desses valores na data prevista são considerados temporais, ou seja, não deixarão de ser cumpridos. Tendo em vista que os agentes envolvidos estão expostos a diversas sanções onde, em última instância, podem até ser desligados do sistema, o risco de PECLD é praticamente nulo nessas modalidades de comercialização/liquidação.

Em função disso a Administração entende que não cabe classificação interna para essa modalidade de comercialização.

7 Tributos a recuperar/recolher

Os impostos correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições tributárias assumidas pela Companhia e sua Controlada com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

Os impostos correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando houver montantes a recuperar na data do balanço.

	Controladora			
	2021		2020	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Ativo				
IRRF sobre aplicação financeira	2.378	–	2.577	–
Saldo negativo/Antecipações de IRPJ e CSLL	6.296	819	–	819
	8.674	819	2.577	819
Passivo				
IRPJ e CSLL a pagar	–	–	130.995	–
PIS e COFINS a pagar	4.755	–	5.858	–
ICMS	3.909	–	4.968	–
ISS	149	–	143	–
Outros	408	–	285	–
	9.221	–	142.249	–

	Consolidado			
	2021		2020	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Ativo				
IRRF sobre aplicação financeira	2.378	–	2.658	–
INSS	–	1.453	–	1.427
Saldo negativo/Antecipações de IRPJ e CSLL	6.296	819	–	819
	8.674	2.272	2.658	2.246
Passivo				
IRPJ e CSLL a pagar	372	–	131.049	–
PIS e COFINS a pagar	4.883	–	5.945	–
ICMS	3.910	–	4.968	–
ISS	155	–	155	–
Outros	433	–	310	–
	9.753	–	142.427	–

A Companhia apurou prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de CSLL, após a realização do imposto sobre o GSF no ano de 2021, com isso os valores já pagos destes tributos em 2021 formaram um saldo negativo.

8 Depósitos judiciais

	Controladora e consolidado				
	Fiscais	Ambientais	Trabalhistas	Regulatórios	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**15.999**	**6.835**	**–**	**37.525**	**60.359**
Variações monetárias	474	101	1	730	1.306
Adições	624				624
(-) Baixas	(1.875)	(53)	(60)		(1.988)
Reclassificações	772	(2.091)	201		(1.118)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**15.994**	**4.792**	**142**	**38.255**	**59.183**

Estão classificados nesta rubrica somente os depósitos judiciais recursais não relacionados com as provisões de contingências com classificação de risco de perda provável (vide nota explicativa nº 15) e todos são atualizados monetariamente.

i. Ambiental – Os depósitos judiciais efetuados pela Companhia nas ações anulatórias, decorrentes de autuações com pagamento de multa, movidas contra o Instituto Ambiental do Paraná (IAP) e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

ii. Fiscal:

a. IPTU (Município de Primeiro de Maio) – Os depósitos judiciais realizados pela companhia, entre 2000 e 2010 decorrem da ação anulatória movida contra o Município de Primeiro de Maio, referente a débitos fiscais de Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) incidente sobre imóveis que correspondem parte do reservatório da Usina de Capivara. Em 31 de dezembro de 2021 os valores foram devolvidos à Companhia devido ao resultado positivo nas ações.

b. Débitos em disputa referente à IRRF, IRPJ e CSLL – Depósitos judiciais referentes ao Mandado de Segurança ajuizado com o objetivo de obter liminar para que seja reconhecida a quitação de valores de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), IRPJ e CSLL sem a exigência de multa moratória, face à denúncia espontânea realizada. O valor do depósito em 31 de dezembro de 2021 é de R$ 10.032.

c. Ação Anulatória – O depósito judicial foi realizado visando suspender a exigibilidade do débito PIS, COFINS e CSLL referente aos anos calendário de 2004 a 2007. O entendimento é de que esses débitos devem ser cancelados, uma vez que a aquisição de energia de Itaipu seria isenta de PIS/COFINS. O valor depositado em 31 de dezembro de 2021 é de R$ 3.970.

iii. Regulatórios – Tusd-g – Depósitos judiciais em conexão com a obtenção de decisão judicial suspendendo a exigibilidade da multa imposta pela Aneel pelo suposto descumprimento das obrigações de assinar os Contratos de Uso do Sistema de Distribuição (Cusd) e de pagar o passivo acumulado entre julho de 2004 a junho de 2009. Para maiores detalhes, vide nota explicativa nº 12 para uma descrição do andamento das discussões referentes à Tusd-g.

9 Investimentos

Os investimentos controlados pela Companhia consideram as regras previstas no CPC 18 (IAS 28) – Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto e são reconhecidos pelo método de aquisição, que consiste no somatório dos valores justos dos ativos transferidos e dos passivos assumidos na data da transferência de controle da adquirida (data de aquisição). Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de seus investimentos é reconhecida na demonstração do resultado.

9.1. Movimentação do investimento

	Participação acionária	2020	Ajuste investimento	Equivalência patrimonial	2021
Controlada					
Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda.	99,99%	220.186	(2)	30.784	250.968
		220.186	(2)	30.784	250.968

	Participação acionária	2019	Equivalência patrimonial	2020
Controlada				
Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda.	99,99%	170.647	49.539	220.186
		170.647	49.539	220.186

9.2. Informações financeiras da controlada

	% de participação da Companhia		Ativos totais		Passivos (Circulante e Não Circulante)	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Controlada						
Rio Sapucaí Mirim Energia Ltda.	99,99%	99,99%	261.008	259.567	10.037	39.380

	Patrimônio líquido		Receitas		Resultado líquido do exercício	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Controlada						
Rio Sapucaí Mirim Energia Ltda.	250.971	220.187	30.082	30.980	30.784	49.539

10 Imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado da Companhia e sua controlada são apresentados pelo custo histórico ou atribuído, deduzidos das respectivas depreciações. Com exceção dos terrenos, todos os bens, ou conjuntos de bens que apresentavam valores contábeis substancialmente diferentes dos valores justos na data da adoção das novas práticas contábeis tiveram o valor justo como custo atribuído na data de transição em 1º de janeiro de 2009. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e de ativos qualificadores.

Os terrenos foram mantidos a custo histórico em razão do entendimento que os valores serão aceitos pelo órgão regulador para fins de indenização ao final da concessão/autorização.

Os custos subsequentes aos valores históricos são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. Já a depreciação dos outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil-econômica remanescente em anos, como segue:

	Vida útil-econômica remanescente	
	Controladora	Controlada
Em serviço		
Reservatório, barragens e adutora	11	40
Edificações, obras civis e benfeitorias	13	37
Máquinas e equipamentos	14	24
Veículos	3	5
Móveis e utensílios	8	9
Outros	4	–

A Administração, suportada por seus assessores legais, entende que não houve, até o momento, alteração nas condições de indenização dos ativos a serem revertidos ao final da concessão e autorização por parte da Companhia e sua controlada e que possui o direito à indenização do valor residual de todos os bens vinculados e reversíveis, inclusive dos terrenos, considerando os fatos e circunstâncias disponíveis atualmente. Caso haja legislação nova que venha a alterar as condições atuais, os efeitos correspondentes serão avaliados e caso necessários, divulgados em suas demonstrações financeiras.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados das alienações com o valor contábil residual e são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício em "Outras despesas operacionais".

10.1. Composição

	Controladora				
	2021			2020	
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido	Taxa média anual de depreciação
Em serviço					
Terrenos	213.865	–	213.865	213.865	0,0%
Reservatório, barragens e adutora	3.375.515	(1.885.393)	1.490.122	1.630.302	4,2%
Edificações, obras civis e benfeitorias	457.210	(272.769)	184.441	198.723	3,1%
Máquinas e equipamentos	1.031.846	(470.883)	560.963	585.018	3,9%
Veículos	9.845	(6.658)	3.187	3.691	10,9%
Móveis e utensílios	1.234	(963)	271	301	2,6%
(-) Reserva usinas Canoas I e II	(200.675)	–	(200.675)	(200.675)	0,0%
Outros	3.895	(725)	3.170	2.913	18,6%
	4.892.735	(2.637.391)	2.255.344	2.434.138	
Em curso					
Terrenos	1.046	–	1.046	1.046	
Reservatório, barragens e adutora	3.540	–	3.540	2.826	
Edificações, obras civis e benfeitorias	545	–	545	499	
Máquinas e equipamentos	37.198	–	37.198	37.434	
Veículos	978	–	978	1.220	
	43.307	–	43.307	43.025	
	4.936.042	(2.637.391)	2.298.651	2.477.163	
(-) Obrigações especiais	(1.468)	868	(600)	(711)	
	4.934.574	(2.636.523)	2.298.051	2.476.452	

	Consolidado				
	2021			2020	
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido	Taxa média anual de depreciação
Em serviço					
Terrenos	224.953	–	224.953	224.953	0,0%
Reservatório, barragens e adutora	3.610.518	(1.926.569)	1.683.949	1.828.941	4,0%
Edificações, obras civis e benfeitorias	495.496	(279.875)	215.621	230.737	3,0%
Máquinas e equipamentos	1.156.663	(502.273)	654.390	680.140	3,8%
Veículos	10.252	(6.836)	3.416	3.971	11,0%
Móveis e utensílios	1.387	(1.031)	356	395	3,2%
(-) Reserva usinas Canoas I e II	(200.675)	–	(200.675)	(200.675)	0,0%
Outros	3.895	(725)	3.170	2.913	18,6%
	5.302.489	(2.717.309)	2.585.180	2.771.375	
Em curso					
Terrenos	17.759	–	17.759	17.140	
Reservatório, barragens e adutora	3.540	–	3.540	2.828	
Edificações, obras civis e benfeitorias	737	–	737	691	
Máquinas e equipamentos	39.062	–	39.062	40.540	
Veículos	978	–	978	1.220	
	62.076	–	62.076	62.419	
Perda pela não recuperabilidade de ativos (CPC 01)	(125.740)	–	(125.740)	(159.106)	
	(125.740)	–	(125.740)	(159.106)	
	5.238.825	(2.717.309)	2.521.516	2.674.688	
(-) Obrigações especiais	(1.468)	868	(600)	(711)	
	5.237.357	(2.716.441)	2.520.916	2.673.977	

continua ...

Rio Paranapanema Energia S.A. | CNPJ/ME nº 02.998.301/0001-81

... continuação das Notas explicativas da Administração para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10.2. Movimentação

Controladora	Valor líquido em 2020	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	Valor líquido em 2021
Em serviço						
Terrenos	213.865	–	–	–	–	213.865
Reservatório, barragens e adutora	1.630.302	–	–	–	(140.180)	1.490.122
Edificações, obras civis e benfeitorias	198.723	–	–	(164)	(14.118)	184.441
Máquinas e equipamentos	585.018	–	(1.560)	17.984	(40.479)	560.963
Veículos	3.691	–	(239)	809	(1.074)	3.187
Móveis e utensílios	301	–	–	2	(32)	271
(-) Reserva usinas Canoas I e II	(200.675)	–	–	–	–	(200.675)
Outros	2.913	982	–	–	(725)	3.170
	2.434.138	**982**	**(1.799)**	**18.631**	**(196.608)**	**2.255.344**
Em curso						
Terrenos	1.046	–	–	–	–	1.046
Reservatório, barragens e adutora	2.826	714	–	–	–	3.540
Edificações, obras civis e benfeitorias	499	46	–	–	–	545
Máquinas e equipamentos	37.434	17.513	–	(17.749)	–	37.198
Veículos	1.220	567	–	(809)	–	978
	43.025	**18.840**	**–**	**(18.558)**	**–**	**43.307**
	2.477.163	**19.822**	**(1.799)**	**73**	**(196.608)**	**2.298.651**
(-) Obrigações especiais	(711)	–	–	–	111	(600)
	2.476.452	**19.822**	**(1.799)**	**73**	**(196.497)**	**2.298.051**

Consolidado	Valor líquido em 2020	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	Contingências	Valor líquido em 2021
Em serviço							
Terrenos	224.953	–	–	–	–	–	224.953
Reservatório, barragens e adutora	1.828.941	–	–	–	(144.992)	–	1.683.949
Edificações, obras civis e benfeitorias	230.737	–	–	(164)	(14.952)	–	215.621
Máquinas e equipamentos	680.140	–	(1.561)	20.138	(44.327)	–	654.390
Veículos	3.971	–	(239)	809	(1.125)	–	3.416
Móveis e utensílios	395	–	–	5	(44)	–	356
(-) Reserva usinas Canoas I e II	(200.675)	–	–	–	–	–	(200.675)
Outros	2.913	982	–	–	(725)	–	3.170
	2.771.375	**982**	**(1.800)**	**20.788**	**(206.165)**	**–**	**2.585.180**
Em curso							
Terrenos	17.140	11	–	–	–	608	17.759
Reservatório, barragens e adutora	2.828	712	–	–	–	–	3.540
Edificações, obras civis e benfeitorias	691	46	–	–	–	–	737
Máquinas e equipamentos	40.540	18.428	–	(19.906)	–	–	39.062
Veículos	1.220	567	–	(809)	–	–	978
	62.419	**19.764**	**–**	**(20.715)**	**–**	**608**	**62.076**
Perda pela não recuperabilidade de ativos (CPC 01)	(159.106)	33.366	–	–	–	–	(125.740)
	(159.106)	**33.366**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(125.740)**
	2.674.688	**54.112**	**(1.800)**	**73**	**(206.165)**	**608**	**2.521.516**
(-) Obrigações especiais	(711)	–	–	–	111	–	(600)
	2.673.977	**54.112**	**(1.800)**	**73**	**(206.054)**	**608**	**2.520.916**

Controladora	Valor líquido em 2019	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	Valor líquido em 2020
Em serviço						
Terrenos	213.865	–	–	–	–	213.865
Reservatório, barragens e adutora	1.774.566	–	–	1.125	(145.321)	1.630.370
Edificações, obras civis e benfeitorias	214.952	–	–	865	(17.094)	198.723
Máquinas e equipamentos	591.749	–	(1.426)	35.281	(40.586)	585.018
Veículos	2.203	–	–	2.472	(984)	3.691
Móveis e utensílios	282	–	(17)	(1)	(31)	233
(-) Reserva usinas Canoas I e II	(200.675)	–	–	–	–	(200.675)
Outros	4.605	452	(875)	–	(1.269)	2.913
	2.601.547	**452**	**39.742**	**39.742**	**(205.285)**	**2.434.138**
Em curso						
Terrenos	1.046	–	–	–	–	1.046
Reservatório, barragens e adutora	2.545	283	–	(2)	–	2.826
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.013	351	–	(865)	–	499
Máquinas e equipamentos	44.830	29.000	–	(36.396)	–	37.434
Veículos	2.040	1.652	–	(2.472)	–	1.220
Móveis e utensílios	7	–	–	(7)	–	–
	51.481	**31.286**	**–**	**(39.742)**	**(205.285)**	**43.025**
	2.653.028	**31.738**	**2.318**	**–**	**(205.285)**	**2.477.163**
(-) Obrigações especiais	(829)	(19)	17	–	120	(711)
	2.652.199	**31.719**	**2.335**	**–**	**(205.165)**	**2.476.452**

Consolidado	Valor líquido em 2019	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	Contingências	Valor líquido em 2020
Em serviço							
Terrenos	223.698	–	–	1.255	–	–	224.953
Reservatório, barragens e adutora	1.978.021	–	–	1.125	(150.137)	–	1.829.009
Edificações, obras civis e benfeitorias	247.802	–	–	865	(17.930)	–	230.737
Máquinas e equipamentos	689.884	–	(1.433)	36.062	(44.373)	–	680.140
Veículos	2.412	–	–	2.595	(1.036)	–	3.971
Móveis e utensílios	390	–	(19)	(2)	(42)	–	327
(-) Reserva usinas Canoas I e II	(200.675)	–	–	–	–	–	(200.675)
Outros	4.605	452	(875)	–	(1.269)	–	2.913
	2.946.137	**452**	**(2.327)**	**41.900**	**(214.787)**	**–**	**2.771.375**
Em curso							
Terrenos	11.895	87	–	(1.231)	–	6.389	17.140
Reservatório, barragens e adutora	2.547	283	–	(2)	–	–	2.828
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.205	351	–	(865)	–	–	691
Máquinas e equipamentos	46.503	31.572	–	(37.536)	–	–	40.539
Veículos	2.163	1.652	–	(2.595)	–	–	1.220
Móveis e utensílios	7	–	–	(7)	–	–	–
	64.320	**33.945**	**–**	**(42.236)**	**–**	**6.389**	**62.418**
Perda pela não recuperabilidade de ativos (CPC 01)	(202.588)	43.483	–	–	–	–	(159.105)
	(202.588)	**43.483**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(159.105)**
	2.807.869	**77.880**	**(2.327)**	**(336)**	**(214.787)**	**6.389**	**2.674.688**
(-) Obrigações especiais	(829)	(19)	17	–	120	–	(711)
	2.807.040	**77.861**	**(2.310)**	**(336)**	**(214.667)**	**6.389**	**2.673.977**

10.3. Expansão 15%

A Companhia informa que a Ação de Obrigação de Fazer, movida pelo Estado de São Paulo, no exercício de 2011, referente à expansão de 15% da sua capacidade instalada, tramita em segredo de justiça e não houve evolução em 2021.

10.4. Custo atribuído no ativo imobilizado

A Companhia aplicou o custo atribuído na adoção inicial do IFRS de acordo com o CPC 27/IAS 16 – Ativo imobilizado. A despesa incremental de depreciação, calculada sobre os ajustes ao custo atribuído nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 foi de R$ 93.728 e R$ 96.859, respectivamente.

10.5. Análise de impairment

Em 31 de dezembro de 2021 a, Rio Sapucaí-Mirim efetuou a análise de *impairment* utilizando como metodologia para o cálculo do valor recuperável dos ativos o valor em uso. O processo de estimativa do valor em uso envolve a utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa futuros e representa a melhor estimativa, tendo sido as referidas projeções aprovadas pela Administração em 2021, ou seja, a geração de caixa futuro projetada até o final da autorização.

As estimativas das receitas projetadas até o fim da autorização da operação, em conformidade com as expectativas de preço para comercialização, às projeções do GSF e de inflação baseadas em premissas macroeconômicas de mercado. Para os custos de capex, a projeção se baseou na programação regular de manutenção das usinas e, para as despesas, na dinâmica do negócio e busca por sinergia, diante das premissas disponíveis para essa avaliação, a principal premissa que determinou a reversão parcial foi a extensão da concessão diante da conclusão da discussão em torno da liminar do GSF, como descrito na nota explicativa 1.3.

Para apuração do fluxo de caixa descontado, utilizou a taxa de desconto (*weighted average cost of capital – wacc*) pré-tax de 7,68% apurando uma reversão parcial de R$ 33.366, tendo como novo saldo de valor não recuperável R$ 125.740.

11 Intangível

Os itens que compõem o ativo intangível da Companhia e sua controlada são apresentados pelo custo histórico, deduzidos das respectivas amortizações. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e de ativos qualificadores. A amortização dos ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil-econômica remanescente em anos, como segue:

	Vida útil-econômica remanescente	
	Controladora	Controlada
Em serviço		
Uso do bem público (UBP)	11	–
Software	6	3
Recuperação de custos de compra de energia pela extensão da concessão (acordo GSF)	11	14

11.1. Composição

Controladora	2021 Custo	2021 Amortização acumulada	2021 Valor líquido	2020 Valor líquido	Taxa média anual de amortização
Em serviço					
Uso do bem público (UBP)	53.494	(38.261)	15.233	16.652	2,7%
Software	43.620	(32.349)	11.271	3.333	4,5%
Servidão de passagem	75	–	75	75	0,0%
Recuperação de custos de compra de energia pela extensão da concessão (acordo GSF)	849.272	(72.820)	776.452	838.918	8,6%
	946.461	**(143.430)**	**803.031**	**858.978**	
Em curso					
Software	1.266	–	1.266	4.844	
	1.266	**–**	**1.266**	**4.844**	
	947.727	**(143.430)**	**804.297**	**863.822**	
(-) Obrigações especiais	(2.208)	2.208	–	–	
	945.519	**(141.222)**	**804.297**	**863.822**	

Consolidado	2021 Custo	2021 Amortização acumulada	2021 Valor líquido	2020 Valor líquido	Taxa média anual de amortização
Em serviço					
Uso do bem público (UBP)	53.494	(38.261)	15.233	16.652	2,7%
Software	44.046	(32.553)	11.493	3.626	4,6%
Licença operacional (LO)	4.235	(4.235)	–	–	0,0%
Servidão de passagem	265	–	265	265	0,0%
Recuperação de custos de compra de energia pela extensão da concessão (acordo GSF)	859.675	(73.524)	786.151	849.245	8,6%
	961.715	**(148.573)**	**813.142**	**869.788**	
Em curso					
Software	1.293	–	1.293	4.844	
Servidão de passagem	22	–	22	22	
	1.315	**–**	**1.315**	**4.866**	
	963.030	**(148.573)**	**814.457**	**874.654**	
(-) Obrigações especiais	(2.208)	2.208	–	–	
	960.822	**(146.365)**	**814.457**	**874.654**	

11.2. Movimentação

Controladora	Valor líquido em 2020	Adições	Transferências	Amortização	Valor líquido em 2021
Em serviço					
Uso do bem público (UBP)	16.652	–	–	(1.419)	15.233
Software	3.333	–	9.900	(1.962)	11.271
Servidão de passagem	75	–	–	–	75
Recuperação de custos de compra de energia pela extensão da concessão (acordo GSF)	838.918	10.354	–	(72.820)	776.452
	858.978	**10.354**	**9.900**	**(76.201)**	**803.031**
Em curso					
Software	4.844	6.395	(9.973)	–	1.266
	4.844	**6.395**	**(9.973)**	**–**	**1.266**
	863.822	**16.749**	**(73)**	**(76.201)**	**804.297**

Consolidado	Valor líquido em 2020	Adições	Transferências	Amortização	Valor líquido em 2021
Em serviço					
Uso do bem público (UBP)	16.652	–	–	(1.419)	15.233
Software	3.626	–	9.900	(2.033)	11.493
Servidão de passagem	265	–	–	–	265
Recuperação de custos de compra de energia pela extensão da concessão (acordo GSF)	849.245	10.430	–	(73.524)	786.151
	869.788	**10.430**	**9.900**	**(76.976)**	**813.142**
Em curso					
Software	4.844	6.422	(9.973)	–	1.293
Servidão de passagem	22	–	–	–	22
	4.866	**6.422**	**(9.973)**	**–**	**1.315**
	874.654	**16.852**	**(73)**	**(76.976)**	**814.457**

Do valor total das adições de software ocorridas na linha do em curso no exercício, o montante de R$ 6.137 se refere a licença para implementação do novo ERP.

Controladora	Valor líquido em 2019	Adições	Transferências	Amortização	Valor líquido em 2020
Em serviço					
Uso do bem público (UBP)	18.503	–	–	(1.851)	16.652
Software	5.199	–	125	(1.991)	3.333
Servidão de passagem	75	–	–	–	75
Recuperação de custos pela extensão da concessão do GSF	–	–	838.918	–	838.918
	23.777	**–**	**839.043**	**(3.842)**	**858.978**
Em curso					
Software	120	4.849	(125)	–	4.844
Recuperação de custos pela extensão da concessão do GSF	–	838.918	(838.918)	–	–
	120	**843.767**	**(839.043)**	**–**	**4.844**
	23.897	**843.767**	**–**	**(3.842)**	**863.822**

Consolidado	Valor líquido em 2019	Adições	Transferências	Amortização	Valor líquido em 2020
Em serviço					
Uso do bem público (UBP)	18.504	–	–	(1.852)	16.652
Software	5.199	–	483	(2.056)	3.626
Licença operacional (LO)	235	–	–	(235)	–
Servidão de passagem	265	–	–	–	265
Recuperação de custos pela extensão da concessão do GSF	–	–	849.245	–	849.245
	24.203	**–**	**849.728**	**(4.143)**	**869.788**
Em curso					
Software	120	4.849	(125)	–	4.844
Servidão de passagem	44	–	(22)	–	22
Recuperação de custos pela extensão da concessão do GSF	–	849.245	(849.245)	–	–
	164	**854.094**	**(849.392)**	**–**	**4.866**
	24.367	**854.094**	**336**	**(4.143)**	**874.654**

11.3. Itens que compõem o intangível

11.3.1. Softwares

As licenças de *softwares* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos ligados diretamente ao funcionamento do *software*. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável conforme tempo de contrato. Os gastos relativos à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis.

11.3.2. Servidão de passagem

Servidão de passagem é o direito que a controlada Rio Sapucaí Mirim possui de passar sobre a propriedade alheia mediante a uma contraprestação financeira, que é registrada no ativo fixo da Companhia.

11.3.3. Uso do bem público (UBP)

Referem-se aos valores estabelecidos no Contrato de Concessão nº 76/1999 da Companhia, como contraprestação ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico calculado até o final do contrato de concessão.

11.3.4. Recuperação de custos de compra de energia pela extensão da concessão (acordo GSF) (*Generation Scaling Factor-GSF*)

Refere-se ao registro da extensão da concessão, parcela dos custos incorridos com o GSF, assumido pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE desde 2012, com o agravamento da crise hídrica. A alteração legal teve como objetivo a compensação por riscos não hidrológicos causados por:

i. empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física,

ii. às restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração dos estruturantes e

iii. por geração fora da ordem de mérito e importação.

Referida compensação dar-se-á mediante a extensão da outorga, limitada a 7 anos, calculada com base nos valores dos parâmetros aplicados pela Aneel.

12 Fornecedores

Fornecedores são obrigações a pagar por bens, energia elétrica, encargos de uso da rede, materiais e serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo), caso contrário, são apresentados como passivo não circulante.

Eles são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, considerando o prazo de pagamento, são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente.

continua ...

Rio Paranapanema Energia S.A. | CNPJ/ME nº 02.998.301/0001-81

... continuação das Notas explicativas da Administração para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12.1. Composição

	Controladora					
	2021			2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Suprimento de energia elétrica	515.155	–	515.155	2.005.364	–	2.005.364
Materiais e serviços contratados	13.389	–	13.389	17.344	–	17.344
Encargos de uso da rede elétrica	13.329	28.129	41.458	14.420	25.005	39.425
Tust	13.058	–	13.058	12.514	–	12.514
Tusd-g	253	28.129	28.382	1.887	25.005	26.892
Encargos de conexão	18	–	18	19	–	19
	541.873	**28.129**	**570.002**	**2.037.128**	**25.005**	**2.062.133**

	Consolidado					
	2021			2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Suprimento de energia elétrica	516.170	–	516.170	2.036.256	–	2.036.256
Materiais e serviços contratados	14.381	–	14.381	18.502	–	18.502
Encargos de uso da rede elétrica	13.329	28.129	41.458	14.469	25.005	39.474
Tust	13.058	–	13.058	12.514	–	12.514
Tusd-g	253	28.129	28.382	1.936	25.005	26.941
Encargos de conexão	18	–	18	19	–	19
	543.880	**28.129**	**572.009**	**2.069.227**	**25.005**	**2.094.232**

Na rubrica de suprimento de energia elétrica está registrado o efeito de R$ 476.482 (R$ 293.170 em dezembro de 2020) na Companhia referente a liminar de garantia física.

Em março de 2021, foi realizado o pagamento no montante de R$ 1.721.028, pela Controladora e R$ 1.745.996 no Consolidado, referente ao valor apresentado pela CCEE relativo às liminares sobre o GSF concedida à Apine.

Com o pagamento referente aos valores da liminar sobre o GSF, restaram os registros referentes à liminar da garantia física, que segue ativa, gerando apurações mensais além da remuneração do saldo com base no IGPM.

12.2. Encargos de uso da rede elétrica

A Aneel regula as tarifas que regem o acesso aos sistemas de distribuição e transmissão. As tarifas devidas pela Companhia são:

i. Tarifas de Uso de Sistema de Transmissão (Tust);

ii. Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição Aplicáveis às Unidades Geradoras Conectadas aos Sistemas de Distribuição (Tusd-g);

iii. Encargos de Conexão (vide nota explicativa nº 22.3).

A Companhia atualmente discute judicialmente, via Ação Ordinária, a revisão dos valores a serem pagos por conta da Tusd-g, referente ao período de julho de 2004 e junho de 2009, pelo entendimento de que as Demais Instalações de Transmissão (DITs) e os Transformadores de Fronteira integram o sistema de transmissão e que a tarifa por remunerar estes ativos do sistema de transmissão deve ser calculada com base na diretriz do sinal locacional.

Em junho de 2009, a Companhia requereu nos autos da Ação Ordinária o depósito judicial dos valores da Tusd-g e a determinação judicial para que os Cusd com as distribuidoras fossem considerados assinados. Em junho de 2009, o pedido de depósito judicial foi indeferido, mas o juiz reconheceu os Cusd como assinados.

A Companhia recorreu da decisão que indeferiu o pedido de depósito e, em agosto de 2009, o Tribunal autorizou o depósito judicial dos montantes relativos à diferença entre as tarifas calculadas em conformidade com a Resolução Normativa Aneel nº 349/2009 e a Resolução nº 497/2007.

Em dezembro de 2014, foi proferida sentença em primeira instância que julgou procedentes os pedidos da Companhia na Ação Ordinária. Contra tal decisão, as partes apresentaram recursos de apelação, cujos julgamentos estão pendentes. A Companhia efetuou o pagamento das últimas parcelas dos depósitos judiciais no primeiro trimestre de 2012, cujo montante atualizado em 31 de dezembro de 2021 é de R$ 104.773 (R$ 100.335 em 31 de dezembro de 2020). O passivo é apresentado líquido dos depósitos judiciais e seu saldo em 31 de dezembro de 2021 é de R$ 28.129 (R$ 25.005 em 31 de dezembro de 2020).

13 Encargos setoriais

As obrigações a recolher provenientes de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico são as seguintes:

13.1. Composição

	Controladora					
	2021			2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
CFURH	5.576	–	5.576	8.283	–	8.283
P&D	25.328	6.585	31.913	16.595	9.399	25.994
TFSEE	605	–	605	552	–	552
	31.509	**6.585**	**38.094**	**25.430**	**9.399**	**34.829**

	Consolidado					
	2021			2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
CFURH	5.576	–	5.576	8.282	–	8.282
P&D	25.328	6.585	31.913	16.595	9.399	25.994
TFSEE	614	–	614	561	–	561
	31.518	**6.585**	**38.103**	**25.438**	**9.399**	**34.837**

13.1.1. Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (CFURH)

A CFURH foi criada pela Lei nº 7.990/1989 e destina-se a compensar os Estados, o Distrito Federal e os municípios afetados pela perda de terras produtivas, ocasionadas por inundação de áreas na construção de reservatórios de usinas hidrelétricas. Também são beneficiados pela compensação financeira os órgãos da administração direta da União.

13.1.2. Pesquisa e desenvolvimento (P&D)

De acordo com o Contrato de Concessão, Lei nº 9.991/2000, artigo 24 da Lei nº 10.438/2002 e artigo 12 da Lei nº 10.848/2004, as empresas concessionárias ou permissionárias de serviço público de distribuição, geração ou transmissão de energia elétrica, assim como as autorizadas à produção independente de energia elétrica, exceto aquelas que geram energia exclusivamente a partir de pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, cogeração qualificada, usinas eólicas ou solares, devem aplicar o montante mínimo de 1% (um por cento) de sua Receita Operacional Líquida em P&D do Setor de Energia Elétrica e Eficiência Energética (no caso das Distribuidoras), segundo os procedimentos e regulamentos estabelecidos pela Aneel.

Em consonância com a Resolução Normativa nº 605/2014 da Aneel, a Companhia tem apresentado os gastos com P&D no grupo das deduções da receita bruta.

Para fins de reconhecimento dos investimentos realizados a empresa de energia elétrica deve encaminhar ao final dos projetos um relatório de auditoria contábil e financeira e um Relatório Técnico específicos dos projetos de P&D para avaliação final e parecer da Aneel.

13.1.3. Taxa de fiscalização do serviço de energia elétrica (TFSEE)

A TFSEE foi instituída pela Lei nº 9.427/1996, e equivale a 0,4% do benefício econômico anual auferido pela concessionária, permissionária ou autorizado do serviço público de energia elétrica. O valor anual da TFSEE é estabelecido pela Aneel com a finalidade de constituir sua receita e destina-se à cobertura do custeio de suas atividades. A TFSEE fixada anualmente é paga mensalmente em duodécimos pelas concessionárias. Sua gestão fica a cargo da Aneel.

14 Debêntures

As debêntures são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento das debêntures são reconhecidas como custos da transação das debêntures, uma vez que seja provável que uma parte ou o total seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período ao qual se relaciona.

14.1. Composição

				Controladora e consolidado					
				2021					
				Circulante			Não circulante		
Emissão	Série	Remuneração	Vencimento final	Principal	Juros, variação monetária e (custos de transação)	Total	Principal	Variação monetária e (custos de transação)	Total
4ª	2	IPCA + 6,07% ao ano	16/07/2023	83.325	59.484	142.809	83.350	53.530	136.880
7ª	2	IPCA + 5,90% ao ano	15/08/2022	100.000	28.344	128.344	–	–	–
8ª	1	106,75% do DI ao ano	15/03/2023	80.000	4.848	84.848	80.000	(62)	79.938
8ª	2	IPCA + 5,50% ao ano	15/03/2025	–	8.456	8.456	160.000	36.494	196.494
9ª	1	DI + 1,40% ao ano	26/01/2024	–	5.833	5.833	180.000	(312)	179.688
9ª	2	DI + 1,65% ao ano	26/01/2026	–	10.950	10.950	320.000	(1.045)	318.955
				263.325	**117.915**	**381.240**	**823.350**	**88.605**	**911.955**

				Controladora e consolidado					
				2020					
				Circulante			Não circulante		
Emissão	Série	Remuneração	Vencimento final	Principal	Juros, variação monetária e (custos de transação)	Total	Principal	Variação monetária e (custos de transação)	Total
4ª	2	IPCA + 6,07% ao ano	16/07/2023	83.325	50.338	133.663	166.675	80.343	247.018
5ª	2	IPCA + 7,01% ao ano	20/05/2021	80.016	36.883	116.899	–	–	–
7ª	2	IPCA + 5,90% ao ano	15/08/2022	100.000	18.145	118.145	100.000	13.358	113.358
8ª	1	106,75% do DI ao ano	15/03/2023	–	697	697	160.000	(312)	159.688
8ª	2	IPCA + 5,50% ao ano	15/03/2025	–	7.563	7.563	160.000	17.770	177.770
				263.341	**113.626**	**376.967**	**586.675**	**111.159**	**697.834**

14.2. Vencimento

	Controladora e consolidado				
Vencimento a longo prazo	2023	2024	2025	2026	Total
Debêntures 4ª emissão série 2	136.880	–	–	–	**136.880**
Debêntures 8ª emissão série 1	79.938	–	–	–	**79.938**
Debêntures 8ª emissão série 2	178	98.566	97.750	–	**196.494**
Debêntures 9ª emissão série 1	310	179.378	–	–	**179.688**
Debêntures 9ª emissão série 2	327	327	158.301	160.000	**318.955**
	217.633	**278.271**	**256.051**	**160.000**	**911.955**

14.3. Movimentação

	4ª Emissão	5ª Emissão	7ª Emissão	8ª Emissão		9ª emissão		
	Série 2	Série 2	Série 2	Série 1	Série 2	Série 1	Série 2	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**380.681**	**116.899**	**231.503**	**160.385**	**185.333**	**–**	**–**	**1.074.801**
Captação de debêntures	–	–	–	–	–	180.000	320.000	500.000
Custos de transação	–	–	–	–	–	(936)	(1.650)	(2.588)
Amortização de custos de transação	78	119	373	250	178	314	275	1.587
Apropriação de juros	19.268	3.296	11.391	5.728	13.990	9.933	18.404	82.010
Apropriação de variação monetária	32.514	3.848	18.694	–	18.546	–	–	73.602
Pagamento de debêntures	(83.325)	(80.016)	(100.000)	–	–	–	–	(263.341)
Pagamento de juros	(23.467)	(8.102)	(13.551)	(1.577)	(13.097)	(3.788)	(7.124)	(70.706)
Pagamento de variação monetária	(46.060)	(36.044)	(20.066)	–	–	–	–	(102.170)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**279.689**	**–**	**128.344**	**164.786**	**204.950**	**185.521**	**329.905**	**1.293.195**

14.4. *Covenants financeiros*

As cláusulas restritivas previstas no Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Não Conversíveis em Ações da Quarta, Quinta, Sétima, Oitava e Nona emissões da Companhia são:

i. Índice entre divisão do Ebitda pelo Resultado Financeiro que deverá ser igual ou superior a 2,0;

ii. Índice entre divisão da Dívida Líquida pelo Ebitda que deverá ser igual ou inferior a 3,20;

iii. Redução de capital da Companhia poderá ser realizada se observado o limite igual ou inferior a 0,7, do índice financeiro quociente da divisão da dívida total pelo somatório da dívida total e capital social da Companhia, na 7ª , 8ª e 9ª poderá ser realizada em observância ao seguinte índice financeiro: quociente da divisão da dívida total da Companhia pelo somatório da dívida total e Capital Social da Companhia, tendo por base as então mais recentes Demonstrações Financeiras da Companhia igual ou menor a 0,90 (noventa centésimos) vezes.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia atendeu os referidos índices financeiros e, cumprindo assim, os referidos *covenants*, conforme abaixo:

Índice financeiro	Limites	2021	2020
Ebitda/Resultado financeiro	Igual ou superior a 2,0	2,07	4,15
Dívida líquida/Ebitda	Igual ou inferior a 3,2	2,26	(0,02)
Dívida total/(Dívida total + Capital social)	Igual ou inferior a 0,7	0,61	0,56

14.5. *Covenants não financeiros*

Além das cláusulas restritivas relacionadas a índices financeiros mencionados anteriormente, há cláusulas restritivas referentes a outros assuntos da Quarta, Quinta, Sexta, Sétima, Oitava e Nona emissões, os quais vêm sendo atendidas pela Companhia, dos quais destacamos os mais relevantes:

i. Inadimplemento no pagamento de quaisquer outras obrigações financeiras, de forma agregada ou individual, contraídas pela Emissora, no mercado local ou internacional em valor superior a R$ 30 milhões para as 4ª e 5ª debêntures e R$ 32 milhões para a 7ª e 8ª debêntures e R$ 70 milhões;

ii. 4ª/5ª/9ª debêntures – Transferência de controle acionário direto ou indireto da Companhia, desde que, após tal transferência as classificações de risco pela Moody's ou Standard & Poor's ou na falta destas, a Fitch, rebaixar, por motivos diretamente ligados à transferência do controle acionário, a classificação de risco da Companhia em dois níveis em relação a classificação de risco vigente na data da emissão;

iii. 7ª/8ª/9ª debêntures – Transferência de controle acionário direto da Companhia, desde que, após tal transferência, a Moody's ou a Standard & Poor's, ou na falta destas, a Fitch, rebaixar, por motivos diretamente ligados à transferência do controle acionário direto da Companhia, a classificação de risco da Companhia em dois níveis em relação à classificação de risco da Companhia vigente na data de emissão;

iv. Cisão, fusão, incorporação ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Companhia, exceto se cumpridas exigências dos itens a, b e c desta mesma cláusula das escrituras de emissão de debêntures, para a 7ª, 8ª e 9ª emissão somente os itens a e b;

v. Término antecipado ou intervenção, por qualquer motivo, de quaisquer dos contratos de concessão pelo poder concedente relativo ao serviço público de energia elétrica.

As outras cláusulas restritivas estão detalhadas nas escrituras de emissão das debêntures, disponível no site https://www.ctgbr.com.br/rio-paranapanema/informacoes-aos-investidores.

14.6. *Captação da 9ª emissão de debêntures*

Em 28 de janeiro de 2021 a Companhia captou R$ 500.000 (quinhentos milhões de reais) no mercado na forma de dívida, por meio da 9ª. emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações; emitidas sob a forma nominativa, escritural, da espécie quirografária, no mercado local as quais foram distribuídas com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476/2009; destinadas exclusivamente a investidores profissionais.

As liberações efetivas dos recursos oriundos das séries 1 e 2 ocorreram em 28 de janeiro de 2021 e não houve incidência de juros e variação monetária incorridos entre a data da emissão das debêntures e a liberação efetiva dos recursos. A emissão foi realizada em duas séries, sendo a série 1 composta de 180.000 (cento e oitenta mil) debêntures no valor nominal de R$ 1.000 (mil reais) cada, com prazo de vencimento em três anos e a série 2 composta de 320.000 (trezentos e vinte mil) debêntures, no valor nominal de R$ 1.000 (mil reais) cada, com prazo de vencimento em cinco anos, totalizando assim 500.000 (quinhentos e vinte mil) debêntures.

A oferta foi emitida com base nas deliberações:

i. da Reunião de Diretoria da Companhia realizada em 22 de dezembro de 2020;

ii. da Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 22 de dezembro de 2020;

iii. no parecer favorável do Conselho Fiscal da Companhia em 22 de dezembro de 2020 e;

iv. e re-ratificada em reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de janeiro de 2021 (em conjunto com as "RCAs da Companhia").

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Emissão serão utilizados integralmente para pagamento:

i. principal da primeira parcela de amortização das debêntures da 4ª emissão da Companhia;

ii. liquidação das debêntures da 5ª emissão;

iii. principal da primeira parcela de amortização das debêntures da série 2 da 7ª. emissão.

iv. reforço de capital de giro da Companhia.

Os custos de transação incorridos na captação estão contabilizados como redução do valor justo inicialmente reconhecido e foram considerados para determinar a taxa efetiva dos juros, em consonância com o CPC 08 – Custos de transações e prêmios na emissão de títulos e valores mobiliários.

As cláusulas restritivas ("*covenants*") previstas na escritura da quinta emissão das debêntures são similares às constantes nas escrituras de quarta, quinta e sexta emissões com exceção para redução de capital permitida que deverá ser igual ou menor a 0,90 (noventa centésimos).

Para a 9ª emissão de debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% da taxa DI acrescida de uma sobretaxa, de 1,40% para a série 1 e de 1,65% para a série 2.

15 Provisões para riscos

As provisões para as perdas decorrentes dos riscos classificados como prováveis são reconhecidas contabilmente, desde que:

i. haja uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de eventos passados;

ii. é provável que seja necessária uma saída de recursos para liquidar a obrigação, e

iii. o valor puder ser estimado com segurança.

As perdas classificadas como possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo divulgadas nas notas explicativas. As contingências cujas perdas são classificadas como remotas não são provisionadas nem divulgadas, exceto quando, em virtude da visibilidade do processo, a Companhia considere sua divulgação justificada.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

A Administração da Companhia, baseada em levantamentos e pareceres elaborados pela área jurídica e por consultores jurídicos externos, registra provisões para cobrir as perdas e obrigações classificadas como prováveis, relacionadas às ações trabalhistas, fiscais, ambientais, regulatórias e cíveis, quando é exigido depósito judicial para alguma ação, essa provisão é apresentada líquida de seu respectivo depósito.

Demais depósitos não relacionados às provisões constituídas, são demonstrados em nota específica (vide nota explicativa nº 8).

15.1. Provisões para riscos prováveis

15.1.1. Composição

	Controladora			
	2021			2020
	Provisões	Depósitos judiciais	Provisões líquidas	Provisões líquidas
Trabalhistas	8.349	(1.765)	6.584	6.568
Fiscais	20.437	(204)	20.233	18.790
Cíveis	2.756	(257)	2.499	1.726
Indenizações de benfeitorias	2.756	(257)	2.499	1.726
Ambientais	10.672	(2.223)	8.449	9.657
	42.214	**(4.449)**	**37.765**	**36.741**

	Consolidado			
	2021			2020
	Provisões	Depósitos judiciais	Provisões líquidas	Provisões líquidas
Trabalhistas	8.349	(1.765)	6.584	6.615
Fiscais	20.437	(204)	20.233	18.790
Cíveis	9.753	(257)	9.496	8.115
Desapropriações de terras	6.997	–	6.997	6.389
Indenizações de benfeitorias	2.756	(257)	2.499	1.726
Ambientais	10.672	(2.223)	8.449	9.657
	49.211	**(4.449)**	**44.762**	**43.177**

15.1.2. Movimentação

	Controladora				
			Cíveis		
	Trabalhistas	Fiscais	Indenizações de benfeitorias	Ambientais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**6.568**	**18.790**	**1.726**	**9.657**	**36.741**
Provisões para riscos					
Provisões/(reversões)	(1.071)	347	534	–	(190)
Variações monetárias	1.274	335	254	843	2.706
	203	**682**	**788**	**843**	**2.516**
Depósitos judiciais					
Variações monetárias	14	(11)	(15)	40	28
Reclassificações (i)	(201)	772	–	(2.091)	(1.520)
	(187)	**761**	**(15)**	**(2.051)**	**(1.492)**
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**6.584**	**20.233**	**2.499**	**8.449**	**37.765**

continua ...

Rio Paranapanema Energia S.A. | CNPJ/ME nº 02.998.301/0001-81

... continuação das Notas explicativas da Administração para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado					
			Cíveis			
	Trabalhistas	Fiscais	Desapropriações de terras	Indenizações de benfeitorias	Ambientais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**6.615**	**18.790**	**6.389**	**1.726**	**9.657**	**43.177**
Provisões para riscos						
Provisões/(reversões)	(1.125)	347	–	534	–	(244)
Variações monetárias	1.286	335	–	254	843	2.718
Variações monetárias (*)	–	–	608	–	–	608
Acordos/pagamentos	(5)	–	–	–	–	(5)
	156	**682**	**608**	**788**	**843**	**3.077**
Depósitos judiciais						
Variações monetárias	14	(11)	–	(15)	40	28
Reclassificações (i)	(201)	772	–	–	(2.091)	(1.520)
	(187)	**761**	**–**	**(15)**	**(2.051)**	**(1.492)**
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**6.584**	**20.233**	**6.997**	**2.499**	**8.449**	**44.762**

i. Reclassificações realizadas entre depósitos judiciais com provisões atreladas.

	Controladora				
			Cíveis		
	Trabalhistas	Fiscais	Indenizações de benfeitorias	Ambientais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**12.194**	**18.182**	**1.771**	**5.991**	**38.138**
Provisões para riscos					
Provisões/(reversões)	(1.167)	402	–	3.368	2.603
Variações monetárias	1.138	261	87	163	1.649
Acordos/pagamentos	(5.569)	–	(176)	–	(5.745)
	(5.598)	**663**	**(89)**	**3.531**	**(1.493)**
Depósitos judiciais					
Variações monetárias	(192)	(55)	8	–	(239)
(Adições)	(1.506)	–	–	–	(1.506)
Baixas	1.670	–	36	135	1.841
	(28)	**(55)**	**44**	**135**	**96**
Saldo em 30 de setembro de 2020	**6.568**	**18.790**	**1.726**	**9.657**	**36.741**

	Consolidado					
			Cíveis			
	Trabalhistas	Fiscais	Desapropriações de terras	Indenizações de benfeitorias	Ambientais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**12.726**	**18.182**	**–**	**1.771**	**5.991**	**38.670**
Provisões para riscos						
Provisões/(reversões)	(1.455)	402	–	–	3.368	2.315
Provisões(*)	–	–	6.272	–	–	6.272
Variações monetárias	1.183	261	–	87	163	1.694
Variações monetárias (*)	–	–	117	–	–	117
Acordos/pagamentos	(5.798)	–	–	(176)	–	(5.974)
	(6.070)	**663**	**6.389**	**(89)**	**3.531**	**4.424**
Depósitos judiciais						
Variações monetárias	(197)	(55)	–	8	–	(244)
(Adições)	(1.653)	–	–	–	–	(1.653)
Baixas	1.809	–	–	36	135	1.980
	(41)	**(55)**	**–**	**44**	**135**	**83**
Saldo em 30 de setembro de 2020	**6.615**	**18.790**	**6.389**	**1.726**	**9.657**	**43.177**

(*) Os valores representados como desapropriação de terras são contabilizados em contrapartida do imobilizado na linha de terrenos.

a) Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2021, as principais provisões relativas aos riscos trabalhistas com expectativas de perda provável são referentes às ações movidas por ex-empregados e terceirizados, envolvendo pagamento de verbas rescisórias, horas extras, periculosidade, equiparação salarial, entre outros pedidos.

As constituições referem-se a novas ações e reavaliações por parte dos assessores jurídicos da Companhia decorrentes de decisões desfavoráveis no exercício. As baixas do exercício referem-se a encerramentos de ações no curso normal dos processos e/ou mediante celebração de acordos judiciais, o que acarretou a redução das provisões.

b) Fiscais

Em 31 de dezembro de 2021, as principais provisões relativas aos riscos fiscais com expectativas de perda provável são referentes:

i. Processo Administrativo nº 19515.003540/2005-96 decorrente de um Auto de infração referente à destinação para incentivo fiscal do Fundo de Investimentos da Amazônia (FINAM) dos recolhimentos do imposto sobre lucro inflacionário, efetuados nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2000. Decisão de primeira instância parcialmente favorável à Companhia. O valor atualizado para 31 de dezembro de 2021 é de R$ 3.073 (R$ 3.037 em 31 de dezembro de 2020)

ii. Processo administrativo nº 10880.723970/2011-33, que trata de pedidos eletrônicos de restituição ou ressarcimento de créditos de COFINS do ano de 2004. Foi apresentado recurso administrativo em razão de parte dos valores não terem sido homologados pela Receita Federal, valores estes que totalizam em R$ 13.657 (R$ 13.450 em 31 de dezembro de 2020);

iii. Ação Anulatória ajuizada pela Companhia visando cancelamento de débitos de PIS, COFINS e CSLL referente aos anos calendário de 2004 a 2007. A discussão se dá em razão da isenção na aquisição de energia elétrica de Itaipu, a qual a Receita Federal não entende cabível. O valor total da discussão em 31 de dezembro de 2021 é de R$ 3.700, sendo que o valor provável de R$ 415.

c) Ambientais

Em 31 de dezembro de 2021, as principais provisões relativas aos riscos ambientais com expectativas de perda provável são referentes:

i. Trata-se de Ação Civil Pública movida pelo Município de Santo Inácio contra a Companhia em que se discute a compensação de impactos ambientais. As partes estão em discussão para formalização de um TAC que colocará fim na Ação Civil Pública no montante atualizado para 31 de dezembro de 2021 de R$ 7.702 (R$ 6.959 em 31 de dezembro de 2020);

ii. Tratam-se de Ações Anulatórias ajuizadas para declarar nulo os autos de infração nº 246.946-D e nº 246.947-D lavrados pelo Ibama em face da UHE Canoas I e II, o valor atualizado para 31 de dezembro de 2021 é R$ 1.840 (R$ 1.810 em 31 de dezembro de 2020);

iii. Provisão para indenização por danos materiais e morais de ações ajuizadas por supostos pescadores profissionais, o valor atualizado para 31 de dezembro de 2021 é de R$ 1.131 (R$ 979 em 31 de dezembro de 2020).

15.2. Contingências possíveis

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Trabalhistas	5.468	4.496	5.468	4.496
Fiscais	132.394	204.498	132.394	204.498
Ambientais	50.457	36.514	50.457	36.514
Regulatórias	134.099	136.950	134.099	136.950
Cíveis	6.735	3.182	34.928	27.394
	329.153	**385.640**	**357.346**	**409.852**

a) Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2021, as contingências trabalhistas com expectativa de perda possível estão avaliadas no montante de R$ 5.468 (R$ 4.496 em 31 de dezembro de 2020) na Controladora e R$ 5.468 (R$ 4.496 em 31 de dezembro de 2020) no Consolidado.

A variação na rubrica de contingências trabalhistas é decorrente de novas ações trabalhistas ajuizadas por empregados terceirizados e ex-empregados da Companhia.

b) Fiscais

Em 31 de dezembro de 2021, as principais contingências fiscais com expectativa de perda possível são:

i. Mandado de Segurança nº 0025355-84.2004.4.03.6100, que visa a concessão de liminar para ser reconhecido o direito da Companhia de não se sujeitar à multa de mora na quitação de seus débitos de PIS, IRPJ, CSLL e IOF mediante pagamentos e compensações. Débitos com exigibilidade suspensa por depósitos judiciais e perda possível avaliada em R$ 10.032 (R$ 9.828 em 31 de dezembro de 2020);

ii. Processos administrativos originados de pedidos de restituição e compensação de saldo negativo de tributos (IRPJ, IRRF e CSLL), bem como de tributos pagos a maior. Em todos os casos a Companhia apresentou manifestações de inconformidade e/ou recurso voluntário as quais aguardam julgamento. Valor classificado como possível de R$ 56.300 (R$ 57.221 em 31 de dezembro de 2020). A redução do valor decorre do encerramento de processos administrativos que ao final foram favoráveis à Companhia determinando a compensação e/ou restituição.;

iii. Autos de Infração que discutem para cobrança de CSLL, IRPJ e Lucro Inflacionários referentes aos anos calendário de 2005 a 2010 respectivamente. Em todos os casos foram apresentados Recursos Voluntários que estão pendentes de julgamento pelo Conselho de Contribuintes. Os valores atualizados para 31 de dezembro de 2021, totalizam R$ 64.062 (R$ 57.817 em 31 de dezembro de 2020).

O montante de R$11.435 está pulverizado em vários outros processos (R$ 12.448 em 31 de dezembro de 2020).

A principal variação das contingências fiscais decorre da reclassificação de risco de possível para remoto do Mandado de Segurança ajuizado pela Apine para discutir a criação da Taxa de utilização de recursos hídricos pelo estado do Paraná, diante da inconstitucionalidade da lei que criou a taxa.

c) Ambientais

Em 31 de dezembro de 2021 as principais contingências ambientais com expectativa de perda possível são:

i. Autos de Infração lavrados pelo Instituto Ambiental do Paraná (IAT), pelo IBAMA e pela CETESB, relativos a supostas infrações ambientais ocorridas nas Usinas Chavantes, Salto Grande, Canoas I, Canoas II, Taquaruçu e Capivara, além de Ações Anulatórias. A Companhia apresentou recursos administrativos e ajuizou ações visando declarar a nulidade das multas. Os valores em 31 de dezembro e 2021 são de R$ 31.100 (R$ 36.514 em 31 de dezembro de 2020).

ii. Ações Civis Públicas movidas pelo Ministério Público Estadual de Andirá em face da Companhia relativas à ocupação irregular em área de APP (localizadas nos reservatórios das UHE's Canoas I e II), regularização de área de Loteamentos e recuperação ambiental, totalizando o valor envolvido para 31 de dezembro de 2021 é de R$ 10.061

d) Regulatórias

Em 31 de dezembro de 2021, as contingências regulatórias com expectativa de perda possível somam um total de R$ 134.099, sendo que as principais contingências são referentes a:

i. Por conta da recusa da Companhia em pagar os valores em disputa na Ação Ordinária mencionada na nota explicativa nº 13 ("Encargos de Uso da Rede Elétrica"), a Aneel autuou a Rio Paranapanema por meio do Auto de Infração nº 014/2009-SFG por supostamente não ter a Companhia (i) firmado os Cusd com as concessionárias de distribuição; e (ii) não ter quitado o passivo da Tusd-g acumulado de julho de 2004 a junho de 2009. Por conta disso, a Companhia ajuizou Mandado de Segurança para suspender a cobrança da multa imposta, tendo sido a liminar deferida em junho de 2009. Em junho de 2013, a sentença denegou o pedido de liminar feito pela Rio Paranapanema no Mandado de Segurança impetrado, mantendo-se a multa imposta pela Aneel. Em outubro de 2013 a Companhia requereu no processo a suspensão da exigibilidade da multa até o julgamento definitivo do Mandado de Segurança, mediante o depósito do valor integral e atualizado da multa objeto da ação. Em dezembro de 2013, a Companhia interpôs recurso de apelação, o qual ainda está pendente de julgamento. A classificação é de perda possível, e o valor é de R$ 38.255 (R$ 37.525 em 31 de dezembro de 2020);

ii. Em 2002, AES Sul distribuidora de energia elétrica ingressou com ação judicial visando não se sujeitar a aplicação retroativa da Resolução 288 da Aneel. A Companhia pode ser impactada por eventual decisão favorável à distribuidora e o valor atualizado em 31 de dezembro de 2021 é de R$ 47.843 (R$ 55.501 em 31 de dezembro de 2020);

Entre 2010 e 2012, uma associação de distribuidoras e uma distribuidora ingressaram com ações judiciais visando anular os despachos da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira (SFF)/Aneel nº 2.517/2010 e 1.175/2012, respectivamente. A Companhia pode ser impactada por eventuais decisões favoráveis às distribuidoras. O valor atualizado em 31 de dezembro de 2021 é de R$ 19.742 (R$ 17.828 em 31 de dezembro de 2020);

16 Dividendos

A distribuição de dividendos é feita para os acionistas da Companhia com base no seu Estatuto Social, e é reconhecida como um passivo em suas demonstrações financeiras. Ao final do exercício, eventuais dividendos que excedam o mínimo obrigatório, permanecem no patrimônio líquido até que a assembleia dos acionistas aprove.

	Controladora e consolidado			
	Saldo em 2020	Dividendos pagos	Prescrições (*)	Saldo em 2021
Rio Paranapanema Participações S.A.	267.047	(267.047)	–	–
Acionistas minoritários	11.819	(10.354)	(178)	1.287
	278.866	**(277.401)**	**(178)**	**1.287**

(*) Os dividendos não reclamados no prazo de três anos, a contar da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, prescreverão conforme artigo 287 da Lei 6.404/76.

Para o ano de 2021 não houve proposta de distribuição de dividendos em razão do prejuízo apurado para o exercício.

17 Juros sobre o capital próprio

A distribuição dos juros sobre capital próprio é feita para os acionistas da Companhia com base no seu Estatuto Social, e é reconhecida como um passivo em suas demonstrações financeiras quando aprovados nos termos do Estatuto Social.

	Controladora e consolidado			
	Saldo em 2020	JSCP pagos	Prescrições (*)	Saldo em 2021
Rio Paranapanema Participações S.A.	43.334	(43.334)	–	–
Acionistas não controladores	1.954	(1.679)	(47)	228
	45.288	**(45.013)**	**(47)**	**228**

(*) Os juros sobre capital próprios não reclamados no prazo de três anos, a contar da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, prescreverão conforme artigo 287 da Lei 6.404/76.

18 Partes relacionadas

As partes relacionadas, são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

A Companhia é controlada pela Rio Paranapanema Participações S.A. que por sua vez é controlada pela China Three Gorges Brasil Energia Ltda. (constituída no Brasil), que detém 66,67% das ações da Rio Paranapanema Participações. O controlador em última instância é a China Three Gorges Corporation, empresa de energia estatal chinesa. Para todas as transações as premissas contratuais são as mesmas praticadas em mercado.

18.1. Remuneração do pessoal-chave da Administração

Em 30 de abril de 2021, em Assembleia Geral Ordinária (AGO), foi aprovado o valor da remuneração anual da Administração da Companhia no montante global de até R$ 5.900 para 2021, sendo distribuído da seguinte forma: (a) R$ 860 para o Conselho de Administração; (b) R$ 3.800 para a Diretoria e (c) R$ 1.250 para o Conselho Fiscal.

Segue detalhe da remuneração relacionada às pessoas-chave da Administração:

	Consolidado	
	2021	2020
Benefícios de curto prazo para administradores	4.365	3.908
Benefício pós-emprego	198	145
Conselho fiscal	1.134	1.112
	5.697	**5.165**

18.2. Contas patrimoniais – passivo

Com o intuito de criar sinergia entre os recursos, atendendo de maneira mais eficiente e econômica aos interesses das partes e segundo as determinações da Resolução Normativa Aneel nº 699, de 26 de janeiro de 2016, foram firmados os seguintes contratos:

• Compartilhamento de despesas, junto à China Three Gorges Brasil Energia Ltda. e suas subsidiárias Rio Paraná Energia S.A., Rio Canoas Energia S.A. e Rio Verde Energia S.A., contrato este que foi previamente aprovado pelo Despacho Aneel nº 2.018/17;

• A Companhia manteve contrato de prestação de serviços administrativos junto à CTG Brasil Serviços Administrativos Ltda. e anuído pela Aneel conforme Despacho nº 2.756, de 28 de novembro de 2018, que segue as determinações da Resolução Normativa Aneel nº 699, de 26 de janeiro de 2016 no intuito de criar sinergia entre os recursos, atendendo de maneira mais eficiente e econômica aos interesses das partes. A partir de 01 de novembro de 2021 os serviços prestados pela CTG Brasil Serviços Administrativos Ltda. passaram a integrar o contrato de compartilhamento de despesas, junto a CTG BR, conforme Despacho Aneel nº 3620/2021. Com esse aditivo, a partir de dezembro de 2021, a CTG BR assumiu as atividades antes prestadas pela CTG Brasil Serviços Administrativos Ltda.

A Companhia possui contrato de compartilhamento de despesas com a sua Controladora Rio Paranapanema Participações S.A.

	Consolidado		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
China Three Gorges Brasil Energia Ltda	1.936	1.462	2.022	1.462
CTG Brasil Serviços Administrativos Ltda.	–	422	–	492
	1.936	**1.884**	**2.022**	**1.954**

18.3. Resultado

	Controladora					
	2021			2020		
	Compartilhamento de despesas	Prestação de serviços	Total	Compartilhamento de despesas	Prestação de serviços	Total
China Three Gorges Brasil Energia Ltda.	(15.265)	–	(15.265)	(16.387)	–	(16.387)
CTG Brasil Serviços Administrativos Ltda.	–	(4.923)	(4.923)	–	(5.138)	(5.138)
Rio Paranapanema Participações S.A.	6.163	–	6.163	4.515	–	4.515
	(9.102)	**(4.923)**	**(14.025)**	**(11.872)**	**(5.138)**	**(17.010)**

	Consolidado					
	2021			2020		
	Compartilhamento de despesas	Prestação de serviços	Total	Compartilhamento de despesas	Prestação de serviços	Total
China Three Gorges Brasil Energia Ltda.	(15.351)	–	(15.351)	(16.387)	–	(16.387)
CTG Brasil Serviços Administrativos Ltda.	–	(5.739)	(5.739)	–	(5.990)	(5.990)
Rio Paranapanema Participações S.A.	6.163	–	6.163	4.515	–	4.515
	(9.188)	**(5.739)**	**(14.927)**	**(11.872)**	**(5.990)**	**(17.862)**

18.4. Garantias em operações comerciais

À medida em que clientes da Companhia e sua Controlada necessitam de garantias em operações comerciais, a Rio Paranapanema Participações S.A. é a garantidora das operações. O montante de garantias emitidos pela Rio Paranapanema Participações S.A. em dezembro de 2021 é de R$ 36.060 (R$ 121.549 em 31 de dezembro de 2020).

19 Planos de pensão e aposentadoria

19.1. Benefícios a empregados

19.1.1. Obrigações de aposentadoria

A Companhia patrocina planos de pensão e aposentadoria a seus empregados. Esses planos foram constituídos de acordo com as características de benefício definido e contribuição definida. Os custos, contribuições e o passivo ou ativo atuarial do plano de benefício definido são determinados, anualmente, em 31 de dezembro, por atuários independentes, e apurados usando o método do crédito unitário projetado e registrados de acordo com a Deliberação CVM nº 695/2012 (CPC 33 (R1)/IAS 19 – Benefícios a Empregados).

Com relação aos planos de pensão de benefício definido, a Companhia reconhece passivo no balanço patrimonial se o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço é maior que o valor justo dos ativos do plano.

O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de descontos condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão. Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado.

A Companhia reconheceu um passivo atuarial no seu balanço patrimonial com contrapartida em resultados abrangentes, em virtude de perdas apuradas no cálculo atuarial resultante da queda da taxa de desconto utilizada no cálculo dos ativos e passivos do plano de aposentadoria, sem efeito em resultado.

Os custos correntes do plano, incluindo os juros, menos os rendimentos esperados dos ativos, são reconhecidos no resultado mensalmente. Os ganhos e as perdas atuariais são reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes, com efeito imediato no patrimônio líquido da Companhia.

19.2. Contribuição definida

No plano de contribuição definida, a Companhia faz contribuições mensais contratuais para o plano de previdência privado conforme opção do colaborador para esse benefício. A Companhia não tem qualquer obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas, cujo montante foi de R$ 167 (R$ 155 em 31 de dezembro de 2020).

19.3. Benefício definido

A Companhia patrocina planos de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão para seus empregados e ex-empregados. A Vivest (antiga Fundação CESP) é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios supracitados. O Plano de Suplementação de Aposentadorias e Pensão – PSAP Rio Paranapanema é estruturado na modalidade de Benefício definido, criado em 1º de setembro de 1999 e encontra-se aberto à novas adesões para os empregados da Companhia. O plano garante uma suplementação do benefício do INSS mediante à aposentadoria e invalidez aos empregados inscritos no plano, conforme as regras definidas pelo Regulamento do Plano, atualmente está aberto para a entrada de novos participantes. O custeio do plano é determinado pelo Regulamento através das contribuições dos participantes, aposentados e patrocinadores. A Companhia designou a empresa Mercer Human Resource Consulting Ltda., atuária independente, para conduzir a avaliação atuarial anual, visando determinar os passivos e custos que os mesmos representam, com base nas regras estabelecidas no CPC 33 (R1)/IAS 19 – Benefícios a empregados, obrigatório para as Sociedades Anônimas de capital aberto pela Deliberação CVM nº 695/2012. Durante este processo, todas as premissas atuariais foram revisadas. A avaliação atuarial adotou o método do crédito unitário projetado e o ativo líquido do plano é avaliado pelo valor justo.

As obrigações com a Vivest (uma das entidades administradoras dos planos de benefícios), referente ao Plano com Benefício Definido, são registradas no passivo não circulante na rubrica de plano de pensão e aposentadoria.

continua ...

Rio Paranapanema Energia S.A. | CNPJ/ME nº 02.998.301/0001-81

... continuação das Notas explicativas da Administração para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19.3.1. Conciliação dos ativos/(passivos) a serem reconhecidos no balanço patrimonial

	Controladora e consolidado	
	2021	2020
Obrigação de benefício definido	(429.589)	(415.243)
Valor justo do ativo do plano	387.401	371.152
Passivo reconhecido no balanço patrimonial	**(42.188)**	**(44.091)**

No exercício de 2021, a Companhia contabilizou uma redução em seu passivo de longo prazo no valor de R$ 1.903 (R$ 25.626 em 31 de dezembro de 2020) em contrapartida ao patrimônio líquido (outros resultados abrangentes), conforme estabelecido pelo CPC 33 (R1)/IAS 19 – Benefícios a empregados.

A redução do passivo se deu, sobretudo, em decorrência da mudança da taxa de retorno que saiu de 4,07% para 5,26%.

19.3.2. Movimento do (passivo)/ativo a ser reconhecido no balanço patrimonial

	Controladora e consolidado	
	2021	2020
Valor líquido do passivo de benefício definido no final do ano anterior	(44.091)	(18.465)
Custo da obrigação de benefício definido incluído no resultado da empresa	(6.093)	(4.182)
Contribuições da empresa realizadas no exercício	1.112	947
Redimensionamento da obrigação de benefício definido incluído em outros resultados abrangentes ("OCI")	6.884	(22.391)
Valor líquido do passivo de benefício definido no final do ano	**(42.188)**	**(44.091)**

19.3.3. Evolução do valor presente das obrigações no final do exercício

	Controladora e consolidado	
	2021	2020
Obrigação de benefício definido no final do ano anterior	415.243	374.896
Custo do serviço corrente	3.951	3.781
Custo do serviço	2.991	2.944
Contribuição de participante	960	837
Custo dos juros	29.008	25.886
Benefícios pagos pelo plano no exercício	(24.005)	(16.948)
Redimensionamento da obrigação	5.392	27.628
Obrigação de benefício definido no final do ano	**429.589**	**415.243**

19.3.4. Evolução do valor justo dos ativos no final do exercício

	Controladora e consolidado	
	2021	2020
Valor justo do ativo do plano no final do ano anterior	371.152	356.431
Rendimento real dos ativos	38.182	29.885
Juros sobre o valor justo do ativo do plano	25.906	24.648
Rendimento do valor justo do ativo do plano	12.276	5.237
Contribuições no exercício	2.072	1.784
Benefícios pagos pelo plano no exercício	(24.005)	(16.948)
Valor justo dos ativos no final do exercício	**387.401**	**371.152**

19.3.5. Despesa anual reconhecida no resultado do exercício

	Controladora e consolidado	
	2021	2020
Custo do serviço corrente	2.991	2.944
Custo dos juros sobre a obrigação de benefício definido	29.008	25.886
Rendimento sobre o valor justo do ativo do plano	(25.906)	(24.648)
Total	**6.093**	**4.182**

19.3.6. Remensurações atuariais reconhecidas em outros resultados abrangentes

	Controladora e consolidado	
	2021	2020
Saldo no início do exercício		
Efeito da alteração de premissas financeiras	(60.765)	(37.703)
Efeito da alteração de premissas demográficas	(232)	-
Efeito da experiência do plano	66.389	65.299
Rendimento sobre o valor justo do ativo do plano	(12.276)	(5.237)
Saldo no final do exercício	**(6.884)**	**22.359**

19.3.7. Premissas utilizadas nas avaliações atuariais

19.3.7.1. Hipóteses econômicas

	Consolidado	
	2021	2020
Taxa nominal de desconto (*)	9,47% ao ano	7,19% ao ano
Taxa de retorno esperado dos ativos	9,47% ao ano	7,19% ao ano
Taxa nominal de crescimento salarial	6,60% ao ano	5,58% ao ano
Crescimento dos benefícios da previdência social e dos limites	4,00% ao ano	3,00% ao ano
Taxa de inflação estimada no longo prazo	4,00% ao ano	3,00% ao ano
Fator de capacidade		
Salários	100,00%	100,00%
Benefícios	100,00%	100,00%

(*) Utilização de taxas nominais

19.3.7.2. Hipóteses demográficas

	Consolidado	
	2021	2020
Mortalidade geral	AT-2000 (masculina) suavizada em 10%	AT-2000 (masculina) suavizada em 10%
Entrada em invalidez	Light Fraca suavizada em 30%	Light Fraca suavizada em 30%
Tábua de entrada em envalidez	Light Fraca	Light Fraca
Mortalidade de inválidos	AT – 1949 Masculina	AT – 1949 Masculina
Composição familiar	Funcesp 2014	Funcesp 2014
Idade de aposentadoria	Tempo de contribuição INSS: 35 Homens e 30 Mulheres Tempo de filiação ao Plano: 15 anos	Tempo de contribuição INSS: 35 Homens e 30 Mulheres Tempo de filiação ao Plano: 15 anos
Taxa de crescimento salarial	2,50%	2,50%
Projeção de crescimento da unidade de referência	0,42% a.a.	0,84% a.a.
Rotatividade	Experiência Funcesp suavizada em 50%	Experiência Funcesp suavizada em 50%

19.3.8. Dados dos participantes

	Consolidado	
	2021	2020
Numero de Participantes		
Ativos	210	210
Aposentados	189	187
Inválidos	14	14
Pensionistas	25	22

19.3.9. Análise de sensibilidade das premissas atuariais

Com a finalidade de verificar o impacto nas obrigações atuariais, que em 31 de dezembro de 2021 foi de R$ 429.589, a Companhia realizou análise de sensibilidade da principal premissa atuarial, a taxa de desconto, considerando uma variação de 1%, tendo como resultado os seguintes efeitos:

	Taxa de desconto	
	(+1,00%)	(-1,00%)
Impacto na Obrigação de Benefício Definido	(44.903)	(60.187)
Total da Obrigação de Benefício Definido	384.686	369.402
Duration da obrigação (em anos)	10,85	12,68

19.3.10. Estimativa da despesa de benefício definido para o próximo exercício

Custo do serviço corrente	2.220
Custo dos juros	39.411
Rendimento esperado dos ativos do plano	(35.555)
Custo da obrigação de benefício definido	6.076

19.3.11. Outras informações sobre as obrigações atuariais

O valor esperado de contribuições da Companhia para o exercício de 2021 é de R$ 1.722 (R$ 939 em 31 de dezembro de 2020). Os pagamentos esperados da obrigação de benefício definido para os próximos 10 anos são os seguintes:

1 ano	28.261
Entre 2 e 5 anos	125.464
Entre 5 e 10 anos	195.302

20 Patrimônio líquido

20.1. Capital social

Ações Ordinárias (ON) e preferenciais (PN) são classificadas como patrimônio líquido. As ações preferenciais não dão direito de voto, possuindo preferência na liquidação da sua parcela do capital social.

20.2. Capital social subscrito e integralizado

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, o capital social autorizado da Companhia é de R$ 2.355.580, sendo R$ 785.193 em ações ordinárias e R$ 1.570.387 em ações preferenciais, todas nominativas escriturais e sem valor nominal.

O capital social subscrito e integralizado é de R$ 839.138 (R$ 839.138 em 31 de dezembro de 2021) dividido em 94.433.283 (noventa e quatro milhões, quatrocentos e trinta e três mil, duzentas e oitenta e três) ações, sendo 31.477.761 (trinta e um milhões, quatrocentas e setenta e sete mil, setecentas e sessenta e uma) ações ordinárias e 62.955.522 (sessenta e dois milhões, novecentas e cinquenta e cinco mil, quinhentas e vinte e duas) ações preferenciais, todas nominativas escriturais, sem valor nominal.

Posição acionária em 2021 (Em ações unitárias)

Acionistas	Ordinárias	%	Preferênciais	%	Total	%
Rio Paranapanema Participações S.A.	31.180.725	99,06	59.655.272	94,76	90.835.997	96,19
Vinci Gas Dividendos Fundo de Investimento em ações	–	–	709.900	1,13	709.900	0,75
Demais pessoas físicas e jurídicas	297.036	0,94	2.590.350	4,11	2.887.386	3,06
	31.477.761	**100,00**	**62.955.522**	**100,00**	**94.433.283**	**100,00**

Posição acionária em 2020 (Em ações unitárias)

Acionistas	Ordinárias	%	Preferênciais	%	Total	%
Rio Paranapanema Participações S.A.	31.180.725	99,06	59.655.272	94,76	90.835.997	96,19
Vinci Gas Dividendos Fundo de Investimento em ações	2.521	0,01	806.712	1,28	809.233	0,86
Demais pessoas físicas e jurídicas	294.515	0,93	2.493.538	3,96	2.788.053	2,95
	31.477.761	**100,00**	**62.955.522**	**100,00**	**94.433.283**	**100,00**

As ações preferenciais possuem as seguintes características:

i. Prioridade de reembolso no capital, sem direito a prêmio no caso de liquidação da Companhia;

ii. Dividendo prioritário, não cumulativo, de 10% ao ano calculado sobre o capital próprio a esta espécie de ações;

iii. Direito de serem incluídas na oferta pública de alienação de controle, nas condições previstas no artigo 254-A da Lei nº 6.404/1976;

iv. Direito de indicar um membro do Conselho Fiscal, e respectivo suplente, escolhidos pelos titulares das ações, em votação em separado;

v. Direito de participar dos aumentos de capital, decorrentes da capitalização de reservas e lucros, em igualdade de condições com as ações ordinárias;

vi. Não terão direito a voto e serão irresgatáveis, enquanto cada ação ordinária nominativa terá direito a 1 (um) voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

20.3. Reservas de capital

	Controladora e consolidado	
	2021	2020
Ágio na subscrição de ação	468	468
Conta de cisão	(6.418)	(6.418)
Ágio na incorporação de sociedade controladora	103.838	103.838
Reserva especial – Reorganização societária – Aquisição Rio Sapucaí Mirim Energia	17.196	17.196
	115.084	**115.084**

20.4. Lucros acumulados

20.4.1. Formação e destinação dos lucros acumulados no exercício

	2021	2020
(Prejuízo)/lucro líquido do exercício	**(8.800)**	**701.868**
Depreciação (custo atribuído)	96.647	97.628
Baixas (custo atribuído)	(2.919)	(769)
IRPJ/CSLL diferidos (custo atribuído)	(31.866)	(32.932)
Ganhos atuariais com plano de pensão de benefício definido	–	(95)
Lucros acumulados	**53.062**	**765.700**
Transferido para reserva	53.062	435.076
Distribuições		
Dividendos propostos	–	277.624
JSCP	–	53.000
	–	**330.624**

20.4.2. Valor por ação dos dividendos e JSCP

Deliberação	Provento	R$ mil	R$
AGO de 30/04/2021	Dividendo	277.624	2,93990
AGE de 18/12/2020	Juros sobre capital próprio	53.000	0,56124
AGO de 03/07/2020	Dividendo	125.130	1,32507

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, a distribuição dos resultados apurados em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano far-se-á semestralmente, em Assembleia Geral, ou em períodos inferiores, caso o Conselho de Administração delibere a distribuição de dividendos trimestrais ou intermediários. Caberá à Assembleia Geral deliberar, até 31 de outubro de cada ano, sobre a distribuição de dividendos baseados nos resultados apurados no balanço semestral de 30 de junho, conforme estipulado no Estatuto Social, respeitado o disposto no parágrafo 3º do artigo 205 da Lei nº 6.404/1976.

O Conselho de Administração poderá deliberar a distribuição de dividendos trimestrais, com base em balanço especial levantado para esse fim, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre civil não exceda o montante das reservas de capital de que trata o parágrafo 1º do artigo 182 da Lei nº 6.404/1976.

Mediante deliberação do Conselho de Administração, poderão ser declarados dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço anual ou semestral já aprovado pela Assembleia Geral.

Após a dedução para a reserva legal, os lucros líquidos distribuir-se-ão na seguinte ordem:

i. dividendo de até 10% (dez por cento) ao ano às ações preferenciais, a ser rateado igualmente entre elas, calculado sobre o capital próprio a esta espécie de ações;

ii. dividendo de até 10% (dez por cento) ao ano às ações ordinárias, a ser rateado igualmente entre elas, calculado sobre o capital próprio a esta espécie de ações;

iii. distribuição do saldo remanescente às ações ordinárias e preferenciais, em igualdade de condições.

iv. Excepcionalmente, para o ano de 2021, diante dos efeitos da crise hídrica, a Companhia apurou prejuízo em resultado para o exercício e por isso não registrou proposta de distribuição mínima de dividendos.

20.5. Custo atribuído

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. Esse custo foi ajustado para refletir o custo atribuído de determinados itens do ativo imobilizado na data de transição para IFRS/CPCs, sendo a contrapartida registrada no patrimônio líquido, outros resultados abrangentes. Em 2021, visando uma melhor apresentação das demonstrações financeiras, a Administração reclassificou o valor de R$ 134.599 para a rubrica de custo atribuído, dentro do próprio grupo de Ajuste de Avaliação Patrimonial, incluindo os saldos comparativos.

21 Receita operacional líquida

21.1. Reconhecimento da receita

21.1.1. Receita de comercialização de energia

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos incidentes, dos abatimentos e dos descontos concedidos.

A Companhia reconhece a receita quando:

i. O valor da receita pode ser mensurado com segurança;

ii. É provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia;

iii. Quando critérios específicos são atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir:

O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as eventuais contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

A Companhia reconhece as receitas de vendas de energia em contratos bilaterais, MRE e MCP no mês de suprimento da energia de acordo com os valores constantes dos contratos e estimativas da Administração da Companhia, ajustados posteriormente por ocasião da disponibilidade dessas informações.

21.1.2. Receita de suprimento de energia elétrica

A receita de suprimento de energia elétrica é reconhecida no resultado de acordo com as regras de mercado de energia elétrica, a qual estabelece a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade contratada de energia para o comprador.

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receita operacional bruta				
Contratos ACL	1.343.750	1.483.743	1.373.266	1.514.540
Mercado de curto prazo (MCP)	154.832	112.474	156.532	113.527
Mecanismo de realocação de energia (MRE)	3.302	10.797	3.302	11.100
	1.501.884	**1.607.014**	**1.533.100**	**1.639.167**
Outras receitas				
Outras receitas	448	399	448	399
	448	**399**	**448**	**399**
Total receita operacional bruta	**1.502.332**	**1.607.413**	**1.533.548**	**1.639.566**
Deduções à receita operacional				
PIS e COFINS	(130.329)	(137.004)	(131.463)	(138.176)
ICMS	(42.216)	(36.542)	(42.216)	(36.542)
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)	(13.058)	(13.674)	(13.058)	(13.674)
	(185.603)	**(187.220)**	**(186.737)**	**(188.392)**
Receita operacional líquida	**1.316.729**	**1.420.193**	**1.346.811**	**1.451.174**

21.1.3. Receita diferida

A Companhia possui contratos de curto e longo prazo de venda de energia contendo, cláusula de atualização monetária por índices de preços, além de redução do preço contratado na energia a ser fornecida no futuro. Em consonância com a Orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (OCPC 05 – Orientação sobre Contratos de Concessão), para fins de linearização da receita ao longo do tempo, é considerada a diferença da parcela da receita obtida entre o preço de venda e o preço médio de venda no decorrer do contrato.

A atual provisão para a Companhia será realizada até 2025.

Os valores de diferimento a apropriar em resultados futuros estão registrados no passivo, valores estes que totalizam o saldo de R$ 9.412 na controladora e consolidado em 31 de dezembro de 2021 e (R$ 6.566 e R$ 6.715 em 31 de dezembro de 2020 respectivamente).

22 Energia elétrica vendida, comprada e encargos de uso da rede

22.1. Energia elétrica vendida

	Controladora				Consolidado			
	2021		2020		2021		2020	
	MWh (*)	R$	MWh (*)	R$	MWh (*)	R$	MWh (*)	R$
Contratos ACL	7.688.753	1.343.750	8.083.126	1.483.743	7.826.708	1.373.266	8.222.373	1.514.540
Mercado de curto prazo (MCP)	206.103	154.832	521.885	112.474	206.103	156.532	524.257	113.527
Mecanismo de realocação de energia (MRE)	313.918	3.302	888.804	10.797	313.918	3.302	912.827	11.100
	8.208.774	**1.501.884**	**9.493.815**	**1.607.014**	**8.346.729**	**1.533.100**	**9.659.457**	**1.639.167**

22.2. Energia elétrica comprada

	Controladora				Consolidado			
	2021		2020		2021		2020	
	MWh (*)	R$	MWh (*)	R$	MWh (*)	R$	MWh (*)	R$
Contratos bilaterais	1.188.322	504.642	1.612.153	345.394	1.188.322	504.642	1.612.153	345.394
Mercado de curto prazo (MCP)	196.262	37.077	39.824	3.736	233.778	48.409	67.037	12.323
Mecanismo de realocação de energia (MRE)	1.626.820	25.798	1.992.760	38.602	1.694.276	26.758	2.043.103	39.539
(-) Crédito de PIS	–	(6.731)	–	(5.148)	–	(6.731)	–	(5.148)
(-) Crédito de COFINS	–	(31.005)	–	(23.713)	–	(31.005)	–	(23.713)
	3.011.404	**529.781**	**3.644.737**	**358.871**	**3.116.376**	**542.073**	**3.722.293**	**368.395**

O aumento no custo com energia elétrica comprada para revenda se dá, principalmente, pela piora no cenário hidrológico (GSF) e, também, pelo aumento no PLD médio na comparação entre os dois anos.

22.3. Encargos de uso da rede elétrica

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Tust	149.882	133.750	149.882	133.750
Tusd	22.575	20.721	23.194	21.284
Encargos de conexão	147	181	147	181
(-) Crédito de PIS	(3.457)	(2.383)	(3.457)	(2.383)
(-) Crédito de COFINS	(15.923)	(10.978)	(15.923)	(10.978)
	153.224	**141.291**	**153.843**	**141.854**

continua ...

Rio Paranapanema Energia S.A. | CNPJ/ME nº 02.998.301/0001-81

... continuação das Notas explicativas da Administração para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As tarifas devidas pela Companhia e sua Controlada e estabelecidas pela Aneel são: Tust, Tusd-g e Encargos de Conexão (vide nota explicativa nº 12).

A Tust remunera o uso da Rede Básica, que é composta por instalações de transmissão com tensão igual ou superior a 230 kV. A parte de cada empresa do total do encargo é calculada com base em:

i. valor comum a todos os empreendimentos (selo), referente a um valor estimado em 80% do encargo Tust; e

ii. valor que considera a proximidade do empreendimento de geração em relação aos grandes centros consumidores no caso da geração ou a proximidade em relação aos grandes centros geradores no caso das distribuidoras ou consumidores livres (locacional), referente a aproximadamente 20% do encargo Tust. As usinas que pagam Tust são: UHEs Jurumirim, Capivara, Chavantes e Taquaruçu, pois estão ligadas diretamente à Rede Básica.

A Tusd-g remunera o uso do sistema de distribuição de uma concessionária de distribuição específica. As concessionárias de distribuição operam linhas de energia em baixa e média tensão que são utilizadas pelos geradores para ligar suas usinas à Rede Básica ou a centros de consumo. As usinas da Companhia que pagam Tusd-g para acessar os centros de consumo, são: UHEs Rosana (que se encontra na área de concessão da Elektro Eletricidade e Serviços S.A.) e Canoas I, Canoas II e Salto Grande (que se encontram na área de concessão da Energisa Sul-Sudeste Distribuidora de Energia S.A., as PCHs Retiro e Palmeiras (que se encontram na área de concessão da CPFL Paulista) também estão sujeitas a este encargo.

Os encargos de conexão são pagos mensalmente à CTEEP devido ao uso de instalações na tensão de distribuição (entrada de linha em 13,8 kV).

23 Resultado financeiro

As receitas e despesas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva, registradas contabilmente em regime de competência. As receitas são representadas principalmente por rendimentos sobre aplicações financeiras, juros e descontos obtidos e as despesas por juros e atualização monetária sobre debêntures, variações monetárias sobre liminares e provisões para riscos.

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receitas				
Aplicações financeiras	12.116	30.211	13.139	31.237
Variações monetárias	10.977	134.378	10.988	134.480
Depósitos judiciais	2.593	2.565	2.604	2.667
Inadimplência CCEE	8.275	–	8.275	–
Atualização monetária referente a liminares CCEE	–	131.808	–	131.808
Outras	109	5	109	5
Compensação financeira	37.846	–	37.846	–
Outras receitas financeiras	395	920	425	991
	61.334	**165.509**	**62.398**	**166.708**
Despesas				
Juros	(82.109)	(65.582)	(82.109)	(65.582)
Juros sobre debêntures	(82.010)	(65.418)	(82.010)	(65.418)
Juros outros	(99)	(164)	(99)	(164)
Variações monetárias	(207.464)	(477.903)	(208.173)	(482.883)
Atualização monetária referente a liminares CCEE	(123.750)	(431.023)	(124.447)	(435.958)
Provisões para riscos	(2.706)	(1.649)	(2.718)	(1.694)
Debêntures	(73.602)	(39.462)	(73.602)	(39.462)
Outras	(7.406)	(5.769)	(7.406)	(5.769)
Despesas plano de pensão	(6.093)	(4.182)	(6.093)	(4.182)
Outras despesas financeiras	(2.651)	(2.500)	(2.660)	(2.516)
	(298.317)	**(550.167)**	**(299.035)**	**(555.163)**
	(236.983)	**(384.658)**	**(236.637)**	**(388.455)**

Como mencionado anteriormente, o país enfrentou em 2021 uma crise hídrica sem precedentes, que reduziu o despacho da ONS para as geradoras hidrelétricas e aumentou o despacho das usinas térmicas que por sua vez provocaram elevação no preço da energia no curto prazo (PLD).

Dentro desse contexto, a Companhia efetuou diversas compras de energia durante o ano, visando mitigar parte dos impactos negativos do cenário hidrológico. Uma dessas contrapartes solicitou à Companhia uma renegociação acerca dos compromissos contratados de entrega de energia comprada para o período. A partir dessa solicitação, houve renegociação de volumes, preços e prazos originalmente contratados e, em contrapartida a esse não cumprimento contratual, a Paranapanema recebeu uma compensação financeira no valor de R$ 41.704 (no quadro acima líquido de Pis/Cofins).

Ainda acerca dessa renegociação, se considerados todos os anos de contrato com essa contraparte, o resultado a valor presente foi benéfico para a Companhia e evitou uma perda muito maior caso a contraparte efetivamente não honrasse o compromisso original.

Vale ressaltar que tivemos somente esse caso de renegociação e que, caso a Companhia não tivesse implementado ações mitigatórias dessa natureza, teria um impacto negativo de maior proporção efetuando as compras de energia junto à CCEE no MCP. Adicionalmente, a Administração revisitou os processos de Risco de Portfólio e de Crédito, no sentido de torná-los ainda mais robustos.

24 Apuração do imposto de renda e contribuição social e tributos diferidos

24.1. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos diferidos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

Controladora	2021			2020		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
(Prejuízo)/lucro contábil antes do IRPJ e CSLL		(31.793)			1.003.163	
Alíquota nominal do IRPJ e CSLL	25%	9%	34%	25%	9%	34%
IRPJ e CSLL a alíquota pela legislação	**7.948**	**2.861**	**10.809**	**(250.791)**	**(90.285)**	**(341.076)**
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva						
Amortização encargo credor inflacionário	2.260	(73)	2.187	2.260	(73)	2.187
Equivalência patrimonial de controlada	7.695	2.770	10.465	12.385	4.459	16.844
Incentivos fiscais	–	–	–	804	–	804
Amortização agio da Duke sudeste	16	6	22	18	6	24
Provisão liminar GSF	(333)	(120)	(453)	–	–	–
Juros sobre capital próprio	–	–	–	13.250	4.770	18.020
Doações Incentivadas	–	–	–	3.500	–	3.500
Outras adições permanentes, líquidas	(27)	(10)	(37)	(1.168)	(430)	(1.598)
IRPJ e CSLL do exercício com efeito no resultado	**17.559**	**5.434**	**22.993**	**(219.742)**	**(81.553)**	**(301.295)**
IRPJ e CSLL correntes	–	–	–	137.466	51.933	189.399
IRPJ e CSLL diferidos	(17.559)	(5.434)	(22.993)	82.276	29.620	111.896
Total IRPJ e CSLL do exercício com efeito no resultado	**(17.559)**	**(5.434)**	**(22.993)**	**219.742**	**81.553**	**301.295**
Alíquota efetiva	**55,2%**	**17,1%**	**72,3%**	**24,4%**	**9,1%**	**33,5%**

Consolidado	2021			2020		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
(Prejuízo)/lucro contábil antes do IRPJ e CSLL		(30.499)			1.004.536	
Alíquota nominal do IRPJ e CSLL	25%	9%	34%	25%	9%	34%
IRPJ e CSLL a alíquota pela legislação	**7.625**	**2.745**	**10.370**	**(251.134)**	**(90.408)**	**(341.542)**
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva						
Amortização encargo credor inflacionário	2.260	(73)	2.187	2.260	(73)	2.187
Equivalência patrimonial de controlada	7.695	2.771	10.466	12.385	4.459	16.844
Incentivos fiscais	–	–	–	804	–	804
Amortização agio da Duke sudeste	16	5	21	18	6	24
Provisão liminar GSF	(333)	(120)	(453)	–	–	–
Diferença por tributação de lucro presumido em controladas	(540)	(316)	(856)	(575)	(331)	(906)
Juros sobre capital próprio	–	–	–	13.250	4.770	18.020
Doações Incentivadas	–	–	–	3.500	–	3.500
Outras adições permanentes, líquidas	(27)	(10)	(37)	(1.169)	(430)	(1.599)
IRPJ e CSLL do exercício com efeito no resultado	**16.696**	**5.003**	**21.699**	**(220.661)**	**(82.007)**	**(302.668)**
IRPJ e CSLL correntes	863	431	1.294	138.384	52.388	190.772
IRPJ e CSLL diferidos	(17.559)	(5.434)	(22.993)	82.276	29.620	111.896
Total IRPJ e CSLL do exercício com efeito no resultado	**(16.696)**	**(5.003)**	**(21.699)**	**220.660**	**82.008**	**302.668**
Alíquota efetiva	**54,7%**	**16,4%**	**71,1%**	**24,5%**	**9,1%**	**33,6%**

24.2. Tributos diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

Adicionalmente, são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada data das demonstrações financeiras e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível de legalmente compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais.

A Controlada é optante pelo regime de tributação pelo lucro presumido, portanto, não constitui provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos.

Controladora e consolidado	2021			2020		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Ativo de imposto diferido						
Diferenças temporárias						
Outras provisões	3.228	1.162	4.390	3.594	1.294	4.888
Provisões para riscos	9.848	3.545	13.393	9.699	3.492	13.191
Valores recebidos a maior RTE	69	25	94	66	24	90
Amortização de direito de uso	93	33	126	72	26	98
Liminar GSF/Garantia física	31.936	11.497	43.433	425.984	153.354	579.338
Benefício fiscal	8.212	2.956	11.168	9.753	3.511	13.264
Prejuízo fiscal e Base de cálculo negativa	372.338	133.154	505.492	–	–	–
Ajuste atuarial plano de pensão	6.736	2.425	9.161	7.212	2.596	9.808
Receita diferida	2.334	840	3.174	1.623	584	2.207
Total bruto	**434.794**	**155.637**	**590.431**	**458.003**	**164.881**	**622.884**

Controladora e consolidado	2021			2020		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Passivo de imposto diferido						
Diferenças temporárias						
Recuperação de custos de compra de energia pela extensão da concessão (acordo GSF)	(194.113)	(69.881)	(263.994)	(209.729)	(75.503)	(285.232)
Ajuste de avaliação patrimonial	(124.680)	(44.885)	(169.565)	(148.112)	(53.320)	(201.432)
Mais-valia – investimento em controlada	(6.513)	(2.345)	(8.858)	(6.513)	(2.345)	(8.858)
Total bruto	**(325.306)**	**(117.111)**	**(442.417)**	**(364.354)**	**(131.168)**	**(495.522)**
Imposto diferido líquido	**109.488**	**38.526**	**148.014**	**93.649**	**33.713**	**127.362**

Em 1º de janeiro de 2009, conforme previsto no CPC 27/IAS 16 – Ativo imobilizado e em atendimento às orientações contidas no ICPC 10 a Companhia reconheceu o valor justo de certos ativos imobilizados (custo atribuído) na data da adoção inicial dos CPCs e do IFRS. Em decorrência, a Companhia também reconheceu os correspondentes valores de imposto de renda e de contribuição social diferidos, nessa data de transição, acima apresentado no quadro como Ajuste de avaliação patrimonial.

A realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativo ocorrerá na medida em que tais valores sejam oferecidos à tributação.

A Companhia apresenta o imposto de renda e contribuição social diferidos no grupo não circulante conforme CPC 26/IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras.

A Companhia apurou prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de CSLL, após a realização do diferido sobre o GSF no ano de 2021, com isso os valores já pagos destes tributos em 2021 formaram um saldo negativo.

A Companhia tem a expectativa de realização do imposto de renda e de contribuição social diferidos de acordo com premissas internas e conforme apresentado no quadro abaixo:

Conta	2022	2023	2024	2025	2026	A partir de 2027	Total
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18.975	(13.347)	(7.597)	(9.312)	(7.747)	167.042	**148.014**

24.3. Benefício fiscal – Ágio incorporado

O montante de ágio absorvido pela Companhia, em razão da incorporação da Duke Energia do Sudeste Ltda. ("Duke Sudeste"), em fevereiro de 2002 teve como fundamento econômico a expectativa de resultados futuros e será amortizado até 2030, conforme estipulado pela Resolução Aneel nº 28/2002, baseado na projeção de resultados futuros, elaborada por consultores externos naquela data.

A Companhia constituiu provisão para manter a integridade do patrimônio, cuja reversão neutralizará o efeito da amortização do ágio no balanço patrimonial, segue sua composição:

Controladora e consolidado	2021			2020		
	Ágio	Provisão	Valor líquido	Ágio	Provisão	Valor líquido
Saldos oriundos da incorporação	305.406	(201.568)	103.838	305.406	(201.568)	103.838
Realização	(272.546)	179.876	(92.670)	(266.380)	175.806	(90.574)
Saldos no final do período	**32.860**	**(21.692)**	**11.168**	**39.026**	**(25.762)**	**13.264**

Para fins de apresentação das demonstrações financeiras, o valor líquido correspondente ao benefício fiscal – imposto de renda e contribuição social, acima descrito, está sendo apresentado no balanço patrimonial como aumento desses mesmos tributos no ativo não circulante, na rubrica "Impostos diferidos". Na forma prevista pela instrução CVM nº 319/1999, não há efeitos no resultado do exercício conforme demonstrado a seguir:

	Controladora e consolidado	
	2021	2020
Amortização do ágio	(6.166)	(6.907)
Reversão da provisão	4.070	4.558
Benefício fiscal	2.096	2.349

Realização do benefício fiscal referente ágio incorporado da Duke Sudeste:

	2022	2023	2024	2025	2026 – 2027	2028 em diante	Total
Realização estimada	1.872	1.671	1.492	1.332	2.252	2.549	**11.168**

25 Lucro por ação

O cálculo básico e diluído de lucro líquido por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício.

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo do lucro básico e diluído por ação:

	Controladora e consolidado	
	2021	2020
Numerador		
(Prejuízo)/lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia		
Preferenciais	(5.867)	467.910
Ordinários	(2.933)	233.958
	(8.800)	**701.868**
Denominador (Média ponderada de números de ações)		
Preferenciais	62.955	62.955
Ordinários	31.478	31.478
	94.433	**94.433**
Resultado básico e diluído por ação		
Preferenciais	(0,09319)	7,43244
Ordinários	(0,09319)	7,43244

26 Instrumentos financeiros

26.1. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para aqueles que não tem cotação disponível no mercado.

26.1.1. Classificação

A Companhia pode classificar seus ativos financeiros nas seguintes categorias:

i. Mensurados ao valor justo através do resultado;

ii. Mensurados ao custo amortizado;

A Administração determina a classificação de seus ativos e passivos financeiros no reconhecimento inicial, dependendo do modelo de negócio e da finalidade para a qual o ativo ou passivo financeiro foi adquirido. Nestas demonstrações financeiras, a Companhia classifica seus instrumentos financeiros como mensurado ao custo amortizado:

Mensurado ao custo amortizado são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a doze meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes) e são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras e operacionais, usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/ (perdas). As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.

A Companhia não opera com derivativos e também não aplica a metodologia denominada contabilidade de operações de *hedge* (*hedge accounting*).

26.1.2. Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação – data na qual a Companhia e controlada se comprometem a comprar ou vender o ativo. Os valores são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor do custo amortizado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

26.1.3. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial, quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-lo, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

26.2. Mensuração do valor justo na data da aquisição

A Companhia mensura seus instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo na data da aquisição, ou seja, ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para o cálculo do valor justo são utilizadas técnicas de avaliação apropriadas às circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis, de forma a minimizar o uso de dados não observáveis.

Os ativos e passivos cujos valores justos são mensurados e divulgados nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir:

• Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos ou passivos idênticos aos que a Companhia possa ter acesso na data de mensuração;

• Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para a mensuração do valor justo seja obtida direta ou indiretamente; e

• Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para a mensuração do valor justo não esteja disponível.

As operações da Companhia e sua Controlada compreendem a geração e a venda de energia elétrica para companhias distribuidoras e clientes livres. As vendas são efetuadas através dos denominados "contratos bilaterais", assinados em período posterior ao da privatização da Companhia, que determinam a quantidade e o preço de venda da energia elétrica. O preço é reajustado anualmente pela variação do IGP-M e/ou IPCA. Eventuais diferenças entre a quantidade de energia gerada, energia alocada e o somatório das quantidades vendidas através de contratos são ajustadas através das regras de mercado e liquidadas no âmbito da CCEE. Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Companhia e de sua Controlada estão descritos na nota explicativa nº 4.

Nos contratos fechados no mercado livre com os consumidores livres e comercializadores, a Companhia e sua Controlada, através da área de crédito, efetua a análise de crédito e define os limites e garantias que serão requeridos.

Todos os contratos têm cláusulas que permitem a Companhia e sua Controlada cancelar o contrato e a entrega de energia no caso de não cumprimento dos termos do contrato.

26.3. Instrumentos financeiros no balanço patrimonial

26.3.1. Considerações gerais

A Companhia participa de operações que envolvem instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, com o objetivo de reduzir a exposição a riscos de mercado e de moeda. A administração desses riscos, bem como dos respectivos instrumentos, é realizada por meio de definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, minimizando a exposição em suas operações.

continua ...

Rio Paranapanema Energia S.A. | CNPJ/ME nº 02.998.301/0001-81

... continuação das Notas explicativas da Administração para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os principais instrumentos financeiros da Companhia estão representados por:

Natureza	Consolidado					
			2021		2020	
	Classificação	Hierarquia do valor justo	Valor contábil	Valor a mercado	Valor contábil	Valor a mercado
Ativos financeiros						
Caixas e bancos	Custo amortizado	Nível 1	4.341	4.341	107	107
Aplicações financeiras	Valor Justo por meio do resultado	Nível 1	180.673	180.673	1.110.143	1.110.143
Aplicações financeiras vinculadas	Valor Justo por meio do resultado	Nível 1	1.039	1.039	807	807
Clientes	Custo amortizado	Nível 2	190.975	190.975	842.470	842.470
Depósitos judiciais	Custo amortizado	Nível 2	59.183	59.183	60.359	60.359
			436.211	**436.211**	**2.013.886**	**2.013.886**
Passivos financeiros						
Fornecedores	Custo amortizado	Nível 2	572.009	572.009	2.094.232	2.094.232
Encargos setoriais	Custo amortizado	Nível 2	38.103	38.103	34.837	34.837
Partes relacionadas	Custo amortizado	Nível 2	2.022	2.022	1.954	1.954
Debêntures	Custo amortizado	Nível 2	1.293.195	1.281.889	1.074.801	1.087.589
Juros sobre capital próprio (JSCP)	Custo amortizado	Nível 2	228	228	45.288	45.288
Dividendos	Custo amortizado	Nível 2	1.287	1.287	278.866	278.866
			1.906.844	**1.895.538**	**3.529.978**	**3.542.766**

A Companhia não realizou operações com derivativos nos exercícios de 2021 e 2020, dessa forma, não possui operações com derivativos na data destas demonstrações financeiras. Também não há exposição a variações cambiais e em moeda estrangeira, por não possuir tais operações.

27 Seguros

A CTG Brasil mantém contratos de seguros levando em conta a natureza e o grau de risco para cobrir eventuais perdas significativas sobre os ativos e/ou responsabilidades suas e de suas Controladas. As principais coberturas, conforme apólices de seguros são:

Apólices	Vigência	Limite máximo de indenização em R$ milhares (*)
Risco operacional	04/08/2021 a 04/08/2022	1.000.000
Lucro cessante	04/08/2021 a 04/08/2022	701.032
Responsabilidade civil	04/08/2021 a 04/08/2022	150.000
Responsabilidade civil ambiental	04/08/2021 a 04/08/2023	110.000
Responsabilidade civil para diretores e executivos	08/12/2021 a 08/12/2022	150.000
Risco cibernético	08/09/2021 a 08/09/2022	20.000

(*) Não revisados pelos auditores independentes

28 Transações não caixa

	Controladora e Consolidado	
	2021	2020
Dividendos propostos e JSCP	–	330.624
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	93.728	96.859
Imposto diferido sobre a realização dos ajustes de avaliação patrimonial	(31.866)	(32.932)
Resultado atuarial com plano de pensão de benefício definido	4.982	3.267
Imposto diferido sobre plano de pensão	(1.694)	(1.111)
Efeito não financeiro sobre o pagamento da liminar GSF	594.642	–
Projeção a partir da revisão das premissas economicas do plano de pensão	1.903	25.626
Imposto de renda e contribuição social sobre projeção a partir da revisão das premissas economicas do plano de pensão	(647)	(14.988)

29 Compromissos

29.1. Contratos de compra e venda de energia elétrica

A Controladora e sua controlada possuem contratos ACL de venda de energia negociados até o ano de 2027 e de compra até a ano de 2026.

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Rio Paranapanema Energia S.A. ("Companhia"), sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua Funchal, nº 418, 3º andar, Bairro Vila Olimpia, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 02.998.301/0001-81, no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada em 23 de fevereiro de 2022, examinou as Demonstrações Financeiras da Companhia, Notas Explicativas, o Relatório Anual da Administração, a Proposta para Distribuição do Resultado e o Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, nas atuais versões (arquivadas na sede da Companhia nessa data). Com base nos exames efetuados, observadas as análises levadas a efeito e os esclarecimentos apresentados pelos administradores da Companhia e auditoria independente, o Conselho Fiscal, por maioria de seus membros, opina favoravelmente, sem qualquer ressalva, pelo encaminhamento das contas do exercício de 2021 para apreciação em assembleia geral ordinária, para os devidos fins de direito. Referido parecer poderá ser revisado, caso exista alguma alteração relevante ou evento subsequente que ocorra entre esta data e até a data da publicação.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2022.

Jarbas Tadeu Barsanti Ribeiro – Presidente
Marcelo Curti – Conselheiro efetivo
Edgard Massao Raffaelli – Conselheiro efetivo
François Moreau – Conselheiro efetivo
Ary Waddington – Conselheiro efetivo
Murici dos Santos – Conselheiro suplente

Declaração do Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração da Rio Paranapanema Energia S.A. ("Companhia"), sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua Funchal, nº 418, 2º andar, Bairro Vila Olimpia, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 02.998.301/0001-81, declaram que: (i) examinaram e discutiram o Relatório da Administração e as demais Demonstrações Financeiras da Companhia, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; e (ii) manifestaram sua inteira concordância, por maioria, quanto aos referidos documentos. Face ao exposto, é manifestação do Conselho de Administração que os citados documentos merecem a aprovação da Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas, a realizar-se em 29 de abril de 2021. Face ao exposto, é manifestação do Conselho de Administração da Companhia que os citados documentos merecem a aprovação dos Acionistas na Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em 29 de abril de 2022.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2022.

Jianqiang Zhao – Presidente
José Renato Domingues – Membro efetivo
Yujun Liu – Membro efetivo
Evandro Leite Vasconcelos – Membro efetivo
Monica Luling – Membro efetivo
Autair Carrer – Membro suplente

Declaração da Diretoria

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria da Rio Paranapanema Energia S.A. ("Companhia"), sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua Funchal, nº 418, 2º andar, Vila Olimpia, CEP 04551-060, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 02.998.301/0001-81, declaram que: reviram, discutiram e concordam com o Relatório Anual da Administração e com as Demonstrações Financeiras da Companhia do exercício social findo em 31 de dezembro de 2021; e reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da PriceWaterCoopers Auditores Independentes, auditores independentes da Companhia, relativamente às Demonstrações Financeiras da Companhia do exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2022.

Carlos Alberto Rodrigues de Carvalho – Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores da Companhia
João Luis Campos da Rocha Calisto – Diretor Executivo de Assuntos Regulatórios e Planejamento Energético
Márcio José Peres – Diretor Executivo de Operações
Rodrigo Teixeira Egreja – Diretor Executivo Financeiro
Vitor Hugo Lazzareschi – Diretor Executivo Comercial

Membros da Administração

Conselho de Administração

Jianqiang Zhao – Presidente
Evandro Leite Vasconcelos – Membro Efetivo
José Renato Domingues – Membro Efetivo
Monica Luling – Membro Efetivo
Yujun Liu – Membro Efetivo
Autair Carrer – Membro Suplente

Conselho Fiscal

Jarbas Tadeu Barsanti Ribeiro – Presidente
François Moreau – Conselheiro Efetivo
Marcelo Curti – Conselheiro Efetivo
Ary Waddington – Conselheiro Suplente
Edgard Massao Raffaelli – Conselheiro Suplente
Murici dos Santos – Conselheiro Suplente

Diretoria Estatutária

Carlos Alberto Rodrigues de Carvalho – Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores da Companhia
João Luis Campos da Rocha Calisto – Diretor Executivo de Assuntos Regulatórios e Planejamento Energético
Márcio José Peres – Diretor Executivo de Operações
Rodrigo Teixeira Egreja – Diretor Executivo Financeiro
Vitor Hugo Lazzareschi – Diretor Executivo Comercial

Antonio dos Santos Entraut Junior – Contador – CRC-PR-068461-O/1

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Rio Paranapanema Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Rio Paranapanema Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Rio Paranapanema Energia S.A. e sua controlada ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rio Paranapanema Energia S.A. e da Rio Paranapanema Energia S.A. e sua controlada em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA – Provisões para riscos fiscais, trabalhistas, cíveis e ambientais (Notas 15)

Entre as estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas nos próximos exercícios estão as provisões fiscais, trabalhistas, cíveis e ambientais. Esses processos normalmente são encerrados após um longo período e envolvem não só discussões acerca do mérito, mas também aspectos processuais complexos, de acordo com a legislação vigente.

A decisão de reconhecimento de um passivo e as bases de mensuração consideram exercício de julgamento da diretoria, a partir de posições de seus consultores jurídicos.

Em função do descrito, os valores estão sujeitos a inerentes subjetividades e complexidades, podendo causar efeitos relevantes nas provisões constituídas ou divulgações efetuadas. Por essa razão, esse foi um dos principais assuntos de nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos procedimentos para a contabilização e divulgação dos temas em notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Solicitamos e obtivemos a confirmação diretamente com os advogados que patrocinam as causas, a fim de confirmar a avaliação do prognóstico, a totalidade das informações e o valor envolvido. Para selecionadas causas, discutimos a razoabilidade do prognóstico de perda com o departamento Jurídico.

No caso das ações tributárias relevantes, nossas análises foram efetuadas em conjunto com os nossos especialistas da área Tributária. Consideramos que as conclusões da diretoria e a documentação suporte estão consistentes com o nosso entendimento sobre os temas envolvidos e com as divulgações incluídas nas demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2022.

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP 000.160/O-5

Adriano Formosinho Correia
Contador CRC 1BA 029.904/O-5

Rio Paraná Energia S.A. | CNPJ/ME nº 23.096.269/0001-19

Relatório Anual da Administração 2021

Senhores Acionistas e Debenturistas,

A Administração da Rio Paraná Energia S.A. ("Companhia" ou "Rio Paraná"), subsidiária da CTG Brasil, submete à apreciação dos senhores o relatório das principais atividades no exercício de 2021, em conjunto com as Demonstrações Financeiras elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira. Este relatório cumpre a exigência da Lei nº 6.404/76 e segue as recomendações do Parecer de Orientação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 15/87 e do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) da Aneel. As Demonstrações Financeiras foram submetidas à auditoria independente, prestada pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC), atendendo à Instrução CVM nº 381/03. Também em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que a empresa contratada para auditoria das Demonstrações Financeiras, assim como pessoas a ela ligadas, não prestaram quaisquer outros serviços que não sejam os de auditoria externa. O desempenho econômico, social e ambiental da Rio Paraná é divulgado de forma consolidada no Relatório de Sustentabilidade da CTG Brasil, documento elaborado de acordo com as Normas GRI e que abrange indicadores socioambientais estabelecidos pela Aneel.

Mensagem da Administração

O ano de 2021 se mostrou um ano totalmente atípico e muito desafiador. O Brasil enfrentou uma crise hídrica sem precedentes, registrando o pior cenário hidrológico dos últimos 91 anos (desde o início das medições). Além disso, verificou-se uma alta volatilidade dos indicadores macroeconômicos, com alta dos índices de inflação e, também, das taxas de juros.

A Rio Paraná atuou desde o início dessa crise com extrema colaboração com os órgãos institucionais e responsabilidade no gerenciamento dos impactos nas operações das suas usinas. Estabelecemos o Comitê Interno de Crise para planejar as medidas a serem tomadas e articular o diálogo com as autoridades competentes na busca de soluções. Quando houve necessidade de reduzir paulatinamente a vazão na usina hidrelétrica (UHE) Jupiá, estruturamos uma rede de monitoramento envolvendo helicópteros, drones, barcos e equipes dedicadas (ações implantadas dentro da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética do Governo Federal – CREG).

A Companhia, pelo seu modelo de concessão, comercializa 70% da garantia física das suas usinas no Ambiente de Contratação Regulado (ACR) por meio do regime de quotas e, nessa porção do portfólio, não enfrentou os efeitos do fator do risco hidrológico (GSF). Já na porção dos 30% da garantia física comercializada no Ambiente de Contratação Livre (ACL), sofreu os impactos negativos do GSF e, também, da alta dos preços de energia no mercado de curto prazo (PLD), em virtude do acionamento pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) do parque de geração térmica dentro do contexto da escassez de chuvas.

Em termos de produção de energia, foram gerados 14,9 mil GWh no total bruto, representando uma redução de 30% na comparação com os volumes do ano de 2020.

Acerca dos indicadores financeiros, considerando os enormes desafios já mencionados, a Rio Paraná apresentou uma ótima performance de resultados. O Ebitda totalizou R$ 3,5 bilhões, representando um aumento de 24,0% na comparação com o ano anterior e o Lucro Líquido apurado foi de R$ 1,7 bilhão, 51,8% superior ao desempenho de 2020.

Um destaque positivo e que contribuiu para os resultados do ano de 2021 foi a conclusão do Acordo GSF. A partir da homologação dos valores pela Aneel e pela CCEE, foi possível o reconhecimento de um Ativo Intangível relativo à extensão do prazo de concessão das usinas de Ilha Solteira e Jupiá de aproximadamente 10 meses, tendo como contrapartida o lançamento no resultado de um efeito positivo não recorrente de R$ 147,9 milhões referentes à recuperação com custos incorridos com compra de energia nos anos anteriores.

O compromisso da Companhia com uma gestão sustentável de excelência foi reconhecido com a certificação da Rio Paraná nas normas ISO 9001 (qualidade), 14001 (meio ambiente), 45001 (saúde e segurança) e 55001 (gestão de ativos). Essa conquista representa um marco na evolução de nossas práticas, um trabalho amparado na busca incessante pela melhoria contínua, na padronização de processos e no aprimoramento dos controles.

No âmbito das operações, um dos desafios foi a continuidade do projeto de modernização, com a conclusão de três unidades geradoras no ano e o início da substituição de 60 transformadores de correntes. Mantivemos todos os protocolos de distanciamento social e prevenção à Covid-19, garantindo também o isolamento entre as equipes do projeto e aquelas responsáveis pela Operação & Manutenção dos ativos.

O compromisso com a segurança, nosso valor número 1, impulsionou a elaboração do Plano Corporativo de Evolução da Cultura de Segurança, com ações estruturantes a serem implementadas até 2023. No ano, registramos seis acidentes, sendo todos eles sem a necessidade de afastamento dos profissionais envolvidos.

Também merece destaque no período o crescimento de 23,5% dos investimentos sociais da Companhia, direcionados a projetos selecionados pelo o 2º Edital de Recursos Incentivados para o Desenvolvimento Local. Além disso, pelo segundo ano consecutivo, as operações da Rio Paraná foram carbono neutro, com 100% de suas emissões diretas de gases de efeito estufa neutralizadas.

Consciente da responsabilidade que possui, uma vez que suas duas usinas são responsáveis por praticamente 3% da capacidade instalada de geração de energia no Brasil, a Rio Paraná reafirma seu compromisso de gerar energia limpa para o país e continuar investindo na eficiência das suas operações, bem como na sustentabilidade de seu negócio, contribuindo para o desenvolvimento nacional.

Evandro Leite Vasconcelos
Presidente da Rio Paraná

Perfil da Companhia

A Rio Paraná controla e opera duas usinas hidrelétricas (UHEs) – Ilha Solteira e Jupiá – no Rio Paraná, entre os Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul. Esses ativos somam uma capacidade instalada de 4.995,2 MW, o que equivale a 2,8% da potência total instalada no Brasil.

A UHE Ilha Solteira é a sexta maior usina hidrelétrica do Brasil e a maior nas regiões Sudeste e Centro-Oeste. Possui 20 unidades geradoras e está localizada entre os municípios de Ilha Solteira (SP) e Selvíria (MS). Com 1.230 km2 de área de reservatório e 5,6 km de extensão de sua barragem, essa usina desempenha importante função no controle de tensão e frequência do Sistema Interligado Nacional (SIN).

A UHE Jupiá (Engenheiro Souza Dias), com 14 unidades geradoras, situa-se entre as cidades de Castilho (SP) e Três Lagoas (MS) e dispõe de uma eclusa, que possibilita a navegação e a integração hidroviária entre os rios Paraná e Tietê.

Desde 2017, a Companhia vem conduzindo um projeto de modernização dessas usinas com investimentos da ordem de R$ 3 bilhões e que deverá ser concluído até 2038. Trata-se de um esforço sem precedentes no país, que modernizará as 34 unidades geradoras de energia, estendendo sua vida útil e servindo de referência para o setor elétrico brasileiro.

A Rio Paraná é uma subsidiária direta da CTG Brasil, segunda maior geradora privada de energia do país. As atividades de suporte são realizadas pela CTG Brasil, em conformidade com o Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Adicionalmente, a CTG Brasil Serviços Administrativos Ltda., que possui sua sede e Centro de Serviços Compartilhados em Curitiba, prestou serviços à Companhia por meio de um Contrato de Prestação de Serviços, também aprovado pela Aneel, até novembro de 2021.

A estratégia da Companhia é norteada por quatro direcionadores, que foram definidos corporativamente pela CTG Brasil. O primeiro é a excelência operacional, que significa operar as usinas com os mais altos padrões de qualidade e segurança e conduzir todos os processos de acordo com as melhores práticas de mercado, buscando soluções simples e ágeis. O segundo é a disciplina financeira, no qual a Companhia deve estabelecer uma cultura de eficiência e austeridade, garantindo que todos os processos e iniciativas visem a criação de valor. O terceiro *driver* é a eficiência comercial, em que a Rio Paraná usará soluções inovadoras para otimizar a relação entre risco e retorno nas vendas de energia. E, por último, o crescimento sustentável, que sugere o desenvolvimento de competências e o uso das vantagens competitivas para o crescimento e fortalecimento do negócio.

Parque gerador da Rio Paraná

Nome	Entrada em operação	Capacidade instalada (MW)	Garantia física (MWmed)	Vencimento da concessão
UHE Ilha Solteira	1973	3.444,0	1.731,5	2047
UHE Jupiá	1969	1.551,2	889,2	2047

Mapa de operações da Rio Paraná

Diretrizes de atuação

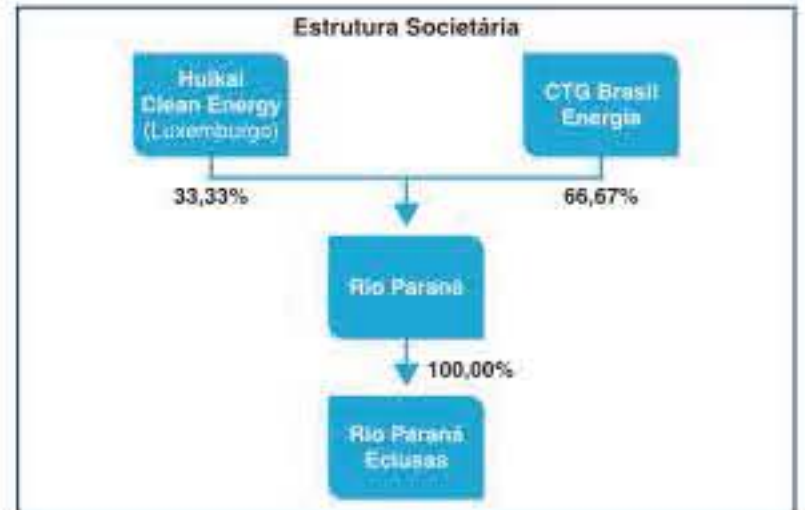
Definidos pela CTG Brasil em 2019 e aplicáveis à Rio Paraná, o Propósito ("Desenvolver o mundo com energia limpa em larga escala") e os Valores (Priorizamos a vida; Pessoas são a nossa energia; Integridade, sempre; Excelência em tudo; e Inovamos para transformar) são ponto de partida para os instrumentos normativos da Companhia.

O Programa Corporativo de Compliance, aplicável à Rio Paraná, assegura o cumprimento dessas diretrizes e do Código de Ética e Conduta nos Negócios, por meio de um conjunto de iniciativas em capacitação e comunicação, investigação de denúncias e *due diligence* em fornecedores, parceiros de negócios e operações de fusões e aquisições. Com essa configuração, o Programa de Compliance torna-se aliado para a tomada de decisão informada, agregando valor ao negócio e preservando a agilidade na condução das atividades das diversas áreas.

Os treinamentos de *compliance* abrangem 100% dos colaboradores. O Canal de Ética, aberto a todos os públicos da Companhia para o recebimento de denúncias, é gerenciado por empresa especializada e possui fluxo determinado para a adequada e imparcial investigação de todas as manifestações. Em relação às avaliações de fornecedores e parceiros, cabe destacar que essas análises envolvem não apenas a pessoa jurídica, mas também informações de base de dados públicas sobre os sócios que formam o capital da entidade.

Governança corporativa

Constituída conforme a Lei de Sociedades Anônimas, a Rio Paraná é controlada pela CTG Brasil, que detém 66,67% de seu capital, e conta também com a Hulkai Clean Energy como acionista, com 33,33% do capital. Em março de 2021, a Companhia concluiu seu processo de registro como companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para a categoria "B", equiparando-se em termos de governança às melhores práticas de mercado, permitindo o acesso a uma gama maior de investidores em operações financeiras e fortalecendo sua imagem institucional perante credores.

O Conselho de Administração da Rio Paraná é formado por seis membros, sendo dois deles indicados pelo sócio minoritário. Os integrantes da Diretoria Executiva são indicados pelo Conselho de Administração, cuja instalação ocorre a pedido dos acionistas durante a Assembleia Geral Ordinária.

Composição do Conselho de Administração da Rio Paraná

Nome	Cargo
Jianqiang Zhao	Presidente
Yujun Liu	Membro
Carlos Alberto Rodrigues de Carvalho	Membro
Jose Renato Domingues	Membro
Cao Xingyang	Membro
Zhigang Chen	Membro

Composição da Diretoria Estatutária da Rio Paraná

Nome	Cargo
Evandro Leite Vasconcelos	Diretor Presidente
Carlos Alberto Rodrigues de Carvalho	Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Marcio José Peres	Diretor
Anderson Vitor Pereira Tonelli	Diretor
Cesar Teodoro	Diretor
Yan Yang	Diretor

Gestão de riscos e controles corporativos

O monitoramento dos riscos que podem interferir na capacidade da Rio Paraná de desenvolver e gerar valor com seus negócios é realizado de forma transversal, com o apoio de uma área de Gestão de Riscos Corporativos (Enterprise Risk Management) que se baseia em metodologias reconhecidas internacionalmente para essa gestão (ISO 31.000 e COSO). A matriz de riscos da Companhia, definida corporativamente pela CTG Brasil em 2020, reúne 22 riscos, distribuídos em: Financeiros, Operacionais; de Mercado; de Compliance/Regulatórios; de Reputação; e Estratégicos.

• **Risco hidrológico** I A Rio Paraná minimiza sua exposição a esse risco, intrínseco ao setor de geração hidrelétrica, por meio da atuação das áreas de Risco de Portfólio, Planejamento Energético e da Operação, estruturas internas que avaliam cenários futuros para a disponibilidade hídrica e sugerem às áreas comerciais estratégias de proteção.

• **Riscos operacionais** I O Plano de Segurança de Barragens (PSB) abrange as duas usinas da Rio Paraná e inclui, entre outros instrumentos, o Plano de Ação de Emergência (PAE). Além disso, o Sistema de Operação em Situação de Emergência (SOSEm) estabelecido nas operações define as medidas para a segurança das barragens e proteção das comunidades, incluindo reuniões periódicas de divulgação aos públicos locais.

• **Riscos financeiros** I Uma parcela desses riscos é amparada por uma carteira de seguros que leva em consideração a natureza e o grau de severidade, visando eliminar ou mitigar eventuais perdas. As principais coberturas de seguros abrangem riscos operacionais, responsabilidade civil geral, ambiental e de executivos e proteção de dados e responsabilidade cibernética. A gestão financeira é regida por políticas próprias, incluindo o monitoramento dos principais índices macroeconômicos e setoriais que impactam a gestão do caixa e da dívida.

• **Riscos de contraparte** I A Companhia monitora os *ratings* de crédito de todos os clientes do Mercado Livre através de metodologia própria, embasada em informações de mercado e financeiras, visando mitigar eventuais perdas decorrentes de inadimplência.

• **Riscos de conformidade** I A Companhia avalia continuamente os riscos de conformidade no contexto dos seus negócios e os endereça por meio do Programa Corporativo de Compliance, composto por ações de comunicação e treinamento, *due diligence* em processos de contratação (fornecedores e clientes), de M&A e de doação, investigação de denúncias recebidas pelo canal Linha Ética e análise de conflito de interesses, entre outros.

A Rio Paraná está envolvida na implementação de um novo sistema integrado de gestão empresarial (Enterprise Resource Planning – ERP) da CTG Brasil, cuja primeira fase foi concluída em 2021. Até 2022, será concluída a segunda fase, com a entrada de módulos adicionais, sobretudo no âmbito de gestão de pessoas. Entre os principais ganhos obtidos com a iniciativa está a adoção de tecnologia de ponta, em linha com as melhores práticas de mercado.

Inovação

Na Rio Paraná, as iniciativas de inovação e pesquisa e desenvolvimento (P&D) estão direcionadas às alavancas de valor do negócio e os objetivos da estratégia corporativa. Em 2021, a Companhia revisou seus processos de seleção e priorização de projetos para investimentos, tendo como foco a estruturação de chamadas públicas, o alinhamento dos temas de pesquisa com a estratégia da Companhia e a interação contínua com o ecossistema de inovação.

Um dos destaques do período foi a continuidade de um projeto para a avaliação de desempenho de tecnologias fotovoltaicas. Maior iniciativa individual de P&D da Companhia, com R$ 8 milhões investidos, tem como diferenciais as parcerias estruturadas para sua implementação. Até 2022, a fase 1 do projeto avaliará as condições de produtividade de painéis fotovoltaicos bifaciais em cinco locais distribuídos pelo país, além de testar esses resultados em uma usina laboratório para avaliar sua aplicabilidade em larga escala.

Em 2021, os recursos aplicados em P&D da Companhia somaram R$ 13,7 milhões, montante 8% maior do que o verificado no ano anterior . Mais da metade desse total foi direcionado em projetos de meio ambiente e segurança. Para saber mais sobre os projetos no ano, clique aqui e acesse o site institucional da CTG Brasil.

Contexto regulatório

A crise hídrica sem precedentes vivenciada pelo Brasil em 2021, com os menores níveis de hidrologia desde o início das medições há 91 anos, afetou tanto as companhias do setor elétrico quanto as entidades reguladoras. Com o agravamento dos níveis dos reservatórios, o governo acionou o parque das termelétricas e atuou por meio dos ministérios, da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) e do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) a fim de mitigar os impactos da crise. A Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (CREG) foi instituída pela Medida Provisória nº 1.055/2021 em junho de 2021 e vigorou até novembro de 2021, estabelecendo resoluções excepcionais para gestão da crise.

A Rio Paraná adotou desde o início uma postura de colaboração e responsabilidade para gerenciar os impactos da crise hídrica em seus negócios e contribuir com medidas que aliviassem o Sistema Interligado Nacional (SIN) como um todo. Corporativamente, foi instalado um Comitê de Crise para discutir as medidas a serem tomadas, formado por representantes de diversas áreas que avaliavam em conjunto as demandas do Ministério de Minas e Energia (MME), da Aneel, do ONS e da ANA.

Em alinhamento com essas entidades, a Companhia reduziu a vazão na usina Jupiá, tomando todos os cuidados para evitar impactos significativos ao meio ambiente. A Rio Paraná também manteve o diálogo amplo com as comunidades locais sobre os impactos nos reservatórios.

Também em razão das resoluções emitidas pela CREG, o nível do reservatório na usina Ilha Solteira foi reduzido a um patamar emergencial, porém em desacordo com a outorga emitida à época do licenciamento da unidade pela ANA. Em dezembro, um Termo de Compromisso tripartite, entre CTG Brasil (controladora da Rio Paraná), ONS e ANA, definiu medidas para restabelecer o nível do reservatório conforme a outorga até o fim de 2022, além de ações de mitigação e compensação a serem implementadas até essa data.

Outro marco que merece destaque em 2021 foi a homologação do Acordo GSF. Essa sanção deu solução definitiva às perdas financeiras das geradoras decorrentes de efeitos não hidrológicos incorporados ao Fator de Ajuste da Garantia Física (Generation Scaling Factor – GSF) ao longo dos anos. As empresas que aderiram ao Acordo quitaram seus débitos em aberto no mercado de curto prazo e obtiveram, como contrapartida, a extensão do prazo de concessão das usinas hidrelétricas (UHEs) elegíveis.

Os efeitos para a Rio Paraná não haviam sido considerados em 2020, pois a Companhia não dispunha de parâmetros para calcular previamente uma estimativa satisfatória dos valores de ressarcimento. O reconhecimento em 2021 envolveu a contabilização de um ativo intangível de R$ 147,9 milhões referentes à extensão das concessões das UHEs Ilha Solteira e Jupiá por aproximadamente 10 meses, tendo como contrapartida um efeito positivo no resultado como recuperação dos custos de compra de energia dos anos anteriores.

Conjuntura econômica e setorial

A pandemia de Covid-19 continuou a impactar a atividade econômica do Brasil em 2021, especialmente no primeiro semestre. Além dos seus efeitos, o país enfrentou um cenário de volatilidade dos indicadores macroeconômicos, com destaque para a elevação da inflação e a consequente alta de juros. Conforme dados do IBGE, o Produto Interno Bruto (PIB) apresentou expansão de 4,1% no período, considerando uma prévia do Banco Central, divulgada em 11 de fevereiro de 2022. A taxa básica de juros (Selic) encerrou o ano em 9,25%, e a inflação do período, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), foi de 10,06% – maior acumulado em um ano desde 2015 –, enquanto a inflação medida pelo Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M) foi de 17,78%.

A valorização do dólar frente ao real alcançou patamares elevados e apresentou bastante volatilidade no decorrer do ano. Na comparação entre as posições finais dos dois anos, a cotação da moeda estrangeira passou de R$ 5,20 no final de 2020 para R$ 5,58 no fim de 2021. A Rio Paraná está exposta à variação cambial por conta da dívida mantida em dólar com a CTG Luxemburgo (partes relacionadas).

Indicadores macroeconômicos

%	2021	2020
IGP-M	17,78%	23,14%
IPCA	10,06%	4,52%
Taxa de câmbio (USD)	5,5805	5,1967
Taxa Selic	9,25%	2,00%

Segundo dados da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), o consumo de energia elétrica no Brasil totalizou 500,2 mil GWh em 2021, um aumento de 5,2% em relação ao ano anterior. Todas as classes registraram crescimento no período, merecendo destaque o setor industrial, com alta de 9,2%. Na avaliação por ambiente de comercialização, o mercado livre continuou a receber novas organizações que compram sua energia diretamente de geradores e comercializadores. De acordo com boletim da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia (Abraceel), o mercado livre reunia mais de 9,8 mil consumidores, um aumento de 26% em relação a 2020.

As usinas hidrelétricas, responsáveis por 58,1% da capacidade instalada de geração de energia elétrica no Brasil, operam de forma centralizada e comandada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS). A entidade, responsável pela coordenação e operação do Sistema Interligado Nacional (SIN), avalia diversos parâmetros climáticos e operacionais (como a segurança hídrica) para ordenar a geração de energia.

continua ...

Rio Paraná Energia S.A. | CNPJ/ME nº 23.096.269/0001-19

... continuação do Relatório Anual da Administração 2021

As hidrelétricas sujeitas ao despacho centralizado do ONS compõem o Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), uma espécie de condomínio em que a maior produção de uma usina compensa a geração inferior das outras. Em 2021, essas usinas foram responsáveis pela geração de 70% da energia elétrica do Sistema Interligado Nacional (SIN). O acionamento mais intenso das térmicas, devido às condições hidrológicas, levou a um crescimento de 32% na geração dessa fonte.

Desempenho operacional

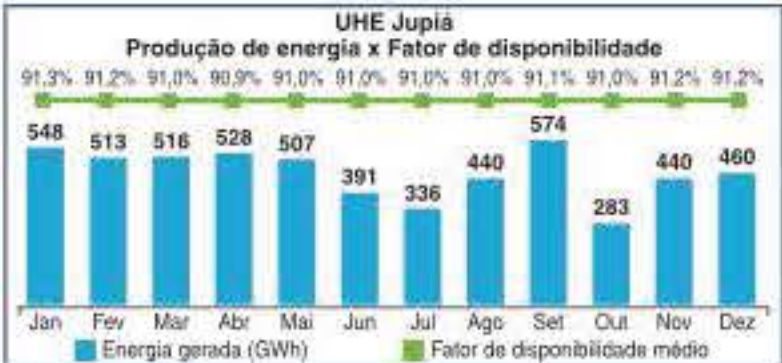
A geração bruta de energia elétrica das usinas no portfólio da Rio Paraná totalizou 14.930,4 GWh em 2021, uma redução de 30% na comparação anual devido à severa crise hídrica vivenciada pelo Brasil no ano. A disponibilidade do parque gerador foi de 94,05%, sendo que as duas usinas estão acima dos índices de referência previstos na regulação do setor.

Produção de energia

GWh	2021	2020	Variação (%)
UHE Ilha Solteira	9.393,2	13.522,5	- 30,5
UHE Jupiá	5.537,2	7.803,0	- 29,0
Total	**14.930,4**	**21.325,5**	**-30,0**

Índice de disponibilidade*

%	2021	2020	Limite regulatório
UHE Ilha Solteira	95,36%	94,44%	89,58%
UHE Jupiá	91,16%	91,44%	89,58%
Consolidado	**94,05%**	**93,51%**	**89,58%**

O Índice de Disponibilidade é calculado através da TEIP e da TEIFa (taxas equivalentes de indisponibilidade programada e forçada, respectivamente, considerando 60 valores mensais apurados, relativos aos meses imediatamente anteriores ao mês vigente). Sua fórmula de cálculo é: ID = (1-TEIP)(1-TEIFa). Os valores apresentados referem-se ao mês de dezembro em cada ano.

As estratégias de comercialização e sazonalização mais uma vez se mostraram assertivas e mitigaram parte dos efeitos negativos da crise hídrica na porção do portfólio da Rio Paraná que é comercializada no Ambiente de Contratação Livre (ACL). A abordagem combinada de manter parte do portfólio descontratado e adquirir antecipadamente contratos para a compra de energia reduziram o impacto dos preços mais elevados no mercado de curto prazo, sobretudo no período seco do ano. A comercialização da energia gerada pela Companhia é realizada por uma área específica e cujos processos são certificados na ISO 9001. A Rio Paraná vendeu 19.664 GWh de energia no ano, sendo 73,5% direcionados ao mercado regulado e 26,5% ao mercado livre. Em junho, o lançamento da plataforma CTG Conecta permitiu aos clientes o gerenciamento, via portal on-line, dos contratos vigentes e do histórico de relacionamento com a Companhia. A plataforma também disponibiliza ao mercado mais um canal de comunicação com a equipe de comercialização para realização de novas contratações.

Desempenho econômico-financeiro

Principais indicadores

R$ mil (exceto quando indicado)	2021	2020	Variação (%)
Receita operacional bruta	3.859.202	3.719.556	3,8
Receita de ativos financeiros	918.556	417.969	119,8
(-) Deduções à receita operacional	(770.825)	(759.498)	1,5
Receita operacional líquida	**4.006.933**	**3.378.027**	**18,6**
(-) Custos e despesas operacionais	(772.717)	(803.339)	-3,8
Resultado de participação societárias	1.929	(433)	545,5
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	**3.236.145**	**2.574.255**	**25,7**
Ebitda	3.503.839	2.826.498	24,0
Margem Ebitda (%)	87,4%	83,7%	3,7 p.p.
Resultado financeiro	(842.785)	(1.059.215)	-20,4
Resultado antes dos impostos	**2.393.360**	**1.515.040**	**58,0**
Lucro líquido do exercício	**1.723.580**	**1.135.361**	**51,8**
Margem líquida (%)	43,0%	33,6%	9,4 p.p.
Quantidade de ações (lotes de mil)			
Ações em circulação	7.014.326	7.014.326	–
Lucro líquido básico e diluído por ação R$	0,24572	0,16186	51,8

O ano de 2021 se mostrou um ano totalmente atípico em virtude das condições do cenário hidrológico. O Brasil enfrentou uma crise hídrica sem precedentes e, apesar de todos os esforços implementados pela Administração da Companhia para a mitigação de parte dos impactos, houve um acréscimo nos custos com compra de energia na comparação com o ano de 2020. Vale destacar que esse impacto ocorre na porção de 30% da garantia física da Companhia que é comercializada no ambiente de contratação livre. No ambiente regulado de quotas (70%) esse impacto não ocorre.

Um destaque positivo para a Rio Paraná no ano de 2021 foi a conclusão das discussões do setor em torno das questões envolvendo o Fator de Ajuste da Garantia Física (Generation Scaling Factor – GSF), que resultou na homologação dos valores apurados segundo a Lei nº 14.052 e a regulamentação Aneel nº 895/2020. Com essa homologação pela Aneel e CCEE, a Companhia reconheceu um Ativo Intangível relativo à extensão dos contratos de concessão das usinas que, como previsto em lei, corresponde à compensação dos impactos "não hidrológicos" que afetaram o GSF no passado. A contrapartida desse Ativo Intangível foi o efeito positivo no resultado com o registro de R$ 147,9 milhões a título de recuperação de custos com compra de energia.

Receita

Em comparação com o exercício anterior, a Rio Paraná apresentou aumento de R$ 628,9 milhões, ou 18,6%, na receita operacional líquida.

Na receita operacional bruta, houve aumento tanto nas receitas no Ambiente de Comercialização Livre (ACL) quanto nas receitas provenientes do Ambiente de Comercialização Regulado (ACR). Esse aumento deu-se basicamente pela elevação dos índices de atualização monetária, em ambos os casos, pela correção dos contratos bilaterais no ACL e pelo aumento no IPCA que é aplicado sobre a remuneração recebida pela Outorga no ACR.

Na receita de ativos financeiros, da mesma forma, o aumento deve-se à elevação do IPCA no ano de 2021 e o seu reconhecimento sobre o saldo a receber do Ativo Financeiro da concessão.

Custos e despesas operacionais

R$ mil (exceto quando indicado)	2021	2020	Variação (%)
Pessoal	(88.457)	(82.668)	7,0
Materiais	(11.296)	(12.541)	9,9
Serviços de terceiros	(60.829)	(60.323)	0,8
Energia comprada	(238.274)	(136.743)	74,2
Depreciação e amortização	(267.694)	(252.243)	6,1
Encargos de uso da rede elétrica	(162.410)	(150.518)	7,9
Compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos (CFURH)	(23.746)	(35.636)	-33,4
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica (TFSEE)	(1.514)	(5.788)	-73,8
Seguros	(7.858)	(7.980)	-1,5
Aluguéis	(919)	(1.203)	-23,6
Provisões para riscos	(1.288)	(169)	662,1
Compartilhamento de despesas	(42.547)	(45.580)	-6,7
Recuperação de custos de compra de energia pela extensão da concessão (acordo GSF)	147.862	–	–
Outros	(13.747)	(11.945)	15,1
	(772.717)	**(803.339)**	**-3,8**

As despesas operacionais apresentaram, em 2021, uma redução de R$ 30,6 milhões, ou 3,8%, em relação a 2020. Na análise das variações, vale destacar:

• Recuperação de custos pela extensão do contrato de concessão pelo GSF: o montante de R$ 147,9 milhões foi reconhecido em agosto de 2021 como recuperação de custos com compra de energia, resultado da conclusão das discussões em torno da liminar do Fator de Ajuste da Garantia Física (Generation Scaling Factor – GSF), com a promulgação da Lei nº 14.052 e posterior regulamentação pela resolução Aneel nº 895/2020. Como contrapartida, foi reconhecido um ativo intangível relativo à extensão do contrato de concessão das usinas que, como previsto na lei, corresponde à compensação dos impactos "não hidrológicos" que afetaram o GSF no passado;

• Energia comprada: aumento de R$ 101,5 milhões basicamente em razão do cenário hidrológico do ano de 2021, em que o país enfrentou uma crise hídrica sem precedentes. Apesar das ações mitigatórias implementadas pela Administração, esse aumento se deu pela combinação de um pior fator de risco hidrológico (GSF) com o aumento no preço da energia no curto prazo (PLD);

• Depreciação e amortização: elevação de R$ 15,5 milhões em comparação com o período anterior, sendo o maior fator a amortização proveniente do Projeto de Modernização das usinas Ilha Solteira e Jupiá. Além disso, houve elevação de R$ 2,4 milhões devido ao início da amortização do novo Ativo Intangível proveniente da extensão da concessão prevista no acordo do GSF.

Ebitda e margem Ebitda

R$ mil (exceto quando indicado)	2021	2020	Variação (%)
Lucro líquido do exercício	1.723.580	1.135.361	51,8
Imposto de renda e contribuição social	669.780	379.679	76,4
Resultado financeiro (líquido)	842.785	1.059.215	-20,4
Depreciação e amortização	267.694	252.243	6,1
Ebitda	**3.503.839**	**2.826.498**	**24,0**
Margem Ebitda (%)	*87,4%*	*83,7%*	3,7 p.p.

O Ebitda, ou Lajida, é uma medição não contábil calculada tomando como base as disposições da Instrução CVM nº 527/2012. Ele é calculado com o lucro líquido acrescido do resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização.

A Administração da Companhia acredita que o Ebtida fornece uma medida útil de seu desempenho, tratando-se de um indicador que é amplamente utilizado por investidores e analistas para avaliar o desempenho e comparar empresas. O Ebtida não deve ser considerado como uma alternativa ao fluxo de caixa como indicador de liquidez.

O Ebitda apresentou, na comparação entre os anos de 2021 e 2020, um aumento de R$ 677,3 milhões, o que representa melhoria do desempenho de 24%. Acerca dessa variação positiva, vale destacar o efeito do aumento do IPCA na receita líquida da Companhia e o evento não recorrente em razão do reconhecimento da recuperação de custos com compra de energia pela extensão da concessão com a conclusão do Acordo GSF.

Em bases normalizadas, isto é, excluindo-se o efeito não recorrente relativo à recuperação de custos mencionada anteriormente, o aumento do Ebitda seria de R$ 529,5 milhões, ou 18,7%.

Resultado financeiro

R$ mil (exceto quando indicado)	2021	2020	Variação (%)
Receitas	553.418	707.671	-21,8
Despesas	(1.396.203)	(1.766.886)	-21,0
Resultado financeiro líquido	**(842.785)**	**(1.059.215)**	**-20,4**

O resultado financeiro líquido apresentado em 2021 foi negativo em R$ 842,8 milhões, representando uma melhora de R$ 216,4 milhões em relação ao ano de 2020. Acerca dessa variação, vale destacar as principais variações, conforme abaixo:

• Redução de R$ 798,8 milhões no resultado negativo decorrente da variação cambial líquida incidente sobre o empréstimo em dólares da Rio Paraná com a CTG Luxemburgo. Esse impacto foi causado basicamente pelas amortizações do empréstimo ocorridas no exercício e pelo menor impacto da variação do real (R$) frente ao dólar (US$) no ano de 2021 (de R$ 5,1967 para R$ 5,5805, variação de 7,4%) frente ao ano de 2020 (de R$ 4,0307 para R$ 5,1967, variação de 28,9%);

• Queda de R$ 88 milhões nas despesas de juros incidentes sobre o empréstimo em dólares da Companhia com a CTG Luxemburgo, também em razão da variação do real (R$) frente ao dólar (US$) e das amortizações do empréstimo ocorridas no período;

• Aumento de R$ 687,9 milhões na despesa de atualização monetária referente ao ajuste a valor presente do passivo relativo à provisão constituída para grandes reparos, em virtude do aumento do IPCA na comparação entre os períodos.

Endividamento

R$ mil (exceto quando indicado)	2021	2020	Variação (%)
Debêntures	**1.396.413**	**500.057**	**179,3**
Curto prazo	120.441	–	–
Longo prazo	1.275.972	500.057	155,2
Empréstimos	**1.351.480**	**2.025.562**	**-33,3**
Curto prazo	676.480	675.562	0,1
Longo prazo	675.000	1.350.000	-50,0
Partes relacionadas	**3.244.771**	**3.625.934**	**-10,5**
Curto prazo	663.790	621.592	6,8
Longo prazo	2.580.981	3.004.342	-14,1
Caixa e equivalentes de caixa	**(449.152)**	**(167.446)**	**168,2**
Dívida líquida	**5.543.512**	**5.984.107**	**-7,4**

A dívida líquida é composta pelo endividamento deduzindo-se os recursos de caixa e equivalentes de caixa.

Em 2021, a dívida líquida apresentou uma redução de R$ 440,6 milhões em comparação com a posição final de 2020. Houve redução no saldo do empréstimo mantido pela Companhia com o Banco Mitsubishi, bem como redução no saldo do empréstimo mantido em dólares pela Rio Paraná com a CTG Luxemburgo. Em ambos os casos, a redução deu-se pelas amortizações ocorridas no exercício e pelos efeitos da variação cambial.

Em contrapartida às amortizações, houve a 2ª emissão de debêntures pela Companhia. Além disso, a Rio Paraná apresentou uma posição final de caixa maior do que a posição no final de 2020.

R$ mil (exceto quando indicado)	Remuneração	Vencimento	2021	2020	Variação (%)
China Three Gorges (Luxembourg) Energy S.A.R.L	4,29% ao ano + USD	20/02/2023	3.244.771	3.625.934	-10,5
Tokyo – Mitsubishi	DI + 0,45% ao ano	29/06/2023	1.351.480	2.025.562	-33,3
Debêntures	DI + 1,05% ao ano	15/06/2023	248.742	239.476	3,9
Debêntures	IPCA + 6,15% ao ano	16/06/2025	298.303	260.581	14,5
Debêntures	DI + 1,20% ao ano	15/06/2024	162.795	–	–
Debêntures	IPCA + 4,63% ao ano	15/06/2031	686.573	–	–
			5.992.664	**6.151.553**	**-2,6**

Lucro líquido

Em um ano muito desafiador pelos diversos aspectos já mencionados anteriormente e devido a todos fatores já explanados, a Rio Paraná apresentou um ótimo desempenho de resultados. O lucro líquido fechou o ano em R$ 1.723,6 milhões, representando um aumento de R$ 588,2 milhões, ou 51,8%, em comparação com o desempenho apresentado em 2020.

Sustentabilidade

Em 2021, foi conduzido um estudo de maturidade da gestão da Companhia sobre aspectos de sustentabilidade empresarial que culminou na definição de objetivos e metas de curto, médio e longo prazos. Desde 2017, a atuação da Companhia é norteada pela Política Corporativa de Sustentabilidade da CTG Brasil, que define três Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) como prioritários para a Companhia: 7 – Energia acessível e limpa; 8 – Trabalho decente e crescimento econômico; e 15 – Vida terrestre.

Ainda no último ano, a Rio Paraná certificou suas duas usinas nas normas ISO 9001 (qualidade), 14001 (meio ambiente), 45001 (saúde e segurança) e 55001 (gestão de ativos). A conquista coloca a Companhia em um patamar seleto de excelência do seu Sistema de Gestão Integrado (SGI), atestado pela certificação nessas normas.

continua ...

Rio Paraná Energia S.A. | CNPJ/ME nº 23.096.269/0001-19

... continuação do Relatório Anual da Administração 2021

Principais indicadores de sustentabilidade

	2021	2020	Variação (%)
Ambiental			
Investimentos ambientais (R$ mil)	8.245	10.169	- 18,9
Emissões diretas de GEE (escopos 1 e 2) (tCO_2e)	847,4	515,8	- 64,29
Área reflorestada (hectares)	100	95	+ 5,3
Social			
Número de profissionais no quadro funcional	347	340	+ 2,1
Taxa de frequência de acidentes registráveis entre profissionais da Companhia	1,15	0,00	–
Taxa de frequência de acidentes registráveis entre contratados	3,77	4,35	- 13,3
Investimento social (R$ mil)	11.313	9.161	- 15,3%
Governança			
Número de membros do Conselho de Administração	6	5	+ 20,0%
Manifestações recebidas no Linha Ética*	48	64	- 25,0%
*Relatos recebidos pela CTG Brasil			

Pessoas

No encerramento de 2021, a Rio Paraná contava com 347 colaboradores (92% homens e 8% mulheres), além de 134 terceiros e 4 estagiários. Esse quadro funcional é 2,1% maior do que o do ano anterior, e a taxa de rotatividade da Companhia para o período foi de 7,2%.

O cuidado com as pessoas foi reforçado ao longo do ano, com um amplo trabalho de evolução da cultura de segurança, primeiro valor da Rio Paraná e da sua Controladora, a CTG Brasil. No início de 2021, um grupo de trabalho interno multidisciplinar definiu 50 iniciativas para a melhoria de gestão, merecendo destaque a revisão do procedimento de avaliação da criticidade das tarefas e a reformulação do modelo de contratação e gestão de empresas terceirizadas. Na sequência, um mapeamento mais abrangente sobre a maturidade de segurança da Companhia foi conduzido com o apoio de consultoria especializada, resultando na priorização de 32 ações no Plano Corporativo de Evolução da Cultura de Segurança da CTG Brasil. A implementação dessas iniciativas ocorrerá até 2023.

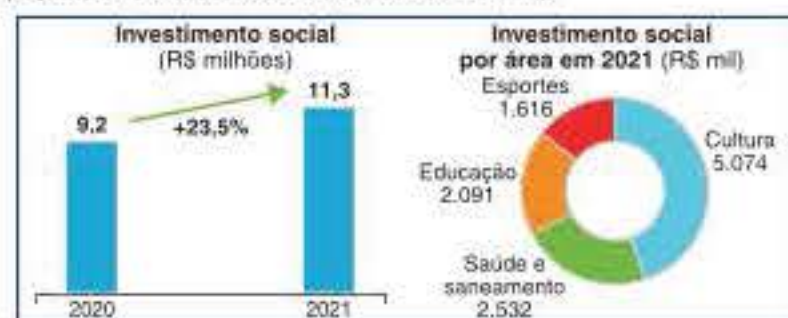
Em 2021, a Companhia também lançou o Programa Mais Energia, voltado ao conceito de saúde integrada com o olhar para quatro pilares: físico, mental/emocional, financeiro e social. Outro avanço foi o aprimoramento do processo de avaliação dos colaboradores para o Ciclo de Gestão de Pessoas, trazendo uma visão expandida de gestão de pessoas que engloba desempenho, avaliação de competências, sucessão e recompensa, além do viés de desenvolvimento e protagonismo de carreira. A Academia CTG Brasil, que beneficia todos os profissionais da Rio Paraná, ampliou o número de Trilhas de Conhecimento disponíveis ao público interno, de 86 para 103 de um ano para o outro.

Os protocolos de saúde e segurança para evitar a disseminação da Covid-19 nas operações foram mantidos, e o retorno ao trabalho presencial para as atividades administrativas foi iniciado no fim do ano, em modelo híbrido.

Em 2021, a Companhia registrou um acidente com colaborador e cinco ocorrências sem afastamento envolvendo contratados, sendo que em nenhum deles houve afastamento.

Comunidades

A estratégia de atuação da Rio Paraná para contribuir com o desenvolvimento das comunidades onde estão instalados seus ativos é direcionada para o fomento à geração de renda, por meio do emprego e do empreendedorismo. Esse viés de atuação social complementa a visão da Companhia de ser agente de transformação social, atuando em parceria com entidades locais em prol do desenvolvimento regional.

Ainda no último ano, o 2º Edital de Recursos Incentivados para o Desenvolvimento Local, promovido corporativamente pela CTG Brasil, recebeu inscrições de 161 projetos e destinou R$ 11,3 milhões em recursos oriundos da Rio Paraná a 19 projetos selecionados de acordo com critérios técnicos.

Outro destaque de 2021 foi o início da instalação, na região das usinas da Rio Paraná, da sinalização de emergência de rotas de evacuação nas Zonas de Autossalvamento (ZAS), como uma das etapas de implantação do Plano de Ação de Emergência (PAE) das barragens. Também realizamos a instalação de 221 novos instrumentos de auscultação e iniciamos o processo de automação para as UHEs Ilha Solteira e Jupiá.

Meio ambiente

A gestão ambiental da Rio Paraná atua de maneira sistêmica sobre todos os potenciais impactos de suas operações, tanto dentro das usinas quanto em seu entorno. Em 2021, a Companhia investiu R$ 8,2 milhões em iniciativas ambientais.

Pelo segundo ano consecutivo, a Rio Paraná publicou o inventário de gases de efeito estufa (GEE), consolidado com as demais empresas da CTG Brasil, no Registro Público de Emissões do Programa Brasileiro GHG Protocol com Selo Ouro (auditado). As 847,4 toneladas de CO2 equivalente geradas diretamente pela Companhia e contabilizadas nos escopos 1 e 2 do inventário – que tem ano-base 2020 – foram neutralizadas com a adesão da Companhia ao projeto REDD+ Jari-Amapá.

Inventário de emissões de GEE da Rio Paraná

tCO_2e	2021 (ano-base 2020)	2020 (ano-base 2019)
Escopo 1	672,3	467,1
Escopo 2	175,1	48,7
Escopo 3	51,6	906,7

No entorno das usinas, merecem destaque as iniciativas voltadas à conservação da biodiversidade, como a reposição de peixes nos rios e o plantio de reflorestamento. Anualmente, é realizada a soltura de 2,1 milhões de alevinos, além de serem mantidos programas de monitoramento de ictiofauna e fauna silvestre que ocorrem nos entornos dos reservatórios.

Em 2021, a Companhia promoveu o plantio de 56,6 mil mudas em uma área de 100 hectares. O programa que estimula a conservação em propriedades de terras vizinhas às por meio da doação de mudas florestais nativas distribuiu 18 mil mudas no período. Em relação à proteção de espécies, a Rio Paraná gerencia o centro de conservação de fauna silvestre instalado no entorno da UHE Ilha Solteira, que abriga cerca de 420 animais.

Auditores independentes

A Rio Paraná conta com procedimento específico para a contratação de empresas de auditoria independente, que define requisitos alinhados à legislação aplicável e recomendações da CVM. O documento prevê o sistema de rodízio dos auditores independentes a cada cinco anos e as instâncias de aprovação para contratação e troca de auditoria (que cabe aos órgãos de governança da Companhia) e renovação dos contratos dentro do prazo de cinco anos (que pode ser autorizada pelos executivos).

O procedimento prevê ainda o estabelecimento de requisitos técnicos, escopo e forma de realização das atividades considerando os seguintes aspectos: adequação dos processos de controles internos de qualidade, incluindo aqueles que asseguram a sua independência e a de seus membros (sócio e demais profissionais); capacitação e dedicação da equipe designada para os trabalhos; experiência no setor; e honorários compatíveis com o porte e a complexidade da empresa. O documento proíbe a contratação de serviços extra que possam comprometer a independência dos auditores.

Balanços Patrimoniais exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Ativo	Nota	2021	2020
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	449.152	167.446
Clientes	6	325.541	482.974
Tributos a recuperar	7	4.633	4.618
Ativo financeiro vinculado à concessão	9	1.119.444	1.201.356
Partes relacionadas	20	60.537	–
Serviços em curso		33.829	17.896
Despesas antecipadas		4.501	6.099
Outros créditos		10.180	9.784
Total do ativo circulante		**2.007.817**	**1.890.173**
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Clientes	6	134	–
Ativo financeiro vinculado à concessão	9	10.290.980	9.290.512
Depósitos judiciais	8	493.870	477.820
Despesas antecipadas		99	781
		10.785.083	**9.769.113**
Imobilizado	10	37.315	11.108
Intangível	11	6.512.124	6.331.971
Total do ativo não circulante		**17.334.522**	**16.112.192**
Total do ativo		**19.342.339**	**18.002.365**

Passivo	Nota	2021	2020
Circulante			
Fornecedores	12	86.436	82.132
Salários, provisões e contribuições sociais		20.325	19.740
Tributos a recolher	7	287.939	212.983
Encargos setoriais	13	53.133	45.325
Empréstimos	14	676.480	675.562
Debêntures	15	120.441	–
Dividendos	17	9.351	–
Juros sobre capital próprio (JSCP)	18	340.000	569.950
Partes relacionadas	20	669.253	628.168
Provisões para grandes reparos	19	267.280	67.135
Provisões para riscos	16	1.053	816
Outras obrigações		1.779	2.251
Total do passivo circulante		**2.533.470**	**2.304.062**
Não circulante			
Tributos diferidos	25.2	972.416	703.116
Encargos setoriais	13	36.487	44.020
Empréstimos	14	675.000	1.350.000
Debêntures	15	1.275.972	500.057
Partes relacionadas	20	2.580.981	3.004.342
Provisões para grandes reparos	19	1.642.613	1.389.292
Provisões para riscos	16	164.615	156.438
Outras obrigações		4.522	4.969
Total do passivo não circulante		**7.352.606**	**7.152.234**
Total do passivo		**9.886.076**	**9.456.296**
Patrimônio líquido	21		
Capital social		6.649.017	6.649.017
Reserva legal		413.201	327.022
Reserva de lucros		2.394.045	1.570.030
Total do patrimônio líquido		**9.456.263**	**8.546.069**
Total do passivo e patrimônio líquido		**19.342.339**	**18.002.365**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Reservas – Legal	Reservas – Lucros	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**6.649.017**	**327.022**	**1.570.030**	**–**	**8.546.069**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	1.723.580	1.723.580
Contribuições e distribuições aos acionistas					
Transferência entre reservas	–	86.179	1.228.050	(1.314.229)	–
Dividendos intermediários	–	–	(404.035)	–	(404.035)
Dividendos propostos	–	–	–	(9.351)	(9.351)
Juros sobre capital próprio	–	–	–	(400.000)	(400.000)
	–	86.179	824.015	(1.723.580)	(813.386)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**6.649.017**	**413.201**	**2.394.045**	**–**	**9.456.263**

	Capital social	Reservas – Legal	Reservas – Lucros	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**6.649.017**	**270.254**	**917.563**	**–**	**7.836.834**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	1.135.361	1.135.361
Contribuições e distribuições aos acionistas					
Transferência entre reservas	–	56.768	696.593	(755.361)	–
Juros sobre capital próprio	–	–	–	(380.000)	(380.000)
Baixa imposto de renda e contribuição social diferidos	–	–	(46.126)	–	(46.126)
	–	**56.768**	**652.467**	**(1.135.361)**	**(426.126)**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**6.649.017**	**327.022**	**1.570.030**	**–**	**8.546.069**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2021	2020
Receita operacional líquida	22	**4.006.933**	**3.378.027**
Custos operacionais			
Pessoal		(69.456)	(66.301)
Material		(11.084)	(12.487)
Serviços de terceiros		(52.891)	(52.274)
Energia comprada	23.2	(238.274)	(136.743)
Depreciação e amortização		(265.696)	(250.253)
Encargos de uso da rede elétrica	23.3	(162.410)	(150.518)
Compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos (CFURH)		(23.746)	(35.638)
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica (TFSEE)		(1.514)	(5.788)
Seguros		(7.594)	(7.757)
Aluguéis		(695)	(952)
Provisões para riscos		(1.288)	(169)
Recuperação de custos de compra de energia pela extensão da concessão (acordo GSF)	11.2	147.862	–
Outros		(3.021)	(4.295)
		(689.807)	**(723.175)**
Resultado bruto		**3.317.126**	**2.654.852**
Outros resultados operacionais			
Pessoal		(19.001)	(16.367)
Material		(212)	(54)
Serviços de terceiros		(7.938)	(8.049)
Depreciação e amortização		(1.998)	(1.990)
Seguros		(264)	(223)
Aluguéis		(224)	(251)
Compartilhamento de despesas	20.3	(42.547)	(45.580)
Outros		(10.726)	(7.650)
		(82.910)	**(80.164)**
Resultado de participações societárias			
Equivalência patrimonial		1.929	(433)
		1.929	**(433)**
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		**3.236.145**	**2.574.255**
Resultado financeiro	24		
Receitas		553.418	707.671
Despesas		(1.396.203)	(1.766.886)
		(842.785)	**(1.059.215)**
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		**2.393.360**	**1.515.040**
Imposto de renda e contribuição social	25		
Corrente		(400.480)	(335.735)
Diferido		(269.300)	(43.944)
		(669.780)	**(379.679)**
Lucro líquido do exercício		**1.723.580**	**1.135.361**
Lucro líquido básico e diluído por ação	26	0,24572	0,16156

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado Abrangente exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	**1.723.580**	**1.135.361**
Resultado abrangente do exercício	–	–
Total do resultado abrangente do exercício	**1.723.580**	**1.135.361**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

continua ...

Rio Paraná Energia S.A. | CNPJ/ME nº 23.096.269/0001-19

Demonstrações dos Fluxos de Caixa exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota	2021	2020
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		2.393.360	1.515.040
Ajustes em:			
Depreciação e amortização		267.694	252.243
Equivalência patrimonial		(1.929)	433
Apropriação de juros sobre empréstimos	14.4	73.461	77.724
Apropriação de juros sobre partes relacionadas	20.4.1	177.044	265.049
Apropriação de juros sobre debêntures	15.2	7.464	–
Amortização de custos de transação	15.2	217	–
Provisão de juros e atualização monetária de ativos financeiros	9.1.2	(1.992.571)	(1.429.643)
Atualização da provisão para grandes reparos	19.2	803.317	592.222
Amortização ajuste a valor presente provisão de grandes reparos	19.2	(392.367)	(869.183)
Variação monetária sobre depósitos judiciais	8	(15.996)	(11.738)
Variações cambiais, líquidas, sobre partes relacionadas	20.4.1	228.637	1.027.438
Provisão para riscos	16.1.2	1.288	169
Variação monetária sobre provisão para riscos	16.1.2	7.126	4.405
Recuperação de custos de compra de energia pela extensão da concessão (acordo GSF)	1.5	(147.862)	–
Variação nos ativos:			
Clientes		157.299	(108.057)
Despesas antecipadas		2.280	(38)
Depósito judicial		(54)	(12)
Serviços em curso		(15.933)	(10.946)
Ativo financeiro vinculado à concessão		1.074.015	1.011.674
Baixas no ativo imobilizado e intangível		401	7.228
Outros créditos		988	(10.724)
Variação nos passivos			
Fornecedores		4.304	(44.409)
Encargos setoriais		275	16.733
Provisões para grandes reparos	19.2	(253.269)	(244.177)
Partes relacionadas		(41.085)	–
Salários, provisões e contribuições sociais		585	1.512
Provisões para riscos		(43)	(386)
Capitalização de debêntures		116.580	37.510
Impostos, taxas e contribuições		(47.237)	(168.195)
Outras obrigações		(19.512)	191
Caixa gerado nas operações		**2.386.501**	**1.912.063**
Pagamento de juros sobre debêntures	15.2	(50.982)	(24.929)
Pagamento de juros sobre empréstimos	14.4	(72.543)	(78.793)
Pagamento de juros sobre partes relacionadas	20.4.1	(179.222)	(354.533)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(338.302)	(229.057)
Caixa líquido gerado das atividades operacionais		**1.745.452**	**1.224.751**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Adições no ativo imobilizado e intangível		(30.808)	(30.156)
Recebimento na venda de imobilizado		592	1.677
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		**(30.216)**	**(28.479)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Captação de debêntures	15.2	845.000	–
Custo de transação pela emissão de debêntures	15.2	(21.923)	–
Pagamento de dividendos		(404.035)	(210.082)
Pagamento de juros sobre capital próprio		(569.950)	(359.771)
Pagamentos de principal sobre partes relacionadas	20.4.1	(607.622)	(917.600)
Pagamentos de principal sobre empréstimos	14.4	(675.000)	(675.000)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		**(1.433.530)**	**(2.162.453)**
Aumento/ (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		**281.706**	**(966.181)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		167.446	1.133.627
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		449.152	167.446
Aumento/ (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		**281.706**	**(966.181)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas da Administração para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Informações gerais

1.1. Contexto operacional

A Rio Paraná Energia S.A. (ou "Companhia" ou "Rio Paraná") é uma sociedade anônima de capital aberto, concessionária de uso de bem público, na condição de prestadora de serviço de geração e de energia elétrica, com sede em São Paulo, tem como atividades principais em seu Estatuto Social a geração, distribuição, transmissão e a comercialização de energia elétrica, as quais são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

A capacidade instalada da Companhia é de 4.995,2 MW, composta pelo seguinte parque gerador em operação no Estado de Mato Grosso do Sul: Usina Hidrelétrica (UHE) Jupiá e (UHE) Ilha Solteira.

O reajuste dos contratos no ambiente de contratação regulada é anual, com atualização a partir de julho, cujo reajuste em 2021 foi de 8,35%. Nos termos do Contrato, a cota de garantia física de energia física e de potência no regime de alocação obedece ao percentual de 70%, podendo a Companhia comercializar os 30% restantes no Ambiente de Contratação Livre (ACL). Conforme mencionado na nota 2.6.2, a Companhia detém 100% do capital social da Rio Paraná Eclusas S.A., cujo objeto social é a operação e manutenção da Eclusa de Jupiá e serviços relacionados.

Em 2 de março a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), através do Ofício 23/2021, deferiu o pedido de registro da Companhia como categoria B.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentou um capital circulante líquido negativo no montante de R$ 525.653, em virtude de:

- Constituição de Juros sobre capital próprio;
- Reclassificação do AVP de provisão para grandes reparos entre o passivo não circulante e o passivo circulante;
- Transferência do não circulante para o circulante referente ao principal da 1ª emissão de debêntures série 1.

Está planejado A Administração analisou toda informação disponível em seus fluxos de caixa projetados e concluiu que contará com recursos suficientes para honrar com suas obrigações, decorrente da geração de caixa resultante de suas atividades operacionais.

1.2. Concessão

1.2.1. Direitos do Contrato de Concessão

Referem-se ao direito da concessionária de explorar as usinas ao longo do contrato de concessão, e foi constituído considerando bifurcação requerida pelo ICPC 01 (R1)/IFRIC 12 conforme nota explicativa 9. A amortização é registrada ao longo do prazo do Contrato de Concessão.

A parte remanescente da remuneração paga pelo Contrato de Concessão da Companhia foi registrada como um Ativo Intangível, uma vez que a Companhia receberá parte da remuneração a partir de comercialização no mercado livre junto a empresas distribuidoras de energia e prestação de serviço pelo modelo de cotas.

1.2.2. Contrato de Concessão

O contrato de concessão firmado pela Companhia estabelece que os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente no final da concessão, mediante pagamento de uma indenização para os investimentos não amortizados. De acordo com a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1)/IFRIC 12 – Contratos de Concessão, as infraestruturas enquadradas nas concessões não são reconhecidas pelo operador como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que o operador não controla os ativos, nem quais e a quem os serviços devem ser prestados, passando a ser reconhecidas de acordo com o modelo de concessão.

De acordo com o normativo, os ativos da infraestrutura enquadrados nesta interpretação são reconhecidos de acordo com um dos modelos contábeis previstos na interpretação. Os possíveis modelos a serem assumidos junto ao concessionário são o modelo do Ativo Financeiro, do Ativo Intangível e o Bifurcado.

O modelo do Contrato de Concessão da Rio Paraná corresponde a um modelo Bifurcado de Ativo, considerando:

O Ativo Financeiro, que corresponde à parcela outorga paga e que será recebida até o final do contrato de concessão e que não existe risco de demanda;

Ativo Intangível, pelo direito ao uso, durante o período da concessão, da infraestrutura adquirida pela Companhia e, consequentemente, ao direito de comercializar no mercado livre e cobrar das distribuidoras pelos serviços prestados de fornecimento de energia elétrica ao longo do Contrato de Concessão.

De acordo com a REH 2.919/2021, que homologa o prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia, houve prorrogação do prazo de concessão na média de aproximadamente 10 meses.

Contrato de concessão Aneel	Usina	Tipo	UF	Rio	Capacidade instalada (MW)	Garantia física (MW médio)	Início da concessão	Vencimento concessão	Vencimento concessão (*)
Nº 01/2016	Jupiá	UHE	SP/MS	Paraná	1.551,2	889,2	05/01/2016	02/07/2046	17/04/2047
Nº 01/2016	Ilha Solteira	UHE	SP/MS	Paraná	3.444,0	1.731,5	05/01/2016	02/07/2046	18/04/2047
					4.995,2	**2.620,7**			

(*) Prazo ajustado de acordo com a REH 2.919/2021.

1.3. Garantia física

Em 10 de dezembro de 2019 foi publicada a Portaria MME nº 352/2019 que definiu novos valores de garantia física para a UHE Jupiá em decorrência de pedido de revisão extraordinária de garantia física realizado pela Rio Paraná em 2018. De acordo com a Portaria, a UHE Jupiá auferirá um ganho de 18,3MWmed.

O acréscimo de garantia física ocorrerá à medida que as 14 (catorze) máquinas entrarem em operação após a modernização (conforme nota explicativa nº 19) mediante realização de ensaios que comprovem a efetiva modernização da usina e emissão de ato da Aneel (com homologação as características técnicas empregadas no cálculo dos montantes de GF definidas na Portaria).

1.4. Marco legal do setor elétrico

Em 2017 o Ministério de Minas e Energia (MME) lançou as Consultas Públicas (CP) nº 032, nº 033, que visam à reorganização do setor elétrico brasileiro colocando em discussão as propostas para temas como abertura do mercado livre, separação de lastro e energia, administração da sobra de contratação involuntária, racionalização de subsídios, descotização e privatização de concessionárias de geração.

Demonstrações do Valor Adicionado exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2021	2020
Receitas	22		
Venda de energia e outros serviços		2.014.362	1.944.822
Receita de ativos financeiros		1.992.571	1.433.205
		4.006.933	**3.378.027**
Insumos adquiridos de terceiros			
Energia comprada e encargos de uso da rede		(441.845)	(320.606)
Recuperação de custos de compra de energia pela extensão da concessão (acordo GSF)		147.862	–
Materiais e serviços de terceiros		(114.710)	(118.428)
Outros custos operacionais		(22.300)	(18.707)
		(430.993)	**(457.741)**
Valor adicionado bruto		**3.575.940**	**2.920.286**
Depreciação e amortização		(267.694)	(252.243)
Valor adicionado líquido produzido		**3.308.246**	**2.668.043**
Equivalência patrimonial		1.929	(433)
Outras receitas financeiras		556.076	709.182
Valor adicionado recebido em transferência		**558.005**	**708.749**
Valor adicionado total a distribuir		**3.866.251**	**3.376.792**
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal			
Remuneração direta		47.122	42.008
Benefícios		16.540	17.673
FGTS		3.547	3.480
Provisão para gratificação (bônus)		221	502
Participação nos resultados		8.924	7.944
		76.354	**71.607**
Impostos, taxas e contribuições			
Federais		644.761	364.814
Estaduais		142	646
Municipais		24.162	36.049
		669.065	**401.509**
Remuneração de capitais de terceiros			
Aluguéis		1.115	1.438
Outras despesas financeiras		1.396.137	1.766.877
		1.397.252	**1.768.315**
Remuneração de capitais próprios			
Juros sobre capital próprio		400.000	380.000
Dividendos		9.351	–
Lucros retidos		1.314.229	755.361
		1.723.580	**1.135.361**
Valor adicionado distribuído		**3.866.251**	**3.376.792**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

O Projeto de Lei (PL) 232/2016 foi remetido à Câmara dos Deputados em 10 de fevereiro de 2021 sob o nº PL 414/2021 para iniciar uma nova fase de tramitação. Tendo em vista a regulamentação de algumas matérias contidas no texto original do PL 232 como o encerramento dos subsídios para novos empreendimentos de energia solar, eólica e biomassa pela MPV 998/2020 – convertida em lei em 04 de fevereiro de 2021, o projeto, que trata de temas relacionados à modernização do setor deverá ser revisto e readaptado ao momento atual do setor elétrico.

Em 14 de dezembro de 2021 a Comissão Especial do PL 1917/2015, que também trata de temas relacionados à modernização do setor, aprovou o relatório do projeto. Os principais temas aprovados no texto são: abertura total do mercado em até 72 meses, separação de lastro e energia, formação de preço, garantias financeiras, novas regras para prorrogação das concessões.

Em 01 de março de 2021 foi publicada a Lei nº 14.120 que teve como origem a MPV nº 998/2020. Dentre os temas aprovados, estão a transferência de até 30% dos recursos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e Eficiência Energética (EE) para a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) entre os anos de 2021 e 2025, estando preservadas as verbas comprometidas para projetos contratados ou iniciados até 31 de agosto de 2020.

1.5. Fator de ajuste de energia – Generation Scaling Factor — (GSF)

A severa crise hidrológica ocorrida entre 2012 e 2018 causou a redução dos níveis dos reservatórios das usinas hidrelétricas e elevou o despacho das usinas termoelétricas ao máximo. O que fez com que o Preço de Liquidação de Diferenças (PLD) atingisse seu teto nos anos de 2014, 2015, 2017 e 2018, elevando a exposição das geradoras de energia no Mercado de Curto Prazo (MCP), em decorrência do GSF.

Após longo período de discussões, inclusive judiciais, foi editada a Lei nº 14.052/2020 que apresentou as diretrizes sobre a compensação, mediante a prorrogação dos prazos dos contratos de concessão aos titulares de usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) pela parte não correspondente ao risco hidrológico, decorrentes de:

i. restrições ao escoamento de energia das usinas hidrelétricas estruturantes em função do atraso na entrada em operação de instalações de transmissão;

ii. da diferença entre a garantia física outorgada na fase de motorização das usinas hidrelétricas estruturantes e os valores da agregação efetiva de cada unidade geradora motorizada ao Sistema Interligado Nacional (SIN);

iii. geração termelétrica despachada fora da ordem de mérito.

Ainda de acordo com a Lei nº 14.052 e regulamentação Aneel 895/2020, foram homologados em agosto de 2021, pela Aneel, os valores divulgados em março, ressarcindo às usinas sob administração da Companhia, em função do acordo referentes a riscos "não hidrológicos" no mercado livre. Como efeito, após deliberação em RCA datada de 30 de setembro de 2021, foi reconhecido um acréscimo de R$ 147,8 milhões em seu Ativo Intangível em contrapartida à conta de Recuperação de Custos, no resultado. Esse valor representa uma extensão aproximada de 10 meses nos contratos de concessão das usinas de Ilha Solteira e Jupiá após aprovações de acordo com a governança do Grupo.

1.6. Redução da defluência das UHEs Jupiá e Ilha Solteira

A situação hidrológica na qual se encontravam as bacias hidrográficas do Sistema Interligado Nacional (SIN) no final do 1º trimestre de 2021, caracterizada como a pior do histórico de 91 anos para a bacia do Rio Paraná motivou a solicitação em 22 de março, pelo Operador Nacional do Sistema (ONS), de flexibilização da vazão defluente mínima estabelecida para a UHE Jupiá, com o objetivo de contribuir para a preservação dos estoques armazenados em reservatórios de cabeceira do rio e manutenção da segurança hídrica da bacia. A previsão de condições desfavoráveis para o período seco levou a nova solicitação do ONS, em 07 de maio, para que fosse avaliada a possibilidade de a Companhia aumentar a amplitude dos testes de forma a praticar defluências inferiores a 3.200m³/s, na direção de 2.500m³/s.

Em reunião do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) de 27 de maio, foi reconhecida a importância da implementação das flexibilizações das restrições hidráulicas de algumas usinas hidrelétricas, dentre elas, as UHEs Jupiá e Ilha Solteira. Diante disso, em 01 de junho, foi publicada a Resolução da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) nº 77, que reconhece a situação crítica de escassez quantitativa dos recursos hídricos na Região Hidrográfica do Paraná até 30 de novembro de 2021 e subsidia a adoção de medidas temporárias para assegurar os usos múltiplos da água e buscar a segurança hídrica. Em 11 de junho de 2021, a Portaria nº 524 foi publicada determinando início imediato da realização de testes de redução de defluência mínima praticada na UHE Jupiá, até atingir o valor de 2.300 m³/s de forma estável, a partir de 1º de julho de 2021. Com o objetivo de melhorar as condições de geração hidrelétrica em Ilha Solteira, em 21 de junho, a ANA publicou a REN 84/2021, autorizando a operação excepcional do reservatório da hidrelétrica Ilha Solteira, mantendo um nível igual ou superior a 325,00 m entre 1º de julho e 6 de agosto.

Na sequência, em 28 de junho, foi publicada a MPV 1.055, instituindo a Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (CREG), com vistas a estabelecer medidas emergenciais para otimizar o uso dos recursos hidroenergéticos, sendo que em 08 de julho a Câmara fixou, dentre outras decisões, as cotas mínimas de operação para o reservatório da usina de Ilha solteira. De agora em diante, deverão ser aprofundados os estudos pelo ONS, em conjunto com a ANA, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e agentes concessionários, sobre a evolução das condições de operação dos reservatórios dessas usinas e encaminhar para avaliação do CMSE em caso de necessidade de ajuste da operação.

1.7. COVID-19

1.7.1. Impactos causados pela pandemia e medidas adotadas pela Companhia.

Diante do cenário desafiador e incerto imposto pela pandemia do Covid-19, o Grupo, do qual a Companhia faz parte, implantou um Comitê Executivo Multidisciplinar que estabeleceu e acompanhou o andamento de programas e ações, com os objetivos de garantir a segurança e proteção dos seus profissionais e prestadores de serviço, minimizar os impactos nas suas atividades e garantir a continuidade das suas operações em seu mais alto nível.

A partir disso, foi desenvolvido um protocolo de atendimento médico e disponibilizado um canal através da telemedicina, para acompanhamento diário da evolução do quadro de saúde, esclarecimento de dúvidas e encaminhamento, quando necessário, à unidade de atendimento hospitalar visando garantir a correto tratamento ao profissional. Em complemento à estas ações, foi implementado o processo de testagem PCR para todos os profissionais que regularmente acessam as suas unidades.

Adicionalmente, campanhas de comunicação e conscientização foram estabelecidas com o objetivo de apresentar as mais recentes informações científicas, assim como a realização de palestras virtuais com alguns dos mais renomados e reconhecidos profissionais nas áreas científicas no Brasil.

Entre outras ações práticas, intensificou as medidas de higienização e limpeza nos locais de comum acesso para reduzir o risco de contágio.

Com a evolução da vacinação no Brasil, as atividades presenciais nos escritórios do Grupo foram retomadas de forma gradual a partir de setembro, priorizando os profissionais com vacinação completa, que deverão seguir rígido protocolo sanitário definido pelo Comitê Executivo Multidisciplinar e que acessarão a estas localidades em dias alternados, para maior segurança e saúde de todos.

Esforços também foram direcionados na gestão feita pelas áreas Comercial e Financeira junto à carteira de clientes, revisitando seus níveis de contratação, de forma a evitar perdas financeiras, cujo resultado foi alcançado com sucesso até o momento. Da mesma forma, a Administração acompanhou a evolução dos contratos com seus principais fornecedores, assegurando que as obrigações contratuais seguissem sendo cumpridas.

Principalmente pela atividade da Companhia ser essencial para o funcionamento da economia e assistência à pandemia, não houve impactos relevantes no desempenho de suas operações e nem em seu fluxo de caixa. Como contribuição à sociedade, foram investidos recursos em termos de tempo de suas equipes e financeiros, na viabilização das ações de prevenção e controle da proliferação do vírus.

A retração das atividades econômicas no mercado nacional foi amenizada pela estratégia de sazonalização e gestão do balanço energético do Grupo. Já a trajetória de fortes oscilações em diversos índices no mercado financeiro demandou grande esforço da Administração para minimizar seus impactos.

Embora não tenha ocorrido nenhum grande impacto financeiro, os riscos em decorrência da pandemia permanecem incertos e, com isso, sem mensuração segura. Inclusive, existe a exposição a eventuais restrições legais e de mercado que podem ser impostas pelo Governo e demais reguladores. Assim, não é possível assegurar que não haverá impactos futuros nas operações enquanto a pandemia perdurar.

1.7.2. Determinações regulatórias

Em decorrência da pandemia e seus impactos sobre o setor elétrico foi publicada a MPV nº 950/2020 regulamentada pelo

continua ...

Rio Paraná Energia S.A. | CNPJ/ME nº 23.096.269/0001-19

... continuação das Notas Explicativas da Administração para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Decreto 10.350/2020 que viabilizou ações para prover recursos para mitigação dos impactos da redução das atividades através da criação da Conta-Covid. Os critérios e procedimentos para gestão da Conta-Covid foram discutidos sob a forma de Consulta Pública no âmbito da Aneel e regulamentados pela REN nº 885/2020.

A medida autoriza a CCEE a realizar empréstimos bancários para cobrir déficits ou antecipar receitas das distribuidoras de energia referentes às competências de abril a dezembro de 2020, no limite de R$16,1 bilhões, diluindo o impacto financeiro causado pela pandemia em 60 meses, prazo ajustado para o pagamento do empréstimo pelas distribuidoras às instituições financeiras. Em paralelo, a Aneel homologou as regras de repasse dos recursos dos programas de P&D e EE destinados à modicidade tarifária à CDE.

De acordo com a Lei nº 14.120/2021, serão destinados à CDE os recursos não comprometidos com projetos contratados ou iniciados entre 1º de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2025 no limite de 70% dos valores investidos em pesquisa e desenvolvimento, com a presente obrigação a Companhia repassou o valor de R$ 1.299 referente ao período de 01 de setembro de 2020 até 31 de janeiro de 2021 e a partir do mês de Fevereiro de 2021 deverá repassar o percentual de 30% dos recursos de P&D para CDE, conforme despacho nº 904 de 30 de março de 2021.

1.8. Crise Hídrica

O Brasil enfrenta a pior crise hídrica dos últimos 91 anos e, diante desse cenário, diversos reservatórios de hidrelétricas no país estão próximos do seu nível mínimo para a geração de energia elétrica.

Os sistemas do Sudeste (onde se localizam as usinas hidrelétricas da Companhia) e Centro-Oeste, responsáveis por cerca de 70% da geração hidrelétrica do país, têm sofrido uma deterioração rápida da situação hidrológica, e atualmente operam com volume bem reduzido.

A verificação dos baixos níveis de afluência no último período, em comparação aos níveis históricos, preocupou os órgãos reguladores quanto à capacidade de atendimento da matriz energética brasileira e, por consequência, direcionou no terceiro trimestre o despacho de todo parque de usinas térmicas disponíveis.

Dentro desse contexto, os preços de energia (PLD) atingiram o teto estabelecido pela Aneel (R$ 583,88/MWh) ao longo do período seco, além do GSF apurado em patamares muito aquém do estimado, que gerou um aumento muito além do previsto na linha de custo de compra de energia.

Em razão da crise hídrica, em 01 de junho de 2021 foi publicada a Resolução nº 77 da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), que declara situação crítica de escassez quantitativa dos recursos hídricos na Região Hidrográfica do Paraná. Em 28 de junho, foi instituída a Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (CREG), com vistas a estabelecer medidas emergenciais para otimizar o uso dos recursos hidroenergéticos.

A partir da instituição da CREG, foram aprofundados os estudos pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), em conjunto com a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e agentes concessionários, sobre a evolução das condições de operação dos reservatórios e encaminhamento para avaliação do CMSE em caso de necessidade de ajuste da programação da geração.

Diante do cenário instalado, foi criado, pela CTG, grupo ao qual a Companhia faz parte, uma equipe de Crise composto pelas áreas Jurídica, Regulatória, Meio Ambiente, Engenharia da Operação e Comunicação, cujo objetivo é otimizar os recursos disponíveis para mitigar os efeitos desse momento desafiador em razão da escassez hídrica. Esse grupo segue acompanhando e participando das iniciativas, que zelam pela continuidade do negócio, como atendimento aos compromissos assumidos para manutenção da concessão, preservação da imagem da companhia e seus administradores e divulgações aplicáveis e cumprindo as determinações regulatórias com o objetivo de conter os impactos da estiagem, bem como o impacto em suas operações e nas informações contábeis.

A situação hidrológica apresentou melhoras significativas a partir de outubro, mas os níveis de reservatório seguem críticos e a operação do sistema e as consequências desta operação sobre os resultados da Companhia seguem sendo monitorados de perto pela CTG.

1.9. Atualização da RAG ciclo 2021/2022

Foi publicada em 22 de julho de 2021 Resolução homologatória nº 2.902/2021 para a RAG referente ao período de julho/2021 até junho/2022, com reajuste de 9,07%, sendo que houve um acréscimo de R$ 19,5 milhões na RAG correspondente à parcela de ajuste pela indisponibilidade Apurada ou Desempenho Apurado (Ajl) que afere o padrão de qualidade da UHE, devido aos bons índices de disponibilidade (dezembro/2020) das UHEs Ilha Solteira (94,36%) e Jupiá (91,42%), resultado da eficiente gestão das usinas.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 23 de fevereiro de 2022.

2.2. Base de preparação e mensuração

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), os quais foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), incluindo também as normas complementares emitidas pela CVM.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e foi preparada de acordo com pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 2.5.

2.3. Moeda funcional e moeda de preparação

As demonstrações financeiras individuais, estão apresentadas em reais, moeda funcional utilizada pela Companhia.

2.4. Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e concluiu que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza que possa gerar dúvidas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, conforme CPC 26/ IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2.5. Uso de estimativas e julgamentos contábeis críticos

A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações financeiras. As premissas utilizadas são baseadas em informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. Essas estimativas são revisadas periodicamente e seus resultados podem diferir dos valores inicialmente estimados.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

iv. Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota explicativa nº 25.2)
v. Vida útil de ativos de longa duração (nota explicativa nº 11)
vi. Provisões e passivos contingentes (nota explicativa nº 16)
vii. Provisão para grandes reparos (nota explicativa nº 19)

2.6. Base de Consolidação

2.6.1. Método de equivalência patrimonial

Os investimentos em controladas, são reconhecidos nas demonstrações financeiras da Controladora com base no método de equivalência patrimonial.

2.6.2. Demonstrações financeiras consolidadas

A Rio Paraná Energia S.A., detém 100% (cem por cento) do capital social da Rio Paraná Eclusas S.A. (montante de R$ 131), que é uma sociedade anônima de capital fechado e tem como objeto social a operação e manutenção da Eclusa de Jupiá, e serviços relacionados. O contrato foi firmado em 30 de agosto de 2018 com duração prevista de 5 anos. Nos termos desse contrato, as receitas pelos serviços prestados são faturadas diretamente para o DNIT e a principal obrigação assumida pela Companhia compreende a operação do sistema de transposição de desnível da Usina Hidrelétrica (UHE) Engenheiro Souza Dias. Conforme ofício nº 45211/2021 emitido pelo DNIT no dia 09 de abril de 2021, a partir de 12 de abril de 2021 a empresa Rio Paraná Eclusas S.A. foi notificada pela paralisação da prestação de serviços do sistema de transposição de desnível da UHE Engenheiro Sousa Dias.

A Controlada aguarda pela negociação da rescisão do contrato vigente junto ao DNIT.

A partir da solução dessas pendências e do encerramento deste contrato, a Administração deve seguir com a incorporação da entidade jurídica, após a integração das atividades, os ativos e passivos residuais serão tratados e/ou recebidos pela Companhia. Seguem abaixo, para fins de referência, as principais cifras da controlada Rio Paraná Eclusas:

	2021	2020
Ativo	1.138	322
Passivo	7	2.137
Patrimônio líquido	1.131	(1.815)

Como demonstrado no quadro acima, o passivo à descoberto da Rio Paraná Eclusas apresentado no exercício de 2020 foi revertido em 2021 em função de reavaliação de expectativa de risco de contratos firmados e a quitação dos valores em aberto por parte do DNIT.

Considerando que esse investimento não é relevante em 31 de dezembro de 2021, bem como a isenção prevista no CPC 36 (IFRS 10), a Companhia não preparou demonstrações financeiras consolidadas, uma vez que, adicionalmente sua controladora, a China Three Gorges Brasil Energia Ltda., providência e disponibiliza demonstrações financeiras consolidadas de todo o grupo no Brasil.

3 Principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis e estimativas, aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras, estão apresentadas nas respectivas notas explicativas a que elas se referem. Estas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

3.1. Despesas pagas antecipadamente

Os valores registrados no ativo representam as despesas pagas antecipadamente de seguros e fianças bancárias para apropriação conforme o regime de competência, isto é, amortizadas linearmente pelo prazo de vigência da apólice e carta fiança, bem como gastos incorridos com o sistema de banco de dados de cadastramento das propriedades nas bordas dos reservatórios, amortizados linearmente pelo prazo de concessão.

3.2. Serviços em curso

Os valores registrados nesta rubrica referem-se aos recursos aplicados em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), em consonância com a Resolução Normativa nº 605/2014 da Aneel. Quando concluído, os projetos são baixados em contrapartida da conta do passivo, relacionada à provisão de P&D e submetidos à aprovação da Superintendência da Aneel (vide nota explicativa nº 13.1.2).

3.3. Impairment

3.3.1. Impairment de ativos não financeiros

Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidade Geradora de Caixa – UGC). Os ativos não financeiros que tenham sofrido *impairment* são revisados para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

3.4. Participação nos lucros

O Programa de Participações no Resultado (PPR) é um programa de engajamento com os resultados da Companhia, regulamentado pela Lei 10.101/2000. É uma ferramenta de remuneração por desempenho, composto por regras de atingimento dos resultados com base em indicadores corporativos e individuais, cuja participação abrange todos os empregados ativos, sendo firmado mediante acordos coletivos com sindicatos para uma vigência anual.

Não há benefício relacionado a opções em ações (stock option).

3.5. Adoção as normas de contabilidade novas e revisadas

Os pronunciamentos que entraram a partir de 01 de janeiro de 2021 não geraram impactos em suas demonstrações financeiras. Estes novos pronunciamentos estão demonstrados abaixo:

- Benefícios relacionados à Covid-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento (CPC 06/ IFRS 16).
- Contrato de seguro, modelo mais abrangente dos contratos de seguros para a contabilidade (CPC 50/ IFRS 17)

4 Gestão de riscos do negócio

4.1. Riscos financeiros

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela Companhia, seguindo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração que identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

4.1.1. Risco de mercado

4.1.1.1. Risco hidrológico

O risco hidrológico decorre dos impactos da hidrologia na operação das usinas pelo ONS.

Tais impactos incluem a flutuação do PLD, que aumenta em casos de hidrologia desfavorável e é utilizado para a valorização da exposição dos agentes do setor (sobras e déficits de energia).

Outro índice importante é o GSF, fator que pode reduzir ou aumentar a energia disponível para a venda de usinas hidráulicas a depender da situação hidrológica e do despacho realizado pelo ONS, afetando diretamente a exposição destas usinas ao PLD. Estes fatores podem ser mitigados através de uma estratégia de proteção contra o risco hidrológico e, por consequência, a manutenção do equilíbrio econômico e financeiro da Companhia. Essa proteção pode ser obtida através do mecanismo de deixar parte da garantia física das Usinas descontratada e, também, pela compra de energia no mercado quando se tem evidência no curto prazo um GSF pior do que o planejado inicialmente.

4.1.1.2. Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de caixa e equivalentes de caixa, debêntures, empréstimos e saldo com partes relacionadas.

As debêntures emitidas às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa.

O impacto causado pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro (DI) e pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) sobre as debêntures é minimizado pela remuneração das aplicações financeiras pelo DI e pelos preços nos contratos de venda de energia elétrica que também estão indexados à variação dos índices IPCA ou IGP-M.

4.1.1.3. Risco cambial – dólar norte-americano

Esse risco decorre da possibilidade da perda por conta de flutuações nas taxas de câmbio aumentarem saldos passivos em moeda estrangeira cujo risco é o aumento da obrigação com a instituição cedente e redução do lucro líquido. A Companhia não possui instrumentos de *hedge* para proteção em relação aos aumentos nas taxas de moeda estrangeira, em razão do empréstimo mantido com partes relacionadas, conforme nota explicativa nº 20.

4.1.2. Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto.

No caso de clientes, a área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada, exposição no mercado das empresas do setor energético e outros fatores.

O preço da energia elétrica vendida para distribuidoras e clientes livres determinados nos contratos de leilão e bilaterais está no nível dos preços fechados no mercado e eventuais sobras ou faltas de energia são liquidadas no âmbito da CCEE (vide nota explicativa 23.2).

4.1.3. Risco de liquidez

A Companhia monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas restritivas ("*covenants*"), cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências legais ou regulatórias externas.

A Companhia investe o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez adequada para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões anteriormente mencionadas.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos (debêntures e empréstimos) da Companhia e os respectivos prazos de amortização. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros, com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal.

Dívida	Emissão	Série	Remuneração	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a dois anos	Mais de dois anos	Total
Debêntures	1ª	1	Variação DI + 1,05% ao ano	–	141.434	125.807	–	267.241
Debêntures	1ª	2	Variação IPCA + 6,15% ao ano	–	18.467	19.082	348.088	385.637
Debêntures	2ª	1	Variação DI + 1,20% ao ano	–	23.784	19.138	203.786	246.708
Debêntures	2ª	2	Variação IPCA + 4,63 % ao ano	–	32.860	33.955	1.161.151	1.227.966
Tokyo-Mitsubishi	–	–	DI + 0,45% ao ano	34.587	753.669	704.532	–	1.492.788
China Three Gorges (Luxembourg) Energy S.A.R.L.	–	–	4,29% + Dólar	–	865.927	1.078.427	1.976.656	3.921.010
				34.587	1.836.141	1.980.941	3.689.681	7.541.350

4.2. Risco de aceleração de dívidas

A Companhia possui financiamentos, com cláusulas restritivas (*Covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas a atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas foram atendidas para 31 de dezembro de 2021 e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações (vide nota explicativa 14 e 15).

4.3. Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela Aneel. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

4.4. Risco ambiental

As atividades e instalações da Companhia estão sujeitas a diversas leis e regulamentos federais, estaduais e municipais, bem como a diversas exigências de funcionamento relacionadas à proteção do meio ambiente. Adicionalmente, eventual impossibilidade de a Companhia operar sua usina em virtude de autuações ou processos de cunho ambiental poderá comprometer a geração de receita operacional e afetar negativamente o resultado da Companhia.

A Companhia utiliza-se da política de gestão de Meio Ambiente, Saúde e Segurança (MASS) para assegurar o equilíbrio entre a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades, com o objetivo de minimizar os riscos para a Companhia. Os processos ambientais estão descritos na nota explicativa nº 16.

4.5. Análise de sensibilidade

A companhia em atendimento ao disposto no item 40 do CPC 40 (R1)/IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Evidenciação, divulgam quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, compostos por aplicações financeiras, ativo vinculado a concessão, empréstimos, debêntures e provisão para grandes reparos ao qual a Companhia está exposto na data de encerramento do exercício.

O cálculo da sensibilidade para o cenário provável foi realizado considerando a variação entre as taxas e índices vigentes em 31 de dezembro de 2021 e as premissas disponíveis no mercado para os próximos 12 meses (fonte: Banco Central do Brasil) sobre as taxas de juros e índices flutuantes em relação ao cenário provável.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2021 podem ser assim sumariados:

Instrumentos financeiros	Indexador	Variação Provável do Indexador	2021	Cenário Provável
Ativos financeiros				
Aplicação financeira em fundos de renda fixa	DI	11,36%	449.085	50.998
Ativo financeiro vinculado a concessão	IPCA	5,47%	11.410.424	624.428
			11.859.509	675.426
Passivos financeiros				
China Three Gorges (Luxembourg) Energy S.A.R.L.	4,29% + Dolar	6,00	(3.244.771)	(254.382)
Provisão para grandes reparos	IPCA	5,47%	(1.145.936)	(62.711)
Provisão para grandes reparos	IGP-M	5,94%	(763.957)	(45.359)
Empréstimo Tokyo Mitsubishi	DI + 0,45% ao ano	11,36%	(1.351.480)	(160.246)
Debêntures 1ª emissão série 1	DI + 1,05% ao ano	11,36%	(248.742)	(31.155)
Debêntures 1ª emissão série 2	IPCA + 6,15% ao ano	5,47%	(298.303)	(35.674)
Debêntures 2ª emissão série 1	DI + 1,20% ao ano	11,36%	(162.795)	(20.662)
Debêntures 2ª emissão série 2	IPCA + 4,63% ao ano	5,47%	(686.573)	(74.440)
			(7.902.557)	(684.629)
Total da exposição líquida			3.956.952	(9.203)

4.6. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios as outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração efetua ajustes adequando às condições econômicas atuais, revendo assim as políticas de pagamentos de dividendos, captação de empréstimos e debêntures, ou ainda, emitindo novas ações.

continua ...

Rio Paraná Energia S.A. | CNPJ/ME nº 23.096.269/0001-19

... continuação das Notas Explicativas da Administração para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de financiamentos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, com a dívida líquida.

	Nota	2021	2020
Empréstimos	14	1.351.480	2.025.562
Debêntures	15	1.396.413	500.057
Partes relacionadas passiva China Three Gorges (Luxembourg)	20.4	3.244.771	3.625.934
(-) Caixa e equivalentes de caixa	5	(449.152)	(167.446)
Dívida líquida		**5.543.512**	**5.984.107**
Patrimônio líquido		9.456.263	8.546.069
Total do capital		**14.999.775**	**14.530.176**
Índice de alavancagem financeira – (%)*		**37,0**	**41,2**

* Dívida líquida/Total do capital

5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, e contas garantidas liquidadas em período igual ou menor a três meses. As aplicações financeiras correspondem às operações de fundos de investimentos de renda fixa e certificados de depósitos bancários, as quais são realizadas com instituições que operam o mercado financeiro nacional e são contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração próxima a do DI. Os ganhos e perdas decorrentes de variações nos saldos das aplicações financeiras são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" no exercício em que ocorrem (vide nota explicativa nº 24).

5.1. Composição

	2021	2020
Caixas e bancos	67	81
Aplicações financeiras	449.085	167.365
Certificado de depósito bancário (CDB)	449.085	167.365
	449.152	**167.446**

A variação positiva se deve a geração de caixa das atividades operacionais da Companhia.

5.2. Qualidade de créditos do caixa, e equivalentes de caixa

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes.

Standard & Poor's	Moody's	Fitch	2021	2020
AAA	AAA	AAA	447.723	–
–	Aaa	AA	8	–
AAA	–	AAA	–	5.107
AAA	–	–	1.420	100.638
–	–	AA	–	7
–	AA	–	1	–
(*)	(*)	(*)	–	61.694
			449.152	**167.446**

(*) Banco sem classificação rating.

6 Clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores referentes ao decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. Incluem os valores relativos ao suprimento de energia elétrica faturada e não faturada, inclusive a comercialização de energia elétrica efetuada no âmbito da CCEE.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para crédito de liquidação duvidosa. Na prática, dado o prazo de cobrança, são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária.

A Companhia não mantém contas a receber como garantia de nenhum título de dívida.

6.1. Composição

Os valores referentes às contas a receber de clientes da Companhia são suportados por Contratos de Cotas de Garantia Física (CCGF), celebrado com as distribuidoras de energia, e contratos bilaterais, celebrados no âmbito do mercado livre.

Os contratos CCGF tratam de contratação de energia regulada com fundamento na Lei nº 12.783/2013 que criou o regime de cotas de garantia física para algumas usinas com concessões vincendas à época.

Desta forma, a Companhia, que é sujeita a este regime, possui 70% de sua garantia física contratada no Ambiente de Contratação Regulado (ACR) e 30% de sua garantia física disponibilizada para venda no ACL.

	À vencer			
	Até 90 dias	Acima de 365 dias	2021	2020
Contratos ACL	68.647	–	68.647	82.649
Contratos ACR	244.580	–	244.580	227.738
Energia de curto prazo (MRE/MCP)	12.314	134	12.448	172.587
	325.541	**134**	**325.675**	**482.974**

6.2. Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

Constituída com base na estimativa das possíveis perdas que possam ocorrer na cobrança destes créditos, de acordo com o CPC 48/IFRS 9 – Instrumentos Financeiros.

As perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa são estabelecidas quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber.

A administração da Companhia não registra PECLD para eventos referentes ao MRE e MCP, pois entende que não há risco de não recebimento.

As faturas emitidas pela Companhia referente aos contratos bilaterais e cotas são emitidas com vencimento único no mês seguinte ao do suprimento.

Para o exercício de 2021, não foi necessária a constituição de perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa para a Companhia.

6.3. Qualidade de créditos dos clientes

As transações relevantes para os negócios da Companhia em que há exposição de crédito são as vendas de energia realizadas no ACL, através dos contratos bilaterais.

O histórico de perdas na Companhia em decorrência de dificuldades apresentadas por clientes em honrar os seus compromissos é irrelevante diante das políticas e procedimentos vigentes.

O risco de crédito dos contratos de venda de energia com os clientes no ACL é minimizado pela análise prévia da área de crédito da Companhia de todos seus potenciais clientes. Esta análise é baseada em informações qualitativas e quantitativas de cada potencial cliente e, a partir dessa análise, é feita a classificação seguindo as premissas do rating interno. O rating interno possui classificação de 1 a 5, onde os clientes são classificados como: 1 – Excelente; 2 – Bom; 3 – Satisfatório; 4 – Regular; 5 – Crítico. Baseado na Política de crédito e nas classificações de rating acima mencionado, todos os contratos bilaterais da Companhia possuem obrigação de entrega de uma modalidade de garantia (entre as quais se destacam: CDB, Fiança Bancária e Corporativa) além de contratos que preveem o pagamento contra registro, onde a energia só é alocada ao cliente após a realização do pagamento previsto.

Em conjunto com a área de crédito, a área de risco/portfólio, se baseia no rating interno e realiza a diversificação da carteira de clientes da Companhia com o objetivo de diminuir os riscos específicos setoriais e otimizar a liquidez da carteira.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, segundo o *rating* interno, a Companhia possui, em relação aos saldos a receber de seus clientes bilaterais, as seguintes proporções de risco de liquidação:

	2021		2020	
Rating interno	%	R$	%	R$
1 – Excelente	3,4	2.359	2,2	1.876
2 – Bom	45,5	31.251	31,1	25.683
3 – Satisfatório	38,4	26.384	57,3	47.334
4 – Regular	12,7	8.653	9,4	7.756
5 – Crítico	–	–	–	–
	100,0	**68.647**	**100,0**	**82.649**

Especificamente para a energia comercializada nos ambientes ACR, MRE e MCP, onde a Administração não tem autonomia para avaliar e deliberar sobre os agentes liquidantes a CCEE controla e monitora as inadimplências de modo que o não recebimento desses valores na data prevista são considerados temporais, ou seja, não deixarão de ser cumpridos. Tendo em vista que os agentes envolvidos estão expostos a diversas sanções onde, em última instância, podem até ser desligados do sistema, o risco de PECLD é praticamente nulo nessas modalidades de comercialização/liquidação.

7 Tributos a recuperar/recolher

Os impostos correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições tributárias assumidas pela Companhia com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

Os impostos correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando houver montantes a recuperar na data do balanço.

	2021	2020
Ativo		
PIS e COFINS a recuperar	–	2.258
ICMS	4.343	2.104
Outros	290	256
	4.633	**4.618**
Passivo		
IRPJ e CSLL a recolher	265.830	210.875
PIS e COFINS a recolher	18.962	–
Outros	3.147	2.108
	287.939	**212.983**

8 Depósitos judiciais

Estão classificados nesta rubrica todos os depósitos judiciais realizados pela Rio Paraná, os quais são atualizados monetariamente. Referem-se a questões fiscais, mais precisamente ao Mandado de Segurança no qual se discute a opção pelo Lucro Presumido nos anos de 2015 e 2016 e a questões trabalhistas. Para suspender a exigibilidade do crédito, foi necessário realizar o depósito judicial que sofreu atualização pela taxa Selic.

	Fiscais	Trabalhistas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**477.820**	–	**477.820**
Variações monetárias	15.996	–	15.996
Adições	–	65	65
(-) Baixas	(11)	–	(11)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**493.805**	**65**	**493.870**

9 Ativo financeiro vinculado à concessão

9.1. Bonificação pela Outorga de contrato de concessão em regime de cotas

O Poder Concedente realizou o leilão para outorga da concessão mediante a contratação de serviço de geração de energia elétrica, pelo menor valor do somatório do custo de Gestão dos Ativos de Geração (GAG) e Retorno de Bonificação de Outorga (RBO), os quais compõe a remuneração da Companhia, denominada de Receita Anual de Geração (RAG).

Os contratos de venda de energia serão todos comercializados no ACR no Sistema de Cota de Garantia Física em 2016 e, a partir de 2017 na proporção de 70% da energia no ACR e 30% no ACL.

Do montante pago pelo direito de concessão, parcela se refere à RBO, que possui previsão contratual de pagamentos fixos e garantidos pelo Poder Concedente durante o prazo da concessão e sem risco de demanda. Esse montante, que equivale a 65% da RBO, está classificado como ativo financeiro e é atualizado pelo IPCA, conforme Resolução Normativa nº 686, de 23 de novembro de 2015. Para os demais 35% e em função do risco de demanda, a Companhia classificou como ativo intangível. Ambas as classificações estão em conformidade com a Interpretação Técnica ICPC 01/IFRIC 12.

Esse ativo financeiro não possui um mercado ativo, todavia apresenta fluxo de caixa fixo e determinável, e, portanto, foi classificado como "ativos financeiros", inicialmente estimado a valor presente e subsequentemente é mensurado pelo custo amortizado, calculado pelo método da taxa de juros efetiva.

9.1.1. Composição

	2021			2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Principal	268.856	6.452.533	6.721.389	268.856	6.721.389	6.990.245
Juros e atualização monetária	850.588	3.838.447	4.689.035	932.500	2.569.123	3.501.623
	1.119.444	**10.290.980**	**11.410.424**	**1.201.356**	**9.290.512**	**10.491.868**

9.1.2. Movimentação

Saldo em 31 de dezembro de 2020	10.491.868
Juros e atualização monetária	1.992.571
Liquidação juros e atualização monetária	(805.159)
Liquidação principal	(268.856)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**11.410.424**

10 Imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado da Companhia são apresentados pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e de ativos qualificadores.

Os custos subsequentes aos valores históricos são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil-econômica remanescente em anos, como segue:

Em serviço	Vida útil-econômica remanescente
Máquinas e equipamentos	5
Veículos	5
Móveis e utensílios	14
Outros	4

A Companhia considera que não haverá indenização pelo poder concedente ao final do prazo de concessão do valor residual dos bens. Os valores de depreciação e valores residuais dos ativos são revistos e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados das alienações com o valor contábil residual e são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício em "Outras despesas operacionais".

10.1. Composição

	2021			2020	Taxa média anual
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido	de depreciação
Em serviço					
Máquinas e equipamentos	192	(96)	96	116	9,4%
Veículos	7.498	(2.930)	4.568	3.673	11,7%
Móveis e utensílios	2.422	(776)	1.646	1.483	4,8%
Outros	9.124	(3.523)	5.601	5.836	15,4%
	19.236	**(7.325)**	**11.911**	**11.108**	
Em curso	25.404	–	25.404	–	
	25.404	–	**25.404**	–	
	44.640	**(7.325)**	**37.315**	**11.108**	

10.2. Movimentação

Em serviço	Valor líquido em 2020	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	Valor líquido em 2021
Máquinas e equipamentos	116	–	(2)	–	(18)	96
Veículos	3.673	–	(131)	1.907	(881)	4.568
Móveis e utensílios	1.483	–	(11)	291	(117)	1.646
Outros	5.836	1.167	–	–	(1.402)	5.601
	11.108	**1.167**	**(144)**	**2.198**	**(2.418)**	**11.911**
Em curso	–	2.198	–	23.206	–	25.404
	–	**2.198**	–	**23.206**	–	**25.404**
	11.108	**3.365**	**(144)**	**25.404**	**(2.418)**	**37.315**

Com a implantação do novo ERP, a Companhia passou a segregar saldos anteriormente tratados exclusivamente como itens do intangível em contas por classe de ativos e atividades.

O efeito dessa segregação é apresentado nas colunas de transferência, tanto do imobilizado quanto do intangível conforme nota explicativa nº 11.2.

Em serviço	Valor líquido em 2019	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	Valor líquido em 2020
Máquinas e equipamentos	631	–	(486)	–	(29)	116
Veículos	3.368	–	(132)	1.228	(791)	3.673
Móveis e utensílios	468	7	–	1.182	(174)	1.483
Outros	5.906	1.101	–	–	(1.171)	5.836
	10.373	**1.108**	**(618)**	**2.410**	**(2.165)**	**11.108**
Em curso	–	2.410	–	(2.410)	–	–
	–	**2.410**	–	**(2.410)**	–	–
	10.373	**3.518**	**(618)**	–	**(2.165)**	**11.108**

11 Intangível

Os itens que compõem os ativos intangíveis da Companhia são apresentados pelo custo histórico, deduzidos das respectivas amortizações. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e de ativos qualificadores.

A amortização dos ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil-econômica remanescente em anos, como segue:

Em serviço	Vida útil-econômica remanescente
Infraestrutura de concessão	24
Provisão para grandes reparos	24
Software	9
Recuperação de custos de compra de energia pela extensão da concessão (acordo GSF)	25

A Companhia considera que não haverá indenização pelo poder concedente ao final do prazo de concessão do valor residual dos bens.

11.1. Composição

	2021			2020	Taxa média anual
Em serviço	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido	de amortização
Infraestrutura de concessão	6.519.301	(2.628.455)	3.890.846	4.030.866	2,5%
Provisão para grandes reparos	2.869.469	(409.510)	2.459.959	2.259.289	3,5%
Software	19.189	(5.495)	13.694	2.464	7,6%
Recuperação de custos de compra de energia pela extensão da concessão (acordo GSF)	147.862	(2.393)	145.469	–	3,9%
	9.555.821	**(3.045.853)**	**6.509.968**	**6.292.619**	
Em curso	2.156	–	2.156	39.352	
	2.156	–	**2.156**	**39.352**	
	9.557.977	**(3.045.853)**	**6.512.124**	**6.331.971**	

11.2. Movimentação

Em serviço	Valor líquido em 2020	Adições	Baixas	Transferências	Amortização	Valor líquido em 2021
Infraestrutura de concessão	4.030.866	–	(31)	20.684	(160.673)	3.890.846
Provisão de grandes reparos	2.259.289	295.785	–	5.629	(100.744)	2.459.959
Software	2.464	–	–	12.696	(1.466)	13.694
Recuperação de custos de compra de energia pela extensão da concessão (acordo GSF)	–	147.862	–	–	(2.393)	145.469
	6.292.619	**443.647**	**(31)**	**39.009**	**(265.276)**	**6.509.968**
Em curso	39.352	27.443	(226)	(64.413)	–	2.156
	39.352	**27.443**	**(226)**	**(64.413)**	–	**2.156**
	6.331.971	**471.090**	**(257)**	**(25.404)**	**(265.276)**	**6.512.124**

Do valor total das adições ocorridas no exercício, o montante classificado na linha de "Em curso" R$ 7.689 se refere a licença para implementação do novo ERP, na linha de provisão para grandes reparos se refere a captação da 2ª. emissão série 2 de debêntures, conforme a nota explicativa nº 19.2 e na linha de extensão da concessão se refere ao registro do acordo do GSF conforme nota explicativa nº 1.5.

Em serviço	Valor líquido em 2019	Adições	Baixas	Transferências	Amortização	Valor líquido em 2020
Infraestrutura de concessão	4.193.329	–	(6.610)	8.412	(164.265)	4.030.866
Provisão de grandes reparos	2.180.566	163.350	–	–	(84.627)	2.259.289
Software	2.136	–	–	1.514	(1.186)	2.464
	6.376.031	**163.350**	**(6.610)**	**9.926**	**(250.078)**	**6.292.619**
Em curso	22.640	26.638	–	(9.926)	–	39.352
	22.640	**26.638**	–	**(9.926)**	–	**39.352**
	6.398.671	**189.988**	**(6.610)**	–	**(250.078)**	**6.331.971**

continua ...

Rio Paraná Energia S.A. | CNPJ/ME nº 23.096.269/0001-19

... continuação das Notas Explicativas da Administração para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11.3. Itens que compõem o intangível

11.3.1. Dos bens vinculados à concessão

Os bens e as instalações utilizados na geração (imobilizado e intangível) não podem ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador, Aneel. Todavia, a Resolução Normativa nº 691/2015, disciplina a desvinculação por iniciativa do agente setorial, de bens vinculados aos serviços de energia elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

11.3.2. Softwares

As licenças de *softwares* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos ligados diretamente ao funcionamento do *software*. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável conforme tempo de contrato. Os gastos relativos à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pelo Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis.

11.3.3. Recuperação de custos de compra de energia pela extensão da concessão (acordo GSF) (Generation Scaling Factor-GSF)

Refere-se ao registro da extensão da concessão, parcela dos custos incorridos com o GSF, assumido pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE desde 2012, com o agravamento da crise hídrica. A alteração legal teve como objetivo a compensação por riscos não hidrológicos causados por:

i. empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física,

ii. as restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração dos estruturantes e

iii. por geração fora da ordem de mérito e importação.

Referida compensação dar-se-á mediante a extensão da outorga, limitada a 7 anos, calculada com base nos valores dos parâmetros aplicados pela Aneel, conforme nota explicativa nº 1.2.2.

12 Fornecedores

Fornecedores são obrigações a pagar por bens, energia elétrica, encargos de uso da rede, materiais e serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano.

Eles são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, considerando o prazo de pagamento, são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente.

12.1. Composição

	2021	2020
Suprimento de energia elétrica	727	4.362
Materiais e serviços contratados	37.916	33.152
Encargos de uso da rede elétrica	47.793	44.618
Tust	47.793	44.618
	86.436	82.132

13 Encargos setoriais

As obrigações a recolher provenientes de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico são as seguintes:

13.1. Composição

	2021			2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
CFURH	12.352	–	12.352	19.253	–	19.253
P&D	37.500	36.487	73.987	21.486	44.020	65.506
TFSEE	2.614	–	2.614	4.586	–	4.586
CDE	667	–	667	–	–	–
	53.133	36.487	89.620	45.325	44.020	89.345

13.1.1. Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)

A CFURH foi criada pela Lei nº 7.990/1989 e destina-se a compensar os Estados, o Distrito Federal e os municípios afetados pela perda de terras produtivas, ocasionadas por inundação de áreas na construção de reservatórios de usinas hidrelétricas. Também são beneficiados pela compensação financeira os órgãos da administração direta da União.

13.1.2. Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

De acordo com o Contrato de Concessão, Lei nº 9.991/2000, artigo 24 da Lei nº 10.438/2002 e artigo 12 da Lei nº 10.848/2004, as empresas concessionárias ou permissionárias de serviço público de distribuição, geração ou transmissão de energia elétrica, assim como as autorizadas à produção independente de energia elétrica, devem aplicar o montante mínimo de 1% (um por cento) de sua Receita Operacional Líquida em Pesquisa e Desenvolvimento do Setor de Energia Elétrica e Eficiência Energética (no caso das Distribuidoras), segundo os procedimentos e regulamentos estabelecidos pela Aneel.

Em atendimento ao Ofício Circular SFF/ Aneel nº 2.409/2007, a Companhia tem apresentado os gastos com P&D no grupo das deduções da receita bruta.

Para fins de reconhecimento dos investimentos realizados as empresas de energia elétrica devem encaminhar ao final dos projetos um relatório de auditoria contábil e financeira e um Relatório Técnico específicos dos projetos de P&D para avaliação final e parecer da Aneel.

13.1.3. Taxa de Fiscalização do Serviço de Energia Elétrica (TFSEE)

A TFSEE foi instituída pela Lei nº 9.427/1996, e equivale a 0,4% do benefício econômico anual auferido pela concessionária, permissionária ou autorizado do serviço público de energia elétrica. O valor anual da TFSEE é estabelecido pela Aneel com a finalidade de constituir sua receita e destina-se à cobertura do custeio de suas atividades. A TFSEE fixada anualmente é paga mensalmente em duodécimos pelas concessionárias. Sua gestão fica a cargo da Aneel.

13.1.4. Conta de desenvolvimento energético (CDE)

Em 1 de março de 2021 a Aneel homologou a Lei nº 14.120 que rege as regras de repasse dos recursos dos programas de pesquisa e desenvolvimento (P&D) e eficiência energética (PEE) destinadas à modicidade tarifária à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). Para mais informações, vide nota explicativa nº 1.7.2.

14 Empréstimos

Os empréstimos, são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os mesmos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

14.1. Empréstimo Tokyo – Mitsubishi UFJ

Em junho de 2016 a Companhia contratou um empréstimo junto ao Banco Tokyo Mitsubishi ("Banco"), no valor de R$ 2.700.000 (dois bilhões e setecentos milhões de reais). Em 27 de junho de 2018, o Banco e a Companhia acordaram, em relação a tal dívida, estender seu prazo, alterar sua taxa de remuneração e o número de parcelas.

As alterações foram: a partir de 29 de junho de 2018 a remuneração passou de 13,365% a.a. para 13,165% a.a. A partir de 28 de junho de 2019, a remuneração passou de 13,165% a.a. para DI + 0,45%. Assim, o vencimento passou a ser na data de 29 de junho de 2023 com amortizações anuais, sempre em junho, nos anos de 2020, 2021, 2022 e 2023 no valor de R$ 675.000 (seiscentos e setenta e cinco milhões de reais) cada parcela.

14.2. Composição

			2021					
			Circulante			Não circulante		
Instituição financeira	Remuneração	Vencimento final	Principal	Juros	Total	Principal	Juros	Total
Tokyo-Mitsubishi	DI + 0,45% ao ano	29/06/2023	675.000	1.480	676.480	675.000	–	675.000
			675.000	1.480	676.480	675.000	–	675.000

			2020					
			Circulante			Não circulante		
Instituição financeira	Remuneração	Vencimento final	Principal	Juros	Total	Principal	Juros	Total
Tokyo-Mitsubishi	DI + 0,45% ao ano	29/06/2023	675.000	562	675.562	1.350.000	–	1.350.000
			675.000	562	675.562	1.350.000	–	1.350.000

14.3. *Vencimento*

Vencimento a longo prazo	2023	Total
Tokyo-Mitsubishi	675.000	675.000

14.4. *Movimentação*

Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.025.562
Apropriação de juros	73.461
Pagamento de principal	(675.000)
Pagamento de juros	(72.543)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.351.480

14.5. Cláusulas restritivas ("Covenants")

14.5.1. Covenants financeiros

Em conexão com o empréstimo contratado junto ao Banco Tokyo, a Companhia deverá manter o índice de "Dívida Financeira Líquida Consolidada" sobre o Ebitda, não superior a 4,5 e não inferior a 1,0 ao final de cada ano fiscal.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia atendeu os referidos índices financeiros conforme demonstrado abaixo:

Índice financeiro	Limites	2021	2020
Dívida líquida/Ebitda	Maior que 1,0 e menor que 4,5	1,6	2,1

14.5.2. Garantias contratuais

Não há garantias expressas em contrato.

15 Debêntures

As debêntures são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstradas pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os mesmos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. As debêntures não são conversíveis em ações.

As taxas pagas no estabelecimento das debêntures são reconhecidas como custos da transação das debêntures, uma vez que seja provável que uma parte ou o total seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período ao qual se relaciona.

15.1. Composição

				2021					
				Circulante			Não circulante		
Emissão	Série	Remuneração	Vencimento final	Principal	Juros e (custos de transação)	Total	Principal	Variação monetária e (custos de transação)	Total
1ª	1	DI + 1,05% ao ano	15/06/2023	120.000	8.854	128.854	120.000	(112)	119.888
1ª	2	IPCA + 6,15% ao ano	16/06/2025	–	8.556	8.556	240.000	49.747	289.747
2ª	1	DI + 1,20% ao ano	15/06/2024	–	(31.646)	(31.646)	195.000	(559)	194.441
2ª	2	IPCA + 4,63% ao ano	15/06/2031	–	14.677	14.677	650.000	21.896	671.896
				120.000	441	120.441	1.205.000	70.972	1.275.972

				2020		
				Não circulante		
Emissão	Série	Remuneração	Vencimento final	Principal	Variação monetária e (custos de transação)	Total
1ª	1	DI + 1,05% ao ano	15/06/2023	240.000	(524)	239.476
1ª	2	IPCA + 6,15% ao ano	16/06/2025	240.000	20.581	260.581
				480.000	20.057	500.057

15.2. Movimentação

	1ª Emissão		2ª Emissão		
	Série 1	Série 2	Série 1	Série 2	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	239.476	260.581	–	–	500.057
Captação de debêntures	–	–	195.000	650.000	845.000
Custos de transação	–	–	(1.118)	(20.805)	(21.923)
Capitalização de custos de transação	200	660	–	346	1.206
Capitalização de juros	13.134	17.785	–	17.452	48.371
Capitalização de variação monetária	–	27.423	–	39.580	67.003
Amortização de custos de transação	–	–	217	–	217
Apropriação de juros	–	–	7.464	–	7.464
Pagamento de juros	(4.068)	(8.146)	(38.768)	–	(50.982)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	248.742	298.303	162.795	686.573	1.396.413

15.3. *Vencimento*

Vencimento a longo prazo	2023	2024	2025	2026	A partir de 2027	Total
Debêntures 1ª emissão série 1	119.888	–	–	–	–	119.888
Debêntures 1ª emissão série 2	1.131	167.075	121.541	–	–	289.747
Debêntures 2ª emissão série 1	373	194.068	–	–	–	194.441
Debêntures 2ª emissão série 2	2.081	2.081	2.081	2.081	663.572	671.896
	123.473	363.224	123.622	2.081	663.572	1.275.972

15.4. Cláusulas restritivas ("Covenants")

15.4.1. Covenants financeiros

No Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Não Conversíveis em Ações da Primeira emissão:

i. Índice entre divisão do Ebitda pelo Resultado Financeiro que deverá ser igual ou superior a 2,0;

ii. Índice entre divisão da Dívida Líquida pelo Ebitda que deverá ser igual ou inferior a 3,20;

iii. Redução de capital da Companhia poderá ser realizada se observado o limite igual ou inferior a 0,90 (noventa centésimos), do índice financeiro quociente da divisão da dívida total pelo somatório da dívida total e capital social da Companhia, tendo por base as então mais recentes Demonstrações Financeiras Regulatórias (Aneel).

Índice financeiro	Limites	2021	2020
Ebitda/Resultado financeiro ajustado	Igual ou superior a 2,0	12,76	7,82
Dívida líquida/Ebitda	Igual ou inferior a 3,2	0,89	0,98
Dívida total/(Dívida total + Capital social)	Igual ou inferior a 0,9	0,29	0,28

Conforme definido em contrato, a base utilizada para o cálculo dos *covenants* é a Demonstração Financeira Regulatória (Aneel).

15.4.2. Covenants não financeiros

Além das cláusulas restritivas relacionadas a índices financeiros mencionados anteriormente, há cláusulas restritivas referentes a outros assuntos da Primeira emissão, os quais vêm sendo atendidas pela Companhia, dos quais destacamos os mais relevantes:

i. Inadimplemento no pagamento de quaisquer outras obrigações financeiras, de forma agregada ou individual, em valor superior a R$ 72 milhões da 1ª emissão e R$ 100 milhões da 2ª emissão;

ii. Alteração societária que resulte na exclusão de forma direta ou indireta da Companhia, salvo se o(s) novo(s) acionista(s) controlador(es) direto(s) ou indireto(s) possuir(em) classificação de risco (rating) mínimo Aa1.br, conforme classificação atribuída pela Moody's, ou brAA+ pela Standard & Poor's, ou na falta desses, AA+(bra) pela Fitch Ratings.

iii. Cisão, fusão, incorporação envolvendo a Companhia, exceto se cumpridas exigências dos itens a e b desta mesma cláusula das escrituras de emissão de debêntures;

iv. Término antecipado ou intervenção, por qualquer motivo, de quaisquer dos contratos de concessão pelo poder concedente relativos ao serviço público de energia elétrica.

As outras cláusulas restritivas estão detalhadas na escritura de emissão de debêntures, disponível no site www.ctgbr.com.br/rio-parana-energia – "Investidores" – "Informação para investidores".

15.5. Captação da 2ª emissão de debêntures

Em 15 de junho de 2021 a Companhia captou R$ 845.000 (oitocentos e quarenta e cinco milhões de reais) no mercado na forma de dívida, por meio da 2ª. emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, emitidas sob a forma nominativa, escritural, da espécie quirografária, no mercado local as quais foram distribuídas com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476/2009, destinadas exclusivamente a investidores profissionais.

As liberações efetivas dos recursos oriundos das séries 1 e 2 ocorreram em 22 de junho de 2021 e não houve incidência de juros e variação monetária relevantes incorridos entre a data da emissão das debêntures e a liberação efetiva dos recursos. A emissão foi realizada em duas séries, sendo a série 1.000 composta de 195.000 (cento e noventa e cinco mil) debêntures no valor nominal de R$ 1.000 (mil reais) cada, com prazo de vencimento em três anos e a série 2 composta de 650.000 (seiscentos e cinquenta mil) debêntures, no valor nominal de R$ 1.000 (mil reais) cada, com prazo de vencimento em dez anos, totalizando assim 845.000 (oitocentos e quarenta e cinco mil) debêntures.

A oferta foi emitida com base nas deliberações:

i. da Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 29 de abril de 2021;

ii. e re-ratificada em reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de maio de 2021 (em conjunto com as "RCAs da Companhia").

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Emissão serão utilizados conforme abaixo:

i. A totalidade dos recursos obtidos com a série 1 será destinada a reforço do capital de giro;

ii. A totalidade dos recursos obtidos com a série 2 será destinada para investimento, pagamento futuro ou reembolso de gastos, despesas ou dívidas relacionadas aos projetos de grandes reparos (modernização) das usinas hidrelétricas denominadas Jupiá e Ilha Solteira, vide nota explicativa nº 19.2;

Os custos de transação incorridos na captação estão contabilizados como redução do valor justo inicialmente reconhecido e foram considerados para determinar a taxa efetiva dos juros, em consonância com o CPC 08 – Custos de transações e prêmios na emissão de títulos e valores mobiliários.

As cláusulas restritivas ("covenants") previstas na escritura da 2ª emissão das debêntures são similares às constantes nas escrituras de 1ª emissão.

Os juros remuneratórios da 2ª emissão de debêntures da série 1 correspondem a 100% da taxa DI acrescida de uma sobretaxa de 1,20% ao ano, para a série 2 os juros serão atualizados pela variação do IPCA acrescidos de juros de 4,63% ao ano.

16 Provisões para riscos

As provisões para as perdas decorrentes dos riscos classificados como prováveis são reconhecidas contabilmente, desde que:

i. haja uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de eventos passados;

ii. é provável que seja necessária uma saída de recursos para liquidar a obrigação; e

iii. o valor puder ser estimado com segurança.

As perdas classificadas como possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo divulgadas nas notas explicativas. As contingências cujas perdas são classificadas como remotas não são provisionadas nem divulgadas, exceto quando, em virtude da visibilidade do processo, a Companhia considera sua divulgação justificada.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

A Administração da Companhia, baseada em levantamentos e pareceres elaborados pela área jurídica e por consultores jurídicos externos, registra provisões para cobrir as perdas e obrigações classificadas como prováveis, relacionadas às ações trabalhistas, ambientais e regulatórias.

Adicionalmente, em relação às ações de naturezas trabalhistas, fiscais, ambientais, e cíveis, cuja classificação de perda é possível, com base na avaliação de seus consultores jurídicos externos, não há provisão constituída. A seguir, composição e estimativa.

16.1. Provisões para riscos

16.1.1. Composição

	2021	2020
Regulatórias	163.195	156.264
Trabalhistas	1.420	174
Ambientais	1.053	816
	165.668	157.254

16.1.2. Movimentação

	Regulatórias	Trabalhistas	Ambientais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	156.264	174	816	157.254
Provisões para riscos				
Provisões	–	1.213	75	1.288
Variações monetárias	6.931	33	162	7.126
	6.931	1.246	237	8.414
Saldo em 31 de dezembro de 2021	163.195	1.420	1.053	165.668

	Regulatórias	Trabalhistas	Ambientais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	152.376	–	690	153.066
Provisões para riscos				
Provisões	–	169	–	169
Variações monetárias	4.274	5	126	4.405
Acordos/pagamentos	(386)	–	–	(386)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	156.264	174	816	157.254

a) Trabalhistas

A Administração da Companhia, baseada em levantamentos e pareceres elaborados pela área jurídica e por consultores jurídicos externos, registra provisões para cobrir as perdas e obrigações classificadas como prováveis, relacionadas às ações trabalhistas. O que em sua maioria discute ações ajuizadas por ex-empregados de empresas prestadoras de serviços na Rio Paraná.

b) Ambientais

Em 31 de dezembro de 2021, a Rio Paraná em razão do Acordo Judicial firmado com a CESP em Ação de Obrigação de Fazer, a qual se discutia a assunção da gestão e manutenção do zoológico. A partir de janeiro de 2020 a Rio Paraná assumiu a gestão do Zoológico. Pendente o ressarcimento do saldo do valor envolvido de R$ 903, relativo a valores incorridos pela CESP. Além disso, foi celebrado Acordo Judicial com o Ministério Público Federal de Andradina em Ação Civil Pública envolvendo a manutenção da gestão e operação do Zoológico até 2025, bem como o pagamento do valor atualizado de R$ 150, condicionada a renovação da Licença de Operação da UHE Jupiá.

c) Regulatórias

Valor referente ao diferencial de alíquota PIS/COFINS entre o regime cumulativo e não cumulativo composto no preço dos Contratos de Compra e Venda de Energia, devido a possível mudança no Regime de Tributação de Lucro Presumido para Lucro Real.

continua ...

Rio Paraná Energia S.A. | CNPJ/ME nº 23.096.269/0001-19

... continuação das Notas Explicativas da Administração para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16.2. Contingências possíveis

	2021	2020
Ambientais	1.251.648	1.063.095
Fiscais	499.028	478.578
Trabalhistas	11.044	11.854
Cíveis	4.781	3.920
	1.766.501	1.557.447

a) Ambientais

Em 31 de dezembro de 2021, as contingências ambientais do quadro acima são as que permitiram razoável segurança de estimativa de valor e com expectativa de perda possível. As variações na rubrica de contingências ambientais são decorrentes de novas ações judiciais ajuizadas em face da Companhia, envolvendo danos ambientais causados pela suposta inobservância dos preceitos legais relativos a:

i. ocupações irregulares em APP e recuperação dos danos ambientais causados;
ii. cumprimento das condicionantes das Licenças de Operação;
iii. manutenção da cota/nível mínimo de operação do reservatório;
iv. supostos prejuízos causados aos pescadores;
v. cumprimento de Programas Ambientais. Abaixo, seguem detalhes dos principais processos ambientais:

• 523 Ações Civis Públicas – movidas pelo Ministério Público Federal de Jales/SP em face da CESP e dos ocupantes irregulares, requerendo para a condenação:

i. recuperação da Área de Preservação Permanente – ("APP");
ii. a demolição de edificações/ocupações irregulares (caso obrigação não seja cumprida pelos ocupantes);
iii. pagamento de indenização pelos danos ambientais irrecuperáveis a serem apurados em eventual perícia a ser designada nos autos. A Rio Paraná passou a integrar o polo passivo das ações como réu e os processos estão atualmente em andamento em primeira instância, em fase de instrução processual.

A chance de perda da Companhia é considerada como possível e o valor envolvido no caso não é passível de estimativa até o momento pois depende de perícia para apuração de custos relacionados às medidas de mitigação, recuperação e compensação das áreas, além da desmobilização das edificações irregulares existentes em APP.

• Ação Civil Pública ajuizada pela Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores, em 26/07/2018, em face da CESP e Rio Paraná, em decorrência de um blecaute ocorrido na UHE Jupiá em meados de 2009, em que houve redução na vazão de água do reservatório, ocasionando a mortandade de peixes, o que lhes renderam prejuízos de cunho material e moral, requerendo, o pagamento de indenização. Em primeira instância o processo foi julgado em desfavor da Confederação, tendo sido revertida a decisão em segunda instância, para que seja reiniciada a produção de provas. Desta decisão, a Rio Paraná interpôs Recurso Especial no STJ. Aguarda-se julgamento, pelo STJ, de recursos das partes sobre prescrição e distribuição do ônus da prova. O valor atualizado é de R$ 1.239.292.

• A Rio Paraná recebeu em 2021 2 Autos de Infração lavrados pelo IMASUL e IBAMA, respectivamente, totalizando de R$ 5.835, por supostos impactos ambientais decorrente de suposta mortandade de peixes relativo a baixos níveis do reservatório da UHE Jupiá, e suposto uso de substância (dicloro isocianurato de sódio – MD-60) em desacordo com autorização ambiental. Em ambos os casos, foram apresentadas as Defesas Administrativas, aguardando-se julgamento pelos órgãos ambientais.

• A Rio Paraná também recebeu em 2021 uma Ação Civil Pública ajuizada pelo MPF de Três Lagoas/MS ("Ação Peixamento"), em que se discute o cumprimento da condicionante específica ambiental 2.1 da LO 1251/2014, em razão do suposto elevado decréscimo na soltura de variadas espécies de alevinos nos reservatórios das UHE's Jupiá e Ilha Solteira. O Processo encontra-se suspenso a pedido das partes. O valor atualizado é de R$ 5.305.

b) Fiscais

• Trata-se de um Mandado de Segurança com pedido liminar impetrado pela Rio Paraná em face da Receita Federal, em janeiro de 2018, no qual se discute a opção pelo Regime do Lucro Presumido nos anos de 2015 e 2016 em que a companhia obteve receita significativas com variação cambial positiva decorrente de um empréstimo realizado em moeda estrangeira (Dólar), que por se tratar de receita financeira não foi considerado na base de cálculo para fins de recolhimento de Tributos. Para concessão da liminar foi necessária a realização de um depósito judicial no valor de R$ 420.000 em 30 de janeiro de 2018. Houve decisão desfavorável de primeira instância, mas as chances de êxito nesta demanda são consideradas pela Administração, fundamentada pelos advogados da Companhia, como possível e o valor total envolvido neste caso considerando dezembro de 2021 é de R$ 493.783.

• Processos Administrativos decorrentes de não homologação pela Receita Federal de pedidos de compensação de créditos IRRF e PIS. O valor para 31 de dezembro de 2021 é de R$ 4.397.

c) Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2021, as contingências trabalhistas com expectativa de perda possível estão avaliadas no montante de R$ 11.044. As variações na rubrica de contingências trabalhistas são decorrentes do arquivamento de ações trabalhistas no período.

d) Cível

Em 31 de dezembro 2021, as contingências cíveis com expectativa de perda possível estão avaliadas no montante de R$ 4.781. As variações na rubrica de contingências são decorrentes de processos cíveis.

17 Dividendos a pagar

A distribuição de dividendos é feita para os acionistas da Companhia com base no seu Estatuto Social, e é reconhecida como um passivo em suas demonstrações financeiras.

	Saldo em 2020	Dividendos intermediários/propostos	Dividendos pagos	Saldo em 2021
China Three Gorges Brasil Energia Ltda.	–	275.592	(269.358)	6.234
Huikai Clean Energy S.A.R.L.	–	137.794	(134.677)	3.117
	–	413.386	(404.035)	9.351

18 Juros sobre capital próprio a pagar

O Estatuto Social da Companhia prevê que o montante de JSCP, pode ser deduzido do total de dividendos a pagar. O montante calculado está em conformidade com a legislação vigente e o benefício fiscal gerado é reconhecido na demonstração do resultado. A distribuição é feita para os acionistas da Companhia sendo reconhecida como um passivo em suas demonstrações financeiras quando aprovados.

	Saldo em 2020	JSCP a pagar	JSCP pagos	Saldo em 2021
China Three Gorges Brasil Energia Ltda.	379.968	226.668	(379.969)	226.667
Huikai Clean Energy S.A.R.L.	189.982	113.332	(189.981)	113.333
	569.950	340.000	(569.950)	340.000

19 Provisão para grandes reparos

Com base em estimativas de engenheiros e administração foi provisionado o valor total que se espera despender nos reparos necessários para a operação das unidades geradoras dentro das condições previstas no Edital do Leilão. A estimativa de gastos somente é confirmada na abertura das máquinas, sendo assim, a real dimensão da necessidade de reparo somente será apurada na abertura de cada item. Adicionalmente, mudanças no cronograma para os reparos podem afetar de forma relevante a provisão constituída. Espera-se que o projeto seja concluído até 2038, período em que haverá dispêndio de caixa necessário a viabilização do projeto.

As provisões foram contabilizadas como obrigações no início da concessão, trazidas a valor presente, em contrapartida do ativo intangível. Posteriormente, as provisões são atualizadas considerando a taxa efetiva, o andamento do projeto e realização conforme são efetivados os gastos.

Trimestralmente as provisões são revistas e sempre que houver andamento do projeto que demonstre que as estimativas de desembolso precisem ser atualizadas, tais efeitos serão refletidos nos livros contábeis e, consequentemente, nas demonstrações financeiras.

Em caso de aumento na base da provisão, o efeito é registrado contra o intangível. Quando a revisão é em razão da alteração do fluxo dos dispêndios, esse efeito impacta o resultado.

19.1. Composição

	2021			2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Provisão para grandes reparos	302.027	3.970.004	4.272.031	323.205	3.102.993	3.426.198
(-) Ajuste a valor presente	(34.747)	(2.327.391)	(2.362.138)	(256.070)	(1.713.701)	(1.969.771)
	267.280	1.642.613	1.909.893	67.135	1.389.292	1.456.427

19.2. Movimentação

	Provisão para grandes reparos	Ajuste a valor presente	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**3.426.198**	**(1.969.771)**	**1.456.427**
Realização de provisão	(253.269)	–	(253.269)
Recurso parcial de debêntures	295.785	–	295.785
Atualização	803.317	–	803.317
Amortização – Ajuste a valor presente	–	(392.367)	(392.367)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**4.272.031**	**(2.362.138)**	**1.909.893**

A Companhia utilizou inicialmente parte do recurso captado na 2ª emissão série 2 de debêntures para gastos provenientes a grandes reparos (modernização), conforme previsto e destacado na nota explicativa nº 15.5.

20 Partes relacionadas

As partes relacionadas, são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os mesmos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

A Companhia é controlada pela China Three Gorges Brasil Energia Ltda. (constituída no Brasil), que detém 66,67% das ações da Companhia. O controlador em última instância é a China Three Gorges Corporation, empresa de energia estatal chinesa.

20.1. Remuneração do pessoal-chave da administração

Segue detalhe da remuneração relacionada às pessoas-chave da Administração:

	2021	2020
Benefícios de curto prazo para administradores	4.174	4.074
Benefícios pós-emprego	180	152
	4.354	4.226

20.2. Composição

Com o intuito de criar sinergia entre os recursos, atendendo de maneira mais eficiente e econômica aos interesses das partes e seguindo as determinações da Resolução Normativa Aneel nº 699, de 26 de janeiro de 2016, foram firmados os seguintes contratos:

• Compartilhamento de despesas, junto à China Three Gorges Brasil Energia Ltda, a partir de 10 de julho de 2017, de acordo com o Despacho Aneel nº 2.756/2018.

• Contrato de prestação de serviços administrativos junto a CTG Brasil Serviços Administrativos Ltda, e anuído pela Aneel conforme Despacho nº 2.756/2018. A partir de 01 de novembro de 2021 os serviços prestados pela CTG Brasil Serviços Administrativos Ltda. passaram a integrar o contrato de compartilhamento de despesas, junto a CTG BR, conforme Despacho Aneel nº 3620/2021. Com esse aditivo, a partir de dezembro de 2021, a CTG BR assumiu as atividades antes prestadas pela CTG Brasil Serviços Administrativos Ltda.

	2021				2020		
	Ativo	Passivo			Passivo		
	Circulante	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
China Three Gorges Brasil Energia Ltda	–	5.463	–	5.463	4.068	–	4.068
CTG Brasil Negócios de Energia S.A.	–	–	–	–	2.138	–	2.138
CTG Brasil Serviços Administrativos Ltda.	–	–	–	–	370	–	370
CTG Trading Brasil Ltda.	60.537	–	–	–	–	–	–
China Three Gorges (Luxembourg) Energy S.A.R.L	–	663.790	2.580.981	3.244.771	621.592	3.004.342	3.625.934
	60.537	669.253	2.580.981	3.250.234	628.168	3.004.342	3.632.510

20.3. Resultado

2021	Venda de energia	Compra de energia	Compartilhamento de despesas	Prestação de serviços	Total
China Three Gorges Brasil Energia Ltda.	–	–	(42.547)	–	(42.547)
Rio Verde Energia S.A.	–	(16.565)	–	–	(16.565)
CTG Brasil Serviços Administrativos Ltda.	–	–	–	(4.322)	(4.322)
CTG Trading Brasil Ltda.	60.537	(60.018)	–	–	519
	60.537	(76.583)	(42.547)	(4.322)	(62.915)

2020	Compra de energia	Compartilhamento de despesas	Prestação de serviços	Total
China Three Gorges Brasil Energia Ltda.	–	(45.580)	–	(45.580)
CTG Brasil Negócios de Energia S.A.	(29.700)	–	–	(29.700)
CTG Brasil Serviços Administrativos Ltda.	–	–	(4.511)	(4.511)
	(29.700)	(45.580)	(4.511)	(79.791)

20.4. *Transações com China Three Gorges (Luxembourg) Energy S.A.R.L*

Em 22 de agosto de 2016, a Companhia assinou o Contrato de Cessão por meio do qual a ICBC Luxembourg concordou em ceder e transferir à China Three Gorges (Luxembourg) S.A.R.L, seus direitos e obrigações relacionados ao financiamento existente. A transação foi efetuada em dólar com juros de 6,20% ao ano em 2016 e de 4,29% ao ano, a partir de 2017.

A taxa de conversão para 31 de dezembro de 2021 em dólar foi de R$ 5,5805, conforme Banco Central do Brasil.

O contrato teve anuência do órgão regulador, conforme despacho Aneel nº 2.686, de 5 de outubro de 2016 através da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira (SFF).

O contrato foi atualizado pelos juros e encargos financeiros, determinados e incorridos até a data desta demonstração contábil. Em 01 de março de 2019 foi celebrado o primeiro aditivo deste contrato mantendo as condições de juros porém prolongando o valor de vencimento para 20 de maio de 2023 e alterando as parcelas de principal de $ 25.000.000 (vinte e cinco milhões de dólares) para $ 57.812.500 (cinquenta e sete milhões, oitocentos e doze mil e quinhentos dólares) a partir de 20 de maio de 2019.

O contrato não possui nenhuma cláusula de *Covenants*.

20.4.1. Movimentação do contrato com China Three Gorges (Luxembourg) Energy S.A.R.L

Saldo em 31 de dezembro de 2020	**3.625.934**
Pagamento de principal	(607.622)
Pagamento de juros	(166.347)
Apropriação de juros	177.044
Variação cambial	228.637
Imposto de renda	(12.875)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**3.244.771**

No dia 20 de maio de 2021 a Companhia realizou o pagamento de juros e principal do empréstimo de partes relacionadas com a empresa China Three Gorges (Luxembourg) Energy S.A.R.L.

21 Patrimônio líquido

21.1. Capital social

Ações Ordinárias (ON) são classificadas como patrimônio líquido.

21.2. Capital social subscrito e integralizado

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, o capital social subscrito da Companhia é de R$ 6.649.017, equivalentes a 7.014.326.211 (sete bilhões, quatorze milhões, trezentos e vinte e seis mil, duzentos e onze) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Posição acionária em 2021 e 2020

Acionistas	Ações ordinárias	%
China Three Gorges Brasil Energia Ltda.	4.676.217.474	66,67
Huikai Clean Energy S.A.R.L.	2.338.108.737	33,33
	7.014.326.211	100,00

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

O controle acionário da Companhia não poderá ser transferido, cedido ou de qualquer forma, alienado, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem prévia concordância da Aneel.

21.3. Reserva legal e destinação de lucros

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital social da Companhia.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, a distribuição dos resultados apurados em 31 de dezembro de cada ano, ocorrerá após a elaboração das demonstrações financeiras do exercício e após manifestação da Diretoria e do Conselho Fiscal, quando instalado, e posteriormente submetidas à Assembleia Geral Ordinária, juntamente com a proposta de destinação.

Dos resultados apurados serão inicialmente deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o Imposto de Renda e tributos sobre o lucro. O lucro remanescente terá a seguinte destinação:

i. A Companhia deverá distribuir dividendos mínimos obrigatórios no valor de 25% dos lucros remanescentes aos acionistas;
ii. Caso a distribuição de dividendos seja aprovada, o pagamento dos dividendos deverá ocorrer no ano subsequente.

21.4. Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros é constituída como uma destinação dos lucros do exercício.

21.5. Destinação dos lucros acumulados no exercício

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	**1.723.580**	**1.135.361**
Constituição da Reserva legal	86.179	56.768
Base de calculo dos dividendos	**1.637.401**	**1.078.593**
Distribuições		
Dividendos	413.386	–
JSCP	400.000	380.000
	813.386	**380.000**
Distribuições mínimas obrigatória (25%)	409.351	269.648
Distribuições adicionais	404.035	110.352

Deliberação	Provento	R$ mil	R$
RCA de 10/12/2021	Juros sobre capital próprio	400.000	0,00006
AGE de 24/11/2021	Dividendos	404.035	0,00006
AGE de 18/12/2020	Juros sobre capital próprio	380.000	0,00005

22 Receita operacional líquida

22.1. Reconhecimento da receita

22.1.1. Receita operacional líquida

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos incidentes, dos abatimentos, reembolsos e dos descontos concedidos.

A Companhia reconhece a receita quando:

i. O valor da receita pode ser mensurado com segurança;
ii. É provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia;
iii. Quando critérios específicos são atendidos para cada uma das atividades da Companhia e Controlada, conforme descrição a seguir.

O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as eventuais contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

A Companhia reconhece as receitas de vendas de energia em contratos bilaterais, MRE e MCP no mês de suprimento da energia de acordo com os valores constantes dos contratos e estimativas da Administração da Companhia, ajustados posteriormente por ocasião da disponibilidade dessas informações.

22.1.2. Receita de geração no Ambiente de Contratação Regulada- ACL

Contratos negociados no ambiente de contratação livre, onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais. Podem ser contratos de curto e longo prazo acordo com a estratégia interna da Companhia.

É reconhecida no resultado de acordo com as regras de mercado de energia elétrica, a qual estabelece a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade contratada de energia para o comprador.

22.1.3. Receita de geração no Ambiente de Contratação Regulada- ACR

O valor da Receita Anual de Geração (RAG) pelo regime de cotas está previsto no contrato de concessão, que é recebida/auferida pela disponibilização das instalações da infraestrutura. Não depende da sua utilização pelos usuários do sistema nem está sujeita ao MRE.

A RAG é composta pelas seguintes partes:

GAG (Gestão de Ativos de Geração): parcela associada ao custo da gestão dos ativos de geração, incluído os investimentos em melhorias a serem executadas ao longo da concessão

Reembolsos da TUST, TUSD, encargos de conexão, compensação financeira, taxa de fiscalização e P&D: são custos proporcionais a RAG, que estão sendo apresentados de forma líquida.

22.1.4. Receita de ativos financeiros

Os ativos financeiros de concessão representam o valor presente dos fluxos de caixa futuros, equivalente ao reembolso de 65% do valor pago pelo direito de concessão.

Esses ativos são remunerados mensalmente pela taxa interna de retorno e pela variação do IPCA.

continua ...

Rio Paraná Energia S.A. | CNPJ/ME nº 23.096.269/0001-19

... continuação das Notas Explicativas da Administração para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2021	2020
Receita operacional bruta		
Contratos ACL	928.650	894.061
Contratos ACR	1.305.070	1.234.733
Mercado de curto prazo (MCP)	116.868	131.131
Mecanismo de realocação de energia (MRE)	1.405	12.386
	2.351.993	**2.272.311**
Receita de ativos financeiros		
Juros e atualização monetária	1.992.571	1.433.205
	1.992.571	**1.433.205**
Total receita operacional bruta	**4.344.564**	**3.705.516**
Deduções à receita operacional		
PIS e COFINS	(325.119)	(314.523)
ICMS	(3.431)	(4.251)
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)	(9.081)	(8.715)
	(337.631)	**(327.489)**
Receita operacional líquida	**4.006.933**	**3.378.027**

Em divulgações anteriores a receita de contratos de ACR e os reembolsos (citados no comentário acima) eram divulgados separadamente. Para 2021 estamos divulgando pelo valor líquido para representar somente o que são receitas operacionais de energia, excluindo assim os reembolsos.

23 Energia elétrica vendida, comprada e encargos de uso da rede

23.1. Energia vendida

	2021		2020	
	MWh (*)	R$	MWh (*)	R$
Contratos ACL	4.996.822	928.650	5.438.673	894.061
Contratos ACR	15.596.787	1.305.070	15.285.594	1.234.733
Mercado de curto prazo (MCP)	292.796	116.868	440.256	131.131
Mecanismo de realocação de energia (MRE)	120.265	1.405	999.951	12.386
	21.006.670	**2.351.993**	**22.164.474**	**2.272.311**

(*) Não revisados pelos auditores independentes

23.2. Energia comprada

	2021		2020	
	MWh (*)	R$	MWh (*)	R$
Contratos bilaterais	263.481	89.258	512.470	128.071
Mercado de curto prazo (MCP)	371.426	163.619	84.342	23.327
Mecanismo de realocação de energia (MRE)	617.109	10.155	185.197	3.441
(-) Crédito de PIS	–	(4.416)	–	(3.228)
(-) Crédito de COFINS	–	(20.342)	–	(14.868)
	1.252.016	**238.274**	**782.009**	**136.743**

(*) Não revisados pelos auditores independentes

23.3. Encargos de uso da rede elétrica

	2021	2020
Tust	174.815	162.723
Tusd	3.964	2.990
Encargos de conexão	34	53
(-) Crédito de PIS	(2.926)	(2.720)
(-) Crédito de COFINS	(13.477)	(12.528)
	162.410	**150.518**

As tarifas devidas pela Companhia e estabelecidas pela Aneel são: TUST, TUSD e Encargos de Conexão.

A TUST remunera o uso da Rede Básica, que é composta por instalações de transmissão com tensão igual ou superior a 230 kV. A parte de cada empresa do total do encargo é calculada com base em: (i) valor comum a todos os empreendimentos (selo), referente a aproximadamente 80% do encargo Tust, e (ii) valor que considera a proximidade do empreendimento de geração em relação aos grandes centros consumidores no caso da geração ou a proximidade em relação aos grandes centros geradores no caso das distribuidoras ou consumidores livres (locacional), referente a aproximadamente 20% do encargo Tust.

A TUSD remunera o uso do sistema de distribuição de uma concessionária de distribuição específica. As concessionárias de distribuição operam linhas de energia em baixa e média tensão que são utilizadas pelos geradores para ligar suas usinas à rede básica ou a centros de consumo.

O encargo de conexão da Rio Paraná é pago mensalmente para remunerar custos de O&M da entrada de linha em 230 kV na qual se conecta a usina.

24 Resultado financeiro

As receitas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva, registradas contabilmente em regime de competência e são representadas principalmente por rendimentos sobre aplicações financeiras, variações cambiais, juros sobre empréstimos, partes relacionadas e ajuste a valor presente.

	2021	2020
Receitas		
Aplicações financeiras	30.346	29.558
Variações monetárias	30.165	11.738
Depósitos judiciais	15.996	11.738
Inadimplência CCEE	14.169	–
Variação cambial ativa	487.961	664.959
Compensação financeira	4.602	–
Outras receitas financeiras	344	1.416
	553.418	**707.671**
Despesas		
Juros	(257.969)	(342.773)
Juros sobre debêntures	(7.464)	–
Juros sobre empréstimos	(73.461)	(77.724)
Juros sobre partes relacionadas	(177.044)	(265.049)
Juros outros	(306)	(2.112)
Variação cambial passiva	(716.598)	(1.692.397)
Variações monetárias	(8.665)	(5.562)
Provisões para riscos	(7.126)	(4.405)
Outras	(1.539)	(1.157)
Ajuste a valor presente de provisão para grandes reparos	(410.950)	276.960
Outras despesas financeiras	(1.715)	(1.002)
	(1.396.203)	**(1.766.886)**
	(842.785)	**(1.059.215)**

Como mencionado anteriormente, o país enfrentou em 2021 uma crise hídrica sem precedentes, que reduziu o despacho da ONS para as geradoras hidrelétricas e aumentou o despacho das usinas térmicas que por sua vez provocaram elevação no preço da energia no curto prazo (PLD).

Dentro desse contexto, a Companhia efetuou diversas compras de energia durante o ano, visando mitigar parte dos impactos negativos do cenário hidrológico. Uma dessas contrapartes solicitou à Companhia uma renegociação acerca dos compromissos contratados de entrega de energia comprada para o período. A partir dessa solicitação, houve renegociação de volumes, preços e prazos originalmente contratados e, em contrapartida a esse não cumprimento contratual, a Companhia recebeu uma compensação financeira no valor de R$ 5.071 (no quadro apresentado líquidos de Pis/Cofins).

Ainda acerca dessa renegociação, se considerados todos os anos de contrato com essa contraparte, o resultado a valor presente foi benéfico para a Companhia e evitou uma perda muito maior caso a contraparte efetivamente não honrasse o compromisso original.

Vale ressaltar que tivemos somente esse caso de renegociação e que, caso a Companhia não tivesse implementado ações mitigatórias dessa natureza, teria um impacto negativo de maior proporção efetuando as compras de energia junto à CCEE no MCP. Adicionalmente, a Administração revisitou os processos de Risco de Portfólio e de Crédito, no sentido de torná-los ainda mais robustos.

25 Apuração do imposto de renda e contribuição social e tributos diferidos

25.1. *Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido*

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos diferidos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	2021			2020		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Resultado antes do IRPJ e CSLL		**2.393.360**			**1.515.040**	
Alíquota nominal do IRPJ e CSLL	25%	9%	34%	25%	9%	34%
IRPJ e CSLL a alíquota pela legislação	**(598.340)**	**(215.402)**	**(813.742)**	**(378.760)**	**(136.354)**	**(515.114)**
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva						
Juros sobre capital próprio	100.000	36.000	136.000	95.000	34.200	129.200
Equivalência patrimonial de controlada	482	174	656	(108)	(39)	(147)
Doações Incentivadas	11.140	–	11.140	9.161	–	9.161
Incentivos fiscais	24	–	24	944	–	944
Outras (adições) permanentes, líquidas	(2.947)	(1.072)	(4.019)	(2.862)	(1.030)	(3.892)
IRPJ e CSLL do exercício com efeito no resultado	**(489.641)**	**(180.300)**	**(669.941)**	**(276.625)**	**(103.223)**	**(379.848)**
IRPJ e CSLL correntes	291.627	109.014	400.641	244.313	91.591	335.904
IRPJ e CSLL diferidos	198.014	71.286	269.300	32.312	11.632	43.944
Total IRPJ e CSLL do exercício com efeito no resultado	**489.641**	**180.300**	**669.941**	**276.625**	**103.223**	**379.848**
Ajustes correntes – exercícios anteriores	(96)	(65)	(161)	(174)	5	(169)
Total IRPJ e CSLL com efeito no resultado	**489.545**	**180.235**	**669.780**	**276.451**	**103.228**	**379.679**
Alíquota efetiva	**20,5%**	**7,5%**	**28,0%**	**18,3%**	**6,7%**	**25,1%**

25.2. Tributos diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

Adicionalmente, são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada data das demonstrações financeiras e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível de legalmente compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais.

			2021			2020
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Ativo de imposto diferido						
Diferenças temporárias						
Variação cambial	232.088	83.552	315.640	211.943	76.299	288.242
Provisões para grandes reparos	148.110	53.320	201.430	24.182	8.698	32.880
Provisões para riscos	6.883	2.478	9.361	5.150	1.854	7.004
Efeitos da outorga	2.907	1.046	3.953	1.126	405	1.531
Participação nos lucros e resultados	2.072	746	2.818	1.943	699	2.642
Amortização de direito de uso	174	63	237	146	53	199
Outras provisões	1.419	511	1.930	1.606	578	2.184
Total	**393.653**	**141.716**	**535.369**	**246.076**	**88.586**	**334.662**
Passivo de imposto diferido						
Diferenças temporárias						
Efeitos da outorga	(1.052.806)	(379.010)	(1.431.816)	(747.580)	(269.129)	(1.016.709)
Recuperação de custos de compra de energia pela extensão da concessão (acordo GSF)	(36.369)	(13.092)	(49.461)	–	–	–
Juros sobre depósito vinculado	(19.491)	(7.017)	(26.508)	(15.492)	(5.577)	(21.069)
Total	**(1.108.666)**	**(399.119)**	**(1.507785)**	**(763.072)**	**(274.706)**	**(1.037.778)**
Imposto diferido líquido	**(715.013)**	**(257.403)**	**(972.416)**	**(516.996)**	**(186.120)**	**(703.116)**

A Companhia tem a expectativa de exigibilidade e de (realização) do imposto de renda e de contribuição social diferidos de acordo com premissas internas e conforme apresentado no quadro abaixo:

Conta	2022	2023	2024	2025	2026	A partir de 2027	Total
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(734.543)	(830.847)	(956.861)	(1.182.435)	(1.418.246)	4.150.516	**(972.416)**

26 Lucro por ação

O cálculo básico e diluído de lucro líquido por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	2021	2020
Numerador		
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia		
Ações ordinárias	1.723.580	1.135.361
Denominador (Média ponderada de números de ações)		
Ações ordinárias	7.014.326	7.014.326
Lucro líquido básico e diluído por ação		
Ações ordinárias	0,24572	0,16186

A Companhia não tem ações com efeitos diluidores.

27 Instrumentos financeiros

27.1. *Instrumentos financeiros*

Os instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para aqueles que não tem cotação disponível no mercado.

27.1.1. Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias:

i. Mensurados ao valor justo através do resultado;

ii. Mensurados ao custo amortizado.

A Administração determina a classificação de seus ativos e passivos financeiros no reconhecimento inicial, dependendo do modelo de negócio e da finalidade para a qual o ativo ou passivo financeiro foi adquirido. Nestas demonstrações financeiras, a Companhia classifica seus instrumentos financeiros como mensurado ao custo amortizado:

Mensurado ao custo amortizado são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a doze meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes) e são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras e operacionais, usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/ (perdas). As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.

A Companhia não opera com derivativos e também não aplica a metodologia denominada contabilidade de operações de hedge (*hedge accounting*).

27.1.2. Reconhecimento, desreconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação – data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os valores são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor do custo amortizado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

27.1.3. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial, quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-lo, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

27.2. *Mensuração do valor justo na data da aquisição*

A Companhia mensura seus instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo na data da aquisição, ou seja, ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para o cálculo do valor justo são utilizadas técnicas de avaliação apropriadas às circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis, de forma a minimizar o uso de dados não observáveis.

Os ativos e passivos cujos valores justos são mensurados e divulgados nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir:

• Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos ou passivos idênticos aos que a Companhia possa ter acesso na data de mensuração;

• Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para a mensuração do valor justo seja obtida direta ou indiretamente; e

• Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para a mensuração do valor justo não esteja disponível.

27.3. *Instrumentos financeiros no balanço patrimonial*

A Companhia participa de operações que envolvem instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, com o objetivo de reduzir a exposição a riscos de mercado e de moeda. A administração desses riscos, bem como dos respectivos instrumentos, é realizada por meio de definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, minimizando a exposição em suas operações.

Os principais instrumentos financeiros da Companhia estão representados por:

Natureza			2021		2020	
	Classificação	Hierarquia do valor justo	Valor contábil	Valor a mercado	Valor contábil	Valor a mercado
Ativos financeiros						
Caixas e bancos	Custo amortizado	Nível 1	67	67	81	81
Aplicações financeiras	Valor Justo por meio do resultado	Nível 1	449.085	449.085	167.365	167.365
Clientes	Custo amortizado	Nível 2	325.675	325.675	482.974	482.974
Partes relacionadas	Custo amortizado	Nível 2	60.537	60.537	–	–
Ativo financeiro vinculado à concessão	Custo amortizado	Nível 2	11.410.424	11.410.424	10.491.868	10.491.868
Depósitos judiciais	Custo amortizado	Nível 2	493.870	493.870	477.820	477.820
			12.739.658	**12.739.658**	**11.620.108**	**11.620.108**
Passivos financeiros						
Fornecedores	Custo amortizado	Nível 2	86.436	86.436	82.132	82.132
Encargos setoriais	Custo amortizado	Nível 2	89.620	89.620	89.345	89.345
Partes relacionadas	Custo amortizado	Nível 2	3.250.234	3.250.234	3.632.510	3.632.510
Provisões para grandes reparos	Custo amortizado	Nível 2	1.909.893	1.909.893	1.456.427	1.456.427
Empréstimos	Custo amortizado	Nível 2	1.351.480	1.351.480	2.025.562	2.025.562
Debêntures	Custo amortizado	Nível 2	1.396.413	1.447.072	500.057	554.396
Juros sobre capital próprio (JSCP)	Custo amortizado	Nível 2	340.000	340.000	569.950	569.950
Dividendos	Custo amortizado	Nível 2	9.351	9.351	–	–
			8.433.427	**8.484.086**	**8.355.983**	**8.410.322**

A Companhia não realizou operações com derivativos nos exercícios de 2021 e 2020. Porém a Companhia possui exposição a variações cambiais em moeda estrangeira (Dólar).

28 Seguros

A CTG Brasil mantém contratos de seguros levando em conta a natureza e o grau de risco para cobrir eventuais perdas significativas sobre os ativos e/ou responsabilidades sua e de suas controladas. As principais coberturas, conforme apólices de seguros são:

Apólices	Vigência	Limite máximo de indenização em R$ milhares (*)
Risco operacional	04/08/2021 a 04/08/2022	1.000.000
Lucro cessante	04/08/2021 a 04/08/2022	701.032
Responsabilidade civil	04/08/2021 a 04/08/2022	150.000
Responsabilidade civil ambiental	04/08/2021 a 04/08/2023	110.000
Responsabilidade civil para diretores e executivos	08/12/2021 a 08/12/2022	150.000
Risco cibernético	08/09/2021 a 08/09/2022	20.000

(*) Não auditados pelos auditores independentes

continua ...

Rio Paraná Energia S.A. | CNPJ/ME nº 23.096.269/0001-19

... continuação das Notas Explicativas da Administração para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

29 Transação não caixa

	2021
Recurso parcial de debêntures alocado em provisão de grandes reparos	295.785

30 Compromissos

30.1. Contratos de compra e venda de energia elétrica

A Companhia possui contratos ACL de venda de energia negociados até o ano de 2028, comprometimento no regime de cotas de garantia física até o ano de 2046 e contratos de compra até dezembro de 2026.

Conselho de Administração

Jianqiang Zhao – Presidente
Yujun Liu – Conselheiro
Carlos Alberto Rodrigues de Carvalho – Conselheiro
Jose Renato Domingues – Conselheiro
Cao Xingyang – Conselheiro
Zhigang Chen – Conselheiro

Diretoria

Evandro Leite Vasconcelos – Diretor Presidente
Carlos Alberto Rodrigues de Carvalho – Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Anderson Vitor Pereira Tonelli – Diretor
Cesar Teodoro – Diretor
Yan Yang – Diretor
Márcio José Peres – Diretor

Rodrigo Teixeira Egreja – Diretor de Controladoria
Antonio dos Santos Entraut Junior – Contador – CRC PR-068.461/O-1

Declaração do Conselho de Administração

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os membros da Conselho de Administração da Rio Paraná Energia S.A. ("Companhia"), sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua Funchal, nº 418, 4º andar, Vila Olímpia, CEP 04551-060, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 23.096.269/0001-19, declaram que:
(i) reviram, discutiram e concordam com o Relatório Anual da Administração e com as Demonstrações Financeiras e com as Demonstrações Financeiras Regulatórias da Companhia do exercício social findo em 31 de dezembro de 2021; e
(ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, auditores independentes da Companhia, relativamente às Demonstrações Financeiras da Companhia do exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2022.
Carlos Alberto Rodrigues de Carvalho
Membro do Conselho de Administração

Declaração da Diretoria

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria da Rio Paraná Energia S.A. ("Companhia"), sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua Funchal, nº 418, 4º andar, Vila Olímpia, CEP 04551-060, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 23.096.269/0001-19, declaram que:
(i) reviram, discutiram e concordam com o Relatório Anual da Administração e com as Demonstrações Financeiras da Companhia do exercício social findo em 31 de dezembro de 2021; e
(ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, auditores independentes da Companhia, relativamente às Demonstrações Financeiras da Companhia do exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2022.
Evandro Leite Vasconcelos // Carlos Alberto Rodrigues de Carvalho
Diretor Presidente // Diretor Financeiro e de Relação com Investidores

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Rio Paraná Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Rio Paraná Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rio Paraná Energia S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA

Ativo financeiro vinculado a concessão (Nota 9)

Parte do montante pago pelo direito de concessão possui previsão contratual de desembolsos fixos e garantidos pelo poder concedente durante o prazo da concessão e sem risco de demanda. Essa parcela é classificada como ativo financeiro. A outra parcela, em função do risco de demanda existente para a sua realização, é classificada como ativo intangível. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo do ativo financeiro vinculado à concessão registrado no ativo circulante e não circulante totalizou R$ 11.410.424 mil.

A determinação do ativo financeiro para o reconhecimento inicial e as mensurações posteriores, demandam o estabelecimento de modelo financeiro, com a utilização de dados e premissas que exigem julgamentos da diretoria e podem impactar as demonstrações financeiras.

Em decorrência do descrito acima, bem como pela relevância dos valores envolvidos, consideramos essa área como um dos Principais Assuntos de Auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos controles internos, do modelo de negócio e da política estabelecida para as contabilizações e as mensurações subsequentes.

Testamos o modelo financeiro e correspondentes dados e premissas, bem com os cálculos desenvolvidos, a fim de confirmar a acuracidade dos valores apurados.

Consideramos que as premissas e julgamentos adotados pela diretoria são razoáveis e as divulgações em notas explicativas consistentes com as informações obtidas.

Porque é um PAA

Provisão para grandes reparos (Nota 19)

Com base em estimativas do departamento de Engenharia, a diretoria provisiona o valor que espera despender com reparos de grandes itens da estrutura, necessários para a operação das unidades geradoras, dentro das condições previstas no Edital do Leilão. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo dessa provisão demonstrada no passivo circulante e não circulante totalizou R$ 1.909.893 mil.

A determinação da provisão é complexa visto que depende de experiências passadas e das poucas referências no mercado para comparação de valores. Adicionalmente, o valor da provisão envolve estimativas quanto a gastos a serem incorridos em longo prazo, com cronograma que pode sofrer alterações, bem como a confirmação dessas estimativas de valores é realizada apenas após os geradores serem desmontados. Portanto, os valores podem variar de forma relevante.

Em decorrência da relevância dos valores envolvidos e do descrito acima, consideramos essa área como um dos Principais Assuntos de Auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossas respostas de auditoria envolveram, entre outros, os procedimentos descritos a seguir.

Entendimento dos critérios e premissas utilizados para a mensuração dos saldos provisionados e conferência matemática dos cálculos efetuados. Discussão com o departamento de engenharia e com a diretoria, conforme apropriado, sobre o andamento do projeto, os motivos que determinaram revisões nos gastos a incorrer e no cronograma da obra.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria são razoáveis para a determinação da provisão para grandes reparos, e que as divulgações efetuadas são consistentes com as informações obtidas dos engenheiros e da diretoria.

Porque é um PAA

Provisões para riscos e contingências passivas (Nota 16)

A Companhia apresenta provisões para riscos decorrentes de processos tributários e, principalmente, passivos contingentes relativos a questões ambientais e tributárias, inerentes ao curso normal dos seus negócios, movidos por terceiros e órgãos públicos. Para as questões ambientais, as Ações Civis Públicas estão em andamento e os pedidos envolvem suposta inobservância de preceitos legais relativos a edificações irregulares, a necessidade de recuperação de áreas e reflorestamentos, bem como compensação de qualquer dano eventualmente causado por ocupação irregular.

Dada a natureza e o estágio dos processos, a diretoria, com o apoio de seus assessores jurídicos, nem sempre consegue estimar com razoável segurança o valor das causas, embora consiga efetuar o prognóstico se a perda é provável, possível ou remota. Dadas as inerentes limitações em processos dessa natureza, bem como os potenciais eventuais efeitos nas demonstrações financeiras, consideramos essa área como uma área de foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossa abordagem de auditoria considerou, entre outros, o entendimento dos principais controles relacionados aos processos judiciais, o registro contábil da provisão para riscos e a divulgação das contingências.

Adicionalmente, avaliamos a competência técnica dos consultores jurídicos da Companhia e analisamos os critérios e premissas utilizados para mensuração, reconhecimento e divulgação dos valores. Efetuamos reuniões com a diretoria e assessores jurídicos internos para discutir os processos e obtivemos confirmação formais desses processos diretamente com os assessores jurídicos internos e externos da Companhia, com o objetivo de observar a classificações de risco de perda e a completude das informações, bem como confrontamos com dados e informações históricas disponíveis.

Consideramos que as divulgações efetuadas sobre o tema são consistentes com as avaliações dos assessores jurídicos internos e externos e demais informações obtidas.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da diretoriadiretoria da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2022.

pwc **PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.**
CRC 2SP 000.160/O-5

Adriano Formosinho Correia
Contador
CRC 1BA 029.904/O-5

www.ctgbr.com.br/rio-parana-energia

Rio Paranapanema Participações S.A. | CNPJ/ME nº 02.357.206/0001-07

Relatório Anual da Administração 2021

Desempenho econômico-financeiro
Principais indicadores

	Consolidado		
	2021	2020	Variação %
Indicadores econômicos			
Receita operacional bruta	2.152.167	1.695.213	27,0
Outras receitas	448	400	12,0
(-) Deduções à receita operacional	(229.006)	(190.423)	20,3
Receita operacional líquida	**1.923.609**	**1.505.190**	**27,8**
(-) Custos e despesas operacionais	(1.742.406)	(121.070)	1.339,2
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	**181.203**	**1.384.120**	**-86,9**
Ebitda	465.290	1.604.001	-71,0
Margem Ebitda – %	24,2%	106,6%	-82,4 p.p.
Resultado financeiro	(183.467)	(389.131)	-52,9
Resultado antes dos impostos	**(2.264)**	**994.989**	**-100,2**
Lucro líquido do período	**7.251**	**696.813**	**-99,0**
Margem líquida – %	0,4%	46,3%	-45,9 p.p.
Sócios controladores	7.589	670.080	-98,9
Sócios não controladores	(338)	26.733	-101,3
Quantidade de ações (lotes de mil)			
Sócios controladores	532.263	532.263	–
Sócios não controladores	266.092	266.092	–
Lucro líquido básico e diluído por ação	**0,00908**	**0,87281**	**-99,0**

O ano de 2021 se mostrou um ano totalmente atípico em virtude das condições do cenário hidrológico. O Brasil enfrentou uma crise hídrica sem precedentes e, apesar de todos esforços implementados pela Administração para a mitigação dos impactos, o resultado foi prejudicado principalmente na linha da Margem Bruta (Receita Líquida reduzida dos custos de Compra de Energia) uma vez que 100% das operações das Controladas da Companhia são realizadas no ambiente de contratação livre e, consequentemente, 100% expostas aos efeitos do risco hidrológico (GSF) em um ambiente de preços elevados de energia no curto prazo.

As Controladas Rio Paranapanema e Rio Sapucaí-Mirim (controlada indireta) contaram ainda com a conclusão nas discussões em torno da liminar do *Generation Scaling Factor* – Fator de Ajuste da Garantia Física – GSF, que resultou na homologação dos valores apurados segundo a lei 14.052 e regulamentação Aneel nº 895/2020 e, partir disso houve o reconhecimento de um complemento do Ativo Intangível registrado como estimativa no final de 2020 relativo à extensão dos contratos de concessão das usinas que, como previsto em lei, corresponde à compensação dos impactos "não hidrológicos" que afetaram o GSF no passado. A contrapartida desse Ativo Intangível foi o lançamento do complemento como recuperação de custos pela extensão da concessão do GSF.

Outros fatores importantes relacionados à solução da questão do GSF foram o pagamento no 1º. trimestre de 2021 do montante relevante do passivo que era mantido pelas Controladas Rio Paranapanema e Rio Sapucaí-Mirim durante a discussão judicial e, além disso, a elevação nas despesas de amortização do novo Ativo Intangível registrado no final de 2020.

Outro fator de destaque em 2021 foi a reversão parcial da provisão pela não recuperabilidade de ativos lançada no passado na controlada indireta Sapucaí Mirim. Essa reversão ocorreu em virtude da expectativa de melhora dos cenários projetados no teste anual de recuperabilidade e também da extensão da concessão em razão da conclusão das discussões do GSF.

No seu primeiro ano de operação comercial completa, a Controlada CTG Trading teve um bom resultado se considerada a crise hídrica sem precedentes que impactou muito o cenário de preços de energia no curto prazo.

Receita

A receita operacional líquida do grupo apresentou crescimento de R$ 418,4 milhões ou 27,8%, principalmente em razão do primeiro ano completo de atividade comercial da Controlada CTG Trading que, em 2020, só foi reativada e operou no último trimestre.

Esse efeito positivo foi compensado pela redução da receita das empresas Rio Paranapanema e Sapucaí Mirim (controlada indireta), principalmente em razão da crise hídrica e seu efeito no GSF. Na comparação com o ano anterior, esses efeitos reduziram a energia disponível para comercialização no mercado livre para operações bilaterais de curto prazo que foram realizadas em 2020.

Custos do serviço de energia e despesas operacionais

	Consolidado		
	2021	2020	Variação %
Pessoal	(87.425)	(76.668)	14,0
Material	(8.151)	(9.601)	-15,1
Serviços de terceiros	(57.289)	(67.641)	-15,3
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica (TFSEE)	(7.363)	(6.718)	9,6
Energia comprada	(1.054.901)	(391.520)	169,4
Provisão para perdas não realizadas em operações de trading	(77.784)	(32.478)	139,5
Encargos de uso da rede elétrica	(153.843)	(141.854)	8,5
Compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos (CFURH)	(26.189)	(33.396)	-21,6
Depreciação e amortização	(284.086)	(219.881)	29,2
Provisões para riscos	1.854	(2.315)	180,1
Aluguéis	(2.464)	(1.684)	46,3
Seguros	(9.354)	(9.441)	-0,9
Compartilhamento de despesas	(15.351)	(16.386)	-6,3
Reversão parcial da perda estimada pela não recuperabilidade de ativos	33.366	43.463	-23,3
Recuperação de custos de compra de energia pela extensão da concessão (acordo GSF)	10.430	849.245	-98,8
Outros	(3.856)	(4.215)	-8,5
	(1.742.406)	**(121.070)**	**1.339,2**

Os custos e despesas operacionais apresentaram, em 2021, um aumento de R$ 1.621,3 milhões em relação a 2020. Essa variação relevante e atípica deu-se principalmente por fatores não recorrentes ocorridos no ano de 2020, conforme abaixo:

• Em 2020, nas Controladas Rio Paranapanema e Rio Sapucaí-Mirim (controlada indireta), foram reconhecidos R$ 849,2 milhões relativos à estimativa de recuperação de custos pela extensão da concessão do GSF em contrapartida à constituição de um ativo intangível. Com a homologação dos valores finais pela Aneel e CCEE, foi reconhecido um complemento de R$ 10,4 milhões no ano de 2021;

• Aumento de R$ 663,4 milhões no custo com energia comprada: esse aumento se dá, principalmente, pela piora no cenário hidrológico (GSF) e, também, pelo aumento no PLD médio na comparação entre os dois anos;

• Aumento de R$ 45,3 milhões na provisão para perdas não realizadas em operações de contratos de futuros de energia, principalmente pelo maior período de atividade em 2021 que em 2020, na controlada CTG Trading;

• Elevação de R$ 64,2 milhões nas despesas com depreciação e amortização, basicamente devido ao início da amortização do ativo intangível, reconhecido em Dez/2020, proveniente da extensão da concessão prevista no acordo do GSF, nas Controladas Rio Paranapanema e Rio Sapucaí-Mirim (controlada indireta);

• Redução de 10,1 milhões relativos à reversão parcial da provisão pela não recuperabilidade de ativos da controlada Rio Sapucaí-Mirim reconhecida no passado. Em 2020 houve reversão de R$ 43,5 milhões e em 2021 a reversão foi de R$ 33,4 milhões.

Ebitda e margem Ebitda

	Consolidado		
	2021	2020	Variação %
Lucro líquido do período	7.251	696.813	-99,0
Imposto de renda e contribuição social	(9.515)	298.176	-103,2
Resultado financeiro (líquido)	183.467	389.131	-52,9
Depreciação e amortização	284.086	219.881	29,2
Ebitda	**465.289**	**1.604.001**	**-71,0**
Margem Ebitda	*24,2%*	*106,6%*	-82,4 p.p.

O Ebitda ou Lajida, é uma medição não contábil, calculada tomando como base as disposições da Instrução CVM nº 527/2012 e é calculado com o lucro líquido acrescido do resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização.

A Administração do Grupo, acredita que o Ebitda fornece uma medida útil de seu desempenho, tratando-se de um indicador que é amplamente utilizado por investidores e analistas para avaliar desempenho e comparar empresas.

O Ebitda apresentou redução de R$ 1.138,7 milhões, ou 82,4 p.p., em comparação ao exercício anterior, principalmente em razão dos impactos positivos não recorrentes do ano de 2020 mencionados anteriormente, com grande destaque para os efeitos de recuperação de compra de energia em virtude do acordo para solução das questões envolvendo o GSF e de todo efeito da crise hídrica no exercício.

Em bases normalizadas, isto é, excluindo-se os efeitos não recorrentes de recuperação de compra de energia e, também, os efeitos das reversões parciais da provisão pela não recuperabilidade de ativos da controlada indireta Rio Sapucaí-Mirim. O Ebitda normalizado apresentou redução de R$ 289,8 milhões ou 40,7%, basicamente impactado pelos efeitos da crise hídrica sem precedentes e seus efeitos no risco hidrológico (GSF) e no preço da energia no curto prazo (PLD).

Resultado financeiro

	Consolidado		
	2021	2020	Variação %
Receitas	115.572	170.753	-32,3
Despesas	(299.039)	(559.884)	-46,6
Resultado financeiro líquido	**(183.467)**	**(389.131)**	**-52,9**

O resultado financeiro líquido apresentado em 2021 foi negativo em R$ 183,5 milhões, representando uma melhora de R$ 205,7 milhões ou 52,9%, em relação ao ano de 2020. Acerca dessa variação é importante destacar:

• Redução de R$ 311,5 milhões nas despesas com variação monetária (IGP-M) referentes aos passivos ligados às liminares mantidas pelas controladas Rio Paranapanema Energia e Rio Sapucaí-Mirim (controlada indireta), visto que o passivo da principal liminar que discutia a questão do GSF foi liquidado ainda no 1º.Trimestre de 2021 com a evolução das tratativas para solução do assunto. Com isso, houve redução expressiva nas despesas com a atualização desses passivos na comparação entre os dois anos;

• Redução de R$ 123,4 milhões na receita financeira referente à remuneração da inadimplência da CCEE em razão da conclusão das discussões a respeito do GSF;

• Elevação de R$ 50,7 milhões nas despesas financeiras de juros e atualização monetária relativas às debêntures mantidas pela Companhia em função de elevação do CDI e do IPCA na comparação entre os dois anos;

• Receita de R$ 88,8 milhões, líquida de PIS e Cofins, em virtude de recebimento de indenização devido à renegociação de preços e prazos de compra de energia conduzida junto à uma comercializadora que não honrou com os compromissos contratuais anteriormente firmados. Ainda como efeito dessa renegociação, foi necessária a recomposição dos volumes de compra de energia junto a outros fornecedores principalmente no 3º. trimestre de 2021;

• – Redução nas receitas de aplicações financeiras de R$ 20,1 milhões, principalmente em virtude da redução do caixa do grupo com a liquidação no 1º. Trimestre de 2021 do passivo relevante que discutia as questões do GSF.

Endividamento

	Consolidado		
	2021	2020	Variação %
Debêntures	**1.293.195**	**1.074.801**	**20,3**
Curto prazo	381.240	376.967	1,1
Longo prazo	911.955	697.834	30,7
(-) Caixa e equivalentes de caixa	**(227.347)**	**(1.151.271)**	**-80,3**
(-) Aplicações financeiras vinculadas	**(1.039)**	**(807)**	**28,7**
Dívida líquida	**1.064.809**	**(77.277)**	**-1.477,9**

			Consolidado		
	Remuneração	Vencimento	2021	2020	Variação %
Debêntures 4ª emissão série 2	IPCA + 6,07% ao ano	16/07/2023	279.689	380.681	-26,5
Debêntures 5ª emissão série 2	IPCA + 7,01% ao ano	20/05/2021	–	116.899	–
Debêntures 7ª emissão série 2	IPCA + 5,90% ao ano	15/08/2022	128.344	231.503	-44,6
Debêntures 8ª emissão série 1	106,75% do DI ao ano	15/03/2023	164.786	160.385	2,7
Debêntures 8ª emissão série 2	IPCA + 5,50% ao ano	15/03/2025	204.950	185.333	10,6
Debêntures 9ª emissão série 1	DI + 1,40% ao ano	26/01/2024	185.521	–	–
Debêntures 9ª emissão série 2	DI + 1,65% ao ano	26/01/2026	329.905	–	–
			1.293.195	**1.074.801**	**20,3**

A dívida líquida é composta pelo endividamento deduzindo-se os recursos de caixa e equivalentes de caixa e de aplicações financeiras vinculadas. Na comparação com a posição final do ano de 2020, houve um aumento expressivo da dívida líquida, basicamente em virtude da redução do caixa mantido pelo Grupo e que foi utilizado na liquidação do passivo referente à liminar que discutia os efeitos do GSF no 1º. Trimestre de 2021.

Lucro líquido do exercício

Em virtude de todos os fatores comentados anteriormente, com destaque para a crise hídrica sem precedentes e para os fatores não recorrentes de 2020, o grupo apresentou lucro líquido no exercício de R$ 7,3 milhões.

continua ...

www.ctgbr.com.br

Rio Paranapanema Participações S.A. | CNPJ/ME nº 02.357.206/0001-07

Balanços Patrimoniais – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Controladora		Consolidado	
Ativo	**Nota**	**2021**	**2020**	**2021**	**2020**
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	17.893	14.719	227.347	1.151.271
Clientes	6	–	–	227.857	860.669
Tributos a recuperar	7	1.737	52	21.440	2.881
Dividendos	10	–	267.047	–	–
Juros sobre capital próprio (JSCP)	11	–	43.334	–	–
Serviços em curso		–	–	24.134	15.980
Despesas antecipadas		–	–	6.019	5.885
Operações de trading	20	–	–	121.520	26.931
Outros créditos		–	–	1.757	1.199
Total do ativo circulante		**19.630**	**325.152**	**630.074**	**2.064.816**
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Aplicações financeiras vinculadas	5.3	–	–	1.039	807
Clientes	6	–	–	2.679	–
Tributos a recuperar	7	–	–	2.272	2.246
Tributos diferidos	27.2	–	–	150.416	141.961
Depósitos judiciais	8	2.646	2.583	61.829	62.942
Despesas antecipadas		–	–	1.909	2.028
Operações de trading	20	–	–	74.665	7.156
		2.646	**2.583**	**294.809**	**217.140**
Investimentos	9	1.901.914	1.882.160	–	–
Imobilizado	12	–	–	2.521.516	2.674.688
Intangível	13	9.415	10.471	823.872	885.125
Total do ativo não circulante		**1.913.975**	**1.895.214**	**3.640.197**	**3.776.953**
Total do ativo		**1.933.605**	**2.220.366**	**4.270.271**	**5.841.769**

		Controladora		Consolidado	
Passivo	**Nota**	**2021**	**2020**	**2021**	**2020**
Circulante					
Fornecedores	14	14	29	579.209	2.085.969
Salários, provisões e contribuições sociais		–	–	18.375	18.117
Tributos a recolher	7	11	5.208	9.766	148.527
Encargos setoriais	15	–	–	31.518	25.438
Debêntures	16	–	–	381.240	376.967
Dividendos	18	–	34.391	1.287	46.210
Juros sobre capital próprio (JSCP)	19	–	–	228	1.954
Partes relacionadas	21	–	36	62.559	2.010
Receitas diferidas		–	–	4.045	4.373
Operações de trading	20	–	–	98.637	25.698
Outras obrigações		–	–	1.598	1.293
Total do passivo circulante		**25**	**39.664**	**1.188.462**	**2.736.556**
Não circulante					
Fornecedores	14	–	–	28.129	25.005
Encargos setoriais	15	–	–	6.585	9.399
Indenização socioambiental		–	–	17.680	15.088
Debêntures	16	–	–	911.955	697.834
Plano de aposentadoria	22	–	–	42.188	44.091
Provisões para riscos	17	–	–	44.762	43.177
Receitas diferidas		–	–	5.367	2.342
Operações de trading	20	–	–	11.625	6.780
Outras obrigações		–	–	7.256	7.957
Total do passivo não circulante		**–**	**–**	**1.075.547**	**851.673**
Total do passivo		**25**	**39.664**	**2.264.009**	**3.588.229**
Patrimônio líquido	23				
Capital social		798.355	798.355	798.355	798.355
Reserva de capital		(16.467)	(16.467)	(16.467)	(16.467)
Reserva de lucros		849.022	1.041.010	849.022	1.041.010
Ajuste de avaliação patrimonial		302.670	357.804	302.670	357.804
Total do patrimônio líquido		**1.933.580**	**2.180.702**	**1.933.580**	**2.180.702**
Participação não controladores		–	–	72.682	72.838
Patrimônio líquido consolidado		**1.933.580**	**2.180.702**	**2.006.262**	**2.253.540**
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.933.605**	**2.220.366**	**4.270.271**	**5.841.769**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**2021**	**2020**	**2021**	**2020**
Receita operacional líquida	24	–	–	**1.923.609**	**1.505.190**
Custos operacionais					
Pessoal		–	–	(74.005)	(64.045)
Material		–	–	(7.840)	(9.298)
Serviços de terceiros		–	–	(34.702)	(41.034)
Energia comprada	25.2	–	–	(1.054.901)	(391.520)
Provisão para perdas não realizadas em operações de trading		–	–	(77.784)	(32.478)
Depreciação e amortização		–	–	(279.081)	(214.835)
Encargos de uso da rede elétrica	25.3	–	–	(153.843)	(141.854)
Compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos (CFURH)		–	–	(26.189)	(33.396)
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica (TFSEE)		–	–	(7.363)	(6.718)
Seguros		–	–	(9.354)	(9.441)
Aluguéis		–	–	(109)	(46)
Provisões para riscos		–	–	1.777	(2.347)
Recuperação de custos de compra de energia pela extensão da concessão (acordo GSF)		–	–	10.430	849.245
Outros		–	–	(685)	(1.295)
		–	–	**(1.713.649)**	**(99.062)**
Resultado bruto		–	–	**209.960**	**1.406.128**
Outros resultados operacionais					
Pessoal		–	–	(13.420)	(12.623)
Material		(8)	–	(311)	(303)
Serviços de terceiros		(1.514)	(1.097)	(22.587)	(26.607)
Depreciação e amortização		(1.056)	(1.070)	(5.005)	(5.046)
Aluguéis		–	–	(2.355)	(1.638)
Provisões para riscos		–	–	77	32
Compartilhamento de despesas		(6.163)	(4.515)	(15.351)	(16.386)
Reversão parcial da perda estimada pela não recuperabilidade de ativos		–	–	33.366	43.483
Outros		(4)	(269)	(3.171)	(2.920)
		(8.745)	**(6.951)**	**(28.757)**	**(22.008)**
Resultado de participações societárias					
Equivalência patrimonial	9	15.214	688.198	–	–
		15.214	**688.198**	**–**	**–**
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		**6.469**	**681.247**	**181.203**	**1.384.120**
Resultado financeiro	26				
Receitas		1.110	3.784	115.572	170.753
Despesas		(2)	(4.718)	(299.039)	(559.884)
		1.108	**(934)**	**(183.467)**	**(389.131)**
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		**7.577**	**680.313**	**(2.264)**	**994.989**
Imposto de renda e contribuição social	27				
Corrente		12	(10.233)	(1.282)	(200.878)
Diferido		–	–	10.797	(97.298)
		12	**(10.233)**	**9.515**	**(298.176)**
Lucro líquido do período		**7.589**	**670.080**	**7.251**	**696.813**
Atribuível a					
Sócios controladores		7.589	670.080	7.589	670.080
Sócios não controladores		–	–	(338)	26.733
		7.589	**670.080**	**7.251**	**696.813**
Lucro líquido básico e diluído por ação	28	0,00951	0,83933		

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Reservas			Ajuste de avaliação patrimonial (*)				
	Capital social	**Capital**	**Lucros**	**Lucros acumulados**	**Custo atribuído**	**Outros resultados abrangentes**	**Patrimônio líquido da controladora**	**Participação dos não controladores**	**Total do patrimônio líquido Consolidado**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**798.355**	**(16.467)**	**1.041.010**	**–**	**376.117**	**(18.313)**	**2.180.702**	**72.838**	**2.253.540**
Resultado abrangente do exercício									
Lucro líquido do exercício	–	–	–	7.589	–	–	7.589	(338)	7.251
Projeção a partir da revisão das premissas econômicas do plano de pensão	–	–	–	–	–	1.829	1.829	74	1.903
Imposto de renda e contribuição social sobre projeção a partir da revisão das premissas econômicas do plano de pensão	–	–	–	–	–	(623)	(623)	(24)	(647)
Resultado atuarial com plano de pensão de benefício definido	–	–	–	–	–	4.792	4.792	190	4.982
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre resultado atuarial	–	–	–	–	–	(1.629)	(1.629)	(65)	(1.694)
	–	–	–	**7.589**	–	**4.369**	**11.958**	**(163)**	**11.795**
Ajuste investimento	–	–	5	–	–	–	5	1	6
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	–	–	–	90.157	(90.157)	–	–	–	–
Imposto diferido sobre a realização do ajuste de avaliação patrimonial	–	–	–	(30.654)	30.654	–	–	–	–
Contribuições e distribuições aos acionistas									
Transferência entre reservas	–	–	67.092	(67.092)	–	–	–	–	–
Dividendos intermediários	–	–	(259.257)	–	–	–	(259.257)	–	(259.257)
Dividendos prescritos	–	–	172	–	–	–	172	6	178
	–	–	**(191.993)**	**(67.092)**	–	–	**(259.085)**	**6**	**(259.079)**
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**798.355**	**(16.467)**	**849.022**	**–**	**316.614**	**(13.944)**	**1.933.580**	**72.682**	**2.006.262**

		Reservas			Ajuste de avaliação patrimonial (*)				
	Capital social	**Capital**	**Lucros**	**Lucros acumulados**	**Custo atribuído**	**Outros resultados abrangentes**	**Patrimônio líquido da controladora**	**Participação dos não controladores**	**Total do patrimônio líquido Consolidado**
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**798.355**	**(8.753)**	**448.161**	**–**	**441.388**	**(29.636)**	**1.649.575**	**58.882**	**1.708.397**
Resultado abrangente do exercício									
Lucro líquido do exercício	–	–	–	670.080	–	–	670.080	26.733	696.813
Projeção a partir da revisão das premissas econômicas do plano de pensão	–	–	–	–	–	(24.339)	(24.339)	(1.271)	(25.610)
Imposto de renda e contribuição social sobre projeção a partir da revisão das premissas econômicas do plano de pensão	–	–	–	–	–	14.243	14.243	725	14.968
Resultado atuarial com plano de pensão de benefício definido	–	–	–	6.068	–	(3.204)	2.864	308	3.172
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre resultado atuarial	–	–	–	263	–	(1.161)	(898)	(213)	(1.111)
Reclassificação reserva de lucros	–	–	(21.419)	–	–	21.419	–	–	–
Reclassificação dos ganhos atuariais líquidos – CPC 33 (R1)	–	–	–	–	(4.365)	4.365	–	–	–
	–	–	**(21.419)**	**676.411**	**(4.365)**	**11.323**	**661.950**	**26.282**	**688.232**
Ajuste entre reservas	–	–	–	(270)	–	–	(270)	270	–
Reversão de pagamento baseado em ação	–	(7.714)	–	6.059	–	–	(1.655)	–	(1.655)
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	–	–	–	92.600	(92.600)	–	–	–	–
Imposto diferido sobre a realização do ajuste de avaliação patrimonial	–	–	–	(31.694)	31.694	–	–	–	–
Contribuições e distribuições aos acionistas									
Transferência entre reservas	–	–	708.716	(708.716)	–	–	–	–	–
Dividendos intermediários	–	–	(94.448)	–	–	–	(94.448)	–	(94.448)
Dividendos propostos	–	–	–	(34.390)	–	–	(34.390)	(10.577)	(44.967)
Juros sobre capital próprio	–	–	–	–	–	–	–	(2.019)	(2.019)
	–	–	**614.268**	**(743.106)**	–	–	**(128.838)**	**(12.596)**	**(141.434)**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**798.355**	**(16.467)**	**1.041.010**	**–**	**376.117**	**(18.313)**	**2.180.702**	**72.838**	**2.253.540**

(*) Vide nota explicativa nº 23.3

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**2021**	**2020**	**2021**	**2020**
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		7.577	680.313	(2.264)	994.989
Ajustes em:					
Depreciação e amortização		1.056	1.070	284.086	219.881
Resultado na baixa do ativo imobilizado/intangível e obrigações especiais		–	–	1.800	2.310
Reversão parcial da perda estimada pela não recuperabilidade de ativos	10	–	–	(33.366)	(43.483)
Apropriação de juros sobre debêntures	14	–	–	82.010	65.418
Amortização de custos de transação sobre debêntures	14	–	–	1.587	1.581
Variação monetária sobre debêntures	14	–	–	73.602	39.462
Variação monetária sobre provisão para riscos	23	–	–	2.718	1.694
Variação monetária sobre depósitos judiciais		(63)	(42)	(2.656)	(2.612)
Variação monetária referente a inadimplência CCEE	23	–	–	8.394	–
Variação monetária referente a liminar CCEE	23	–	–	124.447	304.150
Variação monetária referente a indenização socioambiental	23	–	–	2.592	2.736
Variação monetária Tusd-g	23	–	–	4.438	2.693
Variação monetária P&D		–	–	(267)	335
(Reversão)/constituição da provisão para riscos	15	–	–	(244)	2.315
Recuperação de custos de compra de energia pela extensão da concessão (acordo GSF)	1.3	–	–	(10.430)	(849.245)
Resultados não realizados em operações de trading	26	–	–	(84.314)	(1.609)
Equivalência patrimonial	9	(15.214)	(688.198)	–	–
		(14.221)	**(687.170)**	**454.397**	**(254.374)**
Variações nos ativos					
Clientes		–	–	621.739	(712.273)
Depósitos judiciais		–	–	1.364	(3.735)
Serviços em curso		–	–	(8.154)	(9.635)
Despesas antecipadas		–	–	(15)	369
Outras variações ativas		–	–	190	(4.091)
		–	**–**	**615.124**	**(729.365)**
Variações nos passivos					
Fornecedores		(15)	20	114.790	725.583
Salários, provisões e contribuições sociais		–	–	258	1.377
Impostos, taxas e contribuições		(6.870)	2.858	(22.725)	(3.222)
Receitas diferidas		–	–	2.697	(12.410)
Partes relacionadas		(36)	(473)	60.549	126
Reversão/(constituição) da provisão para riscos		–	–	(5)	(5.647)
Outras variações passivas		6	–	7.677	4.106
		(6.915)	**2.405**	**163.241**	**709.913**
Caixa (aplicado nas)/gerado nas operações		**(13.559)**	**(4.452)**	**1.230.498**	**721.163**
Pagamento de juros sobre debêntures	14	–	–	(70.706)	(75.523)
Pagamento de variação monetária sobre debêntures	14	–	–	(102.170)	(28.691)
Pagamento imposto de renda e contribuição social		–	(3.850)	(135.903)	(122.925)
Pagamento liminar GSF	1.3	–	–	(1.745.996)	–
Caixa líquido (aplicado)/gerado nas atividades operacionais		**(13.559)**	**(8.302)**	**(824.277)**	**494.024**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Aporte de capital		–	(22.500)	–	–
Recebimento na venda de imobilizado		–	–	(869)	4.296
Dividendos recebidos	10	267.047	120.363	–	–
Juros sobre capital próprio recebidos	11	43.334	55.598	–	–
Adições no ativo imobilizado e intangível		–	–	(27.168)	(39.228)
Aporte de capital		**310.381**	**153.461**	**(28.037)**	**(34.932)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Valor recebido pela emissão de debêntures	14	–	–	500.000	–
Custo de transação pela emissão de debêntures	14	–	–	(2.588)	–
Pagamento de debêntures	14	–	–	(263.341)	(299.992)
Pagamento de dividendos	16	(293.648)	(251.145)	(304.002)	(255.910)
Pagamento de juros sobre capital próprio	17	–	–	(1.679)	(2.093)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		**(293.648)**	**(251.145)**	**(71.610)**	**(557.995)**
Aumento/ (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		**3.174**	**(105.986)**	**(923.924)**	**(98.903)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		14.719	120.705	1.151.271	1.250.173
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		17.893	14.719	227.347	1.151.271

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultado Abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
Lucro líquido do exercício	**7.589**	**670.080**	**7.251**	**696.813**
Outros resultados abrangentes do exercício				
Projeção a partir da revisão das premissas econômicas do plano de pensão	1.829	(24.399)	1.903	(25.670)
Imposto de renda e contribuição social sobre projeção a partir da revisão das premissas econômicas do plano de pensão	(623)	14.243	(647)	14.968
Ganhos atuariais com plano de pensão de benefício definido	4.792	2.864	4.982	3.172
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ganhos atuariais	(1.629)	(898)	(1.694)	(1.111)
	4.369	**(8.190)**	**4.544**	**(8.641)**
Resultado abrangente do exercício	**11.958**	**661.890**	**11.795**	**688.172**
Atribuível a				
Sócios controladores	11.958	661.890	11.958	661.890
Sócios não controladores	–	–	(163)	26.282

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

continua ...

Rio Paranapanema Participações S.A. | CNPJ/ME nº 02.357.206/0001-07

Notas Explicativas da Administração para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Informações gerais

1.1. Contexto Operacional

A Rio Paranapanema Participações S.A. ("Companhia") foi constituída com o objetivo principal de atuar como holding, participando no capital de outras sociedades dedicadas às atividades de geração de energia elétrica, além de participar de licitações e/ou leilões de transferência de participação acionária de sociedades do setor de energia elétrica, obtendo as correspondentes concessões, permissões ou autorizações, podendo, para tanto, desenvolver qualquer das seguintes atividades: estudo, planejamento, projeto, construção e operação de sistemas de produção e transformação de energia, especialmente elétrica, as quais são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

A capacidade instalada em operação de sua Controlada Rio Paranapanema Energia S.A. ("Rio Paranapanema") é de 2.265,3 MW, composta pelos seguintes parques geradores em operação no Estado de São Paulo: Usina Hidrelétrica (UHE) Capivara, UHE Chavantes, UHE Jurumirim, UHE Salto Grande, UHE Taquaruçu e UHE Rosana e 49,7% do Complexo Canoas, formado pelas UHEs Canoas I e Canoas II. A capacidade instalada da Controlada indireta Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda. ("Sapucaí-Mirim") é de 32,5 MW, composta pelas Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Retiro e PCH Palmeiras, localizadas no Rio Sapucaí, nos Municípios de Guará e São Joaquim da Barra, ambas no Estado de São Paulo.

A Controlada CTG Brasil Trading Ltda. reingressou, em outubro de 2020, no mercado de comercialização de energia, a fim de auferir resultados por meio da variação de preços de energia, dentro de uma política que considera limites de riscos pré-estabelecidos. Tais operações são transacionadas em mercado ativo e, para fins de mensuração contábil, atendem à definição de instrumentos financeiros por valor justo, devido principalmente ao fato de que não há compromisso de combinar operações de compra e de venda, havendo flexibilidade para gerenciar os contratos para obtenção de resultados por variações de preços no mercado.

As participações diretas e indiretas nas Controladas estão descritas a seguir (as Controladas e a Companhia são denominadas Grupo ou Consolidado):

Empresas controladas	2021		2020	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Rio Paranapanema Energia S.A.	96,19%	–	96,19%	–
CTG Brasil Trading Ltda.	100,00%	–	100,00%	–
Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda.	0,01%	96,19%	0,01%	96,19%

Em 31 de dezembro de 2021, o Grupo apresentou capital circulante líquido negativo no montante de R$ 558.388 o que representa uma melhora de 16,9% em comparação a 31 de dezembro de 2020. Essa variação se dá em virtude de:

- Pagamento referente ao acordo GSF, ocorrida no 1º trimestre de 2021;
- Transferência do não circulante para o circulante referente à parcela do principal da 8ª emissão série 1, 4ª e 7ª emissão série 2 de debêntures.

Sobre o CCL negativo, é muito importante destacar que o Grupo, dentro do seu saldo de Fornecedores, possui um passivo relativo à liminar que discute a redução da Garantia Física (vide nota 14) que, em 31/12/2021, possui um saldo de R$ 476.482. Esse passivo possui uma característica de passivo contingente e somente está classificado no curto prazo pela indefinição acerca do prazo para solução desse caso. Pela avaliação dos consultores jurídicos, apesar da classificação como "possível", o Grupo conta com uma expectativa positiva acerca dos resultados dessa ação.

Se normalizado os efeitos do passivo de liminar mencionado acima, o CCL fica negativo em R$ 103.000.

A Administração analisou toda informação disponível em seus fluxos de caixa projetados e concluiu que contará com recursos suficientes para honrar com suas obrigações, decorrentes da geração de caixa resultante de suas atividades operacionais. Além disso, em caso de qualquer eventualidade, o Grupo poderá estruturar novos financiamentos e, também, contará com suporte financeiro da sua Controladora CTG Brasil.

1.2. Concessão

a) Contrato de concessão

i. Controlada direta

Em 22 de setembro de 1999, a controlada Rio Paranapanema Energia e a Aneel assinaram o contrato de Concessão de Geração nº 76/1999, que regula as concessões de Uso de Bem Público (UBP) para geração de energia elétrica das usinas Jurumirim, Chavantes, Salto Grande, Capivara, Taquaruçu e Rosana, outorgadas pelo Decreto s/nº de 20 de setembro de 1999, sendo que em 5 de agosto de 2011 foi firmado o Primeiro Termo Aditivo. O contrato concede à Rio Paranapanema Energia o direito de produção e comercialização de energia elétrica na condição de produtor independente, deixando, a partir daquela data, de recolher a Reserva Global de Reversão (RGR) (exceto recursos retidos originalmente pela CESP e parcialmente transferidos à Rio Paranapanema Energia em decorrência do processo de cisão daquela empresa), para contribuir com uma taxa de UBP, por um período de 5 anos. O prazo de duração da concessão e do contrato é de 30 anos a partir da data de assinatura do mesmo, podendo ser prorrogado por até 20 anos a critério do Poder Concedente.

Em 30 de julho de 1998 foi assinado o Contrato de Concessão nº 183/1998 e em 18 de agosto de 2000 foi firmado o Primeiro Termo Aditivo a este contrato, que regulam as concessões para geração de energia elétrica das usinas Canoas I e Canoas II, tendo como partes a Aneel e as empresas do Consórcio Canoas, formado pela Rio Paranapanema Energia, como produtora independente de energia elétrica, e a Companhia Brasileira de Alumínio (CBA) na condição de autoprodutor; tal contrato prevê que 53.8 MWm sejam disponibilizados à CBA. Eventuais sobras de energia não utilizadas pela CBA devem ser absorvidas, sem ônus, pela Rio Paranapanema Energia. Reciprocamente, em regime normal de operação, quando a geração for inferior ao estabelecido contratualmente, a diferença será complementada, sem ônus, pela Rio Paranapanema Energia. O contrato de concessão tem prazo de vigência de 35 anos a partir da data de assinatura do mesmo, podendo ser prorrogado por até 20 anos a critério do Poder Concedente.

De acordo com a REH 2.919/2021 que homologa o prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) houve uma prorrogação do prazo de concessão na média de aproximadamente 35 meses.

Controladora

Contrato de concessão Aneel	Usina	Tipo	UF	Rio	Capacidade instalada (MW)	Garantia física (MW médio)	Início da concessão	Vencimento concessão	Vencimento concessão (*)
Nº 76/1999	Jurumirim	UHE	SP	Paranapanema	101,0	44,7	22/09/1999	21/09/2029	17/04/2032
Nº 76/1999	Chavantes	UHE	SP/PR	Paranapanema	414,0	169,1	22/09/1999	21/09/2029	30/03/2032
Nº 76/1999	Salto Grande	UHE	SP/PR	Paranapanema	73,8	52,3	22/09/1999	21/09/2029	11/05/2032
Nº 76/1999	Capivara	UHE	SP/PR	Paranapanema	643,0	329,1	22/09/1999	21/09/2029	21/04/2032
Nº 76/1999	Taquaruçu	UHE	SP/PR	Paranapanema	525,0	195,6	22/09/1999	21/09/2029	19/04/2032
Nº 76/1999	Rosana	UHE	SP/PR	Paranapanema	354,0	173,9	22/09/1999	21/09/2029	15/04/2032
Nº 183/1998	Canoas I	UHE	SP/PR	Paranapanema	82,5	54,2	30/07/1998	29/07/2033	29/07/2037
Nº 183/1998	Canoas II	UHE	SP/PR	Paranapanema	72,0	45,6	30/07/1998	29/07/2033	26/07/2037
					2.265,3	**1.064,5**			

(*) Prazo ajustado de acordo com a REH 2.919/2021.

b) Resoluções autorizativas

ii. Controlada indireta

A Aneel autorizou a exploração do potencial hidrelétrico das PCH's Retiro e Palmeiras respectivamente, através das Resoluções nº 549 de 08 de outubro de 2002 e nº 706 de 17 de dezembro de 2002, em nome da Sociedade de Energia Bandeirantes – SEBAND – Ltda. (Seband).

Em fevereiro de 2007, a Rio Paranapanema Participações S.A. e a Seband assinaram Contrato de Cessão e Transferência de Quotas e Outras Avenças, objetivando a transferência dos bens e direitos relativos à exploração do aproveitamento hidrelétrico das PCH Retiro e PCH Palmeiras para a Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda., concomitantemente à transferência integral das quotas da Controlada para a Rio Paranapanema Participações S.A.

Através da Resolução nº 944 de 05 de junho de 2007, a Aneel autorizou a transferência das autorizações para implantar e explorar as PCH Retiro e PCH Palmeiras da Seband para a Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda.

Em 2015, Rio Paranapanema Participações S.A. transferiu o controle societário da Sapucaí-Mirim para a Rio Paranapanema Energia por meio de constituição de reserva de capital.

De acordo com a REH 2.919/2021 que homologa o prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia houve uma prorrogação do prazo de concessão na média de aproximadamente 34 meses.

Controlada

Resolução Aneel	Usina	Tipo	UF	Rio	Capacidade instalada (MW)	Garantia física (MW médio)	Início da concessão	Vencimento concessão	Vencimento concessão (*)
Nº 549/2002	Retiro	PCH	SP	Sapucaí	16,0	8,1	10/10/2002	09/10/2032	21/11/2034
Nº 706/2002	Palmeiras	PCH	SP	Sapucaí	16,5	8,1	18/12/2002	17/12/2032	05/06/2036
					32,5	**16,2**			

(*) Prazo ajustado de acordo com a REH 2.919/2021.

1.3. Liminar sobre o fator de ajuste de energia – Generation Scaling Factor – Fator de Ajuste da Garantia Física – (GSF)

A severa crise hidrológica ocorrida entre 2012 e 2018 causou a redução dos níveis dos reservatórios das usinas hidrelétricas e elevou o despacho das usinas termelétricas ao máximo. Com isso, o Preço de Liquidação de Diferenças (PLD) atingiu seu teto nos anos de 2014, 2015, 2017 e 2018, elevando a exposição das geradoras de energia no Mercado de Curto Prazo (MCP), em decorrência do GSF. Após longo período de discussões, inclusive judiciais, a Lei nº 14.052/2020, que apresentou as diretrizes sobre a compensação, mediante a prorrogação dos prazos dos contratos de concessão aos titulares de usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) pela parte não correspondente ao risco hidrológico, decorrentes de:

i. restrições ao escoamento de energia das usinas hidrelétricas estruturantes em função do atraso na entrada em operação de instalações de transmissão;

ii. da diferença entre a garantia física outorgada na fase de motorização das usinas hidrelétricas estruturantes e os valores da agregação efetiva de cada unidade geradora motorizada ao Sistema Interligado Nacional (SIN);

iii. Geração termelétrica despachada fora da ordem de mérito.

Diante das diretrizes de governança do Grupo e das informações disponíveis, o Conselho de Administração, em reunião ocorrida em 29 de dezembro de 2020, aprovou que fossem tomadas as medidas necessárias para adesão ao acordo pelo valor referente a extensão pela repactuação do risco hidrológico que trata a lei 14.052, regulamentada pela REN 895/2020.

Para ter o direito à compensação, mediante a prorrogação dos prazos dos contratos de concessão, os agentes deveriam renunciar à disputa judicial cujo objeto fosse a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE e a qualquer alegação de direito sobre o qual se funda a referida ação. Segundo a normatização, além da desistência da ação judicial, automaticamente, os agentes também deveriam quitar eventuais débitos dessas liminares junto à CCEE. O pagamento foi feito pelo Grupo no 1º trimestre de 2021, no montante de R$ 1.745.996.

Ainda de acordo com a Lei nº 14.052/2020 e REN 895/2020, foram confirmados, em agosto, pela Resolução Homologatória Aneel 2.919/2021, os valores divulgados em março, ressarcindo as usinas sob administração do Grupo em função do acordo referentes a riscos "não hidrológicos" no mercado livre. Como efeito, foram registrados complementos em seu ativo intangível R$10.430.

Em atendimento ao cronograma da Lei nº 14.052 /2020, em 29 de setembro o Grupo protocolou na Aneel a documentação para a adesão ao acordo do GSF relativa às UHEs Capivara, Chavantes, Taquaruçu, Salto Grande, Rosana e Jurumirim e também às PCHs Palmeiras e Retiro. E em 08 de outubro, a documentação relativa às UHEs Canoas I e II, cuja titularidade é compartilhada pelo Grupo com a CBA. A documentação consistia em pedido de homologação, comprovação de desistência da ação judicial e renúncia de alegação de direito sobre o qual se funda a ação e Termo de compromisso elaborado pela Aneel.

Em 03 de dezembro de 2021, o Grupo protocolou recurso administrativo perante a Aneel em que se pleiteia a restituição de parte da correção do IGP-M incidente sobre os valores pagos por ocasião da quitação do passivo ligado à discussão do GSF a partir da decisão pela adesão ao "Acordo GSF" nos termos da Lei 14.120/2020. A parcela pleiteada corresponde à metodologia aplicada pela Aneel e CCEE onde foram desconsiderados no cálculo da atualização monetária os meses onde o IGP-M apresentou variação negativa (deflação). Os valores envolvidos são da ordem de R$ 61 milhões no Consolidado.

1.4. Revisão das garantias físicas das usinas hidrelétricas

Em 4 de maio de 2017 foi publicada a Portaria nº 178/2017 que definiu os novos valores de garantia física de energia das usinas hidrelétricas despachadas centralizadamente, válidos a partir de 1º de janeiro de 2018. Assim, a partir desta data, houve uma redução de aproximadamente 5% da garantia física da Rio Paranapanema Energia S.A. em relação à garantia física vigente em dezembro de 2017.

Em 2 de fevereiro de 2018, a Companhia ajuizou duas ações perante a Justiça Federal do Distrito Federal em face da União Federal, com pedido de liminar para suspender a aplicação desta Portaria e questionar os parâmetros de garantia física. Em ambas as ações, as liminares não foram concedidas em primeira instância.

Entre os anos de 2018 e 2020, a Companhia obteve liminares para afastar a aplicabilidade da Portaria em relação às UHEs, no entanto as sentenças proferidas em 2019 foram desfavoráveis, das quais houve apelação.

Em 16 de dezembro de 2020 foi proferida decisão judicial em sede de apelação que confirmou e estabilizou o efeito da liminar da Controlada no sentido de não se aplicar os efeitos da Portaria nº 178/2017. Para mais informações, vide nota explicativa nº 14.

1.5. Marco legal do setor elétrico

Em 2017 o MME lançou as Consultas Públicas (CP) nº 032, nº 033, que visam à reorganização do setor elétrico brasileiro colocando em discussão as propostas para temas como abertura do mercado livre, separação de lastro e energia, administração da sobra de contratação involuntária, racionalização de subsídios, descotização e privatização de concessionárias de geração.

O Projeto de Lei (PL) 232/2016, que em uma de suas versões acatou os principais pontos das CPs discutidas no âmbito do MME para mudanças estruturais no SEB, foi remetido à Câmara dos Deputados em 10 de fevereiro de 2021 sob o nº PL 414/2021 para iniciar uma nova fase de tramitação. Tendo em vista a regulamentação de algumas matérias contidas no texto original do PL 232 por meio de outros instrumentos, solar, eólica e biomassa, o projeto deverá ser revisto e readaptado ao momento atual do setor elétrico.

Em 14 de dezembro de 2021, a Comissão Especial do PL 1917/2015, que também trata de temas relacionados à modernização do setor, aprovou o relatório do projeto. Os principais temas aprovados no texto são: abertura total do mercado em até 72 meses, separação de lastro e energia, formação de preço, garantias financeiras, novas regras para prorrogação das concessões.

Em 01 março de 2021 foi publicada a Lei 14.120 que, dentre outros temas, aprovou o fim dos subsídios na tarifa para novos empreendimentos de energia solar, eólica e de biomassa após 12 meses, contados a partir da publicação da lei. Os descontos para novos empreendimentos hidráulicos até 30 MW serão concedidos por 5 anos adicionais. A partir desta data, os descontos serão reduzidos para 25% nos 5 anos seguintes.

1.6. COVID – 19

1.6.1. Impactos causados pela pandemia e medidas adotadas pela Companhia.

Diante do cenário desafiador e incerto imposto pela pandemia do Covid-19, o Grupo, do qual a Companhia faz parte, implantou um Comitê Executivo Multidisciplinar que estabeleceu e acompanhou o andamento de programas e ações, com os objetivos de garantir a segurança e proteção dos seus profissionais e prestadores de serviço, minimizar os impactos nas suas atividades e garantir a continuidade das suas operações em seu mais alto nível.

A partir disso, foi desenvolvido um protocolo de atendimento médico e disponibilizado um canal através da telemedicina, para acompanhamento diário da evolução do quadro de saúde, esclarecimento de dúvidas e encaminhamento, quando necessário, à unidade de atendimento hospitalar visando garantir a correto tratamento ao profissional. Em complemento à estas ações, foi implementado o processo de testagem PCR para todos os profissionais que regularmente acessam as suas unidades.

Adicionalmente, campanhas de comunicação e conscientização foram estabelecidas com o objetivo de apresentar as mais recentes informações científicas, assim como a realização de palestras virtuais com alguns dos mais renomados e reconhecidos profissionais nas áreas científicas no Brasil.

Entre outras ações práticas, intensificou as medidas de higienização e limpeza nos locais de comum acesso para reduzir o risco de contágio.

Com a evolução da vacinação no Brasil, as atividades presenciais nos escritórios do Grupo foram retomadas de forma gradual a partir de setembro, priorizando os profissionais com vacinação completa, que deverão seguir rígido protocolo sanitário definido pelo Comitê Executivo Multidisciplinar e que acessarão a estas localidades em dias alternados, para maior segurança e saúde de todos.

Esforços também foram direcionados na gestão feita pelas áreas Comercial e Financeira junto à carteira de clientes, revisitando seus níveis de contratação, de forma a evitar perdas financeiras, cujo resultado foi alcançado com sucesso até o momento. Da mesma forma, a Administração acompanhou a evolução dos contratos com seus principais fornecedores, assegurando que as obrigações contratuais seguissem sendo cumpridas.

Principalmente pela atividade da Companhia ser essencial para o funcionamento da economia e assistência à pandemia, não houve impactos relevantes no desempenho de suas operações e nem em seu fluxo de caixa. Como contribuição à sociedade, foram investidos recursos em termos de tempo de suas equipes e financeiros, na viabilização das ações de prevenção e controle da proliferação do vírus.

A retração das atividades econômicas no mercado nacional foi amenizada pela estratégia de sazonalização e gestão do balanço energético do Grupo. Já a trajetória de fortes oscilações em diversos índices no mercado financeiro demandou grande esforço da Administração para minimizar seus impactos.

Embora não tenha ocorrido nenhum grande impacto financeiro, os riscos em decorrência da pandemia permanecem incertos e, com isso, sem mensuração segura. Inclusive, existe a exposição a eventuais restrições legais e de mercado que podem ser impostas pelo Governo e demais reguladores. Assim, não é possível assegurar que não haverá impactos futuros nas operações enquanto a pandemia perdurar.

1.6.2. Determinações regulatórias

Em decorrência da pandemia e seus impactos sobre o setor elétrico, foi publicada a MPV nº 950/2020, regulamentada pelo Decreto 10.350/2020, autorizando a criação da Conta-Covid, administrada pela CCEE, com o objetivo de receber recursos para cobrir déficits ou antecipar receitas às concessionárias e permissionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica – e do Setor extremamente prejudicado pelos rebatimentos econômicos que o estado de calamidade pública imprimiu ao país. Os critérios e procedimentos para gestão da Conta-Covid foram discutidos sob a forma de Consulta Pública no âmbito da Aneel e regulamentados pela REN nº 885/2020.

A medida autoriza a CCEE a realizar empréstimos bancários para cobrir déficits ou antecipar receitas das distribuidoras de energia referentes às competências de abril a dezembro de 2020, no limite de R$ 16,1 bilhões, diluindo o impacto financeiro causado pela pandemia em 60 meses, prazo ajustado para o pagamento do empréstimo pelas distribuidoras às instituições financeiras.

Em paralelo, a Aneel homologou as regras de repasse dos recursos dos programas de P&D e EE destinados à modicidade tarifária à CDE.

De acordo com a Lei nº 14.120/2021, serão destinados à CDE os recursos não comprometidos com projetos contratados ou iniciados entre 1º de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2025 no limite de 70% dos valores investidos em pesquisa e desenvolvimento.

Embora o Grupo esteja sujeito a obrigação de investimento em P&D os montantes já comprometidos com projetos são superiores a obrigação de recursos a serem investidos, portanto, até o momento não há efeitos financeiros para a Companhia.

1.7. Crise hídrica

O Brasil enfrenta a pior crise hídrica dos últimos 91 anos e, diante desse cenário, diversos reservatórios de hidrelétricas no país estão próximos do seu nível mínimo para a geração de energia elétrica.

Os sistemas do Sudeste (onde se localizam a maioria das usinas hidrelétricas da Companhia) e Centro-Oeste, responsáveis por cerca de 70% da geração hidrelétrica do país, têm sofrido uma deterioração rápida da situação hidrológica, e atualmente operam com volume bem reduzido.

A verificação dos baixos níveis de afluência no último período, em comparação aos níveis históricos, preocupou os órgãos reguladores quanto à capacidade de atendimento da matriz energética brasileira e, por consequência, direcionou no terceiro trimestre o despacho de todo parque de usinas térmicas disponíveis.

Dentro desse contexto, os preços de energia (PLD) atingiram o teto estabelecido pela Aneel (R$ 583,88/MWh) ao longo do período seco além do GSF apurado em patamares muito aquém do estimado.

Em razão da crise hídrica, em 01 de junho de 2021 foi publicada a Resolução nº 77 da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), que declara situação crítica de escassez quantitativa dos recursos hídricos na Região Hidrográfica do Paraná. Em 28 de junho, foi instituída a Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (CREG), com vistas a estabelecer medidas emergenciais para otimizar o uso dos recursos hidroenergéticos.

A partir da instituição da CREG, foram aprofundados os estudos pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), em conjunto com a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e agentes concessionários, sobre a evolução das condições de operação dos reservatórios e encaminhamento para avaliação do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) em caso de necessidade de ajuste da programação da geração.

A situação hidrológica apresentou melhoras significativas a partir de outubro, mas os níveis de reservatório seguem críticos e a operação do sistema e as consequências desta operação sobre os resultados da Companhia seguem sendo monitorados de perto pela CTG.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão dessas demonstrações financeiras para foi autorizada pela diretoria da Companhia em 23 de fevereiro de 2022.

2.2. Base de preparação e mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo foram preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade *International Financial Reporting Standards – (IFRS)*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), os quais foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), incluindo também as normas complementares emitidas pela CVM.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pelas obrigações com entidade de previdência privada, intangível recuperação de custos pela extensão do GSF e pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, bem como pela avaliação de ativos imobilizados ao seu custo atribuído ("deemed cost"), na data de transição para as práticas contábeis adotadas no Brasil alinhadas às IFRS em janeiro de 2009 e pelos ativos adquiridos na combinação de negócios, que foram mensurados inicialmente a valor justo na data de aquisição.

O Grupo considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte do Grupo no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais, estão divulgadas na nota explicativa nº 2.4.

2.3. Moeda funcional e moeda de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão apresentadas em reais, moeda funcional utilizada pelo Grupo.

2.4. Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade do Grupo em continuar operando normalmente e concluiu que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro, nos termos descritos na nota explicativa nº 1.1. Assim, conforme CPC 26 – Apresentação das demonstrações financeiras, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2.5. Uso de estimativas e julgamentos contábeis críticos

A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações financeiras. As premissas utilizadas são baseadas em informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. Essas estimativas são revisadas periodicamente e seus resultados podem diferir dos valores inicialmente estimados.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

i. Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota explicativa nº 27)

ii. Vida útil de ativos de longa duração e *impairment* (nota explicativa nº 12)

iii. Valor do ativo relacionado à prorrogação dos prazos dos contratos de concessão decorrente do acordo relacionado ao GSF (nota explicativa nº 13)

iv. Provisões e passivos contingentes (nota explicativa nº 17)

continua ...

Rio Paranapanema Participações S.A. | CNPJ/ME nº 02.357.206/0001-07

... continuação das Notas Explicativas da Administração para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

v. Variação da curva de preço da *trading* (nota explicativa nº 20)

2.6. Base de Consolidação

Nas demonstrações financeiras da Controladora os investimentos nas empresas controladas possuem seu valor contábil aumentado ou diminuído pelo reconhecimento da participação da investidora no lucro, no prejuízo e em outros resultados abrangentes gerados pelas investidas, após a aquisição.

As distribuições de resultados reduzem o valor contábil dos investimentos.

Controladas são todas as entidades nas quais o Grupo tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, acompanhada de uma participação maior que a metade dos direitos a voto (capital votante). Nas demonstrações financeiras consolidadas, as Controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

Os principais procedimentos para a consolidação foram a eliminação de investimentos da Controladora nas suas controlada; eliminação dos saldos das contas entre a Controladora e as suas controladas, bem como das contas mantidas entre essas controladas e destaque aos acionistas não controladores nos balanços patrimoniais, nas demonstrações do resultado e nas demonstrações dos resultados abrangentes. Também, as transações entre as entidades controladas e os ganhos não realizados em transações entre empresas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das Controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

A posição dos investimentos em Controladas em 31 de dezembro de 2020 está descrita na nota explicativa nº 9.

3 Principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis e estimativas, aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras, estão apresentadas nas respectivas notas explicativas. Estas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

3.1. Despesas pagas antecipadamente

Os valores registrados no ativo representam as despesas pagas antecipadamente de seguros e fianças bancárias para apropriação conforme o regime de competência, isto é, amortizadas linearmente pelo prazo de vigência da apólice e carta fiança, bem como gastos incorridos com o sistema de banco de dados de cadastramento das propriedades nas bordas dos reservatórios, amortizados linearmente pelo prazo de concessão.

3.2. Serviços em curso

Os valores registrados nessa rubrica referem-se aos recursos aplicados em projetos de P&D, em consonância com a Resolução Normativa nº 605/2014 da Aneel. Quando concluído, os projetos são baixados em contrapartida da conta do passivo, relacionada à provisão de P&D e submetidos à aprovação da Superintendência da Aneel (nota explicativa nº 15.1.2).

3.3. Impairment

O Grupo testa a recuperação de seus ativos quando há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização, segregados por unidade geradora de caixa, utilizando o critério do fluxo de caixa descontado que dependem de diversas estimativas, que são influenciadas pelas condições de mercados vigentes no momento em que essa recuperabilidade é testada.

3.3.1. *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente Unidade Geradora de Caixa (UGC). Os ativos não financeiros que tenham sofrido *impairment* são revisados para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

Os detalhes das análises de *impairment* do Grupo estão evidenciados na nota explicativa nº 12.5.

***3.3.2.* Impairment de ativos financeiros**

O Grupo avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos seus ativos financeiros. O Grupo aplica julgamento para estabelecer premissas e para selecionar os dados para o cálculo do *impairment*, com base no histórico, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício. Assim, o Grupo avalia no fim de cada exercício se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos "evento de perda" e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

3.4. Participação nos lucros

O Programa de Participações no Resultado (PPR) é um programa de engajamento com os resultados do Grupo, regulamentado pela Lei 10.101/00. É uma ferramenta de remuneração por desempenho, composto por regras de atingimento dos resultados com base em indicadores corporativos e individuais, cuja participação abrange todos os empregados ativos, sendo firmado mediante acordos coletivos com sindicatos para uma vigência anual.

O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de PPR ao longo do exercício.

3.5. Adoção as normas de contabilidade novas e revisadas

Os pronunciamentos que entraram a partir de 01 de janeiro de 2021 não geraram impactos em suas demonstrações financeiras.

Estes novos pronunciamentos estão demonstrados abaixo:

• Benefícios relacionados à Covid-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento (CPC 06/ IFRS 16).

• Contrato de seguro, modelo mais abrangente dos contratos de seguros para a contabilidade (CPC 50/ IFRS 17)

4 Gestão de riscos do negócio

4.1. Riscos financeiros

As atividades do Grupo as expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco do Grupo se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo.

A gestão de risco é realizada pelo Grupo, seguindo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração que identifica, avalia e protege o Grupo contra eventuais riscos financeiros.

4.1.1. Risco de mercado

4.1.1.1. Risco hidrológico

O risco hidrológico decorre dos impactos da hidrologia na operação das usinas pelo Operador Nacional do Sistema (ONS).

Tais impactos incluem a flutuação do PLD, que aumenta em casos de hidrologia desfavorável e é utilizado para a valorização da exposição dos agentes do setor (sobras e déficits de energia).

Outro índice importante é o GSF, fator que pode reduzir ou aumentar a energia disponível para a venda de usinas hidráulicas a depender da situação hidrológica e do despacho realizado pelo ONS, afetando diretamente a exposição destas usinas ao PLD.

Estes fatores podem ser mitigados através de uma estratégia de proteção contra o risco hidrológico e, por consequência, a manutenção do equilíbrio econômico e financeiro do Grupo. Essa proteção pode ser obtida através do mecanismo de deixar parte da garantia física das Usinas descontratada e, também, pela compra de energia no mercado quando se tem evidência no curto prazo um GSF pior do que o planejado inicialmente.

4.1.1.2. Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxa de juros do Grupo decorre de debêntures de longo prazo e caixa e equivalentes de caixa.

As debêntures emitidas às taxas variáveis expõem o Grupo ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa.

O impacto causado pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro (DI) e pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) sobre as debêntures é minimizado pela remuneração das aplicações financeiras pelo DI e pelos preços nos contratos de venda de energia elétrica que também estão indexados à variação dos índices IPCA ou índice Geral de Preço do Mercado (IGP-M).

4.1.2. Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto.

No caso de clientes, a área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada, exposição no mercado das empresas do setor energético e outros fatores.

O preço da energia elétrica vendida para distribuidoras e clientes livres determinados nos contratos de leilão e bilaterais está no nível dos preços fechados no mercado e eventuais sobras ou faltas de energia são liquidadas no âmbito da CCEE.

4.1.3. Risco de liquidez

O Grupo monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Fazem a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida do Grupo, em cumprimento de cláusulas restritivas ("*covenants*"), cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências legais ou regulatórias externas.

O Grupo investe o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez adequada para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões anteriormente mencionadas.

Conforme mencionado na nota explicativa 1.1 sobre o CCL negativo e sobre a normalização desse indicador, o Grupo monitora constantemente seus fluxos de caixa projetados e concluiu que contará com recursos suficientes para honrar com suas obrigações, decorrentes da geração de caixa resultante de suas atividades operacionais. Além disso, em caso de qualquer eventualidade, o Grupo poderá estruturar novos financiamentos e, também, contará com suporte financeiro da sua Controladora CTG Brasil.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos (debêntures) do Grupo e os respectivos prazos de amortização com base nos índices projetados. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros, com base na data mais próxima em que o Grupo deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal.

			Controladora e consolidado				
Emissão	Série	Remuneração	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a dois anos	Mais de dois anos	Total
4ª	2	Variação IPCA + 6,07 % ao ano	–	157.708	155.247	–	312.955
7ª	2	Variação IPCA + 5,90 % ao ano	3.716	133.401	–	–	137.117
8ª	1	Variação 106,75% do DI ao ano	86.951	4.926	84.280	–	176.157
8ª	2	Variação IPCA + 5,50 % ao ano	10.991	–	11.476	236.492	258.959
9ª	1	Variação DI + 1,40% ao ano	7.564	11.143	20.210	188.993	227.910
9ª	2	Variação DI + 1,65% ao ano	13.864	20.370	36.755	378.468	449.457
			123.086	**327.548**	**307.968**	**803.953**	**1.562.555**

Certificado de Depósito Interfinanceiro (DI).

4.2. Risco de aceleração de dívidas

A Controlada Rio Paranapanema Energia S.A. possui debêntures, com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas a atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas foram atendidas neste exercício e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações (vide nota explicativa nº 16.4 e 16.5).

4.3. Risco de regulação

As atividades das Controladas, Rio Paranapanema Energia e CTG Trading, e a Controlada indireta Sapucaí-Mirim, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela Aneel. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades do Grupo.

4.4. Risco ambiental

As atividades e instalações do Grupo estão sujeitas a diversas leis e regulamentos federais, estaduais e municipais, bem como a diversas exigências de funcionamento relacionadas à proteção do meio ambiente. Adicionalmente, eventual impossibilidade das suas Controladas operarem suas usinas em virtude de autuações ou processos de cunho ambiental poderá comprometer a geração de receita operacional das Controladas e afetar negativamente o resultado do Grupo.

As Controladas utilizam-se da política de gestão de Meio Ambiente, Saúde e Segurança (MASS) para assegurar o equilíbrio entre a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades, minimizando os riscos para o Grupo.

Os processos ambientais estão descritos na nota explicativa nº 17.

4.5. Análise da sensibilidade

O Grupo, em atendimento ao disposto no item 40 do CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação, divulgam quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, compostos por debêntures e aplicações financeiras, ao qual o Grupo estão expostas na data de encerramento do exercício. O cálculo da sensibilidade para o cenário provável foi realizado considerando a variação entre as taxas e índices vigentes em 31 de dezembro de 2021 e as premissas disponíveis no mercado para os próximos 12 meses (fonte: Banco Central do Brasil). Demonstramos a seguir, os impactos no resultado financeiro do Grupo, para o cenário estimado para os próximos 12 meses:

			Controladora	
Instrumentos financeiros	Indexador	Variação Provável do Indexador	2021	Cenário Provável
Ativos financeiros				
Aplicações financeiras	DI	11,36%	17.869	2.029

			Consolidado	
Instrumentos financeiros	Indexador	Variação Provável do Indexador	2021	Cenário Provável
Ativos financeiros				
Aplicação financeira em fundos de renda fixa	DI	11,36%	222.961	25.319
Aplicações financeiras vinculadas	DI	11,36%	1.039	118
			224.000	**25.437**
Passivos financeiros				
Debêntures 4ª emissão série 2	IPCA + 6,07% ao ano	5,47%	(279.689)	(33.212)
Debêntures 7ª emissão série 2	IPCA + 5,90% ao ano	5,47%	(128.344)	(15.010)
Debêntures 8ª emissão série 1	106,75% do DI ao ano	11,36%	(164.786)	(19.976)
Debêntures 8ª emissão série 2	IPCA + 5,50% ao ano	5,47%	(204.950)	(23.105)
Debêntures 9ª emissão série 1	DI + 1,40% ao ano	11,36%	(185.521)	(23.237)
Debêntures 9ª emissão série 2	DI + 1,65% ao ano	11,36%	(329.905)	(20.289)
			(1.293.195)	**(134.829)**
Total da exposição líquida			**(1.069.195)**	**(109.392)**

4.6. Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a Administração efetua ajustes adequando às condições econômicas atuais, revendo assim as políticas de pagamentos de dividendos, captação de empréstimos, debêntures e financiamentos, ou ainda, emitindo novas ações.

O Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de financiamentos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2021 e 2020 podem ser assim sumariados:

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2021	2020	2021	2020
Debêntures	16	–	–	1.293.195	1.074.801
(-) Caixa e equivalentes de caixa	5.2	(17.893)	(14.719)	(227.347)	(1.151.271)
(-) Aplicações financeiras vinculadas	5.3	–	–	(1.039)	(807)
Dívida líquida		**(17.893)**	**(14.719)**	**1.064.809**	**(77.277)**
Patrimônio líquido		1.933.580	2.180.702	2.006.262	2.253.540
Total do capital		**1.915.687**	**2.165.983**	**3.071.071**	**2.176.263**
Índice de alavancagem financeira – (%)*		**- 0,9**	**- 0,7**	**34,7**	**- 3,6**

* Dívida líquida/Total do capital

5 Caixa e equivalentes de caixa

5.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, e contas garantidas liquidadas em período igual ou menor a três meses. As aplicações financeiras correspondem às operações de fundos de investimentos de renda fixa e certificados de depósitos bancários, as quais são realizadas com instituições que operam o mercado financeiro nacional e são contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração próxima a do DI. Os ganhos e perdas decorrentes de variações nos saldos das aplicações financeiras são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" no exercício em que ocorrem (vide nota explicativa nº 26).

5.2. Composição

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Caixas e bancos	24	28	4.386	144
Aplicações financeiras	17.869	14.691	222.961	1.151.127
Certificado de depósito bancário (CDB)	17.869	14.691	222.961	1.151.127
Fundo de renda fixa	–	–	–	–
	17.893	**14.719**	**227.347**	**1.151.271**

5.3. Aplicações financeiras vinculadas

As aplicações financeiras vinculadas, destinadas para gastos ambientais, possuem prazos determinados e são remunerados com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro (DI).

	Gastos Ambientais
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**807**
Aplicações	868
Rendimentos	32
Resgates	(668)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**1.039**

5.4. Qualidade de créditos do caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes.

			Controladora		Consolidado	
Standard & Poor's	Moody's	Fitch	2021	2020	2021	2020
AAA	AAA	AAA	17.891	–	122.634	–
–	AAA	AA	2	–	6	–
AAA	–	AAA	–	14.712	4	256.299
AAA	–	–	–	4	10.607	864.055
–	–	AA	–	3	–	15
AA	–	AA	–	–	–	31.709
AAA	AAA	AA	–	–	951.135	–
			17.893	**14.719**	**228.386**	**1.152.078**

6 Clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes no decurso normal das atividades da Companhia e sua Controlada. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. Incluem os valores relativos ao suprimento de energia elétrica faturada e não faturada, inclusive a comercialização de energia elétrica efetuada no âmbito da CCEE. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para crédito de liquidação duvidosa. Na prática, dado o prazo de cobrança, são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária.

O Grupo não mantém contas a receber como garantia de nenhum título de dívida.

6.1. Composição

	À vencer		Consolidado	
	Até 90 dias	Acima de 365 dias	2021	2020
Contratos ACL	165.095	–	165.095	150.238
Energia de curto prazo (MRE/ MCP)	62.762	2.679	65.441	710.431
	227.857	**2.679**	**230.536**	**860.669**

A principal variação no saldo de contas a receber se deve às arrecadações da CCEE no 1º trimestre de 2021 de valores que estavam represados em razão das discussões em torno do GSF, conforme nota explicativa nº 1.3

6.2. Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

Constituída com base na estimativa das possíveis perdas que possam ocorrer na cobrança destes créditos, de acordo com CPC 48/IFRS 9 – Instrumentos Financeiros

As perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa são estabelecidas quando existe uma evidência objetiva de que o Grupo não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber.

A Administração do Grupo não registra PECLD para eventos referentes ao MRE e MCP, pois entende que não há risco de não recebimento.

As faturas emitidas pelo Grupo referentes aos contratos bilaterais e de leilão são emitidas com vencimento único no mês seguinte ao do suprimento.

Para o exercício de 2021, não foi necessária a constituição de perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa para a Companhia e sua Controlada.

6.3. Qualidade de crédito dos clientes

As transações relevantes para os negócios do Grupo e suas controladas em que há exposição de crédito são as vendas de energia realizadas no Ambiente de Contratação Livre (ACL), através dos contratos bilaterais.

O histórico de perdas no Grupo em decorrência de dificuldades apresentada por clientes em honrar os seus compromissos é irrelevante diante das políticas e procedimentos vigentes.

O risco de crédito dos contratos de venda de energia com os clientes no ACL é minimizado pela análise prévia da área de crédito do Grupo de todos seus potenciais clientes. Esta análise é baseada em informações qualitativas e quantitativas de cada potencial cliente e, a partir dessa análise, é feita a classificação segundo as premissas do *rating* interno.

O *rating* interno possui classificação de 1 a 5, onde os clientes são classificados como: 1 – Excelente; 2 – Bom; 3 – Satisfatório; 4 – Regular; 5 – Crítico.

Baseado na Política de crédito e nas classificações de rating acima mencionado, todos os contratos bilaterais do Grupo possuem obrigação de entrega de uma modalidade de garantia (entre as quais se destacam: CDB, Fiança Bancária e Corporativa) além de contratos que preveem o pagamento contra registro, onde a energia só é alocada ao cliente após a realização do pagamento previsto.

Em conjunto com a área de crédito, a área de risco/portfolio, se baseia no rating interno e realiza a diversificação da carteira de clientes do Grupo com o objetivo de diminuir os riscos específicos setoriais e otimizar a liquidez da carteira.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, segundo o rating interno, o Grupo possui, em relação aos saldos a receber de seus clientes bilaterais, as seguintes proporções de risco de liquidação:

	Consolidado			
	2021		2020	
Rating interno	%	R$	%	R$
1 – Excelente	0,3	521	0,4	621
2 – Bom	55,8	92.125	37,6	56.427
3 – Satisfatório	26,2	43.230	49,8	74.809
4 – Regular	17,7	29.219	11,2	16.853
5 – Crítico	–	–	1,0	1.528
	100,0	**165.095**	**100,0**	**150.238**

Especificamente para a energia comercializada nos ambientes MRE e MCP, onde a Administração não tem autonomia para avaliar e deliberar sobre os agentes liquidantes, a CCEE controla e monitora as inadimplências de modo que o não recebimento desses valores na data prevista são considerados temporais, ou seja, não deixarão de ser cumpridos. Tendo em vista que os agentes envolvidos estão expostos à diversas sanções onde, em última instância, podem até ser desligados do sistema, o risco de PECLD é praticamente nulo nessas modalidades de comercialização/liquidação.

Em função disso a administração entende que não cabe classificação interna para essa modalidade de comercialização.

7 Tributos a recuperar/recolher

Os impostos correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições tributárias assumidas pela Companhia e sua Controlada com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

Os impostos correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando houver montantes a recuperar na data do balanço.

continua ...

Rio Paranapanema Participações S.A. | CNPJ/ME nº 02.357.206/0001-07

... continuação das Notas Explicativas da Administração para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado			
	2021	2020	2021		2020	
	Circulante		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Ativo						
Saldo negativo de IRPJ e CSLL	1.737	–	10.995	819	2.881	819
PIS e COFINS	–	–	10.445	–	–	–
IRRF	–	52	–	–	–	–
INSS	–	–	–	1.453	–	1.427
	1.737	**52**	**21.440**	**2.272**	**2.881**	**2.246**
Passivo						
IRPJ e CSLL	–	477	372	–	131.526	–
PIS e COFINS	9	4.725	4.893	–	11.561	–
ICMS	–	–	3.910	–	4.968	–
Outros	2	6	591	–	472	–
	11	**5.208**	**9.766**	**–**	**148.527**	**–**

8 Depósitos judiciais

	Controladora
	Fiscais
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**2.583**
Variações monetárias	63
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**2.646**

	Consolidado				
	Fiscais	Ambientais	Trabalhistas	Regulatórios	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**18.582**	**6.835**	**–**	**37.525**	**62.942**
Variações monetárias	537	101	1	730	1.369
Adições	624	–	–	–	624
(-) Baixas	(1.875)	(53)	(60)	–	(1.988)
Reclassificações	772	(2.091)	201	–	(1.118)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**18.640**	**4.792**	**142**	**38.255**	**61.829**

Estão classificados nesta rubrica somente os depósitos judiciais recursais não relacionados com as provisões para causas judiciais com classificação de risco de perda prováveis (vide nota explicativa nº 17) e todos são atualizados monetariamente.
i. **Ambientais** – Os depósitos judiciais efetuados pelo Grupo nas ações anulatórias, decorrentes de autuações com pagamento de multa, movidas contra o Instituto Ambiental do Paraná (Iap) e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).
ii. **Fiscais:**

a. IPTU (Município de Primeiro de Maio) – Os depósitos judiciais realizados pelo Grupo, entre 2000 e 2010 decorrem da ação anulatória movida contra o Município de Primeiro de Maio, referente a débitos ficais de Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) incidente sobre imóveis que correspondem parte do reservatório da Usina de Capivara. Em 31 de dezembro de 2021 os valores foram devolvidos à Companhia devido ao resultado positivo nas ações.
b. Débitos em disputa referente à IRRF, IRPJ e CSLL – Depósitos judiciais referentes ao Mandado de Segurança ajuizado com o objetivo de obter liminar para que seja reconhecida a quitação de valores de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), IRPJ e CSLL sem a exigência de multa moratória, face à denúncia espontânea realizada. O valor do deposito em 31 de dezembro de 2021 é de R$ 10.032.

c. Ação Anulatória – O depósito judicial foi realizado visando suspender a exigibilidade do débito PIS, COFINS e CSLL referente aos anos calendário de 2004 a 2007. O entendimento é de esses débitos devem ser cancelados, uma vez que a aquisição de energia de Itaipu seria isenta de PIS/COFINS. O valor depositado em 31 de dezembro de 2021 é de R$ 3.970.
iii. **Regulatórios – Tusd-g** – Depósitos judiciais em conexão com a obtenção de decisão judicial suspendendo a exigibilidade da multa imposta pela Aneel pelo suposto descumprimento das obrigações de assinar os Contratos de Uso do Sistema de Distribuição (Cusd) e de pagar o passivo acumulado entre julho de 2004 a junho de 2009. Para maiores detalhes, vide nota explicativa nº 14 para uma descrição do andamento das discussões referentes à Tusd-g.

9 Investimentos

9.1. Movimentação dos investimentos
Os investimentos que são controlados pelo Grupo consideram as regras previstas no CPC 15 (IFRS 3) – combinação de negócios e são reconhecidos pelo método de aquisição, que consiste no somatório dos valores justos dos ativos transferidos e dos passivos assumidos na data da transferência de controle da adquirida (data de aquisição). Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos.
A participação do Grupo nos lucros ou prejuízos de seus investimentos é reconhecida na demonstração do resultado.

Controladas	Participação acionária	2020	Ajuste investimento	Plano de pensão	Equivalência patrimonial	2021
CTG Trading Brasil Ltda.	100,00%	43.256	–	–	23.677	66.933
Rio Paranpanema Energia S.A.	96,19%	1.838.904	172	4.368	(8.466)	1.834.978
Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda.	0,01%	–	–	–	3	3
		1.882.160	**172**	**4.368**	**15.214**	**1.901.914**

Controladas	Participação acionária	2019	Aporte de Capital	Dividendos	JSCP	Ajuste investimento	Plano de pensão	Baixa pagamento baseado em ações	Equivalência patrimonial	2020
CTG Trading Brasil Ltda.	100,00%	7.688	22.500	–	–	–	–	–	13.068	43.256
Rio Paranapanema Energia S.A.	96,19%	1.491.916	–	(267.047)	(50.980)	(270)	(8.190)	(1.655)	675.130	1.838.904
		1.499.604	**22.500**	**(267.047)**	**(50.980)**	**(270)**	**(8.190)**	**(1.655)**	**688.198**	**1.882.160**

9.2. Informações financeiras das Controladas

Controladas	% de participação da Companhia 2021	% de participação da Companhia 2020	Ativos totais 2021	Ativos totais 2020	Passivos (Circulante e Não Circulante) 2021	Passivos (Circulante e Não Circulante) 2020
Rio Paranapanema Energia S.A	96,19%	96,19%	3.954.920	5.681.205	2.047.256	3.769.461
CTG Brasil Trading Ltda.	100,00%	100,00%	273.621	93.358	206.691	50.103
Controlada indireta						
Rio Sapucaí Mirim Ltda.	0,01%	0,01%	261.008	259.567	10.037	39.380

Controladas	Patrimônio líquido 2021	Patrimônio líquido 2020	Receitas 2021	Receitas 2020	Resultado líquido do exercício 2021	Resultado líquido do exercício 2020
Rio Paranapanema Energia S.A	1.907.664	1.911.744	1.316.729	1.420.193	(8.800)	701.868
CTG Brasil Trading Ltda.	66.930	43.255	576.799	54.017	23.675	13.067
Controlada indireta						
Rio Sapucaí Mirim Ltda.	250.971	220.187	30.082	30.980	30.784	49.540

10 Dividendos a receber

	Controladora		
	Saldo em 2020	Dividendos a Receber	Saldo em 2021
Rio Paranapanema Energia S.A.	267.047	(267.047)	–
	267.047	**(267.047)**	**–**

11 Juros sobre capital próprio a receber

	Controladora		
	Saldo em 2020	JSCP recebidos	Saldo em 2021
Rio Paranapanema Energia S.A.	43.334	(43.334)	–
	43.334	**(43.334)**	**–**

12 Imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado do Grupo são apresentados pelo custo histórico ou atribuído, deduzidos das respectivas depreciações. Com exceção dos terrenos, todos os bens, ou conjuntos de bens que apresentavam valores contábeis substancialmente diferentes dos valores justos na data da adoção das novas práticas contábeis tiveram o valor justo como custo atribuído na data de transição em 1º de janeiro de 2009. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e de ativos qualificadores.
Os terrenos foram mantidos a custo histórico devido ao Grupo entender que são os valores aceitos pelo órgão regulador para fins de indenização ao final da concessão/autorização.
Os custos subsequentes aos valores históricos são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.
Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil-econômica remanescente em anos, como segue:

	Vida útil-econômica remanescente	
Em serviço	Rio Paranapanema	Rio Sapucaí Mirim
Reservatório, barragens e adutora	11	40
Edificações, obras civis e benfeitorias	13	37
Máquinas e equipamentos	14	24
Veículos	3	5
Móveis e utensílios	8	9
Outros	4	–

A Administração do Grupo entende, suportada por seus assessores legais, que não houve, até o momento, alteração nas condições de indenização dos ativos a serem revertidos ao final da concessão/autorização por parte das controladas Rio Paranapanema e Sapucaí Mirim e que possui o direito à indenização do valor residual de todos os bens vinculados e reversíveis, inclusive dos terrenos, considerando os fatos e circunstâncias disponíveis atualmente. Caso haja legislação nova que venha a alterar as condições atuais, O Grupo avaliará os efeitos correspondentes, em suas demonstrações financeiras.
Os valores de depreciação e valores residuais dos ativos são revistos e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.
Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados das alienações com o valor contábil residual e são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício em "Outras despesas operacionais".

12.1. Composição

	Consolidado				
	2021			2020	
Em serviço	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido	Taxa média anual de depreciação
Terrenos	224.953	–	224.953	224.953	0,0%
Reservatório, barragens e adutora	3.610.518	(1.926.569)	1.683.949	1.828.941	4,0%
Edificações, obras civis e benfeitorias	495.496	(279.875)	215.621	230.737	3,0%
Máquinas e equipamentos	1.156.663	(502.273)	654.390	680.140	3,8%
Veículos	10.252	(6.836)	3.416	3.971	11,0%
Móveis e utensílios	1.387	(1.031)	356	395	3,2%
(-) Reserva usinas Canoas I e II	(200.675)	–	(200.675)	(200.675)	0,0%
Outros	3.895	(725)	3.170	2.913	18,6%
	5.302.489	**(2.717.309)**	**2.585.180**	**2.771.375**	
Em curso					
Terrenos	17.759	–	17.759	17.140	
Reservatório, barragens e adutora	3.540	–	3.540	2.828	
Edificações, obras civis e benfeitorias	737	–	737	691	
Máquinas e equipamentos	39.062	–	39.062	40.540	
Veículos	978	–	978	1.220	
	62.076	**–**	**62.076**	**62.419**	
Perda pela não recuperabilidade de ativos (CPC 01)	(125.740)	–	(125.740)	(159.106)	
	(125.740)	**–**	**(125.740)**	**(159.106)**	
	5.238.825	**(2.717.309)**	**2.521.516**	**2.674.688**	
(-) Obrigações especiais	(1.468)	868	(600)	(711)	
	5.237.357	**(2.716.441)**	**2.520.916**	**2.673.977**	

12.2. Movimentação

	Consolidado						
Em serviço	Valor líquido em 2020	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	Contingências	Valor líquido em 2021
Terrenos	224.953	–	–	–	–	–	224.953
Reservatório, barragens e adutora	1.828.941	–	–	–	(144.992)	–	1.683.949
Edificações, obras civis e benfeitorias	230.737	–	–	(164)	(14.952)	–	215.621
Máquinas e equipamentos	680.140	–	(1.561)	20.138	(44.327)	–	654.390
Veículos	3.971	–	(239)	809	(1.125)	–	3.416
Móveis e utensílios	395	–	–	5	(44)	–	356
(-) Reserva usinas Canoas I e II	(200.675)	–	–	–	–	–	(200.675)
Outros	2.913	982	–	–	(725)	–	3.170
	2.771.375	**982**	**(1.800)**	**20.788**	**(206.165)**	**–**	**2.585.180**
Em curso							
Terrenos	17.140	11	–	–	–	608	17.759
Reservatório, barragens e adutora	2.828	712	–	–	–	–	3.540
Edificações, obras civis e benfeitorias	691	46	–	–	–	–	737
Máquinas e equipamentos	40.540	18.428	–	(19.906)	–	–	39.062
Veículos	1.220	567	–	(809)	–	–	978
	62.419	**19.764**	**–**	**(20.715)**	**–**	**608**	**62.076**
Perda pela não recuperabilidade de ativos (CPC 01)	(159.106)	33.366	–	–	–	–	(125.740)
	(159.106)	**33.366**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(125.740)**
	2.674.688	**54.112**	**(1.800)**	**73**	**(206.165)**	**608**	**2.521.516**
(-) Obrigações especiais	(711)	–	–	–	111	–	(600)
	2.673.977	**54.112**	**(1.800)**	**73**	**(206.054)**	**608**	**2.520.916**

	Consolidado						
Em serviço	Valor líquido em 2019	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	Contingências	Valor líquido em 2020
Terrenos	223.698	–	–	1.255	–	–	224.953
Reservatório, barragens e adutora	1.978.021	–	–	1.057	(150.137)	–	1.828.941
Edificações, obras civis e benfeitorias	247.802	–	–	865	(17.930)	–	230.737
Máquinas e equipamentos	689.884	–	(1.433)	36.062	(44.373)	–	680.140
Veículos	2.412	–	–	2.595	(1.036)	–	3.971
Móveis e utensílios	390	–	(19)	66	(42)	–	395
(-) Reserva usinas Canoas I e II	(200.675)	–	–	–	–	–	(200.675)
Outros	4.605	452	(875)	–	(1.269)	–	2.913
	2.946.137	**452**	**(2.327)**	**41.900**	**(214.787)**	**–**	**2.771.375**
Em curso							
Terrenos	11.895	87	–	(1.231)	–	6.389	17.140
Reservatório, barragens e adutora	2.547	283	–	(2)	–	–	2.828
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.205	351	–	(865)	–	–	691
Máquinas e equipamentos	46.503	31.573	–	(37.536)	–	–	40.540
Veículos	2.163	1.652	–	(2.595)	–	–	1.220
Móveis e utensílios	7	–	–	(7)	–	–	–
	64.320	**33.946**	**–**	**(42.236)**	**–**	**6.389**	**62.419**
Perda pela não recuperabilidade de ativos (CPC 01)	(202.588)	43.483	–	–	–	–	(159.106)
	(202.588)	**43.483**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(159.106)**
	2.807.869	**77.881**	**(2.327)**	**(336)**	**(214.787)**	**6.389**	**2.674.688**
(-) Obrigações especiais	(829)	(19)	17	–	120	–	(711)
	2.807.040	**77.862**	**(2.310)**	**(336)**	**(214.667)**	**6.389**	**2.673.977**

12.3. Expansão 15%
O Grupo informa que a Ação de Obrigação de Fazer, movida pelo Estado de São Paulo, no exercício 2011, referente à expansão de 15% da sua capacidade instalada tramita em segredo de justiça e não houve evolução em 2021.
12.4. Custo atribuído no ativo imobilizado
O Grupo aplicou o custo atribuído na adoção inicial do IFRS de acordo com o CPC 27/IAS 16 – Ativo imobilizado. A despesa incremental de depreciação, calculada sobre os ajustes ao custo atribuído nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 foi de R$ 90.157 e R$ 97.636, respectivamente.
12.5. Análise de Impairment
Em 31 de dezembro de 2021 a, Rio Sapucaí-Mirim efetuou a análise de *impairment* utilizando como metodologia para o cálculo do valor recuperável dos ativos o valor em uso. O processo de estimativa do valor em uso envolve a utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa futuros e representa a melhor estimativa, tendo sido as referidas projeções aprovadas pela Administração em 2021, ou seja, a geração de caixa futuro projetada até o final da autorização.
As estimativas das receitas projetadas até o fim da autorização da operação, em conformidade com as expectativas de preço para comercialização, às projeções do GSF e de inflação baseadas em premissas macroeconômicas de mercado. Para os custos de capex, a projeção se baseou na programação regular de manutenção das usinas e, para as despesas, na dinâmica do negócio e busca por sinergia, diante das premissas disponíveis para essa avaliação, a principal premissa que determinou a reversão parcial foi a extensão da concessão diante da conclusão da discussão em torno da liminar do GSF, como descrito na nota explicativa 1.3.
Para apuração do fluxo de caixa descontado, utilizou a taxa de desconto (*weighted average cost of capital* – wacc) pre-tax de 7,68% apurando uma reversão parcial de R$ 33.366, tendo como novo saldo de valor não recuperável R$ 125.740.

13 Intangível

Os itens que compõem o ativo intangível do Grupo são apresentados pelo custo histórico, deduzidos das respectivas amortizações. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e de ativos qualificadores.
A amortização dos ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil-econômica remanescente em anos, como segue:

	Vida útil-econômica remanescente		
Em serviço	Controladora	Rio Paranapanema	Sapucaí Mirim
Uso do bem público (UBP)	–	11	–
Software	–	6	3
Direito de autorização (seband)	11	–	–
Recuperação de custos de compra de energia pela extensão da concessão (acordo GSF)	–	11	14

13.1. Composição

	Controladora				
	2021			2020	
Em serviço	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido	Taxa média anual de amortização
Software	1.072	(1.072)	–	196	18,3%
Direito de autorização (seband)	17.195	(7.780)	9.415	10.275	5,0%
	18.267	**(8.852)**	**9.415**	**10.471**	

	Consolidado				
	2021			2020	
Em serviço	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido	Taxa média anual de amortização
Uso do bem público (UBP)	53.494	(38.261)	15.233	16.652	2,7%
Software	45.118	(33.625)	11.493	3.822	4,9%
Licença operacional (LO)	4.235	(4.235)	–	–	0,0%
Servidão de passagem	265	–	265	265	0,0%
Direito de autorização (seband)	17.195	(7.780)	9.415	10.275	5,0%
Recuperação de custos de compra de energia pela extensão da concessão (acordo GSF)	859.675	(73.524)	786.151	849.245	8,6%
	979.982	**(157.425)**	**822.557**	**880.259**	
Em curso					
Software	1.293	–	1.293	4.844	
Servidão de passagem	22	–	22	22	
	1.315	**–**	**1.315**	**4.866**	
	981.297	**(157.425)**	**823.872**	**885.125**	
(-) Obrigações especiais	(2.208)	2.208	–	–	
	979.089	**(155.217)**	**823.872**	**885.125**	

continua ...

Rio Paranapanema Participações S.A. | CNPJ/ME nº 02.357.206/0001-07

... continuação das Notas Explicativas da Administração para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13.2. Movimentação

Em serviço	Controladora Valor líquido em 2020	Amortização	Valor líquido em 2021
Software	196	(196)	–
Direito de autorização (seband)	10.275	(860)	9.415
	10.471	**(1.056)**	**9.415**

Em serviço	Controladora Valor líquido em 2019	Amortização	Valor líquido em 2020
Software	410	(214)	196
Direito de autorização (seband)	11.131	(856)	10.275
	11.541	**(1.070)**	**9.415**

Em serviço	Consolidado Valor líquido em 2020	Adições	Transferências	Amortização	Valor líquido em 2021
Uso do bem público (UBP)	16.652	–	–	(1.419)	15.233
Software	3.822	–	9.900	(2.229)	11.493
Servidão de passagem	265	–	–	–	265
Direito de autorização (seband)	10.275	–	–	(860)	9.415
Recuperação de custos de compra de energia pela extensão da concessão (acordo GSF)	849.245	10.430	–	(73.524)	786.151
	880.259	**10.430**	**9.900**	**(78.032)**	**822.557**
Em curso					
Software	4.844	6.422	(9.973)	–	1.293
Servidão de passagem	22	–	–	–	22
	4.866	**6.422**	**(9.973)**	**–**	**1.315**
	885.125	**16.852**	**(73)**	**(78.032)**	**823.872**

Do valor total das adições de *software* em curso ocorridas no exercício, o montante de R$ 6.137 se refere a licença para implementação do novo ERP.

Em serviço	Consolidado Valor líquido em 2019	Adições	Transferências	Amortização	Valor líquido em 2020
Uso do bem público (UBP)	18.503	–	–	(1.852)	16.651
Software	5.610	–	483	(2.270)	3.823
Licença operacional (LO)	235	–	–	(235)	–
Servidão de passagem	265	–	–	–	265
Direito de autorização (seband)	11.132	–	–	(857)	10.275
Recuperação de custos de compra de energia pela extensão da concessão (acordo GSF)	–	–	849.245	–	849.245
	35.745	**–**	**849.728**	**(5.214)**	**880.259**
Em curso					
Software	120	4.849	(125)	–	4.844
Servidão de passagem	44	–	(22)	–	22
Recuperação de custos de compra de energia pela extensão da concessão (acordo GSF)	–	849.245	(849.245)	–	–
	164	**854.094**	**(849.392)**	**–**	**4.866**
	35.909	**854.094**	**336**	**(5.214)**	**885.125**

13.3. Itens que compõem o intangível

13.3.1 Softwares

As licenças de *softwares* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos ligados diretamente ao funcionamento do *software*. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável conforme tempo de contrato. Os gastos relativos à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis.

13.3.2 Servidão de passagem

Servidão de passagem é o direito que a controlada Rio Sapucaí Mirim possui de passar sobre a propriedade alheia mediante a uma contraprestação financeira, que é registrada no ativo fixo da Sociedade.

13.3.3 Uso do bem público (UBP)

Referem-se aos valores estabelecidos no Contrato de Concessão nº 76/1999 da controlada Rio Paranapanema Energia S.A, como contraprestação ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico calculado até o final do contrato de concessão.

13.3.4 Direito de autorização (Seband)

A Aneel autorizou a exploração do potencial hidrelétrico das Pequenas Centrais Hidrelétricas Retiro e Palmeiras respectivamente, através das Resoluções nº 549 de 08 de outubro de 2002 e nº 706 de 17 de dezembro de 2002, em nome da Sociedade de Energia Bandeirantes – SEBAND – Ltda. ("Seband").

Em fevereiro de 2007, a Rio Paranapanema Participações S.A. e a Seband assinaram Contrato de Cessão e Transferência de Quotas e Outras Avenças, objetivando a transferência dos bens e direitos relativos à exploração do aproveitamento hidrelétrico das PCH Retiro e PCH Palmeiras para a Sapucaí-Mirim, concomitantemente à transferência integral das quotas da Controlada para a Rio Paranapanema Participações S.A.

13.3.5 Recuperação de custos de compra de energia pela extensão da concessão (do acordo GSF) (Generation Scaling Factor-GSF)

Refere-se ao registro da extensão da concessão, parcela dos custos incorridos com o GSF, assumido pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE desde 2012, com o agravamento da crise hídrica. A alteração legal teve como objetivo a compensação por riscos não hidrológicos causados por:

i. empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física,

ii. às restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração dos estruturantes e

iii. por geração fora da ordem de mérito e importação.

Referida compensação dar-se-á mediante a extensão da outorga, limitada a 7 anos, calculada com base nos valores dos parâmetros aplicados pela Aneel.

14 Fornecedores

Fornecedores e outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens, energia elétrica, encargos de uso da rede, materiais e serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo), caso contrário, fornecedores e outras contas a pagar são apresentados como passivo não circulante.

Eles são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, considerando o prazo de pagamento, são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente.

14.1. Composição

	Controladora 2021 Circulante	2020 Circulante
Materiais e serviços contratados	14	29
	14	**29**

	Consolidado 2021 Circulante	2021 Não circulante	2021 Total	2020 Circulante	2020 Não circulante	2020 Total
Suprimento de energia elétrica	516.170	–	516.170	2.036.256	–	2.036.256
Operações de trading	35.285	–	35.285	16.705	–	16.705
Materiais e serviços contratados	14.425	–	14.425	18.539	–	18.539
Encargos de uso da rede elétrica	13.329	28.129	41.458	14.469	25.005	39.474
Tust	13.058	–	13.058	12.514	–	12.514
Tusd-g	253	28.129	28.382	1.936	25.005	26.941
Encargos de conexão	18	–	18	19	–	19
	579.209	**28.129**	**607.338**	**2.085.969**	**25.005**	**2.110.974**

Na rubrica de suprimento de energia elétrica está registrado o efeito de R$ 476.482 (R$ 293.170 em dezembro de 2020) referente a liminar de garantia física.

No primeiro trimestre de 2021, foi realizado o pagamento no montante de R$ 1.745.996 no Consolidado, referente ao valor apresentado pela CCEE relativo às liminares sobre o GSF concedida à Apine vide nota explicativa nº 1.3.

Com o pagamento referente aos valores da liminar sobre o GSF, restaram os registros referentes à liminar da garantia física, que segue ativa, gerando apurações mensais além da remuneração do saldo com base no IGPM.

14.2. Encargos de uso da rede elétrica

A Aneel regula as tarifas que regem o acesso aos sistemas de distribuição e transmissão. As tarifas devidas pela Rio Paranapanema e Rio Sapucaí-Mirim são:

i. Tarifas de Uso de Sistema de Transmissão (Tust);

ii. Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição Aplicáveis às Unidades Geradoras Conectadas aos Sistemas de Distribuição (Tusd-g);

iii. Encargos de Conexão (vide nota explicativa nº 25.3)

A Rio Paranapanema atualmente discute judicialmente, via Ação Ordinária, a revisão dos valores a serem pagos por conta da Tusd-g, pelo entendimento de que as Demais Instalações de Transmissão (DITs) e os Transformadores de Fronteira integram o sistema de transmissão e que a tarifa por remunerar estes ativos do sistema de transmissão deve ser calculada com base na diretriz do sinal locacional.

Em junho de 2009, a Rio Paranapanema requereu nos autos da Ação Ordinária o depósito judicial dos valores da Tusd-g e a determinação judicial para que os contratos de uso do sistema de distribuição (Cusd) com as distribuidoras fossem considerados assinados. Em junho de 2009, o pedido de depósito judicial foi indeferido, mas o juiz reconheceu os Cusd como assinados.

A Rio Paranapanema recorreu da decisão que indeferiu o pedido de depósito e, em agosto de 2009, o Tribunal autorizou o depósito judicial dos montantes relativos à diferença entre as tarifas calculadas em conformidade com a Resolução Normativa Aneel nº 349/2009 e a Resolução nº 497/2007.

Em dezembro de 2014, foi proferida sentença em primeira instância que julgou totalmente procedentes os pedidos da Rio Paranapanema na Ação Ordinária. Contra tal decisão, as partes apresentaram recursos de apelação, cujos julgamentos estão pendentes. O Grupo efetuou o pagamento das últimas parcelas dos depósitos judiciais no primeiro trimestre de 2012, cujo montante atualizado em 31 de dezembro de 2021 é de R$ 104.773 (R$ 100.335 em 31 de dezembro de 2020). O passivo é apresentado líquido dos depósitos judiciais e seu saldo em 31 de dezembro de 2021 é de R$ 28.129 (R$ 25.005 em 31 de dezembro de 2020).

15 Encargos setoriais

As obrigações a recolher provenientes de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico são as seguintes:

	Consolidado 2021 Circulante	2021 Não circulante	2021 Total	2020 Circulante	2020 Não circulante	2020 Total
CFURH	5.576	–	5.576	8.282	–	8.282
P&D	25.328	6.585	31.913	16.596	9.399	25.995
TFSEE	614	–	614	560	–	560
	31.518	**6.585**	**38.103**	**25.438**	**9.399**	**34.837**

15.1.1. Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)

A CFURH foi criada pela Lei nº 7.990/1989 e destina-se a compensar os Estados, o Distrito Federal e os municípios afetados pela perda de terras produtivas, ocasionadas por inundação de áreas na construção de reservatórios de usinas hidrelétricas. Também são beneficiados pela compensação financeira os órgãos da administração direta da União.

15.1.2. Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

De acordo com o Contrato de Concessão, Lei nº 9.991/2000, artigo 24 da Lei nº 10.438/2002 e artigo 12 da Lei nº 10.848/2004, as empresas concessionárias ou permissionárias de serviço público de distribuição, geração ou transmissão de energia elétrica, assim como as autorizadas à produção independente de energia elétrica, exceto aquelas que geram energia exclusivamente a partir de pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, cogeração qualificada, usinas eólicas ou solares, devem aplicar o montante mínimo de 1% (um por cento) de sua Receita Operacional Líquida em Pesquisa e Desenvolvimento do Setor de Energia Elétrica e Eficiência Energética (no caso das Distribuidoras), segundo os procedimentos e regulamentos estabelecidos pela Aneel.

Em consonância com a Resolução Normativa nº 605/2014 da Aneel, a Rio Paranapanema tem apresentado os gastos com P&D no grupo das deduções da receita bruta.

Para fins de reconhecimento dos investimentos realizados a empresa de energia elétrica deve encaminhar ao final dos projetos um Relatório de auditoria contábil e financeira e um Relatório Técnico específicos dos projetos de P&D para avaliação final e parecer da Aneel.

15.1.3. Taxa de Fiscalização do Serviço de Energia Elétrica (TFSEE)

A TFSEE foi instituída pela Lei nº 9.427/1996, e equivale a 0,4% do benefício econômico anual auferido pela concessionária, permissionária ou autorizado do serviço público de energia elétrica. O valor anual da TFSEE é estabelecido pela Aneel com a finalidade de constituir sua receita e destina-se à cobertura do custeio de suas atividades. A TFSEE fixada anualmente é paga mensalmente em duodécimos pelas concessionárias. Sua gestão fica a cargo da Aneel.

16 Debêntures

As debêntures são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os mesmos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento das debêntures são reconhecidas como custos da transação das debêntures, uma vez que seja provável que uma parte ou o total seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período ao qual se relaciona.

16.1. Composição

Emissão	Série	Remuneração	Vencimento final	Consolidado 2021 Circulante Principal	Juros, variação monetária e (custos de transação)	Total	Não circulante Principal	Variação monetária e (custos de transação)	Total
4ª	2	IPCA + 6,07% ao ano	16/07/2023	83.325	59.484	142.809	83.350	53.530	136.880
7ª	2	IPCA + 5,90% ao ano	15/08/2022	100.000	28.344	128.344	–	–	–
8ª	1	106,75% do DI ao ano	15/03/2023	80.000	4.848	84.848	80.000	(62)	79.938
8ª	2	IPCA + 5,50% ao ano	15/03/2025	–	8.456	8.456	160.000	36.494	196.494
9ª	1	DI + 1,40% ao ano	26/01/2024	–	5.833	5.833	180.000	(312)	179.688
9ª	2	DI + 1,65% ao ano	26/01/2026	–	10.950	10.950	320.000	(1.045)	318.955
				263.325	**117.915**	**381.240**	**823.350**	**88.605**	**911.955**

Emissão	Série	Remuneração	Vencimento final	Consolidado 2020 Circulante Principal	Juros, variação monetária e (custos de transação)	Total	Não circulante Principal	Variação monetária e (custos de transação)	Total
4ª	2	IPCA + 6,07% ao ano	16/07/2023	83.325	50.338	133.663	166.675	80.343	247.018
5ª	2	IPCA + 7,01% ao ano	20/05/2021	80.016	36.883	116.899	–	–	–
7ª	2	IPCA + 5,90% ao ano	15/08/2022	100.000	18.145	118.145	100.000	13.358	113.358
8ª	1	106,75% do DI ao ano	15/03/2023	–	697	697	160.000	(312)	159.688
8ª	2	IPCA + 5,50% ao ano	15/03/2025	–	7.563	7.563	160.000	17.770	177.770
				263.341	**113.626**	**376.967**	**586.675**	**111.159**	**697.834**

16.2. Vencimento

Vencimento a longo prazo	Consolidado 2023	2024	2025	2026	Total
Debêntures 4ª emissão série 2	136.880	–	–	–	**136.880**
Debêntures 8ª emissão série 1	79.938	–	–	–	**79.938**
Debêntures 8ª emissão série 2	178	98.566	97.750	–	**196.494**
Debêntures 9ª emissão série 1	310	179.378	–	–	**179.688**
Debêntures 9ª emissão série 2	327	327	158.301	160.000	**318.955**
	217.633	**278.271**	**256.051**	**160.000**	**911.955**

16.3. Movimentação

	4ª Emissão Série 2	5ª Emissão Série 2	7ª Emissão Série 2	8ª Emissão Série 1	8ª Emissão Série 2	9ª emissão Série 1	9ª emissão Série 2	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**380.681**	**116.899**	**231.503**	**160.385**	**185.333**	**–**	**–**	**1.074.801**
Captação de debêntures	–	–	–	–	–	180.000	320.000	500.000
Custos de transação	–	–	–	–	–	(938)	(1.650)	(2.588)
Amortização de custos de transação	78	119	373	250	178	314	275	1.587
Apropriação de juros	19.268	3.296	11.391	5.728	13.990	9.933	18.404	82.010
Apropriação de variação monetária	32.514	3.848	18.694	–	18.546	–	–	73.602
Pagamento de debêntures	(83.325)	(80.016)	(100.000)	–	–	–	–	(263.341)
Pagamento de juros	(23.467)	(8.102)	(13.551)	(1.577)	(13.097)	(3.788)	(7.124)	(70.706)
Pagamento de variação monetária	(46.060)	(36.044)	(20.066)	–	–	–	–	(102.170)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**279.689**	**–**	**128.344**	**164.786**	**204.950**	**185.521**	**329.905**	**1.293.195**

16.4. Covenants Financeiros

As cláusulas restritivas previstas no Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Não Conversíveis em Ações da Quarta, Quinta, Sétima, Oitava e Nona emissões da Rio Paranapanema são:

i. Índice entre divisão do Ebitda pelo Resultado Financeiro que deverá ser igual ou superior a 2,0.

ii. Índice entre divisão da Dívida Líquida pelo Ebitda que deverá ser igual ou inferior a 3,20;

iii. Redução de capital da Controlada poderá ser realizada se observado o limite igual ou inferior a 0,7, do índice financeiro quociente da divisão da dívida total pelo somatório da dívida total e capital social da Controlada, na 7ª, 8ª e 9 poderá ser realizada em observância ao seguinte índice financeiro: quociente da divisão da dívida total da Controlada pelo somatório da dívida total e Capital Social da Controlada, tendo por base as então mais recentes Demonstrações Financeiras da Controlada igual ou menor a 0,90 (noventa centésimos) vezes.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Controlada atendeu os referidos índices financeiros e, cumprindo assim, os referidos *covenants*, conforme abaixo:

Índice financeiro	Limites	2021	2020
Ebitda/Resultado financeiro	Igual ou superior a 2,0	2,07	4,15
Dívida líquida/Ebitda	Igual ou inferior a 3,2	2,26	(0,02)
Dívida total/(Dívida total + Capital social)	Igual ou inferior a 0,7	0,61	0,56

16.5. Covenants não financeiros

i. Inadimplemento no pagamento de quaisquer outras obrigações financeiras, de forma agregada ou individual, contraídas pela Emissora, no mercado local ou internacional em valor superior a R$ 30 milhões para as 4ª e 5ª debêntures e R$ 32 milhões para a 7ª e 8ª debêntures e R$ 70 milhões;

ii. 4ª/5ª/9ª debêntures – Transferência de controle acionário direto ou indireto da Controlada, desde que, após tal transferência as classificações de risco pela Moody's ou Standard & Poor's ou na falta destas, a Fitch, rebaixar, por motivos diretamente ligados à transferência do controle acionário, a classificação de risco da Controlada em dois níveis em relação a classificação de risco vigente na data da emissão;

iii. 7ª/8ª/9ª debêntures – Transferência de controle acionário direto da Controlada, desde que, após tal transferência, a Moody's ou a Standard & Poor's, ou na falta destas, a Fitch, rebaixar, por motivos diretamente ligados à transferência do controle acionário direto da Controlada, a classificação de risco da Controlada em dois níveis em relação à classificação de risco da Controlada vigente na data de emissão;

iv. Cisão, fusão, incorporação ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Controlada, exceto se cumpridas exigências dos itens a, b e c desta mesma cláusula das escrituras de emissão de debêntures, para a 7ª, 8ª e 9ª emissão somente os itens a e b;

v. Término antecipado ou intervenção, por qualquer motivo, de quaisquer dos contratos de concessão pelo poder concedente relativo ao serviço público de energia elétrica.

As outras cláusulas restritivas estão detalhadas nas escrituras de emissão das debêntures, disponível no site https://www.ctgbr.com.br/rio-paranapanema/informacoes-aos-investidores.

16.6. Captação da 9ª emissão de debêntures

Em 28 de janeiro de 2021 a Rio Paranapanema Energia captou R$ 500.000 (quinhentos milhões de reais) no mercado na forma de dívida, por meio da 9ª. emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, emitidas sob a forma nominativa, escritural, da espécie quirografária, no mercado local as quais foram distribuídas com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476/2009, destinadas exclusivamente a investidores profissionais.

As liberações efetivas dos recursos oriundos das séries 1 e 2 ocorreram em 28 de janeiro de 2021 e não houve incidência de juros e variação monetária incorridos entre a data da emissão das debêntures e a liberação efetiva dos recursos. A emissão foi realizada em duas séries, sendo a série 1 composta de 180.000 (cento e oitenta mil) debêntures no valor nominal de R$ 1.000 (mil reais) cada, com prazo de vencimento em três anos e a série 2 composta de 320.000 (trezentos e vinte mil) debêntures, no valor nominal de R$ 1.000 (mil reais) cada, com prazo de vencimento em cinco anos, totalizando assim 500.000 (quinhentos e vinte mil) debêntures.

A oferta foi emitida com base nas deliberações:

i. da Reunião de Diretoria da Rio Paranapanema realizada em 22 de dezembro de 2020;

ii. da Reunião do Conselho de Administração da Rio Paranapanema realizada em 22 de dezembro de 2020;

iii. no parecer favorável do Conselho Fiscal da Rio Paranapanema em 22 de dezembro de 2020 e;

iv. e re-ratificada em reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de janeiro de 2021 (em conjunto com as "RCAs da Rio Paranapanema").

Os recursos líquidos obtidos pela Rio Paranapanema com a Emissão serão utilizados integralmente para pagamento:

i. principal da primeira parcela de amortização das debêntures da 4ª emissão da Rio Paranapanema Energia;

ii. liquidação das debêntures da 5ª emissão;

continua ...

Rio Paranapanema Participações S.A. | CNPJ/ME nº 02.357.206/0001-07

... continuação das Notas Explicativas da Administração para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

iii. principal da primeira parcela de amortização das debêntures da série 2 da 7ª. emissão.
iv. reforço de capital de giro da Rio Paranapanema Energia.
Os custos de transação incorridos na captação estão contabilizados como redução do valor justo inicialmente reconhecido e foram considerados para determinar a taxa efetiva dos juros, em consonância com o CPC 08 – Custos de transações e prêmios na emissão de títulos e valores mobiliários.
As cláusulas restritivas ("*covenants*") previstas na escritura da quinta emissão das debêntures são similares às constantes nas escrituras de quarta, quinta e sexta emissões com exceção para redução de capital permitida que deverá ser igual ou menor a 0,90 (noventa centésimos).
Para a 9ª emissão de debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% da taxa DI acrescida de uma sobre taxa, de 1,40% para a série 1 e de 1,65% para a série 2.

17 Provisões para riscos

As provisões para as perdas decorrentes dos riscos classificados como prováveis são reconhecidas contabilmente, desde que:
i. haja uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de eventos passados;
ii. é provável que seja necessária uma saída de recursos para liquidar a obrigação; e
iii. o valor puder ser estimado com segurança.
As perdas classificadas como possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo divulgadas nas notas explicativas. As contingências cujas perdas são classificadas como remotas não são provisionadas nem divulgadas, exceto quando, em virtude da visibilidade do processo, o Grupo considera sua divulgação justificada.
As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.
A Administração do Grupo, baseada em levantamentos e pareceres elaborados pela área jurídica e por consultores jurídicos externos, registra provisões para cobrir as perdas e obrigações classificadas como prováveis, relacionadas às ações trabalhistas, fiscais, ambientais, regulatórias e cíveis, quando é exigido depósito judicial para alguma ação, essa provisão é apresentada líquida de seu respectivo depósito.
Demais depósitos não relacionados às provisões constituída, são demonstrados em nota específica (vide nota explicativa nº 8).

17.1. Provisões para riscos

17.1.1. Composição

	Consolidado 2021			2020
	Provisões	**Depósitos judiciais**	**Provisões líquidas**	**Provisões líquidas**
Trabalhistas	8.349	(1.765)	6.584	6.615
Fiscais	20.437	(204)	20.233	18.790
Cíveis	9.753	(257)	9.496	8.115
Desapropriações de terras	6.997	–	6.997	6.389
Indenizações de benfeitorias	2.756	(257)	2.499	1.726
Ambientais	10.672	(2.223)	8.449	9.657
	49.211	**(4.449)**	**44.762**	**43.177**

17.1.2. Movimentação

Consolidado			Cíveis			
	Trabalhistas	**Fiscais**	**Desapropriações de terras**	**Indenizações de benfeitorias**	**Ambientais**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**6.615**	**18.790**	**6.389**	**1.726**	**9.657**	**43.177**
Provisões/(reversões)	(1.125)	347	–	534	–	(244)
Variações monetárias	1.286	335	–	254	843	2.718
Variações monetárias (*)	–	–	608	–	–	608
Acordos/pagamentos	(5)	–	–	–	–	(5)
	156	**682**	**608**	**788**	**843**	**3.077**
Depósitos judiciais						
Variações monetárias	14	(11)	–	(15)	40	28
Reclassificações (i)	(201)	772	–	–	(2.091)	(1.520)
	(187)	**761**	**–**	**(15)**	**(2.051)**	**(1.492)**
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**6.584**	**20.233**	**6.997**	**2.499**	**8.449**	**44.762**

Consolidado			Cíveis			
	Trabalhistas	**Fiscais**	**Desapropriações de terras**	**Indenizações de benfeitorias**	**Ambientais**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**12.726**	**18.182**	**–**	**1.771**	**5.991**	**38.670**
Provisões para riscos						
Provisões/(reversões)	(1.455)	402	–	–	3.368	2.315
Provisões(*)	–	–	6.272	–	–	6.272
Variações monetárias	1.183	261	–	87	163	1.694
Variações monetárias (*)	–	–	117	–	–	117
Acordos/pagamentos	(5.798)	–	–	(176)	–	(5.974)
	(6.070)	**663**	**6.389**	**(89)**	**3.531**	**4.424**
Depósitos judiciais						
Variações monetárias	(197)	(55)	–	8	–	(244)
(Adições)	(1.653)	–	–	–	–	(1.653)
Baixas	1.809	–	–	36	135	1.980
	(41)	**(55)**	**–**	**44**	**135**	**83**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**6.615**	**18.790**	**6.389**	**1.726**	**9.657**	**43.177**

(*) Efeitos contabilizados em contrapartida do imobilizado em razão das ações serem referentes a desapropriação de terrenos.
i. Reclassificações realizadas entre depósitos judiciais com provisões atreladas.

a) Trabalhistas
Em 31 de dezembro de 2021, as principais provisões relativas aos riscos trabalhistas com expectativas de perda provável são referentes as ações movidas por ex-empregados e terceirizados, envolvendo pagamento de verbas rescisórias, horas extras, periculosidade, equiparação salarial, entre outros pedidos.
As constituições referem-se a novas ações e reavaliações por parte dos assessores jurídicos da Companhia decorrentes de decisões desfavoráveis no exercício. As baixas do exercício referem-se a encerramentos de ações no curso normal dos processos e/ou mediante celebração de acordos judiciais, o que acarretou a redução das provisões.

b) Fiscais
Em 31 de dezembro de 2020, as principais provisões relativas aos riscos fiscais com expectativas de perda provável são referentes a Controlada Rio Paranapanema Energia S.A. sendo que os principais riscos são:
i. Processo Administrativo nº 19515.003540/2005-96 decorrente de um Auto de infração referente à destinação para incentivo fiscal do Fundo de Investimentos da Amazônia (FINAM) dos recolhimentos do imposto sobre lucro inflacionário, efetuados nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2000. Decisão de primeira instância parcialmente favorável à Companhia. O valor atualizado para 31 de dezembro de 2021 R$ 3.073 (R$ 3.037 em 31 de dezembro de 2020);
ii. Processo administrativo nº 10880.723970/2011-33, que trata de pedidos eletrônicos de restituição ou ressarcimento de créditos de COFINS do ano de 2004. Foi apresentado recurso administrativo em razão de parte dos valores não terem sido homologados pela Receita Federal, valores estes que totalizam em 31 de dezembro de 2021 R$ 13.657 (R$ 13.450 em 31 de dezembro de 2020);
iii. Ação Anulatória ajuizada pela companhia visando cancelamento de débitos de PIS, COFINS e CSLL referente aos anos calendário de 2004 a 2007. A discussão se dá em razão da isenção na aquisição de energia elétrica de Itaipu, a qual a Receita Federal não entende cabível. O valor total da discussão em 31 de dezembro de 2021 é de R$ 3.700, sendo que o valor provável de R$ 415.

c) Cíveis
Em 31 de dezembro de 2021, a principal provisão relativa ao risco cível com expectativa de perda provável é relativo a Controlada Sapucaí Mirim Energia Ltda.
A variação observada na Ação de Desapropriação ajuizada em face de Millernad Badran em que se discute a desapropriação e valoração do imóvel para a construção do reservatório da UHE Retiro. A decisão de primeira instância foi favorável à Controlada determinando que a indenização a ser paga fosse calculada tomando por base os valores referentes a terra rural. Em sede de recurso o Tribunal de Justiça de São Paulo reverteu a decisão e considerou que o cálculo deve ser elaborado considerando a propriedade como imóvel urbano. Atualmente o valor envolvido com risco de perda provável é de R$ 5.997.

d) Ambientais
Em 31 de dezembro de 2021, a principal provisão relativa ao risco ambiental com expectativa de perda provável é relativa à Controlada Paranapanema Energia S.A.
i. Trata-se de Ação Civil Pública movida pelo Município de Santo Inácio contra a Companhia em que se discute a compensação de impactos ambientais. As partes estão em discussão para formalização de um TAC que colocará fim na Ação Civil Pública no montante atualizado para 31 de dezembro de 2021 de R$ 7.702 (R$ 6.959 em 31 de dezembro de 2020);
ii. Trata-se de Ações Anulatórias ajuizadas para declarar nulo os autos de infração nº 246.946-D e nº 246.947-D lavrado pelo Ibama em face da UHE Canoas I e II, o valor atualizado para 31 de dezembro de 2021 é no montante de R$ 1.840 (R$ 1.810 em 31 de dezembro de 2020);
iii. Provisão para indenização por danos materiais e morais de ações ajuizadas por supostos pescadores profissionais, o valor atualizado para 31 de dezembro de 2021 é no montante de R$ 1.131 (R$ 979 em 31 de dezembro de 2020).

17.2. Contingências possíveis

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Trabalhistas	–	–	5.468	4.496
Fiscais	34.960	9.258	167.354	213.756
Ambientais	–	–	50.457	36.514
Regulatórias	–	–	134.099	136.950
Cíveis	–	–	34.928	27.395
	34.960	**9.258**	**392.306**	**419.111**

a) Trabalhistas
Em 31 de dezembro de 2021, as contingências trabalhistas com expectativa de perda possível estão avaliadas no montante de R$ 5.468 (R$4.496 em 31 de dezembro de 2020).
A variação na rubrica de contingências trabalhistas é decorrente de novas ações trabalhistas ajuizadas por empregados terceiros e ex-empregados da Companhia.

b) Fiscais
Em 31 de dezembro de 2021, as principais contingências fiscais na Controlada Rio Paranapanema Energia S.A. e na Controladora com expectativa de perda possível são:
i. Mandado de Segurança nº 0025355-84.2004.4.03.6100, que visa a concessão de liminar para ser reconhecido o direito da Companhia de não se sujeitar à multa de mora na quitação de seus débitos de PIS, IRPJ, CSLL e IOF mediante pagamentos e compensações. Débitos com exigibilidade suspensa por depósitos judiciais e perda possível avaliada em R$ 10.032 (R$ 9.828 em 31 de dezembro de 2020);
ii. Processos administrativos originados de pedidos de restituição e compensação de saldo negativo de tributos (IRPJ, IRRF e CSLL), bem como de tributos pagos a maior. Em todos os casos a Companhia apresentou manifestações de inconformidade e/ou recurso voluntário as quais aguardam julgamento. Valor classificado como possível de R$ 56.300 (R$ 57.221 em 31 de dezembro de 2020). A redução do valor decorre do encerramento de processos administrativos que ao final foram favoráveis à Companhia determinando a compensação e/ou restituição.;
iii. Autos de Infração que discutem para cobrança de CSLL, IRPJ e Lucro Inflacionários referentes aos anos calendário de 2005 a 2010 respectivamente. Em todos os casos foram apresentados Recursos Voluntários que está pendente de julgamento pelo Conselho de Contribuintes. Os valores atualizados para 31 de dezembro de 2021, totalizam R$ 64.062 (R$ 57.817 em 31 de dezembro de 2020).
iv. Auto de Infração aplicado pela Receita Federal em face da Rio Paranapanema Participações com a imposição de multa pela apresentação da ECF referente ao ano calendário de 2017. O valor atualizado para 31 de dezembro de 2021 é de R$ 25.522. O montante de R$ 11.435 está pulverizado em vários outros processos (R$ 12.448 em 31 de dezembro de 2020).

c) Ambientais
Em 31 de dezembro de 2021, as contingências ambientais na Controlada Rio Paranapanema Energia S.A. com expectativas de perda possível referem-se a:
i. a Autos de Infração lavrados pelo Instituto Ambiental do Paraná (IAT), pelo IBAMA e pela CETESB, relativos a supostas infrações ambientais ocorridas nas Usinas Chavantes, Salto Grande, Canoas I, Canoas II, Taquaruçu e Capivara, além de Ações Anulatórias. A Companhia apresentou recursos administrativos e ajuizou ações visando declarar a nulidade das multas. Os valores em 31 de dezembro e 2021 são de R$ 31.100 (R$ 36.514 em 30 de dezembro de 2020).
ii. Ações Civis Públicas movidas pelo Ministério Público Estadual de Andirá em face da Companhia relativas a ocupação irregular em área de APP (localizadas nos reservatórios das UHE's Canoas I e II), regularização de área de Loteamentos e recuperação ambiental, totalizando o valor envolvido para 30 de dezembro de 2021 é de R$ 10.061
O valor atualizado para 31 de dezembro de 2021 é de R$ 50.457 (R$ 36.514 em 31 de dezembro de 2020).

d) Regulatórias
Em 31 de dezembro de 2021, as contingências regulatórias com expectativa de perda possível somam um total de R$ 134.099, sendo que as principais contingências são referentes a:
i. Por conta da recusa da Companhia em pagar os valores em disputa na Ação Ordinária mencionada na nota explicativa nº 13 ("Encargos de Uso da Rede Elétrica"), a Aneel autuou a Rio Paranapanema por meio do Auto de Infração nº 014/2009-SFG por supostamente não ter a Companhia (i) firmado os Cusd com as concessionárias de distribuição; e (ii) não ter quitado o passivo da Tusd-g acumulado de julho de 2004 a junho de 2009. Por conta disso, a Companhia ajuizou Mandado de Segurança para suspender a cobrança da multa imposta, tendo sido a liminar deferida em junho de 2009. Em junho de 2013, a sentença denegou o pedido de liminar feito pela Rio Paranapanema no Mandado de Segurança impetrado, mantendo-se a multa imposta pela Aneel. Em outubro de 2013 a Companhia requereu no processo a suspensão da exigibilidade da multa até o julgamento definitivo do Mandado de Segurança, mediante o depósito do valor integral e atualizado da multa objeto da ação. Em dezembro de 2013, a Companhia interpôs recurso de apelação o qual ainda está pendente de julgamento. A classificação é de perda possível, e o valor é de R$ 38.255 (R$ 37.525 em 31 de dezembro de 2020);
ii. Em 2002, AES Sul distribuidora de energia elétrica ingressou com ação judicial visando não se sujeitar a aplicação retroativa da Resolução 288 da Aneel. A Companhia pode ser impactada por eventual decisão favorável à distribuidora e o valor atualizado em 31 de dezembro de 2021 é de R$ 47.843 (R$ 55.501 em 31 de dezembro de 2020);
iii. Entre 2010 e 2012, uma associação de distribuidoras e uma distribuidora ingressaram com ações judiciais visando anular os despachos da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira (SFF)/Aneel nº 2.517/2010 e 1.175/2012, respectivamente. A Companhia pode ser impactada por eventuais decisões favoráveis às distribuidoras. O valor atualizado em 31 de dezembro de 2021 é de R$ 19.742 (R$ 17.828 em 31 de dezembro de 2020).

e) Cíveis
Em 31 de dezembro de 2021, a principal contingência cível na Controlada Rio Sapucaí Mirim Energia Ltda. com expectativa de perda possível, refere-se a uma Ação de Desapropriação em que se discute a desapropriação e valoração do imóvel para a construção do reservatório da UHE Palmeiras. A decisão de primeira instância foi favorável à Sociedade considerando a perícia realizada. O processo atualmente aguarda decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo diante do recurso apresentado pelo réu Millenard Badran. Atualmente o valor envolvido com risco de perda possível é de R$ 28.193.

18 Dividendos a pagar

A distribuição de dividendos é feita para os acionistas do Grupo com base no seu Estatuto Social, e é reconhecida como um passivo em suas demonstrações financeiras. Ao final do exercício, eventuais dividendos que excedem o mínimo obrigatório que permanece no patrimônio líquido até que a assembleia dos acionistas aprove.

Controladora	**Saldo em 2020**	**Dividendos intermediários/propostos**	**Dividendos pagos**	**Saldo em 2021**
China Three Gorges Brasil Energia Ltda.	22.930	172.845	(195.775)	–
Huikai Clean Energy S.A.R.L.	11.461	86.412	(97.873)	–
	34.391	**259.257**	**(293.648)**	**–**

	Saldo em 2020	**Dividendos intermediários/propostos**	**Dividendos pagos**	**Prescrições (*)**	**Saldo em 2021**
China Three Gorges Brasil Energia Ltda.	22.930	172.845	(195.775)	–	–
Huikai Clean Energy S.A.R.L.	11.461	86.412	(97.873)	–	–
Acionistas minoritários	11.819	–	(10.354)	(178)	1.287
	46.210	**259.257**	**(304.002)**	**(178)**	**1.287**

(*) Os dividendos não reclamados no prazo de três anos, a contar da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, prescreverão conforme artigo. 287 da Lei 6.404/76.

19 Juros sobre capital próprio

A distribuição dos juros sobre capital próprio é feita para os acionistas do Grupo com base no seu Estatuto Social, e é reconhecida como um passivo em suas demonstrações financeiras quando aprovados nos termos do Estatuto Social.

Consolidado	**Saldo em 2020**	**JSCP pagos**	**Prescrições (*)**	**Saldo em 2021**
Rio Paranapanema Energia S.A.	1.954	(1.679)	(47)	228
	1.954	**(1.679)**	**(47)**	**228**

20 Contratos futuros de energia

As operações com contratos futuros de energia são transacionadas em mercado ativo e reconhecidas pelo valor justo por meio do resultado, com base na diferença entre o preço contratado e o preço de mercado das contratações em aberto na data do balanço (vide nota explicativa nº 24.1.4).
Este valor justo é estimado, em grande parte, nas cotações de preço utilizadas no mercado ativo de balcão, na medida em que tais dados observáveis de mercado existam, e, em menor parte, pelo uso de técnicas de avaliação que consideram preços estabelecidos nas operações de compra e venda e preços de mercado projetados por entidades especializadas, no período de disponibilidade destas informações. A taxa de desconto utilizada para fins de cálculo do valor justo, em dezembro de 2021, foi de 7,68 % a.a.
Os saldos patrimoniais, referentes às transações de trading em aberto estão abaixo apresentados.

Consolidado	2021			2020		
	Ativo	**Passivo**	**Resultado líquido**	**Ativo**	**Passivo**	**Resultado líquido**
Circulante	121.520	98.637	22.883	26.931	25.698	1.233
Não circulante	74.665	11.625	63.040	7.156	6.780	376
	196.185	**110.262**	**85.923**	**34.087**	**32.478**	**1.609**

A mutação dos saldos referente às transações de *trading* em aberto é a seguinte:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	**1.609**
Ganho reconhecido no exercício	162.098
Perda reconhecido no exercício	(77.784)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**85.923**

20.1. Análise de sensibilidade sobre as operações de trading
Preparamos a análise de sensibilidade, aplicando percentuais nas curvas de mercado de dezembro de 2021. Os resultados obtidos foram:

	Cenário – Δ 50%	**Cenário – Δ 25%**	**Cenário Provável**	**Cenário + Δ 25%**	**Cenário + Δ 50%**
Resultados não realizados em operações de trading	92.292	91.108	85.923	80.739	75.555

A variação da taxa de desconto não impacta de forma importante o valor justo apurado, visto a curta *duration* da carteira de *trading* em aberto, motivo pelo qual não foi apresentada análise de sensibilidade

21 Partes relacionadas

As partes relacionadas, são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os mesmos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.
A Companhia é controlada pela China Three Gorges Brasil Energia Ltda. (constituída no Brasil), que detém 66,67% das ações da Companhia. O controlador em última instância é a China Three Gorges Corporation, empresa de energia estatal chinesa.
Para todas as transações as premissas contratuais são as mesmas praticadas em mercado.

21.1. Remuneração do pessoal-chave da Administração
Em 30 de abril de 2021, em Assembleia Geral Ordinária (AGO), foi aprovado o valor da remuneração anual da Administração da Companhia no montante global de até R$ 5.900 para 2021, sendo distribuído da seguinte forma: (a) R$ 860 para o Conselho de Administração; (b) R$ 3.800 para a Diretoria e (c) R$ 1.250 para o Conselho Fiscal.
Segue detalhe da remuneração relacionada às pessoas-chave da Administração:

	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Benefícios de curto prazo para administradores	4.365	3.908
Benefícios pós-emprego	198	145
Conselho fiscal	1.134	1.112
	5.697	**5.165**

21.2. Composição
Com o intuito de criar sinergia entre os recursos, atendendo de maneira mais eficiente e econômica aos interesses das partes e seguindo as determinações da Resolução Normativa Aneel nº 699, de 26 de janeiro de 2016, foram firmados os seguintes contratos:
• Compartilhamento de despesas, da Controlada Rio Paranapanema Energia junto à China Three Gorges Brasil Energia Ltda. e suas subsidiárias Rio Paraná Energia S.A., Rio Canoas Energia S.A. e Rio Verde Energia S.A., contrato este que foi previamente aprovado pelo Despacho Aneel nº 2.018/17;
• A Companhia manteve contrato de prestação de serviços administrativos junto à CTG Brasil Serviços Administrativos Ltda. e anuído pela Aneel conforme Despacho nº 2.756, de 28 de novembro de 2018, que segue as determinações da Resolução Normativa Aneel nº 699, de 26 de janeiro de 2016 no intuito de criar sinergia entre os recursos, atendendo de maneira mais eficiente e econômica aos interesses das partes. A partir de 01 de novembro de 2021 a Companhia e a CTG Brasil Serviços Administrativos Ltda. passaram a integrar o contrato de compartilhamento de despesas, junto a CTG BR, conforme Despacho Aneel nº 3620/2021. Com esse aditivo, a partir de dezembro de 2021, a CTG BR assumiu as atividades antes prestadas pela CTG Brasil Serviços Administrativos Ltda. e a Companhia passa a compartilhar os benefícios de tais atividades prestadas pela CTG BR, em substituição ao contrato supracitado.A Companhia possui contrato de compartilhamento de despesas com a sua Controlada Rio Paranapanema Energia S.A.

	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
	Passivo	**Passivo**	**Passivo**
China Three Gorges Brasil Energia Ltda	–	2.022	1.462
CTG Brasil Serviços Administrativos Ltda.	36	–	548
Rio Parana Energia S.A.	–	60.537	–
	36	**62.559**	**2.010**

continua ...

Rio Paranapanema Participações S.A. | CNPJ/ME nº 02.357.206/0001-07

... continuação das Notas Explicativas da Administração para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21.3. Resultado

	Controladora 2021			Controladora 2020		
	Compartilhamento de despesas	Prestação de serviços	Total	Compartilhamento de despesas	Prestação de serviços	Total
CTG Brasil Serviços Administrativos Ltda.	–	(423)	(423)	–	(441)	(441)
Rio Paranpanema Energia S.A.	(6.163)	–	(6.163)	(4.515)	–	(4.515)
	(6.163)	(423)	(6.586)	(4.515)	(441)	(4.956)

	Consolidado 2021					Consolidado 2020		
	Venda de energia	Compra de energia	Compartilhamento de despesas	Prestação de serviços	Total	Compartilhamento de despesas	Prestação de serviços	Total
China Three Gorges Brasil Energia Ltda.	–	–	(15.351)	–	(15.351)	(16.386)	–	(16.386)
CTG Brasil Serviços Administrativos Ltda.	–	–	–	(6.391)	(6.391)	–	(6.671)	(6.671)
Rio Parana Energia S.A.	60.018	(60.537)	–	–	(519)	–	–	–
	60.018	(60.537)	(15.351)	(6.391)	(22.261)	(16.386)	(6.671)	(23.057)

21.4. Garantias em operações comerciais

Na medida em que clientes das Controladas (Rio Paranapanema Energia) necessitam de garantias em operações comerciais, o Grupo fornece tais garantias, com cobrança de honorários cujo montante em 31 de dezembro de 2021 é de R$ 36.060 (R$ 121.549 em 31 de dezembro de 2020).

22 Plano de pensão e aposentadoria

22.1. Benefícios a empregados

22.1.1. Obrigações de aposentadoria

A Controlada Rio Paranapanema Energia patrocina planos de pensão e aposentadoria a seus empregados. Esses planos foram constituídos de acordo com as características de benefício definido e contribuição definida. Os custos, contribuições e o passivo ou ativo atuarial do plano de benefício definido são determinados, anualmente, em 31 de dezembro, por atuários independentes, e apurados usando o método do crédito unitário projetado e registrados de acordo com a Deliberação CVM nº 695/2012 (CPC 33 (R1)/IAS 19 – Benefícios a Empregados).

Com relação aos planos de pensão de benefício definido, a Controlada reconhece passivo no balanço patrimonial se o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço é maior que o valor justo dos ativos do plano.

O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de descontos condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado.

A Controlada reconheceu um passivo atuarial no seu balanço patrimonial com contrapartida em resultados abrangentes, em virtude de perdas apuradas no cálculo atuarial resultante da queda da taxa de desconto utilizada no cálculo dos ativos e passivos do plano de aposentadoria, sem efeito em resultado.

Os custos correntes do plano, incluindo os juros, menos os rendimentos esperados dos ativos, são reconhecidos no resultado mensalmente. Os ganhos e as perdas atuariais são reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes, com efeito imediato no patrimônio líquido da Controlada.

22.2. Contribuição definida

No plano de contribuição definida, a Controlada Rio Paranapanema Energia faz contribuições mensais contratuais para o plano de previdência privado conforme opção do colaborador para esse benefício.

No plano de contribuição definida, a Controlada faz contribuições mensais contratuais para o plano de previdência privado conforme opção do colaborador para esse benefício. A Controlada não tem qualquer obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas, cujo montante foi de R$ 167 (R$ 155 em 31 de dezembro de 2020).

22.3. Benefício definido

A Controlada Rio Paranapanema Energia patrocina planos de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão para seus empregados e ex-empregados. A Vivest (antiga Fundação CESP) é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios supracitados.

O Plano de Suplementação de Aposentadorias e Pensão – PSAP Rio Paranapanema é estruturado na modalidade de Benefício definido, criado em 1º de setembro de 1999 e encontra-se aberto à novas adesões para os empregados da Controlada. O plano garante uma suplementação do benefício do INSS mediante à aposentadoria e invalidez aos empregados inscritos no plano, conforme as regras definidas pelo Regulamento do Plano, atualmente está aberto para a entrada de novos participantes.

O custeio do plano é determinado pelo Regulamento através das contribuições dos participantes, aposentados e patrocinadores.

A Controlada designou a empresa Mercer Human Resource Consulting Ltda., atuária independente, para conduzir a avaliação atuarial anual, visando determinar os passivos e custos que os mesmos representam, com base nas regras estabelecidas no CPC 33 (R1)/IAS 19 – Benefícios a empregados, obrigatório para as Sociedades Anônimas de capital aberto pela Deliberação CVM nº 695/2012. Durante este processo, todas as premissas atuariais foram revisadas. A avaliação atuarial adotou o método do crédito unitário projetado e o ativo líquido do plano é avaliado pelo valor justo.

As obrigações com a Vivest (uma das entidades administradoras dos planos de benefícios), referente ao Plano com Benefício Definido, são registradas no passivo não circulante na rubrica de plano de pensão e aposentadoria.

22.3.1. Conciliação dos ativos/(passivos) a serem reconhecidos no balanço patrimonial

	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Obrigação de benefício definido	(429.589)	(415.243)
Valor justo do ativo do plano	387.401	371.152
Passivo reconhecido no balanço patrimonial	**(42.188)**	**(44.091)**

No exercício de 2021, a Controlada contabilizou uma redução em seu passivo de longo prazo no valor de R$ 1.903 (R$ 25.626 em 31 de dezembro de 2020) em contrapartida ao patrimônio líquido (outros resultados abrangentes), conforme estabelecido pelo CPC 33 (R1)/IAS 19 – Benefícios a empregados.

A redução do passivo se deu, sobretudo, em decorrência da mudança da taxa de retorno que saiu de 4,07% para 5,26%.

22.3.2. Movimento do (passivo)/ativo a ser reconhecido no balanço patrimonial

	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Valor líquido do passivo de benefício definido no final do ano anterior	(44.091)	(18.465)
Custo da obrigação de benefício definido incluído no resultado da empresa	(6.093)	(4.182)
Contribuições da empresa realizadas no exercício	1.112	947
Redimensionamento da obrigação de benefício definido incluído em outros resultados abrangentes ("OCI")	6.884	(22.391)
Valor líquido do passivo de benefício definido no final do ano	**(42.188)**	**(44.091)**

22.3.3. Evolução do valor presente das obrigações no final do exercício

	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Obrigação de benefício definido no final do ano anterior	415.243	374.896
Custo do serviço corrente	3.951	3.781
Custo do serviço	2.991	2.944
Contribuição de participante	960	837
Custo dos juros	29.008	25.886
Benefícios pagos pelo plano no exercício	(24.005)	(16.948)
Redimensionamento da obrigação	5.392	27.628
Obrigação de benefício definido no final do ano	**429.589**	**415.243**

22.3.4. Evolução do valor justo dos ativos no final do exercício

	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Valor justo do ativo do plano no final do ano anterior	371.152	356.431
Rendimento real dos ativos	38.182	29.885
Juros sobre o valor justo do ativo do plano	25.906	24.648
Rendimento do valor justo do ativo do plano	12.276	5.237
Contribuições no exercício	2.072	1.784
Benefícios pagos pelo plano no exercício	(24.005)	(16.948)
Valor justo dos ativos no final do exercício	**387.401**	**371.152**

22.3.5. Despesa anual reconhecida no resultado do exercício

	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Custo do serviço corrente	2.991	2.944
Custo dos juros sobre a obrigação de benefício definido	29.008	25.886
Rendimento sobre o valor justo do ativo do plano	(25.906)	(24.648)
Total	6.093	4.182

22.3.6. Remensurações atuariais reconhecidas em outros resultados abrangentes

	Controladora e consolidado 2021	Controladora e consolidado 2020
Saldo no início do exercício		
Efeito da alteração de premissas financeiras	(60.765)	(37.703)
Efeito da alteração de premissas demográficas	(232)	–
Efeito da experiência do plano	66.389	65.299
Rendimento sobre o valor justo do ativo do plano	(12.276)	(5.237)
Saldo no final do exercício	**(6.884)**	**22.359**

22.3.7. Premissas utilizadas nas avaliações atuariais

22.3.7.1. Hipóteses econômicas

	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Taxa nominal de desconto (*)	9,47% ao ano	7,19% ao ano
Taxa de retorno esperado dos ativos	9,47% ao ano	7,19% ao ano
Taxa nominal de crescimento salarial	6,60% ao ano	5,58% ao ano
Crescimento dos benefícios da previdência social e dos limites	4,00% ao ano	3,00% ao ano
Taxa de inflação estimada no longo prazo	4,00% ao ano	3,00% ao ano
Fator de capacidade		
Salários	100,00%	100,00%
Benefícios	100,00%	100,00%

(*) Utilização de taxas nominais

22.3.7.2. Hipóteses demográficas

	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Mortalidade geral	AT-2000 (masculina) suavizada em 10%	AT-2000 (masculina) suavizada em 10%
Entrada em invalidez	Light Fraca suavizada em 30%	Light Fraca suavizada em 30%
Tábua de entrada em envalidez	Light Fraca	Light Fraca
Mortalidade de inválidos	AT – 1949 Masculina	AT – 1949 Masculina
Composição familiar	Funcesp 2014	Funcesp 2014
Idade de aposentadoria	Tempo de contribuição INSS: 35 Homens e 30 Mulheres Tempo de filiação ao Plano: 15 anos	Tempo de contribuição INSS: 35 Homens e 30 Mulheres Tempo de filiação ao Plano: 15 anos
Taxa de crescimento salarial	2,50%	2,50%
Projeção de crescimento da unidade de referência	0,42% a.a.	0,84% a.a.
Rotatividade	Experiência Funcesp suavizada em 50%	Experiência Funcesp suavizada em 50%

22.3.8. Dados dos participantes

	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Numero de Participantes		
Ativos	210	210
Aposentados	189	187
Inválidos	14	14
Pensionistas	25	22

22.3.9. Análise de sensibilidade das premissas atuariais

Com a finalidade de verificar o impacto nas obrigações atuariais, que em 31 de dezembro de 2021 foi de R$ 429.589, a Controlada realizou análise de sensibilidade da principal premissa atuarial, a taxa de desconto, considerando uma variação de 1%, tendo como resultado os seguintes efeitos:

	Taxa de desconto (+1,00%)	Taxa de desconto (-1,00%)
Impacto na Obrigação de Benefício Definido	(44.903)	(60.187)
Total da Obrigação de Benefício Definido	384.686	369.402
Duration da obrigação (em anos)	10,85	12,68

22.3.10. Estimativa da despesa de benefício definido para o próximo exercício

Custo do serviço corrente	2.220
Custo dos juros	39.411
Rendimento esperado dos ativos do plano	(35.555)
Custo da obrigação de benefício definido	**6.076**

22.3.11. Outras informações sobre as obrigações atuariais

O valor esperado de contribuições da Controlada para o exercício de 2021 é de R$ 1.722 (R$ 939 em 31 de dezembro de 2020).

Os pagamentos esperados da obrigação de benefício definido para os próximos 10 anos são os seguintes:

1 ano	28.261
Entre 2 e 5 anos	125.464
Entre 5 e 10 anos	195.302

23 Patrimônio líquido

Ações Ordinárias (ON) são classificadas como patrimônio líquido. Cada ação ordinária confere a seu titular direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral, cujas deliberações serão tomadas na forma deste Estatuto Social e da legislação aplicável, observadas as disposições do Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia.

23.1. Capital social

O capital social da Rio Paranapanema Participações é de R$ 798.355 dividido em 798.355 ações no valor de R$ 1,00 cada uma.

Posição acionária em 2021 e 2020

Acionistas	Ações ordinárias	%
China Three Gorges Brasil Energia Ltda.	532.263.127	66,67
Huikai Clean Energy S.À.R.L	266.091.646	33,33
	798.354.773	**100,00**

23.2. Reservas de capital

	Controladora e Consolidado 2021	Controladora e Consolidado 2020
Deságio na subscrição de ação	(6.626)	(6.626)
Reserva especial – Reoganização societária – Aquisição Rio Sapucaí Mirim Energia	(9.841)	(9.841)
	(16.467)	**(16.467)**

23.3. Custo atribuído

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. Esse custo foi ajustado para refletir o custo atribuído de determinados itens do ativo imobilizado na data de transição para IFRS/CPCs, sendo a contrapartida registrada no patrimônio líquido, outros resultados abrangentes. Em 2021, visando uma melhor apresentação das demonstrações financeiras, a Administração reclassificou o valor de R$ 25.576 para a rubrica de custo atribuído, dentro do próprio grupo de Ajuste de Avaliação Patrimonial, incluindo os saldos comparativos.

24 Receita operacional líquida

24.1. Reconhecimento da receita

24.1.1. Receita de comercialização de energia

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos incidentes, dos abatimentos e dos descontos concedidos.

O Grupo reconhece a receita quando:

i. O valor da receita pode ser mensurado com segurança;

ii. É provável que benefícios econômicos futuros fluirão para o Grupo;

iii. Quando critérios específicos são atendidos para cada uma das atividades do Grupo, conforme descrição a seguir:

O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as eventuais contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. O Grupo baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

O Grupo reconhece as receitas de vendas de energia em contratos bilaterais, MRE e MCP no mês de suprimento da energia de acordo com os valores constantes dos contratos e estimativas da Administração da Sociedade, ajustados posteriormente por ocasião da disponibilidade dessas informações.

24.1.2. Receita de suprimento de energia elétrica

A receita de suprimento de energia elétrica é reconhecida no resultado de acordo com as regras de mercado de energia elétrica, a qual estabelece a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade contratada de energia para o comprador.

24.1.3. Receita diferida

O grupo possui contratos de curto e longo prazo de venda de energia contendo, cláusula de atualização monetária por índices de preços, além de redução do preço contratado na energia a ser fornecida no futuro. Em consonância com a Orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (OCPC 05 – Orientação sobre Contratos de Concessão), para fins de linearização da receita ao longo do tempo, e considerada a diferença da parcela da receita obtida entre o preço de venda e o preço médio de venda no decorrer do contrato.

A atual provisão para a Companhia será realizada até 2025.

Os valores de diferimento a apropriar em resultados futuros estão registrados no passivo, valores estes que totalizam o saldo consolidado de R$ 9.412 em 31 de dezembro de 2021 (R$ 6.715 em 31 de dezembro de 2020).

24.1.4. Operação de trading

As operações de compra e venda de energia são transacionadas em mercado ativo no ambiente de contratação livre (ACL) e, para fins de mensuração contábil, atendem a definição de instrumentos financeiros ao valor justo. As operações de contratos futuros foram realizadas pela Sociedade até 2026 e foram reconhecidas pelo seu valor justo na data de fechamento de cada operação. A Sociedade reconhece a receita apenas quando da entrega da energia ao cliente pelo valor justo da contraprestação. Adicionalmente, são reconhecidos como receita/despesa os ganhos/perdas líquidos não realizados decorrentes da marcação a mercado – diferença entre os preços contratados e os de mercado – das operações líquidas contratadas em aberto na data das demonstrações financeiras.

	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Receita operacional bruta		
Contratos ACL	1.373.264	1.514.538
Comercialização de energia	456.971	21.961
Ganhos não realizados em operações de trading	162.098	34.087
Mercado de curto prazo (MCP)	156.532	113.527
Mecanismo de realocação de energia (MRE)	3.302	11.100
	2.152.167	**1.695.213**
Outras receitas		
Outras receitas	448	400
	448	**400**
Total receita operacional bruta	**2.152.615**	**1.695.613**
Deduções à receita operacional		
PIS e COFINS	(173.732)	(140.207)
ICMS	(42.216)	(36.542)
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)	(13.058)	(13.674)
	(229.006)	**(190.423)**
Receita operacional líquida	**1.923.609**	**1.505.190**

25 Energia elétrica vendida, comprada e encargos de uso da rede

25.1. Energia elétrica vendida

	Consolidado 2021 MWh (*)	2021 R$	2020 MWh (*)	2020 R$
Contratos ACL	7.826.708	1.373.264	8.222.373	1.513.018
Comercialização de energia	1.758.608	456.971	44.448	21.961
Mercado de curto prazo (MCP)	206.103	156.532	524.257	115.047
Mecanismo de realocação de energia (MRE)	313.918	3.302	912.827	11.100
	10.105.337	**1.990.069**	**9.703.905**	**1.661.126**

25.2. Energia elétrica comprada

	Consolidado 2021 MWh (*)	2021 R$	2020 MWh (*)	2020 R$
Contratos bilaterais	2.943.209	1.067.847	1.675.465	369.174
Mercado de curto prazo (MCP)	233.778	48.411	67.037	12.323
Mecanismo de realocação de energia (MRE)	1.694.276	26.758	2.043.103	39.539
(-) Crédito de PIS	–	(15.718)	–	(5.265)
(-) Crédito de COFINS	–	(72.397)	–	(24.251)
	4.871.263	**1.054.901**	**3.785.605**	**391.520**

O aumento no custo com energia elétrica comprada para revenda se dá, principalmente, pela piora no cenário hidrológico (GSF) e, também, pelo aumento no PLD médio na comparação entre os dois anos.

25.3. Encargos de uso da rede elétrica

	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Tust	149.882	133.750
Tusd	23.194	21.284
Encargos de conexão	147	181
(-) Crédito de PIS	(3.457)	(2.383)
(-) Crédito de COFINS	(15.923)	(10.978)
	153.843	**141.854**

As tarifas devidas pelo Grupo e estabelecidas pela Aneel são: Tust, Tusd-g e Encargos de Conexão (vide nota explicativa nº 15).

A Tust remunera o uso da Rede Básica, que é composta por instalações de transmissão com tensão igual ou superior a 230 kV. A parte de cada empresa do total do encargo é calculada com base em: (I) valor comum a todos os empreendimentos (selo), referente à um valor estimado em 80% do encargo Tust, e (ii) valor que considera a proximidade do empreendimento de geração em relação aos grandes centros consumidores no caso da geração ou a proximidade em relação aos grandes centros geradores no caso das distribuidoras ou consumidores livres (locacional), referente a aproximadamente 20% do encargo Tust. As usinas que pagam Tust são: UHEs Jurumirim, Capivara, Chavantes e Taquaruçu, pois estão ligadas diretamente à Rede Básica.

A Tusd-g remunera o uso do sistema de distribuição de uma concessionária de distribuição específica. As concessionárias de distribuição operam linhas de energia em baixa e média tensão que são utilizadas pelos geradores para ligar suas usinas à Rede Básica ou a centros de consumo. As usinas da Rio Paranapanema que pagam Tusd-g para acessar os centros de consumo, são: UHEs Rosana (que se encontra na área de concessão da Elektro Eletricidade e Serviços S.A.) e Canoas I, Canoas II e Salto Grande (que se encontram na área de concessão da Energisa Sul-Sudeste Distribuidora de Energia S.A., antiga Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A.). As PCHs Retiro e Palmeiras (que se encontram na área de concessão da CPFL Paulista) também estão sujeitas a este pagamento. Os encargos de conexão são pagos mensalmente à CTEEP devido ao uso de instalações na tensão de distribuição (entrada de linha em 13,8 kV).

26 Resultado financeiro

As receitas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva, registradas contabilmente em regime de competência:

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Receitas				
Aplicações financeiras	955	3.703	15.103	35.197
Variações monetárias	124	42	11.244	134.521
Depósitos judiciais	63	42	2.667	2.708
Inadimplência CCEE	–	–	8.394	–
Atualização monetária referente a liminares CCEE	–	–	–	131.808
Outras	61	–	183	5
Compensação financeira	–	–	88.779	–
Outras receitas financeiras	31	39	446	1.035
	1.110	**3.784**	**115.572**	**170.753**
Despesas				
Juros	–	–	(82.010)	(65.418)
Juros sobre debêntures	–	–	(82.010)	(65.418)
Juros outros	–	–	(99)	(164)
Variações monetárias	–	–	(208.173)	(482.883)
Atualização monetária referente a liminares CCEE	–	–	(124.447)	(435.958)
Provisões para riscos	–	–	(2.718)	(1.694)
Debêntures	–	–	(73.602)	(39.462)
Outras	–	–	(7.406)	(5.769)
Despesas plano de pensão	–	–	(6.093)	(4.182)
Outras despesas financeiras	(2)	(4.718)	(2.664)	(7.237)
	(2)	**(4.718)**	**(299.039)**	**(559.884)**
	1.108	**(934)**	**(183.467)**	**(389.131)**

continua ...

Rio Paranapanema Participações S.A. | CNPJ/ME nº 02.357.206/0001-07

... continuação das Notas Explicativas da Administração para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Como mencionado anteriormente, o país enfrentou em 2021 uma crise hídrica sem precedentes, que reduziu o despacho da ONS para as geradoras hidrelétricas e aumentou o despacho das usinas térmicas que por sua vez provocaram elevação no preço da energia no curto prazo (PLD).

Dentro desse contexto, o Grupo efetuou diversas compras de energia durante o ano, visando mitigar parte dos impactos negativos do cenário hidrológico. Uma dessas contrapartes solicitou ao Grupo uma renegociação acerca dos compromissos contratados de entrega de energia comprada para o exercício.

A partir dessa solicitação, houve renegociação de volumes, preços e prazos originalmente contratados e, em contrapartida a esse não cumprimento contratual, as controladas Rio Paranapanema e CTG Trading receberam uma compensação financeira no valor de R$ 97.829 (no quadro, apresentados líquidos de Pis/Cofins).

Ainda acerca dessa renegociação, se considerados todos os anos de contrato com essa contraparte, o resultado a valor presente foi benéfico para o Grupo e evitou uma perda muito maior caso a contraparte efetivamente não honrasse o compromisso original. Vale ressaltar que tivemos somente esse caso de renegociação e que, caso o Grupo não tivesse implementado ações mitigatórias dessa natureza, teria um resultado muito pior efetuando as compras de energia junto à CCEE no Mercado de Curto Prazo (MCP). Adicionalmente, a Administração revisitou os processos de Risco de Portfólio e de Crédito, no sentido de torná-los ainda mais robustos.

27 Apuração do imposto de renda e contribuição social e tributos diferidos

27.1. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas nominal e efetiva está demonstrada a seguir:

	Controladora					
	2021			2020		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Lucro contábil antes do IRPJ e CSLL		**7.577**			**680.313**	
Alíquota nominal do IRPJ e CSLL	25%	9%	34%	25%	9%	34%
IRPJ e CSLL a alíquota pela legislação	**(1.894)**	**(682)**	**(2.576)**	**(170.078)**	**(61.228)**	**(231.306)**
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva						
Juros sobre capital próprio	–	–	–	(12.745)	(4.588)	(17.333)
Equivalência patrimonial de controlada	3.803	1.369	5.172	172.049	61.938	233.987
Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo Negativa	(1.909)	(687)	(2.596)	3.232	1.164	4.396
Outras adições permanentes, líquidas	–	–	–	24	(1)	23
IRPJ e CSLL do exercício com efeito no resultado	**–**	**–**	**–**	**(7.518)**	**(2.715)**	**(10.233)**
IRPJ e CSLL correntes	–	–	–	7.518	2.715	10.233
Total IRPJ e CSLL do exercício com efeito no resultado	**–**	**–**	**–**	**7.518**	**2.715**	**10.233**
Ajustes correntes – exercícios anteriores	(8)	(4)	(12)	–	–	–
Total IRPJ e CSLL com efeito no resultado	**(8)**	**(4)**	**(12)**	**7.518**	**2.715**	**10.233**
Alíquota efetiva	**0,0%**	**0,0%**	**0,0%**	**1,1%**	**0,4%**	**1,5%**

	Consolidado					
	2021			2020		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Lucro contábil antes do IRPJ e CSLL		**(2.264)**			**994.989**	
Alíquota nominal do IRPJ e CSLL	25%	9%	34%	25%	9%	34%
IRPJ e CSLL a alíquota pela legislação	**566**	**204**	**770**	**(248.747)**	**(89.549)**	**(338.296)**
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva						
Juros sobre capital próprio	–	–	–	505	(4.588)	(4.083)
Equivalência patrimonial de controlada	7.695	2.771	10.466	12.385	(73)	12.312
Incentivos fiscais	–	–	–	804	–	804
Amortização agio da Duke sudeste	16	5	21	18	4.459	4.477
Amortização encargo credor inflacionário	2.260	(73)	2.187	2.260	(430)	1.830
Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo Negativa	(1.909)	(687)	(2.596)	3.232	5.934	9.166
Provisão liminar GSF	(333)	(120)	(453)	–	–	–
Outras adições permanentes, líquidas	(27)	(10)	(37)	(1.147)	4	(1.143)
Diferença por tributação de lucro presumido em controladas	(540)	(315)	(855)	(575)	(331)	(906)
Doações Incentivadas	–	–	–	3.500	–	3.500
IRPJ e CSLL do exercício com efeito no resultado	**7.728**	**1.775**	**9.503**	**(227.765)**	**(84.574)**	**(312.339)**
IRPJ e CSLL correntes	863	431	1.294	145.902	55.103	201.005
IRPJ e CSLL diferidos	(8.591)	(2.206)	(10.797)	81.863	29.471	111.334
Total IRPJ e CSLL do exercício com efeito no resultado	**(7.728)**	**(1.775)**	**(9.503)**	**227.765**	**84.574**	**312.339**
Ajustes correntes – exercícios anteriores	(8)	(4)	(12)	(127)	–	(127)
Ajustes diferidos – exercícios anteriores	–	–	–	(10.321)	(3.715)	(14.036)
Total IRPJ e CSLL com efeito no resultado	**(7.736)**	**(1.779)**	**(9.515)**	**217.317**	**80.859**	**298.176**
Alíquota efetiva	**341,3%**	**78,4%**	**419,7%**	**22,9%**	**8,5%**	**31,4%**

Foram excluídos da apuração das bases de cálculos dos tributos federais da Rio Paranapanema, os ajustes contábeis decorrentes da aplicação dos seguintes pronunciamentos técnicos: CPC 33 – Benefícios a Empregados, CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações e CPC 27 – Ativo Imobilizado.

27.2. Tributos diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

Adicionalmente, são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada data das demonstrações financeiras e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível de legalmente compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais

A Controlada indireta Rio Sapucaí Mirim é optante pelo regime de tributação pelo lucro presumido, portanto, não constitui provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos.

	Consolidado					
	2021			2020		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Ativo de imposto diferido						
Diferenças temporárias						
Prejuízo fiscal e Base de cálculo negativa	395.480	141.486	536.966	11.137	4.009	15.146
Liminar GSF/Garantia física	31.936	11.497	43.433	425.984	153.354	579.338
Provisões para riscos	9.848	3.545	13.393	9.699	3.492	13.191
Benefício fiscal	8.212	2.956	11.168	9.753	3.511	13.264
Ajuste atuarial plano de pensão	6.736	2.425	9.161	7.212	2.596	9.808
Receita diferida	2.334	840	3.174	1.623	584	2.207
Amortização de direito de uso	93	33	126	72	26	98
Valores recebidos a maior RTE	69	25	94	66	24	90
Outras provisões	3.332	1.200	4.532	3.594	1.294	4.888
Total bruto	**458.040**	**164.007**	**622.047**	**469.140**	**168.890**	**638.030**
Passivo de imposto diferido						
Diferenças temporárias						
Recuperação de custos de compra de energia pela extensão da concessão (acordo GSF)	(215.594)	(77.614)	(293.208)	(210.131)	(75.648)	(285.779)
Ajuste de avaliação patrimonial	(124.680)	(44.885)	(169.565)	(148.112)	(53.320)	(201.432)
Mais-valia – investimento em controlada	(6.513)	(2.345)	(8.858)	(6.513)	(2.345)	(8.858)
Total bruto	**(346.787)**	**(124.844)**	**(471.631)**	**(364.756)**	**(131.313)**	**(496.069)**
Imposto diferido líquido	**111.253**	**39.163**	**150.416**	**104.384**	**37.577**	**141.961**

Em 1º de janeiro de 2009, conforme previsto no CPC 27/IAS 16 – Ativo imobilizado e em atendimento às orientações contidas no ICPC 10 o Grupo reconheceu o valor justo de certos ativos imobilizados (custo atribuído) na data da adoção inicial dos CPCs e do IFRS. Em decorrência, o Grupo também reconheceu os correspondentes valores de imposto de renda e de contribuição social diferidos, nessa data de transição, acima apresentado no quadro como Ajuste de avaliação patrimonial.

A realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativo ocorrerá na medida em que tais valores sejam oferecidos à tributação.

Na controlada Paranapanema, no 1º trimestre de 2021 ocorreu a realização do diferido constituído para a liminar do GSF e em decorrência da relevância dos valores, a empresa apurou prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de CSLL no exercício.

As provisões reconhecidas no passivo referem-se a extensão da concessão firmada em acordo com a CCEE, que é realizada conforme sua amortização.

O Grupo apresenta o imposto de renda e contribuição social diferidos no grupo não circulante conforme CPC 26/IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras.

O Grupo tem a expectativa de realização do imposto de renda e de contribuição social diferidos de acordo com premissas internas e conforme apresentado no quadro abaixo:

Conta	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**	**2026**	**A partir de 2027**	**Total**
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(8.136)	(10.060)	(4.217)	(5.727)	(4.182)	182.718	**150.416**

27.3. Benefício fiscal – Ágio incorporado

O montante de ágio absorvido pela Rio Paranapanema S.A., em razão da incorporação da Duke Energia do Sudeste Ltda. ("Duke Sudeste"), em fevereiro de 2002 teve como fundamento econômico a expectativa de resultados futuros e será amortizado até 2030, conforme estipulado pela Resolução Aneel nº 28/2002, baseado na projeção de resultados futuros, elaborada por consultores externos naquela data.

A Controlada Rio Paranapanema Energia S.A. constituiu provisão para manter a integridade do patrimônio, cuja reversão neutralizará o efeito da amortização do ágio no balanço patrimonial, segue sua composição:

	Controladora e consolidado					
	2021			2020		
	Ágio	Provisão	Valor líquido	Ágio	Provisão	Valor líquido
Saldos oriundos da incorporação	305.406	(201.568)	103.838	305.406	(201.568)	103.838
Realização	(272.546)	179.876	(92.670)	(266.380)	175.806	(90.574)
Saldos no final do período	**32.860**	**(21.692)**	**11.168**	**39.026**	**(25.762)**	**13.264**

Para fins de apresentação das demonstrações financeiras, o valor líquido correspondente ao benefício fiscal – imposto de renda e contribuição social, acima descrito, está sendo apresentado no balanço patrimonial como aumento desses mesmos tributos no ativo não circulante, na rubrica impostos diferidos. Na forma prevista pela instrução CVM nº 319/1999, não há efeitos no resultado do exercício conforme demonstrado a seguir:

	Consolidado	
	2021	2020
Amortização do ágio	(6.166)	(6.907)
Reversão da provisão	4.070	4.558
Benefício fiscal	2.096	2.349

Realização do benefício fiscal referente ágio incorporado da Duke Sudeste.

	2022	2023	2024	2025	2026 – 2027	2028 em diante	Total
Realização estimada	1.872	1.671	1.492	1.332	2.252	2.549	**11.168**

28 Lucro por quota

O cálculo básico e diluído de lucro líquido por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações do Grupo, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício.

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	Controladora	
Numerador	**2021**	**2020**
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia		
Lucro líquido do exercício	7.589	670.080
	7.589	**670.080**
Denominador (Média ponderada de números de ações)		
Ações ordinárias	798.355	798.355
Lucro líquido básico e diluído por ação		
Ações ordinárias	0,00951	0,83933

29 Instrumentos financeiros

29.1. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito. São inicialmente registrados pelo valor justo, a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para aqueles que não tem cotação disponível no mercado.

29.1.1. Classificação

O Grupo pode classificar seus ativos financeiros nas seguintes categorias:

i. Mensurados ao valor justo através do resultado;

ii. Mensurados ao custo amortizado;

A Administração determina a classificação de seus ativos e passivos financeiros no reconhecimento inicial, dependendo do modelo de negócio e da finalidade para a qual o ativo ou passivo financeiro foi adquirido. Nestas demonstrações financeiras, a Sociedade classifica seus instrumentos financeiros como mensurado ao custo amortizado:

Mensurado ao custo amortizado são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a doze meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes) e são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras e operacionais, usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/ (perdas). As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado. A Companhia não opera com derivativos e também não aplica a metodologia denominada contabilidade de operações de *hedge* (*hedge accounting*).

29.1.2. Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação – data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os valores são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os custos das transações dos ativos financeiros classificados como valor justo por meio do resultado (destinados à negociação) são reconhecidos no resultado. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor do custo amortizado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

29.1.3. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial, quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-lo, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

29.2. Mensuração do valor justo

O Grupo mensura alguns instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo, ou seja, ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para o cálculo do valor justo são utilizadas técnicas de avaliação apropriadas às circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis, de forma a minimizar o uso de dados não observáveis.

Os ativos e passivos cujos valores justos são mensurados e divulgados nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos ou passivos idênticos aos que a Grupo possa ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para a mensuração do valor justo seja obtida direta ou indiretamente; e
- Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para a mensuração do valor justo não esteja disponível.

As operações do Grupo compreendem a geração e a venda de energia elétrica para companhias distribuidoras e clientes livres. As vendas são efetuadas através dos denominados "contratos bilaterais", assinados em período posterior ao da privatização da Rio Paranapanema, que determinam a quantidade e o preço de venda da energia elétrica. O preço é reajustado anualmente pela variação do IGP-M e/ou IPCA. Eventuais diferenças entre a quantidade de energia gerada, energia alocada e o somatório das quantidades vendidas através de contratos são ajustadas através das regras de mercado e liquidadas no âmbito da CCEE. Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio do Grupo estão descritos na nota explicativa nº 4.

Nos contratos fechados no mercado livre com os consumidores livres e comercializadores, o Grupo, através da área de crédito, efetua a análise de crédito e define os limites e garantias que serão requeridos.

Todos os contratos têm cláusulas que permitem o Grupo a cancelar o contrato e a entrega de energia no caso de não cumprimento dos termos do contrato.

29.3. Instrumentos financeiros no balanço patrimonial

29.3.1. Considerações gerais

A Grupo participa de operações que envolvem instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, com o objetivo de reduzir a exposição a riscos de mercado e de moeda. A Administração desses riscos, bem como dos respectivos instrumentos, é realizada por meio de definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, minimizando a exposição em suas operações.

Os principais instrumentos financeiros do Grupo estão representados por:

			Consolidado			
			2021		2020	
Natureza	**Classificação**	**Hierarquia do valor justo**	**Valor contábil**	**Valor a mercado**	**Valor contábil**	**Valor a mercado**
Ativos financeiros						
Caixas e bancos	Custo amortizado	Nível 1	4.386	4.386	144	144
Aplicações financeiras	Valor Justo por meio do resultado	Nível 1	222.961	222.961	1.151.127	1.151.127
Aplicações financeiras vinculadas	Valor Justo por meio do resultado	Nível 1	1.039	1.039	807	807
Clientes	Custo amortizado	Nível 2	230.536	230.536	860.669	860.669
Depósitos judiciais	Custo amortizado	Nível 2	61.829	61.829	62.942	62.942
Operações de trading	Valor Justo por meio do resultado	Nível 2	196.185	196.185	34.087	34.087
			716.936	**716.936**	**2.109.776**	**2.109.776**
Passivos financeiros						
Fornecedores	Custo amortizado	Nível 2	607.338	607.338	2.110.974	2.110.974
Encargos setoriais	Custo amortizado	Nível 2	38.103	38.103	34.837	34.837
Partes relacionadas	Custo amortizado	Nível 2	62.559	62.559	2.010	2.010
Debêntures	Custo amortizado	Nível 2	1.293.195	1.281.889	1.074.801	1.087.589
Juros sobre capital próprio (JSCP)	Custo amortizado	Nível 2	228	228	1.954	1.954
Dividendos	Custo amortizado	Nível 2	1.287	1.287	46.210	46.210
Operações de trading	Valor Justo por meio do resultado	Nível 2	110.262	110.262	32.478	32.478
			2.112.972	**2.101.666**	**3.303.264**	**3.316.052**

30 Seguros

A CTG Brasil mantém contratos de seguros levando em conta a natureza e o grau de risco para cobrir eventuais perdas significativas sobre os ativos e/ou responsabilidades sua e de suas controladas. As principais coberturas, conforme apólices de seguros são:

Apólices	**Vigência**	**Limite máximo de indenização em R$ milhares (*)**
Risco operacional	04/08/2021 a 04/08/2022	1.000.000
Lucro cessante	04/08/2021 a 04/08/2022	701.032
Responsabilidade civil	04/08/2021 a 04/08/2022	150.000
Responsabilidade civil ambiental	04/08/2021 a 04/08/2023	110.000
Responsabilidade civil para diretores e executivos	08/12/2021 a 08/12/2022	150.000
Risco cibernético	08/09/2021 a 08/09/2022	20.000

31 Transações não caixa

	Consolidado	
	2021	2020
Dividendos propostos e JSCP	259.257	141.434
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	90.157	92.600
Imposto diferido sobre a realização dos ajustes de avaliação patrimonial	(30.654)	(31.694)
Reclassificação dos ganhos atuariais líquidos	4.792	3.172
Imposto diferido sobre plano de pensão	(1.629)	(1.111)
Projeção a partir da revisão das premissas economicas do plano de pensão	1.829	25.670
Imposto de renda e contribuição social sobre projeção a partir da revisão das premissas econômicas do plano de pensão	(623)	(14.968)

32 Compromissos

32.1. Contratos de compra e venda de energia elétrica

A Rio Paranapanema e a Sapucaí-Mirim possuem contratos bilaterais para venda de energia negociados até o ano de 2027 e contratos de compra até 2026.

continua ...

Rio Paranapanema Participações S.A. | CNPJ/ME nº 02.357.206/0001-07

Conselho de Administração

Jianqiang Zhao	Yujun Liu	Carlos Alberto Rodrigues de Carvalho	Xingyang Cao	Evandro Leite Vasconcelos	Zhigang Chen	José Renato Domingues
Presidente	Membro Efetivo	Membro Efetivo	Membro Efetivo	Membro Efetivo	Membro Efetivo	Membro Efetivo

Diretoria Estatutária

Carlos Alberto Rodrigues de Carvalho	João Luis Campos da Rocha Calisto	Vitor Hugo Lazzareschi	Márcio José Peres	Rodrigo Teixeira Egreja	Antonio dos Santos Entraut Junior
Diretor Presidente	Diretor	Diretor	Diretor	Diretor	Contador – PR-068.461-O/1

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Rio Paranapanema Participações S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Rio Paranapanema Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Rio Paranapanema Participações S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rio Paranapanema Participações S.A. e da Rio Paranapanema Participações S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2021 , o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2022.

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP 000.160/O-5

Adriano Formosinho Correia
Contador
CRC 1BA 029.904/O-5

www.ctgbr.com.br

O ESTADO DE S. PAULO QUARTA-FEIRA, 23 DE MARÇO DE 2022

C5 **Streaming.** Estreia o épico 'Pachinko'. C8 **TV.** Lícia Manzo fala sobre o fim da novela 'Um Lugar ao Sol'

REPORDUÇÃO / INTERNET

C4 **Paladar.** Como ficarão os bares no mundo virtual, com drinques vendidos como NFTs

DIAMOND FILMS

C3 **Cinema**

Entre dois mundos

Filme brinca com os códigos da comédia

Renate Reinsve, no filme norueguês 'A Pior Pessoa do Mundo'

Direto da Fonte
Sonia Racy

Gabriel Manzano (interino)

BLOG

INSTAGRAM

MARCELA PAES
MARCELA.PAES@ESTADAO.COM
PAULA BONELLI
PAULA.BONELLI@ESTADAO.COM
SOFIA PATSCH
SOFIA.PATSCH@ESTADAO.COM

Verde em alta

No final do leilão de ontem, na B3, para o Parque Nacional de Iguaçu, o ministro **Joaquim Leite** tinha boas razões para estar satisfeito. O ágio chegou a 350%, que levou a outorga a R$ 370 milhões. Os investimentos na área estarão em torno dos R$ 4 bilhões.

"Foi um sucesso!", contou ele à coluna ao final do leilão. Os vários interessados acabaram juntando-se em dois grupos, dado o alto valor financeiro em jogo.

Próximo passo? Outros 14 parques estão na fila, para concessão nos próximos 3 a 5 anos. Anavilhanas, no Amazonas, é um dos primeiros dessa nova lista de leilões.

Alckmin e cia

Geraldo Alckmin não estará sozinho, hoje, no ato de sua filiação ao PSB. Também assinarão a ficha de ingresso na legenda, na Fundação João Mangabeira, o senador **Dário Berger** (MDB) e o vice tucano do Maranhão, **Carlos Brandão**.

Presentes ao evento, o presidente nacional do PSB, **Carlos Siqueira**, mais **Márcio França**, os governadores **Flávio Dino**, **Paulo Câmara**, **Renato Casagrande** e **João Azevedo**.

Memória

Em alerta contra a banalização do holocausto, a Confederação Israelita do Brasil debate hoje o discurso de ódio na Câmara dos Deputados.

Com abertura de **Rodrigo Pacheco**, presidente do Senado, participam do seminário **Cláudio Lottenberg**, da Conib, **Joel Ilan Paciornik**, do STJ, os embaixadores **Sidney Leon Romeiro** e **Heiko Thoms**, entre outros.

Música

KARIM KAHN

Sábado é dia de clássico com rock, bebê

Das milhares de apresentações da carreira de **João Carlos Martins** – são cerca de 5 mil – só duas tiveram uma "pitada" de rock. A primeira, em 1970, ao lado do grupo Emerson, Lake & Palmer, com a Los Angeles Filarmônica. Depois, com o músico Edu Falaschi, há três anos. Agora, o pianista se prepara para a terceira, no concerto *Beethoven é Rock and Roll*, ao lado da Bachiana Filarmônica Sesi-SP, no Tokio Marine Hall. "Eu, volta e meia, escuto rock", conta. Ele se apresenta com as famosas luvas biônicas que lhe devolveram os movimentos dos dedos comprometidos pela distonia focal, uma pancada em uma partida de futebol, em 1965, e um assalto.

O senhor já está adaptado às luvas biônicas?
Quantas noites eu vou dormir e pergunto a mim mesmo, 'será que eu já estou adaptado às luvas biônicas?' E certamente a segunda pergunta seria 'e as luvas biônicas, estão adaptadas a mim?' O importante é que, pelo menos, com as luvas, eu consegui encostar os 10 dedos no teclado depois de 22 anos.

Como está a expectativa para o show no Carnegie Hall em novembro?
A minha estreia oficial foi no Carnegie Hall quando eu tinha 21 anos, em 1962. E quem patrocinou foi a Eleanor Roosevelt. Foi uma emoção incrível, uma noite muito feliz. Depois toquei várias vezes nos Estados Unidos e muitas em Nova York, lá e no Lincoln Center. A expectativa é grande porque eu vou celebrar os 60 anos da minha estreia naquele palco. O concerto será dedicado à distonia focal, doença rara que me acompanhou a vida inteira. Estou treinando três horas por dia para dar o mesmo bis, de três minutos e meio, que eu dei em 1962. Haja coração.

● MARCELA PAES

FOTOS DENISE ANDRADE

1. Telmo Porto e Lilia Schwarcz – curadora da coletiva "VÁRIOS 22", que abriu na Arte 132 Galeria. 2. Pablo Alvarenga, Carolina e Ana Elisa Egreja. Sábado, em Moema.

DIAMOND FILMS

Os atores Anders Danielsen Lie e Renate Reinsve em cena de 'A Pior Pessoa do Mundo', de Joachim Trier, que trata, entre outros temas, do desgaste de relação amorosa

Cinema *Estreia*

'A Pior Pessoa do Mundo' subverte comédia romântica

Longa norueguês, que disputa Oscar de filme internacional, aborda questões existenciais, como mortalidade e a passagem do tempo

MARIANE MORISAWA
ESPECIAL PARA O ESTADÃO

Fosse o mundo justo, *A Pior Pessoa do Mundo* teria duas indicações além das duas que conseguiu (filme internacional e roteiro original). Uma para sua atriz, Renate Reinsve, que levou o troféu de atuação feminina no último Festival de Cannes, e outra para Anders Danielsen Lie na categoria ator coadjuvante. *A Pior Pessoa do Mundo*, dirigido pelo norueguês Joachim Trier, estreia nesta quinta-feira, bem a tempo da cerimônia do Oscar no domingo.

O filme causou sensação em Cannes e outros festivais por onde passou ao subverter os códigos da comédia romântica para tratar de questões existenciais, como a mortalidade e a passagem do tempo. O filme é parte da informal *Trilogia de Oslo* de Trier, formada por *Começar de Novo* (2006) e *Oslo, 31 de Agosto* (2011). "Para mim, o filme faz uma ligação com esses dois longas", disse Anders Danielsen Lie, que participou dos três, em entrevista ao **Estadão**, por videoconferência.

Em *A Pior Pessoa do Mundo*, o ator deixa de ser o protagonista para ser o coadjuvante das angústias e falta de rumo de Julie (Reinsve), prestes a completar 30 anos. Ela tentou medicina, psicologia e agora está na fotografia. Julie se envolve com Aksel (Lie), um cartunista de renome e mais velho. Aos poucos, o relacionamento vai se desgastando. Em uma festa, Julie conhece Eivind (Herbert Nordrum), mais jovem e menos ambicioso. Mas será que é isso mesmo o que ela quer? Aliás, o que ela quer? "Eu achei interessante explorar temas que já estavam nos outros longas, como os limites impostos pelo tempo, mas sob o ponto de vista de Julie", disse o ator. "Aksel é visto pelo olhar dela."

Curiosamente, em *A Ilha de Bergman*, também em cartaz, Lie interpreta um personagem imaginado por uma roteirista e diretora, dentro de um longa imaginado por uma roteirista e diretora, Mia Hansen-Løve. "É bem interessante ser visto de uma perspectiva feminina", afirmou. "Estamos tão acostumados ao ponto de vista masculino, já que a maioria dos diretores na história do cinema é homem. É muito libertador ter outras visões."

CLICHÊS. Mas o ator acredita que todas as produções que fez com Trier desafiam os clichês sobre masculinidade. "Normalmente, os personagens masculinos tomam as decisões e estão à frente da trama. E nós costumamos explorar homens mais vulneráveis, confusos, indecisos, o que na minha opinião está mais próximo da realidade." Aksel não é tão imaturo quanto o personagem que Lie interpretou em *Começar de Novo*, mas também está confuso e não sabe exatamente quem é.

Ator-médico
Anders Danielsen Lie nunca abandonou a medicina e atende seus pacientes em Oslo

Originalmente, o personagem seria feito por um ator mais velho. Mas, sendo melhores amigos, Lie e Trier foram conversando sobre o filme e acabaram desistindo de procurar outra pessoa. As carreiras do diretor e Anders Danielsen Lie são, a essa altura, indissociáveis. Filho da atriz Tone Danielsen, ele estreou no cinema aos 11, em *Herman – Aprendendo a Viver* (1990), de Erik Gustavson. A experiência não foi das melhores. Tanto que ele estava acabando a Faculdade de Medicina quando foi chamado para um teste em *Começar de Novo*. O longa falava de saúde mental, ele estava estudando o assunto, achou que valia tentar. E assim sua carreira como ator teve uma ressurreição.

Mesmo com o sucesso subsequente, Anders Danielsen Lie nunca abandonou a medicina. Entre uma ida a Cannes e viagens para a campanha do Oscar, ele continuou voltando para Oslo para vacinar pessoas contra a covid-19 e atender pacientes no consultório. "Ambos os trabalhos tratam de comunicar-se bem com as pessoas e estar na mesma sintonia que seu companheiro de cena ou paciente." Ele acredita que ser médico ajuda seus papéis no cinema. "Para mim seria um paradoxo fazer parte de filmes que lidam com o humano e o real estando preso em uma bolha ficcional." ●

O cartum é inspiração do diretor em sua captura do espírito do tempo

CRÍTICA

A Pior Pessoa do Mundo
ÓTIMO

LUIZ CARLOS MERTEN
ESPECIAL PARA O ESTADÃO

Dona Julie e seus dois maridos, ou as cenas de dois casamentos. O primeiro é com Aksel, um cartunista mais velho e contestador, conhecido pelo personagem Bobcat. Aksel quer ter filhos. O outro, Eivind, é jovem, quer viver com ela a dois. Numa cena, o mundo para quando Julie atravessa a cidade correndo para ir ao encontro dele. Em outra, ela reencontrou Aksel, ele está morrendo. Viajam de carro, Aksel despe a couraça e exibe sua fragilidade.

O diálogo no carro, a força conferida às palavras – o amor realiza-se no embate entre o gesto impulsivo e a palavra consciente, dizia François Truffaut –, muita coisa aproxima o longa do norueguês Joachim Trier de *Drive My Car*, do japonês Ryûsuke Hamaguchi. Ambos concorrem ao Oscar de melhor filme internacional. Existem agora pelo menos três grandes filmes na disputa. Os de Hamaguchi e Trier, e *Ataque dos Cães*, da neozelandesa Jane Campion. Antigamente, a parada seria mais fácil de resolver. O melhor filme de língua inglesa e o melhor internacional. O sul-coreano *Parasita* embaralhou as coisas.

A Pior Pessoa do Mundo fecha a *Trilogia de Oslo*, de Trier, que inclui *Começar de Novo* e *Oslo, 31 de Agosto*, todos interpretados por Anders Danielsen Lie. Trier compara-o a Antoine Doinel nos filmes de Truffaut. A trilogia o coloca em diferentes momentos da vida, mas, dessa vez, o centro é Julie, e o diretor escreveu o papel para Renate Reinsve.

AMOR. Quem é a pior pessoa do mundo? Trier conta que cansou-se da piada – é sobre Donald Trump? É sobre o que as pessoas fazem, quando se amam e deixam de amar. Quando conhece Eivind, Julie pergunta – até onde podem ir, sem trair os parceiros? O filme é narrado em 12 capítulos, com um prólogo e um epílogo. Em *Drive My Car*, Hamaguchi acrescenta os clássicos – há

Filme em partes
O longa-metragem 'A Pior Pessoa do Mundo' é narrado em 12 capítulos, com prólogo e epílogo

uma peça dentro do filme, e é *Tio Vânia*, de Chekhov. Trier é mais pop. Para captar o espírito do tempo, soma o cartum, a vertente de Robert Crump. Com ou sem Oscar, seu filme é um acontecimento. ●

Paladar *Tecnologia*

Veja como ficarão os bares no universo virtual e também drinques como NFTs

Casas de bebidas se preparam para abrir unidades em ambiente digital e clássicos dos balcões serão vendidos com criptomoedas

GILBERTO AMENDOLA

FOTOS REPRODUÇÃO/INTERNET

1. Old fashioned, 2. dry martini, 3. negroni, coquetéis considerados como arte vintage, e o drinque 4. manhattan, dentro do universo metaverso, já estão sendo considerados como relíquias artísticas e poderão ser vendidos ou comprados como NFTs

O metaverso só será levado a sério quando for possível sentar-se em um balcão de bar e pedir um dry martini dentro dele. Ao que parece, esse dia não está tão distante. O bar carioca Liz Cocktail & Co., localizado em uma das ruas mais agitadas do Leblon, a Dias Ferreira, já está se preparando para abrir uma unidade no mundo virtual (metaverso). Além disso, um dos sócios-fundadores do Liz, o bartender Tai Barbin, também lançou (e vendeu) NFTs de coquetéis clássicos. Mas, antes de pedir um segundo dry martini, é melhor entender o básico sobre metaverso e NFT.

O metaverso simula universos em um ambiente digital. Trata-se de uma mistura de realidade virtual com realidade aumentada. Nele, será possível viver por meio de avatares – e "viver" significa "trabalhar", "namorar", "ir ao cinema", "comprar terrenos", "ganhar dinheiro", "fazer compras", "ir ao bar", etc. e tal.

Um dos barões da internet, Mark Zuckerberg está trabalhando na criação da sua plataforma no metaverso. Não à toa, em outubro do ano passado, trocou o nome de sua empresa, o Facebook, por Meta. Outras gigantes como a Microsoft também se preparam para entrar nesse ambiente virtual. Atualmente, duas empresas já tornaram seus metaversos relativamente populares, Decentraland e The Sandbox. Comprar um terreno virtual em uma dessas plataformas não é barato. Fala-se em investimento mínimo de R$ 60 mil, mas alguns terrenos estão na casa dos milhões. Empresas como Atari e Adidas já garantiram seus espaços.

Já NFT é um conceito que se tornou mais popular. Os tokens não fungíveis são uma espécie de certificado, que determina a originalidade e exclusividade de um bem digital – pode ser um meme, uma foto, uma obra de arte e muito mais. Um NFT pode ser comprado ou vendido por meio de criptomoedas.

Depois disso tudo, vamos voltar ao bar físico. Foi no Liz que Barbin conheceu os sócios da Blockfy, uma consultoria de tecnologia especializada em criptomoedas e blockchain (sistema que permite rastrear o envio e o recebimento de informações pela internet). Entre um coquetel e outro, Barbin começou a pensar em como poderia unir o universo dos drinques ao mundo novo da realidade virtual. "Coquetelaria também é uma expressão de arte. Quis trazer isso para o mundo do NFT", contou Barbin.

Vale do Silício

Mark Zuckerberg trocou o nome Facebook por Meta; outras gigantes estão indo nessa direção

O grupo pesquisou o que já existia em termos de NFT de coquetéis e não encontrou muita coisa. Com concepção do próprio Tai e a realização de um graphic designer, Pedro Franco, foram criados 23 NFTs – 20 deles fazem parte de uma coleção minimalista de coquetéis clássicos. Já três NFTs, que representam o dry martini, negroni e o old fashioned em um estilo de arte vintage. "Pensamos nessas imagens como itens colecionáveis e também com a história dos coquetéis. O comprador tem acesso a um e-book sobre como usar utensílios do bar e com 80 receitas clássicas", contou Taí.

Em novembro, o primeiro NFT foi vendido – exatamente o negroni vintage. Na ocasião, o valor em criptomoedas beirava os R$ 5 mil. A primeira venda animou o grupo, que prepara uma série de NFTs do próprio Liz. "Agora, estamos estudando NFTs ligados ao bar e com vantagens ligadas à casa. Por exemplo, ao comprar o NFT, você tem um valor agregado, que pode ser receber um drinque exclusivo ou uma master class virtual", conta. As vantagens, portanto, podem estar conectadas com o mundo real (como receber bebidas em casa ou brindes no bar físico).

O próximo passo de Tai e dos sócios da Blockfy é mais ousado: levar o bar Liz Cocktail & Co. para o metaverso. "Com um bar no metaverso, o mundo das possibilidades é infinito. Não à toa, marcas famosas já garantiram seus espaços neste ambiente", comentou Barbin.

AVATAR. No mundo virtual, um bartender como Barbin pode dar master class para uma audiência mundial, ministrar palestras e criar todo tipo de atividade por meio do seu avatar. No bar virtual, o cliente terá uma experiência muito similar com a da vida real: vai poder ouvir a música, conversar com o bartender e outros clientes, consultar o menu, participar de eventos, etc.

Segundo Barbin, o bar no metaverso vai proporcionar um passo além (muito além) da experiência que muitos viveram durante o auge da pandemia da covid-19. "É um aprimoramento muito grande das lives, das reuniões no Google Meets e de outras ferramentas que usamos na pandemia."

"O network será maior e feito de forma mais natural no metaverso. Parcerias com artistas que podem se apresentar no bar também é uma possibilidade. Festas fechadas, eventos de marcas de bebidas, gamificação de algumas ações dentro do ambiente e até exposição e venda de NFTs estão no radar", completou Barbin.

O plano de Barbin é que o Liz esteja no metaverso em meados de 2023. Até lá, os arquitetos do mundo virtual devem começar a pensar como seus clientes podem, além de ocupar um balcão de bar, sentir o inenarrável prazer de beber um bom martini. ●

Roberto DaMatta

Amor e guerra

O amor é amplo e claro como a luz do dia. A guerra é o oposto. Ela é nublada e sofre com sua própria nebulosidade, que cega o agressor e o agredido. No entanto, somente nós, humanos, temos guerras de modo que ela deve morar em algum lugar do nosso coração, da nossa alma e da nossa (in)consciência.

Encontramos o par Amor & Guerra logo que tomamos consciência do mundo e, com ela, da vida. A vida tem perfumes e podridão. Tem bondade e maldade. A vida, com seu curso sempre surpreendente, é, por isso mesmo, "vida": novidade, mudança, repressão, surpresa – aquilo que acontece fora de nós ou que, ao contrário, fazemos de "caso pensado" – de modo cuidadosamente planificado, como nas seduções. Aliás, como disse o dramaturgo inglês do século 16 John Lyly: "All is fair in love and war" (tudo é válido no amor e na guerra).

Não é, pois, por acaso que, no Brasil, damos "cantadas" e mandamos flores para as pessoas que desejamos. Cantar é harmonizar escrita e melodia, o que não é fácil de executar e muito mais difícil de inventar.

Mas a busca da harmonia, da concórdia, da simpatia e da empatia, quando somos levados a nos colocar no lugar do outro, é o chão do "cantar", que atrai como ocorre com alguns pássaros no cio; ou quando fazemos um elogio enganador para atrair alguém, mas nele se acha um desejo inconfessável...

> *Como só nós, humanos, temos guerra, então ela deve morar em algum lugar da nossa (in)consciência*

Saber os resultados de desejos, planos ou interesses é como contar grãos de areia. Pode levar à comunhão compassiva e prazerosa ou ao seu oposto: o conflito, o aproveitamento do outro e a eliminação física que tipifica a guerra moderna e a sua forma domesticada, o esporte...

No amor, queremos e nos perdemos no outro e pelo outro. Na guerra, nosso plano é destruí-lo e desmoralizá-lo. Tomá-lo como um escravo ou vassalo.

Mas, tal como o amor, na guerra, onde tudo é ruim, vale mais a conquista do que a destruição que nossa generosa modernidade instituiu.

Mas de que adianta vencer arrasando o adversário? Se sou uma potência e desejo anexar um país, um continente ou todo o mundo, o que fazer quando eu ganho a guerra aniquilando um país, numa vitória que implica uma reconstrução irônica do inimigo, que, com a vitória, passa ser coisa minha?

Quando não se guerreia de arco e flecha, mas se atinge barbaramente toda a sociedade, a reconstrução é inevitável. Desse modo, ficamos diante do paradoxo dos aspectos inesperados das ações sociais primorosamente planejadas... ●

É ANTROPÓLOGO SOCIAL E ESCRITOR, AUTOR DE 'FILA E DEMOCRACIA'

SEG. Pedro Venceslau, Simião Castro e Gilberto Amendola ● **TER.** Patrícia Ferraz ● **QUA.** Leandro Karnal, Roberto DaMatta e Maria Fernanda Rodrigues ● **QUI.** Luis Fernando Verissimo, Luciana Garbin **(quinzenal)**, Patrícia Ferraz ● **SEX.** Marcelo Rubens Paiva **(quinzenal)**, Gilberto Amendola ● **SAB.** Sérgio Augusto **(quinzenal)**, Alice Ferraz, Suzana Barelli, Renata Simões (quinzenal) e Daniel Martins de Barros (quinzenal) ● **DOM.** Leandro Karnal, Luis Fernando Verissimo, Sérgio Augusto **(Aliás, quinzenal)**, Milton Hatoum (mensal) e Ignácio de Loyola Brandão (quinzenal)

Streaming *Estreia*

'Pachinko' é um épico das pessoas comuns

Baseada no livro de Min Jin Lee, série mostra a luta pela sobrevivência de uma mulher ao longo de décadas

MARIANE MORISAWA
ESPECIAL PARA O ESTADÃO

APPLE TV+

Cena de 'Pachinko', que revê quatro gerações de uma mesma família em trama que vai de 1910 a 1990

Soo Hugh relutou em encarar *Pachinko*, o livro de Min Jin Lee que foi finalista do National Book Award em 2017. Os temas do romance pareciam próximos demais. Hugh, showrunner da ótima série *The Terror*, nasceu na Coreia do Sul e mudou-se para os EUA ainda bebê. *Pachinko* é um épico sobre a coreana Sunja, que vai das décadas de 1910 a 1990. Mas a roteirista e produtora tomou coragem. "Eu tinha medo de abrir uma caixa de Pandora de emoções. E foi exatamente o que aconteceu", explicou em entrevista ao **Estadão** por videoconferência. "Além de ter ficado extremamente emocionada, foi muito libertador." O resultado é *Pachinko* que estreia os três episódios iniciais dos oito de sua primeira temporada nesta sexta, 25, no Apple TV+.

A série não segue a estrutura linear do livro, pulando no tempo e assim deixando claras as diferenças geracionais. Em 1915, a pequena Sunja (Yuna), filha dos donos de uma pequena estalagem em um distrito da hoje metrópole Busan, sente os efeitos da brutal ocupação japonesa da Coreia. Já adolescente, interpretada pela estreante Kim Minha, Sunja se envolve com o elegante Hansu (o astro sul-coreano Lee Minho), novo administrador do mercado de peixes. Ela engravida e descobre que Hansu tem família. Junto com sua mãe, Sunja salva a vida do pastor Isak (Steve Sanghyun Noh), com quem se casa e vai morar em Osaka. Paralelamente, no final da década de 1980, Solomon (Jin Ha), neto de Sunja, volta ao país onde foi criado, o Japão, para fechar um negócio. Ele reencontra o pai (Soji Arai) e a avó (agora interpretada por Youn Yuh-jung, vencedora do Oscar de atriz coadjuvante ano passado por *Minari*). O título *Pachinko* refere-se ao jogo de caça-níqueis, que virou um meio de sobrevivência para coreanos morando no Japão, como o pai de Solomon. Um jogo que é também dependente da sorte, como a vida de Sunja.

OCUPAÇÃO. "Eu senti uma tremenda conexão com a personagem, por sua determinação de sobreviver, sua força, sua honestidade", disse Youn. A atriz de 74 anos nasceu após o fim da Segunda Guerra e, portanto, da ocupação japonesa. "Mas minha mãe me contou como era", lembrou. "Eu fico feliz de essa história estar sendo contada. Antes, ninguém estava interessado na história de um país tão pequeno. Mas o mundo parece estar ficando menor."

> **Potência da história**
> **'Pachinko' é uma série de época, sobre uma circunstância particular, mas é atual e universal**

Não é um tema que todas as famílias coreanas – ou japonesas – estão dispostas a comentar. "Muita gente prefere esquecer o passado porque é doloroso demais", contou Soo Hugh. "Mas o problema é que, quando você tenta varrer o passado para baixo do tapete, tudo acontece novamente. A gente está vendo isso agora. O mundo não muda, porque revivemos os mesmos erros."

Pachinko é uma série de época, sobre uma circunstância particular, mas atual e universal. Muitos países passaram – estão passando – por ocupações, muitas pessoas sofrem preconceitos, imigrantes enfrentam adversidades tremendas. Toda família tem suas tragédias. "A série quer celebrar as pessoas e a humanidade, e não julgar ou condenar alguém", observou Hugh. Ela espera que os espectadores possam se reconhecer nas jornadas de Sunja e Solomon, que são de sacrifício dos pais pelos filhos, luta pela sobrevivência, amores incondicionais, união familiar, injustiças, triunfos. "Gosto de épicos, dos filmes de David Lean. É um tipo de produção que perdemos", ressaltou Hugh. "Costumávamos ter obras grandiosas sobre pessoas reais e não só super-heróis."

Até poucos anos atrás, seria impensável um épico com orçamento comparável ao de produções como *The Crown*, dirigido por dois cineastas conceituados, Kogonada e Justin Chon, e falado em coreano e japonês, ou uma mistura dos dois, indicada nas legendas. Como falou Youn Yuh-jung, o mundo ficou menor. O sucesso de *Parasita, BTS* e *Round 6* prova que há mudança em curso. Eles trazem uma representatividade bem-vinda, em um momento de maior hostilidade contra pessoas de origem asiática. ●

Horóscopo Quiroga

oscar@quiroga.net

Tuas feridas
Data estelar: Mercúrio e Netuno em conjunção

Através de cada uma das feridas existenciais que são impressas em tua alma, o mundo dos sonhos inunda tua percepção, te indicando cenários que, antes das feridas, teria sido impossível imaginar.

Tuas feridas são portas de acesso a outros mundos, portanto, não te detenhas nelas, as abraçando como se fossem um meio de vida, ou o destino final no qual deverias te acomodar, para testemunhar a vida passando.

Tuas feridas são portas de acesso a outros mundos, são apenas um meio, e não um fim, isso precisa ficar claro para ti o quanto antes, para que deixes de perder tempo com lamentos intermináveis, produto desse namoro às avessas que tua alma desenvolve com as feridas.

As feridas não têm nada a te dizer, o que importa são os sonhos que se intrometem na tua alma através dessas aberturas. ●

ÁRIES 21-3 a 20-4

É tudo muito sutil, mas a alma se regozija com a imaginação, porque a considera completamente possível de realizar. A sutileza dos acontecimentos mais importantes não torna o cenário menos real por isso. Em frente.

TOURO 21-4 a 20-5

Navegue por este dia com leveza e tranquilidade, porque está tudo certo num mundo que, a cada hora, fica mais e mais incerto. A magia da vida reside em que, contrariando expectativas, tudo acaba acontecendo com graça.

GÊMEOS 21-5 a 20-6

Cuide para não tropeçar nas suas próprias expectativas, mas abra seu coração ao que der e vier, porque, com certeza, dará e virá muita coisa nesta parte do caminho. Aceite o que a vida lhe oferecer, nem que seja para testar.

CÂNCER 21-6 a 21-7

A realidade atual só pode ser compreendida com mente e coração muito abertos e receptivos, porque, sem amplitude, o conflito é certo, mas de uma natureza que não serve ao esclarecimento, só ao desgaste mesmo.

LEÃO 22-7 a 22-8

Você pode se deixar tomar pelos sonhos aleatórios, ou você pode sonhar ativamente o que você quiser. Essa é a natureza da escolha que sua alma precisa fazer neste momento, optar por sonhar ou sua alma ser sonhada.

VIRGEM 23-8 a 22-9

As relações ficam intensas agora, em todos os sentidos, porque mobilizam paixões que nem sempre são as que a alma considera aceitáveis. No mundo das paixões há muitas categorias, é uma dimensão cheia de facetas.

LIBRA 23-9 a 22-10

O cenário é rico em potencialidades, falam todas de um futuro com que sua alma sonha, mas que talvez ainda não se atreva, porque acha estar muito aquém do que seria necessário ter e fazer para chegar lá. É um caminho.

ESCORPIÃO 23-10 a 21-11

Faça seu jogo, evitando qualquer tipo de precipitação, porque nesta parte do caminho não ganha quem chegar primeiro, mas quem fizer melhor o que tiver de ser feito. É a excelência que conta agora. Em frente.

SAGITÁRIO 2-11 a 21-12

Nem sempre o passado há de trazer nostalgia ou culpa, em muitos casos há vivências que podem ser resgatadas da memória, que oferecem substrato para sua alma se sentir apoiada, pertencendo a algum lugar.

CAPRICÓRNIO 22-12 a 20-1

Há coisas que podem e devem ser conversadas, enquanto há outras que seria melhor amadurecer um pouco mais antes de ser expostas, para não correr o risco de conversar precipitadamente sobre elas. Melhor não.

AQUÁRIO 21-1 a 19-2

A segurança não é um estado de ânimo fixo, é, ao contrário, completamente mutável e dependente de fatores que sua alma nem sequer conhece bem. Não se trata de ter segurança o tempo inteiro, mas de agir e continuar.

PEIXES 20-2 a 20-3

As atitudes que você tomar não precisam seguir uma ordem estritamente lógica, porque, não se esqueça, por ter nascido neste signo você tem direito a certa licença poética na construção de sua experiência de vida.

Música Mercado

Streaming da música cresce 32% no Brasil ao seguir tendência global

Segundo a Federação Internacional da Indústria Fonográfica, os valores totais negociados no País são de R$ 2,1 bilhões

A Federação Internacional da Indústria Fonográfica, IFPI, divulgou ontem os números do setor musical em todo mundo relativos a 2021. Um crescimento vertiginoso na América Latina, sobretudo no Brasil, se dá graças ao aumento dos assinantes de serviços de streaming, como Spotify, Deezer e Apple. No planeta, em comparação com 2020, o mercado de música gravada cresceu 18,5%. O total de assinantes mundiais, segundo a pesquisa, é de 523 milhões.

As vendas de CDs, vinil e DVDs também tiveram aumento no período: 16,1% em comparação ao ano anterior. Ao todo, a receita do físico fica em 0,6% do total das receitas da indústria da música. Os CDs tiveram maior crescimento, rendendo R$ 7 milhões (aumento de 56,5%), seguido pelos DVDs (de 337%) e discos de vinil (28,1% maior que a de 2020 e faturamento de R$ 2,3 milhões).

MODELO DE INDÚSTRIA. O Brasil está em linha de crescimento no setor musical há seis anos, também por causa da explosão dos streamings. Os valores totais negociados com música, em 2021, batem os R$ 2,1 bilhões, ou seja, 32% de aumento. O País está em 11.º no ranking mundial do IFPI e há margem para crescer. Segundo Paulo Rosa, presidente da Pró-Música, entidade que representa produtores de música no Brasil e faz a divulgação por aqui, o País segue a expansão mundial. "É o que vem acontecendo nos últimos seis ou sete anos. O streaming se firmou como principal modelo da indústria." ●

QUADRINHOS

Minduim Charles M. Schulz

COMO É QUE EU VOU SABER? AQUELE GAROTO DA CABEÇA REDONDA NUNCA ME DEU OVOS BENEDICT PRA COMER!

Recruta Zero Mort Walker

Turma da Mônica Mauricio de Sousa

O melhor de Calvin Bill Watterson

Frank & Ernest Bob Thaves

BEM PENSADO *"Ser sábio é desconfiar dos sentidos e das paixões"* **Giuseppe Parini**

Literatura *Campanha*

Ucranianos pedem ajuda para editar livros para refugiados

Instituto do Livro do país quer imprimir obras para crianças que deixaram tudo para trás em fuga da guerra com a Rússia

MARIA FERNANDA RODRIGUES
BOLONHA

Pensando nas crianças ucranianas que precisaram sair de casa às pressas, deixando tudo para trás para tentar sobreviver à guerra e que agora se encontram em países que não conhecem e tendo ainda que se comunicar em uma língua que não compreendem, o Instituto do Livro Ucraniano pediu uma ajuda especial à Federação Europeia de Editores. Ele quer apoio para imprimir livros de seus editores nos países que estão acolhendo os cerca de 3 milhões de refugiados que deixaram o país desde o início da guerra.

Uma campanha de financiamento coletivo foi lançada nesta terça-feira, 22, na Feira do Livro de Bolonha, para atender a este pedido. "Esses livros ucranianos vão ajudar as crianças a se entreter ao mesmo tempo que vão poder manter os laços com sua casa", segundo o comunicado.

"Estamos completamente tocados pelo que está acontecendo na Ucrânia. Colegas pediram ajuda na sexta, 18, para abrir uma conta na Europa para levantar fundos. Essa é uma coisa prática que estamos fazendo e espero que mais gente possa ajudar. É importante que as crianças continuem podendo ler em ucraniano, embora eu tenha certeza de que elas vão aprender rapidamente a nova língua", disse Anne Bergman, da Federação Europeia de Editores.

VAZIO. O estande coletivo da Ucrânia, na feira, está vazio. Há uma grande placa com os dizeres: "Este é o estande ucraniano. Este estande está temporariamente vazio. Ele está vazio porque os ucranianos estão na linha de frente". A Rússia também não veio – o espaço destinado aos editores russos, que seria patrocinado pelo governo Putin, foi desconvidado.

Em homenagem à Ucrânia, a feira fez um manifesto, assinado também por outras feiras do mundo – a Bienal do Livro de São Paulo inclusive –, que foi colocado na entrada do evento e também está impresso no material que todo visitante recebe. "Nós, categoricamente, achamos deplorável o uso da força pelo regime russo. Não podemos permanecer quietos ou indiferentes à transformação que a Rússia está fazendo da Ucrânia em um campo de extermínio." A feira rompeu comunicação com qualquer expositor que tivesse alguma relação com instituições públicas estatais e abriu a feira com uma pequena, mas simbólica, exposição com os livros ucranianos que tinha em seu acervo. Ontem, porém, uma caixa que viajou com muito custo da Ucrânia até a Polônia e então até Bolonha chegou à feira com novos livros para serem apresentados ao público. ●

Boicote em Bolonha
A Rússia foi 'desconvidada' a participar da feira; estante da Ucrânia está vazia

A REPÓRTER VIAJOU A CONVITE DA ORGANIZAÇÃO DA FEIRA DO LIVRO DE BOLONHA

CRUZADAS

NA WEB | Jogue as cruzadas estadao.com.br/e/cruzadas

Onde atua o professor; Retirado à força; Malu (?), atriz; (?)-nascido: bebê; Estado cuja sigla é RR; Sabor de bala azul; A letra "Ç"; Abrigo para idosos; Pedido do bebê; Tardar a vir; Combustível de caminhão; Soma; aumento; Querido, em inglês; (?) Lovato, cantora dos EUA; Ligação (fig.); Gosta muitíssimo de; E L O; Amargo; ácido; A cor da carne do salmão; Mulher que inspira o poeta (pl.); Cortei com os dentes; Artigo para higiene; Desperta do sono; Peça plástica para selar malotes; Tempero do arroz; Oposto de "devedor"; A pessoa muito religiosa; Aquela; As quatro primeiras letras; Divisão da linha telefônica na empresa; Forma da casquinha de sorvete; Discursar em público; Objeto que impulsiona a flecha; Concede; Joia usada no dedo; Ave colorida do Brasil; Calota de vidro para cobrir alimentos; (?)-line: conectado; Lugar de embarque de um porto; Vir à (?): emergir; Iodo (símbolo); Grito de incentivo ao toureiro; A 5ª letra; Que leva à morte

BANCO: 2/on. 4/anis — dear — demi. 6/carola — redoma.

www.coquetel.com.br

CRIPTOGRAMA *Nesta seção, todos os dias, um jogo diferente para você*

Para letras iguais, símbolos iguais. Nas casas em destaque, o romance em prosa poética de Wesley Godoy Peres, vencedor do prêmio Sesc de Literatura de 2006.

- Mútuo.
- São chamados para abrir portas ou trocar fechaduras.
- Fechado; entupido.
- (?) Péron, ex-primeira-dama argentina.
- Diz respeito a.
- O maior risco do ex-detento.
- Alvo de atentado terrorista nos EUA em 2001.
- O comércio bem administrado.
- Próprio de administrador.
- Nascidas no Paraíso do Surfe.
- Apertados; espremidos.
- Deusa grega dos infernos, é uma das filhas de Zeus (Mit.).
- Atitude islâmica manifestada na expressão "Maktub!".
- Substâncias imiscíveis e básicas à culinária.
- O quarto pronto para ser usado.
- A maneira de contar uma história.
- Com sulcos (o vidro).
- Caminho do pedestre sobre a avenida.

SUDOKU

NA WEB | Jogue o sudoku estadao.com.br/e/sudoku

Nível Fácil

3		6	5			9		8
	9		6				3	
2				7				6
				3			7	5
		5		9		8		
8	4			6				
1				8				4
	8				3		1	
4		7			6	5		2

SOLUÇÕES

Leandro Karnal

Os jovens e o Céu

Muita gente imaginou o lugar da perfeição absoluta e da plena felicidade. O historiador Jean Delumeau (1923-2020) fez uma série de livros sobre a *História do Paraíso* (*O Jardim das Delícias, Mil Anos de Felicidade, O Que Sobrou do Paraíso?*).

Paulo de Tarso advertiu (I Cor 2,9) que os olhos e ouvidos humanos não poderiam imaginar aquilo que Deus preparou para aqueles que foram amados pelo Todo-Poderoso. Os olhos não podem ver, todavia, conseguem imaginar...

Como seria o Céu? A imagem mais conhecida está no Museu do Prado: *O Jardim das Delícias*, de Bosch. O mundo paradisíaco do pintor flamengo é uma viagem surreal que influenciaria Dalí e Magritte no século 20. Tintoretto, tempos depois, decidiu que o Paraíso precisaria de mais espaço e cobriu uma enorme parede da Sala do Palácio Ducal, em Veneza.

No século 12, surgiu uma narrativa que se tornou bastante popular: a *Visio Tnugdali* (Visão de Túndalo). Na obra, o Paraíso possui três muros. No Muro de Prata, estavam os casados que não tinham cometido adultério. O de Ouro é reservado aos que construíram a Igreja Católica, mártires em particular. Por fim, no melhor lugar, o Muro de Pedras Preciosas, encontramos o coro dos anjos e alguns santos irlandeses, como São Patrício.

A visão do monge celta serviu para inspirar Dante na *Divina Comédia*, que foi além e criou Nove Esferas especializadas (teólogos, contemplativos, guerreiros, etc.) e um Primum Mobile final com o próprio Deus conferindo movimento a tudo. Os últimos versos do florentino reconhecem sua incapacidade de descrever exatamente o que viu lá, apenas um vislumbre do Amor que move o Sol e as outras estrelas (*L'amor che move il sole e l'altre stelle*).

> *A maior estranheza das concepções do Paraíso para jovens urbanos de 2022 é a 'falta do que fazer lá'*

A maior estranheza das concepções do Paraíso para nossos jovens urbanos de 2022 é a "falta do que fazer lá". Um mundo de contemplação, sem celulares, tempo contínuo uniforme, isento de demandas e de alterações. Foi fácil atrair místicos medievais para o que foi chamado de "suborno" cristão (em oposição à grande ameaça, o Inferno). Como explicar a alguém de 16 anos que deve levar uma vida de entrega a valores religiosos para, depois de morto, viver por toda a eternidade contemplando Deus? Como seria explicar a eternidade do Inferno ou do Céu para um jovem? Como você retrataria o Paraíso para um jovem de hoje? O que seduziria alguém a ponto de modificar todo o seu comportamento para buscar a suprema recompensa do Céu? Eu não sei e desconfio, com certa esperança, que predomina a terceira idade no além. ●

LEANDRO KARNAL É HISTORIADOR, ESCRITOR, MEMBRO DA ACADEMIA PAULISTA DE LETRAS, AUTOR DE 'A CORAGEM DA ESPERANÇA', ENTRE OUTROS

SEG. Pedro Venceslau, Simião Castro e Gilberto Amendola ● **TER.** Patrícia Ferraz ● **QUA.** Leandro Karnal, Roberto DaMatta e Maria Fernanda Rodrigues ● **QUI.** Luis Fernando Verissimo, Luciana Garbin **(quinzenal)**, Patrícia Ferraz ● **SEX.** Marcelo Rubens Paiva **(quinzenal)**, Gilberto Amendola ● **SAB.** Sérgio Augusto **(quinzenal)**, Alice Ferraz, Suzana Barelli, Renata Simões (quinzenal) e Daniel Martins de Barros (quinzenal) ● **DOM.** Leandro Karnal, Luis Fernando Verissimo, Sérgio Augusto **(Aliás, quinzenal)**, Milton Hatoum (mensal) e Ignácio de Loyola Brandão (quinzenal)

Televisão *Programa*

Termina a novela que trouxe temas delicados

Em 'Um Lugar ao Sol', Lícia Manzo tratou de gordofobia a cancelamento feminino com clareza e honestidade

UBIRATAN BRASIL

JOÃO COTTA/GLOBO

Como a novela foi toda gravada antes de ir ao ar, Lícia Manzo conseguiu trabalhar bem cada cena

A noite da sexta-feira, 25, não marcará simplesmente o final de mais uma novela da Globo: encerrada, *Um Lugar ao Sol* terá fechado um raro ciclo entre os folhetins da emissora, pois temas incomuns, como gordofobia, liderança feminina, homofobia, foram tratados de forma direta, adulta e sem apelação.

O bem-sucedido resultado foi fruto de interpretações seguras, direção inspirada e, principalmente, do texto bem articulado da teledramaturga Lícia Manzo, de 56 anos. Com diálogos precisos e cenas de alta capacidade dramática, ela escreveu uma novela que deverá figurar entre os grandes títulos da teledramaturgia brasileira.

A história do rapaz pobre que assumiu a posição do irmão gêmeo rico e morto (personagens de Cauã Reymond) sem que quase ninguém soubesse, a fim de alcançar uma prosperidade inatingível, foi o ponto de partida para Lícia traçar uma sociedade basicamente carioca (mas universal na essência) movida por desejos, frustrações, crimes, mas também amor e amizade.

"O protagonista, Christian, é um homem bom que se corrompe ao desejar a riqueza e assumir a posição do irmão rico, Renato. Ele se perde e vai enlouquecendo progressivamente", conta Lícia ao **Estadão**, em conversa por telefone. "Na internet, percebi que as pessoas buscavam explicações binárias: ele é bom ou é mal? Pensar é difícil, é mais fácil julgar."

O rapaz, com nova identidade, passa a frequentar o mundo da riqueza, protagonizado pelo empresário Santiago (José de Abreu) e suas três filhas: Rebeca (Andrea Beltrão), Nicole (Ana Baird) e Bárbara (Alinne Moraes) – todas padecendo, em diferentes graus, da indiferença paterna durante a infância.

Há uma inevitável presença shakespeariana aqui, notadamente a tragédia de Lear, o rei que decide se afastar do trono e dividir o seu reino entre suas filhas. Na novela, porém, nenhuma das moças reúne condições para assumir a rede de supermercados do pai, função que, durante um tempo, termina nas mãos de Christian/Renato, principalmente por ter se casado (por interesse) com Bárbara. "A estrutura da peça *Rei Lear* é, de fato, muito forte", conta Lícia, que desenvolveu (junto a uma equipe de roteiristas colaboradores) as características de todos os personagens.

AMBÍGUAS. Assim, enquanto Bárbara acredita que pode mudar o outro, Nicole está sempre disposta a acender a loucura familiar e a gordofobia. "Já Rebeca é o retrato do cancelamento da mulher a partir de certa faixa etária", explica Lícia. "Na verdade, são pessoas muito ambíguas, por isso foi um desafio manter a coerência psicológica dos personagens."

É justamente a observação da complexidade humana que tornou a novela tão singular, especialmente pela opção da autora em escrever uma trama a partir da intimidade, do particular. "O fato importa menos que a repercussão desse fato no indivíduo."

> ***"O protagonista, Christian, é um homem bom que se corrompe ao desejar a riqueza e assumir a posição do irmão rico. Ele se perde e vai enlouquecendo. Na internet, as pessoas buscavam explicações: ele é bom ou mal?"***
> **Lícia Manzo**
> **Teledramaturga**

Lícia acredita que teve relativa facilidade para trilhar esse caminho graças ao seu conhecimento da obra de Clarice Lispector, autora especializada em dissecar a alma humana. "A subjetividade dos personagens sempre me interessou. Ali surgem figuras mais humanas."

A escrita da novela começou há quatro anos, quando uma reportagem sobre os sonhos de garotos de um orfanato a comoveu, inspirando-a também a imaginar uma trama com dois gêmeos com destinos distintos – um vai para o abrigo, enquanto o outro é adotado por uma família rica. "Assim, quando Christian decide assumir a identidade do irmão morto, acontece a fusão dos personagens, o que me permitiu tratar de questões como integridade, ética, desigualdade social."

Com a pandemia, Lícia teve mais tempo para criar – cada capítulo consumiu três dias de trabalho. "Cheguei a levar duas horas para escrever uma cena", relembra ela, favorecida por uma decisão da Globo: a novela foi toda gravada antes de estrear. Se isso ajudou na organicidade, também impediu os desvios habituais na trama, motivados pelo humor do público à medida que a novela é exibida.

Isso pode explicar a tímida performance da audiência: apesar de líder no horário, o folhetim atingiu 22 pontos na média nacional, abaixo do pior resultado da faixa (*Babilônia*, de 2015). ●

JORNAL DO CARRO

QUARTA-FEIRA, 23 DE MARÇO DE 2022 • ANO 40 • Nº 2014 **O ESTADO DE S. PAULO**

Avaliação

Commander flex aposta no conforto e no espaço para até 7 passageiros

Ainda com fila de espera, novo SUV da Jeep é imponente e entrega luxos na versão Overland com motor 1.3 turbo flex, mas consumo e desempenho podem desapontar

FOTOS: JEEP

Motor 1.3 turbo flex de até 185 cv com etanol vai bem no Commander, mas sente um pouco o peso de 1,7 tonelada do SUV de até 7 lugares

Ficha técnica

• Jeep Commander Overland

Preço	R$ 242.384
Motor	1.3, 4 cil., turbo, flex
Potência	185 cv (E) e 180 cv (G)
Torque	27,5 mkgf a 1.750 rpm
Câmbio	Aut. de 6 marchas
Tração	Dianteira (4x2)
Comprimento	4,77 metros
Entre-eixos	2,79 metros
Porta-malas	233 l (7) e 661 l (5)

FONTE: JEEP

Prós & contras

• Imponente
Com 4,77 metros, Jeep Commander é grande por fora e tem interior amplo e caprichado

• Desempenho
Talvez a versão turbo flex desaponte quem espera por consumo e desempenho melhores

DIOGO DE OLIVEIRA

A Jeep fez uma grande ofensiva no fim de 2021 com o lançamento do Commander. O SUV de 7 lugares feito em Pernambuco veio posicionado acima do Compass e com proposta de concentrar as vendas nas versões com o motor 2.0 turbodiesel de 170 cv. Entretanto, para ter preço competitivo, veio também com o 1.3 T270 turbo flex de até 185 cv e 27,5 mkgf de torque máximo.

O motor é conectado ao câmbio automático de seis marchas e a tração é apenas dianteira. O problema, no momento, nem é o preço de R$ 242.384 - bem superior ao do Compass. A questão é a alta demanda e a escassez de chips. O SUV até hoje tem fila. São raras as concessionárias com unidades a pronta entrega. O Jornal do Carro acelerou a versão turbo flex e conta se vale a espera.

O utilitário de 7 lugares aposta no requinte e sofisticação a bordo. Na versão avaliada, a cabine têm forração em couro Suede nos bancos e em outras partes, como painel e portas. O modelo herda vários itens do irmão, entre eles a moderna central multimídia com tela de 10" e conexão sem fio com Android Auto e Apple CarPlay.

1 - Traseira do Commander tem estilo próprio e é mais vertical que a do Compass; 2 - Painel tem couro suede e duas telas Full HD; 3 - SUV leva até 7 pessoas a bordo

Um destaque é a plataforma de conectividade Adventure Intelligence. Ela oferece serviços conectados com Wi-Fi nativo, assim como comandos remotos via App no celular. A multimídia também é compatível com assistentes virtuais, como a Alexa, da Amazon.

Na parte de segurança ativa, o Commander Overland flex conta com controle de cruzeiro adaptativo (ACC) com frenagem automática de emergência, em caso de risco de batida. Há assistente de saída involuntária de faixa, que faz correções no volante, assim como alerta de ponto-cego nos retrovisores. O Jeep também é capaz de identificar de placas de trânsito, tem assistente de manobras, que faz a baliza de forma automática, e detector de fadiga do motorista. Por fim, há ajuste automático dos faróis principais (alto e baixo), saídas de ar-condicionado e portas USB atrás, e tampa traseira automática.

A despeito das heranças do Compass, o Commander tem visual próprio e imponente, com lanternas elegantes e iluminação Full LEDs em todas as versões. Para o motorista, o quadro de instrumentos tem display colorido e configurável. A bordo, a sensação é de maior riqueza em relação aos irmãos Compass e Renegade.

Com o Commander, a Jeep quer a liderança dos SUVs maiores, hoje com o Toyota SW4. Porém, na versão flex, ele não tem a valentia no 4x4 dos utilitários derivados de picapes médias a diesel. Ele até acelera bem no asfalto, com zero a 100 km/h em 9,9 segundos. Já o consumo médio é razoável: 6,9 km/l (E) e 9,8 km/l (G) na cidade, e 8,3 km/l (E) e 11,8 km/l (G) na estrada.

Com 1,7 tonelada, o seu ponto forte é o espaço interno. O entre-eixos de 2,79 metros entrega recebe até sete lugares e 661 litros de porta-malas quando ajustado para 5 adultos. Com todos os assentos ocupados, o bagageiro fica bem menor e recebe 233 litros. É o SUV "tamanho família" da Jeep. ●

Mercado

Aston Martin está de volta ao Brasil com loja em São Paulo

Fora do País desde 2017, marca britânica retorna com todos os modelos disponíveis no exterior e meta de vender até 40 carros

DIOGO DE OLIVEIRA

FOTOS: ASTON MARTIN SP

SUV superesportivo DBX será o carro-chefe da Aston Martin no Brasil, com 30% das vendas no País

Cupê Vantage é um dos esportivos que estão na vitrine da loja em SP

Concessionária em SP precisou de aprovação dos ingleses

Depois de mais de cinco anos fora do Brasil, a Aston Martin está de volta ao País. Com um investimento de mais de R$ 6 milhões, a marca britânica de alto luxo vai oferecer todos os seus modelos atuais por aqui. O protagonista será o SUV superesportivo DBX, que já tem unidades reservadas.

Com linhas elegantes, o utilitário tem preço na casa de US$ 535 mil, o equivalente a R$ 2,7 milhões. Ele traz um motor 4.0 V8 a gasolina capaz de gerar 550 cv de potência e 71 mkgf de torque. Com mais de 2 toneladas, o rival do Lamborghini Urus vai de zero a 100 km/h em 4,3 segundos. E atinge velocidade máxima de 290 km/h.

A UK Motors, responsável por trazer de volta a Aston Martin, investiu em uma concessionária de altíssimo luxo que precisou de aprovação dos ingleses. O motivo é que os móveis e materiais foram fornecidos por empresas brasileiras. Só a loja, que fica na rua Clodomiro Amazonas, 1.040, no bairro do Itaim Bibi, zona Oeste da capital, custou R$ 3 milhões.

O restante do capital cobriu processos de homologação dos carros e contratação e treinamento de especialistas. A gama começa com o Vantage nas versões cupê e roadster (conversível), e na série especial F1 Edition, também nas duas carrocerias. Da mesma forma, os modelos DB11, DB11 Volante, DBS e DBS Volante estão disponíveis no catálogo.

Conforme antecipa Henry Visconde, sócio-diretor da UK Motors, o Brasil terá uma das 333 unidades da última "fornada" do Vantage com motor V12. Visconde também disse que cinco unidades do superesportivo híbrido Valhalla já estão reservadas. O cupê com motor central-traseiro tem 950 cv de potência e recarrega em tomadas. Ele estreou há menos de um ano nas telonas dos cinemas, no filme "007: Sem Tempo Para Morrer", a mais recente aventura do agente secreto James Bond.

"A Aston Martin está em um momento único e tem uma força enorme. A marca está se modernizando, vai inaugurar fábrica nova e virou a chave para a eletrificação, que será uma constante em todos os carros. Dessa forma, vamos sair um pouco da briga por volume", pontua Visconde.

Segundo o empresário e dono da UK Motors, o SUV DBX será o carro-chefe da operação no Brasil, com cerca de 30% dos emplacamentos. Ao todo, a representante da Aston Martin espera entregar, de início, entre 30 e 40 veículos até o fim de 2022, volume considerável satisfatório. Visconde diz que a inglesa vai enviar um lote mensal de modelos ao Brasil. ●

CAIO SUBARU

Subaru lança Forester e XV com sistema híbrido e-Boxer

A Subaru já vende no Brasil os SUVs Forester e XV em versões híbridas. Ambos utilizam o clássico motor Boxer 2.0 a gasolina de cilindros opostos, com 150 cv e 20 mkgf de torque. Ele vem combinado a um sistema híbrido leve que, segundo a Subaru, melhorou os consumos em 16% e 19%, respectivamente. A dupla conta com tração 4x4 e até reconhecimento facial avançado. Os preços são de R$ 193.900 e R$ 223.900, na ordem.

● **NOVO SCOOTER.** Com a missão de desafiar a Honda Elite 125, a Yamaha acaba de lançar no mercado brasileiro o Fluo ABS, novo scooter de entrada. Ele fica posicionado logo acima do Neo 125 UBS no catálogo da marca japonesa. Com proposta urbana, motor 125 cc de 9,5 cv e promessa de baixo consumo de combustível, tem preço sugerido de R$ 13.390.

● **TAROK VEM AÍ.** A Volkswagen está próxima de anunciar a produção de um novo veículo na Argentina. Na última semana, o CEO da montadora na América Latina, Pablo Di Si, formalizou um novo investimento no país vizinho que envolve o segmento de SUVs e picapes. A notícia foi divulgada após uma reunião de representantes da VW com o governo argentino, na Casa Rosada, em Buenos Aires. A expectativa é pela confirmação da picape Tarok feita sobre a mesma plataforma do Taos, a MQB-A1. Ela terá porte similar ao da Fiat Toro.

● **NOVO C3 EM PRODUÇÃO.** Sob gestão da Stellantis, a Citroën começou a produzir o novo C3 na fábrica de Porto Real, no sul do Rio de Janeiro. O hatch compacto, que terá estilo de SUV, está na reta final de lançamento e chega às lojas de todo o País em abril. O novo C3 é o primeiro carro nacional da PSA feito sobre a base CMP (sigla de Common Modular Platform). Para receber a arquitetura, a fábrica ganhou novos robôs e um aporte de R$ 220 milhões. Essa base dará origem a três modelos. O primeiro será o C3, o segundo, provavelmente, o novo Aircross, e o terceiro, um sedã compacto.

● **NOVOS SUVS NACIONAIS.** A BMW cumpriu a promessa feita no fim de 2021 e começou a produzir as versões esportivas dos SUVs X3 e X4 no Brasil. Agora, X3 M40i (foto) e X4 M40i são montados na fábrica da marca de Araquari, Santa Catarina. De acordo com a montadora, são os carros nacionais mais potentes da atualidade. Ambos trazem o clássico motor 3.0 turbo a gasolina de seis cilindros em linha, que gera 387 cv de potência e 51 mkgf de torque. Ele se combina a um sistema híbrido leve de 48V, com aceleração de zero a 100 km/h em 4,5 segundos e velocidade máxima de 250 km/h. O câmbio automático tem oito marchas e a tração é integral.

BMW

SÃO PAULO, 23 DE MARÇO DE 2022

mobilidade

ESTADÃO

Automóveis eletrificados: o que vem por aí em 2022

Até o final do ano, deverão ser lançados 13 novos modelos que irão reforçar o segmento no País | Pág. 2

Após lançar o Tan, a chinesa BYD anuncia a chegada do Han, que entrega autonomia de 550 km

Fotos: Divulgação BYD e Projeto Re-ciclo

Para mais conteúdos, acesse nosso portal pelo QR Code

Projetos de eletrificação que auxiliam catadores

Instituições investem em soluções, como carroças e triciclos elétricos, que ajudem a melhorar a qualidade de vida de profissionais da coleta de lixo informal | Pág. 6

GUIA DO PRIMEIRO CARRO ELÉTRICO OU HÍBRIDO

13 carros eletrificados que chegarão ao Brasil

Confira quais modelos com motor elétrico ou híbrido deverão desembarcar no mercado até o fim do ano

POR MÁRIO SÉRGIO VENDITTI

Acesse
Compartilhe
Marque os amigos

GUIA DO PRIMEIRO CARRO ELÉTRICO OU HÍBRIDO

Eles estão chegando ao País sem cerimônia. Aos poucos, misturam-se ao cenário dos automóveis convencionais e ganham espaço no mercado. Os veículos eletrificados – com motor 100% elétrico ou híbrido – já respondem por 2,8% da participação nas vendas de zero-quilômetro e as marcas intensificam suas investidas por aqui.

Desde o início de 2022, foram lançados Volvo C40, JAC E-J7, BMW iX e BYD Tan. Mas as surpresas continuam. Até o fim do ano, mais 13 modelos deverão reforçar o segmento de eletrificados no Brasil. Conheça as novidades.

BMW IX3

A montadora alemã acredita que os modelos premium são os mais aceitos pelos consumidores de veículos elétricos no Brasil. Pensando nisso, ela anunciou que lançará o iX3, versão elétrica do SUV X3, para ampliar seu portfólio de automóveis movidos a bateria, que será reforçado também por iX e i4. "O mercado brasileiro de carros de luxo terá 50% de elétricos até o fim da década", calcula Aksel Krieger, presidente do grupo BMW Brasil. O iX3 entrega autonomia de 460 quilômetros, graças ao motor elétrico com potência equivalente a 286 cv e torque instantâneo de 40,8 mkgf.

BYD HAN

A chinesa BYY estreou, no Brasil, com o Tan, mas tem planos de participar ativamente no segmento de veículos elétricos. A próxima aposta será o Han. Com bateria de 76,9 kWh e dois motores elétricos (um dianteiro e um traseiro), o sedã desenvolve o correspondente a 494 cv de potência combinada e 69,3 mkgf de torque. A autonomia é elástica, chegando a 550 quilômetros, e a velocidade máxima atinge 180 km/h. Outros destaques do modelo são a grande lista de itens de série e o acabamento requintado.

CAOA CHERY EQ1

Depois que a empresa Caoa assumiu o comando da Chery no Brasil, a marca chinesa vem apresentando crescimento significativo nos números de vendas, principalmente de seus SUVs. Agora, a cartada pode ser ainda maior, com o lançamento do compacto elétrico EQ1, com capacidade para quatro ocupantes e que vai concorrer com o Renault Kwid. A montadora cogita trazer da China a versão dotada de motor de 75 cv de potência e que leva o carro a 120 km/h de velocidade máxima. A autonomia beira os 400 quilômetros.

CHEVROLET BOLT

A meta da General Motors era apresentar o Chevrolet Bolt reestilizado no ano passado. Entretanto, ela detectou, nos Estados Unidos, um problema que poderia provocar incêndio da bateria, e, por isso, teve de adiar os planos, temporariamente. Com design atualizado, o carro é impulsionado pelo motor de 203 cv de potência e 36,7 mkgf de torque e pode percorrer 380 quilômetros com uma carga de bateria. Ao longo do ano, o hatch poderá ganhar a companhia da sua configuração SUV, o Bolt EUV.

FORD MUSTANG MACH E

O Mustang é vendido no Brasil e agora ele está prestes a receber a configuração Mach E, movida a bateria. O esportivo elétrico da Ford já faz muito sucesso em outros mercados. Nos Estados Unidos, por exemplo, o Mach E está disponível em quatro versões.

Fotos: Divulgação Chevrolet e BMW

FALE CONOSCO ▸ Se você quer comentar, sugerir reportagens ou anunciar produtos ou serviços na área de mobilidade, envie uma mensagem para **mobilidade@estadao.com**

ESTADÃO BLUE STUDIO
Av. Eng. Caetano Álvares, 55, 5º andar, São Paulo-SP
CEP 02598-900. projetosespeciais@estadao.com

Diretor de Conteúdo do Mercado Anunciante: **Luis Fernando Bovo** MTB 26.090-SP; Gerente de Conteúdo: **Tatiana Babadobulos**; Gerente de Estratégias de Conteúdo: **Regina Fogo**; Gerente de Eventos: **Daniela Pierini**; Coordenador de Arte: **Isac Barrios**; Arte: **Robson Mathias**; Especialista de Publicações: **Lara De Novelli**; Especialistas de Conteúdo: **João Prata** e **Mariana Fernandes**; Especialista de Pós-Vendas: **Luciana Giamellaro**; Redes Sociais: **Murilo Busolin**; Analista de Conteúdo: **Bárbara Guerra**; Analista de Produto Júnior: **Giuliana Ferrari**; Analistas de Marketing: **Isabella Paiva** e **Rafaela Vizoná**; Analista de Business Inteligence: **Bruna Medina**; Assistentes de Marketing: **Amanda Miyagui Fernandez** e **Giovanna Alves**; Colaboradores: Edição: **Daniela Saragiotto** e **Dante Grecco**; Revisão: **Marta Magnani**; Designer: **Cristiane Pino**

Publicação da S/A O Estado de S.Paulo
Conteúdo produzido pelo Estadão Blue Studio

entre 266 cv e 480 cv de potência. A autonomia vai de 340 a 505 quilômetros com uma carga completa de bateria. A montadora afirma que o Mach E acelera de 0 a 100 km/h em 3,5 segundos. As dimensões do modelo são 4,73 metros de comprimento, 1,88 de largura e 1,62 de altura.

HYUNDAI TUCSON HYBRID

A Hyundai despista quando o assunto é oferecer o Tucson Hybrid no Brasil. O utilitário esportivo fez sucesso no País com o visual antigo, mais quadradão. Depois de renovado, ele mudou de patamar e tenta reconquistar seu espaço. A versão com motor a combustão e elétrico pode representar essa reação. Com tração nas quatro rodas, o carro tem 45 quilômetros de autonomia no modo totalmente elétrico. O motor convencional 1.6 turbo desenvolve 182 cv de potência e 26,9 mkgf de torque, aliado à transmissão automática de seis marchas.

JEEP COMPASS

Lançado na Europa no início do ano, o Jeep Compass híbrido está a caminho do Brasil. Debaixo do capô, ele apresenta o novo motor 1.5 turbo de quatro cilindros, da família GSE, que despeja 130 cv de potência e 24,5 mkgf de torque. O câmbio é automático de sete marchas. Mas o conjunto motriz tem algo mais: ele integra um sistema elétrico de 48 V, que fornece 20 cv e 5,6 mkgf extras, podendo movimentar o SUV quando seu motor convencional está desligado.

KIA EV6

Eleito recentemente Carro do Ano de 2022, na Europa, o crossover Kia é desenvolvido na plataforma modular elétrica global (E-GMP), da Kia, que permite a inserção de uma série de tecnologias de última geração. Com design futurista, o EV6 é capaz de rodar 528 quilômetros com uma carga completa de bateria. Ele é o primeiro dos modelos elétricos que a fabricante sul-coreana pretende lançar até 2026. O EV6 possui dois pacotes de baterias possíveis, de 58 kWh e 77,4 kWh, com potência que chega a até 325 cv.

KIA NIRO

A Kia também estuda importar para o Brasil o Niro na versão híbrida e algumas unidades com motorização elétrica, a fim de sentir a reação do público. O SUV vive a sua segunda geração, inspirada no carro-conceito HabaNiro, mostrado em 2019. Ele mede 4,35 metros de comprimento, 1,80 de largura, 1,55 de altura e 2,72 de distância entre eixos, com espaço suficiente para cinco pessoas. O Niro híbrido vem equipado com motor 1.6 de 105 cv de potência e um propulsor elétrico de 32 kW (43 cv).

MERCEDES-BENZ EQS

A Mercedes-Benz do Brasil garante que, em 2022, importará os modelos elétricos EQS, EQA e EQB, que se juntarão ao pioneiro EQC 400, lançado no ano passado. Apenas o EQS não é desenvolvido sobre a base de um modelo com motor a combustão. Cheio de si, ele tem plataforma própria e nasceu para ser um automóvel eletrificado. O cupê deverá chegar em duas versões: a 450+, de tração traseira, entrega 333 cv de potência e 57,9 mkgf de torque; enquanto a 580 4Matic rende 523 cv e 87,2 mkgf. A autonomia é de 770 quilômetros.

PORSCHE TAYCAN GTS

A Porsche vem investindo na instalação de infraestruturea de recarga no Brasil. Isso comprova que a companhia está levando muito a sério o novo mercado em formação na indústria automotiva nacional. O Taycan agrega cinco configurações, com diferentes carrocerias e níveis de equipamento. A família será ampliada com a versão GTS elétrica, que possui motor de 598 cv de potência e 504 quilômetros de autonomia. O preço é para poucos: na casa de R$ 800 mil.

RENAULT KWID E-TECH

O compacto passou por uma reformulação em janeiro, e a Renault aproveitou para revelar que está preparando a chegada da versão elétrica E-Tech. A montadora mantém segredo sobre as especificações técnicas. Tomando por base o Dacia Spring, a versão europeia do Kwid, o novo carro terá bateria de 27,4 kWh, que proporcionará potência aproximada de 45 cv. Outros números de desempenho são: 230 quilômetros de autonomia, 125 km/h de velocidade máxima e aceleração de 0 a 100 km/h em 19,1 segundos. É bem provável que ele seja um dos modelos movidos a bateria mais em conta no País.

VOLKSWAGEN ID.3

A chamada "Ofensiva Volkswagen" na América Latina inclui o lançamento de seis modelos eletrificados no Brasil até 2023. Um deles é o ID.3 – que, provavelmente, fará companhia ao irmão ID.4 –, com bateria de 58 kWh e autonomia anunciada de até 550 quilômetros. Segundo a Volkswagen, a recarga para rodar 290 quilômetros acontece em apenas 30 minutos. O modelo, dotado de tração traseira, rende 150 kW (cerca de 204 cv de potência). Na Europa, ele deverá passar por pequenas mudanças de estilo em 2023.

Fotos: Divulgação Ford, Hyundai, Jeep, Mercedes-Benz e Volkswagen

Produzido por ESTADÃO BLUE STUDIO

ROBERTA MARCHESI

DIRETORA EXECUTIVA DA ANPTRILHOS E CONSELHEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE TRANSPORTE

Inaugurado em 1974, é o primeiro sistema metroviário do Brasil

Protagonismo do Metrô de São Paulo

Acesse
Compartilhe
Marque os amigos

"OPERAR UM SISTEMA COMO O DO METRÔ DE SÃO PAULO É UM DESAFIO DIÁRIO."

"Você que anda no metrô na cidade de São Paulo, todos os dias, não imagina que ele é também importante para todo o Brasil, para a América Latina ou mesmo para o mundo. Desde que foi inaugurado, em 1974, o Metrô tem desempenhado o papel de inspiração e aprendizado para que outros sistemas pudessem se desenvolver em outras cidades do Brasil e até mesmo em outros países.

É o primeiro sistema de metrô do Brasil. Ele começou com um único trajeto, a Linha 1-Azul, ligando o Jabaquara, na zona sul, a Santana, na norte, com 16,7 quilômetros de extensão. Atualmente, já conta com mais de 101 quilômetros de trilhos, divididos em seis linhas, 89 estações, sem contar os projetos de ampliação em andamento, que somam mais de 23,5 quilômetros pela cidade.

Como, na época da sua implantação, não havia, no Brasil, profissionais especializados em sistemas de metrô, um grupo de técnicos e engenheiros foi enviado para se formar nos Estados Unidos e outro na Cidade do México. Esses grupos se tornaram especialistas no assunto e, anos depois, alguns deles se responsabilizaram por treinar equipes e auxiliar na implantação de vários sistemas, no Brasil e na América Latina, como o Trem Metropolitano de Porto Alegre, os metrôs do Rio de Janeiro, de Recife, de Belo Horizonte e de Brasília, o de Caracas, na Venezuela, dentre tantos outros.

Por meio desse intenso processo de treinamento e capacitação, a expertise dos profissionais do Metrô de São Paulo só cresceu ao longo dos anos e fez com que a empresa estivesse sempre antenada com as melhores tecnologias de cada época, trazendo inovações que contribuíram para a segurança e rapidez do sistema metroviário dos paulistanos.

NOVAS TECNOLOGIAS

No início, o Metrô foi o primeiro no mundo a utilizar tecnologia para uma operação completamente automática, e o pioneiro, no Brasil, a ter escadas rolantes para facilitar a movimentação nas estações. Mais recentemente, foi o primeiro da América Latina a ter uma estação equipada com portas de plataforma e a adotar tecnologia QR Code na venda de bilhetes. E as inovações não param por aí. Em 2010, ele entrou para a seleta lista dos sistemas de metrô mais automatizados e seguros do mundo, com a implantação dos trens da Linha 4-Amarela, que funcionam sem condutor. Na época da sua inauguração, havia pouquíssimos sistemas como esse no mundo e nenhum nas Américas.

O Metrô expandiu fronteiras e se juntou ao CoMET, um grupo formado apenas pelos maiores sistemas do mundo. Lá, os nossos representantes se sentam para discutir inovação e tecnologia com operadores de Nova York, Paris, Moscou, Pequim e de diversas outras cidades, e levam conhecimento e melhores práticas, aqui desenvolvidas, mundo afora.

Não é à toa que, em 2010, o Metrô de São Paulo foi considerado o melhor sistema de transporte sobre trilhos da América Latina pelo *The Metro Awards*, e, em agosto de 2015, foi eleito um dos melhores sistemas metroviários do mundo, pela revista americana *Business Insider*, sendo o único latino-americano a pertencer a essa seleta lista.

Você, que utiliza o metrô da cidade no seu dia a dia, sente os efeitos positivos de escolher se deslocar dessa forma. Mas operar um sistema como esse é um desafio diário. A cidade conta com um dos sistemas mais carregados do mundo, e isso faz com que qualquer imprevisto na operação dos trens impacte no deslocamento de milhares de pessoas. Um trem parado, uma porta de plataforma que não funcione, uma escada rolante que não esteja ligada ou qualquer outro problema que surja ganham grandes dimensões. E como surgem problemas...

Por essa razão, enquanto você anda no metrô, uma equipe discute as melhorias necessárias e as escalas de manutenção, busca novas tecnologias, testa equipamentos, tudo para garantir a segurança e avançar com a qualidade do serviço que, hoje, já é prestado.

É um metrô que não para, que evolui a cada dia, trazendo o que há de melhor em inovação e tecnologia para o bem-estar do passageiro de toda a região metropolitana. É um orgulho dos paulistanos e uma referência para o Brasil e para o mundo."

Não perca a nossa live, todas as quartas, às 11h, pelas redes sociais do **Estadão** ou no portal **Mobilidade**

Fotos: Marco Ankosqui e Divulgação ANPTrilhos

Painéis artísticos reforçam a importância das mulheres para as cidades

Para promover maior reflexão sobre a representação feminina nos espaços urbanos, campanha homenageia motoristas com pinturas em seis pontos do País

Divulgação

No Minhocão, a motorista parceira da 99 Jaqueline Ramos Silva é homenageada com a obra da artista visual Bea Corradi, cujo trabalho já dialoga com temas do universo da mulher

Diversas situações mostram que falta muito para a real inclusão das mulheres na sociedade: só 20% das ruas das cidades carregam nomes femininos, de acordo com levantamento feito pela 99, empresa de tecnologia ligada à mobilidade urbana e à conveniência. Atrás do volante, não é diferente: apenas 35% das carteiras de motoristas expedidas no País pertencem a mulheres — 21,5% dos que dirigem legalmente por ruas e estradas nacionais, de acordo com o Departamento Nacional de Trânsito (Denatran).

Para preencher lacunas desse cenário na representação feminina, a 99 convidou artistas mulheres para retratar as motoristas parceiras da plataforma em painéis de arte urbana em seis cidades brasileiras. O projeto começou no último dia 9 de março, como uma reflexão sobre a necessidade de abordar o tema o ano todo, e não somente no Dia Internacional das Mulheres.

Para serem vistas

A arte urbana traz muito mais visibilidade ao tema, indo além de uma data pontual para representar as motoristas parceiras: mulheres que, diariamente, já tornam as cidades mais femininas. "Levamos essa conscientização adiante, atuando o ano todo em ações diversas para esse público", explica Juliana Biasi, diretora de Marketing da 99. "Um painel fixo marca a importância do empoderamento feminino e da luta pela igualdade de gênero todos os dias. Por isso, queremos que cada dia mais elas assumam a direção de suas vidas e de seus carros", acrescenta.

Os painéis ocuparão espaços públicos em São Paulo (SP), Campinas (SP), Rio de Janeiro (RJ), Recife (PE), Salvador (BA) e Porto Alegre (RS), sendo pintados ao longo do mês de março. Em São Paulo, a obra fica em uma das empenas do Elevado Presidente João Goulart, mais conhecido como Minhocão. O famoso ponto da capital paulista é uma importante conexão viária, além de palco de intervenções artísticas e de lazer aos domingos.

Ampliando possibilidades e sonhos

Jaqueline Ramos Silva, motorista parceira da 99 há quatro anos, faz parte do movimento #ElasChegamJuntas, uma das iniciativas do 99 Mais Mulheres para trazer mais segurança, liberdade e autonomia para motoristas parceiras e passageiras. Ela também é a homenageada do painel paulistano, assinado pela artista visual Bea Corradi, que já utiliza seu trabalho como ferramenta de diálogo com temas relacionados ao universo feminino.

Jaqueline começa sua jornada às seis horas da manhã e roda 100 quilômetros por dia pela capital paulista. Formada em produção audiovisual, ela trabalhava com cinema, mas escolheu ser motorista de app após uma depressão ocasionada por uma crise profissional. "As pessoas sempre falaram que eu dirigia bem, então pensei: Por que não?", conta.

As corridas pela 99 possibilitaram que Jaqueline se reerguesse economicamente e emocionalmente, e vislumbrasse outras habilidades. "Percebi que tinha escuta empática e fiz curso de psicanálise. Já vou começar a atender, mas não pretendo parar de dirigir, porque ser motorista me garante renda para fazer outras coisas de que gosto", avalia.

Direito a todos os espaços

Há anos, a 99 lidera iniciativas por mais visibilidade e representação das mulheres nas cidades. Em agosto passado, a plataforma impulsionou a campanha "Por Cidades Mais Femininas" em diversas plataformas e ambientes físicos, reforçando a importância de tornar os ambientes públicos mais inclusivos. Outras ações — o 99 Mais Mulheres, o 99Mulher e o +Mulher360 — envolvem desde o botão de denúncia contra violências, em parceria com o projeto Justiceiras, até a doação de corridas (vouchers) para Delegacias da Mulher. "O direito à acessibilidade de ações empreendedoras e à mobilidade segura para trabalhar e se divertir deve abranger passageiras, motoristas parceiras ou funcionárias da 99, finaliza Juliana Biasi.

Aumento da violência

Em 2021, as corridas para as 180 Delegacias da Mulher de todo o País aumentaram 42% em relação a 2020, de acordo com o levantamento da 99. Os perfis das vítimas encaminhadas às Justiceiras via 99 mostram que:

- Sete entre dez são pardas, indígenas ou negras;
- Das que possuem emprego, 90% recebem um salário mínimo; e 50% delas sequer possuem trabalho;
- Em 84% dos casos, os agressores são maridos ou ex-maridos;
- 45% moram com o agressor;
- 24% são vigiadas pelo celular;
- Das que procuraram as voluntárias este ano, 48% foi para o primeiro pedido de ajuda.

Fonte: Projeto Justiceiras

Para acessar outros conteúdos, aponte a câmera do celular para este QR code:

Este material é produzido pelo Estadão Blue Studio com patrocínio da 99.

Eletrificação beneficia catadores

Instituições buscam soluções para melhorar a qualidade de vida de profissionais da coleta de lixo informal

POR JU CABRINI

Os triciclos elétricos do projeto Re-ciclo têm pedal assistido, potência máxima de 350 watts, autonomia de 30 quilômetros e chegam a alcançar 25 km/h

Acesse
Compartilhe
Marque os amigos

Todos os anos, cada brasileiro produz, em média, cerca de 400 quilos de resíduos sólidos, de acordo com a Associação Brasileira das Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe). Desse total, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), apenas 13 quilos são reciclados. Ou seja, aproximadamente, 387 quilos de resíduos sólidos produzidos por pessoa são desperdiçados. O que, segundo algumas estimativas, significa que o País, literalmente, enterra cerca de R$ 8 bilhões por ano ao não reutilizar ou reciclar esses materiais.

O ideal seria, claro, expandir de forma exponencial o total de recicláveis por ano. Tarefa nada fácil, aliás, e por vários motivos. Um deles são as condições penosas de trabalho dos cerca de 1 milhão de catadores e catadoras, os profissionais não oficiais de limpeza urbana responsáveis pela coleta de 90% de todo o material reciclado no País. Entre tantas dificuldades, eles trabalham sob sol ou chuva e chegam a puxar até 800 quilos de material reciclável em suas carroças em um trabalho braçal diário, exaustivo e com baixa remuneração.

Mesmo de forma incipiente (e longe de resolver todos os problemas relacionados a esse assunto), algumas iniciativas inovadoras com foco em eletrificação começam a surgir a fim de trazer aumento de produtividade e mais qualidade de vida a esses profissionais. Entre elas destacam-se o Re-ciclo, executado pela Fundação de Ciência, Tecnologia e Inovação de Fortaleza (Citinova), e o Carroças do Futuro, da ONG Pimp My Carroça, de São Paulo. Conheça um pouco mais sobre eles, a seguir.

PREMIAÇÃO INTERNACIONAL

O projeto Re-ciclo recebeu aporte de R$ 1 milhão, valor da premiação que Fortaleza ganhou do Desafio Global de Mobilidade Urbana 2019, organizado pela Transformative Urban Mobility Initiative, instituição vinculada ao Ministério para Cooperação e Desenvolvimento do governo da Alemanha.

Planejado para ceder 50 triciclos elétricos às associações de catadores da capital cearence, o Re-ciclo sofreu um atraso de quase um ano por causa da pandemia. Atualmente, existem 16 triciclos em circulação e 29 começam a operar em maio. "No fim, esse período foi bom para que pudéssemos nos adequar e capacitar os usuários. Isso porque, mais do que tudo, é uma mudança cultural muito grande para esses profissionais", afirma Luiz Alberto Saboia, presidente da Citinova.

Esse atraso de quase um ano para a real implementação também possibilitou que, em um primeiro momento, além do cadastramento de 12 associações e indicação de 31 catadores, fossem feitos ajustes nos triciclos elétricos, como adequação de tamanho e capacidade de carga.

Os veículos, da fabricante Dream Bike, são recarregados nas sedes das associações participantes, e têm pedal assistido, potência máxima de 350 watts, autonomia de 30 quilômetros e chegam a 25 km/h.

Saboia aponta que os benefícios citados pelos usuários vão desde a diminuição das dores musculares, passando pelo aumento de 40% na renda individual, até o relato de melhores tratos por parte da população. "Estamos na segunda fase do projeto piloto. Em 2023, vamos lançar um edital para fomentar a expansão, em escala, para a cidade toda", afirma.

EM BUSCA DE APOIO

A ONG Pimp My Carroça, com sede na capital paulista e atuação em cerca de 50 cidades de 16 países, lançou, em 2019, e, dois anos depois, colocou em prática o projeto Carroças do Futuro, com o objetivo de promover uma alternativa elétrica e ecológica para reduzir o esforço do

São Paulo engatinha na coleta eletrificada

Maior cidade do País tem somente 25 unidades eletrificadas em operação

A prefeitura de São Paulo, por meio da SP Regula, Agência Reguladora de Serviços Públicos do Município de São Paulo, conta, atualmente, com oito prestadoras de serviço, das quais só duas efetuam a coleta de divisíveis. De um total de 1.045 veículos de coleta, apenas 25 unidades eletrificadas estão em operação.

De acordo com Mauro Haddad, gerente de saneamento da SP Regula, o principal motivo para a utilização dos veículos foram, além da sustentabilidade e da redução de emissões, viabilidade econômica, modernização e avanço tecnológico, agilidade com veículos eletrificados pequenos e dificuldade de acessibilidade em vielas e travessas, nas quais os veículos regulares não conseguem entrar.

Entre os veículos disponíveis na frota estão dois triciclos Elemovi Carga Super 1.200 V, um veículo urbano de carga (VUC) JAC IEV1200T, 14 rebocadores Jacto VPT.09 e oito caminhões BYD eT8.

Haddad afirma que o maior aprendizado foi entender que a solução para o serviço de coleta eletrificada é viável, tanto do ponto de vista financeiro como sustentável, além de contribuir para maior percepção da qualidade entregue. No entanto, o aumento da frota deve seguir a passos lentos. Segundo o profissional, existem dois caminhões que podem entrar em operação nos próximos dias e que apenas uma das concessionárias afirmou estudar a possibilidade de substituição dos caminhões a diesel por uma frota integralmente elétrica; porém, não a curto prazo.

Concessionária Ecourbis utiliza veículo JAC IEV1200T para coleta dos resíduos de saúde

As Carroças do Futuro têm quatro velocidades, motor elétrico com a função de ré e itens de segurança, como freio, buzina, setas, rastreadores via GPS e faróis

Resultados de cada projeto

	RE-CICLO	CARROÇAS DO FUTURO
RESPONSÁVEL	Citinova	Pimp My Carroça
INVESTIMENTO	R$ 1 milhão	Não revelado
QUANTIDADE DE VEÍCULOS	16	4
INÍCIO	2020	2019
CAPACIDADE DE CARGA	150 kg	Entre 400 kg e 500 kg
CATADORES ENVOLVIDOS	31	4
AUMENTO NA RENDA	40%	150%
ESFORÇO	30% menos	Dobro do percurso em um dia de trabalho

trabalho com as que utilizam tração humana. "O projeto busca favorecer maior capacidade de coleta de materiais, otimizar o tempo de trabalho e gerar benefícios na geração de renda desses profissionais. Além de aumentar o reconhecimento e a valorização dos catadores nas comunidades, promover elevação na autoestima e na qualidade de vida", afirma Adriane Andrade, coordenadora do Carroças do Futuro.

Após três anos de pesquisa e desenvolvimento e muito aprendizado na fabricação de um modelo adequado ao trabalho, chegou-se a uma versão aprimorada da carroça elétrica, que possui quatro velocidades, motor elétrico com a função de ré e itens de segurança, como freio, buzina, setas, rastreadores via GPS, farol dianteiro e traseiro.

Atualmente, há quatro carroças elétricas, conduzidas por profissionais com mais de 60 anos e que circulam nas regiões de Guaianases, Brooklin, Pinheiros, Glicério e Campos Elíseos, na capital paulista. Elas são recarregadas em tomada comum por até 12 horas e suportam entre 400 e 500 quilos.

Adriane afirma que, nos resultados averiguados no período de teste, estão o aumento de até 200% na capacidade de coleta de materiais e crescimento de 150% na renda mensal dos catadores.

O Carroças do Futuro, que já contou com parcerias como as do Instituto Clima e Sociedade (ICS), do Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo (IPT), da Nestlé, da 3M e da Pyxera Global/Impact Program, passa por um momento decisivo e corre o risco de não ir adiante por falta de apoio financeiro. "Nossa meta é unir parceiros e financiadores para replicarmos, entre 2022 e 2023, mais 50 carroças elétricas com a metodologia desenvolvida e validada."

Fotos: Divulgação SP Regula e projetos Re-ciclo e Carroças do Futuro

Este material é produzido pelo Estadão Blue Studio.

Lançado o novo marco legal para o setor

Projeto busca remodelar o planejamento de transporte de passageiros

Para saber mais sobre o PMU, acesse: parquedamobilidadeurbana.com.br

Acesse
Compartilhe
Marque os amigos

O senador mineiro Antonio Anastasia (PSD) apresentou o novo Projeto de Lei (PL) 3278/2021, que remodela de maneira inovadora o Marco Legal da Política Nacional de Mobilidade Urbana. O PL oferece novos olhares para o deslocamento de passageiros, ao priorizar corredores exclusivos e faixas preferenciais de transporte público, em vias urbanas.

O programa de reestruturação foi desenvolvido pela Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos (NTU), em parceria com diversos especialistas do setor. Parte essencial do projeto é a promoção da transparência e independência decisória, o que facilita decisões técnicas para a mobilidade urbana, em cada ente da Federação.

DEMANDA EM QUEDA

Com o prejuízo de R$ 14,2 bilhões desde o início da pandemia, o setor de transporte público chegou a ter queda na demanda de 80%, em algumas localidades do País, o que resultou em um grave dano econômico. O Marco Legal da Política Nacional de Mobilidade Urbana propõe uma alteração no cenário pandêmico ao dividir os investimentos em duas grandes frentes: reforçar e continuar as linhas de financiamento existentes, simultaneamente, à ampliação dos subsídios de infraestrutura do transporte coletivo.

O texto do projeto de lei também estabelece prerrogativas para enfrentar momentos de crise, como definições mais claras relativas aos conceitos de tarifa de remuneração e tarifa pública. A recessão da mobilidade urbana expôs que serviços não podem depender exclusivamente de tarifas, sendo necessária a criação de fontes extras de finaciamento.

EVENTO SOBRE MOBILIDADE

A plataforma Connected Smart Cities e o **Mobilidade Estadão** se unem, em 2022, com o propósito de promover a conexão da mobilidade urbana inteligente, sustentável e inclusiva por meio da difusão de ideias desse ecossistema no Brasil e no mundo. Para que haja essa conexão, a parceria realiza, entre os dias 23 e 25 de junho, o Parque da Mobilidade Urbana (PMU), no Memorial da América Latina, em São Paulo.

O Marco Legal da Política Nacional de Mobilidade Urbana será um dos temas debatidos no evento, permeando os diferentes atores que fazem parte desse contexto e conduzindo diversas discussões para que a mobilidade seja abordada em várias esferas.

Venda de implementos em alta

Carrocerias utilizadas por empreiteiras registraram altas entre 15,8% e 36,9%, no primeiro bimestre

POR MÁRIO CURCIO

Acesse
Compartilhe
Marque os amigos

A venda de implementos para caminhão montados sobre chassi registrou alta de 12,4%, no primeiro bimestre, e esse movimento foi puxado por carrocerias utilizadas na construção civil. Os modelos basculantes somaram 1.200 unidades, indicando alta de 36,9% sobre iguais meses de 2021. E as carrocerias para carga seca (como tijolos, sacos de cimento e vergalhões) totalizaram 2.500, com acréscimo de 15,8% no período, segundo dados da Associação Nacional dos Fabricantes de Implementos Rodoviários (Anfir).

As indústrias do setor comemoram o movimento de alta. "A procura também ocorre por betoneiras, pranchas do tipo carrega-tudo e tanques", afirma Alcides Braga, presidente da fábrica de implementos Truckvan.

Silvio Campos, diretor comercial da Librelato, nota uma mudança nos produtos consumidos. "Há dois anos, as vendas de carrocerias abertas eram mais dirigidas ao transporte de grãos, mas, nesse período, aumentou o volume de entregas para o transporte de vergalhões e insumos para a construção civil."

De acordo com os fabricantes de implementos, tanto os empreendimentos imobiliários como as obras de infraestrutura puxaram as entregas de carrocerias. "Notamos uma retomada da construção civil a partir do fim de 2020", diz o diretor comercial da Librelato.

Dados do Sindicato das Empresas de Compra, Venda e Administração de Imóveis (Secovi) confirmam essa percepção. Os lançamentos de imóveis na capital paulista somaram 81 mil unidades, entre fevereiro de 2021 e janeiro de 2022, registrando assim um crescimento de mais de 30% sobre os 12 meses anteriores (de fevereiro de 2020 a janeiro de 2021).

No caso das obras de infraestrutura, a procura de implementos fabricados pela Librelato foi motivada pela pavimentação de estradas. Segundo a empresa, os compradores desses equipamentos são grandes transportadoras que prestam serviços para as empreiteiras.

"Também há vendas pontuais a clientes especializados no transporte de areia, pedra britada e minério", garante o executivo da Librelato. Para Alcides Braga, da Truckvan, os compradores desses implementos são as empreiteiras e todos os fornecedores de insumos para construção. "Percebemos uma intensificação nessas vendas, a partir do segundo semestre do ano passado", ressalta Braga.

Apesar dos reflexos do conflito entre Rússia e Ucrânia, os fabricantes de carrocerias acreditam em bons resultados até o fim de 2022. "Estive em uma recente feira do setor agrícola, e percebi um ânimo muito grande entre os expositores; por isso, confio bastante neste ano", afirma Campos, da Librelato.

Para Braga, da Truckvan, a expectativa ainda é de crescimento neste ano, "mas de forma moderada, pois a base de comparação é muito forte, já que, no ano passado, crescemos mais de 80%". Ele não acredita que o conflito na Ucrânia terá efeito significativo no mercado de implementos.

BONS RESULTADOS JÁ EM 2021

Ano passado, as vendas totais de implementos rodoviários somaram 162.700 unidades e anotaram alta de 33,5% sobre 2020. As carrocerias para carga seca montadas sobre chassi totalizaram 17.700, com acréscimo de 35,5% sobre o volume total licenciado no ano anterior. As carrocerias basculantes tiveram alta ainda maior, 42,3%, com 7.600 unidades.

Outro tipo de equipamento para construção civil que se destacou em 2021 foram as betoneiras, que alcançaram, no ano, o maior crescimento (85%) entre as carrocerias montadas sobre chassi, com 1.600 unidades. Neste primeiro bimestre, foram entregues 180 betoneiras, quase uma repetição dos primeiros dois meses do ano passado.

MONTADORAS ESTÃO ATENTAS AO SEGMENTO

Caminhões para construção civil e mineradoras quase sempre enfrentam condições extremas de utilização. Para atender a esse tipo de demanda, as montadoras instaladas no Brasil vêm criando produtos específicos. No primeiro bimestre, a Mercedes-Benz lançou o modelo Arocs 8x4. Ele recebe motor de 510 cavalos, tem peso bruto total (PBT) de 58 toneladas e capacidade para receber carrocerias basculantes de até 24 metros cúbicos.

No fim do ano passado, a Volkswagen apresentou o Constellation 41.460, com tração 8x4. O modelo tem PBT de 41 toneladas, a maior capacidade de carga entre os caminhões da marca com chassi rígido. Seu motor produz 460 cavalos.

Empreendimentos imobiliários e as obras de infraestrutura foram responsáveis pelo aumento nas vendas de carroceria

Foto: Adobe Stock

Aumento no diesel será um dos impactos da guerra

Setor de transporte de carga prevê também reajustes em pneus e lubrificantes, e já teme redução no volume de fretes

Leia a matéria completa no portal:

O setor de transporte de carga prevê diferentes reflexos da guerra entre Rússia e Ucrânia, que teve início no final de fevereiro. Com o aumento no preço do diesel na bomba, o segmento teme o repasse desse custo aos fretes, e aguarda também reajustes nos preços de pneus e outros insumos. A redução na demanda por transporte é outra possibilidade.

"O transportador não tem condição de absorver o crescimento dos custos; precisamos fazer os repasses", lamenta Danilo Guedes, presidente da ABC Cargas. Diego de Tomasi, vice-presidente do Setcergs (sindicato que reúne transportadoras no Rio Grande do Sul), afirma: "Vivemos um cenário muito tenso desde 2021, e, com o novo conflito, acreditamos em reajustes também em pneus, lubrificantes, entre outros itens".

De Tomasi diz que as empresas de sua região estão com valores de frete defasados, e que, por isso, terão de repassar algum porcentual, mas recorda que as quedas recentes na cotação do dólar tendem a reduzir o impacto da alta do petróleo.

Marcelo Rodrigues, vice-presidente do Setcesp (entidade paulista do setor de carga), cita como outro problema a redução no transporte de itens exportados à Rússia, como soja, carnes de frango e bovina, café, amendoim e açúcar, além dos fertilizantes trazidos daquele país.

Lauro Valdivia, assessor técnico da Associação Nacional do Transporte de Carga e Logística (NTC&Logística), teme o cenário de recessão, em caso de prolongamento do conflito, "com consequente redução no volume de carga transportada". E recorda que os reajustes no diesel são mais sentidos pelos autônomos e pequenos transportadores: "O combustível representa 35% das despesas para as grandes empresas, mas, para os pequenos e autônomos, esse peso é de 40% a 50%".

Além das frequentes altas nos combustíveis, o setor de transporte enfrentou, ainda, aumento nos preços e desabastecimento de pneus. "Também sou um transportador, e, antes da pandemia, eu pagava R$ 1.250 num pneu comum para carreta [*medidas 295/80 R22.5*]. Hoje, está barato quando encontro por R$ 2.500", recorda o vice-presidente do Setcesp.

Já Giuseppe Lumare, diretor comercial da transportadora Braspress, acredita que, além do provável reajuste nos pneus (por causa de matérias-primas derivadas do petróleo), pode ocorrer falta do produto em razão da demanda atual por caminhões. (M.C.)

Gestão de frota é opção para economizar combustível

Com negociação de preços do diesel, análise flex e tecnologia de ponta, soluções de gestão como o Alelo Frota da Veloe podem reduzir gastos com abastecimento em até 30%

O preço dos combustíveis, que já estava nas alturas, explodiu com a invasão da Ucrânia pela Rússia. A guerra na Europa fez o barril do petróleo bater recorde no mercado mundial e obrigou a Petrobras a anunciar um aumento expressivo nos preços do diesel e da gasolina.

A elevação no valor dos combustíveis tem impacto em toda cadeia produtiva, mas afeta especialmente o mercado de frota e frete. Afinal, segundo estimativas da Veloe, as empresas do setor gastam cerca de R$ 300 bilhões por ano com combustíveis.

Nesse cenário, uma gestão de frota eficiente se mostra ainda mais importante para reduzir o custo com combustíveis. "Contamos com uma estrutura interna para negociar o preço do diesel diretamente com os postos. Como trabalhamos com grandes volumes, conseguimos descontos mais vantajosos do que em uma negociação individual", revela Antonio Carlos Priore, superintendente comercial do Alelo Frota, solução de gestão de frotas da Veloe.

Segundo o executivo, a redução de gastos de uma transportadora com combustível pode chegar a 30% com a utilização de uma gestão de frota. "Nosso roteirizador mapeia as rotas dos clientes, e apontamos os postos com melhores preços. Além disso, nossa equipe de 'farmers' presta consultoria aos gestores sobre formas de economizar ainda mais combustível", garante Priore.

A gestão da frota pode até inibir fraudes no abastecimento e desvio de combustível, afirma o executivo com mais de 20 anos de experiência no setor. "Quem optar por uma solução completa conta com a telemetria, que identifica quando o motorista não conduz de forma linear, acelerando ou freando bruscamente, ou até mesmo identificando um consumo de diesel enquanto o caminhão está parado, sinal claro de fraude", diz.

Análise flex

Até mesmo empresas que têm frotas leves podem se beneficiar das soluções oferecidas pelo Alelo Frota. "Fazemos uma análise flex, mostrando aos frotistas leves onde é mais vantajoso optar pelo etanol em vez da gasolina", explica Priore.

Além da negociação de preços e do controle dos gastos com abastecimento, outra forma de economizar combustível é fazer a manutenção da frota. "Ter os veículos em ordem representa uma cadeia de ganhos, pois é sempre mais barato fazer a manutenção preventiva do que a corretiva. Sem falar que um veículo bem cuidado consome menos", adverte o superintendente comercial. O controle automatizado da manutenção da frota também pode fazer parte do completo pacote de serviços do Alelo Frota da Veloe.

A alta dos combustíveis tem impacto em toda cadeia produtiva, mas afeta especialmente o mercado de frota e frete

Vem aí a Copa do Mundo de Mountain Bike

Petrópolis, cidade serrana do Rio de Janeiro, receberá a nata do MTB mundial

POR JOSÉ TAVEIRA

O ciclista brasileiro Henrique Avancini, durante prova de MTB Cross Country, realizada em Snowshoe, na Virgínia Ocidental (EUA), em setembro de 2021

Acesse
Compartilhe
Marque os amigos

Sabemos que, em 2022, haverá a Copa do Mundo de Futebol no Catar, e muitos brasileiros estão ansiosos para ver o Brasil lutando pelo título do hexacampeonato. Para nós, ciclistas, no entanto, o evento mais esperado do ano está logo aí. Será a etapa de Petrópolis (RJ), da Copa do Mundo de MTB (Mercedes-Benz UCI Mountain Bike World Cup Petrópolis 2022), que acontecerá entre os dias 7 e 10 de abril.

A realização de um evento tão importante como esse traz muitos benefícios ao ciclismo nacional – o Brasil não recebia uma etapa da Copa do Mundo de MTB desde 2005, quando Santa Catarina foi uma das sedes do circuito mundial. Um deles é que a nata do MTB masculino e feminino internacional estará presente. Assim, jovens ciclistas, entre outros aficionados pelo esporte, poderão ver, ao vivo ou assistir pela TV, as incríveis manobras de feras da categoria, como o brasileiro Henrique Avancini (sétimo no ranking da organização mundial de ciclismo) ou a lenda suíça Nino Schurter, que possui nove títulos mundiais e foi campeão de MTB XCO (modalidade cross country olímpica), nos Jogos Rio 2016. Na elite entre as mulheres, a expectativa é a confirmação da presença da atual número 1 no ranking, a britânica Eve Richards, de apenas 25 anos.

A etapa da Copa do Mundo de Petrópolis será disputada na pista XCO (Cross Country Olímpico) Henrique Avancini. O local também será palco de outro evento importante, a Copa Internacional Michelin de MTB, na semana que antecede a Copa do Mundo. A pista conta com percurso de 4,5 quilômetros e, aproximadamente, 200 metros de altimetria acumulada por volta.

Desde o início de janeiro, a equipe responsável pela trilha tem trabalhado, diariamente, no local, mesmo com as fortes chuvas que atingiram a região, fazendo melhorias e acertos técnicos no seu traçado, com novos trechos e pontes.

DESTAQUE NACIONAL

Henrique Avancini, que dá nome ao circuito, completa 33 anos, no próximo dia 30, e é considerado o maior nome da história do ciclismo nacional. Desde que nasceu, na cidade montanhosa de Petrópolis, propícia para a prática do mountain bike, ele tem a bicicleta como seu principal brinquedo e parceira. Aliás, ainda criança, ganhou sua primeira bike de seu pai, Ruy Avancini, que também foi ciclista profissional na categoria de estrada. Henrique começou a competir com menos de 10 anos de idade. Antes da adolescência, já era campeão juvenil e, de lá para cá, colecionou títulos, dentro e fora das pistas.

Henrique Avancini é o único ciclista brasileiro com um título de campeão mundial, conquista alcançada, em 2018, na Itália, na categoria mountain bike maratona. Na ocasião, foram mais de cinco horas pedalando para vencer a disputa. O brasileiro, que faz parte da equipe internacional Cannondale Factory Racing, tem ainda, no currículo, títulos em diversas etapas da Copa do Mundo, 19 troféus de campeão brasileiro e mais dezenas de outras conquistas internacionais e nacionais.

Atualmente, o ciclista é um dos atletas brasileiros mais valorizados no mercado esportivo. Por isso, reúne 18 patrocinadores pessoais. Com seu talento e reconhecimento, ele busca, também, impulsionar ainda mais o ciclismo brasileiro.

Há oito anos, por exemplo, lançou o time Henrique Avancini Racing, equipe que busca desenvolver jovens brasileiros promissores no MTB. Hoje, seu time tem um novo nome – Caloi/Henrique Avancini Racing – e é considerado um dos melhores do País nas competições de mountain bike.

Nos últimos anos, Avancini trabalhou intensamente para trazer uma das etapas da Copa do Mundo ao Brasil. Além de cuidar de toda negociação do evento, que é uma das maiores competições do ciclismo mundial, ele se envolveu diretamente na concepção do circuito e na construção da pista em que serão realizadas as provas. Literalmente, colocou a mão na massa e, por várias vezes, pegou em uma enxada para que tudo saísse à perfeição.

Serviço
Mercedes-Benz UCI Mountain Bike World Cup Petrópolis 2022

Local: Petrópolis (RJ), Vale do Cuiabá, São José Bike Club
Data: 7, 8, 9 e 10 de abril de 2022
Onde assistir: As principais provas terão transmissão ao vivo pelos canais SporTV e pelo App Red Bull TV
Site: mtbwc.com.br

Avancini, nascido em Petrópolis, está entre os favoritos ao título da etapa na Cidade Imperial

Fotos: Bartek Wolinski e Fábio Piva | Red Bull Content Pool

Produzido por ESTADÃO BLUE STUDIO

Cinquenta tons bem velozes

Rubinho Barrichello domina completamente o circuito externo de Goiânia

POR ALAN MAGALHÃES
FOTOS: DUDA BAIRROS/VICAR

A terceira etapa da Stock Car acontecerá no dia 10/4, no Rio de Janeiro, com transmissão ao vivo pelo site do **Estadão**

Rubens Barrichello venceu tudo o que podia em Goiânia com seu 111

Acesse
Compartilhe
Marque os amigos

Se, por um lado, todo esporte carrega uma aura de emoção, ineditismo, que nos faz torcer, mesmo sem termos a certeza de quem vencerá, por outro, costuma premiar quem trabalha mais e da forma certa. No automobilismo, o mais coletivo dos esportes individuais, que combina homem e máquina, essa lógica fica ainda mais intrincada, pois a equação inclui fatores técnicos, humanos e até intuitivos. Em geral, nas vitórias, o piloto é exaltado, mas, nas derrotas, invariavelmente, o culpado é o equipamento.

Rubens Barrichello e sua equipe, Full Time Sports, não vinham combinando bem as variáveis dessa equação, e os resultados não estavam aparecendo como deveriam. Afinal, com 31 carros dentro do mesmo segundo, em relação ao tempo do pole position na última prova, qualquer "vírgula" errada altera o resultado, que é, quase, pura matemática.

A Full Time entregou o Toyota Corolla do ex-piloto da Fórmula 1 praticamente perfeito, o que facilitou bastante o trabalho do final de semana. Como se diz no jargão do esporte: "Desceu do caminhão e já virou tempo".

Junte-se a isso o fato de que Rubens Barrichello se dá muito bem na pista de Goiânia, seja no seletivo traçado misto de 3.835 metros, seja no externo, capciosamente chamado de oval, de 2.695 metros, utilizado no último final de semana. Dono de, agora, oito vitórias no Autódromo Internacional Ayrton Senna, o campeão da temporada 2014 garantiu mais um feito ao conquistar a quinta pole position na capital goiana. No primeiro grupo da sessão classificatória, marcou 50"111, em sua melhor volta, e não foi superado por nenhum dos outros 33 pilotos na pista.

O número do Toyota Corolla de Barrichello é 111, que coincide com os milésimos do tempo de sua pole position. E, para quem curte numerologia, daqui a 61 dias, o paulista completará 50 anos de idade. Repetindo, o tempo da sua pole foi 50"111. E isso não passou despercebido pelo ex-ferrarista: "Eu não sei se compro uma casa ou um terreno aqui. Adoro este lugar", disse ele, que anotou sua 14ª pole na Stock Car. Cinco delas foram obtidas em Goiânia: em 2014, 2016, 2020, 2021 e esta, agora, em 2022.

NA LIDERANÇA, O MESMO NOME

Atual campeão, o paranaense Gabriel Casagrande, que correu com 30 quilos de lastro adicionados a seu Chevrolet Cruze, por ser o atual líder da temporada, terminou a primeira corrida do programa em quinto e em 16º na segunda, resultados que o mantiveram na liderança da tabela, mostrando, mais uma vez, a constância do piloto do Chevrolet Cruze #83, da A.Mattheis/Vogel, que lhe valeu o título de 2021.

Ótima prova fez também o gaúcho César Ramos (segundo e décimo), da Ipiranga Racing, único a atacar Barrichello na prova 1.

O formato de duas provas em sequência, adotado pela Stock Car, exige muita precisão por parte dos estrategistas, que, normalmente, de acordo com a posição de largada na prova 1, desenham uma tática que privilegia uma das duas etapas do final de semana, alterando, em tempo real, as estratégias de troca de pneus e reabastecimento. "Temos inúmeras delas que vamos desenvolvendo durante a corrida", contou Barrichello, antes da largada. "De acordo com o que acontece, decidimos, via rádio, o que fazer", completou.

Além de Barrichello e Cesar Ramos, o pódio da primeira corrida no final de semana foi completado por Julio Campos. Na prova complementar, sempre com Barrichello em primeiro, Ricardo Maurício e Diego Nunes ocuparam os dois outros degraus de honra.

O desempenho histórico em Goiânia rendeu a Rubens Barrichello também o prêmio Man of the Race Claro 5G, concedido ao piloto que mais pontua em uma etapa. O campeão de 2014, agora, está em terceiro lugar no campeonato, somando 56 pontos, atrás apenas do líder Gabriel Casagrande (63) e de Thiago Camilo (62).

Confira a classificação na Stock Car

Atual campeão, Gabriel Casagrande lidera a tabela na Stock Car

COLOCAÇÃO	PILOTO	MARCA	PONTOS
1º	Gabriel Casagrande	CHEVROLET	63
2º	Thiago Camilo	TOYOTA	62
3º	Rubens Barrichello	TOYOTA	56
4º	Daniel Serra	CHEVROLET	54
5º	Cesar Ramos	TOYOTA	46
6º	Gaetano Di Mauro	CHEVROLET	41
7º	Julio Campos	CHEVROLET	40
8º	Rafael Suzuki	TOYOTA	38
9º	Ricardo Zonta	TOYOTA	31
10º	Marcos Gomes	CHEVROLET	28